

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Karine Gonçalves Carneiro

**MORADORES DE RUA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO:
análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica**

Belo Horizonte
2016

Karine Gonçalves Carneiro

**MORADORES DE RUA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO:
análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.
Orientadora: Profa. Dra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras

Belo Horizonte
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C289m Carneiro, Karine Gonçalves
Moradores de rua e produção do espaço urbano: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica / Karine Gonçalves Carneiro. Belo Horizonte, 2016.
508 f. : il.

Orientadora: Cristina Almeida Cunha Filgueiras
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Pessoas desabrigadas. 2. Geografia urbana. 3. Planejamento urbano. 4. Poder (Ciências sociais). 5. Genealogia. 6. Família - Aspectos sociais. I. Filgueiras, Cristina Almeida Cunha. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 301.51

Karine Gonçalves Carneiro

**MORADORES DE RUA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: análise sobre
Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Profa. Dra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras (Orientadora) – PROPP/PPG-PUC Minas

Profa. Dra. Candice Vidal e Souza – PROPP/PPG-PUC Minas

Profa. Dra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin – FD-UFMG

Profa. Dra. Natacha Silva Araujo Rena – EA-UFMG

Profa. Dra. Regina de Paula Medeiros – PROPP/PPG-PUC Minas

Prof. Dr. Renarde Freire Nobre – FAFICH-UFMG

Belo Horizonte, 25 de abril de 2016

A Maria José, por ter sido e ser Maria e José.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Nível Superior (CAPES) por ter tornado possível a vivência de uma cidade e suas pessoas, por meio do Programa de Estudo para Doutorado Sanduíche.

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais que, através do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, possibilitou a realização desta tese.

À Universidade Federal de Ouro Preto por ter propiciado meu afastamento para capacitação docente, principalmente, aos colegas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e, em especial, aos queridos companheiros Monique Sanches, Alice Viana e Maurício Leonard.

À minha orientadora Profa. Dra. Cristina Filgueiras pela dedicação, pelo conhecimento e, principalmente, pela liberdade.

Ao Prof. Dr. Andrea Lampis, pela acolhida, cuidado e orientações na Universidad Nacional de Colombia.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, especialmente, às Profas. Dras. Regina Medeiros, Candice Vidal, Juliana Jayme e Luciana Andrade que, em suas disciplinas e pesquisas, contribuíram de modo relevante para o desenvolvimento desta tese.

Aos “indisciplinados” do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da Universidade Federal Minas Gerais, principalmente, aos incansáveis professores e amigos de lutas, Natacha Rena e Marcelo Maia.

Aos que me acolheram em seus programas e atividades e compartilharam experiências e saberes, tanto em Bogotá como em Belo Horizonte, especialmente: Claudenice e Roseli, da Pastoral de Rua de Belo Horizonte; Eloizio e Su, da Campanha do Pãozinho; Toca de Assis; Prof. André Luiz Freitas Dias e Maria Cecília, do Grupo Pólos de Cidadania; Soraya Romina, da Secretaria Adjunta de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte; Soeur Noemi, da Pastoral de la Calle de Bogotá; Myriam Cantór e Marcela Montenegro, da Secretaría Distrital de Integración Social da Alcaldía de Bogotá.

À Maria José e ao Hugo, ao Tio Márcio e à Tó por estarem sempre e incondicionalmente presentes com aquele grande amor das pequenas coisas do dia a dia.

À Renata, pela presença constante, pelo carinho, pelas pausas entre páginas, pelo miolo e pela capa.

Aos amigos da vida, das lutas e dos carnavais, principalmente, Martinha, Ana Paula, Christine, Cris e os guerreiros do Salve Santa Tereza.

Aos amigos que me acolheram e fizeram o longe também ser casa: Alírio, Paola, Gustavo, Betty e Darwin.

Finalmente, aos que foram a razão e a paixão e que conduziram os caminhos desta tese: os moradores de rua de Belo Horizonte e aos *habitantes de calle* de Bogotá, um obrigada difícil de caber pelo tamanho dos encontros e dos afetos.

Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem. Apenas sei de diversas harmonias bonitas, possíveis sem juízo final. Alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial. (CAETANO VELOSO)

Solo voy con mi pena, sola va mi condena. Correr es mi destino, para burlar la ley. Perdido en el corazón de la grande babylon, me dicen el clandestino por no llevar papel. (MANU CHAO)

Me llaman calle, pisando baldosa, a revoltosa y tan perdida. Me llaman calle, calle de noche, calle de día. Me llaman calle, hoy tan cansada, hoy tan vacía. Como maquinista por la gran ciudad. Me llaman calle, me subo a tu coche. Me llaman calle de malegría, calle dolida. Calle cansada de tanto amar. Voy calle abajo, voy calle arriba. No me rebajo ni por la vida. Me llaman calle y ése es mi orgullo. Yo sé que un día llegará, yo sé que un día vendrá mi suerte. Un día me vendrá a buscar, a la salida un hombre bueno. Pa toa la vida y sin pagar, mi corazón no es de alquilar. Me llaman calle, me llaman calle. Calle sufrida, calle tristeza de tanto amar. Me llaman calle, calle más calle. Me llaman calle la sin futuro. Me llaman calle la sin salida. (CALLE 13)

RESUMO

Esta tese busca, por meio de um procedimento genealógico nos moldes foucaultianos atrelado a uma pesquisa de campo alicerçada na etnografia, identificar e analisar os mecanismos, estratégias e táticas de poder/saber que interferem ou atuam – no âmbito das intervenções sobre o urbano em função do planejamento público – sobre os modos de vida dos moradores de rua nas cidades de Belo Horizonte, no Brasil, e de Bogotá, na Colômbia, no que concerne às suas relações com os espaços públicos da cidade. Nessa perspectiva, a intenção foi a de conduzir um olhar para o espaço urbano a partir de corpos e pessoas compreendidos não como problemas, mas como parte de conflitos, encontros, embates, pertencimentos, estratégias, formas de sujeição, exclusões e regimes de verdade, numa trama cotidiana produtora de saberes e de espaços heterotópicos. Para isso, a partir do próprio dia a dia experimentado pelos moradores de rua e pelo histórico das lutas que os envolvem, buscou-se compreender os jogos de poderes e saberes dos quais essas pessoas fazem parte, no intuito de atingir uma maneira de se pensar o urbanismo e a produção do espaço de forma crítica. Como resultado foram identificados: os mecanismos, estratégias e táticas de poderes/saberes que, ao longo do tempo, têm permeado a vida dos que moram nas ruas; os modos como, na atualidade, o neoliberalismo – principalmente por meio do empreendedorismo urbano – tem provocado alterações nos papéis dos envolvidos na produção do espaço; e os conceitos historicamente atrelados à teoria e à prática do planejamento urbano, tais como espaço público e espaço privado, que não têm dado conta de lidar com as nuances que envolvem determinados modos de vida, principalmente os dos moradores de rua.

Palavras-chave: Moradores de rua. Planejamento urbano. Poderes e saberes. Produção do Espaço. Genealogia.

ABSTRACT

Through a Foucaultian genealogic procedure connected to an ethnographic research, this thesis aims to identify and analyze the mechanisms, strategies and tactics of power/knowledge that interfere by the means of urban planning interventions connected to public planning on the ways of life of homeless people in Belo Horizonte, Brazil, and Bogota, Colombia, concerning their relations to city public spaces. This perspective intended to set an eye on urban space considering bodies and people not as problems but as part of conflicts, encounters, belongings, strategies, subjectification forms, exclusions, and regime of truth on a quotidian track that produces knowledge and heterotopic spaces. For that, the day-by-day experience of the homeless and the history of the struggles in which they take part were considered in order to reach a way of thinking urbanism and production of space critically. As a result were identified: mechanisms, strategies and tactics of power/knowledge that over time have been permeating the lives of the ones who live on the streets; the ways in which, nowadays, neoliberalism – mainly through urban entrepreneurship – have provoked changes on the roles of those involved on the production of space; that concepts historically linked to urban theory and practice, such as public and private space, have not succeeded in dealing with the nuance that involves specific ways of life, principally, the lives of the homeless.

Key words: Homeless. Urban planning. Power and knowledge. Production of space. Genealogy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Distribuição de alimentos: Pastoral de Calle – Los Mártires/Bogotá.....	98
FIGURA 2 – <i>Autocuidado Móvil</i> – Los Mártires/Bogotá.....	100
FIGURA 3 – Bogotá – Cerros Orientais e Avenida Séptima	120
FIGURA 4 – Bairro Rosales (ao Norte).....	122
FIGURA 5 – Bairro Kennedy (ao Sul).....	123
FIGURA 6 – Jauleira, mendiga e cargueiro.....	149
FIGURA 7 – Desenho do Centro Cívico: visada na direção sul - Le Corbusier (1949).....	182
FIGURA 8 – Igreja de Santa Inés e ampliação da Carrera 10a (1957).....	185
FIGURA 9 – <i>Plan Centro</i> , 2009	209
FIGURA 10 – <i>Autocuidado Móvil</i> - Bairro Kennedy	214
FIGURA 11 – Os três momentos da Plaza de San Victorino:1998, em obras e em 2000.	226
FIGURA 12 – Plaza España – antes do projeto de renovação	233
FIGURA 13 – Plaza España em 2014 – nove anos após a renovação	233
FIGURA 14 – Simulação da renovação urbana em La Sabana	237
FIGURA 15 – <i>Cambuches</i> na Carrilera de la calle 22	239
FIGURA 16 – Edificação no Parque Santa Fé	241
FIGURA 17 – Simulação do <i>Plan de Renovación Urbana Estación Central</i>	242
FIGURA 18 – Localização estratégica do Plan de Renovación Urbana Estación Central.....	243
FIGURA 19 – Eje Ambiental.....	247
FIGURA 20 – Local do <i>Proyecto de Renovación de la Manzana 5</i>	250
FIGURA 21 – Simulação do <i>Proyecto de Renovación de la Manzana 5</i>	251
FIGURA 22 –Eje Ambiental e <i>Plan Parcial Triángulo de Fenicia</i> – atualmente e simulação	252
FIGURA 23 – Empena de um lote vago na localidade de Santa Fé	253
FIGURA 24 – Simulação do Complexo BD Bacatá	254
FIGURA 25 – Avenida 19 com Carrera 5ª – Complexo Bacatá DC, em 2014.....	255
FIGURA 26 – Área total do <i>Plan de Renovación Urbana Tercer Milenio</i> e Bairro Santa Inés (antes das demolições)	258
FIGURA 27 – Madrugada no “El Cartucho”.	260
FIGURA 28 – Simulação do projeto para o Centro Comercial Mayorista San Victorino	267
FIGURA 29 – Parque Tercer Milenio	268
FIGURA 30 – Parque Tercer Milenio	269
FIGURA 31 – El Bronx (La L)	271
FIGURA 32 – Cinco Huecos	272

FIGURA 33 – Carrera 10ª – configuração atual e simulação da implantação do Projeto Ministérios.....	276
FIGURA 34 – Passeata <i>El Centro No Se Vende</i>	279
FIGURA 35 – Serra do Curral e o eixo da Avenida Afonso Pena.....	298
FIGURA 36 – A tortuosa rua do Rosário (1894) no Curral d’el Rey.....	312
FIGURA 37 – Cafua nas proximidades da Serra do Curral.....	314
FIGURA 38 – Expansão da Av. Raja Gabaglia: “Nova BH 66”.....	345
FIGURA 39 – Projeto de Requalificação da Praça da Savassi.....	395
FIGURA 40 – Moradores de Rua na Praça da Savassi.....	397
FIGURA 41 – Moradores de Rua em frente a uma das edificações dos arredores da Praça da Estação.....	409
FIGURA 42 – Moradora de rua descansando na Rua Aarão Reis.....	414
FIGURA 43 – Simulação do projeto vencedor do concurso do Centro Administrativo de BH.....	427
FIGURA 44 – Estação Lagoinha e parada de ônibus.....	430
FIGURA 45 – The Street Store BH.....	431
FIGURA 46 – Limites da OUC Nova BH.....	434
FIGURA 47 – Limites OUC-ACLO – inclusões e exclusões de áreas.....	436
FIGURA 48 – Exemplos de lotes vazios/subutilizados há mais de 9 anos no Hipercentro de BH.....	440
FIGURA 49 – Pedras gnaiss instaladas sob viaduto em Belo Horizonte.....	444
FIGURA 50 – Grades sob a marquise do Ed. JK.....	450

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Município de Bogotá e seus arredores em 1950	115
MAPA 2 – MAPA de Bogotá após a anexação em 1954.....	115
MAPA 3 – Mancha Urbana de Bogotá – 1538/1670, 1890, 1930.....	117
MAPA 4 – As localidades de Bogotá D.C.	118
MAPA 5 – MAPA Viário de Bogotá D.C.	121
MAPA 6 – MAPA da Estratificação em Bogotá D.C. (perímetro urbano)	125
MAPA 7 – <i>Plan Centro</i> , La Candelária e Centro Histórico.....	130
MAPA 8 – Santa Fé: colônia espanhola (século XVII).....	136
MAPA 9 – Santa Fé: 1791.....	140
MAPA 10 – MAPA de Bogotá – 1852.....	152
MAPA 11 – MAPA de Bogotá – 1932.....	158
MAPA 12 – Proposta Urbana para Bogotá de Karl Brunner – 1934-1944	173
MAPA 13 – Plano Diretor de Bogotá/Plano Urbano – Cultivo do Corpo – Le Corbusier (1950)	182
MAPA 14 – Bogotá - Crescimento Urbano: 1954-1958	184
MAPA 15 – Limites da Operação Estratégica Centro (<i>Plan Centro</i>)	207
MAPA 16 – Limites do Centro Ampliado	210
MAPA 17 – Localização: Plaza de San Victorino, Eje Ambiental e Parque Tercer Milenio	212
MAPA 18 – Habitantes de Calle, segundo distribuição por zonas de habitat urbano em Bogotá – 2007	221
MAPA 19 – Densidade de <i>Habitantes de Calle</i> com relação à população total	221
por localidade – 2011	221
MAPA 20 – Localização de <i>Habitantes de Calle</i> (levantamento de campo) e limites do <i>Plan Centro</i> por localidades.....	223
MAPA 21 – Localização de <i>Habitantes de Calle</i> (levantamento de campo) e atividades desenvolvidas na Plaza España (Los Mártires)	224
MAPA 22 – Trajetos realizados por <i>habitantes de calle</i> - levantamento de campo_no centro	227

MAPA 23 – Localização da Plaza de San Victorino, planos de renovação no entorno;.....	231
a ocupação da região por <i>habitantes de calle</i>	231
MAPA 24 – Localização: Plaza España, El Bronx e Cinco Huecos; e a ocupação da região por <i>habitantes de calle</i>	236
MAPA 25 – Entorno do Eje Ambiental; e a ocupação por <i>habitantes de calle</i>	246
MAPA 26 – Eje Ambiental e localização dos projetos de renovação	249
MAPA 27 – Lotes vagos/estacionamentos ao norte do Eje Ambiental.....	257
MAPA 28 – Localização Parque Tercer Milenio e Centro Comercial Gran San Victorino ..	263
MAPA 29 – Localização do Parque Tercer Milenio e do Centro Comercial Mayorista San Victorino; e a ocupação da região por <i>habitantes de calle</i>	266
MAPA 30 – Localização das <i>ollas</i> x áreas de análise; e a ocupação da região por <i>habitantes de calle</i>	272
MAPA 31 – Localização da área do <i>Proyecto Ministerios</i>	275
MAPA 32 – Concentração de <i>habitantes de calle</i> (<i>Proyecto Ministerios</i>)	278
MAPA 33 – Projetos analisados; e a ocupação da região por <i>habitantes de calle</i>	281
MAPA 34 – Regiões Administrativas de Belo Horizonte (Regionais)	293
MAPA 35 – Cidade de Belo Horizonte - 1895.....	297
MAPA 36 – Percurso proposto x percurso realizado	299
MAPA 37 – O “Baixo”, suas referências e a Área Central	306
MAPA 38 – Município de Belo Horizonte -1922	323
MAPA 39 – Mancha Urbana de Belo Horizonte - anos 1930.....	324
MAPA 40 – Área Central e Hipercentro de BH.....	362
MAPA 41 – Perímetro do tombamento do Conjunto Arquitetônico Praça Rui Barbosa e Hipercentro	363
MAPA 42 – Áreas de Operação Urbana, perímetro do tombamento do Conjunto Arquitetônico Praça Rui Barbosa, Hipercentro; e “Baixo”	365
MAPA 43 – Locais de intervenção do Programa Centro Vivo	378
MAPA 44 – Intervenções do Programa Centro Vivo e a ocupação da região por moradores de rua.	380
MAPA 45 – Limites do Plano de Reabilitação do Hipercentro e Hipercentro	381
MAPA 46 – Localização dos catadores de papel e da população de rua - dia	383

MAPA 47 – Localização dos catadores de papel e da população de rua – noite	383
MAPA 48 – Linha Verde - trecho Boulevard Arrudas, limite do Plano de Reabilitação do Hipercentro e o “Baixo”	385
MAPA 49 – Síntese dos planos e programas na área hipercentral	388
MAPA 50 – Área Central e seus bairros	389
MAPA 51 – Localização da população de rua por regional - 2006	390
MAPA 52 – Localização dos moradores de rua (levantamento de campo), limites da Área Central, do Plano de Reabilitação do Hipercentro e do “Baixo”	391
MAPA 53 – Diretrizes do Plano Diretor Regional da Região Centro-Sul	393
MAPA 54 – Percurso da Campanha do Pãozinho na Área Hospitalar e localização dos atendidos	400
MAPA 55 – Projetos e planos urbanísticos na Área Hipercental (2013-2106).....	406
MAPA 56 – Projetos e planos urbanísticos na Área Hipercental (2013-2106); o “Baixo”	407
e a ocupação da região por moradores de rua.....	407
MAPA 57 – Eixo estruturante do Corredor Cultural e equipamentos culturais.....	408
MAPA 58 – Zona Cultural da Praça da Estação	417
MAPA 59 – Zona Cultural da Praça da Estação e principais equipamentos culturais.....	418
MAPA 60 – Zona Cultural da Praça da Estação, referências próximas; e a ocupação	420
da região por moradores de rua	420
MAPA 61 – Área de abrangência do projeto do Centro Administrativo Municipal e referências próximas	425
MAPA 62 – Extensão do projeto do Centro Administrativo Municipal	426
MAPA 63 – Limites OUC-ACLO e demais planos e projetos no Hipercentro	437
MAPA 64 – Limites OUC-ACLO e propriedades vazias/subutilizadas no Hipercentro	439
MAPA 65 – Limites OUC-ACLO, “Baixo”, propriedades vazias/subutilizadas e áreas de permanência de moradores de rua	442
MAPA 66 – Viadutos no Hipercentro listados no Aviso de Consulta nº1/2015.....	446
MAPA 67 – Percurso e pontos de distribuição de doações – Toca de Assis	448

LISTA DE SIGLAS

ACISP	Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública
ADE	Área de Diretrizes Especiais
APH	Assembleia Popular Horizontal
ASMARE	Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte
AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
BCH	Banco Central Hipotecário
BH	Belo Horizonte
BNH	Banco Nacional de Habitação
BRT	Bus Rapid Transit
CCNC	Comissão Construtora da Nova Capital
CCZCPE	Conselho Consultivo da Zona Cultural da Praça da Estação
CDL/BH	Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte
CDPCM/BH	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte
CDPI	Centro de Desarrollo Personal Integral
CHC	Ciudadanos e Ciudadanas Habitantes de Calle
CIAMs	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CIMOS	Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
CMRR	Centro Mineiro de Referência em Resíduos
CMT	Centro Mineiro de Toxicomania
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNDDH/BH	Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua/BH
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODEMIG	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CODHES	Consultoría para Los Derechos Humanos y El Desplazamiento
COMPUR	Conselho Municipal de Política Urbana
COMUC	Conselho Municipal de Cultura
CONSEP	Conselhos Comunitários de Segurança Pública
COP	Pesos Colombianos
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatística

DOM	Diário Oficial do Município
DPMG	Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
ELN	Exército de Libertação Nacional
ERU	Empresa de Renovación Urbana
EVb	Empresa Nacional de Renovación Urbana Virgílio Barco
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FEANTSA	European Federation of National Organisations working with the Homeless
FMC	Fundação Municipal de Cultura
GFAP	Grupo Fraternal de Apoio ao Próximo
GPAS	Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social
GRPS	Gerência Regional de Políticas Sociais
GT	Grupo de Trabalho
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT	Instituto de Crédito Territorial
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IDIPRON	Instituto de Protección a la Niñez y la Juventud
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
JK	Juscelino Kubitschek
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LPOUS	Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo
MAO	Museu de Artes e Ofícios
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
METROBEL	Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte
MINTER	Ministério do Interior
MNPR/BH	Movimento Nacional da População de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis/BH
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre

MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUC	Operação Urbana Consorciada
OUC-ACLO	Operação Urbana Consorciada da Avenida Antônio Carlos / Eixo Leste-Oeste
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACE	Projeto da Área Central
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PDRs	Planos Diretores Regionais
PIB	Produto Interno Bruto
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental Municipal
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
POT	Plan de Ordenamiento Territorial
PROBUS	Programa de Reorganização do Transporte por Ônibus
PRODABEL	Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A
PSR	População em Situação de Rua
RP	Restaurante Popular
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SDIS	Secretaría Distrital de Integración Social
SDP	Secretaría Distrital de Planeación
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIPOD	Sistema de Población Desplazada de Acción Social
SLU	Superintendência de Limpeza Urbana
SMAAS	Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social
SMPS	Secretaria Municipal de Políticas Sociais
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SPVM	Sistema de Patrulhamento Vídeo Monitorado
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

UNAL	Universidad Nacional de Colombia
UAESP	Unidad Administrativa Especial de Servicios Públicos
UPAC	Unidad de Poder Adquisitivo Constante
UPZ	Unidades de Planejamento Zonal
VIP	Viviendas de Interés Prioritário
ZC	Zona Central
ZEIS	Zonas de Especial de Interesse Social
ZHIP	Zona do Hipercentro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	39
2 MORADORES DE RUA, PODERES/SABERES, CIDADES: ABRANGÊNCIAS	51
2.1 Aspectos teórico-conceituais	51
2.1.1 <i>Teorias e Conceitos</i>	<i>54</i>
2.1.2 <i>Alcance</i>	<i>73</i>
2.1.3 <i>História.....</i>	<i>74</i>
2.1.4 <i>Experiência de campo</i>	<i>78</i>
2.1.5 <i>As pessoas.....</i>	<i>81</i>
2.1.5.1 <i>Perfil.....</i>	<i>81</i>
2.1.5.2 <i>Terminologia.....</i>	<i>87</i>
2.2 Procedimentos metodológicos.....	93
2.2.1 <i>BH antes de Bogotá</i>	<i>93</i>
2.2.2 <i>Bogotá depois e antes de BH.....</i>	<i>95</i>
2.2.3 <i>BH depois de BH e de Bogotá</i>	<i>103</i>
PARTE I - BOGOTÁ	109
3 SANTA FÉ, BOGOTÁ, SANTA FÉ DE BOGOTÁ D.C., BOGOTÁ D.C.	109
3.1. <i>Para onde conduziram as placas: um primeiro olhar sobre a cidade</i>	<i>109</i>
3.2. <i>(Sobre)vivências: o campo como ponto de partida de um percurso genealógico</i>	<i>119</i>
4 MORADORES DE RUA, PODERES/SABERES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO – UMA APROXIMAÇÃO GENEALÓGICA	133
4.1 A Colônia de Santa Fé	134
4.1.1 <i>Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade planejada – dos não-europeus aos europeizáveis</i>	<i>143</i>
4.2 Da fundação da República (1810) ao final dos anos 1930	149
4.2.1 <i>Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade doente – dos doentes</i>	<i>160</i>
4.3 A modernidade: dos anos 1940 ao final dos anos 1970	167
4.3.1 <i>Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade dócil – dos vagabundos e feios</i>	<i>188</i>
4.4 A Bogotá D.C. contemporânea: dos anos 1980 à atualidade	194
4.4.1 <i>O Eixo Norte-Sul</i>	<i>212</i>
4.4.2 <i>O Centro Tradicional</i>	<i>218</i>
4.4.2.1 <i>Da Plaza de San Victorino rumo ao ocidente.....</i>	<i>224</i>
4.4.2.2 <i>Do Eje Ambiental rumo ao norte</i>	<i>244</i>
4.4.2.3 <i>Do El Cartucho ao Parque Tercer Milenio e de volta ao Centro Histórico.....</i>	<i>257</i>
4.4.3 <i>Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade-mercado – dos perigosos</i>	<i>282</i>
Parte II: BELO HORIZONTE.....	291
5 CIDADE DE MINAS, BELO HORIZONTE.....	291
5.1 <i>Nem dentro nem fora da Avenida do Contorno, mas no “Baixo”</i>	<i>292</i>
6 MORADORES DE RUA, PODERES/SABERES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO – UMA APROXIMAÇÃO GENEALÓGICA	309

6.1 Belo Horizonte nos moldes da ordem e do progresso: de 1897 ao final dos anos 1940	310
6.1.1 <i>Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade planejada - da (con)formação dos bons e dos maus cidadãos</i>	328
6.2 A (con)formação da Metrópole: dos anos 1950 ao final dos anos 1970	339
6.2.1 <i>Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade no gabinete - dos agentes de deterioro... ou seria... dos populares?</i>	349
6.3 Belo Horizonte Contemporânea: dos anos 1980 à atualidade	355
6.3.1 <i>A Área Central</i>	389
6.3.2 <i>A área do Plano de Reabilitação do Hipercentro e o “Baixo”</i>	405
6.3.3 <i>Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade-mercado - dos perigosos</i>	454
7 CONCLUSÃO	459
REFERÊNCIAS	471
APÊNDICE A – Roteiro de perguntas para a atividade em grupo com os <i>habitantes de calle</i> no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa/Bogotá	501
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista individual em Bogotá e Belo Horizonte:	503
<i>habitantes de calle e ex-habitantes de calle / moradores de rua e ex-moradores de rua</i>	503
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista individual em Bogotá e em Belo Horizonte: técnicos/funcionários da <i>alcaldía</i>/prefeitura	507

1 INTRODUÇÃO

A tarefa de escrever sobre o que resultou de uma pesquisa fortemente vinculada ao trabalho de campo é de relevante responsabilidade e permeada de dificuldades. A impressão é a de que as miríades de situações vividas e experienciadas parecem, num primeiro momento, perder parte do que foi apreendido quando da necessidade de transpô-las para a forma documental e sistemática da escrita. Tarefa que se aprofunda quando as pessoas sobre as quais a pesquisa se debruça, os moradores e moradoras de rua¹ das cidades de Bogotá e Belo Horizonte (BH), carregam um modo de vida considerado por muitos como um problema a ser solucionado, senão extirpado. Pessoas que têm, em grande medida, nos espaço públicos da cidade seu lugar de (r)existência, vivência e sobrevivência. Pessoas cujas dinâmicas cotidianas estão imbricadas em uma luta ininterrupta que envolve os conflitos e embates urbanos relacionados à produção desses mesmos espaços.

Deste parágrafo inicial uma série de conceitos – modos de vida, cidade, urbano e espaço urbano – já dão a dimensão dos domínios e das necessidades vinculadas à necessidade de esclarecimentos sobre a forma como serão tratados e abordados. Incumbência que será enfrentada mais adiante. De qualquer modo, dos diversos grupos de pessoas que se apropriam dos espaços citadinos e travam esta batalha, é mister, de início, elucidar o percurso que fez com que a população de rua e os espaços urbanos se tornassem a referência central desta tese. Narrativa necessária que coincide com o prelúdio de um projeto de pesquisa. Um prelúdio em dois tempos. Um prelúdio em dois espaços.

(i)

Rio de Janeiro, Avenida Presidente Vargas, dezembro de 2010. Num exercício de deriva urbana (DEBORD, 1958) no centro da cidade, meu olhar deteve-se sobre uma mensagem pendurada em um pescoço. O corpo, encostado em uma das dezenas de pilastras que conformam uma espécie de *loggia* moderna dos edifícios que compõem o centro de negócios e de grandes instituições carioca, parecia imóvel não fosse pelo exercício ritmado da respiração que indicava um estado quase letárgico. Apesar dos olhos abertos, um morador de rua parecia adormecido. Tal descrição poderia caber a qualquer morador de rua em busca de abrigo numa

¹ No capítulo 2 serão destacadas as razões pelas quais esta pesquisa se utilizará da denominação “moradores de rua” e “*habitantes de calle*” para se referir aos grupos que têm, de modo mais ou menos temporário ou permanente, seus modos de vida e sobrevivência atrelados, majoritariamente, aos espaços públicos citadinos.

chuvosa tarde de verão de uma grande cidade. Mas o que chamava atenção era que em seu silêncio residia um ruído estridente e desejoso de comunicação que o andar apressado para evitar abordagens, o conhecido barulho do trânsito do centro da cidade, as conversas sobrepostas do dia a dia e o som da chuva tornavam realmente difícil perceber. Não fosse a possibilidade de exercitar o olhar, a mensagem escrita com caneta azul sobre um pedaço de papelão e que pendia do pescoço do morador de rua, em um barbante, não teria sido percebida:

“CUIDADO
FRÁGIL”

As duas palavras de escrita trêmula conduziram-me a um emaranhado de pensamentos. Atestado de fragilidade? Pedido por cuidado, auxílio, assistência? Mostra de resistência? Estratégia de sobrevivência? Forma de denúncia? Todas estas possibilidades ou nenhuma delas?

(ii)

Bogotá, Eje Ambiental, janeiro de 2011. Durante um deslocamento realizado por *transmilenio*², ao passar pela região mais ocidental do chamado Eje Ambiental, no centro da cidade, foi impressionante perceber, naquele final de tarde, o número de pessoas que se preparava para nela passar a noite. Enfileirados com suas sacolas e cobertores, os *habitantes de calle* (moradores de rua) misturavam-se ao corre-corre típico dos transeuntes que, após um dia de trabalho, voltavam para casa. Enquanto observava a movimentação da janela do coletivo me perguntava: haveria uma população mais numerosa de moradores de rua em Bogotá se comparado a outras cidades brasileiras? Seus modos de vida seriam distintos dos da mesma população no Brasil? Haveria formas singulares de apropriação destes espaços públicos em Bogotá se comparássemos com Belo Horizonte, minha cidade natal? As regulamentações e normas colombianas seriam mais flexíveis aos usos desses mesmos espaços?

O trânsito ruim que tornava o deslocamento no *transmilenio* bastante lento permitiu estender a observação para além desse cenário. O local no qual permaneciam, o Eje, tinha um desenho cuidadoso, bem elaborado e indicativo de um processo recente de requalificação urbana. Um filete de água que acompanhava, pelo escalonamento, a topografia, parecia simbolizar a presença de um curso d'água, outrora natural, cercado por espécies arbóreas

² Sistema de transporte público de massa baseado no Bus Rapid Transit (BRT).

meticulosamente espaçadas e por uma paginação de piso que, com o auxílio de balizadores, marcava o lugar de cada coisa. Não era, portanto, uma área que pudesse ser considerada – como geralmente se nota nas percepções do senso comum – como marginal, descuidada e periférica e, por isso, propícia a usos não desejados. O que teria, então, ocorrido já que, de um modo geral, projetos de requalificação urbana – muitas vezes também denominados de revitalização ou de renovação – buscam corrigir os espaços para dificultar e/ou evitar esse tipo de apropriação? A presença maciça de *habitantes de calle* poderia ser considerada como uma forma de resistência a tais projetos que, muitas vezes, carregam consigo um forte viés higienista?

*

Essas situações que ocorreram em dois tempos e em dois lugares distintos despertaram a curiosidade e o desejo de estudar e explorar a relação entre os modos de vida daqueles que vivem na rua e os espaços da cidade. Foi assim que, entre leituras, conversas e observações, as situações experienciadas transformaram-se no prólogo que se desdobrou em um projeto de pesquisa que, por sua vez, configurou-se como o ponto de partida para o desenvolvimento desta tese. Nesse âmbito, um exercício de aproximação das duas cidades pareceu pertinente para propiciar um cruzamento de olhares. Estudos de caso poderiam iluminar as especificidades de cada uma delas, mas também trazer à tona fatores comuns atrelados à vida urbana no que tange às relações entre os moradores de rua e a forma como os espaços são produzidos.

Desse modo, de um lado, Bogotá foi mantida como uma das cidades pesquisadas, já que a curiosidade por suas dinâmicas já havia sido despertada pela experiência descrita. Por outro lado, o Rio de Janeiro foi substituído por Belo Horizonte, em função de ser o lugar onde resido, o que permitiria, e na verdade permitiu, o estudo sem a necessidade de um segundo deslocamento. É importante também pontuar que o fato das duas localidades serem capitais latino-americanas evitou grandes afastamentos relacionados a processos políticos, econômicos e sociais geralmente muito distintos quando inseridos no contexto, por exemplo, da Europa e da América do Norte.

Mais especificamente, no caso de Belo Horizonte, a tomada de decisão para pesquisá-la esteve também atrelada ao fato dela ter sido o lugar da quase totalidade de minha trajetória acadêmica. Trajetória que se iniciou com a graduação em arquitetura e urbanismo e que, após o mestrado em sociologia, passou a ter nos conflitos e embates relacionados aos espaços urbanos não apenas um lugar de estudo e pesquisa, mas também de atuação em múltiplas esferas. Nesse percurso, o planejamento urbano esteve presente em lugares e formas variadas:

em disciplinas ministradas em cursos de arquitetura e urbanismo; nos temas tratados pelo Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) e pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM/BH) dos quais fui conselheira³; nas causas e situações enfrentadas como ativista de movimentos sociais vinculados à luta pelo direito à cidade.

Assim, o tema que foi sendo desenhado e lapidado, pouco a pouco, ao longo da pesquisa e em função de seu próprio desenvolvimento tem como **objetivo geral**: identificar e analisar, por meio de uma abordagem genealógica, os mecanismos, estratégias e táticas de poder/saber que interferem ou atuam – no âmbito das intervenções sobre o urbano em função do planejamento público – sobre os modos de vida dos moradores de rua nas cidades de Belo Horizonte e de Bogotá, no que concerne às suas relações com os espaços públicos da cidade.

Neste escopo, em função de um posicionamento teórico-metodológico que será posteriormente esclarecido, Michel Foucault, pensador francês, foi se conformando como o principal referencial da pesquisa. Vale adiantar que sua analítica do poder/saber permite e possibilita, de um lado, o trato dos saberes das pessoas, aqueles deslegitimados, dominados e desqualificados e, do outro, a compreensão das relações conflituosas de produção dos espaços da cidade, através da investigação dos mecanismos, estratégias e táticas oriundos de redes de poder/saber responsáveis por suas forma(ta)ções e configurações.

Com base nesse posicionamento, o objetivo geral foi desdobrado em **objetivos específicos** que tanto o complementam como o aprofundam, quais sejam:

- a) compreender como a analítica do poder/saber, em Michel Foucault, contribui para o estudo das relações, embates e conflitos que se estabelecem na produção do espaço citadino;
- b) promover o diálogo entre a analítica de poder/saber foucaultiana com autores que se debruçam sobre as temáticas do planejamento urbano e da produção do espaço;
- c) caracterizar os grupos considerados como de moradores de rua em Belo Horizonte e Bogotá;
- d) examinar o modo pelo qual as regulamentações e normas interferem no processo de produção dos espaços que são gerados pelos moradores de rua, a partir de seu cotidiano nessas cidades, no âmbito dos mecanismos, estratégias e táticas de poder/saber.

*

³ Em ambos fui representante do setor técnico. Pelo CDPCM, nos anos de 2012 e 2013, e pelo COMPUR, de 2011 a 2013.

Para embrenhar neste contexto, foi essencial conhecer os moradores de rua e as cidades nas quais vivem, o que implicou no contato contínuo com os problemas que enfrentam, as alegrias que compartilham, as tristezas que encobertam entre cicatrizes físicas e escoriações sentimentais. Foram vastos, nesse sentido, os registros realizados. Registros que extrapolam as inscrições gráficas, cartográficas, fonográficas e fotográficas, já que as pessoas, lugares e histórias não se estabelecem apenas em um plano objetivo de representação.

Por isso, antes de adentrar nos aspectos estruturais, teóricos e metodológicos desta tese, é necessário elucidar a posição desse ser que investiga e que, ao modificar e ser modificado pelo contexto e pelos encontros propiciados pela pesquisa, assume a condição de ser, por eles, afetado. Situação que por atravessar toda a extensão deste trabalho não pode se furtar de uma explicação. Para tal, recorro a duas perspectivas que se somam. Uma delas é derivada da aula na qual o filósofo francês Gilles Deleuze (2015) discorre sobre ideia e afeto em Spinoza, filósofo holandês do século XVII. A outra provém do artigo *Ser Afetado* (2005), resultante do trabalho realizado pela antropóloga francesa Jeanne Favret-Saada sobre a feitiçaria na região do Bocage, na França.

Vale ressaltar, entretanto, que a consideração das noções de ideias e afetos que serão abordadas não pretende tomar um caminho de aprofundamento etimológico ou da exploração sistemática do pensamento daqueles autores que sobre elas se debruçaram. Isso seria ir muito além do que se pretende nesta empreitada. A intenção é a de buscar as formas como esses conceitos e noções desenvolvidos, seja de forma teórico-filosófica – como é o caso de Deleuze e Spinoza –, seja a partir de uma prática de investigação – o que ocorre com Favret-Saada –, podem auxiliar na compreensão dos processos de conformação de saberes específicos à experiência da investigação e a determinados posicionamentos teórico-conceituais e metodológicos que serão explorados adiante. Sem querer incorrer na minimização da complexidade dessas noções, o que se busca são as suas aplicações no meu encontro com o campo.

Pois bem, em sua aula de 1978, Deleuze evidencia duas formas de abordagem realizadas por Spinoza sobre a noção de ideia. A primeira forma de abordagem a relaciona a um modo de pensamento representativo, de caráter extrínseco, por vinculá-la a uma realidade objetiva. A ideia é a representação de alguma coisa. Nesse âmbito, o afeto aparece, distinguindo-se dela, como um modo de pensamento não representativo pela condição única de nada representar: “o que eu quero, isto é objeto de representação, o que eu quero é dado numa ideia, mas o fato de querer não é uma ideia, é um afeto, porque é um modo de pensamento não representativo” (DELEUZE, 2015, p.2). Estabelece-se, assim, um primado cronológico e lógico da ideia sobre

o afeto. Como exemplifica Deleuze: “para amar é preciso ter uma ideia, por mais confusa que seja, por mais indeterminada que seja, daquilo que se ama”. Um primado, portanto, dos modos representativos do pensamento sobre os modos não representativos. O que não provoca, todavia, uma redução do afeto à ideia, mas marca dois modos distintos de se pensar, irreduzíveis um ao outro. Forma-se, assim, uma correlação entre ambos na qual o afeto a pressupõe.

Na segunda forma de abordagem, a ideia aparece como portadora de um caráter intrínseco, pois possui uma realidade formal, suscetível a certo grau de realidade ou perfeição. A ideia é, ela mesma, alguma coisa e modifica-se, altera-se, sofre câmbios e sucessões. O afeto, nesse aspecto, possui uma diferença de natureza com a ideia e não mais uma correlação. Ele é apresentado como um regime de variação perpétuo que conduz de um grau de perfeição a outro, de um grau de realidade a outro. De acordo com Deleuze, é nesse ponto que se chega ao que acontece efetivamente na vida, pois não são apenas as ideias que estão em um processo contínuo de sucessão. Há alguma coisa em cada um de nós que não cessa de variar, um “regime de variação que não se confunde com a sucessão das próprias ideias” (DELEUZE, 2015, p.3). Para Spinoza, isso é a força de existir ou a potência de agir. Essa variação é que irá definir o afeto.

[...] há o tempo todo ideias que se sucedem em nós, e de acordo com essa sucessão de ideias, nossa potência de agir ou nossa força de existir é aumentada ou diminuída de uma maneira contínua, sobre uma linha contínua, e é isso que nós chamamos afeto (*affectus*), é isso que nós chamamos de existir. (Deleuze, 2015, p.5)

Como mostra Deleuze, Spinoza não apenas estabelece a diferença entre ideia e afeto, mas aponta a existência de três espécies de ideias: ideias-afecção⁴ (*affectio*) – provenientes da ação de um corpo sobre o outro –; ideias-noções – a conveniência ou inconveniência das relações entre dois corpos –; e ideias-essências – o mundo de intensidades puras e nível último que se confunde com a sabedoria. Essa operação é realizada com o intuito de identificar qual delas seria responsável por determinar o afeto.

Com relação ao que se pretende neste trabalho, o interesse desse desenvolvimento teórico-filosófico da noção de ideia recai menos na compreensão detalhada dos procedimentos necessários para fazer a passagem de uma ideia a outra, tendo em vista o alcance das ideias-essências, mas em ressaltar um fator essencial para um trabalho contínuo e incessante na busca por uma “vida sábia”. Recai, como se mostrará logo em seguida, na essencialidade do encontro.

⁴ Importante ressaltar que Spinoza utiliza dois termos, em latim, para desenvolver tais noções. O primeiro é *affectus*, ou seja, afeto, e o segundo é *affectio* e implica afecção. (DELEUZE, 2015)

Nesse sentido, de acordo com Deleuze (2015), não há, para Spinoza, a possibilidade da passagem de um primeiro nível de saber, ou seja, das ideias-afecção, para os que o sucedem ao acaso dos encontros, ao acaso do *occursus*.

Ora, um corpo deve ser definido pelo conjunto das relações que o compõe, ou, o que dá exatamente no mesmo, pelo seu poder de ser afetado. E enquanto vocês não souberem qual é o poder de ser afetado de um corpo, enquanto vocês o aprenderem assim, ao acaso dos encontros, vocês não estarão de posse da vida sábia, não estarão de posse da sabedoria. (DELEUZE, 2015, p.9)

Assim, a partir das ideias-afecção, ou seja, do ser afetado, é que se chega, pelo contato entre corpos e entre matérias, ao afeto. Às ideias-afecção irão corresponder as variações do afeto. Afeto – modo de pensamento não representativo – que não apenas é único aos corpos que se encontram, mas que dependem inteiramente dele, do encontro, para existir: “[...] isso equivale a dizer que cada coisa, corpo ou alma, se define por uma certa relação característica, complexa, mas eu também poderia dizer que cada coisa, corpo ou alma, se define por um certo poder de ser afetado” (DELEUZE, 2015, p.9).

Dessa assertiva depreendem-se duas questões relevantes. A primeira recai sobre a relação singular que ocorre entre dois corpos. Cada encontro se alija do estabelecimento de verdades últimas e universais ou, em outras palavras, do estabelecimento de uma moral que se polariza entre o bem ou o mal, o certo ou errado. Cada encontro é singular e depende das singularidades que caracterizam cada um dos corpos que dele fazem parte. Como aponta Deleuze: “os homens não são capazes dos mesmos afetos” (DELEUZE, 2015, p.9).

A outra questão assenta-se naquilo que se manifesta nos encontros, ou seja, nos afetos. Nos encontros, nossas forças de existir e nossa potência de agir – que formatam a vida e o cotidiano – sofrem variações. Nos encontros somos afetados. Neles ocorrem as paixões. Para Spinoza as variações das potências de agir e da força de existir estão relacionadas aos bons e aos maus encontros. Um mau encontro é o que provoca a tristeza, portanto, paixões tristes. Um bom encontro, por outro lado, provoca a alegria, ou seja, paixões alegres. Estas últimas servem como um trampolim para tornar as pessoas inteligentes, pois ampliam sua potência de agir ou sua força de existir. Elas conduzem ao segundo tipo de ideia que é o das ideias-noções. O corpo, desse modo, se define por seu poder de ser afetado e o afeto se insere no mundo das paixões (DELEUZE, 2015). Não há como alcançar a sabedoria sem considerá-las e conhecê-las.

A importância dessas noções está na inserção de um modo de pensamento que é não apenas representativo e que não se relaciona exclusivamente a uma realidade objetiva. É um modo de pensamento também resultante de encontros específicos, prenhes de paixões – alegres

ou tristes – e que não ocorrem a despeito de cada uma delas. Na verdade, compreende-se que em suas variações é que reside a possibilidade da construção de algum tipo de saber: não definitivo, não exclusivo, não final, mas referente aos corpos que se encontram e aos momentos desses encontros.

Assim, o conhecimento das interações que provocaram paixões, ou seja, o reconhecimento do afeto é essencial para a condução da leitura que venha a ser feita dos processos e conclusões que serão apontados nesta tese, já que não se pretende provocar uma blindagem de afetos. Fato que parece ter também ocorrido nos estudos sobre a feitiçaria no Bocage francês realizados por Favret-Saada (2005). A partir de uma perspectiva centrada na antropologia e, mais especificamente, na forma de fazê-la, a autora reconhece a necessidade de “ser afetado” pelo campo e de deixar-se, por ele, afetar. É interessante perceber que sua intenção com tal colocação é, dentre outras, a de se desvencilhar o entendimento de sua pesquisa como “observação participante”. Pode-se dizer que o mesmo ocorreu neste trabalho quando se depara com um exemplo dado em seu artigo, salvo as especificidades de cada investigação:

No campo, meus colegas pareciam combinar dois gêneros de comportamento: um, ativo, de trabalho regular com informantes pagos, os quais eles interrogavam e observavam; o outro, passivo, de observações de eventos ligados à feitiçaria (disputas, consultas, adivinhos...). Ora, o primeiro comportamento não pode de forma alguma ser designado pelo termo de “participação” (o informante, ao contrário, é quem parece “participar” do trabalho do etnógrafo); e quanto ao segundo, “participar” equivale à tentativa de estar lá, sendo essa participação o mínimo necessário para que uma observação seja possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p.156)

A necessidade de trazer para a discussão esse aspecto da compreensão dos encontros reside no reconhecimento de que, neste trabalho, eles não foram apenas um exercício do olhar, mas uma forma de experimentar, participar, interagir com os moradores e moradoras de rua e demais pessoas a eles relacionadas. Como se pretende mostrar, foram oriundos de um posicionamento outro, ou seja, de uma situação de ser afetado para que a participação pudesse se transformar num instrumento de conhecimento nos moldes daquilo que Favret-Saada (2005) mostrou ter acontecido em seu trabalho no Bocage. No caso da autora, apenas após acreditarem que ela havia sido “pega”, ou seja, enfeitiçada, é que começaram a achar sentido em conversar com ela sobre o assunto da feitiçaria.

Mas o que poderia implicar, na pesquisa conduzida juntamente com os moradores de rua, ser “pega”? Morar na rua, viver com e como eles, nos moldes da experiência de George Orwell⁵ (1933) que resultou no livro *Down and Out in Paris and London*? Experimentar os

⁵ Uma certa polêmica envolve o livro *Down and Out in Paris and London*, de George Orwell (1933). Para alguns,

modos pelos quais acessavam as possibilidades da cidade e dos serviços a ele oferecidos? Ora, ao retornar às considerações que Deleuze tece sobre as noções desenvolvidas por Spinoza, é possível considerar que isso seria falsear o próprio encontro. Seria passar por um processo de alteração das variadas condições de constituição de uma vida para buscar a aproximação com uma outra. Seria, desse modo, criar um estado de exceção de um modo de viver, de um corpo, de uma matéria. Nesse sentido, “um corpo deve ser definido pelo conjunto das relações que o compõe, ou, o que dá exatamente no mesmo, pelo seu poder de ser afetado” (DELEUZE, 2015, p.9). Mas para trazer esses apontamentos para o universo dos encontros vividos, parece-me pertinente evidenciar um desses encontros ou um dos momentos de afeto.

Durante as atividades de pesquisa realizadas em Bogotá, tive a oportunidade de conhecer “Flores”⁶ (*habitante de calle*, de 44 anos). Ele trabalhava como vendedor ambulante e havia sido usuário de drogas por um longo tempo. A maior parte desse período passou na prisão, o que coincidiu com os anos mais intensos do consumo de drogas. Por um tempo esteve vinculado a um programa de reabilitação e, com frequência, ressaltava sua satisfação em não estar mais utilizando qualquer tipo de substância psicoativa.

Em um dia de atividade de campo, próximo do período natalino, ao ser questionado sobre os pontos positivos e negativos vividos no dia anterior, “Flores” contou sobre seu empenho em alcançar o principal objetivo de sua vida naquele momento: reunir dinheiro suficiente para abrir seu próprio negócio. Essa era a condição que havia se imposto para voltar para casa e para a família que já não via há tanto tempo. Antes de atingi-lo, mesmo nessa época tão difícil de Natal e Ano Novo, não retornaria: “Vou até lá para fazer o quê? Dizer que lá estou, mas que não tenho dinheiro para fazer sequer uma compra de supermercado, ou para pagar o aluguel, ou para comprar roupas e presentes para meus filhos?” (“Flores”, informação verbal, tradução nossa)⁷. Disse acreditar que, provavelmente, em fevereiro, isso seria possível, já que tudo estava bem encaminhado, suas vendas iam bem e já tinha conseguido economizar um pouco, mas não seria ainda o momento.

Essa não era a primeira vez que falava sobre sua postura e decisão. Enquanto não pudesse auxiliar, monetariamente, sua família, nem mesmo os visitaria, muito embora

trata-se de ficção, para outros é uma autobiografia de um tempo vivido nas margens de Paris e de Londres. Entretanto, o autor - em nota na edição, em francês, de 1935 - afirma que não via a necessidade de contar os eventos que viveu, em ordem cronológica, mas tudo que foi descrito aconteceu em um tempo ou em outro.

⁶ Ao longo de todo o trabalho, não serão utilizados nem os nomes verdadeiros nem os apelidos dos participantes da investigação - muito raramente, quando perguntados, dão seus nomes e quase todos têm apelidos de rua. No texto, serão identificados por apelidos fictícios, com o intuito de preservar suas identidades.

⁷ “Que voy hacer allá? Decir que allá estoy, pero que no tengo plata para el supermercado, o para el alquiler, o para comprar ropas para mis hijos?”

mantivesse contato telefônico com certa frequência. Ao término de sua fala, alguém o interpelou dizendo que se já havia abandonado o vício e as drogas era já o momento de abandonar o orgulho e deixar sua família fazer parte de sua vida. Também me dirigi a ele. Perguntei se essa era uma exigência da própria família ou se era uma condição que ele mesmo havia estabelecido. Ele não respondeu diretamente, mas, batendo em seu peito, assumiu o que havia sido chamado de orgulho e contou, um tanto emocionado, situações traumáticas que havia vivido em outras épocas natalinas. Reiterou, entretanto, que tudo que queria na vida era estar, novamente, perto dos seus.

Em um intervalo da atividade, “Flores” me chamou para um canto onde podíamos conversar com mais privacidade. Ele me perguntou porque havia feito aquela pergunta. Questionou sobre as razões de eu ter perguntado se as condições impostas para seu retorno ao ambiente familiar eram dele ou dos seus. A forma como respondi passou por considerações de minhas próprias relações e experiências familiares e também por situações de minha infância. “Flores” ouviu atentamente e, então, tirou de sua carteira fotos de seus filhos que mostrou com grande satisfação. Logo em seguida, mostrou um documento seu. Era uma carteira antiga que o identificava como parte do quadro de funcionários de uma empresa. Em seu canto esquerdo havia uma foto 3X4. Pediu que olhasse para a foto, que verificasse como parecia outra pessoa. Logo em seguida, apontou para a sua boca e disse: “Mulher, não volto para casa assim!” (tradução nossa)⁸.

Como grande parte da população de rua de Bogotá, “Flores” perdeu parte de seus dentes devido ao consumo⁹ intensivo e continuado de *basuco*¹⁰. Estava na fila de implantes dentários de um programa desenvolvido pela prefeitura da cidade para moradores de rua. Seu primeiro atendimento seria em fevereiro. Disse ainda que o Natal seria, como de costume, uma noite bastante difícil. E abaixando o tom de voz comentou que, como era uma ocasião especial, não me esconderia o fato de que tomaria uma cerveja ou *aguardiente*.

Essa situação foi uma das que representaram, durante a pesquisa, a dimensão do “ser afetada”. Significou ir na direção do que mostrou Favret-Saada, ao comentar sobre a feitiçaria: “ninguém jamais teve a ideia de falar disso comigo simplesmente por eu ser etnógrafa”. Certamente, “Flores” não me contava uma outra razão para ainda não ter retornado para sua

⁸ “Mujer, no vuelvo para casa así!”

⁹ O comprometimento dos dentes em função do consumo de *basuco* que pode levar à erosão e total perda é evidenciada em uma série de estudos. (SOLORZANO; DAVILA; PREMOLI, 2008)

¹⁰ O *basuco* é uma droga inalada em *pipas* (cachimbos) ou no formato de cigarros. Sua composição pode variar tanto na quantidade de cocaína (entre 30% e 90%), como nos alcalóides e outras misturas que fazem “render” e dar liga (maconha, tabaco, raspas de ladrilho cerâmico e, de acordo com alguns *habitantes de calle*, osso humano).

família porque eu fazia uma investigação. Foi ao falar de mim, de minha vida, de meus gostos, de minha cidade, de meu trabalho e de minhas experiências; foi ao falar de meu cotidiano e minhas atividades diárias que outro nível de encontro ocorreu. Deleuze (2015), em determinado ponto de sua aula conclui: “Um poder de ser afetado é realmente uma intensidade ou um limiar de intensidade”. Foi o que ocorreu neste momento, nele me encontrava, realmente, “pega”.

*

Com essas considerações introdutórias em vista, torna-se possível percorrer os capítulos que foram pensados de modo a atingir os temas e objetivos propostos nesta tese. Desse modo, no Capítulo 2 serão evidenciados os aspectos teóricos – que também abarcam a elucidação dos principais conceitos que permearão o desenvolvimento das análises que serão realizadas nos capítulos seguintes – e os procedimentos de cunho metodológico. Nele também serão abordadas questões sobre a caracterização do perfil da população de rua, assim como especificidades relacionadas às políticas públicas com foco naquelas de cunho urbanístico.

Para uma melhor exposição dos capítulos subsequentes, em função do desenvolvimento dos trabalhos nas duas cidades pesquisadas, foi feita a opção por dividir o trabalho em duas partes. A Parte I abará os capítulos relacionados a Bogotá e a Parte II, a Belo Horizonte. Na Parte I, o Capítulo 3 tratará da contextualização da capital colombiana a partir da própria vivência e experiência de campo, que conduziu a explorações de referências que possibilitaram tanto elucidar como complementar as informações levantadas e observadas nesta experiência. Essas operações serviram de direcionamento para a genealogia – no âmbito das intervenções sobre o urbano em função do planejamento público, *vis a vis* os modos de vida dos moradores de rua nas cidades – apresentada nos capítulos seguintes. Desse modo, o Capítulo 4 tratará dos distintos momentos da cidade. De início, a dos tempos coloniais com destaque para os mecanismos, estratégias e táticas de poder/saber identificados neste período a partir do levantamento e estudo das referências relacionadas ao tema. Identificação que também será realizada nos períodos seguintes que tratarão, respectivamente: da Bogotá fundada pela República até o final dos anos 1930; da Bogotá da modernidade, entre os anos 1940 e o final dos anos 1970; e, finalmente, da Bogotá Distrito Capital, desde os anos 1980 até a atualidade. É mister destacar que, para este último período, as informações oriundas da pesquisa de campo somaram-se aos demais dados levantados.

A estruturação da Parte II, que se refere a Belo Horizonte, segue a mesma lógica daquela de Bogotá. Isso implica que foi também a pesquisa de campo a responsável por estabelecer,

como será visto no Capítulo 5, as bases para a compreensão da cidade e que originou a estruturação da abordagem genealógica a ser aplicada em seguida. O Capítulo 6 tem início com a exploração do período que se inicia com a fundação da nova capital mineira e se estende até o final dos anos 1950. Com relação a esse intervalo de tempo, serão também identificados os mecanismos, estratégias e táticas de poder/saber a partir das mesmas diretrizes de abordagem explicitadas para os capítulos referentes à capital colombiana. Procedimento que permanecerá ao longo desse capítulo ao tratar, respectivamente, da Belo Horizonte que se torna uma metrópole – dos anos 1960 ao final dos anos 1970 – e da Belo Horizonte contemporânea, que se estende desde 1980 até os dias atuais. Da mesma forma, os dados e informações oriundos da pesquisa de campo desse último período somaram-se às referências levantadas.

O Capítulo 7 mostrará o cruzamento de olhares propiciados pelo estudo realizado nas duas capitais latino-americanas, a partir do procedimento genealógico empreendido em cada uma delas. Nele, à analítica do poder/saber foucaultiana serão adicionados outros posicionamentos teórico-conceituais – tais como os do filósofo americano Michael Hardt e do filósofo italiano Antonio Negri – com o objetivo de auxiliar na tessitura de novas perspectivas sobre os temas abordados. Assim, esse capítulo, coincidente com a conclusão, buscará delinear um fechamento parcial dos estudos empreendidos, já que esta tese pretende muito mais abrir o campo analisado e estudado para novas explorações do que estabelecer um ponto final para temas tão complexos e carentes de exploração.

2 MORADORES DE RUA, PODERES/SABERES, CIDADES: ABRANGÊNCIAS

O intuito deste capítulo é o de destacar os posicionamentos teórico-conceituais desta pesquisa, assim como os procedimentos de abrangência metodológica. Serão nele também destacados os aspectos relacionados à caracterização do perfil da população de rua, os termos a ela designados e também especificidades relacionadas às políticas públicas, com foco naquelas de cunho urbanístico. O objetivo desse último apontamento é o de estabelecer o balizamento para a genealogia que será encaminhada nos capítulos seguintes e não o de esgotar, em função da intersetorialidade relacionada ao tema, o amplo escopo dos trabalhos que o cercam. Cabe ressaltar que, ao longo de toda a tese, estudos e pesquisas relacionados às temáticas abordadas aparecerão circunstancialmente.

2.1 Aspectos teórico-conceituais

Escrever e descrever as cidades sobre as quais a presente pesquisa se desenvolveu no âmbito dos encontros com os moradores de rua e *habitantes de calle* é tarefa essencial, tanto pela necessidade da caracterização dos ambientes percorridos e estudados, como pela importância que tem o componente socioespacial para este estudo. Esta tarefa parte do entendimento de que espaço e sociedade estão direta e reflexivamente imbricados e visa a atingir um objetivo: compreender historicamente como foram sendo pensados, elaborados e construídos mecanismos, estratégias e táticas que, a partir de embates entre poderes e saberes, permearam e permeiam as possibilidades de existência de determinados modos de vida nos espaços urbanos. Especificamente, interessam os modos de vida considerados não conformes ou não adequados a determinados ambientes citadinos: no caso, o da população de rua.

Todavia, a elucidação da forma como essa empreitada será encaminhada é importante na medida em que distintos autores e áreas do saber vêm se debruçando sobre as relações existentes entre o espaço e a sociedade. Assim, de antemão, é necessário frisar que não se almeja realizar uma história geral das ideias e do conhecimento a respeito das pessoas sobre as quais este estudo se detém ou das cidades onde vivem, de modo a atingir uma verdade já estabelecida e sedimentada.

Isso porque desses emaranhados de corpos que preenchem em intensidades e tonalidades diferentes os espaços citadinos, o grupo específico do qual se pretende aproximar, o dos moradores de rua, de modo algum constitui uma homogeneidade. Nesse sentido, é necessário o destaque de uma heterogeneidade que se assenta tanto na forma como os estudos

direcionados a essa população se referem a ela, de modo mais geral, como nas próprias formas de condução de suas vidas em seus cotidianos. Este último aspecto será explorado mais adiante, mas cabe aqui ressaltar que, em face dos posicionamentos teórico-metodológicos que serão evidenciados, as menções mais gerais direcionadas aos moradores de rua serão feitas sob a forma de “pessoas” – com identidades, histórias, biografias, estratégias, experiências e interações múltiplas – e “corpos”.

Para cada uma dessas formas, o cruzamento do olhar da antropóloga argentina Claudia Girola com a analítica do poder/saber foucaultiana é de grande auxílio. No primeiro aspecto, o das “pessoas”, é notório o modo como Girola (1996; 2011; 2014), ao escrever sobre os moradores de rua, a eles se refere como pessoas. No artigo *Os sem-abrigo na busca de um reconhecimento de sua identidade positiva* (2011), a autora procura mostrar que, para além das diferenças que podem vir a marcar seus modos de vida, eles são pessoas como cada um de nós.

Já participei de muitas reuniões institucionais e entrevistas com trabalhadores sociais e, frequentemente, constatei que eles falam das pessoas sem-abrigo como se elas tivessem caído do céu, sem história [...]. Mas sua memória tem sido apagada da memória social geral. Eu não ignoro as diferenças de trajetórias, de modos de vida, de culturas, mas as pessoas sem-abrigo não vivem numa esfera diferente da nossa. (GIROLA, 2011, p.46, tradução nossa)¹¹

Já na perspectiva foucaultiana, embora o autor não trate diretamente dos moradores de rua, é relevante sua compreensão acerca do que denomina como o “saber das pessoas”, ou seja, os saberes que dentro de uma rede de poderes/saberes são, muitas vezes, desqualificados por contrastarem com saberes considerados científicos.

Por “saberes sujeitados”, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. [...] esse saber que denominarei, se quiserem, o “saber das pessoas” (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam). (FOUCAULT, 1999, p.12)

Como será visto, as atividades de campo estiveram diretamente relacionadas à identificação desses saberes das pessoas. Desse modo, é a partir dos desdobramentos expressos

¹¹ “J’ai participé à beaucoup de réunions institutionnelles, à des entretiens avec des travailleurs sociaux, et j’ai souvent constaté que l’on parlait des personnes sans-abri comme si elles tombaient du ciel, sans histoire [...]. Mais leur mémoire a été effacée de la mémoire sociale générale. Je n’ignore pas les différences de trajectoires, de modes de vie, de cultures, mais les personnes sans-abri ne vivent pas dans une sphère différente de la nôtre”.

sobre esta noção pelos dois autores citados, que se justifica o trato dos moradores de rua, majoritariamente, como “pessoas” e não como sujeitos, atores, agentes ou usuários – como frequentemente se identifica, tanto no âmbito das ciências sociais como no planejamento urbano. Já no segundo aspecto, o dos “corpos”, principalmente em relação ao que este termo implica na analítica do poder/saber foucaultiana – aporte teórico central deste estudo –, é importante que se ressalte seu alcance. A questão do corpo é permanente na obra de Foucault. Para o autor, espaço e corpo estão em relação profunda e o corpo é uma noção primordial, seja ele o corpo do indivíduo ou o de uma população. Ele é o local do atravessamento das forças instituídas nas batalhas de poderes/saberes e por isso ausente da neutralidade e de imanências. Nesse sentido, o autor evidencia:

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem [...]. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas [...]. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: **esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo.** (FOUCAULT, 2009, p.29, grifo nosso)

O corpo é também considerado por Girola. Ao tratar dos moradores de rua, a autora evidencia as marcas do tempo e da memória em seus corpos. Para a antropóloga, o corpo é lugar de inscrições que ampliam, para essas pessoas, seus territórios: “Seus territórios, aliás, não são apenas geográficos, mas também corporais. Seus corpos são, com frequência, um arquivo, uma memória” (GIROLA, 2011, p.46, tradução nossa)¹². Ainda, ao contar sobre seu encontro com uma moradora de rua, ressalta: “O corpo de Alicia está cheio de manchas e de cicatrizes. Ela as mostra e me conta sua vida através delas. Seu corpo registra a passagem do tempo e constitui um mapa de sua vida” (GIROLA, 2014, tradução nossa)¹³.

São sobre as pessoas que vivem nas ruas, são sobre seus corpos que sofrem as ações do tempo e das lutas que as genealogias que serão encaminhadas se direcionarão. Pessoas e corpos que constituem um modo de vida que, para parte relevante de planejadores urbanos, arquitetos, instituições públicas e privadas, moradores, comerciantes, usuários e transeuntes, não deveria,

¹² “Leur territoire n’est d’ailleurs pas seulement géographique mais aussi corporel. Leur corps est bien souvent une archive, une mémoire”.

¹³ “El cuerpo de Alicia está lleno de manchas y de cicatrizes. Ella me las muestra y me cuenta su vida a través de ellas. Su cuerpo registra el pasaje del tiempo y constituye un mapa de su vida”.

numa primeira mirada, ocorrer. Seja por razões que envolvem as normas, os direitos, as legalidades, a saúde, os fluxos, a caridade, a estética, mas não deveria ocorrer.

Como, então, olhar e falar da cidade que nega parte da cidade ao tratar uma parcela de seus corpos e pessoas como um problema? Problema que além de social é também urbano? Algo sempre presente e sempre a resolver? E, mais ainda, em que medida essa consideração da vida na rua como um problema vincula-se à lógica da (re)produção *ad infinitum* dos próprios espaços da cidade dentro de determinados padrões considerados normais? Nessa perspectiva, minha intenção é a de conduzir um olhar para a cidade a partir de corpos e pessoas compreendidos, não como problemas, mas como parte de conflitos, embates, pertencimentos, estratégias, exclusões e regimes de verdade numa trama cotidiana. Como pessoas que guardam saberes. Ou seja, a partir do próprio dia a dia experimentado pelos moradores de rua e do histórico das lutas que os envolvem é que se pretende vislumbrar os jogos de poderes e saberes dos quais fazem parte.

Mas antes de trilhar o caminho que tem como objetivo apresentar cada uma das cidades que fazem parte desta pesquisa, é necessário encaminhar algumas observações sobre as teorias e os conceitos, o alcance, a história, a (própria) experiência de campo relacionada aos núcleos urbanos pesquisados e às pessoas. É importante também destacar que um dos intuitos desta postura é a de evitar a cisão entre prática e teoria ou a chegada a Belo Horizonte e a Bogotá com um referencial conceitual e teórico já desenvolvido para, então, aplicá-lo, obtendo mais exemplos do que compreensão – o referencial teórico-conceitual adotado objetiva permitir revisões a partir dos desdobramentos da própria investigação.

2.1.1 Teorias e Conceitos

Para o desenvolvimento desta tese, há noções e marcos teóricos que deverão ser explorados e que estão relacionados, no âmbito da problemática urbana, ao espaço, suas formas e seus processos de produção e reprodução. Dentre eles destacam-se discussões sobre o urbano, os processos/fenômenos de urbanização, a cidade e o próprio espaço. Entretanto, no lugar de produzir uma listagem de definições, campos, linhas e recortes para cada uma dessas noções, elas serão, em grande parte, problematizadas – e não definidas, enunciadas ou encerradas conceitualmente – na medida em que a apresentação das cidades o exigir. Assim, da experiência de campo dentro de uma perspectiva histórica é que se pretende atingir as discussões conceituais-teóricas pertinentes a este estudo. Trata-se, portanto de um processo analítico que se alterna entre a indução e a dedução. Entretanto, serão apresentadas algumas abordagens que

passam por autores afetos ao tema, mas que têm em Michel Foucault o aporte fundamental.

A presença de Foucault justifica-se pela forma como o autor compreende o espaço com base nas relações de poder/saber que o atravessam. Desde essa mirada, falar sobre a temática espacial instaura a possibilidade de compreender e adentrar os modos de vida que se assentam sobre o cotidiano dos espaços da cidade, calcada no entendimento dos embates e lutas que envolvem mecanismos, estratégias e táticas de poder/saber em suas conformações. Essa possibilidade de aproximação do cotidiano e do espaço, a partir de Foucault, ocorre, conforme indica Prigge (2008), devido às intervenções subversivas do autor nas práticas discursivas dominantes, com o objetivo de restaurar o poder prático aos saberes sujeitados.

Nesse sentido, a noção de espaço se desdobra para regiões que vão mais além de definições cartesianas em termos matemáticos ou das definições unicamente científicas e hegemônicas. A análise assume, assim, uma forma crítica e complexa por abarcar e reconhecer a potencialidade dos indivíduos e grupos que atuam no urbano. Como visto, passa a reconhecer e reafirmar a existência de outros saberes: saberes locais, populares, ordinários, sujeitados. Quando se observa que, para Foucault (1999), o corpo está mergulhado em um campo político em que as relações de poder o alcançam, o espaço não seria também parte desses elementos materiais calculados, organizados e tecnicamente pensados? É isso que se buscará mostrar.

Muito embora não se tenha como objetivo explorar em profundidade a obra foucaultiana, sua analítica do poder/saber abre caminhos férteis para uma compreensão crítica da produção dos espaços da cidade, considerando-se a existência de moradores de rua em seus interstícios. Ou, como ressalta Ouida (2003), da produção/subjetivação dos corpos – dentre eles os dos moradores de rua – através dos embates, lutas, batalhas que se travam, também, nos espaços da cidade.

É sabido que Foucault não colocou as questões sobre o espaço como foco central de sua análise. Todavia, ele o abordou de maneira recorrente, constante e complexa. Como ressalta Stuart Elden (2001), “a norma para Foucault é usar o espaço não meramente como uma outra área a ser analisada, mas como uma parte central de suas aproximações” (ELDEN, 2001, p.3, tradução nossa)¹⁴. Foi este, por exemplo, o caso dos hospícios, prisões e casas de internamento em *A História da Loucura na Idade Clássica*, publicado em 1961. Ali, Foucault mostrou como (re)configurações de poder/saber vão formatando espaços morais de exclusão – majoritariamente da pobreza – que segregam e retiram dos espaços das cidades aqueles corpos considerados não conformes ou anormais, em cada período histórico específico, por meio de

¹⁴ “The norm for Foucault is to use the space not merely as another area to be analyzed, but as the central part of the approach itself.”

mecanismos, estratégias e táticas distintas. É o que ocorre com aqueles tomados como loucos:

Se o louco aparecia de modo familiar na paisagem humana da Idade Média, era como que vindo de um outro mundo. Agora, ele vai destacar-se sobre um fundo formado por um problema de “polícia”, referente à ordem dos indivíduos na cidade. Outrora ele era acolhido porque vinha de outro lugar; agora, será excluído porque vem daqui mesmo, e porque seu lugar é entre os pobres, os miseráveis, os vagabundos. A hospitalidade que o acolhe se tornará, num novo equívoco, a medida de saneamento que o põe fora do caminho. De fato, ele continua a vagar, porém não mais no caminho de uma estranha peregrinação: ele perturba a ordem do espaço social. Despojada dos direitos da miséria e de sua glória, a loucura, com a pobreza e a ociosidade, doravante surge, de modo seco, na dialética imanente dos Estados. O internamento, esse fato maciço cujos indícios são encontrados em toda a Europa do século XVII, é assunto de “polícia”. (FOUCAULT, 1978, p.72)

Da mesma maneira, em *Nascimento da Clínica*, de 1963, o autor ressaltou como o hospital escola e a medicina clínica estiveram relacionados com alterações imbricadas no próprio corpo humano como espaço de ação de poderes e de estabelecimento de saberes a partir de uma nova racionalidade médica. Não é casual, portanto, que a primeira frase do prefácio desta obra seja: “Este livro trata do espaço, da linguagem e da morte; trata do olhar” (FOUCAULT, 1977, p.VII). Trata, na verdade da “espacialização e da verbalização fundamentais do patológico” (FOUCAULT, 1977, p.X); na localização da doença no espaço do corpo e do doente em espaços institucionalizados para seu conhecimento, escrutínio e análise.

O funcionamento da disciplina médica, para o autor, extrapola os limites intra-muros hospitalares e se alastra para os espaços da cidade. No texto de 1976, *A Política da Saúde no Século XVIII*, ao comentar as intervenções autoritárias e de controle da medicina, mostra como ela se alastra para o espaço urbano:

[...] porque ele (o espaço urbano) é talvez o meio mais perigoso para a população. A localização dos diferentes bairros, sua umidade, sua exposição, o arejamento total da cidade, seus sistemas de esgoto e evacuação de águas utilizadas, a localização dos cemitérios e dos matadouros, a densidade da população constituem fatores que desempenham um papel decisivo na mortalidade e na morbidade dos habitantes. A cidade com suas principais variáveis espaciais aparece como um objeto a medicalizar. (FOUCAULT, 1979, p.201)

Já *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, de 1975, é o livro mais explorado de Foucault no que concerne às questões do espaço, quando se enfatizam os estudos voltados para a arquitetura e o urbanismo (CORTÉS, 2008; SANTOS, 1988; NASCIMENTO, 2008). As análises e descrições da cidade da peste, da cidade carcerária, do acampamento militar e das prisões – afora o das punições que ocorriam nas praças e ruas de séculos mais pregressos –

permitiram chegar à exploração do modelo panóptico¹⁵ que evidencia os modos como o espaço e, principalmente, a cidade, é usado como um mecanismo de poder, de um poder, mais especificamente, disciplinar.

Na famosa jaula transparente e circular, com sua torre alta, potente e sábia, será talvez o caso para Bentham de projetar uma instituição disciplinar perfeita; mas também importa mostrar como se pode “destrancar” as disciplinas e fazê-las funcionar de maneira difusa, múltipla, polivalente no corpo social inteiro. Essas disciplinas que a era clássica elabora em locais precisos e relativamente fechados – casernas, colégios, grandes oficinas – e cuja utilização global só fora imaginada na escala limitada e provisória de uma cidade em estado de peste, Bentham sonha fazer delas uma rede de dispositivos que estariam em toda parte e sempre alertas, percorrendo a sociedade sem lacuna nem interrupção. O arranjo panóptico dá a fórmula dessa generalização. Ele programa, ao nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares. (FOUCAULT, 2009, p.197)

A importância das derivações do poder disciplinar, assim como do modelo panóptico como um mecanismo de poder que incide sobre os corpos para torná-los dóceis, será de grande valia para a análise das cidades a serem apresentados nesta pesquisa, da mesma forma que para seus espaços urbanos. Mas a analítica do poder a partir de uma perspectiva espacial não se encerra nestas obras já apresentadas. “Esta genealogia da alma moderna e do policiamento dos espaços urbanos [...] não é perseguido simplesmente em *Vigiar e Punir* [...]. É também mais tarde desenvolvido na série *História da Sexualidade*” (ELDEN, 2001, p.150, tradução nossa)¹⁶. Principalmente no primeiro livro, de 1976, *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*, Foucault mostra o modo como, entre os séculos XVII e XIX, novas regras da decência se instauraram nos discursos sobre o sexo e sobre uma reorientação dos desejos. Na transformação dos processos de diferenciações hierárquicas, o sangue azul dos nobres deu lugar à sexualidade burguesa sadia na qual o espaço foi também mecanismo regulador e de vigilância. Foi também tecnologia que desenhou um novo regime ‘poder-saber-prazer’. Isso desde os espaços mais íntimos até os espaços das instituições.

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a

¹⁵ Em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2009) Michel Foucault direciona uma parte de seu trabalho para as tecnologias impostas aos corpos para discipliná-los. Dentre eles, o mais perfeito, o panóptico de Jeremy Bentham: “na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar” (FOUCAULT, 1997, p.190).

¹⁶ “This genealogy of the modern soul and of the policing of urban spaces [...] is not simply pursued in *Discipline and Punishment* [...] It is also pursued in the *History of Sexuality* series.”

organização interior [...]. O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separação, com ou sem cortina), os regulamentos para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. (FOUCAULT, 1988, p.34)

Mas talvez uma das contribuições mais importantes de *História da Sexualidade*, também do ponto de vista das análises espaciais – tendo em vista que os aspectos da vigilância, da disciplina e do controle foram observados mais profundamente em *Vigiar e Punir* –, seja a enunciação de outra forma de relações de poder/saber que recaem não mais sobre o corpo individual, mas sobre o corpo da população. É o poder sobre o homem-espécie, o poder sobre a vida, o biopoder que se exerce através de uma biopolítica, de uma tecnologia política da vida: “O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que podem se modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo” (FOUCAULT, 1988, p.155).

Esse espaço é o espaço da cidade que captura o indivíduo e a população. Os problemas atribuídos à população são problemas do espaço urbano. É nele que ela passa a ser distribuída a partir de domínios de valor e de utilidade, em que vigilâncias infinitesimais – da disciplina e de controle –, os micropoderes, somam-se a esquemas constantes de ordenações espaciais. Como apontam Rago e Funari (2008), é onde são desqualificadas as práticas e interpretações populares de vida, de organização da vida urbana. É onde, em meados do século XIX, sob o comando do Estado, equipes médicas e higienistas passaram a vasculhar todos os seus cantos: praças, ruas, bares, clubes, bordéis e prisões.

Ainda, o espaço e os espaços citadinos são também constantemente abordados por Foucault, a partir das relações de poder/saber, nos cursos do Collège de France que ocorreram entre os anos de 1970 e 1982. Neles ocorre o aprofundamento das análises sobre o poder disciplinar, o biopoder e a biopolítica. Da cidade medieval à moderna, são mostrados ora mecanismos que tinham como objetivo excluir os corpos não conformes, ora puni-los exemplarmente em espaços públicos, por vezes trancafiá-los e outras localizá-los e posicioná-los diante de estruturas hierárquicas de caráter espacial – fosse por meio do próprio desenho dos espaços, fosse através de limites ótimos de distribuição baseados na demografia e estatística, fosse no exercício conjunto destes dois mecanismos. O próprio autor situa como um dos objetos de seus estudos “a busca de um ‘nomos’, de uma justa lei de distribuição que assegure a ordem da cidade, fazendo com que nela reine uma ordem do mundo” (FOUCAULT, 1997, p.16).

Nesse sentido, os aspectos para os quais Foucault chamou atenção serão explorados ao longo desta pesquisa na medida em que as análises forem ocorrendo, mas é mister ressaltar ainda dois momentos. O primeiro deles diz respeito à noção dos dispositivos de segurança, tema do curso de 1977-78, que originou o volume *Segurança, Território, População*. A importância em abordá-los recai na forma como agem sobre o corpo populacional, de modo a criar médias de eventos que passam a ser considerados aceitáveis ou normais dentro dos espaços citadinos. Não mais apenas regimes de legalidade como na Idade Média – do código binário culpado-inocente –, não mais apenas a normatização dos corpos – do poder disciplinar que recai sobre o indivíduo através de técnicas médicas, psicológicas e policiais. A eles somam-se a normalização da vida, as curvas ótimas de mortalidade, criminalidade, nascimento, etc¹⁷. No espaço da cidade, isso implica apoiar em certos dados materiais: a disposição dos espaços, o escoamento das águas, o ar. Mas o objetivo não é o de alcançar o ponto de perfeição, tal como no modelo panóptico da cidade disciplinar. Trata-se:

[...] de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo que nunca serão suprimidos. [...] o que se vai procurar estruturar nesses planejamentos são os elementos que justificam por sua polifuncionalidade. O que é uma boa rua? É uma rua que vai haver, é claro, uma circulação dos chamados miasmas, logo das doenças, e vai ser necessário administrar a rua em função desse papel necessário, embora pouco desejável da rua. A rua vai ser também aquilo por meio do que se levam as mercadorias, vai ser também aquilo ao longo do que vai haver lojas. A rua vai ser também aquilo pelo que vão poder transitar os ladrões, eventualmente amotinados, etc. Portanto são todas essas diferentes funções da cidade, umas positivas, outras negativas, mas são elas que vai ser preciso implantar no planejamento. Enfim, [...] vai se trabalhar com o futuro, isto é, a cidade não vai ser concebida nem planejada em função de uma percepção estática que garantiria instantaneamente a perfeição da função [...]. (FOUCAULT, 2008a, p.26)

Para Foucault, isso implica em falar de técnicas que se vinculam ao problema da segurança, ou ao problema da série, série indefinida dos elementos que se deslocam: a circulação, quantos habitantes, quantos imóveis, número de veículos, número de passantes, número de ladrões, e, porque não adicionar, número de moradores de rua. Relaciona-se, assim, à gestão de séries abertas que só podem ser controladas por probabilidades estimadas.

O segundo momento está relacionado a um conceito que Foucault trabalha em uma das poucas oportunidades nas quais o espaço é tratado não como parte de suas explorações, mas

¹⁷ Essa distinção de modos de atuação de poderes/saberes em épocas distintas, não implica que sejam exclusivos de cada período. Ou seja, havia dispositivos de segurança já na Idade Média, assim como na atualidade estamos sujeitos a regimes de legalidade. Do mesmo modo, a disciplina perpassa todos os períodos elencados. A questão é a forma como certos rearranjos de seus mecanismos, táticas e estratégias dão origem a uma forma de tecnologia política que passa a atuar de modo mais ostensivo, em determinado tempo histórico, sobre o indivíduo e/ou população.

como uma área de análise por si mesma. No texto *Outros Espaços*, de 1967, o autor avalia o espaço historicamente, desde uma mirada, que é teórica, até outra que é prática. Para o autor, os espaços da Idade Média, por exemplo, produziram um conjunto hierarquizado de lugares baseados na localização – sagrados e profanos; protegidos e sem defesa; urbanos e rurais – enquanto que, na modernidade, a lógica da conformação espacial atrelou-se ao posicionamento. O que passa a ser considerado, então, são as relações de vizinhança entre os pontos e/ou elementos que o compõem. De um espaço de localização passa-se para um espaço marcado por relações de posicionamento, mais especificamente, de um posicionamento humano.

[...] o problema do lugar ou do posicionamento se propõe para os homens em termos de demografia; e esse último problema do posicionamento humano não é simplesmente questão de saber se haverá lugar suficiente para o homem no mundo – problema que é, afinal de contas, muito importante –, é também o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de estocagem, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos devem ser mantidos de preferência em tal ou tal situação para chegar a tal ou tal fim. Estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos. (FOUCAULT, 2006a, p.413)

Percebe-se, assim, que o autor se refere à forma como mecanismos – tais como a demografia – atuam sobre os espaços para conformar as séries consideradas ideais. Sobre isso, o autor faz uma distinção sobre um ponto de vista que é teórico e de um outro que é prático. Com relação ao primeiro, Foucault considera que o que acarretou tal alteração – da localização para o posicionamento – foi a dessacralização teórica do espaço que veio a reboque da teoria heliocêntrica de Galileu¹⁸, nos séculos XVI/XVII. Entretanto, do ponto de vista da prática do espaço, a sacralização continua, segundo ele, a imperar e responde pela manutenção de certas oposições:

[...] eu acredito que a inquietude de hoje concerne fundamentalmente ao espaço. [...] o espaço contemporâneo não está ainda inteiramente ‘dessacralizado’. [...] Houve, certamente, uma certa dessacralização teórica do espaço (aquela que a obra de Galileu provocou), mas talvez não tenhamos ainda chegado a uma dessacralização prática do espaço. E talvez nossa vida ainda seja comandada por um certo número de oposições nas quais não se pode tocar, as quais a instituição e a prática ainda não ousaram atacar: oposições que admitimos como inteiramente dadas: por exemplo, entre o espaço privado e o espaço público, entre o espaço da família e o espaço social, entre o espaço cultural e o espaço útil, entre o espaço de lazer e o espaço de trabalho; todos são ainda movidos por uma secreta sacralização. (FOUCAULT, 2006a, p.413)

¹⁸ O físico, matemático, filósofo e astrônomo italiano Galileu Galilei (1564-1642), defensor do sistema heliocêntrico que situava o sol no centro do sistema solar.

As derivações desta perspectiva conduzem a observar a noção de posicionamento desde um lugar que é o de fora. Nesse exercício, o autor delinea espaços que se configuram de modo contrário àqueles conformados dentro da regularidade das séries ótimas, mais além das relações institucionalizadas socialmente. São lugares fora dos lugares, mas efetivamente localizáveis e que cindem as oposições dadas e exemplificadas na citação acima. Esses espaços conformam as heterotopias. Elas são, desse modo, outros lugares, lugares de formas variadas, espaços diferentes. Por estar fora da média de eventos considerados normais ou aceitáveis, por atrever-se a se posicionar na curva externa à normalização, constituem-se como o lugar dos desvios.

Destarte, se por um lado, como afirma Foucault, são as casas de repouso, as prisões, o cemitério, as clínicas psiquiátricas, por outro, seria possível afirmar que são também, pelos mesmos motivos, as malocas, os lugares de consumo de substâncias psicoativas, a marquise que deixa de assumir sua função de proteção às intempéries para se transformar no teto que se projeta sobre corpos dos moradores de rua, estes por sua vez, também heterotópicos. Desse modo, as heterotopias, de acordo com Valverde (2009), são uma possibilidade de observar os espaços urbanos desde uma perspectiva que se afasta de uma visão teleológica, já que sinalizam uma inadequação entre a forma como os imaginamos e os modos como são, efetivamente, utilizados. Elas podem, assim, contribuir para as reflexões sobre ordenamento espacial, planejamento urbano e representações socioespaciais já que formas, comportamentos e significados se mesclam atipicamente para formação de espacialidades distintas das previstas por leis e hábitos politicamente aceitos.

Com essa primeira aproximação aos modos como o espaço aparece na analítica de poder/saber foucaultiana, buscou-se mostrar como ele é fundamental nas relações de poder/saber ou como tais relações estão fortemente atreladas a um espaço. O que será sondado, a seguir, buscará aprofundar tanto essa mirada como outras contribuições de relevância para os estudos sobre Bogotá e Belo Horizonte.

Para dar partida ao que se propõe, um excerto de um artigo do filósofo e geógrafo americano Neil Brenner – *Teses sobre a Urbanização* – é de importante auxílio. Nele, o autor evidencia a necessidade do cuidado e o tamanho do desafio dos estudos que abordam as questões urbanas na atualidade: “[...] a noção do urbano não pode se reduzir a uma categoria de prática; segue sendo uma ferramenta conceitual crítica em qualquer tentativa de teorizar a atual destruição criativa do espaço político-econômico sob o capitalismo do começo do século XXI” (BRENNER, 2014, p.12).

Esse pequeno trecho traz relevâncias e desafios. Não reduzir o urbano ao prático implica a constância de um gesto que se direciona ao fundo, ao profundo, à raiz – em ser radical – mas

que, ao mesmo tempo, compreende a superfície como manifestação, realidade objetivada e intrincada complexidade. E nessas idas e vindas, da superfície ao fundo – e vice-versa –, em algum lugar intermédio, fazer do urbano uma ferramenta conceitual crítica é também compreender “que a destruição criativa do espaço político-econômico sob o capitalismo do começo do século XXI” (BRENNER, 2014, p.12) não conforma espaços de neutralidades, de verdades últimas e absolutas e de completude. A destruição criativa é um movimento necessário à acumulação do capital que, para se expandir e gerar lucros – a partir da terra urbana transformada em *commodity* – deprecia ativamente o existente, o destrói e cria novas paisagens às custas, na maior parte das vezes, ou da expulsão dos menos favorecidos de seu local de origem ou da utilização dessa mesma condição de desfavorecimento como efeito criativo.

Funciona, portanto, na esfera da tecnologia política do corpo e, nesse sentido, a destruição criativa vincula-se a reposicionamentos constantes de parcelas da população sobre o espaço urbano.

Para que se compreenda as formas como esses processos ocorrem, é importante fazer um caminho que possa conduzir para além de modos já estabelecidos de tratar as discussões e questões sobre as cidades. Vale aqui estabelecer duas dimensões usuais, uma que é quantitativa e uma outra qualitativa.

Primeiramente, é muito comum que se atrele, atualmente, o fenômeno urbano a um viés quantitativo. Números e cifras são frequentemente estampados nos mais diversos meios para corroborar a tendência de um movimento que se alastra mundialmente: a urbanização. Parte dessas abordagens assenta-se em estatísticas que mostram a forma como a população urbana – em contraste com a rural – vem se ampliando. Nesse sentido, dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), de acordo com o relatório *Perspectivas da Urbanização Mundial*, de 2014, indicam que a população urbana mundial passou dos 746 milhões, em 1950, para 3,9 bilhões, em 2014, e a previsão para 2045 é de ultrapassar os 6 bilhões de habitantes, segundo o Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais (2014).

A outra dimensão diz respeito ao modo como referências e denominações sobre a cidade estão relacionadas ao tamanho, morfologia e fronteiras e, nesse sentido, fala-se de metrópole, megalópole, megacidade, conurbação, região metropolitana¹⁹, dentre outros. De forma distinta,

¹⁹ Geralmente são consideradas metrópoles espaços urbanos complexos e grandes com um número de habitantes superior a um milhão (RIBEIRO; SILVA; RODRIGUES, 2011); as megacidades são aquelas com um número de habitantes acima da cifra de oito milhões (DAVIS, 2006); megalópoles transcendem o conceito de uma única cidade por serem entendidas como uma região que abrange mais de um núcleo urbano e, assim, caracterizarem policentralidades e intensidades relevantes de fluxos entre elas (LENCIONI, 2014); as conurbações, por sua vez, também implicam um agrupamento de cidades, contudo, com uma unificação de base territorial (LENCIONI, 2014); as regiões metropolitanas dizem respeito a espaços institucionalizados oficialmente como tais (RIBEIRO;

ao avaliar certos processos e/ou fenômenos a ela direcionados, principalmente, de uma forma mais global, adjetivos lhe são agregados no intuito de compreendê-la qualificando-a. Assim, fala-se, para citar alguns, da cidade informacional – apresentada por Manuel Castells (1989) e que compreende o momento de uma revolução tecnológica como fonte de alteração da vida humana em suas dimensões de tempo e espaço; de cidades mundiais – mais amplamente exploradas por Peter Hall (1995), a partir de múltiplos e intrincados processos (políticos, organizacionais, comerciais, financeiros, profissionais, informacionais, culturais e de consumo); da cidade global – desenvolvido por Sassia Sasken (2005), a partir da consideração da globalização da economia; de cidades rebeldes – mais recentemente descritas por David Harvey (2014), que busca compreendê-las a partir da correlação das lutas de classe dentro e nas cidades, através de ações políticas anticapitalistas que implicam uma discussão radical do direito à cidade²⁰.

Com relação a esses recortes, não parece necessário, num primeiro momento, classificar Bogotá ou Belo Horizonte nesses termos. Ser ou fazer parte de uma região metropolitana ou conurbação, poder ser denominada como uma megacidade ou megalópole importa menos – em função do que se propõe a pesquisar – do que entendê-la como o *locus* de uma variedade de práticas, fenômenos e processos urbanos que a compõem e que por ela são também conformados de determinadas maneiras. Retornando à perspectiva de Foucault (1999), importa menos do que identificar e analisar os procedimentos, mecanismos e efeitos de poderes/saberes que atuam na (re)produção desses espaços a eles intrínsecos. O que não quer dizer que essas mesmas classificações hierarquizadas e hierarquizáveis não sejam, elas mesmas, parte desses mecanismos.

De qualquer modo, quantificações, tamanhos e delineamentos político-administrativos institucionalizados poderão, a bem da verdade, ser utilizados nesta tese, mas isso será mais uma necessidade descritiva e consequência do trabalho de campo – caso tal fator se torne relevante – do que uma determinação apriorística e base de fundamentação das análises.

Da mesma forma, as práticas e fenômenos não serão tratados por vias a verificar seu pertencimento ou não às “cidades adjetivadas” – e definidas a partir da consideração de determinados processos sobre outros – numa amplitude globalizada, que permite uma teoria mais geral. Este não é de qualquer forma um ponto de partida, embora isso não implique o

SILVA; RODRIGUES, 2011).

²⁰ Tal discussão está largamente relacionada ao livro *Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana*, no qual o autor recupera e atualiza, em face do contexto mais recente das lutas urbanas, os escritos de Henri Lefebvre sobre o “direito à cidade” e sobre a “revolução urbana” – respectivos títulos de publicações deste último autor (LEFEBVRE, 2001; LEFEBVRE, 1999).

desconhecimento, em momento oportuno, das práticas que venham a afetar as formas de produção dos espaços das cidades, seja de modo mais localizado ou numa ambiência mundializada. Do mesmo modo, interpretações fortemente evolutivas ou teleológicas que apontem *a priori* o destino ou futuro das cidades não serão tomadas como referências primárias e/ou exclusivas. Uma contribuição de Brenner parece também, aqui, pertinente:

Tampouco se pode conseguir uma compreensão eficaz sobre a base de ideias mais recém-desenvolvidas em torno da cidade global(izadora), já que a maioria de suas variantes pressupõem uma limitação territorial das unidades urbanas, embora, agora, entendidas como ligadas com outras cidades mediante redes transnacionais de capital, trabalho e infraestruturas de transporte/comunicação. (BRENNER, 2014, p.10)

Não há dúvidas de que esse é um dos motivos que faz com que o autor reflita sobre a gama diversa de estudos e posturas que vêm imprimindo novas formas de produzir dados e de se pensar a cidade e o urbano na atualidade. Não há dúvidas também que tal questão perpassa os mecanismos de poder/saber enraizados na estatística e na demografia como esferas biopolíticas de ação. Mas o que Brenner parece fazer é buscar o reposicionamento da própria teoria urbana em um novo contexto, em que o urbano deixa de ser apenas uma arena de conflitos políticos e passa a ser, principalmente, um dos principais interesses em disputa no cenário mundial.

O autor observa a interdisciplinaridade emergente nas questões sobre a cidade e o urbano – haja vista as contribuições de cientistas físicos e computacionais, de ecologistas, historiadores, críticos literários, etc. – e chama a atenção para o fato de que o discurso sobre o urbano “tornou-se uma das meta-narrativas dominantes por meio do qual se interpreta (tanto em meios acadêmicos como na esfera pública) nossa atual situação planetária” (BRENNER, 2014, p.6). Destarte, devido às diversas maneiras com que as noções de cidade, de urbano e de espaço – e outras a elas atrelados – são tratadas e desenvolvidas em áreas do saber distintas, mas correlatas – tais como a sociologia e planejamento urbanos, urbanismo, economia política, geografia e outras mais –, torna-se necessário elucidar em que âmbito e de que forma serão abordadas e compreendidas neste trabalho. Com base no que já foi mostrado, apresento a primeira delas: **o espaço urbano é um lugar em disputa e não se configura como espaço de neutralidade.**

Essa assertiva, porém, conduz à necessidade de estabelecer o modo como tal disputa é compreendida. De início, adianta-se que o fator de relevância não se assenta sobre quem possui os meios ou elementos de empreendê-la. Em outras palavras não se trata de identificar ou designar os maiores ou menores detentores de um certo tipo de poder nesta batalha. Nesse

sentido, a contribuição de Foucault torna-se relevante por debruçar-se sobre as disputas, lutas, batalhas e guerras, a partir dos jogos de poderes e saberes. Poderes e saberes que só podem ser entendidos, para o autor, de maneira conjunta e inseparável. É na análise dos mecanismos de poder que se faz possível, para Foucault, verificar os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas e choques que nela ocorrem e pelas táticas de poder que são elementos dessas lutas. É por meio da genealogia – que será abordada mais à frente –, que o autor busca analisar os saberes, suas existências e transformações a partir das relações de poder. Desde essa mirada se buscará compreender como os processos relacionados ao urbano e às cidades, no âmbito do trabalho desta tese, ocorrem.

O poder, para Foucault, “não se dá, nem se troca, nem se retorna, mas [...] se exerce e só existe em ato. [...] O poder não é primeiramente manutenção e recondução das relações econômicas, mas, em si mesmo, primariamente, uma relação de força” (FOUCAULT, 1999, p.21) entre indivíduos ou grupos. Isso não quer dizer, entretanto, que a economia²¹ não seja relevante, mas ela deve ser observada – juntamente com outros fatores – como relação de forças. Desse modo, o poder deve ser analisado como combate, enfrentamento, guerra, batalha, pois, “é a guerra continuada por outros meios”²² (FOUCAULT, 1999, p.22), ancorado numa determinada realidade histórica e como parte de um sistema político.

Desse modo, a grande questão que permeia esta relação belicosa, como a denomina o próprio autor, é que neste campo de batalhas entram em ação mecanismos, estratégias, táticas, tecnologias e dispositivos de poder/saber. O ponto a que deve chegar, portanto, passa a ser o de “determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder/saber que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (FOUCAULT, 1999, p.19).

Isso significa que a tecnologia política do corpo está atrelada a uma microfísica do poder na qual o poder não é uma propriedade, mas uma estratégia.

[...] que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos: que se desvende nele antes uma rede de relações [...]. Esse poder se exerce mais que se possui, [...] por outro

²¹ Esse ponto remete à questão do materialismo histórico no qual Marx tece um desenho da sociedade a partir das noções de superestrutura e infraestrutura. A infraestrutura, a base dominante, se perfaz pela base econômica (relações da humanidade com a natureza e da humanidade entre si). A superestrutura é constituída por uma base jurídico-político (Estado e direito) e por outra ideológica (religião, educação, cultura, etc.). Enquanto Marx, através desta matriz, vislumbra os embates sociais em termos de lutas de classes, para Foucault, a questão da coletividade está enraizada em procedimentos de subjetivação nos quais o poder/saber se perfaz em relações que objetivam o governo das condutas do outro.

²² Esta é uma passagem da obra *Em Defesa da Sociedade* na qual Foucault (1999) faz referência direta ao princípio de Clausewitz que diz ser a guerra a continuação da política por outros meios. Para ele, entretanto, numa inversão da proposição, afirma ser a política a continuação da guerra por outros meios.

lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que não têm; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. [...] Finalmente, não são unívocas; definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas, e de inversão pelo menos transitória da relação de forças. (FOUCAULT, 1997, p.29)

Mas essa luta não é de um sujeito ou grupo apenas. Apesar da inegável tentativa de promoção de “uma meta-narrativa dominante sobre nossa situação planetária” (BRENNER 2014, p.12), já se mostrou, no início deste capítulo que, para Foucault (1999), os saberes sujeitados, os saberes das pessoas não são unânimes, pois devem sua força à contundência através da qual se opõem a estes saberes considerados como profundamente elaborados ou científicos.

Assim, se o espaço urbano, o espaço das cidades é, por um lado, um lugar de enfrentamentos de uma ampla gama de pessoas que nele e por meio dele estruturam seus modos de vida, por outro, este mesmo enfrentamento é também processo e produto de mecanismos, estratégias e táticas de saber/poder que modificam e alteram os espaços. Por isso, não seria possível falar na neutralidade ou considerar a existência de um urbano adicionado de mecanismos de poder. Isso porque não se acredita – a partir de Foucault – que haja relações de poder extrínsecas aos fenômenos e às relações.

O poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo. Se preferirem, simplificando, não haveria relações de produção *mais* mecanismo de poder. Não haveria, por exemplo, relações de tipo familiar que tivessem, a mais, mecanismos de poder, não haveria relações sexuais, a mais, ao lado, acima, mecanismos de poder. Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e a causa delas [...]. (FOUCAULT, 2008a, p.4)

Nesse sentido, embora o autor esteja falando nessa passagem sobre as relações de produção, familiares ou sexuais, acredita-se que também as que incidem sobre o espaço urbano – aquele em disputa e que não se configura como espaço de neutralidade – não estão alijadas dos mecanismos, táticas, estratégias de poder/saber. A busca por esses recursos de luta torna-se, portanto, necessária para explorar o ‘como’ de um jogo de poder/saber que envolve espaços e corpos. O ‘como’ do poder é o ponto-chave das discussões de Foucault acerca das relações de poder/saber. Para o autor, esta é a forma possível para uma investigação crítica sobre esta temática, mas não que tivesse a intenção de eliminar o ‘quê’ ou o ‘porquê’. Entretanto, deixa claro que a busca pelo ‘como’ se dá não no sentido do “como se manifesta”, mas de “como se exerce” ou “como acontece quando os indivíduos exercem, como se diz” seu poder sobre os outros” (FOUCAULT, 2010b, p.284). Desse ponto de vista pode-se, portanto, reformular o que

anteriormente se propôs: **o espaço urbano é um lugar em disputa e não se configura como espaço de neutralidade. Nesse sentido ele é também espaço das lutas que são atravessadas por mecanismos, táticas, estratégias de poder/saber.**

Outro aspecto de relevância, desta vez apontado pelo geógrafo britânico David Harvey, mostra a necessidade de se pensar as cidades do século XXI em função das discrepâncias e conflitos provocados por processos intensivos de urbanização no cenário pós-fordista²³, ao final do século XX.

Eu penso que é importante, primeiramente reconhecer, que como um artefato físico a cidade contemporânea possui diferentes camadas. Ela forma o que podemos chamar de palimpsesto, uma paisagem composta de diferentes formas construídas e sobrepostas umas às outras com o passar dos anos. (HARVEY, 1996, p.49, tradução nossa)²⁴

É necessário, pois, entender que processos mais recentes não excluem a compreensão da sedimentação de processos anteriores e não se afastam, portanto, de uma visão histórica das formas como foram conduzidos. A maneira como as questões históricas serão absorvidas neste estudo serão exploradas, mais cuidadosamente, adiante. Entretanto, neste momento, duas perspectivas merecem menção devido à forma como se dirigem às dinâmicas sócio-espaciais no escopo desta tese.

A primeira delas está relacionada à cidade. Para Henri Lefebvre (1999), as cidades, em suas várias formas, cada uma delas atrelada a processos políticos, econômicos e sociais, já se conformaram, ao longo do tempo, como realidades distintas. Primeiro, a cidade política no ocidente, ou seja, a cidade grega, a cidade da ágora, foi a ponta inicial de um eixo espaço-temporal de conformação de um fenômeno urbano. Hierárquica e estratificada (sacerdotes, príncipes, chefes militares, escribas, artesãos, camponeses, escravos), ela teve na figura do monarca – proprietário do solo – seu ponto mais elevado de poder. Num segundo momento, a cidade do comércio e do mercado, que se desenvolveu ao longa da Idade Média foi, aos poucos, se integrando à cidade política. Ela a transformou do ponto de vista espacial. O mercado,

²³ Do ponto de vista do sistema econômico e de regulação e da acumulação capitalista, o pós-fordismo é compreendido como um regime de acumulação flexível fortemente marcado pelo neoliberalismo e distinto da matriz fordista do pós-guerra, de base keynesiana, que se estendeu até a década de 70. Tal transição trouxe profundas reverberações nos modos de regulação social e política do capitalismo mundial. Implicou, principalmente, um novo posicionamento do Estado, que pressionado por grandes empresas e organizações internacionais de caráter político e econômico, reduziu o intervencionismo direto sob a forma de uma maior partilha de poder. Desse modo, boa parte dos serviços, antes estatais, passam a ser transferidos para o setor privado (MENDES, 2013).

²⁴ “I think it important first to recognize that, as a physical artifact, the contemporary city has many layers. It forms what we might call a *palimpsest*, a composite landscape made up of different built forms superimposed upon each other with the passing of time.”

outrora excluído da cidade política, tornou-se elemento protagonista da praça central. Ao seu redor, a igreja e a prefeitura. Nesse sentido, conforme aponta o autor, “a arquitetura segue e traduz a nova concepção da cidade” (LEFEBVRE, 1999, p.22). Mas a cidade comercial foi também responsável por novas formas de acumulação e produção de riquezas – não mais apenas imobiliária, mas também mobiliária (dinheiro) – que formatou uma nova classe hegemônica, a saber, a burguesia comercial. A nova forma de produção de riquezas, por sua vez, foi essencial para que, entre os séculos XVIII e XIX, em função da Revolução Industrial, a indústria se aproximasse da cidade para estar mais perto dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e da mão de obra. Assim, paulatinamente, as indústrias a penetraram e a fizeram explodir,²⁵ estendendo-a e levando à urbanização da sociedade, mas ao mesmo tempo negando sua centralidade, fazendo-a implodir. A cidade industrial alterou, desse modo, não apenas a morfologia da cidade, mas também o modo de controle de seu tempo social em função das novas relações de trabalho e deslocamentos (LEFEBVRE, 1999).

Porém, menos que pontuar as distinções que marcam cada um dos tipos de cidades descritas por Lefebvre, o interesse é o de perceber como elas – as cidades política, comercial e industrial – conformam fases, etapas, períodos, de forma alguma estanques, mas que tomam parte de um processo ou fenômeno que as engloba, o fenômeno urbano. Assim, ao se manifestar no curso de sua explosão, “[...] o urbano (abreviação de "sociedade urbana") define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 1999, p.28).

Desse modo, Lefebvre traz para esta exploração, dentro de uma leitura histórica, algo importante e já mencionado: a cidade contemporânea é uma forma complexa resultante de um processo de urbanização ainda em curso (1999). Neste aspecto, sob o ponto de vista da dinâmica do morar na rua, é importante compreender em que condições este processo de urbanização, ou fenômeno urbano, com ela se relaciona, já que a vida na rua não pode ser considerada uma questão recente.

Levinson (2004) aponta que pessoas vivendo das possibilidades existentes nos interstícios citadinos remontam há mais de 10 mil anos e coincidem com a fundação dos

²⁵ A explosão da cidade, a partir de seu núcleo original, é uma dinâmica que se adiciona ao da implosão conformando o par explosão-implosão. Na sociedade urbana – realidade social que nasce a partir da industrialização – a explosão é caracterizada pelo crescimento da cidade e por sua extensão territorial. Por outro lado, a implosão complexifica tal realidade ao remeter o fenômeno urbano, ou o processo de urbanização, para algo além do crescimento exclusivamente. A cidade implodida é aquela que, além do crescimento, é também lugar de transformações do território e da paisagem. (LEFEBVRE, 2001)

primeiros agrupamentos humanos. Também Stoffels (1977) evidencia que o outrora denominado “errante” fez parte do cenário histórico desde a Antiguidade. Interessante é, ainda, verificar que, para a autora, apesar das sucessivas denominações que lhe foram sendo dadas (vagabundo, vadio, pobre, fora da lei, etc), o urbano assume papel central em sua existência: “O lugar de constituição da organização da mendicância revela-se, desde a Antiguidade, como urbano” (STOFFELS, 1977, p.65). Assim, é possível considerar que o processo de formação e desenvolvimento das cidades implica distintas formas de apropriação de seus recursos econômicos, sociais, espaciais e culturais e na consequente formatação de formas de vida distintas. Formas de vida tanto interconectadas entre si como a um contexto social no qual o acesso a esses recursos não ocorre nem de modo igualitário, nem distanciado das dinâmicas de poder/saber das quais fazem parte.

Voltarei a essa questão posteriormente, mas certo é que, embora por vários séculos ainda não se fizesse referência a essa população como de moradores de rua ou de *habitantes de calle*, os loucos, leprosos, mendigos, enfermos, pobres, inválidos, vagabundos, andarilhos, indigentes e famintos percorriam e permaneciam nas ruas e espaços públicos das cidades de distintos locais e épocas: “Novelistas, filósofos, narradores, cientistas, governantes e políticos nos mostram estas realidades em todas as latitudes e em todas as épocas” (PACHECO, 2008, p.103, tradução nossa)²⁶.

O próprio Foucault, em diversas oportunidades – *História da Loucura* (1978), *O Nascimento da Clínica* (1977) e *Vigiar e Punir* (2009) –, mostrou o modo como essas pessoas foram ora trancafiados em hospícios, ora conduzidos a trabalhos forçados ou sofreram punições sobre seus corpos, por vezes internados em leprosários ou até mesmo expulsos de certas cidades. Na medida em que o autor vai tecendo as formas como distintas tecnologias políticas incidiram sobre os corpos dessa população – desde a Idade Média até o que considera como a época moderna –, reforça a existência dos que eram privados de andar livremente pelos espaços citadinos em oposição à liberdade daqueles pertencentes aos grupos considerados normais.

As maneiras pelas quais se compreende o morar na rua em função de suas causas ou razões não são o objeto deste estudo, mas ressalto que pesquisas realizadas, muitas delas vinculadas a levantamentos censitários²⁷, buscam na trajetória das vidas das pessoas que moram

²⁶ “Novelistas, filósofos, narradores, científicos, gobernantes y políticos nos muestran estas realidades en todas las latitudes y en todas las épocas.”

²⁷ Como será visto, em Bogotá já foram realizados cinco censos da população de rua, o último deles em 2011. No momento da pesquisa de campo naquela cidade, mais um estava em processo de finalização. Em Belo Horizonte, foram realizados três, o mais recente de 2013. Todos eles pretendem, dentre outros objetivos, identificar os motivos pelos quais as pessoas têm na rua um lugar predominante de estruturação de suas condições de vida. Os motivos, embora variados, são muitas vezes coincidentes em ambas as cidades.

nas ruas os motivos pelos quais elas tornaram-se uma realidade. Mas se consideradas, por um lado, as afirmativas de Levinson e Stoffels e, por outro, o diagrama proposto por Lefebvre em *A Revolução Urbana* (1999) – no qual a sociedade urbana é um processo não completado, mas em desenvolvimento desde a formação do primeiro tipo de cidade, a política – caberia levantar uma indagação. Não estaria no processo mesmo de urbanização – fortemente vinculado a determinadas formas de acesso a recursos, ao estabelecimento de normas, à formatação de subjetividades, a certas tecnologias políticas – o lugar onde se deveria buscar, não a origem, mas as distintas conformações da vida na rua?

A segunda perspectiva, porém agora a partir de um olhar foucaultiano, evidencia outras questões do trato histórico relacionadas à problemática espacial urbana. Diferentemente de Lefebvre, Foucault não propõe uma teoria, ou melhor, uma teoria unitária sobre o espaço.

Nesse sentido, é válido esclarecer que não é o objetivo deste trabalho explorar em profundidade o que pode ser considerada como uma teoria do espaço em cada um destes autores, mesmo porque Foucault reincidentemente recusa qualquer definição de seus estudos como teoria. Todavia, ressalto que, quando necessárias, as similitudes ou distinções existentes entre ambos serão destacadas. Distinções que de modo algum invalidam a possibilidade de sua utilização conjunta para o que nesta tese se pretende. De qualquer modo, vale mostrar que alguns autores exploraram as perspectivas relacionadas ao espaço tanto em Lefebvre como em Foucault de modo mais aprofundado. São os casos, por exemplo, de Edward Soja (1996) e Ken McPhail (1999). Para ambos, tanto Foucault como Lefebvre produzem visões não convencionais sobre o espaço e as inserem dentro de um pensamento crítico e complexo. Mas, se por um lado, Lefebvre faz do espaço seu aporte principal e a partir dele desvela toda uma teoria vinculada às relações sociais de sua produção, por outro Foucault o compreende a partir das relações entre poder e saber. Ainda, embora boa parte das publicações de Lefebvre tenham o espaço como ponto central – haja vista *O Direito à Cidade* (2001), *A Revolução Urbana* (1999), *The Production of Space* (1991) e *Espaço e Política* (2008) –, Foucault o aborda de maneira constante, porém não como protagonista, e chega a noções que se mostrarão essenciais para esta pesquisa tais como o panóptico e as heterotopias. Nesse sentido, talvez não esteja equivocada a posição de Ouida: “A grande preocupação de Lefebvre era a produção do espaço e a de Foucault a produção do indivíduo através do espaço” (OUIDA, 2003, p.10, tradução nossa)²⁸. Assim, enquanto que para Lefebvre “o objetivo é o de descobrir ou construir uma

²⁸ “Lefebvre's greatest concern was the production of space and Foucault's the 'production' of the individual through space”.

teoria unitária entre campos que foram concebidos separadamente”²⁹ (LEFEBVRE, 1991, p.11, tradução nossa)³⁰, Foucault nega a possibilidade de uma filosofia que possa valer para todos e para todos os tempos (CASTRO, 2009). A bem da verdade, Foucault procura enfatizar, conforme já ressaltado, a necessidade da emergência de outros saberes em oposição a teorias unitárias: “Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de uma ciência que seria possuída por alguns” (FOUCAULT, 1999, p.13).

Mas, de volta à segunda perspectiva, no que tange o espaço, Foucault o compreende a partir das relações de poder e saber que sobre ele incidem em um dado lugar e em um tempo específico. O que emerge a partir disso não é o delineamento de um processo ou fenômeno mais geral que abarcaria linearmente distintas conformações de espaços urbanos, mas pontos de inflexão, discontinuidades ou mudanças de direção historicamente gestados e colocados em prática. Isso foi o que pôde ser visto, por exemplo, quando pontuou as alterações provocadas na cidade a partir de uma nova articulação de mecanismos, estratégias e táticas de poder/saber que deixaram de conformar espaços de localização e passaram a estabelecer posicionamentos. Foi a partir deste momento que se pôde, segundo Foucault, levantar questões que antes não fariam sentido: “Como se deve conceber a organização de uma cidade e a construção de uma infraestrutura coletiva? Como devem ser construídas as casas?” (FOUCAULT, 2010a, p.84, tradução nossa)³¹.

Para o autor (2010a), o que ocorreu, a partir do século XVIII, foi que o espaço tornou-se objeto de uma racionalidade governamental aplicada ao conjunto de um território e a seus habitantes. Problemas tais como epidemias e revoluções adquiriram importância em termos espaciais. Já que o exercício do poder político *vis a vis* o espaço das cidades passava por novas relações.

Em Foucault (2010a), essa governamentalidade é caracterizada pelo conjunto de relações de poder e de técnicas que permitem que as relações de poder se exerçam com vistas a um objetivo: a condução da conduta dos outros. A governamentalidade é, então, o governo da conduta, a arte de governar a humanidade através de uma prática política calculada e refletida. Cabe destacar, entretanto, que a governamentalidade não diz respeito, única e

²⁹ Tais campos dizem respeito a formas, funções e estruturas (LEFEBVRE, 1991).

³⁰ “[...] the aim is to discover or construct a theoretical unity between fields which are apprehended separately”.

³¹ “Cómo debe concebirse a la vez la organización de una ciudad y la construcción de una infraestructura colectiva? Cómo deben construirse las casas?”

exclusivamente, ao âmbito do Estado. Ela se refere também aos micropoderes, quaisquer que sejam os níveis de análise: pais e filhos; indivíduo e poder público; população e medicina; etc (FOUCAULT, 2008a).

Nesse sentido, o espaço foi se tornando não apenas alvo, mas também mecanismo de ação da governamentalidade com vistas ao governo das condutas. Entretanto, governo não absoluto. A análise da governamentalidade é indissociável da análise das formas de resistência ou contracondutas: “Contraconduta no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros. [...] dimensão de contraconduta que podemos encontrar nos delinquentes, nos loucos, nos doentes” (FOUCAULT, 2008a, p.266). E por que não, nesta pesquisa, nos moradores de rua? E por que não no espaço como lugar de atravessamentos dessas contracondutas cotidianas?

A partir de tais constatações, passa a ser importante a consideração das formas pelas quais os mecanismos, táticas e estratégias presentes nas relações de poder e saber se desdobram no espaço e (re)posicionam os corpos e as populações. No caso deste trabalho, corpos de moradores de rua que ao longo do tempo vão se tornando tanto produto como objeto e justificativa de ações nos espaços citadinos, num processo de urbanização cada vez mais acelerado e de (re)posicionamentos frequentes, mas que, por outro lado, não são estéreis de resistências ou contracondutas.

Assim, no que concerne ao espaço urbano, torna-se **necessário compreender a cidade contemporânea como uma forma complexa resultante do processo de urbanização, ainda em curso, através do ‘como’ das relações de poder e saber**. Ambas as perspectivas são importantes para o estudo que se pretende realizar e, apesar de posturas que partem de posicionamentos teórico-metodológicos distintos – Lefebvre e Foucault –, não perfazem incompatibilidades para as análises a serem empreendidas.

Isso pode ser corroborado quando se observa a maneira pela qual Harvey se debruça sobre a problemática urbana. Para o autor, o urbano não pode ser considerado como “[...] uma entidade sócio-organizacional chamada de cidade [...], mas como a produção de formas espaço-temporais específicas e bastante heterogêneas inseridas dentro de diferentes tipos de ações sociais” (HARVEY, 1996, p.52, tradução nossa)³². É, assim, um “fazer cidade”, tanto produto como condição de um processo de transformação social em andamento. Desse modo, a urbanização, processo do qual deriva o urbano, é dupla, reflexiva, ativa e dinâmica. Constituída por processos sociais, distancia-se de elaborações e conformações *a priori* e deterministas.

³² “[...] some socio-organizational entity called ‘the city’ [...] but as the production of specific and quite heterogeneous spatio-temporal forms embedded within different kinds of social action”.

Como produção social e também espaço-temporal está fortemente atrelada, por um lado, a lutas (sociais, étnicas, de classe, de gênero, simbólicas, religiosas, etc) e, por outro, a sucessivas tentativas de imposição de um poder hegemônico (representado, principalmente, pelo capital financeiro) (HARVEY, 1989). O resultado desta batalha – conforme visto, jamais travada em solo neutro e sem a presença de forças e poderes – no qual não cabem previsões, será a consolidação de “uma certa mistura de processos de produção espaço-temporais em detrimento de outros em função de certos interesses e objetivos ao invés de outros” (HARVEY, 1996, p.54, tradução nossa)³³.

Assim, se um excerto do texto de Brenner serviu como ponto de partida para posicionamentos teórico-conceituais iniciais sobre as questões do espaço urbano, um outro permite desenhar um encerramento parcial.

[...] deve-se sustentar a continuação da teoria urbana, embora em uma forma reinventada criticamente, que identifique o caráter incessantemente dinâmico e criativamente destrutivo do “fenômeno urbano” sob a ordem capitalista e que, sobre essa base, aponte a decifrar os padrões emergentes da urbanização planetária. [...] esse momento é sem dúvida o ideal para “abrir novas geografias teóricas”, para uma abordagem rejuvenescida dos estudos urbanos críticos. (BRENNER, 2014, p.12)

É perceptível que Brenner, mais do que descrever uma situação, faz um convite à exploração do fenômeno urbano. E, muito embora não tenha a pretensão de fazer uma teoria do urbano, ou observá-lo unicamente desde uma crítica ao capitalismo ou desde a geografia especificamente, tenho a intenção de contribuir para a percepção das dinâmicas sócio-espaciais que se alastram na cidade contemporânea. É o que busco desvelar nos momentos seguintes.

2.1.2 *Alcance*

No que concerne ao segundo ponto de observações a ser explorado, ou seja, ao que se denominou como alcance, é necessário esclarecer que, apesar das conjunturas globalizadas que cercam os processos de (re)construção das cidades e de seus (re)arranjos sócio-espaciais, Bogotá e Belo Horizonte aparecem como casos particulares e localizados, tanto espacial como temporalmente. Nestas localidades, o que se busca é a análise das dinâmicas de conformação do espaço citadino relacionadas às possibilidades e condições de espacialização de um modo de vida específico, mas não homogêneo: o do morador de rua.

³³ “[...] a certain mix of spatio-temporal production processes rather than others in pursuit of certain interests and goals rather than others”.

Para efetua-la, ressaltam-se alguns posicionamentos oriundos do item anterior que auxiliam em sua delimitação:

- a) o espaço urbano é o lugar da vida, que compreende distintos modos de existência, vivência e apropriação;
- b) o espaço urbano é um lugar em disputa e, portanto, não se configura como um espaço de neutralidade ou naturalizado;
- c) as disputas implicam lutas que se perfazem por intermédio de mecanismos, táticas e estratégias implícitas nas relações de poder/saber;
- d) a cidade contemporânea é uma forma complexa resultante de um processo de urbanização ainda em curso e que sofre o atravessamento dessas relações de poder e saber;
- e) nessa cidade complexa, é necessário buscar o ‘como’ do poder, ou seja, nas lutas cotidianas é preciso identificar quais são e como se conformam os mecanismos, estratégias e táticas de poder/saber.

Assim, não se pretende a partir de BH e de Bogotá gerar generalizações que busquem atingir um *status* de modelo analítico para qualquer cidade. Não se intenta construir meta-teorias ou meta-narrativas a partir de suas realidades mais ou menos compartilhadas, ou fazer do objetivo principal deste trabalho discussões e análises relacionadas à teoria urbana ou à teoria do espaço. Porém, por outro lado, tal fato não implica no encerramento das cidades nelas mesmas e o consequente desconhecimento de processos, fluxos e trocas que possam vir a ocorrer de forma mais global e a incidir sobre a realidade de cada localidade. Belo Horizonte e Bogotá aparecem, dessa forma, como eixos de atravessamentos das lutas em seus processos de urbanização e consequente produção do espaço, tendo como temática principal um grupo específico de pessoas, a saber, aquelas que são moradoras de rua.

2.1.3 História

Não quero, nesta tese, encerrar uma história e uma memória oficiais dos espaços em si mesmos, ou das formas como se relacionam com a sociedade e vice-versa. Em outras palavras, não busco a (re)construção ou (re)compilação histórica da sociedade, da arquitetura, do urbanismo ou do planejamento urbano a partir de uma perspectiva espacial, sob uma lente unitária, formal, linear e científica. Isso não implica, entretanto, que a história se ausente das discussões ou que os discursos que assim foram produzidos sejam colocados totalmente de lado. Pode ser que, nesse sentido, caiba mais falar de um posicionamento genealógico, na medida em

que a história está, muitas vezes, associada a uma trajetória de perfeição crescente. Situação que pretendo evitar. Mas, para tal, há que se mostrar o que isso significa.

A genealogia³⁴, de acordo com Foucault, busca “[...] a memória bruta dos combates [...]; o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1999, p.13). A partir de uma diretriz foucaultiana, isso implica numa oposição à pesquisa pela busca da origem ou por desdobramentos meta-históricos e teleológicos. Não é nem a história das teorias, nem a história das ideologias, mas a história daquilo considerado como problema (MICHEL FOUCAULT..., 2015). A procura é pela interrelação dos saberes presentes por meio dos fatores de sua emergência, em suas meticulosidades. É uma conjugação entre história e corpo. Corpo como superfície de inscrição dos acontecimentos: “A genealogia [...] está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1979, p.22). No caso desta tese, como já explicitado em outros momentos, esse corpo é o dos moradores de rua.

Dessa forma, o exercício genealógico está também relacionado com os saberes e suas positivities. Mas estes saberes são aqueles, conforme mostrados, no âmbito do ordinário, do popular, do local, do comum. Têm, muitas vezes, conforme mostra Faé (2004), seus indícios nos fatos desconsiderados, desvalorizados e até mesmo apagados pela história oficial. O que se procura, portanto, é a ativação daqueles saberes já definidos como os das pessoas e que se opõem à verdade científica.

O que distingue o que se poderia denominar a história das ciências da genealogia dos saberes é que a história das ciências se situa essencialmente num eixo que é, em linhas gerais, o eixo conhecimento-verdade, ou, em todo caso, o eixo que vai da estrutura do conhecimento à exigência da verdade. Em contraste com a história das ciências, a genealogia dos saberes se situa num eixo que é diferente, o eixo discurso-poder ou, se vocês preferirem, o eixo prática discursiva-enfrentamento de poder. (FOUCAULT, 1999, p.213)

Assim, a pesquisa genealógica compreende as relações de poder/saber não como uma forma única, mas a partir de “sua multiplicidade, nas suas diferenças, na sua especificidade, na sua reversibilidade: estudá-las, portanto, como relação de forças que se entrecruzam, que remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário, se opõem e tendem a se anular”

³⁴ O termo é, originalmente, do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900). Com sua obra, Foucault dialoga para expor seu empreendimento genealógico. Isso ocorre, principalmente, no texto de 1971: *Nietzsche, a Genealogia e a História* (FOUCAULT, 1979).

(FOUCAULT, 1997, p.71). A genealogia analisa as formas de exercício de poder através dos embates do saber em termos de estratégias e táticas de poder, por meio da história das práticas. Como ressaltou Foucault, em uma entrevista concedida no ano de 1981, a história que faz parte da genealogia é a história que fala da nossa atualidade (MICHEL FOUCAULT..., 2015). Nela, o saber está situado no âmbito das lutas. E utilizá-la, seria, portanto, uma forma de dessujeitar os saberes históricos, de opô-los à coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico.

As genealogias são, muito exatamente, anticiências. Não que elas reivindiquem o direito lírico à ignorância e ao não-saber, não que se tratasse da recusa de saber ou do pôr em jogo, do pôr em destaque os prestígios de uma experiência imediata, ainda não captada pelo saber. Não é disso que se trata. Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (FOUCAULT, 1999, p.14)

Bouyer, em *O método da genealogia empregado por Foucault no estudo do poder-saber psiquiátrico* (2009), mostra como Foucault empreende sua genealogia. O autor embrenha-se nos procedimentos utilizados pelo filósofo francês para chegar aos poderes/saberes que Foucault pretendia descortinar. A demonstração feita no texto será utilizada para orientar o caminho de investigação deste trabalho.

Bouyer (2009) destaca, no que concerne ao poder/saber psiquiátrico, como a genealogia foi realizada a partir da identificação das marcas do saber. Essas marcas estão: nos jogos – de procedimentos que procuram revelar um tratamento para determinados problemas –; nas regras – aquelas que regem os indivíduos e as coletividades e fazem emergir os discursos de cientificidade através dos quais as instituições mantêm seus funcionamentos –; nos dispositivos, nas táticas e nas técnicas – que buscam a ação de uma verdade produzida, de um certo tipo de poder, de uma infiltração, na consciência do indivíduo, de sua própria “doença”.

São, portanto, marcas que vão sendo impressas no ser em assujeitamento e que ocorrem de formas não lineares, descontínuas e irregulares. Isso implica que elas não vêm, uma após a outra, numa sucessão progressiva cada vez mais refinada, mas se alternam, recuam, sofrem variações, sobrepõem-se, ao depender das necessidades de fixação individuais e/ou coletivas. O que se encontra na genealogia são as marcas de uma tecnologia política do corpo. É o reaparecimento, por meio de um jogo de forças com várias pontas, de um saber encravado em distintas profundidades.

No caso do sistema de práticas articulado no espaço asilar, analisado por Foucault e reanalisado por Bouyer, foi essencial sua relação com:

o exercício do poder médico e a constituição (ou emergência) de um saber gerado (no sentido de gênese) de uma matriz de poder disciplinar e de repressão. O objetivo era, então, compreender o “campo de batalha” travado entre médico e paciente no espaço asilar, e compreendê-lo tal qual se manifestava nestas práticas, em sua relação com a formação dos enunciados psiquiátricos e de um campo de saber ainda desconectado dos modelos de verificação, validação e demonstração hoje amplamente vigentes nos modelos das ciências médicas atuais. (BOUYER, 2009, p.67)

Usando estas operações, a genealogia estabeleceu a percepção da doença por meio de seu enquadramento, através da verdade do outro não-doente, e compreendeu na psiquiatria o lugar do “tratamento moral do louco, a exterioridade das técnicas e táticas do regime asilar, o sistema diretivo (as práticas de direção...): a exterioridade de uma cura vista como processo de sujeição física que produz um indivíduo “sujeitado” tido como curado” (BOUYER, 2009, p. 68).

Cura, portanto, que é o enquadramento, a formatação, o emolduramento, a sujeição. Nas palavras de Foucault: “A cura é o processo de sujeição física contínua, imediata” (FOUCAULT, 2006b, p.222), o resultado de um jogo de forças entre poderes/saberes.

Ainda neste cenário, Bouyer identifica que:

a força do paciente (de impor sua “loucura”) é confrontada com a força do médico (de impor sua disciplina); a força da desrazão da loucura é embatida pela força da realidade produzida pelo médico; a força do ser da loucura é atropelada pela força da microfísica disciplinar que compele sua manifestação e impede o seu próprio ser; a força do indivíduo internado no asilo, dotado de vontade e desejo, é atropelada pela força que sujeita esta vontade à vontade do médico [...]. A vontade do médico é, então, a vontade soberana, que, com sua força, converte o desejo do sujeito em objeto da vontade do outro; “individualização disciplinar”; “objetificação” (transformação em objeto...) do sujeito internado no espaço asilar e individualizado dentro do esquadramento (do espaço físico) por um sistema diretivo. (BOUYER, 2009, p.69)

O texto de Bouyer auxilia, portanto, no esclarecimento das marcas das relações de poder/saber, em uma situação específica analisada por Foucault. Mas o exercício genealógico foucaultiano pode também ser amplamente observado em *Vigiar e Punir*: “A história dessa microfísica do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da ‘alma’ moderna” (FOUCAULT, 2009, p.34); e em *A História da Sexualidade I* – em que busca a experiência moderna da sexualidade através da genealogia do indivíduo-desejo. Com tais analogias em mente e através da compreensão e utilização desses procedimentos genealógicos é que pretendo me embrenhar no jogo de forças travado no espaço urbano. Sob esta perspectiva, algumas perguntas podem ser formuladas: quais são as forças que aí se confrontam? Quais são os regimes de verdade estabelecidos? Quais são as marcas (jogos, regras, dispositivos, táticas e técnicas) do saber que podem ser descortinados? Quem são as pessoas desse campo de batalha?

Se há procedimentos de sujeição, como se caracterizam? A moradia na rua pode também ser compreendida como um problema (uma doença) que necessita de uma solução (uma cura)? E, caso seja, por que os moradores de rua são considerados um problema?

2.1.4 *Experiência de campo*

Com base nas observações já enunciadas, as operações que serão realizadas nesta tese têm a experiência de campo como aporte importante para a análise das relações de poder/saber. É a partir do campo, ou seja, dele para fora e de volta para ele, que se espera alcançar as complexidades que nele se formam e sobre ele se assentam. Isso implica dizer que as explorações a serem tecidas e que se relacionam diretamente às questões socioespaciais não estão alijadas das lutas, embates e conflitos cotidianos observados; não estão afastadas dos saberes locais, populares, comuns, sujeitados. No caso mais específico deste trabalho, são as lutas, embates e conflitos cotidianos que se concretizam na cidade, a partir das atividades do dia a dia das pessoas que são moradoras e moradores de rua.

Desse modo, tanto para ilustrar como para esclarecer e aprofundar o amálgama que se pretende entre teoria e prática, evidencio, no escopo da batalha entre poderes/saberes, uma situação ocorrida durante a pesquisa de campo em Belo Horizonte. Às vésperas da Copa do Mundo de 2014, o assunto da possível retirada forçada dos moradores de rua de determinadas regiões de Belo Horizonte – para promover uma possível limpeza e higienização das áreas mais afetadas ao torneio – era recorrente entre as instituições da sociedade civil de proteção aos direitos da população de rua, a Prefeitura Municipal, os movimentos sociais e os órgãos públicos relacionados à defesa dos direitos humanos³⁵. As mídias escrita e televisiva também faziam cobertura desse momento e dos conflitos que ele provocava na cidade, mais especificamente, em seus espaços públicos: “A prefeitura vai intensificar o trabalho de retirada dos moradores de rua das vias da capital. Eles serão encaminhados a abrigos” (MATÉRIA..., 2014); “De acordo com a prefeitura, a retirada dos pertences (dos moradores de rua) parte de uma política pública do município que está sendo reforçada para a Copa do Mundo” (SEM ABRIGOS..., 2014).

³⁵ Das instituições, é possível enumerar, dentre outros, a Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, o Movimento Nacional da População de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis/BH (MNPR/BH) e o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua/BH (CNDDH/BH). Os órgãos públicos competentes relacionam-se, mais especificamente, ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG).

Nesse clima pré-Copa, no dia 30 de maio de 2014, o Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG) promoveu uma Audiência Pública³⁶ para discutir ações e garantias da população de rua como parte da *Semana de Mobilização Nacional em Defesa das Pessoas em Situação de Rua*³⁷. A grande preocupação era a de tratar das situações e denúncias que envolviam os moradores de rua e a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). No dia 13 de abril de 2014, o Conselho Nacional do Ministério Público – por intermédio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais - Fórum da Copa – já havia divulgado um documento³⁸ que indicava as diretrizes comuns de atuação em face das pessoas em situação de rua durante o período de realização da Copa do Mundo FIFA de 2014 (BRASIL, 2014).

A mesa do evento era composta por representantes da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), do MPF, do MPMG, do MNPR/BH, dentre outros. O salão onde ocorreu a audiência não tinha lugares suficientes para acomodar a todos. Por isso, alguns estavam de pé e outros ficaram no hall de entrada. Dentre os que participavam como ouvintes estavam presentes moradores e ex-moradores de rua.

Alguns membros da mesa conduziram a abertura da audiência e se dirigiram aos presentes. O conteúdo dos discursos abrangeu questões relacionados aos direitos da população em situação de rua e à necessidade da oitiva para estabelecer ações mais específicas sobre o tema. Dentre as colocações feitas, uma delas, vinda de um dos agentes estatais presentes, chamou a atenção. Nela, a sociedade era caracterizada, metaforicamente, como um corpo composto de variados órgãos. Nesse sentido, o funcionamento das partes afetava o todo e, assim, se alguma delas não funcionasse bem, se apresentasse sintomas de doença, esse corpo nunca seria saudável. Como consequência, era necessário voltar a atenção para as partes doentes para que se pudesse seguir em frente pela saúde do todo. A doença era a vida na rua.

Finalizada essa rodada inicial de manifestações por parte da mesa, foi aberto o microfone ao público presente. Sucederam-se falas de moradores e ex-moradores de rua, de representantes de universidades e da sociedade civil, mas a maioria dos que se dirigiram ao

³⁶ A audiência teve lugar na sede da Procuradoria-Geral da Justiça, em Belo Horizonte. Participei do evento como ouvinte.

³⁷ A Semana promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) teve como tema: “Sou Morador de Rua e tenho direito a ter direitos”. Ocorreu entre os dias 26 e 30 de maio de 2015, com eventos em sete capitais: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Salvador, Fortaleza e Porto Alegre.

³⁸ O documento contrasta os marcos legais e direitos relacionados à população em situação de rua com a Lei Geral da Copa (BRASIL, 2012) – Lei Federal 12.663/12 – que, dentre outras determinações, estabeleceu áreas de acesso restrito, nas cidades-sede dos jogos, a portadores de credenciais emitidas pela FIFA. Ele também aponta sugestões de ações e atuações para os agentes estatais – Ministério Público Federal (MPF) e MPs estaduais – visando, dentre outras questões “garantir que as pessoas que utilizam, como espaço de moradia e de sustento, os logradouros públicos abrangidos pelos locais oficiais de competição durante o período de realização da Copa do Mundo de 2014 possam ter acesso a tais locais, mediante cadastro prévio se for o caso” (BRASIL, 2014, p.12).

microfone vivia ou já tinha vivido na rua. Não falaram apenas da recolha dos pertences pelo poder público ou das revistas vexatórias pelas quais, constantemente, passavam e que, neste momento, estavam mais frequentes. Discorreram também sobre as precárias condições dos albergues e repúblicas – equipamentos públicos exclusivos dessa população – que, por sua organização e regras internas, não atendiam à realidade de suas vidas. Além disso, segundo eles, uma infestação de percevejos parecia espantar os que se aventurassem a passar a noite em alguns deles.

Dentre os depoimentos, um deles teve uma característica singular. Morador de rua já há algum tempo, um homem ressaltou, de início, o cansaço que a palavra “ouvir” – fazendo referência à “audiência” pública – produzia em cada um daqueles que estabeleciam, nas ruas, suas vidas. Pontuou que mais do que falar para que pudessem ser ouvidos, necessitavam, verdadeiramente, de um outro tipo de posicionamento: o agir. Denunciou a atitude de policiais que batem, humilham e se referem a eles como lixo e como mendigos. Ao final, fez uma pergunta que colocava em xeque a metáfora do corpo citada anteriormente: “se somos parte do corpo... somos o rosto para levar porrada?”.

Essa situação permite explorar um embate de saberes. De um lado, as falas atreladas à metáfora do corpo evidenciavam as bases ou referências de um saber técnico. Do outro, um saber oriundo da vivência cotidiana, do saber das pessoas, denunciava os momentos nos quais o corpo “leva porrada”³⁹.

A importância de ressaltar este momento da audiência pública reside no cuidado que será tomado para que a experiência de campo, sob a luz da teoria – e vice-versa – vá ao encontro dos apontamentos foucaultianos que mostram a impossibilidade de se estabelecer um saber como sinônimo de uma verdade única, final, atemporal, global e transcendente. Ou seja, mais que revelar uma origem ou servir de instrumento para chegar à verdade, o saber é definido, pelo autor, como um conjunto de práticas discursivas e não discursivas distanciadas da dicotomia verdadeiro ou falso: “Entendo por verdade o conjunto dos procedimentos que permitem pronunciar, a cada instante e a cada um, enunciados que serão considerados como verdadeiros. Não há absolutamente uma instância suprema” (FOUCAULT, 2005, p.253). A verdade faz parte, assim, de um regime que a produz e que não está dissociado de um tempo histórico específico. No caso deste trabalho, é fruto de um tempo e de uma situação históricos intrínsecos

³⁹ Violência que, já no momento final de escrita desta tese, foi responsável pela morte de “Índio”, morador de rua da região central de Belo Horizonte, no dia 15 de janeiro de 2016. “Índio” foi espancado até a morte. Violência também responsável por deixar em coma, no dia 27 de fevereiro de 2016, “Lelei”, morador de rua que permanecia, com frequência, no bairro Sagrada Família, e também vítima de espancamento.

à pesquisa.

Quero pontuar, nesse sentido, que a experiência de campo foi pautada por uma postura investigativa que, dentro de um quadro teórico-metodológico mais geral, buscou, com frequência, por aqueles saberes conceituados por Michel Foucault (1999) como saberes sujeitados ou locais porque destituídos da operacionalização dos saberes considerados como científicos.

Saberes sujeitados, passíveis de provocar reviravoltas em função da pertença ao saber histórico das lutas e dos combates e, portanto, vinculados a estratégias, táticas e arranjos de poder que se perfazem no momento desses embates. Saberes, assim, cotidianamente (re)construídos pelos moradores de rua a partir dos enfrentamentos e lutas com outros sujeitos, com o espaço – que tanto os circundam como que se preenchem com sua presença – e entre eles mesmos.

2.1.5 As pessoas

Numa dimensão geral, como já exposto, os termos “pessoas” e “corpos” estão sendo utilizados para fazer referência aos que moram nas ruas e espaços públicos das cidades. Por outro lado, de um modo específico, tem sido utilizada a terminologia moradores/moradoras de rua e *habitantes de calle* como menção mais direta a essa população. Cabe, nesse sentido, tanto elucidar o motivo pelo qual esses últimos termos, dentre outras possibilidades, estão sendo empregados, quanto marcar o âmbito no qual, nesta tese, delimita-se este grupo de pessoas. Neste escopo, é também de importância compreender, de maneira mais ampla, a forma como a população de rua é caracterizada – e que traz à tona aspectos *inter* e transdisciplinares, assim como intersetoriais – tendo em vista o perfil dos que moram na rua sob o olhar das políticas públicas. Abordarei, de início, esse último aspecto – o que inclui a forma do meu posicionamento frente a ele – para, então, atingir a terminologia que utilizo.

2.1.5.1 Perfil

No escopo das políticas públicas no âmbito nacional, a primeira vez que se fez referência de modo específico às pessoas que viviam nas ruas do Brasil foi no ano de 2004, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), através da Resolução nº 145. Entretanto, esse fato não quer dizer que, no nível municipal, administrações locais não tivessem tratado já especificamente do tema.

No texto da PNAS, foi evidenciada a necessidade de inaugurar uma perspectiva de análise para “tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – **população em situação de rua**, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência” (BRASIL, 2004). Perspectiva que foi aprofundada, no ano de 2009, com a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do Decreto Nº 7.053 que, em seus objetivos, assegurava aos que moravam na rua “acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda” (BRASIL, 2009).

Dessas normativas, a partir do que é de interesse para este trabalho, um aspecto deve ser evidenciado. Ele está vinculado à resolução da CNAS, que marca como um dos pontos de invisibilidade, geralmente atrelado a essa população, sua exclusão das estatísticas – já que os censos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são de base domiciliar e, portanto, excluem os que não têm um domicílio fixo. Invisibilidade que traria, como consequência, dificuldades para a confecção de políticas específicas, pois para instaurar programas, principalmente ao considerar o governo das condutas, é necessária a produção de saberes – perfil, caracterização, volume, etc. – sobre as populações. Ou seja, do ponto de vista do poder sobre a vida – da biopolítica da população – poderia haver empecilhos ao exercício da governamentalidade, já evidenciada a partir das noções de Foucault (2008a).

Como desdobramento da PNAS ocorreu, em 2005, o *I Encontro Nacional Sobre População de Rua* promovido pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) que, por sua vez, resultou na *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*, elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). O trabalho foi realizado entre os anos de 2007 e 2008 e foram pesquisados 71 municípios brasileiros – sendo 48 deles com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais. Belo Horizonte, São Paulo, Recife e Porto Alegre não fizeram parte do estudo, tendo em vista já terem sido desenvolvidas pesquisas semelhantes em anos próximos aos de sua realização. Os resultados alcançados indicaram um contingente total de 31.972 adultos em situação de rua no país, e a síntese dos resultados possibilitou análise de sua característica com vistas em recortes tais como faixa etária, escolaridade, cor, trabalho e renda, razões de ida para a rua, trajetória e deslocamento, histórico de internação em instituições, condições de saúde, dentre outros (BRASIL, 2008).

Todavia, na perspectiva local, antes mesmo desta data, ainda no ano de 1998, foi realizado o 1º Censo de População de Rua em BH, com o objetivo de “pesquisar e localizar a população de rua do município de Belo Horizonte, visando diagnosticar e subsidiar a execução

de políticas públicas voltadas para este grupo social”. Naquele momento, foram identificadas 916 pessoas morando nas ruas da cidade (BELO HORIZONTE, 1998). Mais adiante, no ano de 2005, foi realizado o segundo Censo da População em Situação de Rua, que estimou em 1.164 o número dos pertencentes a este grupo e pontuou seu caráter heterogêneo (BRASIL, 2006). Ainda, mais recentemente, em 2013, teve lugar o terceiro censo relacionado a essa população, que indicou haver 1.827 pessoas nas ruas de BH. Mais além do quantitativo dessa população, cada um desses censos buscou caracterizar o perfil dos moradores de rua, sendo que o último direcionou-se para idade, sexo, cor da pele, orientação sexual, história de institucionalização, localização, escolaridade, origem, trajetória na rua, vínculos familiares, cotidiano, trabalho e obtenção de renda, saúde, violação de direitos e violência, vida associativa e cultural e utilização de serviços públicos, etc (GARCIA, 2014).

Já na Colômbia, até o momento de conclusão da pesquisa de campo naquele país, não havia um marco nacional que regulamentasse as políticas públicas sociais referentes aos *habitantes de calle*. Entretanto, a Lei N° 1.641, de 12 de julho de 2013, estabeleceu diretrizes para sua formulação com vistas a “[...] garantir, promover, proteger e reestabelecer os direitos destas pessoas, com o propósito de atingir sua atenção integral, reabilitação e inclusão social (COLOMBIA, 2013, p.1, tradução nossa)⁴⁰. Para isso, as dimensões dessas políticas vinculavam-se às áreas da saúde, desenvolvimento humano, apoio social e cidadania, trabalho e geração de renda (COLOMBIA, 2013). No intuito de regulamentá-las, a lei pontuava que o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) deveria providenciar “[...] a caracterização demográfica e socioeconômica das pessoas *habitantes de la calle*, [...] para construir parâmetros de intervenção social na formulação, implementação, seguimento e avaliação do impacto desta política pública” (COLOMBIA, 2013, p.2, tradução nossa)⁴¹. Em outras palavras, também na Colômbia, a consecução de programas e políticas buscava conhecer quantitativa e qualitativamente a população de rua, pelas mesmas razões que no Brasil.

É interessante notar que a ausência de um marco regulatório em nível nacional naquele país tem feito com que cada cidade colombiana conduza suas próprias políticas sociais para os *habitantes de calle*. Nesse sentido, em Bogotá, o Decreto 136, de 2005, marcou as primeiras ações prioritárias para contemplar atenção integral à população *habitante de calle* do Distrito Capital (BOGOTÁ D.C., 2005). Política municipal que foi aprofundada pelo Decreto 560 de

⁴⁰ “[...] garantizar, promocionar, proteger y restablecer los derechos de estas personas, con el propósito de lograr su atención integral, rehabilitación e inclusión social.”

⁴¹ “[...] adelantará [...] la caracterización demográfica y socioeconómica de las personas habitantes de la calle, [...] para construir los parámetros de intervención social en la formulación, implementación, seguimiento y evaluación del impacto de esta política pública social.”

2015, do então *alcalde* (prefeito) Gustavo Petro, que trouxe no âmbito da intersetorialidade entre as políticas públicas afetas à população de rua um tópico específico para aquelas de caráter urbano, a saber, o desenvolvimento urbano inclusivo. Neste tópico, que ressalta como um de seus objetivos a ressignificação da vida na rua, foram desenhadas linhas de ação das quais destaque: o plano pedagógico sobre espaço público e convivência; a revisão do plano mestre de equipamentos para o *habitante de calle*; e o ordenamento territorial sensível ao fenômeno da vida na rua (BOGOTÁ D.C., 2015a).

Para a consecução de seus direcionamentos, o Decreto fazia referências ao *VI Censo de Habitantes de Calle en Bogotá*, realizado em 2011, que indicava um número de 9.614 pessoas vivendo nas ruas da cidade⁴² (BOGOTÁ D.C. 2012a). Evidenciava também as razões para a vida e permanência na rua. O VI Censo trazia, ainda, um perfil dos *habitantes de calle* vinculado ao tempo de permanência nas ruas, sexo, orientação sexual, gênero, origem, educação, localização, uso de substâncias psicoativas, utilização de serviços públicos e situações de violência.

A partir desses apontamentos sobre o histórico e as formas de caracterização da população de rua no âmbito das políticas públicas no Brasil e na Colômbia – com o foco respectivamente em BH e Bogotá – é possível tecer algumas observações. De início, vale destacar que na legislação vigente em BH, tendo em vista os marcos em nível nacional, nota-se a priorização dos “[...] serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito” (BRASIL, 2004). Ou seja, apesar do reconhecimento das pessoas que têm na rua seus modos de vida, o objetivo em torno das diretrizes políticas vem sendo o de conduzi-los a um novo projeto de vida para que, então, se tornem sujeitos de direito.

A questão implícita neste quesito é a de que ao não evidenciar a vida na rua como uma possibilidade, seja ela mais ou menos temporária ou permanente, estabelece-se a negativa de outros tantos modos de viver a ela atrelados com base na heterogeneidade dos perfis dessa mesma população. Isso fica mais explícito quando se observa que a Lei Municipal Nº 8.029, de 2000 – que cria o Fórum População de Rua e dispõe sobre política pública para a população de rua no município – não deixa claro o reconhecimento da vida na rua como um direito. Lei que, ademais, também não insere a política urbana no escopo daquelas voltadas para essa população (BELO HORIZONTE, 2000).

⁴² O 1º censo (1997), indicava como de 4.515 o número total desta população; o 2º (1999), 7.993; o 3º (2001), 11.832; o 4º (2004), 10.077 e, finalmente, o 5º censo mostrava a quantidade de 8.385 pessoas vivendo nas ruas de Bogotá (BOGOTÁ, 2012a).

Nesse sentido, em Bogotá, uma outra realidade parece se apresentar quando o olhar se volta para o Decreto 560 que, ao reconhecer a população dos *habitantes de calle* como um modo de vida legítimo, ainda o atrela a potencialidades a serem exploradas.

[...] as condições dos *habitantes de la calle* resultam ser um bom meio para avaliar a vigência real de um Estado social e democrático de direito [...]. Assim como qualquer outro ser humano, o *habitante de la calle* conta com uma trajetória, com um passado, tem necessidades e sentimentos, assim como uma explosiva criatividade e engenhosidade a ser explorada. Ademais, entre eles tem-se desenvolvido formas de socialização ocultas e alternativas, mas existentes. (BOGOTÁ D.C., 2015a, tradução nossa)⁴³

Conforme mostrado, também no decreto está presente a contemplação das políticas urbanas na dimensão das diretrizes públicas referentes aos *habitantes de calle*.

De qualquer modo, em ambas as localidades, os censos apresentaram-se como mecanismos essenciais para os direcionamentos das políticas públicas vinculadas à população de rua. Assim, pode-se dizer que o conhecimento dos perfis é parte das estratégias de uma biopolítica e possibilita conhecer as curvas e as regularidades afetas a essas pessoas para, como poderia ser interpretado a partir da analítica de poder foucaultiana (2008a), buscar a correção de condutas e a normalização com vistas à regularidade ótima necessária à potencialização da vida da espécie.

É necessário mencionar que as dimensões tratadas aqui neste item não tiveram o intuito de explorar em profundidade o perfil que caracteriza, adjetiva e retrata a população de rua. Isso porque, independentemente da variedade e da heterogeneidade até então identificadas nesses perfis, o morador de rua ou o *habitante de calle*, nesta pesquisa, é aquele dos encontros realizados nos espaços nos quais estiveram presentes ao identificaram-se como tais. Nesse sentido, as razões que os levaram até ali não está no cerne do que se pretende explorar e analisar.

Para finalizar, cabe explicitar o modo como algumas dessas pessoas que vivem nas ruas percebem os grupos dos que estão nas ruas, ou seja, os grupos dos quais ou fazem parte ou se relacionam cotidianamente.

Em Bogotá, cidade na qual as políticas são implementadas de acordo com uma divisão da população em estratos sociais que variam de um a cinco – o que será ressaltado na Parte I desta tese – foi reincidente uma fala que aqui se ilustra a partir de uma entrevista⁴⁴ com

⁴³ “[...] las condiciones de los habitantes de la calle resultan ser un buen rasero para evaluar la vigencia real de un Estado social y democrático de derecho, [...]. Al igual que cualquier otro ser humano, el habitante de la calle cuenta con una trayectoria, con un pasado, tiene necesidades y sentimientos, así como una explosiva creatividad e ingenio por explotar. Entre ellos han desarrollado además formas de socialización, ocultas y alternas pero existentes”.

⁴⁴ Entrevista gravada em Bogotá, no dia 18 de janeiro de 2015, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa.

“Doctor”, 45 anos, ex-morador de rua:

A pessoa que vive na rua, que está no consumo, que está na adição, mas que, na verdade, está no estrato zero, ele está de zero para baixo. [...] É aquela pessoa que de verdade está nas drogas, está na rua mas não faz nada nem mesmo para consumir drogas. E aí está o morador de rua estrato cinco que anda com dinheiro, com drogas, com garotas, que tem uma maloca [...]. Há alguns que estão na rua e trabalham e esse é possível classificar como, bem, diria, pelo menos está trabalhando para sua droga. Mas há outros que te roubam, que te atacam, que pedem, bem, enfim... Então, há diferentes tipos de pessoas na rua com diferentes atividades mas tudo leva ao consumo. (“Doctor”, informação verbal, tradução nossa)⁴⁵

Já em Belo Horizonte, dentre algumas formas evidenciadas, a destacada por “Guga”⁴⁶ (morador de rua, 42 anos) chamou a atenção:

Uma vez, conversando na rua a gente colocou os apelidos. Tem os lobos, tem os ratos, tem os urubus e as corujas. A coruja é aquele que dorme o dia inteiro para poder roubar à noite. Esse aí, ele fica acordado a noite inteira, se você tá dormindo, mesmo sendo morador de rua, ele te rouba porque aquilo que ele te rouba ele vai vender na feira para poder comprar a droga dele. O lobo é aquele que gosta de tomar banho, é vaidoso, gosta de fazer a barba tipo eu. Tem os ratos, os ratos é os alcoólatras e o pessoal que não gosta muito de tomar banho. Cê falou em tomar banho e o cara sai correndo e até briga, joga pedra em você e tudo. [...] O urubu, ele é o pior de todos. Justamente é este que não gosta de tomar banho, anda sujo, fedorento, rouba, bebe, cheira e pronto. Ele é tudo junto. (“Guga”, informação verbal).

Neste aspecto, é de relevância destacar a ênfase dada, tanto por “Doctor” como por “Guga”, à transitoriedade entre cada uma dessas posições. Durante a entrevista, “Guga”, que naquele momento ressaltou ser um lobo, assumiu já ter tido sua fase de rato em função de uma desilusão amorosa. Também “Doctor”, atualmente fora das ruas, contou ter passado por fases de estratos distintos quando era um *habitante de calle*. Nesse sentido, os retratos delineados pelos censos, embora essenciais para o desenho das políticas públicas, são retratos que congelam uma realidade frequentemente em mutação.

⁴⁵ “La persona que vive en la calle, que esta en consumo, que esta en la adicción, pero que de verdad se hay un estrato cero, el esta de cero ‘pa bajo. [...] Es aquella persona que no, de verdad esta en las drogas, esta en la calle pero no hace nada para ni siquiera para consumir su droga. E aí esta el habitante de calle estrato cinco que anda con dinero, con drogas, con chicas, que tiene su cambuche [...]. Hay unos que están en la calle y trabajan y eso se puede clasificar como, bueno, diría, pelo menos esta trabajando para su droga. Pero hay otros que te roban, que te atracan, que piden, bien, en fin... Entonces, hay diferentes tipos de personas en la calle con diferentes actividades pero igual todo conlleva al consumo”. Entrevista gravada, em Bogotá, no dia 18 de janeiro de 2015, na Fundación El Señor de los Milagros.

⁴⁶ Entrevista gravada em Belo Horizonte, no dia 25 de abril de 2015, na praça Rui Barbosa.

2.1.5.2 Terminologia

Já foi destacada a existência de uma heterogeneidade que se assenta tanto na forma como os estudos direcionados a essa população a ela se referem como nos próprios modos de condução de suas vidas e seus cotidianos. Entretanto, esses dois lados não esgotam as vertentes dos que definem, nomeiam e se dirigem a essas pessoas, já que também as políticas públicas e o senso comum fazem parte desse cenário. Dessa forma, para avançar nesta discussão, partirei de duas situações. A primeira delas apresenta um modo de observar que se direciona “de fora para dentro”, ou seja, que parte daqueles que não são moradores de rua para os que nela vivem, a despeito do grau de engajamento com esta população em função da realização de trabalhos – voluntários ou não –, políticas, pesquisas e estudos. A segunda, diz respeito a um olhar de “dentro para fora”, que implica o modo como os próprios moradores de rua falam de si e posicionam-se em relação a outros grupos sociais.

Na primeira situação – “de fora para dentro” –, ao partir das noções do senso comum identificadas durante a pesquisa de campo, foi observado que a gama de denominações direcionadas aos que vivem na rua ressaltam um suposto perfil ou modo de vida. Nesse sentido, termos como mendigos, pedintes, vagabundos e população ou morador de rua foram bastante frequentes em Belo Horizonte. Já em Bogotá, foram identificados *gamines*⁴⁷, *indigentes*, *ñeros*⁴⁸, *desechables*⁴⁹, *mendigos*, *locos*, *vagabundos* e *habitantes de calle*⁵⁰.

⁴⁷ Este termo é referente aos menores que vivem nas ruas da cidade e que, no Brasil, poderia ser traduzido como “pivetes”.

⁴⁸ Abreviação para *compañero*, mas com uma conotação depreciativa e, geralmente, atrelada ao compartilhamento e uso de drogas.

⁴⁹ A tradução literal deste termo é “descartável” ou “desprezível”. Mas como marca Góngora e Suárez: “O termo *desechable* é usado no jargão bogotano e em outras cidades da Colômbia para se dirigir pejorativamente aos moradores de rua. Aqui encontramos uma categoria do sentido comum que legitima a “limpeza social” ao denominar as pessoas como coisas sobrantes, substituíveis, ou seja, como lixo” (GÓNGORA; SUÁREZ, 2008, tradução nossa). “El término *desechable* es usado en el argot bogotano y en otras ciudades de Colombia para dirigirse peyorativamente a los habitantes de la calle. Aquí encontramos una categoría del sentido común que legitima la “limpieza social” al denominar a personas como cosas sobrantes, reemplazables, es decir, como basura.” Significado ratificado por “Doctor”, ex-morador de rua: “[...] *desechable* é o que se descarta como lixo” (tradução nossa). “[...] *desechable* es lo que se desecha como basura”.

⁵⁰ Em uma breve pesquisa em outros idiomas, é possível perceber que palavras distintas também carregam, em localidades diversas, as possíveis nuances que envolvem o tema. Destacam-se, por exemplo, *shelterless* (sem abrigo), *homeless* (sem casa) e *beggar* (pedinte) nos Estados Unidos e Reino Unido; *sans domicile fixe* (sem domicílio fixo) e *vagabonds* (vagabundos) na França. Nesse sentido, é interessante perceber que a European Federation of National Organisations Working With the Homeless – FEANTSA (2006), criou um quadro das tipologias relacionadas aos moradores de rua que cobre um leque de 30 países europeus. De acordo com a FEANTSA, essa população se diferencia nas seguintes categorias: *roofless* (sem teto), *houseless* (sem casa), *insecure* (inseguro) e *inadequate* (inadequado). Na mesma vertente, aparecem as tipologias da The Canadian Homelessness Research Network – CHRN (2012): *unsheltered* (sem abrigo), *emergency sheltered* (abrigados emergenciais), *provisionally accommodated* (provisoriamente acomodados) e *at risk of homelessness* (em risco de tornarem-se desabrigados).

Por outro lado, quando se consideram os campos de estudos específicos sobre essa questão, uma das primeiras abordagens realizadas no Brasil foi a de Stoffels, em 1977, que deu origem ao livro *Os Mendigos na Cidade de São Paulo – ensaio de interpretação sociológica*. Em seu trabalho, a autora evidencia que os cortes epistemológicos realizados nas pesquisas direcionadas aos que vivem na rua não escapam das ambiguidades entre categorias e conceitos produzidos. Nessa perspectiva, Stoffels produz um esquema de referências que conjuga cinco instâncias teóricas distintas – jurídica, criminológica, psiquiátrica, psicológica e psicobiológica – com determinados atributos relacionados aos que vivem na rua, quais sejam, respectivamente: jurídico/perigoso-ocioso; criminológico/criminoso-preguiçoso; psiquiátrico/doente mental-louco-psicopata; psicológic/deficiente-instável-imaturo; psicobiológico/ degenerado-incapaz-inútil-improdutivo (STOFFELS, 1977).

Já num estudo mais recente, Neves (2010) enfatiza que os modos de se fazer referências à população de rua sofreu alterações ao longo do tempo. Nesse sentido, mostra como o termo “mendigo” foi sendo paulatinamente substituído por “pessoa em situação de rua” em função da tentativa de uma requalificação social. De modo minucioso, a autora produz uma revisão da bibliografia sobre o tema – entre artigos, dissertações e teses – e pontua que, no Brasil, apesar do campo de abordagem sobre o assunto estar em fluxo de construção, as propostas de estudo relacionam-se majoritariamente às áreas de demografia, ciências sociais, medicina, psiquiatria e psicologia. Ainda, os resultados das pesquisas sofrem a interferência de posturas metodológicas que variam do quantitativo ao qualitativo. São essas distinções que suscitam em Mendes (2007) a dificuldade de se referenciar, em sua pesquisa, aos que da rua fazem temporária ou definitivamente seu modo de vida.

[...] a definição do que seja a população de rua varia imensamente. Não existe um acordo entre os pesquisadores ao definir, entre migrantes, trabalhadores itinerantes, trecheiros – pessoas que vivem pelas estradas, passando pelas cidades sem nelas se fixar –, camelôs, catadores de papel, prostitutas, mendigos, desabrigados etc., quem deve compor a população de rua. Além disso, um pesquisador, ao escolher uma definição, se depara com uma segunda dificuldade: a de distinguir, entre as pessoas que vivem nas ruas, das ruas ou em condições precárias de habitação, aquelas que se encaixam ou não na definição em questão. Para os que pretendem realizar pesquisas de tipo quantitativo, existe então um terceiro desafio, que é o de contabilizar a população de rua considerando que pelo menos parte dessa população, qualquer que seja sua definição, está sempre em movimento, não havendo como aplicar adequadamente os métodos conhecidos de recenseamento desenvolvidos para populações sedentárias. (MENDES, 2007, p.4)

É relevante, sob este aspecto, destacar que apresentar de uma forma aprofundada a trajetória dos conceitos e termos relacionados aos moradores de rua, com base em distintas

abordagens no âmbito acadêmico, não é o objetivo deste trabalho. De qualquer forma, o que se tem percebido é que “[...] ainda hoje não existe consenso acerca da problemática conceitual nem entre os pesquisadores nem no âmbito das instituições que desenvolvem trabalho com a população em situação de rua” (ANDRADE; FIGUEIREDO; FARIA, 2008).

Do mesmo modo, percebe-se que os estudos referentes à Colômbia apresentam uma problemática semelhante em face das terminologias empregadas e relacionadas a esse tema, assim como as relacionadas às áreas do saber que sobre ele produzem pesquisas e investigações. É perceptível, entretanto, a predominância de um determinado debate, conforme mostrado por Correa:

[...] a noção *habitantes en situación de calle* é tomada por alguns estudiosos como o total dos *habitantes de calle* e dos *habitantes en la calle*, entendendo por *habitante de calle* aquela pessoa de qualquer idade que, geralmente, perdeu de forma definitiva os vínculos com sua família e faz da rua seu espaço permanente de vida, e por *habitante en la calle*, ao menor de 18 anos de idade que faz da rua o cenário propício para sua sobrevivência e de sua família, alternando a casa, a escola e o trabalho. (CORREA, 2007, p.40, grifos da autora, tradução nossa)⁵¹

Já no que diz respeito às políticas públicas no Brasil, o Decreto nº 7.053 foi o responsável por regulamentar o termo *População em Situação de Rua* para definir o grupo das pessoas com trajetórias de vida atreladas aos espaços citadinos. Pelo decreto, essa população foi definida como:

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009)

Entretanto, foi já mostrado que a primeira vez que se fez referência de modo específico, na esfera legal, às pessoas que viviam em situação de rua foi no ano de 2005, através da Lei nº 11.258. Esta lei alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993) – e estendeu “[...] às pessoas que vivem em **situação** de rua” programas de amparo (BRASIL, 2005). É a partir desta dominação – população em **situação** de rua – que as políticas nos níveis estadual e municipal em suas diversas vertentes –

⁵¹ “[...] la noción *habitantes en situación de calle* es asumida en algunos estudios como el total de los *habitantes de calle* y de los *habitantes en la calle*, entendiendo por *habitante de calle* aquella persona de cualquier edad que, generalmente, ha roto en forma definitiva los vínculos con su familia y hace de la calle su espacio permanente de vida, y por *habitante en la calle*, al menor de 18 años de edad que hace de la calle el escenario propio para su supervivencia y la de su familia, alternando la casa, la escuela y el trabajo”.

saúde, assistência social, moradia, planejamento urbano, etc – direcionam-se aos moradores de rua. Entretanto, como será visto mais adiante, relatórios e planos da área do planejamento urbano – alguns anteriores a 2009 e outros não – utilizam o termo morador de rua e população de rua, sem adicionar o vocábulo “situação” em seus diagnósticos e análises.

Já na Colômbia, a anteriormente mencionada Lei nº 1.641, de 12 de julho de 2013, é que estabelece diretrizes para a formulação das políticas para a população de rua e traz em seu corpo a seguinte definição: “Habitante de la Calle: pessoa sem distinção de sexo, raça ou idade, que faz da rua seu lugar de moradia, seja de forma permanente ou transitória, e que perdeu os vínculos com seu entorno familiar” (COLÔMBIA, 2013, p.1, tradução nossa)⁵².

No que concerne a Bogotá, o Decreto 135, de 2005, pelo qual se formulam ações prioritárias para contemplar atenção integral à população *habitante de calle* do Distrito Capital, passou a considerá-la a partir de noções que a insere na dimensão da cidadania com o intuito de, deste modo, “[...] estabelecer mecanismo para que a população “habitante de calle do Distrito Capital” [...] tenha acesso à atenção integral de suas carências vitais (BOGOTÁ D.C., 2005, tradução nossa)⁵³. Mas foi dez anos após esse Decreto, na administração do *alcalde* (prefeito) Gustavo Petro, que essa dimensão da cidadania foi incorporada oficialmente nas terminologias afetas às políticas públicas. Pelo Decreto 560, de 21 de dezembro de 2015, os *habitantes de calle* passaram a ser denominados de: Ciudadanos e Ciudadanas Habitantes de Calle - CHC (BOGOTÁ D.C., 2015a).

Data de 2007 uma outra especificidade das definições relacionadas aos *habitantes de calle* bogotano. Naquele ano, ademais da definição em nível nacional, o *habitante de calle* bogotano conformava-se como:

[...] toda pessoa que não reside em uma moradia prototípica (casa, apartamento ou quarto) de maneira permanente (ao menos trinta dias contínuos) e estável (ao menos sessenta dias na mesma unidade de moradia) em um momento dado; assim como toda pessoa que reside em um lugar especial de alojamento como recurso ou estratégia para evitar, suspender ou terminar com a residência em moradias prototípicas. (BOGOTÁ D.C., 2007, p.29, tradução nossa)⁵⁴

⁵² “Habitante de la Calle: Persona sin distinción de sexo, raza o edad, que hace de la calle su lugar de habitación, ya sea de forma permanente o transitoria y, que ha roto vínculos con su entorno familiar”.

⁵³ “[...] establecer mecanismos para que la población “habitante de la calle del Distrito Capital” [...] tenga acceso a la atención integral de sus carencias vitales”.

⁵⁴ “[...] toda persona que no reside en una vivienda prototípica (casa, apartamento o cuarto) de manera permanente (al menos treinta días continuos) y estable (al menos sesenta días en la misma unidad de vivienda) en un momento dado; así como toda persona que reside en un lugar especial de alojamiento como recurso o estrategia para evitar, suspender o terminar con la residencia en viviendas no prototípicas”.

Se essas são as formas, num escopo mais geral, que denominações “de fora para dentro” são direcionadas aos moradores de rua em Belo Horizonte e Bogotá, quando se inverte a mirada, ou seja, quando se investiga de “dentro para fora” são percebidas situações que conformam quase uma unanimidade com relação ao modo como, nas duas cidades, essa população fala de si mesma e posiciona-se frente a outros grupos sociais.

A participação em reuniões, seminários, fóruns e grupos de trabalho relacionados ao tema do morar na rua, além do contato mais direto com a população de rua, por meio do desenvolvimento de atividades que serão detalhas com mais acuidade quando se explicitar a metodologia encaminhada nesta tese, deixaram evidente que, em Belo Horizonte, o termo “morador/moradora de rua” é o principal modo pelo qual essas pessoas fazem referências a si mesmas. Durante as reuniões do Fórum da População em Situação de Rua – criado pela Lei Municipal Nº 8.029, de 06 de junho de 2000, de caráter consultivo em face da elaboração de política pública voltada para a população de rua e de composição paritária⁵⁵ entre órgãos governamentais, entidades, associações não-governamentais e moradores de rua (BELO HORIZONTE, 2000) –, por exemplo, no momento de abertura de cada encontro, coincidente com as apresentações dos participantes, aqueles que moravam ou já haviam morado na rua, se apresentavam majoritariamente como “morador/moradora de rua” ou “ex-morador/ex-moradora de rua”. Também, durante a já mencionada Audiência Pública promovida pelo MPMG no período que antecedeu a Copa do Mundo, em 2014, ao se apresentarem para alguma intervenção, os moradores de rua presentes manifestavam-se do seguinte modo: “Sou ex-morador de rua...”; “Nós, moradores de rua...”; “Sou moradora de rua...”.

Entretanto, quando em conversas entre eles mesmos era comum chamarem-se de “maluco”, “chegado”, “noiado”, “véi”. Mas durante as campanhas de doação de alimento, das quais participei conjuntamente com voluntários de grupos de assistência, pude observar que, ao se referirem a outros moradores de rua, era comum chamá-los de “irmãos”.

Ao participar dos mesmos tipos de atividades, em Bogotá, o que percebi foi a reincidência do termo *habitante de calle*. De maneira semelhante a Belo Horizonte, quando se apresentavam em atividades de programas da prefeitura ou de grupos assistenciais era recorrente a fala: “Meu nome é... Sou *habitante de calle*” (tradução nossa)⁵⁶. Em momentos de socialização entre eles, por outro lado, observei as denominações de “*parche*” (parceiro), “*loco*” e “*ñero*”.

⁵⁵ Durante as participações nas reuniões do Fórum, na maior parte das vezes, não houve a presença de representantes do poder público.

⁵⁶ “Mi nombre es... Soy habitante de calle.”

O que se percebe, portanto, é que seja de “dentro para fora” ou “de fora para dentro”, tanto em Belo Horizonte como em Bogotá, as denominações referentes aos moradores de rua variam de acordo com diferentes situações, intenções e em face de regiões de institucionalidade. Nesse sentido, a decisão por me referir a essas pessoas, nesta tese, como moradores/moradoras de rua e *habitantes de calle* possui algumas razões e algumas negações. Não poderia assumir uma posição de falar de “dentro para fora” pelo fato de não viver as mesmas condições dos que na rua se estabelecem. Mas, do modo como evidenciado anteriormente, o fato de ter sido “afetada” pelos encontros propiciados pela pesquisa não me permitiria falar inteiramente de “fora para dentro”.

Por isso, ao me direcionar a essas pessoas como moradores/moradoras de rua, além de corroborar com a forma como elas se referem a si mesmas em situações de mais formalidade, afasto-me da utilização do termo pessoa ou população em **situação** de rua, pois ele aplica à gama heterogênea dos moradores de rua uma transitoriedade que não foi identificada como real em sua totalidade. A rua é lugar, como pôde ser verificado durante a investigação, onde alguns ficam por alguns meses, outros por muitos anos e outros tantos até o fim da vida. Há ainda os que, mesmo tendo casa ou não tendo rompido integralmente os laços familiares, acabam por movimentar-se entre períodos na rua e períodos fora dela. Mas, no momento em que nela estão, a vivência é intensa e a rua é a fonte dos recursos necessários do cotidiano: comida, abrigo, socialização, diversão, trabalho, etc, mesmo que isso passe pelos equipamentos públicos destinados a essa população tais como abrigos, albergues e centros pop. Ainda, o vocábulo “situação” parece condicionar aquilo que para alguns é um modo de vida como algo a ser alterado dentro de um escopo da normalidade considerada como a vida fora das ruas. Ou seja, afasta-se do reconhecimento da rua como lugar que cinde as noções estabelecidas de público e privado e que gera heterotopias.

Do mesmo modo, ao me dirigir às pessoas que moram nas ruas de Bogotá como *habitantes de calle*, também corroboro para com as formas pelas quais se autodeclaram. Ainda, esta forma não estabelece grandes distanciamentos para com as definições institucionais sobre eles relacionadas, já que não há dúvida de que, neste trabalho, representam a gama dos que são cidadãos e cidadãos de direito. Direito, inclusive, a um modo de vida nem sempre coincidente com os padrões socialmente estabelecidos de normalidade.

Finalmente, no que tange à população de rua, tanto em Bogotá como em Belo Horizonte, é importante salientar que a pesquisa foi realizada com foco na população adulta de moradores de rua. Esta, contudo, não foi uma definição estabelecida *a priori*, mas ocorreu em função das atividades de campo. Nas duas cidades, nos lugares percorridos, vividos e observados durante

o tempo de pesquisa, o número de crianças, adolescentes e jovens com os quais tive contato – oito em Bogotá e quatro em Belo Horizonte – foi bastante pequeno se comparado à população adulta. Entretanto, vale evidenciar que, institucionalmente, na Colômbia o grupo de adultos compreende as pessoas entre 25 e 59 anos de idade, enquanto que, no Brasil, essa idade varia entre os 18 e 59 anos.

2.2 Procedimentos metodológicos

A necessidade de evidenciar o percurso metodológico que perpassou o desenvolvimento desta tese conduz ao relato de procedimentos que foram sendo alterados e adaptados em função das possibilidades e enfrentamentos relacionados, principalmente, ao trabalho de campo. Em função disso, a metodologia será evidenciada não a partir da indicação ou listagem das operações efetuadas, de forma a fixar tais procedimentos, mas com base nos três momentos que delineiam esta pesquisa: Belo Horizonte antes de Bogotá; Bogotá depois e antes de Belo Horizonte; Belo Horizonte depois de Belo Horizonte e de Bogotá. Essa divisão traz também auxílio à elucidação de que o trabalho nestas duas localidades ocorreu por meio de um cruzamento de olhares responsáveis por revisões contínuas de suas estruturas.

Vale ainda destacar que as ações e modos de fazer que serão apresentados não pretendem esgotar o assunto referente à metodologia. Ao longo dos capítulos ela aparece entremeada com outros tantos aspectos empíricos e teóricos.

2.2.1 BH antes de Bogotá

Nesta etapa foram feitos levantamentos das referências relacionadas ao tema do morar na rua com o intuito de compreender as abordagens a ele relacionadas. O estudo do material levantado possibilitou compreender posicionamentos nas áreas de demografia, antropologia, psicologia, políticas públicas – majoritariamente no âmbito da saúde e assistência social –, sociologia e geografia, tanto no Brasil como em outros países. Mas eles também evidenciaram que as abordagens que vinculam o modo de vida na rua com a produção dos espaços citadinos é bastante incipiente. Esse levantamento permitiu, ainda, a análise de dados secundários relacionados à caracterização dos moradores de rua – com base no interesse de cada trabalho, tais como consumo de substâncias psicoativas, localização, origem, gênero, etc –, à forma como estruturam seus cotidianos e a alguns conflitos referentes às suas apropriações em face dos espaços da cidade. Ainda neste momento, busquei pelas fontes secundárias de caráter censitário,

tanto em Belo Horizonte como em Bogotá, e também pelos marcos legais e políticas públicas implementadas nestas duas localidades. Estes aspectos estarão entremeados ao texto resultante desta tese.

Em seguida, tendo em vista o direcionamento do enfoque teórico na analítica de poder/saber foucaultiana, foi realizado o levantamento do referencial a ser consultado, principalmente a partir do próprio Foucault, mas também por alguns de seus comentadores que incluem Stuart Elden, Gilles Deleuze, André Duarte, etc. Concomitantemente, busquei levantar, explorar e selecionar as referências que pudessem dar suporte à discussão sobre o urbano, a cidade e o planejamento urbano, no intuito de verificar as possibilidades férteis de interlocução entre estes estudos e a analítica do poder/saber de Michel Foucault. Grande parte dos autores pesquisados aparecerão referenciados ao longo do trabalho.

Simultaneamente a essas atividades, iniciei o mapeamento e a identificação das instituições e grupos de assistência que têm seus trabalhos e atividades relacionadas às pessoas que moram nas ruas. A partir do contato com algumas delas foram realizadas visitas ao CNDDH – projeto não governamental que visa a promoção e defesa dos direitos humanos desses dois grupos –; à Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte – que realiza trabalhos na própria rua e em sua sede com o objetivo de auxiliar a população de rua na superação da exclusão –; e à Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) – responsável pela gestão da política de assistência social no município e pelos programas, projetos, benefícios e serviços públicos relacionados aos moradores de rua em Belo Horizonte. Foi também contatado o Grupo Fraternal de Apoio ao Próximo (GFAP), responsável pela Campanha do Pãozinho que, nas noites de sexta-feira, distribui pão, leite quente ou suco – a depender da época do ano – e água para moradores de rua em cinco regiões distintas da região central de Belo Horizonte – praça da Rodoviária, praça Sete, praça Raul Soares, Região Hospitalar e Barro Preto.

Como desdobramento desta primeira aproximação, ocorreu o convite para participar de algumas atividades. Uma delas foi o Fórum da População de Rua de Belo Horizonte⁵⁷ – que ocorre mensalmente na sede da Pastoral de Rua e conta com a participação de moradores e ex-moradores de rua, representantes do MNPR/BH e da Comunidade Amigos da Rua, da DPMG, do MPMG, de grupos de pesquisas de universidades, tais como o Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG, dentre outros. O Fórum, de caráter consultivo, foi criado pela Lei nº 8.029, de junho de 2000, com o objetivo de acompanhar os assuntos de interesse da

⁵⁷ Neste momento participei de duas reuniões do Fórum que aconteceram nos dias 14/04/2014 e 14/07/2014.

população de rua (BELO HORIZONTE, 2000).

Outra participação foi aquela já citada da Audiência Pública, em maio de 2014, promovida pelo MPMG para discutir ações e garantias da população de rua, no período que antecedia a Copa do Mundo da FIFA. Finalmente, acompanhei os voluntários da Campanha do Pãozinho na distribuição de alimentos, em uma sexta-feira, na região hospitalar.

Naquele momento, a presença nessas atividades foi mais centrada na observação, com o intuito de compreender como funcionava, quem participava e as instâncias de atuação. Ademais, foi uma forma de aproximação com os moradores de rua de Belo Horizonte, mas foi também o início do desenho de minha postura de trabalho, conforme mostrado na Introdução desta tese.

Finalmente, na tentativa de buscar meios para definir um recorte de área, necessário à pesquisa em função da impossibilidade de uma análise aprofundada do tema em todo o município, foram iniciadas observações do cotidiano dos moradores de rua em pontos distintos da cidade. Estas primeiras ações de observação, assim como suas implicações, serão detalhadamente explicitadas na Parte II, referente a Belo Horizonte. De qualquer modo, os levantamentos realizados nesta atividade foram cartografados na plataforma do programa Google Earth, com o intuito de possibilitar a visualização da relação entre atividades cotidianas e espaços públicos.

Cabe ressaltar que as formas de registro que se iniciaram neste momento e que se seguiram nos que o sucederam estiveram relacionadas, principalmente, às anotações em caderno de campo. Durante a participação nas atividades – que ainda não contemplavam o contato mais direto com os moradores de rua – foram realizadas anotações que, em seguida, eram inscritas no caderno. Não foram produzidos registros fotográficos e/ou gravações das atividades para não ressaltar ou evidenciar uma possível distinção entre sujeito e objeto da pesquisa. A busca, desde então, era a de um trabalho em conjunto.

2.2.2 *Bogotá depois e antes de BH*

O deslocamento para a realização da pesquisa na capital colombiana acarretou na interrupção, por seis meses, das atividades na capital mineira⁵⁸. Mas o modo como os trabalhos começaram buscou manter os procedimentos iniciados em Belo Horizonte. Neste sentido, estar em Bogotá propiciou o aprofundamento do levantamento de referenciais teóricos e dados

⁵⁸ Morei em Bogotá de julho de 2014 a janeiro de 2015. A estadia foi viabilizada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da CAPES.

secundários relacionados à cidade e inerentes às pesquisas e trabalhos desenvolvidos sobre os moradores de rua. A presença na cidade foi essencial para o acesso a uma parte relevante de informações disponíveis em livros, artigos, periódicos e vídeos – fontes essenciais para o procedimento genealógico já evidenciado –, principalmente naquilo que se refere ao planejamento urbano e aos projetos, planos, leis, códigos e decretos a ele relacionado. Um vasto material pôde ser consultado e estudado, não apenas nas bibliotecas da Universidad Nacional de Colombia⁵⁹ (UNAL), mas também em livrarias e institutos de pesquisa – dentre eles, o Instituto de Estudios Urbanos da própria UNAL.

Na busca pelo conhecimento da cidade em que acabara de chegar, iniciei também uma série de percursos e observações de seus espaços, tanto no período diurno quanto no noturno, em dias de semana e fins de semana. Essas observações estenderam-se ao longo de todos os meses de trabalho e possibilitaram compreender a localização de atividades, as concentrações e os trajetos feitos pelos *habitantes de calle* nos espaços da cidade. A cada percurso era também possível confrontar e confirmar as falas e depoimentos que foram fruto das demais atividades de campo. De grande importância, nesta etapa, foi a companhia, em alguns dias de percurso, do “Doctor” – ex-*habitante de calle* – que não apenas tornou possível o direcionamento, mas a entrada em áreas de acesso mais complicado devido a questões de segurança. Os dados levantados nesta atividade foram cartografados – na plataforma do Google Earth – em conformidade com os objetivos já evidenciados para Belo Horizonte.

Na medida em que tais observações eram realizadas, fui percebendo e também cartografando as principais áreas e conflitos relacionados ao desenvolvimento de novos projetos de requalificação e renovação urbanas. Tema, por sua vez, em grande medida vinculado à presença de vazios urbanos – eminentemente utilizados como estacionamento sob administração privada – e áreas consideradas degradadas e mal utilizadas, também objetos da cartografia que, por sua vez, foi complementada com a utilização de recursos de visualização do próprio Google Earth.

Concomitantemente, busquei pela identificação das instituições, grupos de assistência e grupos de pesquisa com trabalhos voltados para os *habitantes de calle*. Nesse âmbito foram feitos contatos com a Pastoral de Calle – sob a responsabilidade da Comunidad de las Hijas de la Caridad de San Vicente de Paúl, encarregada da direção do Centro Ambulatório Medalla Milagrosa, que oferta serviços e programas aos *habitantes de calle* –; com a Secretaría Distrital de Integración Social (SDIS) – por meio da subdireção para *adulthood* (adultos) –; com o grupo

⁵⁹ Instituição com a qual estava vinculada através do Programa de Doutorado Sanduíche.

de estudos da Faculdade de Psicologia da Universidad Católica de Colombia – responsável por um trabalho de cartografia social com os *habitantes de calle* da cidade –; com a Fundación Pocalana – Organização Não-Governamental (ONG) que realiza todos os sábados à noite a distribuição de alimentos em quatro pontos de alta concentração de *habitantes de calle* em Bogotá –; e com a comunidade Donum Christi-Servidores del Servidor Di Padre Pio – comunidade apostólica de laicos que presta auxílio a moradores de rua.

Como desdobramento desta aproximação, participei de uma série de atividades. Algumas ocorreram de forma a conhecer os trabalhos realizados – como foi o caso da participação em uma jornada noturna com os voluntários da Pocalana⁶⁰ e de uma palestra com *habitantes de calle* transexuais na Universidad Católica⁶¹ – e outras foram responsáveis pelo acompanhamento e participação frequente em atividades e serviços realizados e prestados aos moradores de rua. Estas atividades podem ser agrupadas em dois contextos.

O primeiro esteve atrelado à Pastoral de Calle e possibilitou o desenvolvimento de dois tipos de trabalhos. Um deles foi o ingresso ao grupo responsável pela distribuição de alimentos aos *habitantes de calle*, em um ponto fixo de Los Mártires – localidade de Bogotá – nas terças-feiras à noite⁶² (FIG. 1). Durante o tempo do encontro na rua – que abrangia orações, cânticos e alimentação – foi possível não apenas conversar com os moradores de rua presentes, mas também acompanhar a forma como o grupo – que variava entre 25 e 50 pessoas – se conformava e se alterava a cada semana.

⁶⁰ Atividade realizada no dia 6/12/2014.

⁶¹ Atividade realizada no dia 1/10/2014.

⁶² As participações ocorreram no ano de 2014, nos dias: 2, 9, 16, 23 e 30 de setembro; 10, 17 e 24 de outubro; 25 de novembro; 2, 9 e 16 de dezembro.

Figura 1 – Distribuição de alimentos: Pastoral de Calle – Los Mártires/Bogotá



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O segundo tipo de trabalho esteve vinculado ao dia a dia do Centro Ambulatório que recebe, de segunda a sábado, pela manhã, um grupo de até 25 *habitantes de calle*, muitos deles frequentes diariamente. Ali, tomam banho, se alimentam com o café da manhã, participam de atividades pedagógicas, de oficinas, de momentos de reflexão espiritual, e almoçam. Durante nove sextas-feiras⁶³ pude realizar, no espaço das oficinas, atividades em grupo. O objetivo era promover, de acordo com Frey e Fontana (1991) dados oriundos da interação entre os participantes que não seriam possíveis através de entrevistas individuais. Ainda, enquanto possibilidade exploratória, essas atividades permitiram identificar, por meio das falas e de seus confrontamentos, a forma como os participantes estruturavam seu dia a dia em função das relações com os espaços públicos e de serviços.

Foram três os tipos de dinâmicas desenvolvidas. Na primeira delas, pedi a cada *habitante de calle* presente que escrevesse, em uma pequena ficha, uma ação – um verbo – que fosse realizada em seu dia a dia para que, em seguida, fossem discutidos três aspectos sobre cada uma delas: espaços/lugares nos quais ocorriam; recursos materiais utilizados e necessários

⁶³ Essas atividades ocorreram, no ano de 2014, nos dias 3, 10 e 17 de outubro; 14, 21 e 28 de novembro; e 5, 12 e 19 de dezembro.

para realizá-las; os conflitos que poderiam ocasionar. Na medida em que cada um apresentava seu verbo, iniciava-se o debate e, para cada ação, havia os que compactuavam entre si e outros que não – o que reforçava os argumentos de Frey e Fontana (1991).

No segundo tipo, levei para o encontro imagens de Belo Horizonte; das formas de apropriação de seus espaços por moradores de rua; dos principais lugares onde essas apropriações ocorrem; e dos equipamentos voltados para essa população. A discussão foi muito além das fotos e figuras apresentadas e propiciou o contraste entre questões importantes nas duas cidades, tais como a forma como eles se denominavam, os enfrentamentos frequentes durante ações policiais, o uso de substâncias psicoativas, etc.

Finalmente, no terceiro e último tipo de dinâmica, foram colocadas em um caixa perguntas sobre o morar na rua em Bogotá (APÊNDICE A). Cada *habitante de calle* presente sorteava uma delas e indicava um outro para respondê-la. Em seguida, o que havia sorteado fazia comentários sobre a resposta dada pelo outro. O interessante nesta atividade foi poder direcionar pontos da discussão para assuntos que precisavam ser ainda ser explorados.

Já o segundo contexto de pesquisa foi marcado pelo contato com órgãos públicos, principalmente com a SDIS. Por meio da subdireção para *adulthood*, pude conhecer, acompanhar e participar de vários dos serviços, programas e elaboração de planos relacionados aos *habitantes de calle*. Neste sentido, é imprescindível destacar a abertura imediata que me foi dada, desde o primeiro contato com a Secretaria, para fazer parte de suas atividades. Elas ocorreram tanto nos equipamentos responsáveis pelos serviços a essa população⁶⁴ – *centros de acogida*, *centros de autocuidado*, *Centro de Desarrollo Personal Integral* (CDPI) e *centro de pesaje* – como também em espaços públicos por meio do *contacto activo*⁶⁵ e das jornadas de *Autocuidado Móvil*⁶⁶ (FIG. 2). Essas participações permitiram não apenas ampliar o convívio

⁶⁴ Nos *centros de autocuidado* são oferecidos: café da manhã, banho, almoço, oficinas artísticas e laborais, atendimento psicoterapêutico, almoço e apoio médico e odontológico, dentre outros. Nos *centros de acogida* oferta-se, além dos serviços anteriores, a possibilidade de permanência, dia e noite, a partir do comprometimento com certas regras. No CPDI – também conhecido como El Camino – há um processo mais direcionado para o que é denominado como ressocialização, que implica a permanência no local, dia e noite, por nove meses consecutivos para a elaboração de um plano individual de reintegração ao trabalho e/ou ao estudo e/ou à família. Já o *centro de pesaje* foi criado pelo *alcalde* Gustavo Petro com o objetivo de atender à população *habitante de calle* que exerce a atividade da reciclagem. No local, são pesados os materiais e, por meio de subsídio público, é feito o pagamento diretamente aos CHCs. As atividades nesses equipamentos ocorreram nos dias 10/9/2014; 20/10/2014; 3/12/2014; 2 e 15/1/2015.

⁶⁵ O *contacto ativo* é uma forma de trabalho na qual equipes percorrem, em vans, regiões distintas da cidade para convidar os *habitantes de calle* a participarem dos serviços oferecidos pelos centros. Em caso de aceitação, são conduzidos pela equipe até esses locais. A participação ocorreu nos dias 10, 12 e 25/9/2014.

⁶⁶ O *Autocuidado Móvil* oferece grande parte dos serviços dos demais centros, mas também, a depender do local onde ocorre, já que implica transposição de tais serviços para os espaços públicos de alta incidência e permanência da população de rua, disponibiliza cabeleireiro, manicure, atendimento a animais de estimação (majoritariamente cães) e atividades de lazer. As participações ocorreram nos dias 8 e 18/10/2014; e 22 e 23/12/2014.

com as pessoas que são *habitantes de calle*, mas também observar conflitos e resistências relacionados, principalmente, às tentativas de incluí-los em programas e de institucionalizá-los.

Figura 2 – Autocuidado Móvil – Los Mártires/Bogotá



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Outra ação possibilitada pela incursão à SDIS foi o acompanhamento de atividades relacionadas aos moradores de rua, mas no âmbito das discussões de políticas para essa população que compõe o denominado *fenomeno da habitabilidad en calle*. Elas ocorreram na própria Secretaria, em fóruns e em reuniões dentre as quais destaco: a jornada com técnicos e funcionários da SDIS e representantes do comércio da região central, para que estes últimos pudessem visitar os equipamentos voltados para os *habitantes de calle* na cidade⁶⁷; o *Foro Habitabilidad em Calle: dignidad humana, ciudadanía y convivencia*⁶⁸, que tinha como objetivo traçar diretrizes para a regulamentação de uma política nacional para essas pessoas; as discussões conceituais e diretivas para a implementação de um novo *centro de acogida* – o Centro de Acogida Bakatá – para 1.000 *habitantes de calle*/dia e 400/noite na região central da cidade⁶⁹.

Nesse aspecto, a forma de participação não foi a de uma observação apenas, mas da discussão efetiva dos pontos colocados em pauta e da interlocução constante durante os

⁶⁷ A visita ocorreu no dia 11/09/2014.

⁶⁸ O Fórum ocorreu nos dias 18 e 19/9/2014 na Alcaldía Mayor de Bogotá.

⁶⁹ Participei das discussões no dia 13 de novembro de 2014 e de um grupo focal com os comerciantes locais sobre a implantação do Centro no dia 18 de novembro de 2014. O Centro de Acogida Bakatá foi inaugurado em 24 de junho de 2015, cerca de cinco meses após o fim da minha pesquisa de campo na capital colombiana.

trabalhos. Foi esse, por exemplo, o caso do fórum – evento do qual participaram funcionários públicos das áreas de saúde, educação, assistência social, etc.; moradores e moradoras de rua; acadêmicos; e representantes de associações e instituições afetas ao tema da vida na rua, dentre outros – que merecem destaque também pelas falas de abertura. Dentre elas, vale menção a do então *alcalde* Gustavo Petro. Um dos trechos de sua palestra auxilia na compreensão da perspectiva conceitual de sua gestão – fundamental para o entendimento da condução das políticas para os *habitantes de calle* naquele momento – e também evidencia como o ambiente era propício para a minha participação e o meu acompanhamento.

[...] Foucault é um pouco o filósofo de cabeceira da Bogotá Humana. A normalização significava que havia um homem, assim que era chamado, um homem com agá maiúsculo, um conceito de homem, a mulher não cabia neste cenário. O homem, o direito dos homens. O conceito do homem no singular e com agá maiúsculo é a normalização da sociedade. [...] Principalmente o do homem econômico e assim começou o neoliberalismo que hoje domina grande parte do mundo. Pois essa sociedade é construída a partir de uma normalização que exclui pelas margens, se vão. Deleuze dizia, fogem. Linhas de fuga, os anormais, as anormais. Anormais que consideravam loucos, anormais que consideravam invisíveis, descartáveis. Esta foi a palavra que se inventou na cidade de Bogotá. Anormais que não se deveria olhar, que se deveria fechar no famoso panóptico ou nas cadeias, diriam outros. Anormal é o que consome drogas, anormal é o homem que se deita com outro homem ou a mulher que se deita com outra mulher. Anormal é o que decide viver na rua e não em uma casa. Anormal é o que pensa diferente. (BOGOTÁ D.C., 2014a, tradução nossa)⁷⁰

Nesse panorama, foram organizados e realizados, após os pronunciamentos de abertura, Grupos de Trabalho (GT) para a discussão dos seguintes temas: Recreação, Cultura e Esporte; Trabalho; Mobilidade e Habitação; Acesso à Justiça e à Segurança; Consumo de Substâncias Psicoativas e Proteção; Participação; Família, Instituições e Relações Sociais; Educação; Causa, Efeito e Fatores de Permanência; Corresponsabilidade Social e Empresarial.

Participei do GT Mobilidade e Habitação, que tinha como objetivo discutir moradia, espaços públicos, ambiente, acessibilidade e equipamentos. Foi um trabalho de debates intensos, nos quais fiz intervenções em vários momentos sobre a *habitabilidad en calle*. De um

⁷⁰ “Foucault es un poco el filósofo de cabecera de la Bogotá Humana. La normalización significaba que había un hombre, así era que se llamaba, un hombre con hache mayúscula, un concepto de hombre, una mujer no jugaba en ese senario. El hombre, los derechos del hombre. Ese concepto del hombre en singular y con hache mayúscula es la normalización de la sociedad. [...] Principalmente el hombre económico y así comenzó el neoliberalismo que hoy domina grande parte del mundo. Pues esa sociedad es construyida a partir de una normalización que excluye por los márgenes, se van. Deleuze decía, se fugan. Líneas de fuga, los anormales, las anormales. Anormales que consideraban locos, anormales que consideraban invisibles, desechables. Esa fue la palabra que se inventó en la ciudad de Bogotá. Anormales que no se deberían mirarse que se debería encerrarse en el famoso panóptico o en la cárcel, diría unos otros. Anormal el que consume drogas, anormal es el hombre que se acuesta con un hombre o una mujer que se acuesta con una mujer. Anormal el que decide vivir en la calle y no en una casa. Anormal el que piensa diferente”. Fala do, naquele momento prefeito de Bogotá, Gustavo Petro durante o *Primer Foro de Habitabilidad en Calle* que ocorreu no dia 18 de setembro de 2014 na *Alcaldía Mayor de Bogotá*. Disponível no youtube (BOGOTÁ D.C., 2014a)

modo geral, de um lado, havia posicionamentos na direção de encarar o modo de vida na rua como um problema a ser solucionado e, do outro, na direção da necessidade de reconhecê-lo como uma das maneiras de viver de uma população, muito embora geradora de conflitos e embates com outros grupos. Assim, apesar de não ter assumido como pressuposto metodológico a copesquisa, em alguns momentos, na prática do campo, vi que algumas situações atrelavam-se a este procedimento que não aparta teoria e prática.

Para esclarecer esse aspecto, é importante destacar que a copesquisa – tradução de *conricerca*⁷¹ – não busca modificar o objeto da investigação, pois não há uma distinção entre sujeito e objeto. Ela é trabalhada na implicação mútua entre lutas e teorias diante dos problemas de autonomia, resistência e estratégias coletivas, no intuito de romper com a verticalização ideológica da produção do conhecimento. O que “não significa depor o rigor, mas redimensioná-lo como resultado das interações diretas entre os muitos agentes, enredados na produção colaborativa do conhecimento. O objetivo é tanto conhecer para transformar, quanto transformar para conhecer” (CAVA, 2012, p.23). Dessa forma, a copesquisa tem como intuito a valorização das capacidades dos próprios sujeitos e, neste sentido, o pesquisador se insere no interior dos processos de subjetivação (CAVA, 2012; MENDES, 2012). Nos momentos tais como o do grupo de trabalho no fórum, era disso que se tratava, de uma produção coletiva na qual não era apenas pesquisadora, mas também participante das lutas que emergiam frente a esses processos de subjetivação.

É válido destacar que, já no último mês na cidade, ao iniciar a compilação do material levantado, surgiram algumas dúvidas sobre fatos e situações pesquisados. Para tentar esclarecê-las, realizei 12 entrevistas individuais. Desse total, quatro foram feitas com *habitantes de calle* (APÊNDICE B); duas com *ex-habitantes de calle* (APÊNDICE B); e seis com funcionários e técnicos da *alcaldia* (APÊNDICE C). Dentre esses últimos, dois não faziam parte da SDIS. Um deles era o subdiretor do Instituto Distrital do Patrimônio Cultural, e, o outro, Diretor do Patrimônio e Renovação Urbana.

Com base em todos esses procedimentos e ações, foi que se realizou o recorte da área sobre a qual o estudo proposto ocorreu de modo mais incisivo. A definição das localidades de Santa Fé, Los Mártires e Candelária – pertencentes ao centro tradicional – não foi, assim, um *a priori* da pesquisa, mas surgiu da sobreposição de cada uma das etapas da investigação. Muitos dos resultados referentes ao convívio com essa região e com os *habitantes de calle* aparecerão ao longo do texto da pesquisa.

⁷¹ A *conricerca* tem sua origem nas práticas ativistas dos operaístas italianos – grupo de militantes e intelectuais de perspectiva marxista – dos anos 1960-1970 (CAVA, 2012).

Cabe ainda ressaltar a postura metodológica que, a partir da imersão em Bogotá, não apenas aprofundou os processos desenhados em “Belo Horizonte antes de Bogotá”, mas que se consolidou e continuou seu caminho na etapa “Belo Horizonte depois de Belo Horizonte e Bogotá”. Isso implica que a forma do trabalho de campo foi sendo moldada no próprio campo e que, embora se pretendesse, desde seu início, etnográfica, foi aos poucos estabelecendo seus balizamentos dentro das etnografias possíveis na medida em que os encontros, os *occursus*, ocorreram.

Nesse sentido, já foi evidenciado na Introdução a importância da noção do “ser afetada”, embora guardasse para esse momento referente à metodologia inscrevê-la no âmbito da etnografia. Nessa perspectiva, são válidas algumas considerações que Goldman (2005) salienta ao escrever sobre os afetos e a etnografia em Jeanne Favret-Saada. De início, cabe ressaltar que não se pretende apresentar “[...] as pessoas e suas ações [...] como um antigo naturalista descrevia, sobre um mesmo plano, fauna, flora e geografia. Mas não se trata, tampouco [...] de voltar-se para dentro, opondo uma suposta transparência do sujeito para si mesmo à opacidade do mundo dos outros” (GOLDMAN, 2005, p.150). Ou seja, os planos que perpassaram a etnografia não estiveram enterrados nem no cientificismo nem na autobiografia. Isso porque os afetos – aos quais já fiz referência – funcionaram como um feixe de relações, em ambas as direções, na qual me deixei afetar pelas mesmas forças que afetam os demais e que colocaram em questão programas de verdades.

Finalmente, vale mencionar que as formas de registro das atividades das quais participei seguiram os procedimentos das anotações em caderno de campo. Entretanto, em alguns momentos – nos quais já era conhecida e já me considerava “pega” – foram feitas gravações das atividades em grupo realizadas no Centro Ambulatório Medalla Milagrosa – num total de cinco – e do grupo focal para a implementação do Centro de Acogida Bakatá. Alguns registros fotográficos também ocorreram, mas nunca se tornaram um elemento prioritário, por não me sentir à vontade ou confortável em utilizá-los. Na verdade, na maioria das vezes em que foram tiradas fotografias, o fato aconteceu em função do pedido das pessoas com as quais me relacionei, fossem elas moradoras de rua ou não, que queriam que eu levasse para casa uma lembrança dos momentos compartilhados.

2.2.3 BH depois de BH e de Bogotá

Se a imersão em Bogotá implicou na expansão dos procedimentos metodológicos já iniciados em Belo Horizonte, no retorno à capital mineira, embora eles tenham sido

majoritariamente mantidos, houve a necessidade de algumas adaptações, em função das particularidades locais e da impossibilidade de realização de certas atividades.

O primeiro passo deste retorno foi a retomada e a ampliação dos contatos com as instituições e associações que desenvolvem atividades com e para os moradores de rua e também com a SMAAS. Contextos com as mesmas conformações daqueles experimentados na capital colombiana.

Com relação ao primeiro deles, retomei a participação na Campanha do Pãozinho⁷², o que deu origem a uma outra forma de atividade na rua. A partir do convite de alguns de seus voluntários, passei a integrar jornadas noturnas⁷³ no centro de Belo Horizonte que tinham o objetivo de auxiliar aqueles que eram moradores de rua e que, durante a campanha, mostravam o desejo de buscar trabalho, retornar às suas famílias e/ou obter documentações perdidas ou roubadas – principalmente as carteiras de trabalho e de identidade.

Com o objetivo de aprofundar os trabalhos, passei também a fazer parte das atividades de distribuição de alimentos, nas quartas-feiras à noite, com um outro grupo composto por voluntários e religiosos vinculados à Fraternidade de Aliança Toca de Assis. Na época da participação, em carreatas, o grupo percorria distintos pontos do Hipercentro e Barro Preto para oferecer aos que estavam na rua uma “quentinha” (marmitta), suco, água e, eventualmente, roupas colhidas em campanhas de doação⁷⁴. O que diferia as atividades da Toca frente às da Campanha do Pãozinho era que nos pontos de parada havia um tempo maior para a conversa e a socialização. Momentos que foram de compartilhamento de emoções e histórias, enfim, de afetos.

Também acompanhei, mas apenas em uma oportunidade, um grupo de voluntários que fazia o mesmo trabalho, aos domingos pela manhã, na região da Pampulha e Venda Nova. Em função de ter feito o recorte da pesquisa na região hipercentral, não dei continuidade a esta ação, embora tenha sido essencial para observar a dinâmica em outros pontos da cidade. A definição da área de pesquisa será evidenciada mais abaixo.

Da mesma maneira, o retorno à Pastoral de Rua conduziu a um aprofundamento de minha participação no Fórum da População de Rua⁷⁵ – organizado pela Pastoral, em parceria com representantes dos movimentos sociais e outros grupos e instituições, tais como o grupo Polos de Cidadania (da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), a DPMG e o MPMG–

⁷² As participações ocorreram no ano de 2015, nos dias 27 fevereiro; 6, 20 e 27 de março e 10 de abril.

⁷³ As jornadas aconteceram no ano de 2015, nos dias 4 março e 1º abril.

⁷⁴ As participações ocorreram no ano de 2015, nos dias 11, 18 e 25 de março; e 29 de abril. Atualmente, a distribuição ocorre ainda nas noites de quarta-feira, mas em um único ponto, a praça Rui Barbosa.

⁷⁵ As reuniões das quais participei, em 2015, foram as de 9 de março; 3 e 13 abril e 15 maio.

mas não apenas em seu acompanhamento e observação. Desde a retomada do contato, participei ativamente das reuniões que preparavam a pauta a ser conduzida ao fórum, assim como de outros encontros que foram responsáveis pela organização de um seminário que ocorreu em outubro de 2015, o *IV Seminário Acolhimento Institucional para a População em Situação de Rua: contextos, desafios e possibilidades*⁷⁶. Neste ponto, é importante retomar as observações relacionadas à copesquisa, já que foram estes o momentos, em Belo Horizonte, de maior vinculação das atividades de campo com uma produção coletiva no campo das lutas e emergências. Produção que foi marcada por uma polarização de discursos que ocorriam, majoritariamente, entre os que não buscavam por ajustes estruturais nas políticas de acolhimento para que as ações políticas fossem focadas no direito à moradia e os que defendiam que a rua deveria ser também o lugar de políticas que reconhecessem um modo de vida a ela vinculado sem, contudo, deixar de lado aquele direito.

Afora estas ações e participações, foram também realizados percursos e observações dos espaços da cidade, tanto no período diurno como no noturno, e também em dias de semana e fins de semana, no intuito de compreender atividades, localizações e conflitos relacionados ao morar na rua. Essas observações também estenderam-se ao longo de todos os meses de trabalho. Os dados levantados nesta atividade, assim como os vazios urbanos observados ao longo dos percursos realizados, foram cartografados na plataforma do Google Earth. Cartografia posteriormente complementada com informações advindas do próprio Google Earth e do *crowdmaping* – mapa aberto colaborativo – criado pelo grupo de pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG a partir das atividades do EmBreveAqui⁷⁷.

Ainda, foi de relevância a participação em um grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas, sob a coordenação da Profa. Regina Medeiros, que se debruçava sobre o uso de drogas na região central de Belo Horizonte e que acabou por abordar também os moradores de rua desta mesma região. Nesse âmbito, participei de reuniões do grupo que possibilitaram o compartilhamento e a troca de informações sobre os trabalhos de campo. Também com a ajuda do grupo, consegui participar de atividades no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro-Pop)⁷⁸ da região central.

Nessa oportunidade, em função das oficinas que são realizadas na parte da manhã, com

⁷⁶ O seminário ocorreu nos dias 5 e 6 de outubro de 2015, no Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR), em Belo Horizonte.

⁷⁷ O EmBreveAqui busca identificar vazios na Região Metropolitana de Belo Horizonte (lotes, terrenos, áreas residuais de infraestrutura urbana, imóveis desocupados, etc.) e ocupá-los com ideias. (GRUPO DE PESQUISA INDISCIPLINAR, 2016)

⁷⁸ Atividades que ocorreram em 2015, nos dias 31 de março; 6 e 27 de abril; 4 e 12 maio.

um grupo que varia entre 15 e 20 moradores de rua – na maioria das vezes com poucas alterações em sua configuração –, houve a possibilidade de adaptar aquelas atividades de grupo desenvolvidas no Centro Ambulatório, em Bogotá, com o intuito de explorar os temas que foram abordados naquele local. Para fazê-lo, tive que vinculá-los ao cotidiano das oficinas de artesanato que acompanhei às sextas-feiras. A adaptação aconteceu tendo em vista a impossibilidade de conduzir os trabalhos, assim como ocorreu na capital colombiana, devido a um cronograma já consolidado do Centro Pop. Desse modo, ao realizar as tarefas junto com os grupos formados pelos moradores de rua, entre papéis, plástico, barbante, tampinhas de garrafa, garrafas PET vazias, cola e tesoura; entre porta-retratos, chapéus, bandeirinhas e balões – estes últimos para as festas juninas que se aproximavam –, conversamos sobre espaços, conflitos, cotidiano, trabalho, etc. Como a conversa ocorreu em grupos, foi também possível identificar, por meio das falas e de seus confrontamentos, a forma como os participantes estruturavam seu dia a dia em função das relações com os espaços públicos e com os serviços a ele ofertados.

Com relação ao segundo contexto a ser explorado, ou seja, o das instituições públicas, o cenário encontrado foi muito distinto de Bogotá em termos de agilidade e facilidade de acompanhamento das políticas e dos serviços. Na tentativa de conduzir os procedimentos e ações metodológicas, de modo conforme ao daquela cidade, busquei participar, em Belo Horizonte, das atividades correlativas às realizadas pela SDIS de Bogotá. Para isso contatei a Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social (GPAS) da SMAAS, que indicou os procedimentos necessários para que eu pudesse acompanhar trabalhos de pesquisa na secretaria: apresentar solicitação por escrito, devidamente assinada pelo responsável pela pesquisa; apresentar o projeto descrevendo tema, justificativa, objetivos, metodologia, cronograma, roteiro de entrevista e termo de consentimento para o entrevistado; Termo de Compromisso assinado; e formulário preenchido (GPAS, 2015a).

Os documentos foram entregues, conforme orientação, na GPAS, no dia 4 de março de 2015. No dia 30 de março foi dado retorno positivo sobre a solicitação: “Tendo em vista sua solicitação de pesquisa junto a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, informo que após análise das gerências responsáveis foi aprovada a realização da pesquisa” (GPAS, 2015b). A indicação era a de que, a partir daquele momento, fosse procurado um setor específico da SMAAS que conduziria os processos a partir dali. Somente no final do mês de abril, foi viabilizada uma reunião para tratar do assunto. Ao explicitar e explicar o interesse no acompanhamento das equipes de abordagem na área central e dos serviços no Albergue Tia Branca – Unidade de Acolhimento Institucional para População de Rua e Migrante – e no

Centro Pop Leste, foi apontada a impossibilidade de se realizar a abordagem na regional almejada, a saber, a centro-sul. A justificativa foi a de que os procedimentos na dita regional eram de extrema complexidade e cercados de conflitos, principalmente em função da Instrução Normativa nº 1, de dezembro de 2013, que será apresentada mais adiante. Foi disponibilizada, por outro lado, a possibilidade de acompanhamento das equipes na regional norte. Em função da área de atuação dessas equipes estar bastante distanciada das áreas mais atreladas à pesquisa, iniciou-se uma negociação que, ao fim, possibilitou o trabalho com as equipes de abordagem da regional leste – que faz limite com a centro-sul. No dia 30 de abril, quase dois meses após o primeiro contato com a GPAS, ocorreu o primeiro acompanhamento da abordagem⁷⁹.

De qualquer modo, foi possibilitada a visita ao Albergue Tia Branca⁸⁰ e ao Centro Pop Leste⁸¹ – equipamentos que compartilham o mesmo espaço, já que o albergue funciona como pernoite e o Centro Pop Leste está aberto durante o dia. Também fui convidada, pela SMAAS, para participar da inauguração da República Fábio Alves⁸² e de uma das reuniões do Comitê de Monitoramento e Assessoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua⁸³ – criado pelo Decreto Nº 14.146, de 2010, e alterado pelo Decreto Nº 15.898, de 2015 (BELO HORIZONTE, 2015).

É válido destacar que, também em Belo Horizonte, ao compilar o material levantado, surgiram dúvidas acerca de determinados fatos e situações pesquisados. Para tentar esclarecê-las, foram realizadas entrevistas individuais com quatro pessoas: três moradores de rua (APÊNDICE B) e um administrador de uma associação vinculada aos serviços oferecidos pelo poder público (APÊNDICE C).

Todo esse grupo de atividades, associado à experiência em Bogotá, propiciou o recorte da área para a qual o estudo direcionou-se de modo mais incisivo. Nesse sentido, cabe reforçar como a experiência de campo na cidade colombiana foi essencial para perceber as relações, como será mostrado, entre o modo de vida dos moradores de rua e a expansão da implementação

⁷⁹ O outro acompanhamento ocorreu no dia 12 maio de 2015. O serviço de abordagem visa estabelecer vínculos com os moradores de rua, através da identificação de suas necessidades e encaminhamento à rede socioassistencial (programas e serviços públicos ou desenvolvidos por entidades conveniadas ou não conveniadas).

⁸⁰ O albergue oferece o pernoite e conta com alimentação e banho. A visita ocorreu no dia 5 de maio de 2015.

⁸¹ As visitas ocorreram nos dias 29 de abril e 5 de maio de 2015. Nos Centros Pop, a população de rua pode tomar banho, participar de atividades psicopedagógicas e esportivas e assistir televisão. Naquele localizado na região central, pode-se também guardar seus pertences, por um período limitado, em escaninhos.

⁸² A inauguração aconteceu na manhã do dia 25 de abril de 2015.

⁸³ A participação ocorreu no dia 9 de abril de 2015. O comitê, com composição paritária – 11 membros do Poder Público Municipal e 11 membros da sociedade civil organizada, com três convidados permanentes, a saber, MPMG, DPMG e PMMG, tem reuniões mensais e objetiva acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Municipal, propondo medidas que assegurem a articulação das políticas públicas.

de projetos urbanos de cunho neoliberal na cidade. Desse modo, a partir da sobreposição de cada uma das etapas da investigação em Belo Horizonte, junto com as de Bogotá, cheguei à região hipercentral como foco principal para os estudos.

Cabe ressaltar, finalmente, que à medida que a pesquisa de campo foi acontecendo na capital mineira, teve início a escrita da Parte I desta tese, referente a Bogotá. Assim, a ordem da escrita é também a ordem na qual o campo consolidou-se. Quanto às formas de registro das atividades de campo, elas mantiveram a postura destacada anteriormente: anotações no caderno e alguns registros fotográficos. Entretanto, não houve gravações das atividades de grupo.

PARTE I - BOGOTÁ

3 SANTA FÉ, BOGOTÁ, SANTA FÉ DE BOGOTÁ D.C., BOGOTÁ D.C.

O conhecimento adquirido e acumulado como pesquisadora sobre a cidade de Bogotá ocorreu de duas formas principais. A primeira delas diz respeito à própria experiência de campo na cidade por um período de seis meses. Nesse sentido, não é possível separar a Bogotá pesquisada da Bogotá vivenciada durante o tempo que se configurou como uma imersão urbana e no urbano. Esse fato deu margem a um momento inicial que fez coincidir vivência, sobrevivência e aquisição de conhecimento em um novo contexto. Sobrevivência no sentido de acessar os atributos necessários para a estruturação de um cotidiano a partir dos encontros com pessoas, lugares e práticas cidadinas. A segunda está relacionada a um outro encontro. Estar na região sobre a qual este trabalho se debruçou foi essencial para o acesso, como já mencionado, a uma parte relevante de informações disponíveis.

Essas duas fontes constituem a base do que será apresentado. A Bogotá que se pretende escrever e descrever resulta do trânsito ininterrupto entre prática e conhecimento sistematizado. Por isso, a escrita que se segue foi realizada não de forma a separar as leituras das experiências, mas de modo a proporcionar um diálogo constante entre cada uma delas.

Neste capítulo, mostrarei como a experiência de campo serviu como ponto de partida para o procedimento genealógico que possibilitou analisar momentos distintos da produção do espaço citadino e dos processos de sujeição atrelados à vida na rua.

3.1. Para onde conduziram as placas: um primeiro olhar sobre a cidade

Santa Fé de Bogotá ou Bogotá D.C. são os nomes impressos nas placas dos veículos que circulam pelas *calles* (ruas) e *carreras* (avenidas) da capital colombiana. Essa distinção, notada já nos primeiros momentos de contato com a cidade, despertou a curiosidade. Do corriqueiro fato, foi possível verificar que, na verdade, ele é sinal de parte relevante da história e da conformação territorial da capital e da história colombiana.

A história da cidade de Bogotá, conforme salienta Soler (2008), está realmente repleta de referências à Colômbia.

Diferentemente de outros centros urbanos do país, seu papel como eixo político e administrativo, desde os tempos do início das fundações hispânicas nestas terras, fez com que nesta cidade se criasse um microcosmos da Colômbia. Por esta razão, falar

de sua história e de como se desenvolveram seus processos, feitos e personagens encerra um universo muito particular estreitamente vinculado com o desenvolvimento da Colômbia. A história de Bogotá não pode ser vista simplesmente como a de mais uma das cidades da Colômbia já que neste caso as interações são muito mais complexas. [...] em Bogotá se amplifica a história do país. (SOLER, 2008, tradução nossa)⁸⁴

E as contradições inerentes a esse processo – que será abordado ainda algumas vezes neste trabalho – podem ser já percebidas no momento em que a cidade é considerada como fundada pelos espanhóis. Documentos datados do século XVI mostram que, durante um certo tempo, Santa Fé e Bogotá coexistiram. Um desenho de 1538 – data considerada como a de sua fundação – indica a localização de dois povoados indígenas, um em cada margem do rio Bogotá. O maior, Santa Fé, é, hoje, o local da crescente Bogotá D.C.. Ele deu o primeiro nome à cidade. O menor, conhecido como Bogotá, possivelmente estava localizado onde, na atualidade, é a cidade de Funza. Entre essas denominações, uma constatação: “O nome da atual capital da Colômbia, Bogotá, que substituiu o da antiga Santa Fé, em função da Independência, não lhe pertence propriamente por ter sido a denominação de um povoado indígena, agora extinto” (BOGOTÁ D.C., 2009a, p.24, tradução nossa)⁸⁵.

Esse fato marca, portanto, não apenas parte da toponímia relacionada à cidade, mas também evidencia que o território onde se assentou de modo algum pode ser considerado como tábula rasa. Na verdade, evidencia uma ação recorrente no processo de conquista e de colonização – nesse caso espanhola – na América Latina, fortemente arraigada no extermínio e na desterritorialização/reterritorialização da população indígena de seus núcleos de origem. Mais especificamente, na Colômbia, marca o início de um processo que trespassa toda a sua história e é denominado como *desplazamiento forzado*⁸⁶ (remoção forçada). Em função de

⁸⁴ “A diferencia de los demás centros urbanos del país, su papel como eje político y administrativo desde los tiempos mismos del inicio de las fundaciones hispánicas en estas tierras, condujo a que en esta ciudad se creara todo un microcosmo de Colombia. Por esta razón hablar de su historia y de cómo se han desarrollado sus procesos, hechos y personajes encierra un universo muy particular estrechamente vinculado con el desenvolvimiento de Colombia. La historia de Bogotá no puede ser vista simplemente como la de una más de las ciudades de Colombia sino que en este caso las interacciones se hacen muy complejas. [...] en Bogotá se amplifica la historia del país”.

⁸⁵ “El nombre de la actual capital de Colombia, Bogotá, que se puso a la antigua Santafé a raíz de la Independencia, no le pertenece propiamente, por cuanto fue la denominación de un pueblo indio, ahora extinguido, situado en lugar diferente”.

⁸⁶ A problemática gerada pelo *desplazamiento* vai além da questão territorial. Ela implica a perda da terra e do lugar de moradia, mas também de determinadas condições de subsistência e dos vínculos socioafetivos construídos em seu entorno. Ela incide, principalmente, sobre as comunidades indígenas e afrocolombianas, o que acarreta grandes impactos culturais e simbólicos e ameaça as tradições e práticas vernaculares (BARRERO, 2011). Sobre o assunto, Olarte e Wall (2012) mostram que, desde 1960 e ao longo dos anos 1970, as forças de guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), entre outros, desafiaram o controle e a autoridade do Estado, através de batalhas de guerrilha que incrementaram esse processo. Nesse período, ainda segundo os autores, o Estado respondeu com distintas estratégias que variaram entre pesadas contra-insurgências militares, negociações e cessar-fogo. Ainda, os

distintas razões ao longo dos séculos – guerras civis, violência social e política –, ele tem se intensificado nas últimas duas décadas devido à atuação de grupos paramilitares, de guerrilheiros e da própria força pública (BARRERO, 2011). A estimativa da Consultoría para Los Derechos Humanos y El Desplazamiento (CODHES) – uma ONG – é a de que, desde a década de 1980, o número de pessoas *desplazadas* chega a cinco milhões no país (ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS, 2015).

Nesse período, as razões do processo que fez com que, de maneira forçada, as pessoas se dirigissem do campo para as cidades, estiveram atreladas a três causas principais. A primeira delas foi o interesse do capital nacional e transnacional na instalação de megaprojetos de empresas empenhadas na exploração dos recursos e riquezas naturais – mineradoras e petroleiras, majoritariamente. Nesse caso, os empreendedores vêm fazendo grandes investimentos de capitais em áreas que anteriormente estiveram à margem do desenvolvimento econômico do país. Tais territórios, localizados, principalmente, no Pacífico Oriental e na Região Amazônica, coincidem com regiões de relevante presença de comunidades indígenas. A segunda razão esteve a cargo da imposição, no país, de um projeto de modernização de modelo neoliberal, baseado em investimentos em infraestrutura, aliado à gestão de megaprojetos de desenvolvimento e às dinâmicas de acumulação impulsionadas pelo Estado e por setores privados. Seguindo a mesma lógica e modo de atuação da razão anterior, esta continua a impactar diretamente as comunidades negras e indígenas. Os grupos econômicos que lideram essas empreitadas, muitas vezes com uso de força, desalojam tais comunidades dos territórios que ancestralmente têm sido suas fontes sociais, econômicas e culturais. A terceira e última razão diz respeito aos agentes do narcotráfico que ainda financiam grupos armados para a apropriação violenta de grandes glebas para áreas de cultivo (BARRERO, 2011).

A importância de salientar tal processo em termos qualitativos e quantitativos atrela-se ao fato de que Bogotá é a cidade que recebe o maior número de pessoas que foram e são vítimas do *desplazamiento* no país. De acordo com o Sistema de Población Desplazada de Acción Social (SIPOD), entre 1997 e 2011, a cidade recebeu 320.518 pessoas do total do contingente desse período no país (BOGOTÁ D.C., 2012b). A consideração da cidade como novo local, embora forçado, de vida ocorre em função de algumas de suas características. Bogotá é a sede do governo nacional e de uma variedade de núcleos industriais, de serviço e de instituições

anos 1980 experimentaram a emergência de grupos paramilitares – dentre os grupos já citados, os principais responsáveis pelos *desplazamientos* – que se reuniram, contra as guerrilhas, sob uma organização denominada Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), em 1997. Nessa mesma década, táticas de *desplazamiento* começaram a atuar de forma mais sistemática e a vitimizar quase um décimo da população do país.

educacionais (URIBE; PARDO, 2006).

Mas do conjunto ampliado dessas estatísticas, um número mais específico chama a atenção e se vincula à dinâmica dos moradores de rua. Uma matéria do jornal *El Tiempo* (2014) pontua que, de acordo com o secretário da SDIS naquele momento, em 2013, ingressaram, em Bogotá, 14.800 vítimas do *desplazamiento*. Deste número, segundo o secretário, uma boa parte ainda se encontra deambulando pela cidade (NÚMERO DE..., 2014).

Dessa forma, das várias implicações referentes a esses fatos, é importante verificar as que guardam relação com os que, na rua, organizam suas vidas. Neste sentido, uma atividade em grupo⁸⁷ realizada com os *habitantes de calle* – que tinha como objetivo compreender as atividades que faziam/fazem parte de seus cotidianos e, a partir delas, perceber os recursos necessários para realizá-las, os lugares onde ocorriam e os conflitos delas oriundos – revelou um aspecto: os agentes do *desplazamiento*, apontados acima, fazem parte do cálculo para a realização de uma das atividades listadas durante a dinâmica, a saber, a de viajar.

Viajar exigia o conhecimento aprofundado das regiões do interior do país para as quais se dirigiam. De acordo com “Mestre”, 55 anos: “[...] qualquer um dos atores do conflito armado nos tomam como inimigos” (“Mestre”, informação verbal, tradução nossa)⁸⁸. Ou, como apontou “Doctor”: “Para fazer esse exercício de viajar, há um conflito. Temos que nos preparar para o exército, a polícia, a própria população, os paramilitares, os narcotraficantes” (tradução nossa)⁸⁹.

Na fala de “Doctor”, é interessante perceber que, além do conflito armado, a própria população das pequenas localidades nas áreas rurais do país parece não estar de acordo com a presença deles ali. Essa situação ficou evidente não apenas em muitas das conversas que ocorreram durante a pesquisa de campo, mas também em uma outra atividade em grupo⁹⁰: “Há pequenos povoados onde não existem moradores de rua devido à violência. São mortos” (morador de rua, 25 anos, tradução nossa)⁹¹; “Se você se desloca de uma cidade a outra, tem que passar direto pelos povoados, pois neles não se pode permanecer” (ex-morador de rua, 45 anos, tradução nossa)⁹²; “No meu povoado há somente dois (moradores de rua), mas porque são conhecidos das famílias e a família não permite que façam nada com eles” (morador de rua,

⁸⁷ Atividade gravada, em Bogotá, no dia 3 de outubro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa.

Participaram da atividade 19 moradores de rua, dentre eles uma mulher e um ex-morador de rua.

⁸⁸ “[...] cualquiera de los actores de lo conflicto armado nos toman como enemigos.”

⁸⁹ “Para hacer ese ejercicio de viajar, hay un conflicto. Tenemos que prepararnos para el ejército, la policía, la misma población, los paramilitares, los narco.”

⁹⁰ Atividade gravada, em Bogotá, no dia 17 de outubro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa. Participaram da atividade 15 moradores de rua, dentre eles uma mulher e um ex-morador de rua.

⁹¹ “Hay pueblitos que no hay habitantes de calle por la violencia. Los matan.”

⁹² “E se va de una ciudad a otra, tiene que pasar derecho por el Pueblo, pues ahí no se puede quedarse.”

22 anos, tradução nossa)⁹³.

Desse modo, se o *desplazamiento* é uma realidade iminente no país e traz implicações diretas na conformação urbana de Bogotá – nos processos urbanos de planejamento, de renovação e, na maior parte das vezes, de segregação –, para os moradores de rua traz outras implicações. A questão vai mais além do que diz respeito à terra ou à propriedade privada. São seus próprios modos de vida e a forma como estruturam seus cotidianos que trazem impossibilidades de permanência nos *pueblos* (povoados). Nesse sentido, às dificuldades de sobrevivência em áreas de características mais rurais soma-se a possibilidade de vida na cidade grande. As ruas de Bogotá são recorrentemente citadas como o lugar de oportunidades e da fartura de recursos: “A rua nos provê de tudo. Conseguimos uma muda de roupa limpa e mais de três comidas muito excelentes por dia. Sobra para repartir. [...] E dinheiro. Seja reciclando, seja pedindo, até mesmo encontrando” (“Mestre”, tradução nossa)⁹⁴.

Esse fato chama a atenção para uma discussão recorrente do ponto de vista da sociologia urbana e da geografia crítica: a distinção rural-urbano ou campo-cidade. Desde que Lefebvre (2001) anunciou, no final da década de 60 e início dos anos 70 do século passado, a enormidade daquilo que conceituou como fenômeno urbano – que relegava o rural a algumas ilhotas de ruralidade⁹⁵ em meio às malhas do tecido urbano em expansão – vem-se falando de uma nova geografia da urbanização, na qual a divisão urbano e rural deixa de fazer sentido (BRENNER, 2014)⁹⁶.

Neil Brenner chama a atenção para o fato de que:

O processo emergente de urbanização estendida está produzindo uma estrutura variegada que, em lugar de concentrar-se em pontos nodais ou de circunscrever-se a

⁹³ “En mi Pueblo solamente hay dos, pero porque son conocidos de las familias y la familia no les permiten que le hacen nada.”

⁹⁴ Trecho de depoimento gravado em atividade em grupo realizada em Bogotá, no dia 3 de outubro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa. “La calle nos probé de todo. Conseguimos una muda de ropa limpia y mas de tres comidas muy excelentes al día. Sobra para repartir. [...] E dinero. Sea reciclando, sea pidiendo y hasta encontrándose”.

⁹⁵ De forma mais específica, ao falar de cidade e campo em *O Direito à Cidade* (2001), Lefebvre considera que a vida urbana compreende mediações originais, ou uma dialética de três termos, entre: campo, cidade e natureza. Na modernidade, para o autor, há um acirramento dessa relação de tal forma que a cidade em expansão se debruça sobre o campo, corroendo-o e dissolvendo-o. Entretanto, essa relação não está posta de uma maneira fechada. Em outras palavras, a oposição urbanidade-ruralidade se acentua em lugar de desaparecer, enquanto que a oposição cidade-campo se atenua.

⁹⁶ É por isso que Brenner, ao recuperar as características elencadas por Louis Wirth (sociólogo americano da denominada Escola de Chicago), em 1930, que serviriam para definir as delimitações do urbano – grande tamanho da população, alta densidade demográfica e elevados níveis de heterogeneidade demográfica –, as coloca em xeque. Para ele, no “século XXI, o urbano parece ter se convertido na quintessência do signifiante difuso: sem nenhuma claridade em matéria de parâmetros de definição, coerência morfológica ou rigor cartográfico, se usa para referenciar uma variedade aparentemente ilimitada de processos, transformações, trajetórias, potenciais e condições socioespaciais contemporâneas” (BRENNER, 2014, p.9).

regiões delimitadas, se tece agora de maneira desigual e com uma densidade cada vez maior em grandes extensões de todo o mundo. Resulta impossível entender adequadamente essa formação por meio dos conceitos tradicionais relacionados com a urbanidade, o metropolitanismo ou o esquema binário urbano/rural, que pressupõe uma separação espacial coerente dos distintos tipos de assentamentos. (BRENNER, 2014, p.10)

Segundo ele, essa diferença espacial – rural e urbano – cai por terra quando se compreende o tecido urbano como uma explosão de padrões e potenciais, mesmo que de maneira desigual. Assim, deve-se cuidar para evitar ideologias urbanas que marcam a cidade como unidade distinta e territorialmente delimitada em contraposição ao rural (BRENNER, 2014).

Entretanto, no que diz respeito aos moradores de rua, a discussão sobre a cidade e o urbano – quando compreendida dentro de um eixo entre uma maior ou menor urbanidade, ou uma maior ou menor ruralidade – e sobre os tipos de assentamento, como visto, parecem ser relevantes. Embora para este estudo não caiba esmiuçar os contrastes e as possibilidades de vida na rua em função das localidades com características mais ou menos rurais, o que se percebe é que a divisão cidade-campo, ou urbano-rural, não foi ainda perfurada. Os depoimentos colhidos durante a pesquisa mostraram que a possibilidade de desempenho das atividades cotidianas dos moradores de rua sofre impedimentos ou constrangimentos maiores nos *pueblos*. Isso não parece se distanciar de um determinado aspecto destacado por Lefebvre:

A relação urbanidade-ruralidade, portanto, não desaparece; pelo contrário intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados. Interfere com outras representações e com outras relações reais: cidade e campo, natureza e facticidade, etc. Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam. (LEFEBVRE, 2001, p.19)

Obviamente, isso não implica a ausência de conflitos e dificuldades diárias enfrentadas nas cidades – e, aqui, especificamente, em Bogotá. Não implica também que na capital colombiana não haja *desplazamientos* (remoções) constantes e frequentes de moradores de rua. Isso será demonstrado mais adiante.

Antes de avançar, todavia, é necessário retomar a discussão sobre as denominações que incidiram sobre a cidade. Um desses momentos ocorreu em 1954. Nesse ano, seis municípios foram anexados a Bogotá – Usme, Bosa, Engativá, Fontibón, Suba e Usaquén –, o que acarretou um aumento de três vezes da área urbana (MAPAS 1 e 2) e um acréscimo populacional de 37%. Concomitantemente, nesse mesmo ano, um decreto legislativo⁹⁷ – num momento em que o

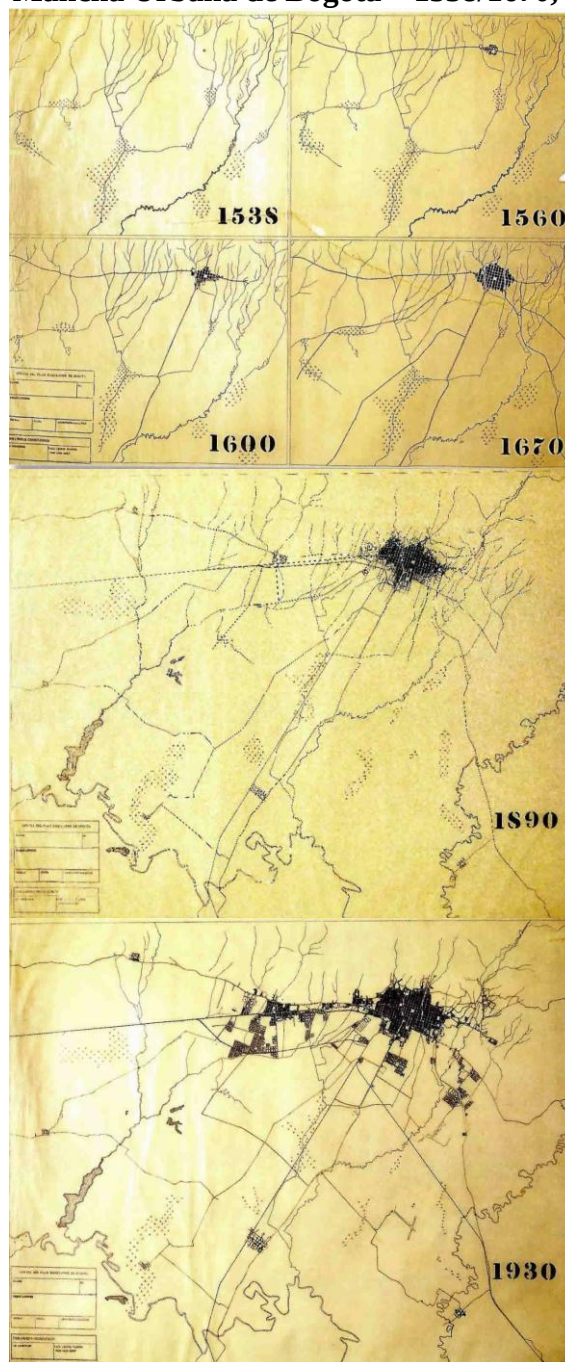
⁹⁷ Decreto nº 3.640, de 17 de dezembro de 1954: “[...] que a cidade de Bogotá se organize como um Distrito Especial, sem sujeição ao regime municipal comum, dentro das condições fixadas por lei” (tradução nossa).

A anexação e consequente transformação da cidade em Distrito Especial foi relevante, principalmente, por dois fatores. O primeiro deles implicou a consolidação da cidade como a capital do país – em um momento histórico e político crítico – e ressaltou sua hierarquia em relação a outros núcleos urbanos (DÍAZ, 2006). Até meados da década de 30 do século XX, Bogotá ainda disputava com Cali, Medellín e Barranquilla o lugar de sede do Governo da República (INSTITUTO DE ESTUDIOS URBANOS, 2015).

O segundo deve-se ao processo de crescimento e modernização, já que tanto a cidade colonial como a republicana⁹⁸ – até o início do século XX – sofreram poucas alterações sob a perspectiva do crescimento da mancha urbana (MAPA 3). É a partir dos anos 1930 que se inicia, em Bogotá, o período denominado como Primeira Modernidade, que vai coincidir com o desenvolvimento de seus primeiros planos urbanísticos (ARANGO, 1996; CALDERÓN, 2010).

⁹⁸ A independência da Colômbia foi alcançada após um longo processo, repleto de batalhas e negociações. Simbolicamente, considera-se o dia 20 de julho de 1810 como o momento inicial da empreitada libertária que só se completou com a famosa e histórica Batalha de Boyacá – liderada por Simón Bolívar – no ano de 1819. A partir deste mesmo ano, Bolívar sagra-se como o primeiro presidente da República da Colômbia.(PINZÓN, 2012)

Mapa 3 – Mancha Urbana de Bogotá – 1538/1670, 1890, 1930

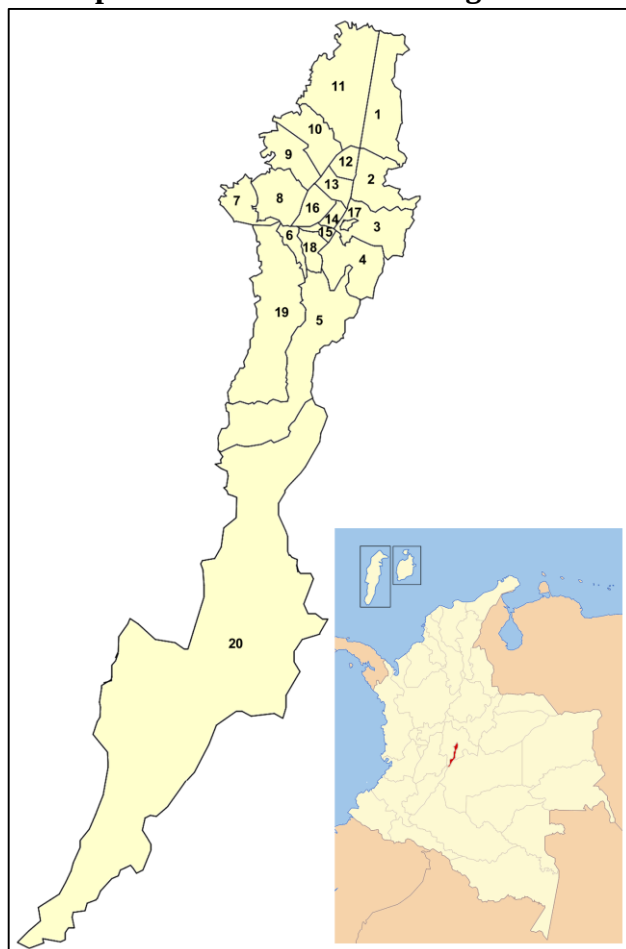


Fonte: Instituto de Estudios Urbanos (2015).

Já em 1991, com a nova Constituição que continua em vigência, outra alteração é promovida. O Distrito Especial de Bogotá passa a Distrito Capital e a cidade começa a ser chamada de Santa Fé de Bogotá D.C.. Entretanto, como a denominação “Santa Fé” esteve historicamente atrelada ao período colonial de dominação espanhola, uma série de insatisfações fez com que, no ano de 2000, seu atual nome fosse oficializado como Bogotá Distrito Capital ou, simplesmente, Bogotá D.C. (GERMÁN, 1992).

Após a constituição, Bogotá D.C. – capital do país, sede do Governo Nacional e capital do Departamento de Cundinamarca⁹⁹ – teve sua área consolidada. Sua dinâmica político-administrativa ocorreu por meio da compartimentação de seu território em localidades. A cidade conta com um número total de 20 delas (MAPA 4), dentre as quais, a maior e mais ao sul, a de Sumapaz, é a única inteiramente fora do perímetro urbano.

Mapa 4 – As localidades de Bogotá D.C.



Legenda: As localidades: 1-Usaquén; 2-Chapinero; 3-Santa Fé; 4-San Cristóbal; 5-Usme; 6-Tunjuelito; 7-Bosa; 8-Kennedy; 9-Fontibón; 10-Engativá; 11-Suba; 12-Barrios Unidos; 13-Teusaquillo; 14-Los Mártires; 15-Antonio Nariño; 16-Puente Aranda; 17-La Candelária; 18-Rafael Uribe Uribe; 19- Ciudad Bolívar; 20-Sumapaz

Fonte: Wikimedia Commons (2015).

As localidades, por sua vez, são divididas em Unidades de Planejamento Zonal – UPZs. Menores que as localidades e maiores que os bairros têm como objetivo servir de unidades territoriais, de escala intermediária, para planejar o desenvolvimento urbano (DÍAZ, 2006).

Esse primeiro momento da pesquisa em Bogotá, permitiu compreendê-la a partir de um

⁹⁹ A organização político-administrativa da República da Colômbia – que não é uma república federativa – ficou conformada, após a Constituição de 1991, por 32 departamentos.

olhar mais distanciado. As denominações sucessivas que marcaram a história da cidade propiciaram compreender alguns marcos históricos e dinâmicas mais abrangentes. Mas, se tudo começou pela observação das placas dos veículos, para refinar a percepção era necessário percorrê-la de outro modo e em outra velocidade. O olhar, naquele momento, ainda distanciado, necessitava se aproximar da cidade vivida.

3.2 (Sobre)vivências: o campo como ponto de partida de um percurso genealógico

A exploração e o conhecimento de Bogotá ocorreram, predominantemente, a partir do caminhar¹⁰⁰. Não apenas durante os momentos de pesquisa, mas também para as demais atividades, o caminhar serviu como forma de experimentar a cidade com a possibilidade de um tempo que permitia errâncias, derivas, paradas e interrupções. Possibilitava situações, coincidências, conhecimentos e encontros. Propiciava o olhar desde longe, a mirada que aos poucos se aproximava, a observação com mais acuidade, a experimentação de distintos destinos, ritmos e velocidades.

Esses deslocamentos ocorreram sem grandes dificuldades. O clima ameno em função de temperaturas estáveis – a média anual é de 15° C, com diferenças sazonais mínimas – e a topografia suave, devido à localização em um altiplano da cordilheira dos Andes, contribuíram positivamente para isso. Para realizá-los, a estratégia foi a de seguir as recomendações e ensinamentos dos próprios moradores e usuários da capital colombiana. Não foram poucas as conversas com moradores de rua que se iniciaram a partir de suas ofertas em contar um pouco da história da cidade, a partir do apontamento de marcos históricos naturais e edificadas.

De qualquer modo, a mescla de suas características naturais e geográficas com aquilo que lhe agregaram o planejamento e a ordenação urbanos é traduzida, de forma simples e objetiva, em uma breve lição de localização: “– Não há como perder-se!” – prometem os que, com simplicidade, tecem algo parecido com um manual básico de sobrevivência na cidade¹⁰¹.

¹⁰⁰ Em função de alguns deslocamentos e horários, era necessário recorrer a outros meios de locomoção. Nesses casos, geralmente, optei pelo sistema de transporte público de Bogotá, composto, basicamente, pelos eixos troncais que caracterizam o *transmilenio* (BRT) – interligados a um sistema de ônibus formais (*buses*) –, e por uma rede de ônibus menores (*busetas*), estruturada de forma cooperativada. Eventualmente, os táxis também eram uma opção. Além disso, a definição do local de moradia foi pensada de forma estratégica para que a predominância da realização dos percursos a pé se viabilizasse.

¹⁰¹ Foram muitas as conversas sobre a cidade, principalmente nos primeiros meses vivendo ali. Colegas da universidade, funcionários das instituições e fundações com os quais mantive contato de forma mais ou menos permanente, moradores de rua, motoristas de táxi, pessoas que encontrava em supermercados, cafés e livrarias, de um modo geral, faziam questão de ‘localizar’ Bogotá.

De norte a sul, bastante visíveis e imponentes, correm os *cerros* (colinas) que marcam o limite da cidade ao oriente¹⁰². A partir deles, rumo ao ocidente, uma superfície eminentemente plana se estende até o rio Bogotá, o outro limite da cidade. Identificar os *cerros* implica, assim, um primeiro registro de localização em relação ao eixo de deslocamento norte-sul (FIG. 3).

Figura 3 – Bogotá – Cerros Orientais e Avenida Séptima



Fonte: National Geographic (2015).

Contudo, entre *calles* (ruas) e *carreras* (avenidas) – num tecido urbano que se estende por, aproximadamente, 33 km de sul a norte e 16 km do oriente ao ocidente¹⁰³ (BOGOTÁ, 2015a) – o refinamento do posicionamento é dado a partir da sobreposição de outra lógica que o consolida. A partir do centro histórico – a ser explorado mais adiante – que funciona como uma forma de marco zero de referência, as *calles* – majoritariamente perpendiculares aos *cerros* – são numeradas, crescentemente, em direção ao norte e, da mesma forma, em direção ao sul¹⁰⁴. De maneira análoga, do oriente ao ocidente, a partir dos *cerros* orientais, são numeradas as *carreras* que se alinham de forma praticamente paralela a eles (MAPA 5). Ao norte, as *calles*

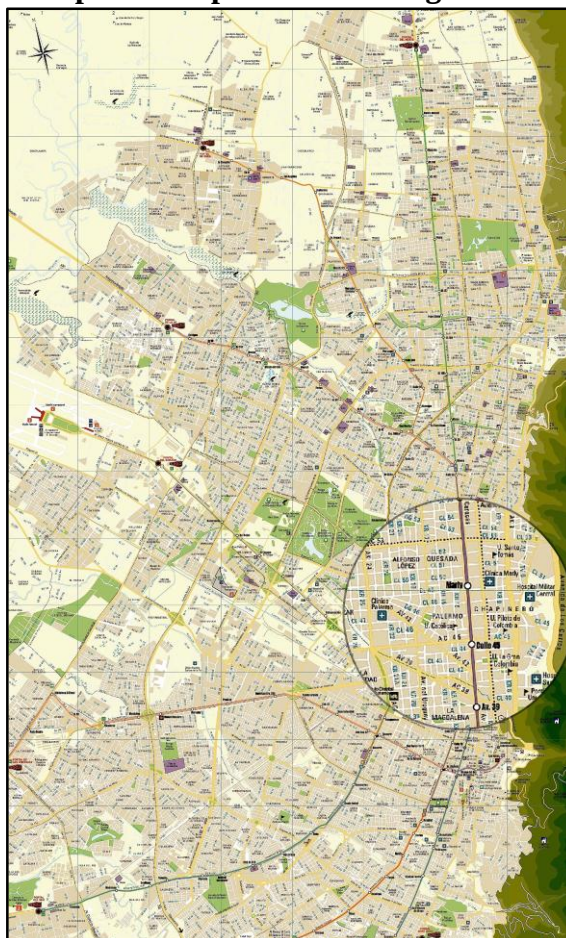
¹⁰² Mantém-se, aqui, a forma como os bogotanos se referem aos pontos cardeais. Diferentemente do que ocorre no Brasil, oriente e ocidente substituem às referências leste e oeste.

¹⁰³ O fato de o eixo norte-sul ter maior extensão territorial (mais do que o dobro do eixo oriente-ocidente) e da expansão urbana ocorrer, majoritariamente, também nestes sentidos, faz com que as referências de localização sejam fortemente relacionadas ao sul e ao norte.

¹⁰⁴ Para diferenciar as *calles* norte e sul, adiciona-se a palavra *sur* a estas últimas.

já atingem um número superior a 200 e ao sul superior a 100.

Mapa 5 – Mapa Viário de Bogotá D.C.



Fonte: Adaptado de Bogotá D.C. (2015b).

O manual de sobrevivência vai mais além. O Distrito Capital – com estimativa populacional, para 2015, de 7.878.783 habitantes (BOGOTÁ D.C., 2014b) – possui outra característica sempre ressaltada na maior parte das falas e conversas do dia a dia. Norte e sul assumem, nos discursos, posições antagônicas não apenas com relação à orientação. O norte é o lugar das pessoas mais endinheiradas, dos locais mais requintados, de áreas verdes e públicas mais bem cuidadas, de carros mais caros e de ruas um tanto esvaziadas de pedestres. Os motoristas de táxi sempre fazem questão, quando em corridas por ali, de mostrar os prédios onde Juanes e James Rodríguez¹⁰⁵ possuem apartamentos. O sul abriga bairros considerados mais pobres, equipamentos urbanos mais deficientes, infraestrutura urbana mais precária e ruas

¹⁰⁵ Juanes é um dos mais populares cantores e compositores da Colômbia, muito admirado por, diferentemente da famosa cantora Shakira – colombiana e estrela da música internacional –, ter mantido o espanhol como língua oficial de suas canções. James Rodríguez é um famoso jogador de futebol colombiano que teve grande destaque mundial após a Copa do Mundo da FIFA de 2014.

preenchidas com *buses* e *busetas* abarrotados de gente. Não é sempre que os motoristas de táxi aceitam uma corrida até lá.

O norte é considerado bonito e mais seguro, também, em razão do número significativo de vigilantes privados que, majoritariamente, acompanhados de seus cães de guarda, são responsáveis pela segurança de trechos de ruas, centros comerciais e condomínios. Ao sul presta-se a fama de feio, mal cuidado e perigoso. Houve mesmo quem dissesse que a “verdadeira” Bogotá era a cidade que se consolidava, ao norte, da Calle 72 para cima. Dali para baixo – ou seja, para o sul – era outra coisa que não poderia ser considerada uma cidade (FIG. 4 e FIG. 5). Mas, obviamente – sempre se importavam em frisar –, nada disso se distinguia de outras tantas grandes cidades da América Latina e do mundo. E insistiam: “Não é assim também no Brasil?”.

Figura 4 – Bairro Rosales (ao Norte)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 5 – Bairro Kennedy (ao Sul)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Desse modo, dar ou saber indicar um endereço em Bogotá, possibilita uma dupla localização. A primeira, relacionada a um posicionamento específico nas quadrículas do tecido urbano, a um ponto no território, a uma localização física. A partir do ponto de saída e de chegada – ou seja, do endereço de partida e de destino – calculam-se distâncias aproximadas (mais longe/mais perto) e estabelecem-se posições referenciais (mais ao sul/norte/ocidente/oriente), sem muita necessidade de conhecimento do território urbano. Segue-se uma lógica de coordenadas como em um jogo de batalha naval¹⁰⁶.

A segunda localização, diz respeito a um posicionamento que vai além de um referenciamento físico-espacial, embora alicerçado nele, que recai em formas de localização social e simbólica. Estar mais ao sul ou ao norte implica outra distância, outro cálculo, dessa vez, relacionado ao posicionamento em uma estrutura social. No caso da Colômbia – e Bogotá

¹⁰⁶ Estar na Carrera 3 #9-63 (o primeiro número após o da *carrera* – neste caso o 9 – é o da *calle* com a qual o trecho de via onde se localiza a edificação faz esquina, o segundo – 63 – é o número da própria edificação), por exemplo, e ter como destino a sede administrativa da Universidade Nacional da Colômbia, localizada na Carrera 45 #26-85 (ou seja, na Carrera 45, entre as *calles* 26 e 27, no número 85), implicava o deslocamento de, aproximadamente, 42 quadras ao norte e 17 quadras em direção ao ocidente. Ou seja, uma localização a noroeste da localização inicial.

não é uma exceção – essa distância é formalmente codificada a partir da classificação de imóveis em estratos que variam do 1 ao 6¹⁰⁷ e merece esclarecimentos.

Em 1983, o governo colombiano criou o sistema de estratificação que se consolidou durante os anos 1990. Foi fundado com o intuito de concentrar subsídio para pessoas que residem em determinados tipos de habitações e não têm recursos financeiros para arcar com o pagamento de tarifas de serviços públicos – eletricidade, água, telefonia, esgoto, limpeza e gás natural. A política considera as características, o estado, a localização e o entorno das residências para a constituição de uma variável de cálculo para a capacidade de pagamento do lugar onde se habita (URIBE; PARDO, 2006). Desse modo, os setores com maior capacidade econômica, além de pagar o custo do serviço que utilizam, arcam com uma contribuição adicional para subsidiar os dos setores de menor capacidade financeira. Os estratos subsidiados são: 1, 2 e 3. Os estratos 5 e 6, por sua vez, contribuem para os de menor estrato e o estrato 4 paga pelos serviços da forma como são prestados (JOJOA; MARMOLEJO, 2013).

O que se percebe, entretanto, é que a criação dessa política pública acabou por gerar um sistema de classificação socioeconômica que, ao categorizar as habitações, acentuou a segmentação social. O imaginário coletivo, enraizado em uma divisão espacial da cidade, ampliou a cisão entre norte e sul. E ainda, além desse hiato espacial, a estratificação influenciou diretamente no modo como se formam as representações sociais que os habitantes da capital colombiana têm dos que fazem parte da própria categoria e das outras mais¹⁰⁸ – vale lembrar a fala que ressaltava que a “verdadeira” Bogotá é a do norte. Ainda que os estratos se refiram às habitações, essa categorização é ampliada para os estabelecimentos educacionais, os espaços de diversão e os centros comerciais e de compra¹⁰⁹ (URIBE; PARDO, 2006). Ou seja, para além de moradia, a cidade passa a ser, ela mesma, esquadrihada a partir de uma determinada categoria de pertencimento ampliada para suas situações de vivência e relações cotidianas.

O trecho de um artigo referente a uma pesquisa sobre as representações sociais em função da estratificação é apresentado, a seguir, e reforça o que a vivência da cidade e o contato com seus habitantes, durante o tempo de investigação de campo, permitiram verificar em função dessa política:

¹⁰⁷ A denominação de cada um dos estratos é dada da seguinte forma: 1- baixo-baixo; 2- baixo; 3- médio-baixo; 4- médio; 5- médio-alto; 6- alto.

¹⁰⁸ A socióloga Consuelo Uribe, em matéria do ano de 2014 da BBC-Mundo, pontua: “O poder classificatório da estratificação marca a identidade dos colombianos ao ponto de que, ao buscarem por companhia, o estrato se coloca (nos anúncios pessoais) ao lado do sexo, a constituição física ou a idade” (ESTRATO 1..., 2014).

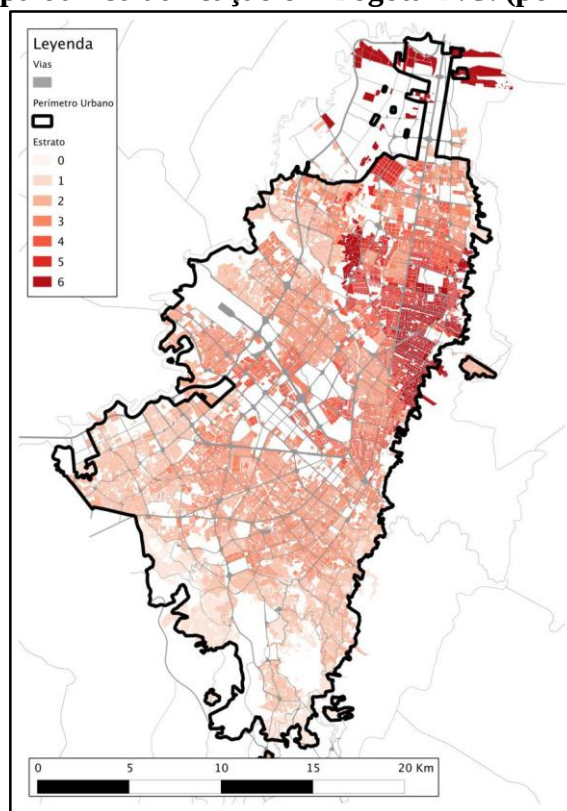
¹⁰⁹ Uribe e Pardo (2006) ressaltam, entretanto, que fora desse imaginário coletivo estão alguns grandes parques públicos (Simón Bolívar, Nacional, El Tunal, Los Novios e El Tercer Milenio), algumas praças (Bolívar e Santander), o estádio, a Plaza de Toros e alguns edifícios administrativos e do governo.

Em termos de representações sociais, os estratos passaram a formar parte do imaginário coletivo acerca da divisão social na cidade. Esta divisão se sobrepõe a outra divisão, também marcante, na capital: o norte e o sul. O segundo é percebido como inseguro, ainda para bairros de um mesmo estrato social. Na atribuição de categorias por estrato, os bogotanos assinalam como pobres os residentes nos três primeiros estratos. (URIBE; PARDO, 2006, p.201, tradução nossa)¹¹⁰

A pesquisa de Uribe e Pardo (2006) ratifica a percepção da existência de uma localização da pobreza. As autoras revelam que os residentes de estratos mais pobres, entrevistados durante os trabalhos, tinham dificuldade em localizar os residentes bogotanos de estratos superiores. Por outro lado, na representação dos estratos superiores, os residentes dos estratos inferiores estavam, quase sempre, situados ao sul da cidade.

O Mapa 6 mostra que, para além da percepção, é dessa forma que a espacialização dos estratos realmente ocorre. Quanto mais ao sul e, nesta mesma direção, mais distante do centro, mais baixo o estrato social.

Mapa 6 – Mapa da Estratificação em Bogotá D.C. (perímetro urbano)



Legenda: a gradação das cores acompanha a gradação dos estratos

Fonte: Jojoa; Marmolejo (2013).

¹¹⁰ “En términos de representaciones sociales, los estratos sociales han entrado a formar parte del imaginario colectivo acerca de la división social en la ciudad. Esta división se superpone a otra división, también marcada, de la capital: el norte y el sur. El segundo es percibido como inseguro, aún para barrios de un mismo estrato social. En la atribución de categorías por estrato, los bogotanos señalan como pobres a los residentes de los tres primeros estratos”.

A partir de uma outra perspectiva – que buscava explorar a estratificação social com o valor do solo urbano – Jojoa e Marmolejo (2013) não apenas chegam a conclusões semelhantes às de Uribe e Pardo (2006), como também pontuam:

Paradoxalmente, uma política urbana com um fundo positivo, ou seja, contribuir para repartir a riqueza entre os diferentes coletivos urbanos, acabou por produzir efeitos perversos sobre a segregação sócio-residencial da população da maior cidade da Colômbia. [...] É o estrato, e não a qualidade de vida ou o nível de ingresso, o principal condicionante dos valores imobiliários [...] o que o transformou em muito potente elemento de exclusão social. (JOJOA: MARMOLEJO, 2006, p.121, tradução nossa)¹¹¹

Desse modo, mesmo que se compreenda, conforme aponta González (2014), que as relações entre estratificação, segregação espacial e discriminação social são bastante complexas e não lineares, de forma geral, o que se percebe com relação à política da estratificação é que, apesar de ter objetivado a mobilidade social, acabou por restringi-la. Por isso, no prólogo do livro *Los Límites de la Estratificación: en busca de alternativas* – coletânea de artigos –, o autor aponta a necessidade de romper com essa política.

A estratificação tem ficado para trás frente à dinâmica urbana. É rígida, e os intentos que têm feito para atualizá-la ficaram na metade do caminho. O custo político de subir o estrato de um imóvel é muito alto. Além de sua inflexibilidade, a estratificação converteu-se em uma marca que gera discriminação e que estimula a segregação. (GONZÁLEZ, 2014, p.9, tradução nossa)¹¹²

Durante o tempo de residência na capital colombiana, pude acompanhar uma série de debates e embates sobre esse tema quando de uma proposta lançada pelo então prefeito, o *alcalde* Gustavo Petro. Ao lançar uma ação que previa a construção de edificações para habitação popular em bairros de estratos 5 e 6, o prefeito sofreu duros ataques dos moradores da região e também do mercado imobiliário do município. Em uma das reportagens do jornal *El Tiempo*, a chamada é reveladora: “Vizinhos rechaçam construção de habitações populares em Chicó - polêmica por decisão do Distrito de fazer casas de interesse prioritário nos lugares

¹¹¹ “Paradójicamente, una política urbana con un trasfondo positivo, es decir, coadyuvar a repartir la riqueza entre los diferentes colectivos urbanos, ha acabado teniendo efectos perversos sobre la segregación socioresidencial de la población de la ciudad más grande de Colombia.[...] Es el estrato y no la calidad urbanística ni el nivel de ingresos el principal condicionante de los valores inmobiliarios [...], resultando ser un potentísimo elemento de exclusión social”.

¹¹² “La estratificación se ha rezagado frente a la dinámica urbana. Es rígida, y los intentos que se han hecho para actualizarla se han quedado a mitad de camino. El costo político de subir el estrato a un inmueble es muy alto. Además de su inflexibilidad, la estratificación se ha convertido en una marca que genera discriminación y que estimula la segregación”.

de estrato 5 e 6” (VECINOS... 2014, tradução nossa)¹¹³.

Esse fator torna-se ainda mais instigante do ponto de vista da investigação urbana e da segregação socioespacial quando se retorna a um ponto evidenciado anteriormente: o *desplazamiento*. De acordo com dados da Controlaría de Bogotá (BOGOTÁ D.C., 2012b), dentre as vinte localidades que compõem o município, as situadas mais ao sul e ao sul-ocidente – em sua maioria de classificação mais baixa em termos de estrato – são as que mais recebem cidadãos vítimas do *desplazamiento*. Kennedy, Usme, Bosa e Ciudad Bolívar, no ano de 2007, receberam 56,01% do contingente total.

A forma de compreensão de uma sociedade a partir da lógica da estratificação aparece também nas falas dos *habitantes de calle* com os quais se manteve contato durante o tempo da pesquisa. Por um lado, localizam atividades de trabalho a setores mais ao norte devido ao estrato mais alto de seus habitantes. Conforme narrou “Ahíto” (morador de rua, 35 anos), pedir era uma delas: “[...] o norte é bom para pedir porque há pessoas ricas, há mais dinheiro, o estrato é mais alto. Ao sul vive gente rica também, mas não é igual ao norte” (“Ahito”, informação verbal, tradução nossa)¹¹⁴. Por outro lado, ao serem perguntados sobre os diferentes tipos ou modos de vida dos *habitantes de calle* da cidade, utilizam a lógica da estratificação como diferenciação. Esse ponto já foi destacado em uma fala de “Doctor” (morador de rua, 30 anos), mas segue outro depoimento: “Entre os *habitantes de calle* pode haver estratos. O estrato 1, por exemplo, não está acostumado a pagar para dormir. O estrato 1 é a pessoa que come na rua, que come o lixo” (“Doctor”, informação verbal, tradução nossa)¹¹⁵.

De volta ao manual de sobrevivência, assim como nas pesquisas relacionadas à política da estratificação em Bogotá, nota-se que a partir de um endereço torna-se possível não apenas ter uma ideia do deslocamento físico a ser realizado, mas também de certo posicionamento ou representação social. Morar é ter ou pertencer a determinado estrato. Mas, também, dentre os moradores de rua, é ter um determinado comportamento ou modo de vida.

Nesse cenário e no que concerne à polarização norte/sul, um fato vale destaque. Embora a menção ao sul da cidade beire a uma quase nulidade nas referências por parte dos *habitantes de calle*, o norte aparece de maneira recorrente. Quando mencionado, o sul é parte da rota de

¹¹³ “Vecinos rechazan construcción de viviendas populares en el Chicó - Polémica por decisión del Distrito de hacer casas de interés prioritario en sitios de estrato 5 y 6.”

¹¹⁴ “[...] el norte es bueno para pedir porque hay gente rica, hay mais diñero, el estrato és alto. Al sur vive gente rica también igual, pero no igual que al norte.” Atividade gravada, em Bogotá, no dia 10 de outubro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa. Participaram da atividade 11 moradores de rua, dentre eles, duas mulheres.

¹¹⁵ “Entre el habitante de calle puede haber estratos. El estrato uno, por ejemplo, no está acostumbrado a pagar su dormida. El estrato uno es de la persona que come en la calle, que come las basuras”. Atividade gravada, em Bogotá, no dia 11 de novembro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa.

alguns que, parcialmente vivendo na rua, são catadores de materiais recicláveis. Alguns têm família ou casa em bairros ali localizados; entretanto, na maior parte do tempo, estão distantes, exercendo suas atividades cotidianas nas ruas e espaços públicos. Já o norte, além de uma conotação negativa do ponto de vista da possibilidade de acesso e permanência dos *habitantes de calle* – como será mostrado abaixo –, quando faz parte dos assuntos e conversas, aparece como local de trabalho – reciclagem e pequenos furtos¹¹⁶ – e acesso a doações.

É o que se percebe, por exemplo, nas falas de “Jefe” e “Búho”, ambos com 48 anos. Ao fazerem referência às possibilidades de suas localizações na cidade, são incisivos. “Jefe”, há cinco anos vivendo na rua, atesta: “[...] no centro¹¹⁷ as pessoas já se acostumaram a nos ver. Mas no norte, como há poucos moradores de rua, então, se você é visto, chamam a polícia para deixar limpo o lugar” (“Jefe”, informação verbal, tradução nossa)¹¹⁸. Na mesma direção seguem as observações de “Búho”, morador de rua há 11 anos: “No norte há (moradores de rua), mas são muito reduzidos porque os reduziram a bala. Desapareceram com eles... Desapareceram com eles... Por isso.... há setores em Bogotá onde desapareceram com os moradores de rua. São mortos” (“Búho”, informação verbal, tradução nossa)¹¹⁹.

Por outro lado, além das diferenças que marcam o norte e o sul, há – e isso pode ser notado na fala de “Jefe” – um ponto, ou um centro, no meio deste caminho que merece ser evidenciado: o centro de Bogotá D.C.. Lugar de um emaranhado de ações, é também ponto de relevância e importância nas conversas do cotidiano. Abrange as atividades comerciais e de serviço – de características semelhantes a qualquer centro de uma grande cidade – em função do grande número de edificações voltadas para fins institucionais, bancários, organizacionais e financeiros, mas também ponto fundamental onde se alojam comerciantes informais, artistas de rua, músicos, personagens urbanos e artesãos. Eles espalham seus ruídos, objetos e fragrâncias entre transeuntes, moradores de rua, turistas, moradores e estudantes que concorrem com carros, motos e bicicletas, nos espaços de muitas de suas *calles* e *carreras*. Alteram a velocidade das passadas que se tornam mais lentas em função da multiplicidade dos corpos mais ou menos

¹¹⁶ Este fato será mais profundamente explorado, mas quando arguidos sobre os trabalhos que desempenham, os moradores de rua apontam a atividade de furtar e roubar como um trabalho recorrente.

¹¹⁷ Será mostrado mais adiante que este centro descrito por “Jefe” não coincide apenas com o centro histórico ou com o centro de negócios. Ele é tratado, na atualidade, como “centro tradicional” e seus limites perpassam, majoritariamente, três localidades: Los Mártires, Santa Fé e La Candelária.

¹¹⁸ “[...] en el centro ya se acostumbró la gente a vernos a uno, pero en el norte como poco habitante de calle hay entonces, se eso mismo le ve a uno llama la policía para dejar limpio el lugar.” Entrevista gravada, em Bogotá, no dia 19 de dezembro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa.

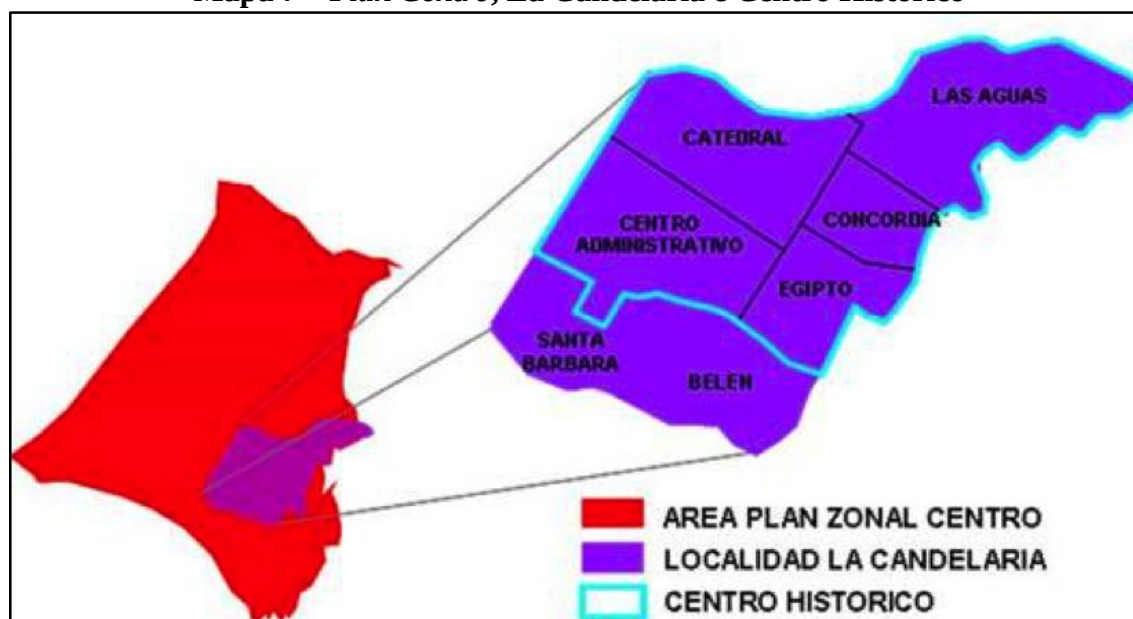
¹¹⁹ “En el norte los hay, pero muy reducidos porque los redujeron a punta bala. Los desaparecieron... Los desaparecieron... Por eso... Hay sectores en Bogotá donde los desaparecieron los habitantes de calle. Los matan.” Entrevista gravada, em Bogotá, no dia 19 de dezembro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa.

velozes ou estáticos que por eles passam e experimentam as ofertas anunciadas “*a mil, a mil, a mil*” e as *performances* que – de Michael Jackson a Fidel Castro – buscam o olhar e *las monedas* (as moedas) dos que circulam ou passeiam. Multiplicidade e heterogeneidade de pessoas, atividades e funções.

Conforme apontam Uribe e Pardo (2006), o centro tem se ampliado com o tempo. Se, em épocas anteriores aos anos 1970 era conformado entre as *calles* 6 e 26 e entre as *carreras* 5 e 14, a partir dos 1980 tem se estendido, dentro das mesmas *carreras*, até a Calle 39.

O que se pode perceber, portanto, é que o centro conforma uma zona que se alargou e que assume diferentes características. No que concerne à sua porção coincidente com o centro histórico, ele está inscrito na localidade de La Candelária, composta pelos bairros de Las Aguas, La Concordia, Egipto, La Catedral e Centro Administrativo (GONZÁLEZ, 2012) (MAPA 7). Está também inserido nos limites do *Plan Centro* (Plano Centro), que será abordado posteriormente. O centro histórico é, além do núcleo inicial de formação de Bogotá, o principal ponto turístico da cidade e classificado como monumento nacional. Nele se localizam números expressivos de hotéis, albergues, restaurantes, bares, cafés e museus. Devido ao grande número de universidades privadas instaladas nos antigos prédios e quarteirões históricos, nele encontram-se muitas livrarias, bibliotecas e equipamentos públicos voltados para a arte, cultura e educação. Além disso, conforma um centro comercial tradicional, com mercadorias mais populares, e de prestação de serviços, que serve de referência para a cidade como um todo. Possui, ainda, um número relevante de edifícios com função público-administrativa – dentre eles a sede do Governo Nacional, secretarias, ministérios e a Alcaldía Mayor de Bogotá. Essas atividades atraem de executivos engravatados a turistas, residentes, moradores de rua, estudantes, engraxates e artistas de rua.

Mapa 7 – Plan Centro, La Candelária e Centro Histórico



Fonte: González (2012).

Esses dados da observação de campo são confirmados por Lulle e De Urbina (2010) ao apresentarem os percentuais do uso do solo no local: as atividades comerciais são predominantes em 43% das edificações, acompanhadas pelo uso residencial em 31%. Em seguida, aparecem as atividades culturais e institucionais com 27% das ocupações e, finalmente, as instituições educativas com também 27%.

Quando se considera a área central ampliada, a movimentação constante em suas ruas e espaços públicos torna-se ainda mais efervescente em função da multiplicidade das atividades mencionadas e de outras mais – comércio atacadista, centros comerciais, hospitais, grandes mercados, etc.. Essa variedade de recursos disponíveis faz com que, como pontuado anteriormente, ela apareça com frequência nas falas dos moradores de rua da cidade.

É o que se pode verificar no momento de uma entrevista com “Palillo” – 41 anos de idade, há 25 anos usuário de drogas e há 20 morador de rua –, que pontua:

Todos estamos no centro. A maioria dos moradores de rua busca “La L” para consumir. Por isso é onde mais se encontra moradores de rua. Há moradores de rua no norte, mas lá o consumo não é tão livre. Lá, se você vai consumir em uma esquina, ali mesmo a polícia já te tira. Por outro lado, por aqui (o centro), a polícia passa e não faz nada. (tradução nossa)¹²⁰

¹²⁰ “Todos estamos aquí en el centro. La mayoría de los habitantes de calle busca ‘La L’ para consumir, por eso es donde mas se maneja el habitante de calle. Hay habitantes de calle en el norte pero el consumo no es tan libre. Allí se tu vas a una esquina a consumir ahí mismo le van a tirar la policía. En cambio por aquí la policía pasa y no le hace nada.” Entrevista gravada, em Bogotá, no dia 22 de dezembro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa.

Sua fala, além de evidenciar a importância do centro da cidade para o cotidiano de parte relevante dos moradores de rua, também o relaciona a atividades vinculadas às drogas. O local “La L”, apontado por ele, conforma uma dentre tantas outras *ollas* da cidade de Bogotá.

As *ollas* são pontos/marcas no território que estabelecem, a partir de seu centro, áreas de influência e abrangência em função da comercialização e consumo de drogas. Geralmente se instalam em uma ou mais edificações consecutivas e representam um sistema complexo de comércio e serviços que se expande além do que se identifica como seu ponto central. O sistema *olla* será abordado com mais profundidade em momento oportuno, mas, nesse âmbito, vale apontar que a famosa *olla* do “Bronx” ou “La L” – por sua conformação neste formato – aparece de modo recorrente como a maior e a mais famosa de Bogotá. Sua existência e localização – em Los Mártires, localidade próxima ao centro histórico – é vinculada à demolição da histórica *olla* “El Cartucho”¹²¹, que deu lugar a uma grande área verde que conforma, hoje, o Parque Tercer Milenio. A demolição do “El Cartucho” – que ocorreu no final dos anos 1990, durante a administração do *alcalde* Enrique Peñalosa – conduziu à pulverização de *ollas* de tamanhos menores em todo o tecido da cidade. Mas implicou também no desaparecimento de metade de um bairro – Santa Inés – que, sob seus escombros, sepultou parte de histórias, memórias e formas de vida que se conformavam mais além da ilicitude do consumo e da comercialização das drogas. Nesse sentido, a criação do Parque Tercer Milenio não apenas é indicativo de um *desplazamiento* interno à própria cidade, que afetou um número considerável de moradores de rua, como faz parte de estratégias de renovação urbanas, alavancadas pelo poder público, com forte tendência à limpeza, à higienização e à promoção do incremento do valor do solo para o mercado especulativo e imobiliário. Tais fatores serão ainda analisados com maior profundidade.

Não se pretende com as questões abordadas e advindas de uma vivência de pesquisa acirrar uma cisão ou tornar estanque parcelas de cidade e de vidas. Obviamente, ao manual de sobrevivência foram se acoplando experiências que poderiam, a partir de recortes e percepções diversas, transmutar a capital nacional em várias Bogotás, com suas centralidades, hierarquias e sistemas diversos que se inter cruzam e interpenetram, conformando a cidade maior. Entretanto, o cuidado aqui é o de verificar, do ponto de vista dos cotidianos dos moradores de rua e de suas relações com a cidade, quais são os pontos-chave a serem explorados em termos

¹²¹ Praticamente não há conversa com os moradores de rua, sejam eles mais jovens ou adultos de mais idade, que não passe pelas histórias e/ou lembranças do “El Cartucho”. A maior e mais famosa *olla* da cidade, outrora localizada no bairro Santa Inés. Alguns historiadores delegam o nome do local a uma antiga fábrica de pólvora que existia no bairro Santa Inés.

das dinâmicas urbanas. Conforme já enunciado, o intuito deste trabalho não é resgatar histórias oficiais e teorias do espaço, mas perceber, através desse mesmo cotidiano, os momentos, rupturas e conformações que influem diretamente nas formas como essas pessoas que vivem nas ruas espacializam suas vidas.

A elaboração deste item possibilitou um grau a mais de aproximação da capital colombiana e a identificação de que a vida na rua é cercada de possibilidades e restrições no que concerne à fixação e aos deslocamentos. Nesse sentido, três pontos mostraram-se como de especial interesse: a antagônica relação norte/sul, a importância e a vitalidade do centro – tanto histórico como o mais expandido – e as ações de renovação urbana que geraram e geram *desplazamientos* mais ou menos cotidianos para a população de rua.

4 MORADORES DE RUA, PODERES/SABERES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO – UMA APROXIMAÇÃO GENEALÓGICA

A dinâmica socioespacial relacionada aos pontos que foram elencados a partir da vivência na cidade – a relação norte e sul, a importância do centro urbano e as ações de renovação sobre seu território – terá como suporte para o desenvolvimento e a exploração genealógica as considerações de Mario Perilla Perilla.

Perilla (2008) compreende a história e o planejamento urbano de Bogotá a partir de uma configuração que delinea quatro momentos: o da colônia – a partir de sua fundação até a independência –; o período iniciado pela independência até princípios do século XX – marcado pela consolidação de um novo sistema de governo e de grandes transformações na vida de seus habitantes –; a irrupção da modernidade – que vai da década de 1930 até o final da década de 1970, identificada por sua abertura à economia internacional, por uma forte intervenção norte-americana e pela ampliação da violência política devido ao assassinato, em 1948, de Jorge Eliécer Gaitán; e, finalmente, a contemporaneidade, que trouxe novas formas de gestão das cidades e de sua imagem.

Esses momentos servirão como base para a empreitada genealógica que será realizada a seguir, mas não para tornarem-se marcos de uma linearidade analítica. Eles servirão, isto sim, como uma referência para o desenvolvimento da escrita e para a facilitação das análises, todavia, com a ressalva de que estarão permeados por incursões teórico-conceituais e empíricas vinculadas às observações e aos dados de campo. E, ao utilizá-los, não pretendo reforçar a história oficial de uma cidade, mas, por intermédio dela, buscar compreender a história das lutas, a batalha constante entre poderes/saberes. No caso desta tese, poderes e saberes que consideram a produção do espaço, contrastando-os com a vida das pessoas que moram nas ruas.

Desse modo, ao final de cada um desses momentos, buscarei identificar, desde a perspectiva foucaultiana apresentada no Capítulo 2, os mecanismos, táticas e estratégias de poder/saber que incidiram sobre esses corpos indóceis que povoa(ra)m a cidade. Acredita-se que, com esses procedimentos, de um lado seja possível compreender as possibilidades de espacializações relacionadas a essas pessoas e a esses corpos a partir do próprio processo de urbanização e, de outro, verificar como o processo de urbanização atualizou seus mecanismos, táticas e estratégias considerando essas mesmas pessoas e corpos.

No contraste entre a divisão proposta por Perilla (2008) e essas operações é que se formatará a genealogia que explicitará os poderes/saberes vinculados ao tema deste estudo.

4.1 A Colônia de Santa Fé

O primeiro momento que será aludido nesse exercício é o de Santa Fé, cidade colonial – desde a fundação até a independência – esboçada a partir de um plano que “é uma referência às normas que, desde a metrópole, Espanha, foram geradas para controlar a planificação do território americano” (PERILLA, 2008, p.23, tradução nossa)¹²². Plano também considerado como exemplo de uma lógica fortemente arraigada na tradição militar e na cidade ideal cristã, e que se sobrepôs a um lugar de modo algum esvaziado de existências. Capital do Novo Reino de Granada, aproveitou-se, no momento de sua implantação, das redes de comunicação e dos assentamentos humanos locais, mas não para a eles integrar-se ou somar-se. O intuito da empreitada era o de criar e consolidar a nova cidade como um mundo ideal que solapasse o caos – cultural, religioso, espacial, simbólico, econômico e social – dos nativos habitantes (PERILLA, 2008).

Assim, a cidade colonial na América é um modelo fundacional geográfico, um mundo onde as ideias, os comportamentos sociais e morais, assim como as normas e princípios éticos se assumem desde uma posição de superioridade frente ao mundo aborígene que se considerava inferior. (PERILLA, 2008, p.25, tradução nossa)¹²³

Assim, já no momento de sua fundação, a marca do plano foi estabelecida por meio de uma lógica que imprimiu ao espaço da cidade colonial um mecanismo tal de ajuste de relações que desconsiderou o já existente. Isso ocorreu devido às novas relações de poder que não apenas fizeram do existente tábula rasa, mas que impuseram ao primitivo o controle pela forma e geometria da quadrícula. Ao colocar de um lado os espanhóis e, do outro, os nativos, a cidade do poder real negou e apagou o núcleo já existente. O traçado do plano possuía a lógica da estrutura reticular perfeita e facilitadora do controle e da observação dos espaços que conformava. Traçado que, mesmo na cidade atual – ampliada, explodida e implodida –, continua a permitir esse exercício.

Fruto da explosão, o crescimento da malha urbana ocorrido daí em diante – como será visto –, muitas vezes foi feito de forma a manter a lógica da cidade colonial¹²⁴. De maneira a

¹²² “[...] es una referencia a las normativas que desde la metropoli, España, se generan para controlar la planificación del territorio americano”.

¹²³ “Así, la ciudad colonial en América es a la par que un modelo funcional geográfico, un mundo donde las ideas, los comportamientos sociales y morales, así como las normas y principios éticos se asumen desde una posición de superioridad frente al mundo aborigen que se miraba como inferior”.

¹²⁴ Moreno (2003) mostra que, principalmente até os anos 1960, a capital cresce reproduzindo em seus bairros a Santa Fé colonial marcada pela igreja, pela *plaza de mercado* e, principalmente, pela Calle del Comercio. A maior parte das exceções está vinculada aos bairros das elites.

sempre preservar um modo de intervenção urbana e de requalificação haussmaniano¹²⁵, as sucessivas alterações mantiveram a ideia da observação e da vigilância. Ou, pensado de outro modo, buscaram manter – apesar de outros mecanismos e tecnologias a eles adicionados – aquilo que Foucault (2009) salienta como a instalação de um modelo quase ideal, o do acampamento militar.

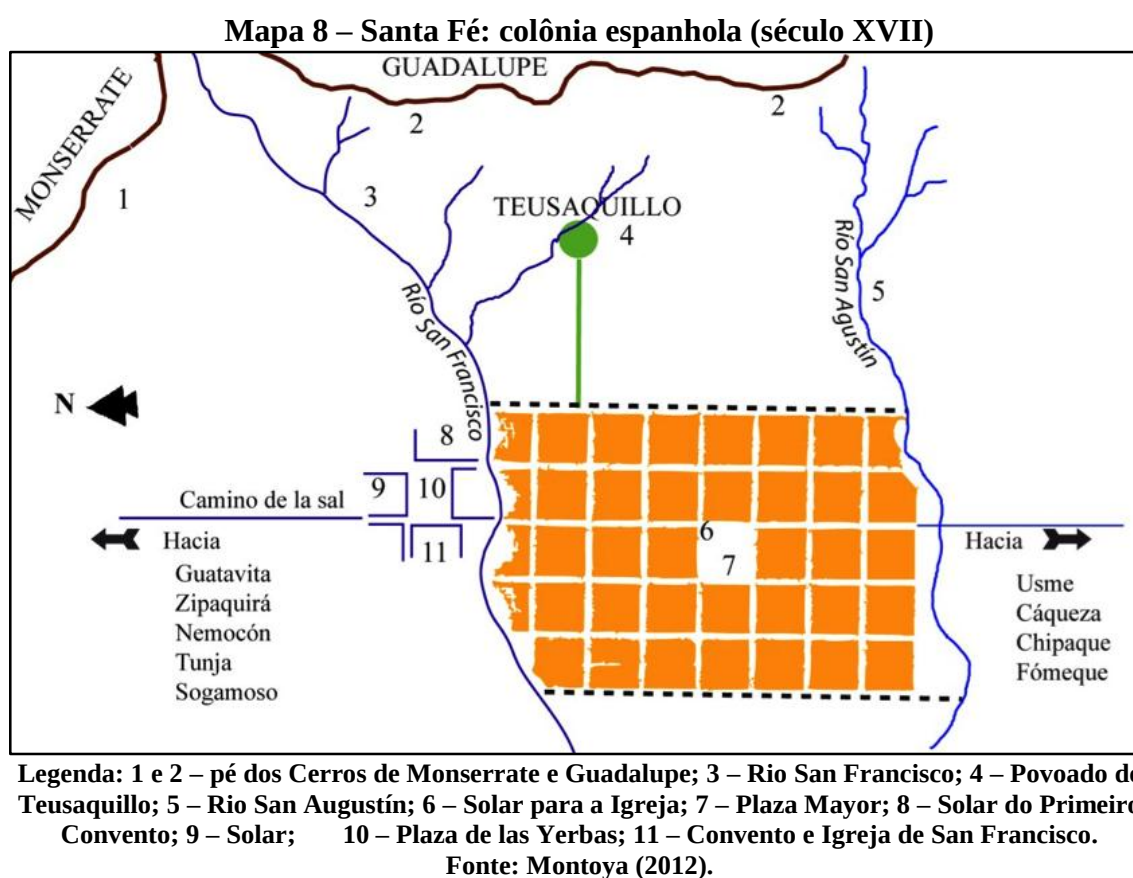
É a cidade apressada e artificial, que se constrói e remodela quase à vontade; é o ápice de um poder que deve ter ainda mais intensidade, mas também mais discrição, por se exercer sobre homens de armas. No acampamento perfeito, todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder. O velho e tradicional plano quadrado foi consideravelmente afinado de acordo com inúmeros esquemas. [...] desenha-se a rede dos olhares que se controlam uns aos outros. (FOUCAULT, 2009, p.196)

É interessante, neste momento, mencionar que foi em boa parte das quadrículas do plano original – que facilitam o esquadramento e a localização – que o nosso olhar caminhante pôde descortinar parte da realidade urbana, de um modo geral, e da forma como os moradores de rua desenvolvem suas atividades cotidianas, de um modo mais específico. Sem percursos previamente estabelecidos, num exercício de deriva urbana nos interstícios da cidade, é que iniciei um exercício que, para Foucault, poderia ser compreendido como o complemento daquele da vigilância e do controle possibilitados pela arquitetura panóptica: o de vasculhar, examinar e mapear. A forma da cidade prestou-se, assim, à produção de conhecimento sobre os corpos. Foi possível identificá-los, diferenciá-los, quantificá-los: “duplo efeito dessa técnica disciplinar que é exercida pelos corpos: uma ‘alma’ a conhecer e uma sujeição a manter” (FOUCAULT, 2009, p.21). Voltar-se-á a isso mais adiante, mas, num primeiro momento de investigação, o olhar, que buscava conhecer os *habitantes de calle*, atuava na dimensão do poder que era dado pela cidade, e tirava partido da própria tecnologia panóptica que facilitava a observação daqueles que a percorriam. Poderes e saberes já presentes na Santa Fé dos espanhóis.

De qualquer modo, o plano em quadrícula, como pode ser visto no Mapa 8, teve a topografia e a geografia locais – ao oriente, os *cerros*; ao sul, o rio San Agustín; e ao norte, o rio San Francisco – como um referencial para o estabelecimento de seu limite. Ao longo das primeiras décadas, estabeleceu-se um trio de centralidades a partir do estabelecimento de três

¹²⁵ Lefebvre (2001) considera que o Barão Haussmann – bonapartista e prefeito do antigo departamento do Sena de 1853 a 1870 –, responsável pela reforma urbana de Paris, atuou como uma metralhadora penteando a cidade. Das ruas tortuosas fez bulevares abertos à circulação de pessoas e produtos, mas, principalmente, possibilitou a exibição do poder do Estado numa tentativa de frear e reprimir a violência – ou seriam as insurreições? – que entre becos e vielas poderia se alastrar com mais facilidade.

praças com funções distintas. A primeira delas – datada do mesmo ano da fundação, 1539 – foi a Plaza de las Yervas ou do mercado indígena (atualmente, Plaza Santander). Sua força como centralidade foi arrefecida, no ano de 1950, com a construção da Plaza Mayor (hoje, Plaza Simón Bolívar), que também assumiu funções políticas e religiosas. Finalmente, em 1578, construiu-se a Plaza de San Victorino – o limite da cidade ao ocidente – e, junto a ela, em 1580, a Catedral. Cada uma dessas praças, de acordo com Montoya (2012), constituiu os núcleos fundamentais do desenvolvimento urbano colonial.



Os mesmos limites que demarcavam a cidade que anos mais tarde se alastraria para além de alguns deles, também marcavam uma distribuição populacional que se estabelecia hierarquicamente. Os conquistadores e seus pares não apenas se fixaram nas áreas mais próximas à praça central, a Plaza Mayor, como se apossaram das terras que já vinham sendo cultivadas pela população indígena. Já o restante das quadras do traçado foi reservado às famílias espanholas – chamadas de *vecinos* (vizinhos) – e, mais tarde, aos *criollos*¹²⁶. Desse modo, a exclusão e a segregação socioespacial estavam já presentes na organização de um lugar

¹²⁶ Os *criollos* são descendentes diretos de europeus, prioritariamente espanhóis, porém nascidos no continente americano.

no qual a cidade era dos espanhóis e, aos índios, expulsos de seus núcleos de origem, restava a ocupação de alguns lugares em suas bordas (PERILLA, 2008). A cidade do plano era a cidade legal, a cidade formal que se contrapunha aos lugares dos que ali não podiam permanecer. Estes últimos conformavam, inicialmente, aglomerações indígenas e, mais tarde, de escravos libertos e mestiços, em função de suas condições de *desplazamiento*. *Desplazados*, por um lado; artífices e mão de obra utilizada para a construção da cidade, por outro. (BOGOTÁ, 2011; GÓMEZ; SANTANA, 2008).

Mesmo quando indígenas, negros e espanhóis compartilhavam um mesmo espaço e tempo na cidade, as diferenças como o tipo de moradia, os lugares em que podiam entrar, os rituais e celebrações, separavam e distanciavam uns modos de vida de outros, convertendo em dominante aqueles legitimados pela autoridade, enquanto subordinava e marginalizava aqueles que não se adaptaram ao modelo espanhol. (GÓMEZ; SANTANA, 2008, tradução nossa)¹²⁷

Desde o século XVI também já era observada, na cidade do plano, a presença daqueles que viriam a ser os potenciais *habitantes de calle*. Àquela época não havia ainda tal denominação, mas “desde 1565 as autoridades espanholas haviam solicitado à Real Audiência a abertura de um refúgio para mulheres desamparadas e seus filhos” (RUIZ, 1999, p.173, tradução nossa)¹²⁸. Nesse sentido, foi inaugurada, em 1642, ao lado da Catedral, uma casa que foi considerada o primeiro local para pessoas em abandono, principalmente recém-nascidos e meninos de rua (RUIZ, 1999).

Em função de tais dados é que se pode afirmar que a cidade colonial trazia consigo uma lógica de conformação baseada na destituição e privação de determinados espaços para uma parte específica e calculada de pessoas. A quadrícula não apenas permitia o controle e a observação, mas também o posicionamento de determinados sujeitos em partes específicas e calculadas do tecido urbano. Conforme aponta Perilla:

[...] ainda que permitam o acesso dos produtos colhidos ou elaborados artesanalmente, proíbe-se a permanência dos que os elaboram, no interior da cidade, já que só se aceitam os que cumprem trabalhos específicos, como ser carregador de água, fazer algum trabalho de índole construtiva ou ser criado de famílias. (PERILLA, 2008, p.45, tradução nossa)¹²⁹

¹²⁷ “Aun cuando indígenas, negros y españoles compartieran un mismo espacio y tiempo en la ciudad, las diferencias como el tipo de la vivienda que habitaban, los lugares a que podían asistir, los rituales y celebraciones, separaban y distanciaban unos modos de vida de otros, convirtiendo en dominantes aquellos legitimados por la autoridad, mientras se subordinaba e marginaba aquellos que no se adaptaban al modelo de lo español”.

¹²⁸ “Desde 1565 las autoridades españolas habían solicitado a la Real Audiencia abrir un refugio para mujeres desamparadas y sus hijos”.

¹²⁹ “[...] aunque permiten el acceso de los productos cosechados o elaborados artesanalmente, en el interior de la ciudad, ya que solamente se acepta quienes cumplen labores específicas, como ser cargadores de agua, hacer algún trabajo de índole constructiva o ser criados de familia”.

Muito embora, conforme já mencionado, esse longo período colonial não tenha sido de grandes alterações no que diz respeito ao crescimento populacional e territorial – sua expansão foi um pouco além do casco inicial –, o período que antecedeu a eclosão das guerras da independência – o final do século XVIII e primeira década do século XIX – foi o que produziu as alterações mais marcantes e relacionadas, principalmente, à estrutura social e ao cotidiano da cidade. Se até meados do século XVII consolidou-se o colonialismo, a partir de meados do século seguinte passou-se a observar um dinamismo vinculado à expansão comercial. Nesse sentido, ressalta-se que nas imediações de Santa Fé desenvolveu-se, a partir de sucessivos *desplazamientos* indígenas, uma zona de intensa produção agrícola e de criação de gado concentrada nas mãos dos que mais tarde se tornaram os *terratenientes* (latifundiários), tanto das atuais terras rurais como das urbanas. Juntamente com o clero e com os comerciantes, eles tornaram-se a elite política e econômica da cidade (MONTROYA, 2012).

Esses fatores geraram alterações na composição da população e em seu número¹³⁰. O final do século XVIII marca a substituição de um povo que, até então, era predominantemente indígena – e não podia circular livremente pela malha reticulada –, por uma composição multiétnica – os mestiços – que passa a influenciar o cotidiano e as relações com o entorno. (PERILLA, 2008).

À nova paisagem da cidade agregam-se artesãos, mercadores e vendedores populares e também mendigos e vagabundos. Em função desses últimos, em 1761, criou-se a Casa de los Pobres que, em pouco tempo, devido ao aumento dos atendimentos, teve que ser dividida entre homens e mulheres (CÁMARA DE COMERCIO DE BOGOTÁ, 1997). Em 1774, foi fundado o Real Hospício para homens¹³¹ e não parece haver melhor forma de mostrar a justificativa de sua criação do que as palavras do próprio Arcebispo de Córdoba:

Eu numero entre as pragas [...] deste Reino, os enxames de mendigos que chegam às ruas das principais cidades, exigindo do público sua subsistência com clamores e lamentações irresistíveis, sem esperança de retribuição [...]. Para recolher e fazer úteis os ociosos e acaso criminosos disfarçados com os trapos da mendicância e alimentar os que verdadeiramente estão impedidos de trabalhar, pensou-se em estabelecer hospícios. [...] Segundo os últimos informes, há, hoje em dia, quarenta e sete crianças, e homens e mulheres chegam a duzentos e vinte e dois. [...] Para o sustento dos pobres que os façam trabalhar em várias manufaturas [...]. (CÁMARA DE COMERCIO DE

¹³⁰ De 16.000 habitantes, em 1778, a cidade passou a contar com 21.464, em 1800, em função dos fatores de atração da cidade e também da migração da população livre e de indígenas foragidos (PERILLA, 2008).

¹³¹ O que ocorreu em Bogotá, a esta época, remete diretamente ao que Foucault tão amplamente observou e pesquisou em *A História da Loucura* (1972): “Voltemos aos primeiros momentos da ‘Internação’ e a esse édito real de 27 de abril de 1656 que criava o Hospital Geral. De início, a instituição atribuía-se a tarefa de impedir ‘a mendicância e a ociosidade, bem como as fontes de todas as desordens’. De fato, essa era a última das grandes medidas que tinham sido tomadas a partir da Renascença a fim de pôr termo ao desemprego ou, pelo menos, à mendicância” (FOUCAULT, 1972, p.73).

BOGOTÁ, 1997, p.30, tradução nossa)¹³²

Para Moreno (2003), a criação do Hospício foi um dos métodos empregados pelas autoridades coloniais e pelo clero para lidar com o problema da indigência observada nas ruas. Essa instituição funcionava como um mecanismo de limpeza que fazia desaparecer dos espaços públicos os mendigos que incomodavam os caminhantes. Ações complementares a essa também ocorreram ali: “Em 1807 celebrou-se, em Santa Fé, uma campanha cívica bastante ampla [...]. Todos os *vecinos* varriam as ruas, nos sábados; estendeu-se a iluminação noturna e coletivamente contribuiu-se para o recolhimento dos mendigos que ainda permaneciam nas vias públicas” (MORENO, 2003, tradução nossa)¹³³.

Com essas informações, somadas às de um desenho do final do século XVIII que mostra a forma como o tecido urbano da cidade transpõe as margens dos dois rios que inicialmente lhe serviram como limite (MAPA 9), torna-se possível explorar este momento da Bogotá colonial a partir dos três pontos já levantados como de interesse para a análise.

¹³² “Yo numero entre las plagas [...] de este Reino los enjambres de mendigos que llenan las calles de las principales ciudades, exigiendo del público su subsistencia con clamores y lamentaciones irresistibles, sin esperanza de retribución [...]. Para recoger y hacer útiles a los ociosos y acaso criminosos disfrazados con los trapos de la mendicidad y alimentar los que verdaderamente están impedidos de trabajar, se pensó en el establecimiento de hospicios. [...] Según los informes hay en el día cuarenta y siete niños, y los hombres y mujeres llegan a doscientos veintidós. [...] Al sustento de los pobres se le hiciste trabajar en varias manufacturas”.

¹³³ “En 1807 se celebra en Santa Fé una campaña cívica bastante amplia emprendida [...]. Todos los vecinos barrieron las calles los sábados, se extendió la iluminación nocturna y colectivamente contribuyeron a recoger todos los mendigos que aún quedaban en las vias públicas”.

Mapa 9 – Santa Fé: 1791

**Legenda: Mapa desenhado por Domingo Esquiaquí.
Fonte: Montoya (2012).**

A respeito da dicotomia socioespacial entre norte e sul, é importante que se destaquem os canais de comunicação que foram abertos para a conexão da cidade colonial com outras localidades nesse período. Nesse eixo foi construída uma via para a conexão com a cidade de Tunja, ao norte – hoje a capital do departamento de Boyacá –, e Fómeque, ao sul. No sentido ocidente-oriental, abriu-se o caminho de comunicação a Fontibón¹³⁴ e acentuou-se a importância da praça de San Victorino como importante núcleo comercial. Foi definida, assim, uma cidade linear em função da presença dos *cerros*, ao oriente, e do rio Bogotá, ao ocidente – o que passou a pontuar, desde então, a direção de seu crescimento.

Entretanto, o trecho que conduzia do centro ao norte não apenas recebeu o nome de Calle Real como acomodou, no encontro com o rio San Francisco, mais especificamente na Puente de San Francisco, um lugar de passeio, transações e encontros. O rumo norte implicava

¹³⁴ Um dos municípios que foi anexado a Bogotá em 1954.

também a saída para as outras cidades já mais estabelecidas e importantes na direção do Caribe – principalmente Cartagena e Barranquilla – e projetava-se na direção do Camino de la Sal¹³⁵. A Calle Real conformou-se, portanto, como a via mais visitada na cidade colonial de 1790. Nela estavam instalados sapateiros, alfaiates e comerciantes de produtos importados. A partir desse momento nascente, a classe burguesa foi se tornando proprietária das edificações nessa via e também daquelas próximas à Plaza Mayor (PERILLA, 2008).

Desde o final do século XVIII, portanto, apesar da existência de um eixo estruturante norte-sul, foi o norte que se estabeleceu como lugar de parte significativa das atividades cotidianas da burguesia proeminente. Já ao sul, no período mais próximo ao final do século XIX, merece destaque a formação do bairro de Santa Inés, de grande relevância para esta tese. Parte significativa deste bairro irá converter-se, mais adiante, no famoso e lendário “El Cartucho”. De qualquer modo, a essa época Santa Inés era também considerada como porta de ingresso da cidade e configurou-se como lugar de muitos viajantes e ponto estratégico para o estabelecimento de estações de transporte. Próximo e fortemente integrado ao centro, o bairro possuía edificações e usos que não eram apenas de caráter residencial (BOGOTÁ, 2011). Esse ambiente diversificado foi essencial para que, mais tarde, fosse nele criada a Plaza del Mercado.

Já o centro, como visto, foi relegado aos espanhóis e *criollos*. Mas isso não impediu que houvesse ali formas de segregação. Uma descrição do ponto de vista da arquitetura possibilita perceber a lógica da distribuição das edificações dentro de seus limites com a Plaza Mayor servindo como referência central:

[...] a qualidade das construções se relaciona com a segregação espacial [...]. Em direção ao centro [...] construções de um ou dois pisos com varandas suspensas e grandes portões marcados em pedras, com escudos e emblemas. Ali residiam os funcionários estatais, comerciantes e fazendeiros. Logo, tem-se uma cidade que diminui em altura, com casas de um pavimento, habitadas pela nascente classe média espanhola e mais tarde *criolla* ou mestiça. Em direção à periferia estão as choças, de adobe e cobertas de palha, onde os indígenas tinham sua morada. (PERILLA, 2008, p.28, tradução nossa)¹³⁶

Assim, o centro e, principalmente, seu núcleo principal – a Plaza Mayor – tornou-se o lugar das instituições, dos encontros dentro da norma – dos normais –, do marco principal de um caráter ideológico e político. Foi também o local do prestígio, da autoridade, da justiça, da

¹³⁵ Caminho que conduzia às minas de sal ao norte da cidade.

¹³⁶ “[...] la calidad de las construcciones se relaciona con la segregación social [...]. Hacia el centro [...] construcciones de uno o dos pisos, con balcones volados y grandes portones enmarcados en piedra, con escudos en emblemas. Allí residían los funcionarios estatales, comerciantes y hacendados. Luego se tiene una ciudad que disminuye en altura, con casas de un piso, habitadas por la naciente clase media española y luego *criolla* o mestiza. Hacia la periferia están las chozas, de adobe y cubiertas de paja, donde los indígenas tenían su morada”.

solenidade e do sagrado. O que excedesse a esses determinantes deveria ser afastado.

Tais afastamentos eram marcados por formas de conduzir condutas vinculadas ao modo como se estabeleciam, através de regulamentações, as licitudes. De acordo com Gómez e Santana (2008), as moradias de índios e negros só podiam constar em testamento caso os casais que as habitassem tivessem estabelecido um legítimo matrimônio. Formas distintas de (co)habitação ou de união familiares eram ignoradas, porque não eram consideradas como formas de vidas dentro dos padrões espanhóis.

Por outro lado, foram os rios – os limites citadinos ao norte e ao sul – que conformaram o lugar do obscuro, da plebe, do diabólico, do que escapava ao controle. Lugar, assim, dos anormais. Foi o local onde os muleiros, lavadeiras, escravos, mulatos e índios permaneceram. Para eles foram criadas leis que os afastavam de determinados territórios. O principal ponto onde essa população se concentrou foram os bairros de Las Nieves e Santa Bárbara. Também mantiveram uma forte relação com o bairro de San Victorino (MONTTOYA, 2012), o primeiro da atual localidade de Los Mártires. Localidade que, hoje, é um dos principais pontos de concentração e permanência de *habitantes de calle*.

Na atualidade, porém, os trechos dos dois rios que conformavam os limites da cidade colonial do séc. XVI têm conformações e, conseqüentemente, paisagens distintas. Paisagens que trazem, para os moradores de rua do presente, possibilidades também diferentes. Após sucessivas requalificações, hoje, o rio San Francisco – ao norte – conforma o Eje Ambiental. Já o rio San Augustin – ao sul – não possui o mesmo tratamento paisagístico e simbólico que permitiu descortinar parte das águas do San Francisco. Ele foi totalmente tamponado neste trecho para dar lugar a uma via importante de conexão com a parte sul-ocidental do Distrito Capital. Entretanto, a avenida que lhe tomou o lugar – e que ainda exhibe as paredes cegas das edificações mutiladas pelo projeto que a concebeu – é também lugar de moradores de rua que por ali deslocam-se ou, às vezes, permanecem para descansar e trabalhar nos semáforos. O que parece relevante para as questões que estão sendo desenvolvidas é que o rio San Francisco, o do limite norte da cidade colonial, foi meticulosamente reconfigurado com trechos peatonais, bancos, paisagismo, lixeiras, etc. O rio San Augustin, do sul, transformou-se, simplesmente, em uma via rápida a serviço da mobilidade fortemente vinculada ao transporte individual.

Assim, se naquele momento da Bogotá colonial ainda não se pode falar de intervenções urbanas, as alterações morfológicas e no espaço urbano vão no sentido de estender a malha oficial para esses domínios. A cidade cresce em direção aos rios e deles, paulatinamente, vai afastando a chusma dos que não se integravam às normas estabelecidas pela Coroa.

4.1.1 Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade planejada – dos não-europeus aos europeizáveis

Quando, anteriormente, justifiquei a utilização da analítica de poder foucaultiana como uma possibilidade de lançar o olhar sobre o espaço urbano de uma maneira crítica e complexa, mostrei que, em grande medida, tal posicionamento estava relacionado a uma forma de compreender as questões espaciais para mais além de sua definição como um espaço meramente físico. Estava atrelado às relações de poderes e saberes que do espaço se depreendem e sobre ele recaem. Esse é o ponto de partida para as análises que aqui se iniciam.

É nesse sentido que a cidade colonial espanhola, em terras ameríndias, é bem mais do que a construção de uma paisagem europeia distanciada de seu continente de origem. A quadrícula, a forma física que fez do território no qual se assentava uma tábula rasa, objetivava algo além de um tipo de racionalidade espacial vinculada a questões exclusivamente formais. Desenhava-se juntamente às ruas, praças e edificações, toda uma rede de olhares que promovia o controle e a vigilância. O traçado do plano quadrado que, como um diagrama de poder “age pelo efeito de uma visibilidade geral” (FOUCAULT, 2009, p.165), passou a funcionar como um operador econômico – por ser uma peça interna no aparelho de produção – mas também como engrenagem de um poder disciplinar. Disciplina correlata a um bom adestramento por objetivar docilizar os corpos, mas de modo algum destruí-los ou incapacitá-los.

Para Foucault, a disciplina não se apropria ou retira, mas procura ligar as forças para multiplicá-las e utilizá-las: “A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2009, p.164). Desse modo, ela distingue-se do poder que era exercido, outrora, pelo soberano. Poder soberano que na crença de possuir os corpos, fazia sobre eles incidirem castigos, penúrias e suplícios. Lançava sobre eles o poder de vida ou poder de morte. Se o poder soberano atuava por uma lei sobre o corpo que o punia, o poder disciplinar recaí sobre o indivíduo para corrigi-lo e curá-lo (FOUCAULT, 2009).

Na passagem do século XVII para o XVIII¹³⁷, Foucault evidenciou que de um modelo de cidade punitiva – na qual o poder de vida e de morte recaía sobre todo o corpo social e levava aos olhos do cidadão a vingança sobre o corpo do condenado – passou-se para outro modelo de instituições coercitivas – que fazia incidir sobre os corpos processos de treinamentos que

¹³⁷ Foucault ressalta que suas análises recaem mais especificamente na França. Entretanto, em *Vigiar e Punir*, o autor dá mostras de que as alterações também ocorreram em outros países do continente europeu (FOUCAULT, 2009).

implantavam e produziam hábitos. Esses novos processos ou, em outras palavras, a disciplina que funcionava por meio de um investimento político do/sobre o corpo – de uma tecnologia política do corpo – foi responsável por produzir efeitos positivos que visavam a outra forma de utilização econômica.

É importante marcar, todavia, que, de acordo com o autor, não houve uma substituição completa ou negação total dos mecanismos de um período para o outro que lhe sucedeu. Ou seja, embora houvesse uma predominância do poder disciplinar sobre o soberano, a partir de determinado momento os distintos mecanismos relacionados a cada um deles continuavam a se confrontar (FOUCAULT, 2009).

Esses aspectos são importantes, pois auxiliam na identificação de que se na Santa Fé colonial a quadrícula de poderes e saberes possibilitou, por um lado, o escrutínio dos que se diferenciavam dos conquistadores em termos de regras de conduta, comportamento e modos de vida – dos que não submetiam e não se vinculavam às formas de trabalho necessárias à implementação da nova colônia espanhola –, por outro, também agia por meio de mecanismos relacionados ao exercício de um poder soberano. A retícula que se prestava a vigiar os corpos era também a que abrigava a prisão – localizada na Plaza Mayor para que todos a vissem – e o *rollo de la justicia* – uma coluna de pedra arrematada por uma cruz.

Os que eram levados para a prisão não eram conduzidos com o objetivo de passarem por um processo de correção, mas por um encarceramento que os tornava invisíveis. Encarceramento que antecedia à morte, devido às condições anti-higiênicas do cárcere e dos longos processos de julgamento. Já os conduzidos ao *rollo* eram castigados, enforcados, mutilados e açoitados. Nele eram expostas as suas cabeças – a dos índios, malfeitores e ladrões – quando executados (GÓMEZ; SANTANA, 2008).

Mas se, numa perspectiva, essa cidade colonial punia e encarcerava, em outra, ela também produzia saberes sobre estes mesmos corpos. A rede tecida para fazer os olhares circularem possibilitava o mapeamento de seus indivíduos. É o que se percebe através de um procedimento conduzido na Santa Fé dos Espanhóis e descrito por Rappaport (2012). Segundo o autor, censos¹³⁸ e ocorrências policiais possibilitavam aos colonos europeus e administradores mapear, já à época, aqueles considerados como pessoas de qualidades diferentes, tais como índios, mestiços, negros e mulatos. Nesse sentido, um sistema de classificação foi empregado com base em convenções que envolviam um equilíbrio complexo de formas de identificação física e não-físicas com taxonomias étnico-raciais. Criou-se, segundo Rappaport, uma espécie

¹³⁸ O censo, naquele momento, ainda não tinha como função principal estabelecer curvas de regularidade de uma população, mas identificar os indivíduos a partir de um procedimento classificatório.

de “olho etnofisionômico” que circulava pela cidade para caracterizar os indivíduos por meio de quesitos de aparência, ascendência, religião, cor, quantidade de pelo, idade, indumentária e língua.

O objetivo da classificação, entretanto, era ainda vinculado ao poderio régio sobre os corpos. Como muitos dos considerados ‘outros’ – ou não europeus – viviam sob o regime da escravidão¹³⁹, em alguns casos, era o “olho etnofisionômico” que poderia atestar a condição de mulher/homem livre. Era ele que também poderia estabelecer a que categoria pertencia cada indivíduo, já que disso dependia tanto seu posicionamento social como o quanto deveria ser pago à Coroa em função dos regimes de arrecadação tributária (RAPPAPORT, 2012).

Porém, essa forma de proceder a um sistema classificatório dos corpos que compunham Santa Fé nos momentos iniciais de sua formação não pode ser generalizada para o extenso secular que conformou esse longo período. Em outras palavras, as relações de poder/saber ou os mecanismos, táticas e estratégias encontrados não se desenharam de modo uniforme durante todo esse tempo. Distintos processos de subjetivação permearam o ambiente citadino.

Contudo, antes de avançar para essa questão, é importante elucidar o que se entende por processos de subjetivação. Os processos de subjetivação implicam, no que concerne à visão foucaultiana, que o indivíduo é fruto de uma constituição e, portanto, está longe de ser uma instância fundacional e/ou imanente. Na verdade, para o autor, o sujeito é atravessado por relações de poderes e saberes que o formam e o dividem entre ele mesmo e o outro, entre o normal e o anormal, entre o indivíduo do bem e o delinquente, entre o sadio e o louco, e, por que não, entre aquele que é de alguma forma produtivo e o vagabundo. Existem, portanto, processos partícipes de um regime de verdades que se estabelecem a partir de sistemas de valores, regras e proibições que, historicamente, constituem esse sujeito (CASTRO, 2009).

Uma das formas vinculadas a esse regime de verdades remete ao modo como o indivíduo-sujeito é produzido nos espaços disciplinares. Disciplina que não é apenas uma maneira de permitir o exercício de relações de poder, mas que também produz saberes:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. [...] Trataríamos aí do “corpo político” como conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber. (FOUCAULT, 2009, p.30).

¹³⁹ Até o ano de 1542 era permitido o trabalho escravo de índios.

Pois bem, ao se analisar a forma como a cidade quadriculada se prestou ao exercício de um determinado tipo de poder, é possível perceber dois momentos. Um trecho de *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2009) auxilia essa análise. De acordo com Foucault, a disciplina baseia-se numa arte das distribuições: o cercamento – o estabelecimento de limites claros que o encerra sobre si mesmo –; a localização – a quadrícula que coloca cada indivíduo em seu lugar e em cada lugar um indivíduo –; as localizações funcionais – a codificação dos espaços livres por meio da determinação desses mesmos espaços –; a possibilidade de intercâmbio – o lugar que se ocupa na série, a posição na fila.

Cada uma dessas características incide e formata o que Gómez e Santana (2008) identificam, nos primeiros séculos da colônia, como um momento de dualidades. Cercar, localizar, localizar funcionalmente e instituir posições implicaram o estabelecimento de oposições muito bem marcadas: conquistador/conquistado; crente/não-crente; branco/índio; superior/inferior; dominado/dominador; incluído/excluído.

O cercamento e a localização eram as formas de trazer à visão a localização dentro/fora do plano traçado pelos espanhóis. Possibilitava identificar pertencimentos ou exclusões, o lugar de dentro e o de fora, a inclusão ou a marginalidade, o ser espanhol ou o ser índio/negro. Em resumo, o ser da malha ou o ser das margens. Também, a sucessiva ocupação de espaços livres e a formatação de espaços funcionais, como, por exemplo, as praças que iam sendo construídas para utilizações distintas, deixavam claro o lugar de cada atividade: as cívicas, as cristãs-religiosas, as do comércio, as de lazer. Em cada uma delas, conforme visto, uma possibilidade de ocupação e acesso diferenciados. Era a marcação de usos por corpos distintos, em que uma estrutura hierárquica determinava funções. Finalmente, a possibilidade de intercâmbio do lugar na fila estabelecia um regime que permitia que, em função de determinados trabalhos/atividades, o ser da margem penetrasse na malha em consequência de uma necessidade que o fazia circular numa rede de relações. Assim, os executores de determinados trabalhos acessavam os espaços reticulados.

À medida que a cidade extrapola seus limites iniciais, também se ampliam as conformações étnicas. O mestiço carrega em seu sangue a dualidade. Mas qual é a localização que passa a assumir na quadrícula ampliada? Nem tão de fora e nem sequer de dentro: esta determinação vai ser fruto de uma nova forma de sujeição que substitui aquela hegemônica e inicial. Esvai-se a dualidade compreendida de um modo sem muitas nuances, ou seja, a de espanhóis e a de não-espanhóis. Trata-se, nesse momento, de localizar, de um lado, os *criollos*-estudiosos/religiosos/ilustrados/trabalhadores e, do outro, os que, de um modo abrangente, foram definidos pelo Arcebispo de Córdoba como as “pragas do Reino”, a saber, os não

estudiosos, não religiosos, não ilustrados, não trabalhadores – pela perspectiva do que se compreendia como trabalho – que conformavam o grupo dos mendigos, criminosos e pobres.

A cidade dual, de Gómez e Santa (2008), transforma-se na cidade *mestiza* (mestiça). A forma de controle a ser exercida passa pelo controle da pobreza. Para isso, se exercem práticas de segurança e funções normativas. Dentre as primeiras, o estabelecimento, como pontuado anteriormente, tanto de lugares especializados que recebiam e encarceravam a população desviante – o hospício, a Casa de los Pobres – como ações de higiene que visavam à limpeza e à regularidade da vida considerada normal. No que diz respeito às demais, o “olho etnofisionômico” dá lugar à construção do homem civilizado – letrado, religioso, trabalhador. Empreendem-se, portanto, novas formas e processos de sujeição.

Embora novas categorias sociais surjam e os limites da malha se estendam, os mecanismos que recaem sobre os corpos se alteram. Do ponto de vista das configurações espaciais, surgem limites dentro do limite. Localizações dentro da localização. Se, no início, podia-se fazer referências a sujeitos localizados dentro e fora da quadrícula, esta última passa também a ter seus dentro e seus foras em termos de pertencimentos localizados, de relações construídas de vizinhança. A localização da localização conforma posicionamentos. É assim que a Calle Real vai aparecendo como vetor que, paulatinamente, passa a conduzir os não pobres para uma direção mais ao norte e a localizar a burguesia, em momento de formação, junto a ela e nas proximidades da Plaza Mayor. É assim que Santa Inés, San Victorino e a Plaza de Mercado iniciam um processo de configuração de uma realidade menos elitizada. É assim que cada um dos dois rios que marcavam o limite original da cidade contribuem de modo distinto para o processo de formatação social e urbano: o rio do norte – o Rio San Francisco – que, como será visto nos momentos seguintes, vai sendo, sucessivamente, objeto de intervenções que visam a atender o estilo de vida das elites; e o rio do sul – o Rio San Augustin – que assumirá, com o tempo e com seu tamponamento, o limite, a barreira entre o centro histórico e os bairros dos pobres.

O que se percebe, portanto, é que, na medida em que a cidade cresce e que sua população se complexifica, começa a tomar forma a passagem descrita por Foucault (2010a) na qual um espaço eminentemente de localização – o das dualidades expressas por Gómez e Santana (2008) – vai sofrendo atravessamentos de relações de posicionamento, mais especificamente, de um posicionamento humano: “que tipo de estocagem, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos devem ser mantidos de preferência em tal ou tal situação para chegar a tal ou tal fim” (FOUCAULT, 2006a, p.413). De um mecanismo a outro, acirra-se o processo de segregação dentro da malha urbana meticulosamente desenhada.

Sob outro aspecto, tem-se que, de início, a imposição do modelo reticulado colonial fez da configuração nativa o caos a ordenar. Fez de modos de vida não-europeus um problema a resolver. Fez da arquitetura e do espaço urbano um modo de diferenciar sujeitos e de marcar segregações. Em suma, práticas e saberes religiosos e administrativos deslegitimaram e sujeitaram práticas e saberes outros, e produziram as primeiras formas de sujeição. O intuito era o de construir o homem civilizado, de fabricar o homem útil.

A anátomo-política do corpo, assim denominada por Foucault (2008), erigiu, para isso, lugares de exercício. Foram os asilos, colégios, escolas, hospitais, quartéis que, por meio de técnicas disciplinares detalhadas, visavam a uma meticulosa educação do corpo para extrair dele toda a sua eficiência. Adestrar para apropriar/retirar mais e melhor, para multiplicar as forças, para qualificar os comportamentos, enfim, para transformar os indivíduos: “uma pressão constante para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam” (FOUCAULT, 2009, p.175).

Assim, se partimos dos pontos que foram elencados como delimitadores da abrangência desta pesquisa, percebe-se que na concepção e fundação de Santa Fé, a malha urbana oficial desenhada jamais foi um lugar de neutralidade. Para se concretizar, deu início a processos sucessivos de *desplazamiento* que continuaram a ocorrer concomitantemente à sua expansão. Processos que foram concentrando terras nas mãos dos que se tornariam os *terratenientes* nos momentos seguintes.

No que tange àqueles que poderiam ser identificados como os potenciais moradores de rua do período – os que não executavam os trabalhos formais, os que clamavam por retribuições em dinheiro, os que eram considerados ociosos e, ainda, os ladrões e os loucos –, ou seja, para a massa dos desconformes às normas, uma série de mecanismos, estratégias e táticas tomaram corpo. Estar no centro, somente se fosse como institucionalizado do hospício e da Casa de los Pobres ou como prestador de determinadas formas de serviço. Aos que insistiam, ações corretivas de limpeza. Ainda, à medida que a cidade ampliou-se e eles passaram a penetrá-la, pelas margens, a possibilidade de desenvolvimento de suas atividades vinculou-se a determinados setores citadinos.

Estabeleceu-se, assim, um local de hierarquias sociais, espaciais e simbólicas – inicialmente, em função de saberes e poderes estabelecidos pela Coroa espanhola e pelas ordens religiosas e, posteriormente, pela burguesia nascente – para estabelecer o controle e o poderio sobre a nova terra e sobre os que ali já viviam. Vigilância, controle e disciplina dos corpos.

4.2 Da fundação da República (1810) ao final dos anos 1930

Ao longo do século XIX e princípio do XX, Bogotá passou por uma série de transformações que contribuíram para a consolidação de um novo sistema de governo. Se a Santa Fé colonial foi caracterizada por pequenas alterações populacionais e territoriais, a Bogotá republicana apresentou uma nova realidade. De um contingente populacional de 21.394 habitantes, em 1801, a cidade passou a ter, em 1912, 116.951 pessoas, majoritariamente devido ao forte fluxo migratório como consequência dos *desplazamientos* ocasionados pelas sucessivas guerras¹⁴⁰ (PERILLA, 2008). Esse aumento implicou a transformação de uma cidade de brancos, mestiços, negros e índios, em uma *urbis* de banqueiros, comerciantes, profissionais, empregados de alta renda, proprietários e comerciantes que se somaram a empregados de média renda, camponeses, artesãos, criados e, também, a um grande contingente de pobres e miseráveis denominados de despossuídos, mendigos, *gamines* e loucos (MONTTOYA, 2012). (FIG.6)

Figura 6 – Jauleira, mendiga e cargueiro



Fonte: Mollien (1944).

¹⁴⁰ Além das guerras pela independência do final do século XVIII e princípio do XIX, guerras civis foram também uma realidade frequente. Dentre elas, destaca-se a Guerra dos Mil Dias, que foi de 1899 a 1902 (MEJÍA, 2007). Outro fato de destaque foi a abolição da escravidão, em 1851, que ocasionou um grande deslocamento da população negra das regiões de mineração e de grandes fazendas.

Nesse ambiente de efervescência de novos grupos e relações sociais, as alterações que incidiram sobre o território estiveram relacionadas a mudanças de ideologias fortemente vinculadas à busca de identidade para a república que nascia. Nesse sentido, Perilla (2008) chama a atenção para o fato de que os sistemas de expressões urbanas e arquitetônicas buscaram corresponder a esses novos ideais políticos e também sociais.

Do ponto de vista arquitetônico, virou-se as costas para a herança colonial pela busca de identificação com o novo ideário burguês nos moldes de Londres e de Paris. O estilo neoclássico surgiu como a possibilidade de suplantar os poderes imperiais e de conduzir ao progresso. Essa postura implicou a demolição de um número significativo de edificações e a construção de outras com novos parâmetros e alturas. Suntuosos edifícios de três e quatro pavimentos passaram a fazer parte do cenário urbano e a contribuir para os grandes feitos constitutivos da nova pátria. Nesse âmbito, foram edificadas, por exemplo, o Palacio de la Gobernación de Cundinamarca, os hotéis Regina e Granada, o Banco de La Republica e o edifício Rufino Cuervo – que abrigou uma das primeiras *pasajes* (galerias) comerciais da cidade (PERILLA, 2008). E em função do adensamento populacional, a demolição das amplas edificações coloniais possibilitou criar moradias mais compactas para abrigar um maior número de pessoas (MONTTOYA, 2012).

Já no que concerne ao espaço urbano, de acordo com as observações de Mejía (2007), o principal marco foi o discurso da modernização da dinâmica citadina baseado em três fatores fundamentais e interconectados de transformação: o rompimento definitivo com a cidade colonial, o desenvolvimento de propostas higienistas e os avanços tecnológicos.

Com relação ao primeiro deles, de um lado, observou-se a consolidação dos bairros de Santa Bárbara, ao sul do Rio San Augustín; de San Victorino, no limite ocidental; e de Las Nieves, tanto ao oriente como ao ocidente. Por outro, uma parte importante do centro – que coincidia com a porção norte da Santa Fé colonial – passou a ser palco de uma forte especulação da terra vinculada a novas normas impostas. Esse fato esteve vinculado à desamortização das propriedades eclesiásticas, em 1865, o que permitiu tanto a conversão de vários imóveis para uso administrativo (4.128 residências e 633 comércios) como a transferência de terras para as mãos de comerciantes e de nascentes urbanizadores (MONTTOYA, 2012).

Nesse cenário, a Plaza de San Victorino foi fortalecendo-se como ponto de comércio em função da confluência dos visitantes que chegavam à cidade. Seu meio ambiente, entretanto, era visto como inapropriado para uma cidade que desejava se tornar uma metrópole moderna: “[...] estava invadido de barro, poeira e fezes, que junto com a concentração de mendigos

imprimia uma percepção negativa da cidade” (MEJÍA, 2007, p.20, tradução nossa)¹⁴¹.

Já o bairro de Santa Inés, a partir das duas últimas décadas do século XIX, passou a configurar-se como uma extensão do próprio centro em função de novas edificações comerciais – restaurantes, bodegas e hotéis –, muitas delas relacionadas ao trânsito de visitantes que ampliou-se com a instalação do serviço ferroviário¹⁴² (BOGOTÁ, 2011). Essa movimentação fez com que, em 1853, se iniciasse a construção da Plaza de Mercado que, no período da modernidade, tornou-se, como será visto, um entrave para o desenvolvimento de alguns projetos de renovação urbana.

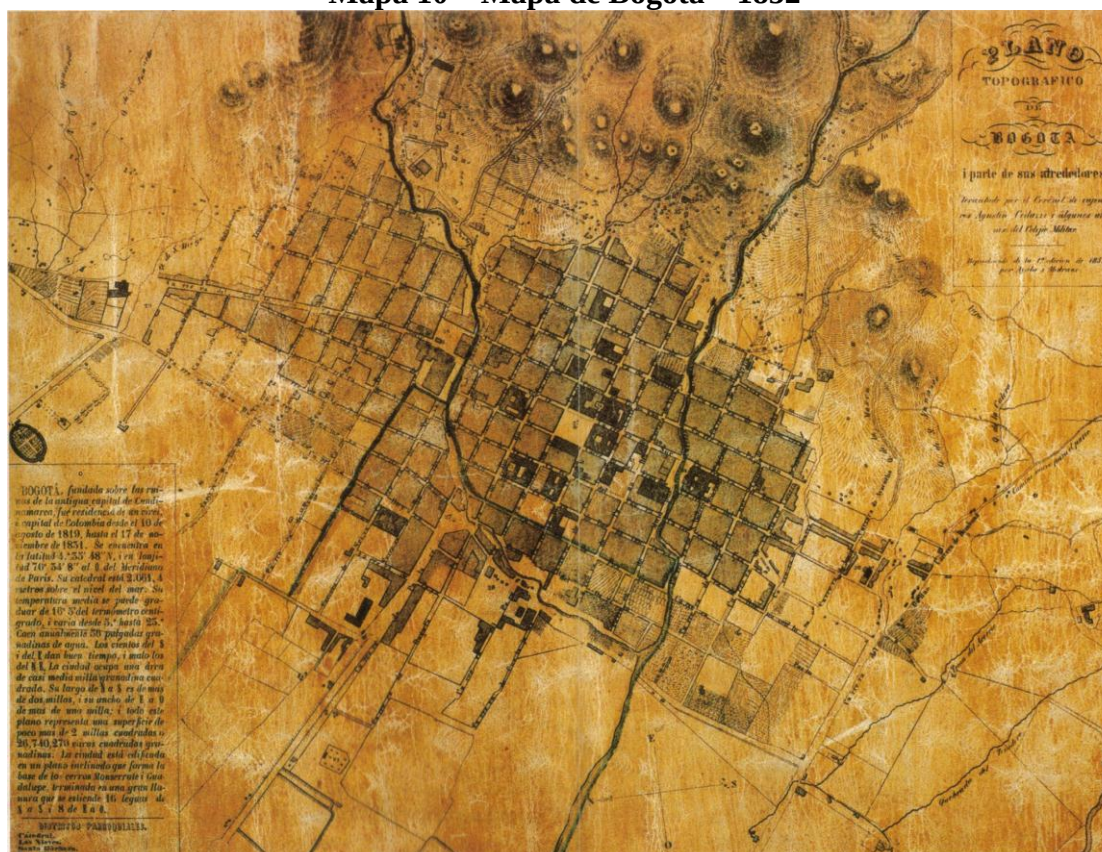
A Plaza del Mercado substituiu parte das atividades comerciais que ocorriam na Plaza Mayor e seu entorno. Ao longo dos anos foi se transformando em um centro expressivo de abastecimento e de serviços. A intensificação dessas atividades fez com que seu uso explodisse para as ruas ao seu redor, em função da presença de *campesinos* e pessoas mais humildes que ofereciam seus produtos. Essa situação acabou por conduzir a um conflito entre as famílias mais abastadas que ali viviam e os vendedores de alimentos do comércio informal. Nesse ambiente, eram muitos os que denunciavam os problemas vinculados à higiene e à salubridade (BOGOTÁ, 2011).

No que concerne ao centro, ou melhor, El Centro – forma como as elites passaram a denominar este trecho –, tornou-se palco das novas funções comerciais e das finanças e manteve-se como *locus* principal dos poderes já estabelecidos. Nele, criaram-se bancos, agências de negócios, instituições de educação e hotéis (PERILLA, 2008). A cidade diversificou-se e experimentou um processo de implosão, já que a população exibiu um crescimento notável – conforme mostrado – mas, praticamente, dentro dos mesmos limites territoriais do final do período anterior (MAPA 10).

¹⁴¹ “[...] estaba invadido de barro, polvo y heces, que junto con la concentración de mendigos imprimían una percepción negativa de la ciudad”.

¹⁴² Em 20 de julho de 1889 chegou, em Bogotá, o primeiro trem de ferro. A estação principal localizava-se onde, hoje, é a estação de La Sabana, em Los Mártires. Esse fato agregou mais dinamismo às áreas comerciais situadas próximas a ela. Esse foi o caso de San Victorino e Santa Inés. (MEJÍA, 2007)

Mapa 10 – Mapa de Bogotá – 1852



Fonte: Codazzi (2003).

O ambiente republicano foi também reforçado com a alteração da toponímia de seus principais pontos de referência e monumentos. A antiga Plaza de las Yervas passou a se chamar Plaza de Santander e conformou-se como uma das primeiras praças de estilo francês da cidade – com o posicionamento da estátua do General Santander em lugar de destaque. A Plaza Mayor, em 1846, recebeu o nome de Plaza Simón Bolívar e também ganhou, em seu centro, a estátua do “Libertador”. Em 1850, decretou-se a construção da Plaza de Los Mártires (MONTROYA, 2012). Já a Calle Real passou a ser conhecida como a Calle del Comercio ou Calle Real del Comercio e continuou a reunir “tudo o que há de rico e elegante” (D’ESPAGNAT, *apud* PERILLA, 2008, p. 64, tradução nossa)¹⁴³. Ela tornou-se palco das ações de um novo cotidiano urbano europeizado, em função dos encontros nos novos cafés para discutir as notícias dos jornais locais (PERILLA, 2008).

O segundo fator de transformação urbana esteve atrelado a uma ideologia, principalmente na década de 1910-1920, arraigada em propostas higienistas que visavam remodelar o espaço. A limpeza e a higiene passaram a ser sinônimo da modernização e

¹⁴³ “todo que hay de rico y elegante”.

vincularam-se à pavimentação das ruas, à erradicação de certos bairros, à construção de novos modelos de moradia e de aquedutos (MEJÍA, 2007). Nesse sentido, a cidade deveria ser pensada a partir de uma nova estética, de modo a atrelar a conjuntura da nova forma de governo a uma *urbis* alegre, sã, e afastada de um quadro que se pintava:

Sem pavimentação, sem água, sem rede de esgotos, a vida aqui é um milagre da existência [...]. Germes patogênicos por todas as partes: no ar, na água, ao sair de casa, ao entrar na igreja, ao comer, ao dormir [...]. San Victorino – a ovelha negra dos bairros bogotanos – é outra vez o dantesco, o apocalíptico, o piramidal. [...] a terra de Colombo é algo que atemoriza, que espanta, que adoce. (FUNDACIÓN MISIÓN COLOMBIA *apud* MEJÍA, 2007, p.29, tradução nossa)¹⁴⁴

Nesse sentido, uma das medidas foi a de melhorar a imagem das margens dos rios e a conexão entre elas, principalmente a do San Francisco. Para isso, iniciou-se, em 1886, sua canalização e novas pontes foram construídas, fatores que geraram um adensamento edilício nesses pontos. Em alguns trechos foram também feitas calçadas para varrer a ideia da imundice e dos signos negativos que carregava em função dos usos do período colonial. Ações que, para Perilla (2008), estiveram vinculadas às posturas europeias de se pensar o espaço urbano através do estilo haussmanniano¹⁴⁵ de pentear a cidade.

Mas a insalubridade não se vinculava apenas ao espaço físico. Ela estava presente nas atividades e nos distintos corpos que (re)conformavam seus espaços e por eles eram também (re)conformados. Sobre eles, portanto, era necessário intervir. As atividades consideradas delinquentes ou menos glamourosas foram afastadas do El Centro e da Calle del Comercio. As *chicherías*¹⁴⁶ e os lugares de prostituição, por exemplo, não podiam fazer parte desse entorno. Os incômodos que traziam para a burguesia, que se pretendia cada vez mais ilustrada, tornavam-nas no oposto daquilo que se queria para a cidade oficial, comercial e institucional (PERILLA, 2008).

¹⁴⁴ “Sin pavimentos, sin agua, sin alcantarillas, la vida aquí es un milagro de la existencia [...]. Gérmenes patógenos por todas partes: en el aire, en el agua, al salir de la casa, al entrar a la iglesia, al comer y al dormir... San Victorino – la oveja negra de los barrios bogotanos – es otra vez lo dantesco, lo apocalíptico, lo piramidal. [...] la tierra de Colón es algo que aterra, que espanta, que enferma”.

¹⁴⁵ É notável a forma como as descrições do que ocorria em Bogotá se aproximam daquelas que Lefebvre (2001) faz de Paris, em meados do século XIX. Obviamente, as condições da industrialização são distintas, assim como a morfologia urbana parisiense de estrutura fortemente medieval. Entretanto, o modo como se conforma a luta de classes parece as unir. “Depois de 1848, solidamente assentada sobre a cidade (Paris), a burguesia francesa possui aí os meios de ação, bancos do Estado e não apenas residências. Ora, ela se vê cercada pela classe operária. Os camponeses afluem, instalam-se ao redor das “barreiras”, das portas, na periferia imediata” (LEFEBVRE, 2001, p.22). E o modelo urbanístico de lidar com o problema segue também no mesmo ritmo.

¹⁴⁶ A *chicha* é uma bebida alcoólica fermentada a partir do milho e vinculada aos modos de vida da antiga Santa Fé colonial e aos hábitos indígenas.

A extensão do incômodo com alguns corpos está presente nos registros de Mollien (1944), que percorreu Bogotá no ano de 1823:

Há uma praga verdadeiramente espantosa que aflige Bogotá: os pobres. Estes, aos sábados, irrompem na capital como as hordas em uma cidade tomada por assaltantes; assediam todas as portas, e para que a piedade as abram, exibem chagas e as doenças mais repulsivas; grupos de anciãos conduzidos por crianças obstruem todo o dia as ruas e as entradas das casas. É possível vê-los especialmente em frente a dos ministros. A visão de seus farrapos, os lamentos que exalam ao implorar por caridade, são outras tantas lições que não parecem molestar aqueles aos quais se dedicam, já que toleram que a eles se dirijam todos os dias. Além desses mendigos se tropeça por todas as partes com os pedintes dos conventos, encurvados pelo peso de uma bolsa [...]. (MOLLIEN, 1944, p.189, tradução nossa)¹⁴⁷

Entretanto, esse grupo de pobres e miseráveis, conforme ressalta Mejía (2007) é o resultado de um cotidiano que se formatava a partir da luta de classes, da pobreza e da sobrevivência. Isso fica evidente na passagem abaixo:

A Guerra nos campos removeu muitas pessoas, viúvas, órfãos e soldados; a eles somaram-se os indígenas removidos pela abolição de medidas protetivas e posterior oferta hostil dos latifundiários. As mulheres em sua maioria chegariam a Bogotá apenas com a possibilidade imediata de exercer a prostituição, enquanto que homens, em sua maioria soldados machucados e desempregados entre as guerras, se encontravam vivendo na indigência. A rua, em parte, se desenvolvia economicamente a partir de atividades marginais e de delitos, na qual a mendicância e o roubo se constituíam como fonte de ingresso para muitas pessoas as quais, em sua maioria, viviam, de verdade, na rua. (MORENO 2003, tradução nossa)¹⁴⁸

É em função do alargamento do número dos que se encontravam nessa situação que as medidas tomadas vão mais além de intervenções espaciais mais explícitas. Após um tempo fechado, o Hospício foi reaberto e, em 1881, foi criado um asilo destinado a abrigar uma grande quantidade de jovens e a ensinar-lhes algum ofício. A partir de 1888, o local passou a ser administrado pelas irmãs de caridade da Beneficencia de Cundinamarca, consolidando as

¹⁴⁷ “Hay una plaga verdaderamente espantosa que aflige a Bogotá: los pobres. Estos, los sábados irrumpen en la capital como las hordas en una ciudad tomada por asaltantes; asedian todas las puertas, y para que la piedad se las abra, exhiben las llagas y las dolencias más repulsivas; grupos de ancianos conducidos por niños obstruyen durante todo el día las calles y las entradas de las casas. Se les suele ver especialmente delante de las de los Ministros. La vista de sus andrajos, los lamentos que exhalan al implorar la caridad, son otras tantas lecciones que no parecen molestar a aquellos a quienes van dedicadas, ya que toleran que se les dirijan todos los días. A más de estos mendigos se tropeen por todas partes con los limosneros de los conventos, encorvados bajo el peso de un zurrón [...]”.

¹⁴⁸ “La guerra en los campos desplazó a muchas personas, viudas, huérfanos y soldados; a las que se sumaron los indígenas desplazados por la abolición de los resguardos y la posterior oferta hostil por parte de los terratenientes. Las mujeres en su mayoría llegarían a Bogotá solo con la posibilidad inmediata de ejercer la prostitución, mientras que los hombres, en su mayoría soldados lesionados y desempleados entre guerras se hallaban viviendo en la indigencia. Así pues, la calle, en parte, se desarrolla económicamente desde actividades marginales y delictivas, donde la mendicidad y el robo se constituyen en las fuentes de ingreso para muchas personas las cuales en su mayoría vivían de hecho en la calle”.

ordens religiosas como o principal agente no trato da questão. Além disso, uma fábrica de betume inaugurada por italianos passou a empregar os menores que viviam na rua (CÁMARA DE COMÉRCIO DE BOGOTÁ, 1997).

Mas as medidas mais drásticas que buscaram, nesse período, controlar o acesso desses “ladrões, ébrios, leprosos, folgados e loucos” às ruas foram o encarceramento e o recrutamento compulsório para participar das guerras. Para isso, ao final do século XIX, um novo corpo policial profissionalizado passou a trabalhar para que uma norma, de 1884, fosse colocada em prática. Sua função era:

Impedir que as pessoas façam suas necessidades em vias públicas; proibir que pendurem nas ruas cordas com roupas; recolher todas as galinhas, quadrúpedes que se encontrem vagando; proibir que os indivíduos que se desloquem carregados nas ruas transitem pelas calçadas; impedir que os artesãos façam fogueiras nas ruas; cuidar que não ocorram escândalos e desordens nas fontes públicas; impedir toda a desordem e delito. (MORENO, 2003, tradução nossa)¹⁴⁹

Normas passaram, então, a ser estabelecidas para que a rua e os espaços públicos tivessem apropriações e atividades de acordo com parâmetros de legalidade e normalidade que visavam a contribuir para a salubridade, limpeza e higiene. Para levá-las a cabo, uma força policial específica ficaria a cargo do cumprimento das sanções cabíveis e previamente estabelecidas. Espacialidades produzidas nos locais públicos em função das possibilidades de existência de determinados grupos, principalmente de pobres, passaram a ser criminalizadas.

Isso se traduz numa diferença relevante quando se leva em conta a época colonial visto que, agora, as ações são justificadas, não apenas em função dos indivíduos considerados como fora dos parâmetros da normalidade, mas também pelo controle das atividades que eles desenvolvem nas ruas e que são consideradas impróprias. Desse modo, é importante apontar o que se entende como espacialidade.

Nesta tese, o termo se refere aos espaços gerados por estruturas e elementos físicos que acompanham e dão suporte ao desenvolvimento de certas práticas e atividades – a roupa estendida no varal, os panos e trapos estendidos nas calçadas, o fogareiro improvisado para cozinhar, etc. – mas também ao espaço de evitamento gerado pelos próprios corpos que as desempenham, seja por sua aparência física, seja pelos gestos, cheiros, maneiras, ruídos e

¹⁴⁹ “Impedir que las gentes hagan sus necesidades en las vías públicas; prohibir que cuelguen en las calles cabuyas con ropas; recoger todas las gallinas y cuadrúpedos que se hallen vagando; prohibir que los individuos que vayan cargados por las calles transiten por las aceras; impedir que los artesanos hagan fogatas en las calles; cuidar de que en las fuentes públicas no ocurran escándalos y desórdenes; impedir todo desorden y delito”.

posturas.

Ainda, a espacialidade é entendida também como uma tatuagem, mais ou menos provisória, da existência de atividades nos lugares. Isso ocorre quando, mesmo na ausência do corpo físico, é possível registrá-las. Os tijolos com resíduos de lenha que marcam de fuligem cantos e paredes são espacialidades, na medida em que possibilitam não apenas verificar o uso passado de um determinado espaço, mas também especular sobre esse uso. Do mesmo modo, os panos e trapos estendidos nas calçadas conformam um espaço, um cômodo, que, mesmo ainda não ocupado, já indica o espaço separado, espacializado, para abrigar o corpo que já o preparou para que mais tarde possa se abrigar.

Essas considerações são importantes à medida que não apenas o corpo e seus comportamentos passam a ser alvo de procedimentos normativos, mas também as distintas espacialidades por eles geradas nos espaços públicos.

De qualquer modo, de volta às medidas higienistas, é necessário indicar que o alcance desses discursos não apenas estava voltado para uma parcela específica da cidade, como também para uma parcela endinheirada da população que podia se preocupar com determinados aspectos da vida diária.

[...] a higiene na rua, paulatinamente se observa de maneira relativa à fragmentação da cidade, onde os bairros com pessoas de maiores rendas obtém bom serviço – pois estão em capacidade de consumi-los –, enquanto que vão se degradando até sua inexistência nas novas conformações de bairros piratas ou de invasão, onde se localiza a população de menor renda na cidade. (MORENO, 2003, tradução nossa)¹⁵⁰

Assim, como conclui Mejia (2007), as mudanças nas formas do uso do solo são conduzidas por uma classe alta que queria distinguir-se a partir de sua aproximação com os modos estrangeiros de consumir bens materiais e imateriais rumo a uma nova forma de cotidiano citadino.

Finalmente, o terceiro fator de transformação urbana – que está relacionado à entrada de novas tecnologias – é marcado, por um lado, pela introdução do serviço de transporte público através do tranvia (bonde) de mulas, dos ônibus e de carruagens, também puxadas por mulas. Por outro, diz respeito à consolidação de uma zona industrial no lado ocidental, mais especificamente, em San Victorino, que tornou-se a porta de entrada e saída de mercadorias da cidade (MEJÍA, 2007). A localização da Estação de La Sabana potencializava a vocação

¹⁵⁰ “[...] la higiene en la calle, paulatinamente se observa de manera relativa a la fragmentación de la ciudad, donde los barrios con personas de mayores ingresos obtienen un buen servicio – pues están en capacidad de consumirlo –, el cual va degradándose hasta la inexistencia de éste en la nueva conformación de los barrios piratas o de invasión, donde se ubica la población de menores ingresos de la ciudad”.

comercial e industrial da região: “Ao redor da Estação de La Sabana radicaram-se todas aquelas fábricas que recebem ou despacham materiais ou mercadorias pelo trem de ferro e que ao mesmo tempo têm constante relação com o comércio local e das províncias” (MEJÍA, 2007, p.60, tradução nossa)¹⁵¹.

Quanto ao *tranvía*, é relevante pontuar que a primeira linha, criada em 1884, conectava o plano original com uma região de quintas já existente ao norte e que, paulatinamente, se transformava no novo bairro de destino da elite: Chapinero¹⁵². Esse fato veio em decorrência do sucessivo abandono, por parte de comerciantes e latifundiários, das áreas centrais, devido às condições de higiene. Em 1900, essa região externa à centralidade já contava com energia elétrica e vias mais estruturadas do que as regiões mais antigas. Em 1910, o *tranvía* que conectava o centro a Chapinero torna-se elétrico. A partir dos anos 1920, o norte já havia se transformado no refúgio dos membros sociais com melhores recursos financeiros (MONTROYA, 2012; MORENO, 2003; MEJÍA, 2007).

Concomitantemente, à medida que o norte se estruturava como o refúgio da burguesia em ascensão, o sul, esvaziado dos investimentos e das novas tecnologias, abrigava a massa populacional. Os novos bairros criados ficaram conhecidos como *barrios obreiros* (bairros operários) e estabeleceram enclaves dispersos e isolados.

Dessa forma, o crescimento observado não produziu um contínuo urbano, mas novos espaços dispersos que implicaram vazios transpostos por vias que os conectavam (MEJÍA, 2007). Acirrou-se, assim, na morfologia da cidade, a distinção socioespacial entre pobres e ricos.

A partir dessa realidade, torna-se possível aprofundar a discussão com relação aos pontos principais de interesse para este trabalho. O acirramento da diferença entre o norte e o sul, como descrito acima, torna-se evidente e vincula-se a um processo de diferenciação excludente, realizado de maneira planejada e conectado à desigual distribuição de infraestrutura urbana.

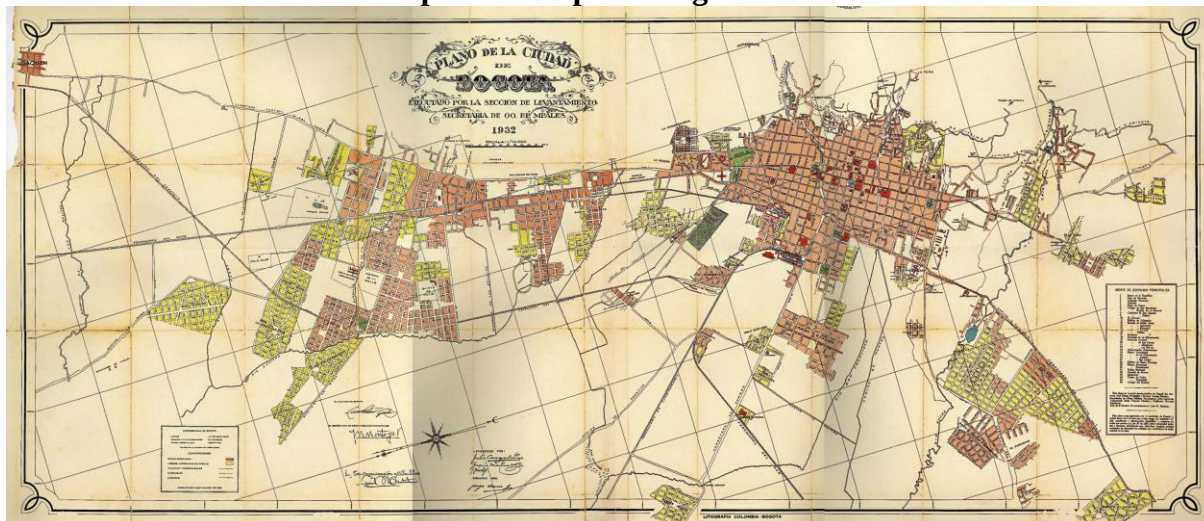
Ao norte, bairros residenciais, portadores de diretrizes higienistas, são rodeados por zonas verdes e arborizadas. Ao sul – e também no ocidente e “norocidente” – bairros operários aparecem de modo disperso a partir da integração de antigos aglomerados de características

¹⁵¹ “Alrededor de la Estación de La Sabana se radicaron todas aquellas fábricas que reciben o despachan materiales o mercancías por el ferrocarril y que al mismo tiempo tienen constante relación con el comercio local y de provincias”. Ainda, com o passar do tempo a presença da estação faria desse setor o mais importante do ponto de vista do abastecimento da capital (MEJÍA, 2007).

¹⁵² Na região norte, ricos especuladores desarticularam antigas fazendas e as parcelaram com vistas a produzir um estoque de lotes urbanos, muito embora estivessem em uma zona ainda rural (GNISSET, 1983, p. 12).

rurais. Desses últimos, o que mais se destaca é o novo bairro de Ricaurte, na atual localidade de Los Mártires, que, conforme aponta Mejía (2007), foi o primeiro bastão da urbanização a chegar ao setor devido à sua proximidade com a zona industrial (MAPA 11).

Mapa 11 – Mapa de Bogotá – 1932



Legenda: ao norte, o novo núcleo conformado pelo bairro Chapinero
Fonte: Instituto de Estudios Urbanos (2015).

O trecho destacado abaixo permite evoluir nessa questão:

A Calle Real era o coração de Bogotá [...]. É o insubstituível lugar de passeio dos bogotanos aos domingos após a missa. Durante a semana dar uma volta ao sair do trabalho para esquentar o corpo e dialogar com os amigos, pela noite depois de jantar, dar uma caminhada digestiva. Primeira linha regularizada de transporte público em carros que iam desde a Plaza Bolívar até Chapinero. Em seguida, ocorreu o bonde de mulas, sobre trilhos que saíam da ponte de San Francisco com direção ao norte [...]. (BARRIGA *apud* PERILLA, 2008, p.75, tradução nossa)¹⁵³

Nessa ambiência, o centro, anteriormente lugar de moradia e trabalho de parte dos grupos sociais, passa a ser evitado, em grande medida, pela parcela mais endinheirada devido ao fluxo dos novos e diversos sujeitos que passam a frequentá-lo. Isso ocorreu também por causa dos novos modos de vida e espacialidades que nele se alojaram e desenvolveram-se e que são, com frequência, tidos como responsáveis pelo ambiente insalubre que ocasionou o aumento de doenças, epidemias e propagação de germes. O amontoado de corpos em casarões coloniais, subdivididos para fazer caber o contingente populacional em aumento crescente,

¹⁵³ “La Calle Real era el corazón de Bogotá [...]. Es el insustituible lugar de paseo de los bogotanos los domingos luego de misa. Entre semana dar “una vuelta” al salir del trabajo para calentar el cuerpo y dialogar con los amigos, por la noche después de comer, dar una digestiva caminata. Primera línea regularizada de transporte público en coches que iban desde la plaza Bolívar, hasta chapinero. Luego se dio el tranvía de mulas, sobre rieles que salían desde el puente de San Francisco, hacia el norte [...]”

devido à forte onda migratória, foi mais um agravante dessa situação. Assim, salvo sua porção mais ao norte, batizada de El Centro e coincidente com a área de abrangência da Calle del Comércio e da nova Avenida Jiménez de Quesada – construída a partir do tamponamento do rio San Francisco, em 1925 –, o núcleo central passou por um processo de estigmatização, evitamento e intervenções.

Sobre o trecho denominado de El Centro, é importante salientar – já apontando para influências que irão se consolidar a partir da década de 1930 – que conformou uma zona conhecida como “Wall Street Bogotano”, devido à localização de bancos e sedes de empresas comerciais e financeiras. Tal fato esteve relacionado a algumas demolições, como foi o caso da Pasaje Rufino, que deu lugar, em 1924, ao edifício Pedro A. López, de cinco pavimentos, que recorda as primeiras tendências da Escola de Chicago¹⁵⁴ (PERILLA, 2008).

Tais intervenções compuseram a forma de condução do processo de urbanização a partir do modelo higienista já destacado. Elas concentraram-se na porção ao norte e estiveram vinculadas a processos de diferenciação do solo urbano que reforçavam o poderio político, econômico e ideológico da burguesia local. Implicaram, também, o início de ações de *desplazamiento* que passaram a ocorrer no contexto urbano.

Para Montoya (2012), o que se verifica é que a cidade passou, nesse período, a viver uma segregação espacial acentuada. A expansão da cidade criou setores exclusivos para a elite, como foi o caso da localidade de Chapinero, e a cidade dos pobres começou, por sua localização, a escapar das vistas desse segmento da população.

Dentre os corpos e as espacialidades não conformes com o modelo de cidade que se pretendia criar, incluíam-se novos grupos que tinham sua vida atrelada às ruas. Além de fazer parte do que se considerava insalubre – vale lembrar que, para Mollien (1944), os pobres eram uma doença – novas subjetivações produziram um novo sujeito urbano, os *gamines*. Categoria ainda hoje presente nas discussões que cercam o morar na rua, mas que tem, neste momento, suas raízes.

Isso pôde ser verificado em uma atividade de grupo¹⁵⁵ ocorrida durante a pesquisa de campo – já citada anteriormente. Nela, uma das irmãs do Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa, responsável pela condução de trabalhos com os *habitantes de calle*, contextualizou a questão:

¹⁵⁴ Na arquitetura e no urbanismo, a Escola de Chicago representa um conjunto de ideais e pensamentos sobre o futuro das cidades e do planejamento urbano americanos, desenvolvido no início do século XX.

¹⁵⁵ Atividade gravada, em Bogotá, no dia 17 de outubro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa. Participaram da atividade 15 moradores de rua, dentre eles uma mulher e um ex-morador de rua.

[...] o termo era *gamín*, mas depois passaram a mudar o nome. Eu trabalhei há uns quinze anos com *gamines* e *gaminas*. [...] *Gamín* é a pessoa mal falada, grosseira, tosca que está na idade entre a adolescência e a pré-adolescência. Uma vez passada da adolescência para a etapa adulta já se chamam *habitantes de la calle*, hoje em dia. Antigamente eram *desechables* (descartáveis) (tradução nossa)¹⁵⁶

Nesse sentido, é importante explorar como o próprio processo de urbanização está atrelado à criação e (re)atualização de subjetividades já que, como visto, *gamines* ou criminosos – os adultos na rua, como mostrado, eram encarcerados – passaram a sofrer não apenas *desplazamientos* em função das intervenções higienistas, mas também das normas que prescreviam a atuação da força policial. Privações de territórios e privações sociais. Nesse sentido, não parece errôneo indicar que esses dois tipos de ação funcionaram conjuntamente e mutuamente reforçaram-se.

4.2.1 *Dos mecanismos, tácticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade doente – dos doentes*

As análises que recaem sobre esse momento inicial da Bogotá republicana estão fortemente vinculadas à nova forma de governo, à explosão populacional – em função dos *desplazamientos* que ocorreram, majoritariamente, devido às guerras da independência –, à constituição de um novo ideário político e de um modo de vida burguês. Do ponto de vista do espaço urbano, a lente recai sobre a necessidade de transformação da cidade para que pudesse fazer jus e se adequar a cada um desses termos. Para isso, intervenções deveriam ocorrer sobre a dinâmica dos que, nas ruas, tinham, muitas vezes, suas únicas possibilidades de desenvolvimento de atividades e modos de vida.

O rompimento com a cidade colonial implicou o acirramento dos processos de subjetivação que tinham por objetivo criar as condições de diferenciação sobre as quais se assentava a burguesia ilustrada, assim como de sua localização e posicionamento na malha citadina. Nesse sentido, os discursos que incindiram sobre o espaço da cidade revelaram a varredura, dos interstícios urbanos, daquilo que a tornava suja, débil, repulsiva, doente. Pregavam a retirada, das entranhas urbanas, da “praga espantosa que as assolava” e que deteriorava seus espaços: os pobres, anciãos e crianças que vagavam pelas ruas, mulheres trajadas em farrapos, mendigos, indigentes. Esses grupos, por sua vez, aumentavam de tamanho

¹⁵⁶ “[...] el término era *gamín*, pero después se pusieron a mudar el tema. Yo trabajé como que a unos quince años con *gamines* y *gaminas*. [...] *Gamín* es la persona mal hablada, grosera, tosca que está en la edad entre la pre-adolescencia y la adolescencia. Una vez pasada de la adolescencia a la etapa de la adultez ya se llaman *habitantes de la calles*, hoy en día. Antigamente, *desechables*”.

em função das remoções forçadas e das violências ocasionadas pela guerra, o que favorecia uma percepção negativa da cidade.

Nesse sentido, mecanismos já presentes foram alterados para tornar mais eficiente o exercício disciplinar, ao mesmo tempo que se desenharam outras estratégias. Saberes técnicos e científicos buscaram localizar a cidade doente em determinados corpos – individual e populacional – e espaços. Como mencionado, as intervenções deveriam atingir não apenas os modos de vida que se configuravam do lado de fora da normalidade, como os próprios espaços por eles gerados. Tais mecanismos atuaram em duas dimensões: diretamente sobre o corpo, diretamente sobre o espaço. Em ambos os casos, buscavam a cura, a higiene, a limpeza e a otimização da cidade republicana que nascia.

O que marcou a primeira dimensão foi a criação de lugares institucionais cada vez mais especializados para vigiar, controlar e curar o corpo, assim como um novo modo de configuração dos poderes envolvidos nesta tarefa. Em outras palavras, redes de poderes/saberes passaram a atuar sobre as subjetividades, operando e operacionalizando novas construções e configurações de sujeitos. Conforme visto em *A História da Loucura*, a cura era, para Foucault (1979), uma forma de sujeição. Nesse sentido, lugares especializados para a cura tornaram-se uma estratégia constante. Conforme apontado por Gómez e Santana (2008), terrenos e edificações religiosas passaram a ser expropriados para dar lugar a quartéis, delegacias de polícia, hospitais, asilos e prisões. Nesse âmbito, foi também criada a Junta de Beneficência, um dispositivo governamental para assistência social, para supervisionar e fiscalizar os lugares criados com esse fim.

A direção das instituições de assistência mantivera-se a cargo, em sua maioria, das ordens religiosas, porém, naquele momento, com a intervenção de especialistas que conduziam as práticas de saúde e higiene e contavam com recursos oriundos do poder público. A continuação de parte dos trabalhos pelas instituições religiosas deveu-se, principalmente, à inexperience do poder público no trato da questão (CARVAJAL, 2007). Os pobres – e dentre eles os que viviam na rua – deixaram de ser, assim, um caso de caridade e passaram a ser um corpo atravessado por tecnologias políticas nas quais a Igreja assumiu uma nova posição na *urbi* republicana. Os pobres passaram a ser um problema do Estado pela inserção do social na agenda do novo sistema de governo: “Trata-se, então, de uma transformação conceitual e ideológica de consequências essenciais sobre as formas de atenção aos pobres, sobre o tipo e conformação das instituições que se desenvolviam neste campo de atividade e sobre as relações

entre o Estado e as instituições (CARVAJAL, 2007, p.2, tradução nossa)¹⁵⁷.

Esses lugares respondiam a uma dupla função. Por um lado, tirar da rua a massa diversa e heterogênea que se constituía dos pobres e contribuir, assim, para uma cidade limpa, higiênica e salubre. Por outro, agir sobre essa população para prepará-los, através de um rígido sistema de disciplina – destacado em momento anterior – para o exercício de certos ofícios e de trabalhos formais no seio da sociedade bogotana, ou seja, aperfeiçoá-los, transformá-los e curá-los.

Desse modo, no que concerne ao primeiro aspecto, percebe-se que o Estado passa a atuar de uma maneira biopolítica, embora ainda de um modo que pode ser considerado inicial, ao pensar não só apenas no corpo individual e em seu aperfeiçoamento, mas também no corpo população. População que passa a ser um problema a um só tempo científico, político e biológico (FOUCAULT, 1999). A massa de desvalidos não podia manchar a imagem da cidade.

Um novo tipo de poder passa, assim, a atuar no conjunto dos corpos com o objetivo de regulamentar e controlar a espécie humana. Um poder de agir sobre a população formada por aqueles que tinham modos de vida considerados não conformes em face do estabelecimento de um conjunto de normas e regulamentações.

O outro campo de intervenção da biopolítica vai ser todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais, mas que, de uma parte, nunca são inteiramente compreensíveis, mesmo que sejam acidentais, e que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de pôr indivíduos fora de circuito, de neutralizá-los, etc. Será o problema muito importante, já no início do século XIX (na hora da industrialização), da velhice, do indivíduo que cai, em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E, da outra parte, os acidentes, as enfermidades as anomalias diversas. E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. (FOUCAULT, 1999, p.291)

É importante ressaltar que as novas tecnologias atreladas a esse poder têm mecanismos distintos dos disciplinares. Eles se relacionam a previsões, estatísticas, medições globais e à modificação dos fenômenos considerados anômalos. No caso específico desta tese, do fenômeno denominado pela própria SDIS, quando do momento da pesquisa de campo, do fenômeno de *habitabilidad en calle*. Desse modo, as instituições assistenciais e os serviços relacionados a essa população passam a agir não apenas sobre o corpo individual, mas também

¹⁵⁷ “Se trata entonces de una transformación conceptual e ideológica de consecuencias esenciales sobre las formas de atención a los pobres, sobre el tipo y conformación de las instituciones que se desenvolvían en este campo de actividad y sobre las relaciones entre el Estado y las instituciones”.

de modo a estabelecer mecanismos reguladores, a fixar equilíbrios, a manter uma média, a assegurar compensações, em suma:

[...] instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar [...] um estado de vida: [...] mecanismos disciplinares, destinados a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. Pois aí não se trata, diferentemente das disciplinas, de um treinamento individual realizado por um trabalho no próprio corpo. Não se trata absolutamente de ficar ligado a um corpo individual, como faz a disciplina. Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (FOUCAULT, 1999, p.293)

Isso pode ser percebido pela criação, em 1918, da Dirección Nacional de Higiene (Direção Nacional de Higiene) – que substituiu a Junta Nacional de Higiene e as Juntas Departamentales de Higiene. O aspecto mais importante desta alteração foi o fato de que a Dirección tinha autonomia para decretar as regulamentações relacionadas com a higiene e a sanidade, sem interferência de outras esferas políticas. A reboque, em 1924, foi criado o Ministerio de Instrucción y Salubridad Pública (Ministério de Instrução e Saude Pública) que tinha duas funções: higiene e saúde pública. O controle da infraestrutura urbana, das epidemias, das estatísticas e das campanhas de vacinação ficava a cargo da divisão de higiene. Já a divisão de assistência pública administrava os hospitais, asilos e orfanatos e as habitações para os pobres. Tal separação esteve relacionada não apenas a mudanças de denominações, mas, principalmente, à reorganização das funções do Estado ante a segurança social (CARVAJAL, 2007). O “trabalho” sobre o corpo e o “trabalho” sobre a cidade passam a se posicionar em lugares distintos na organização governamental.

Quanto ao segundo aspecto, a tentativa de inserção dos considerados necessitados na cadeia produtiva tornou-se uma espécie de cura e deu continuidade à dinâmica de conformação de corpos dóceis e úteis. Foi evidenciado que tanto o encarceramento como o recrutamento obrigatório para serviços militares passaram a ser usados também como táticas nesse sentido. Isso remete às considerações de Foucault (1979) nas quais a disciplina se conformava como um instrumento de cura, uma força imposta à realidade, um combate ao indivíduo doente, uma realidade que não condiz com aquela sobre a qual se estabelece. Esse mesmo campo de batalha seria também o lugar da emergência do indivíduo sujeitado como seu produto.

Dentro de um desses lugares assistenciais, a rotina era estabelecida de formas cada vez mais sofisticadas e precisas:

[...] manter certa igualdade de vestimenta, abrigo e alimentação entre os reclusos. Os faziam levantar às cinco e meia da manhã, tinham uma hora para a limpeza pessoal e dos dormitórios, às seis e meia se dirigiam à igreja para a missa, onde também rezavam o terço todos os dias de trabalho. Depois passavam para o café da manhã [...] para, em seguida, passarem para a ocupação designada até as dez e meia que era a hora do almoço [...], às cinco da tarde eram entregues os trabalhos realizados ao diretor, para constatar os progressos e advertir sobre as faltas. Chegada a noite, das sete às oito dirigiam-se todos para a igreja para escutar a doutrina cristã e moral [...] e às oito recolhiam-se nos dormitórios. (CASTRO *apud* GÓMEZ; SANTANA, 2008, p.93, tradução nossa)¹⁵⁸

A descrição acima quase não traz diferenciações acerca dos vários casos de instituições disciplinares analisados por Foucault (2009) em *Vigiar e Punir*. Os espaços e lugares panópticos são dispositivos de disciplina para um aperfeiçoamento constante.

[...] esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro à periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar. (FOUCAULT, 2009, p.187)

Na outra dimensão – e concomitantemente aos espaços especializados institucionais que atuavam diretamente sobre aos corpos –, o espaço urbano passou a sofrer uma série de intervenções de cunho higienista, similares às encaminhadas por Haussmann na cidade de Paris. No início do século XIX, logo após a independência colombiana, uma das táticas utilizadas foi a de agir diretamente sobre o território e suas edificações, por meio de um número expressivo de demolições que visavam a substituição de casarões antigos por edifícios modernos e mais verticalizados. O intuito era dar lugar ao novo modo de vida da burguesia ilustrada. Os corpos que circulavam pela Calle del Comercio (a antiga Calle Real), que frequentavam os cafés, que participavam das rodas de conversas em torno das notícias estampadas nos jornais eram os que representavam o modelo da higiene e da salubridade. Parte do centro antigo transformou-se também no novo centro de finanças e negócios diversificados.

Entretanto, a chegada de novos e diversos grupos à cidade trouxe a necessidade não apenas de substituir usos e edifícios – de fazer implodir o espaço urbano –, mas também de

¹⁵⁸ “[...] mantener cierta igualdad entre los reclusos en cuanto vestidos, abrigo y alimentación. Se les hacía levantar a las cinco y media de la mañana, tenían una hora para la limpieza personal y de los dormitorios, a las seis y media se dirigían a la iglesia para la misa, en donde además rezaban el rosario todos los días de trabajo. Luego, pasaban al desayuno [...] para pasar luego a la ocupación designada hasta las diez y media que era la hora del almuerzo [...], a las cinco de la tarde eran entregados los trabajos realizados al director, para constatar los progresos y advertir sobre las faltas. Llegada la noche, de siete a ocho todos concurrían a la iglesia para escuchar la doctrina Cristiana y moral [...] y a la ocho se reclusos en los dormitorios.”

ocupar uma maior porção territorial, de explodi-la. Nesse sentido, a distribuição desigual das novas tecnologias e da infraestrutura que, aos poucos, vão sendo incorporadas na estrutura urbana colonial, serviu de mecanismo – que não pode ser confundida como uma má administração dos recursos disponíveis – que influenciou diretamente o posicionamento dos distintos grupos sociais em seu tecido. Foi assim, por exemplo, que o primeiro trecho do *travía* implantado atendia a elite que não só passou a ocupar, com mais expressividade, os setores mais ao norte do El Centro, como viu seus imóveis valorizarem-se. Do mesmo modo, o rio que sofreu intervenções foi o San Francisco, o do antigo limite também mais ao norte.

Em outras palavras, ocorria que, conforme mostrou Moreno (2003), bairros com pessoas de maiores rendas possuíam bons serviços, enquanto que nos bairros considerados como “piratas” tais serviços eram inexistentes. Nesse mesmo sentido, Fernández (2010) atesta: “de maneira semelhante aos reformistas europeus do século XX, as elites colombianas vislumbraram uma manejo científico da sociedade baseado no conhecimento técnico sobre a higiene e a saúde pública” (FERNANDÉZ, 2010, p.57, tradução nossa)¹⁵⁹.

Não é casualidade, portanto, que, já nas primeiras décadas do século XX, partes da área do centro histórico e o setor norte tenham se estabelecido como as áreas de ingresso das elites bogotanas, enquanto que o sul, o sul-ocidente e as praças de mercado tenham se tornado os lugares dos pobres. Nesse escopo, retomando as considerações conduzidas por Foucault (1979), percebe-se que as operações que passaram a ser conduzidas nesse período estão relacionadas, num certo aspecto, a uma nova função: a disposição da sociedade como meio de bem-estar físico, saúde perfeita e longevidade. Entretanto, mirando de maneira mais próxima, a cidade higienizada, saudável e longa era o modelo de cidade de/para alguns. O discurso e as práticas de construção do modelo ideal marcavam a diferenciação entre posições societárias e, ao mesmo tempo, localizavam determinados sujeitos em seu lado externo.

Mas o caminho para atingir os objetivos da cidade higienizada – ou da porção dela que era de interesse – não esteve vinculado apenas a essa forma de posicionamento. Vinculou-se também a um conjunto de regulamentos e de instituições múltiplas, o qual se denominou de polícia. Polícia que não era apenas a instituição policial, mas o respeito às regulamentações nas quais se incluíam as medidas de ordem – vigilância dos indivíduos perigosos, caça aos vagabundos e aos mendigos – e o respeito às regras de higiene – qualidade dos gêneros postos à venda, limpeza das ruas. Respeito também às regulamentações econômicas que garantiam – em conjunto com a observância dos dois pontos anteriores – a circulação de mercadorias.

¹⁵⁹ “De manera semejante a los reformistas europeos del siglo XX, las élites colombianas vislumbraban un manejo científico de la sociedad basado en el conocimiento experto sobre higiene y salud pública”.

Nesse sentido, ao avaliar o *Tratado de Polícia* de Delamare, escrito no século XVIII, Foucault (2008a) observa que os treze domínios dos quais, para Delamare, a polícia deveria se ocupar – a religião, os costumes, a saúde, os meios de subsistência, a tranquilidade pública, o cuidado com os edifícios, as praças e os caminhos, as ciências e as artes liberais, as manufaturas e as artes mecânicas, os empregados domésticos e os operários, o teatro e os jogos, a disciplina dos pobres – diziam respeito, a bem da verdade, ao viver, àquilo considerado o bem viver. Mas mais do que isso, Foucault ressalta que esses objetos são essencialmente urbanos.

Urbanos no sentido de que uns, alguns desses objetos, só existem na cidade e porque existe uma cidade. São as ruas, as praças, os edifícios, o mercado, o comércio, as manufaturas, as artes mecânicas, etc. Os outros são objetos que são problema e que são do domínio da polícia, na medida em que é principalmente na cidade que eles adquirem o essencial da sua importância. A saúde, por exemplo, a subsistência, todos os meios para impedir que haja escassez alimentar, [a] presença dos mendigos, [a] circulação dos vagabundos - os vagabundos só vão ser problema no campo bem no fim do século XVIII. Digamos que tudo isso são problemas da cidade. Em termos mais gerais, são os problemas da coexistência e da coexistência densa. (FOUCAULT, 2008a, p.451)

Daí, a implementação da regulamentação urbana. Por exemplo, das normas de utilização das vias públicas com vista à manutenção da salubridade e da higiene. O que é preciso evidenciar, neste ponto, é que, diferentemente do período colonial, o domínio das relações de poder na forma de governo republicana passa a ser delineado menos por leis do que por definições de normas. E isso faz todo o sentido na medida em que a lei anula o indivíduo, ao condená-lo como culpado ou inocente, e a norma constitui e forma sujeitos. Desde essa perspectiva, é mais uma dualidade da colônia, a dos seus primeiros séculos, que se desfaz por intermédio do

[...] discurso de um combate que deve ser travado não entre duas raças, mas a partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora dessa norma, contra aqueles que constituem outros tantos perigos para o patrimônio biológico. E vamos ver, nesse momento, todos os discursos biológico-racistas sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade. Em consequência, o discurso cuja história eu gostaria de fazer abandonará a formulação fundamental do início que era esta: “Temos de nos defender contra os nossos inimigos porque de fato os aparelhos do Estado, a lei, as estruturas do poder, não só não nos defendem contra os nossos inimigos, mas são também instrumentos com os quais os nossos inimigos nos perseguem e nos sujeitam”. Esse discurso agora vai desaparecer. Não será: “Temos de nos defender contra a sociedade”, mas “Temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contrarraça que estamos, sem querer, constituindo”. Nesse momento, a temática racista não vai mais parecer ser o instrumento de luta de um grupo social contra um outro, mas vai servir de estratégia global dos conservadorismos sociais. (FOUCAULT, 1999, p.73)

É portanto, em *Defesa da Sociedade* que tanto o poder disciplinar como o biopoder – ou a sua forma de exercício, a biopolítica – investiram seus mecanismos, táticas e estratégias sobre as desconformidades ou sobre as quebras normativas produzidas pelas próprias normas que foram estabelecidas. Porém, se o poder disciplinar era centrípeto em sua forma, ou seja, se isolava, concentrava e demarcava para atuar, já com os dispositivos de segurança, na biopolítica, tem-se o inverso. Eles são centrífugos, pois deixam cada vez circuitos mais amplos se desenvolverem. Nada lhes escapa, nem que seja para controlar a imprecisão, o indesejável, as anormalidades, as curvas ótimas (FOUCAULT, 2008a).

[...] examinem o problema da cidade ou, mais precisamente, essa disposição espacial pensada, concebida, que é a cidade-modelo, a cidade artificial, a cidade de realidade utópica, tal como não só a sonharam, mas a constituíram efetivamente no século XIX. [...] Vê-se muito bem como ela articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula. [...] E depois vocês têm toda uma série de mecanismos que são regulamentadores, que incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados à habitat, à locação do habitat e, eventualmente, à sua compra. Regras de higiene ótima que garantem a longevidade ótima da população. (FOUCAULT, 1999, p.299)

Não há dúvidas de que, nesse momento, os problemas atribuídos à população são problemas do espaço urbano. É nele que ela passa a ser distribuída a partir de domínios de valor e de utilidade, em que vigilâncias infinitesimais – da disciplina e do controle – somam-se a esquemas constantes de ordenações espaciais.

Nesse sentido, mais uma vez, retorna-se à não neutralidade da forma como os posicionamentos e as localizações foram aprofundando a segregação socioespacial à medida que a cidade explodia, ou, dito de outra forma, à medida que o próprio processo de urbanização ocorria. Um movimento que vai do corpo à população. Disciplina dos corpos e dos espaços. Cabe ressaltar, entretanto, que toda essa tecnologia do corpo – seja do corpo espécie ou do corpo população – objetiva a maximização das forças, a produtividade e a operância. O resultado dos atravessamentos das redes de poderes/saberes jamais poderia conduzir à anulação do sujeito, sua inoperância ou privação.

4.3 A modernidade: dos anos 1940 ao final dos anos 1970

O terceiro momento a ser observado é aquele caracterizado como o da irrupção da modernidade, da abertura do país à economia internacional e, principalmente, de sua capital às tendências arquitetônicas e urbanísticas europeias e norte-americanas. Esse período de

influências internacionais se estende até a década de setenta e, do ponto de vista nacional, confunde-se com a ampliação de uma violência política que tem como marco, e divisor de águas, o assassinato do líder político Jorge Eliécer Gaitán, em 1948 (PERILLA, 2008). Esse fato, juntamente com a *IX Conferencia Panamericana* que ocorreu em Bogotá, concomitantemente ao assassinato, delineia duas fases dentro deste mesmo momento.

Os discursos oficiais que recaíram sobre as formas urbanas e citadinas no Distrito Capital, nesse período, revelam não apenas um aprofundamento das questões relativas à modernidade, mas também passaram a se direcionar rumo a uma noção de progresso como sinônimo de industrialização. Nesse âmbito, não há como evitar a conexão do que ocorria, *pari passu*, entre Bogotá, outras cidades latino-americanas e o mundo. Despontam-se daí dois episódios importantes. O primeiro deles esteve relacionado ao reflexo dos fluxos internacionais econômicos em virtude da crise de 1929 – ou “A Grande Depressão” econômica que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial – que conduziu à necessidade de reconsiderar o sistema de exportações¹⁶⁰. A condição dos mercados com os países compradores sofreu fortes alterações de declínio e levou à deteriorização tanto de áreas citadinas como rurais. Nesse contexto, o fenômeno mais contundente foi o êxodo rural que, no caso da Colômbia, deu continuidade a um processo que já vinha ocorrendo, conforme mostrado, embora por outras razões. Mais uma vez, os núcleos urbanos passaram a receber o grande afluxo da população campesina (CALDERÓN, 2010), já que a crise estimulou a busca pela ampliação do mercado interno e, com ela, uma diversificação agrícola que se viu acompanhada da modernização do campo. Com isso, a população de Bogotá, em 1938, atingiu o número de 325.568 habitantes (MONTROYA, 2012).

O segundo episódio veio a reboque da empreitada desenvolvimentista que se iniciou logo após a Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, e tinha como motor propulsor um novo ator. Os Estados Unidos, com a Europa depauperada no pós-guerra, tomou as rédeas da reorganização da geopolítica mundial. Ilustrativo deste momento é o discurso de posse do então presidente Harry Truman, no qual o desenvolvimento passou a ter uma conotação globalizada. Nesse período, o ocidente enfrentava o desmonte das estruturas coloniais, o surgimento de interesses internacionais dominantes (tecnologia, comunicação e manipulação ideológica) e o

¹⁶⁰ É válido mencionar que um dos principais produtos de exportação afetados foi o café, que havia possibilitado, na década anterior, a inserção efetiva da Colômbia no mercado mundial. Isso fez com que, a partir de 1930, a Federação dos Cafeicultores criasse uma estratégia de fortalecimento do mercado nacional. Entretanto, com a entrada dos Estados Unidos em cena, parte da produção voltou a ter como foco o mercado norte-americano. Isso ocorreu conjuntamente com pressões políticas para a redução de tarifas alfandegárias (MURCIA; MENDOZA, 2010).

fim da supremacia dos países europeus (SACHS, 2000). De processo, o desenvolvimento passou a ser um projeto:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração do lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN *apud* ESTEVA, 2000, p.59)

Deste modo, não mais por meio, apenas, da dominação política, mas pela interdependência econômica pretendeu-se manter o mundo unido. No lugar do poderio militar, sob uma faceta liberal, o desenvolvimento tornou-se o veículo conceitual do domínio americano (SACHS, 2000).

É necessário ressaltar que, a partir do discurso de Truman, o desenvolvimento passa a ter um sujeito, alguém que dita as regras e que indica o caminho. Agora um modelo, ele inaugura mais uma fase de abandono e desqualificação das antigas crenças, tradições, modos de vida e organização interna – razões de inferioridade – para que se seguisse o curso traçado por aqueles detentores de uma verdade. É, assim, criada uma nova condição, já que milhões de pessoas, antes detentoras de um modo próprio e diversificado de vida, tornam-se subdesenvolvidas (SACHS, 2000). Nos processos de urbanização, como será apresentado, a situação não foi diferente. Em Bogotá, por exemplo, a definição de uma zona industrial, por parte dos urbanistas, foi resultado de pedidos dos investidores e industriais norte-americanos que também passaram a exportar para o país – no âmbito da arquitetura – tecnologia, técnicos e materiais (GNISSET, 1983).

Para sair da condição prescrita de subdesenvolvimento – a partir do modelo delineado pelos Estados Unidos – os países da América Latina deveriam seguir a receita que correlacionava a saída da crise por meio de investimentos na industrialização. No que diz respeito à Colômbia, aconteceu um amálgama entre uma lenta industrialização e uma forte urbanização. O país se integrou à dinâmica fordista¹⁶¹, tanto no que tangenciava o próprio processo de industrialização e a reconversão das economias regionais, como na incorporação de ferramentas do capitalismo industrial para o controle e direcionamento da urbanização. Isso trouxe como derivação a preponderância do urbanismo e da planificação urbana sobre a gestão

¹⁶¹ De acordo com Harvey (2000), as principais características do fordismo são: a base na produção e no consumo de massa; um sistema de reprodução da força de trabalho focada na linha de montagem e na alta produtividade industriais; uma política de controle e gerência do trabalho; e uma sociedade baseada no poder corporativo de regulamentação da economia.

da cidade ou, em outras palavras, fez com que um pacote de normas – que refletiam as ambições das elites – definissem as modificações das morfologias urbanas citadinas (MONTTOYA, 2012).

Em Bogotá, do ponto de vista da transformação social, o processo de industrialização implicou na reestruturação das relações de classe e na aparição de novos agentes: a burguesia e o proletariado industriais. Nesse novo contexto, o grupo mais afetado foi o dos artesãos que, devido à mecanização, foi consecutivamente perdendo espaço tanto no setor econômico como no político. Os remanescentes juntaram-se a outros grupos designados, genericamente, como *obreros* (operários). Mas as implicações desse termo iam para mais além, já que não significava uma relação com uma função industrial, mas sim o pertencimento a grupos sociais mais pobres. Ao mesmo tempo, os industriais consolidaram-se como uma burguesia crescente e com um novo estilo de vida que se referenciava no cosmopolitismo de Paris, Londres e Nova Iorque (MONTTOYA, 2012; PERILLA, 2008).

A cidade moderna assistiu também a uma transformação qualitativa e quantitativa do que se considerou como uma classe média formada pela indústria e pelo comércio: pequenos proprietários, administradores, professores, burocratas, empregados e técnicos. Isso derivou em um forte processo de diferenciação do ponto de vista ideológico – o trabalho administrativo e intelectual opunha-se ao trabalho físico, vinculado ao operariado –, mas também em uma implicação material relevante: a localização da moradia. A segregação tornou-se elemento central da sociedade moderna bogotana (MONTTOYA, 2012).

Desde o princípio, a classe operária foi segregada social e espacialmente, como sucedia desde os tempos coloniais com os “pobres” que a elite depreciava e temia. Não apenas se diferenciavam na forma de vestir, nos hábitos de consumo e na linguagem, mas também foram relegados a espaços urbanos periféricos ou depreciados, com grande carência de serviços públicos. (NEIRA, 2011, p.154, tradução nossa)¹⁶²

De qualquer modo, a explosão urbana gerada pelo crescimento demográfico – no princípio dos anos 1970, a população atingia o contingente de 2.855.065 pessoas (SOLER, 2008) – não pode ser enfrentada, apenas, através de projetos higienistas e de embelezamento tais como conduzidos pelas burguesias locais do período anterior. Recorreu-se, assim – do mesmo modo que nas questões econômicas –, a modelos estrangeiros para superar a crise que tomava uma dimensão urbana. As teorias urbanísticas derivadas do funcionalismo e do

¹⁶² “Desde el principio, la clase obrera fue segregada social y espacialmente, como sucedía desde tiempos coloniales con los “pobres”, a quienes la elite depreciaba o temía. No solo se diferenciaba de esta en la forma de vestir, en los hábitos de consumo y aun en el lenguaje, sino que también se relegó a espacios urbanos periféricos o deprimidos, con grandes carencias de servicios públicos.”

movimento moderno – principalmente aquelas direcionadas pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs)¹⁶³ – foram as que deram o tom das principais alterações, além de ir ao encontro do *status* de cidade moderna almejado desde o início da época republicana (CALDERÓN, 2010). Para isso, lançaram mão de uma proposta de resolução da crise urbana do capitalismo por meio de “argumentos técnicos e racionais da legislação da saúde pública no contexto de uma estratégia ampla de obras públicas e bom governo” (HOLSTON, 1993, p.50) centrados na descontextualização e no determinismo ambiental. Esses fatores levaram a uma indiferença às realidades históricas e etnográficas em função de uma aplicabilidade universal de suas visões (FERNÁNDEZ, 2010).

No que diz respeito mais especificamente à capital colombiana, observa-se, neste período, duas etapas distintas. A primeira delas, de 1930 a meados da década de 1940 – considerada por Arango (1996) como Primeira Modernidade – e a segunda, compreendida desde o final desta primeira fase até 1970, que coincide, conforme destaca Perilla (2008), com a que engloba as mudanças significativas no espaço físico.

Para Montoya (2012), a Primeira Modernidade foi alvo de um rápido processo de terceirização no qual a industrialização – embora com certo impacto – foi insuficiente para superar o domínio das atividades ligadas aos serviços. Já do ponto de vista dos planos e projetos urbanísticos, apesar de uma quantidade relevante de encaminhamentos, eles estiveram relacionados, basicamente, a três objetivos: desenhar um plano viário de acordo com as novas necessidades do trânsito e do transporte, prever a expansão urbana para evitar as ocupações espontâneas de áreas periféricas e modernizar a cidade consolidada (CALDERÓN, 2010).

Um fato importante a ser destacado é que, nesta fase, tanto na literatura pesquisada vinculada ao planejamento e à sociologia urbana quanto naquela mais voltada para as dinâmicas dos diversos sujeitos sociais a elas relacionados, há um vazio de referências e menções aos *habitantes de calle*. Em Moreno (2003), há uma breve passagem na qual afirma que o aumento do número de pessoas que viviam na rua ocorreu de modo proporcional ao da população total da cidade. O autor ressalta que, desta população, o grupo mais representativo era o das crianças e jovens de rua, os já mencionados *gamines*.

Dedicados a vender periódicos ou trabalhar como engraxates, os “meninos” são personagens representativos da cidade até a década de 50. Não obstante alguns tenham se sustentado pelo trabalho informal, outros o fizeram de forma delitiva. Abundam os chamados *gamines* – até então “meninos de rua” – dedicados a pequenos furtos e à

¹⁶³ Os CIAMs foram inaugurados em 1928, na Suíça, a partir da associação de arquitetos que buscavam difundir o movimento moderno e internacional na arquitetura. Seus membros incluíam nomes famosos da arquitetura do século XX, tais como Le Corbusier, Walter Gropius e Richard Neutra. (MUMFORD, 2002)

aprendizagem de delitos maiores. (MORENO, 2003, tradução nossa)¹⁶⁴

O que se especula é que esse fato pode estar atrelado à própria ideologia do momento no qual os esforços estavam centrados no desenho da cidade – a partir da introdução de tendências urbanísticas internacionais de planejamento do espaço urbano de Bogotá – que parecia guardar as soluções para os problemas considerados como de cunho social (MEJÍA, 2007). A segunda fase deste período de modernidade parece, como será visto, corroborar com esta ideia.

Nessa esfera, foi criado, em 1933, o Departamento de Urbanismo del Municipio que teve o arquiteto e engenheiro austríaco Karl Brunner como seu diretor. Os objetivos principais do departamento estavam relacionados, além dos já apontados, ao planejamento da cidade futura e ao estabelecimento de normativas para o desenvolvimento urbano¹⁶⁵. Isso fica evidente na seguinte nota publicada em 1935:

A necessidade de transformar esta cidade arcaica, esta aldeia grande, em cidade capital e as muitas deficiências que a afetam saltam à vista de todos e tem levado os bogotanos a estudar com antecipação, algumas melhoras que, para o ano de 1938 poderiam alterar a fisionomia típica de Bogotá. Entre os muitos projetos de reforma parecem os mais acertados a requalificação da Calle Real e a criação de uma avenida central no meio do segmento compreendido entre a Plaza de Bolívar e o Edificio de la Gobernación. (CROMOS *apud* SOLER, 2008, tradução nossa)¹⁶⁶

O arquiteto cria, então, o *Plan de Desarrollo Urbano para Bogotá* (Plano de Desenvolvimento Urbano para Bogotá) (MAPA 12). Do ponto de vista dos parâmetros e diretrizes estabelecidos, merecem destaque: a ordenação urbana a partir do modelo da cidade jardim – com desenho de novos bairros contíguos à cidade original e a aplicação da ideia de cidade satélite –; a construção de equipamentos urbanos – centros educativos, culturais, recreativos – e espaços públicos modernos; uma primeira tentativa de zoneamento da cidade,

¹⁶⁴ “Dedicados a vocear periódicos o trabajando como emboladores, los “chinos” son personajes representativos de la ciudad hasta la década de los 50s, no obstante algunos obtuvieron su sustento del trabajo informal otros lo hicieron de forma delictiva. Abundaban los hoy llamados gamines – entonces “chinos de la calle” – dedicados a pequeñas raterías y hacer el aprendizaje del delito mayor.”

¹⁶⁵ A postura de Brunner era oposta tanto ao urbanismo clássico – que privilegiava majoritariamente a questão estética – como ao nascente urbanismo moderno dos CIAMs, voltado para as soluções de engenharia e para as máquinas de morar. Sua proximidade se dá, em grande medida, com a sociodemografia da Escola de Chicago e com o urbanismo culturalista da forma, como conceituado por Françoise Choay (2005), isto é, visava equacionar a relação entre a cidade e o campo. Por isso, o ideário das cidades jardins. (MONTROYA, 2012)

¹⁶⁶ “La necesidad de transformar esta ciudad arcaica, esta aldea grande, en ciudad capital y las muchas deficiencias que afectan a ella saltan a la vista de todos, han llevado a los bogotanos a estudiar con anticipación, algunas mejoras que, para el año 1938 podrían cambiar la fisonomía típica de Bogotá. Entre los muchos proyectos de reformas parecen los más acertados, el ensanche de la calle real y la creación de una Avenida central en medio del bloque comprendido entre la Plaza de Bolívar y el edificio de la Gobernación”.

segregando as atividades de trabalho e as de moradia; e a hierarquização da malha viária, com o alargamento de muitas vias já existentes e a abertura de um novo sistema arterial longitudinal (MEJÍA, 2007).

Mapa 12 – Proposta Urbana para Bogotá de Karl Brunner – 1934-1944



Fonte: Calderón (2010).

Quanto ao zoneamento, vale mencionar o Acuerdo nº 21, de 1944, coincidente com um primeiro zoneamento. Ele estabeleceu zonas, usos e normas para o controle das edificações. As zonas criadas foram: cívico-militares e comerciais; residenciais cêntricas; estritamente residenciais; industriais; mistas; bairros operários; reserva para áreas verdes (DÍAZ, 2006). O interessante aqui é perceber que a única zona que não se conformou pelo uso foi a dos bairros operários, o que leva a pensar, neste aspecto exclusivamente, que foi originário de um recorte nitidamente social.

Já o o plano viário de Brunner trouxe implicações diretas para o bairro de Santa Inés – onde se localizava a Plaza del Mercado. Ele o separou fisicamente do centro, o que deu origem a um processo de distanciamento debilitante que durou quase 50 anos. Esse fato reduziu a visibilidade do setor por parte dos cidadãos e propiciou o desenvolvimento de atividades informais e ilegais (BOGOTÁ, 2011). Contribuiu, desse modo, para a situação de extremo conflito que o local experimentaria nas décadas seguintes e, mais especificamente, ao final do

século XX.

Um papel importante, nesse sentido, passa a ser assumido pelos especialistas dos espaços, ou seja, por arquitetos e urbanistas. Isso ocorreu, entretanto, permeado por conflitos dentro do próprio campo. Tal fato fica ainda evidente quando se percebe a resistência daqueles que compunham a equipe de redação da Revista PROA¹⁶⁷ com relação aos planos de Brunner, considerados obsoletos e não suficientemente modernos¹⁶⁸.

A arquitetura, com a fundação da Sociedad Colombiana de Arquitectos entre 1945 e 1946, passou a gozar de considerável impulso com as iniciativas de diversos níveis governamentais que direcionaram projetos de construção e que colocaram no cenário de remodelação da cidade um novo agente, a saber, o grupo das grandes empresas construtoras. Mais além das questões de modernização, o que se percebeu, a partir dos novos empreendimentos, foi um trabalho sob forte influência de pressões de grandes proprietários de terras urbanas já que, à abertura de vias, seguiam-se grandes oportunidades de especulação (MONTTOYA, 2012; GNISET, 1983).

Desse modo, até os anos 1940, observou-se uma cidade marcada pela dualidade que implicava uma etapa de transição entre o passado tradicional e o futuro industrializado e aberto ao mundo. Mundo este que não podia ser considerado alheio à especulação da terra urbana e às estratégias para a sua valorização. Nessa esfera, novos marcos edilícios e empreendimentos que simbolizavam atividades modernas foram levados a cabo: a Cidade Universitária, o Teatro Colombia – atual Teatro Jorge Eliecer Gaitán –, o primeiro aqueduto moderno, a Biblioteca Nacional e o Parque Nacional (MEJÍA, 2007; MONTTOYA, 2012).

Em El Centro – que ainda conservava sua hegemonia administrativa, institucional e comercial – os usos tornaram-se ainda mais diversos. Ao comércio especializado – joalherias, lojas de chapéus, calçados e artes – e aos bancos somaram-se os novos edifícios de escritórios. Estes últimos foram gradualmente substituindo as edificações de uso residencial¹⁶⁹. Esse processo foi reforçado pela integração da Avenida Jiménez à Calle del Comercio como lugar de passeios cotidianos de uma elite emergente, em uma cidade que constituía um espírito

¹⁶⁷ Periódico bogotano especializado em Arquitetura, Urbanismo e Indústrias. Seu primeiro número data de agosto de 1946. Gniset (1983) ressalta que a revista, ao difundir os princípios dos CIAMs – em prol do conforto, da higiene, do tráfego veicular e do racionalismo espacial –, ignora e despreza quatro séculos de história indígena e o legado espanhol.

¹⁶⁸ Montoya (2012) ressalta que as críticas dos arquitetos da Revista PROA – adeptos do urbanismo moderno dos CIAMs – vinham em função da postura de Brunner que, ao invés de buscar uma cidade ideal, oferecia uma maneira ideal de fazer cidade. Isso implicava mais na utilização de ferramentas de estudo e desenho urbano e na aplicação de estratégias governamentais de intervenção na cidade do que no keynesianismo e na planificação dirigida.

¹⁶⁹ Um exemplo desta época, construído em 1934 e que ainda é marco e ponto de referência, é o edifício sede do jornal *El Tiempo*. (PERILLA, 2008)

cosmopolita (PERILLA, 2008). Situação que ainda se mantém na atualidade e que a pesquisa de campo pôde comprovar, embora, hoje, a recreação em Bogotá esteja amplamente vinculada aos centros comerciais – os *shopping centers*.

Além disso, o número de bairros sofreu um aumento significativo e uma parte desse mesmo centro, abandonado pelas elites, deu continuidade, em sua porção mais ao sul, a uma dinâmica já apontada no momento anterior: a subdivisão das moradias, que originava um número significativo de cortiços (MONTROYA, 2012). Com relação ao que ocorria com essas sucessivas subdivisões dos casarões coloniais – em função da ampliação do número de habitantes – ações de remoção passaram a fazer parte das estratégias governamentais. Em 1937, mais de 15 mil pessoas foram removidas¹⁷⁰ a partir das diretrizes estipuladas por Brunner com o apoio da classe política bogotana¹⁷¹.

Para Montoya (2012), muito embora tais ações tenham sido justificadas por razões de higiene e insalubridade, isso nada mais foi do que uma desculpa para encobrir os interesses das elites urbanas na tentativa de dinamizar o centro da cidade, através de importantes investimentos que acabaram por se consolidar nas décadas seguintes. Esse fato fica evidente, às vésperas dos acontecimentos de 1948:

Bogotá é um extenso VAZIO. Os melhores terrenos para iniciar novas edificações estão no centro da cidade. Nenhum investidor, pelo que sabemos, tem a intenção de comprar edificações. As negociações ocorrem sobre o valor do lote [...]. A edificação significa um estorvo. (PROA *apud* GNISSET, 1983, p.59, tradução nossa)¹⁷²

O sul foi o destino de boa parte dessa leva de *desplazados* urbanos e consolidou-se, ainda mais, como a região voltada para a moradia popular. Entretanto, Montoya (2012) destaca que, a despeito de uma forte expansão da cidade na direção sul, houve também um redirecionamento de crescimento urbano para o norocidente e sul-ocidente. Ou seja, além de um crescimento linear no eixo norte-sul, também notou-se um desenvolvimento tentacular ocupando os vazios que marcaram o período anterior. Entretanto, esse feito não sobrepujou a

¹⁷⁰ Um filme colombiano do diretor Sergio Cabrera, de 1993, *La Estrategia Caracol*, retrata, de maneira bem interessante, este conflito entre proprietários e inquilinos de um cortiço localizado no centro histórico da cidade. A trama gira em torno das opções de resistência e denúncia que os inquilinos levam adiante, mesmo com a escassez de recursos disponíveis para evitar a remoção forçada.

¹⁷¹ Dentro das diretrizes de Brunner, neste mesmo viés, uma chama a atenção: “as famílias que fossem oriundas de outros lugares [...] e cujos membros não tivessem trabalho constante na cidade [...] seriam obrigados a voltar para suas cidades de origem” (BRUNNER *apud* MONTROYA, 2012, p. 250, tradução nossa). “las familias que sean oriundas de otros lugares [...] y cuyos miembros no tengan ocupación constante en la ciudad [...] habría que obligarlas a volver a su comuna de pertenencia”.

¹⁷² “Bogotá es un extenso BALDIO. Los mejores terrenos para iniciar nuevas edificaciones están en el centro de la ciudad. A ningún inversionista, que sepamos, se la ha ocurrido comprar edificaciones. Su negociación se efectúa sobre el valor del lote [...]. La edificación significa un estorbo [...]”.

tendência histórica que “abre avenidas e perspectivas de crescimento urbano em direção ao norte, e assim a cidade cresce dando as costas ao sul” (GNISSET, 1988, p.14, tradução nossa)¹⁷³.

Conforme apontado acima, a passagem para o segundo momento desta época de modernidade teve, para Bogotá, dois acontecimentos de 1948 como marcos: a IX Conferencia Panamericana¹⁷⁴ – que vinha a reboque das empreitadas desenvolvimentistas de forte conotação norte-americana – e o assassinato, em 9 de abril, do líder político liberal Jorge Eliecer Gaitán¹⁷⁵ – ex-prefeito de Bogotá e, então, candidato à presidência da república – que marcou o dia que ficou conhecido como *Bogotazo*¹⁷⁶ (Montoya, 2012).

A partir da perspectiva de Gniset (1983), referente à problemática citadina deste momento, merecem destaque: a crescente propensão do país a decisões externas vindas de Washington; obras públicas urbanísticas marcadas por essas mesmas determinações culturais; novas doutrinas arquitetônicas e urbanísticas que se propagaram no espaço urbano desde a área pericentral até a periferia. Foi nesse cenário, segundo o autor, que o presidente norte-americano, Harry Truman elegeu e impôs Bogotá como sede da IX Conferência Panamericana que visava majoritariamente “convocar todos os governos do hemisfério para conformar um bloqueio continental e convencê-los a firmar um pacto militar contra a URSS e o comunismo” (GNISSET, 1983, p.8, tradução nossa)¹⁷⁷.

Do ponto de vista das perspectivas internas relacionadas ao cenário urbano, Gniset (1983) mostra, ainda, que interesses de mercado apoiaram-se na possibilidade aberta por este evento. Para ser palco e sede da conferência, a cidade deveria modernizar-se, requalificar-se, remodelar-se.

A eleição de Bogotá como sede da Conferência Panamericana obriga o governo a uma série de obras, sejam de apoio logístico, sejam suntuosas e de prestígio. Adequações de lugares abertos, remodelação de edifícios e dos recintos do evento; modernizar o parque hoteleiro e tudo o que se referisse à hospedagem dos delegados, etc. (GNISSET, 1983, p.10, tradução nossa)¹⁷⁸

¹⁷³ “[...] abre avenidas y perspectivas de crecimiento urbano hacia el norte, y así la ciudad sigue dando la espalda al sur”.

¹⁷⁴ A IX Conferencia converteu-se numa das mais importantes que já haviam sido realizadas por ter sido palco da criação da Organização dos Estados Americanos - OEA (MEXICO, 1956).

¹⁷⁵ Gaitán tinha grandes chances de vencer as eleições à presidência do país, em 1950, e seu assassinato ocorreu poucos dias antes da Conferência (MONTOLYA, 2012).

¹⁷⁶ O crime provocou protestos populares que tomaram conta do centro da cidade e que implicaram na destruição de edificações em sua região central. O *Bogotazo* teve uma forte influência sobre desdobramentos no âmbito do urbanismo e do planejamento urbano (GNISSET, 1983). Ele serviu como a escusa que faltava para que um amplo projeto de modernização tomasse conta da capital colombiana, tendo como ponto central a readequação de seu centro histórico – considerado velho e obsoleto.

¹⁷⁷ “[...] convocar todos los gobiernos del hemisferio para conformar un bloque continental y convencerlos de firmar un pacto militar contra la URSS y el comunismo”.

¹⁷⁸ “La elección de Bogotá como sede de la Conferencia Panamericana obliga al gobierno una serie de obras, bien sea de apoyo logístico, bien sea suntuarias y de prestigio. Adecuación de sitios abertos, remodelación de edificios

Alarga-se, desse modo, uma perspectiva que se centrava na remodelação do centro, na criação de um plano piloto de intervenções (em dezembro de 1947, em nível nacional, criou-se a obrigatoriedade de elaboração de planos diretores nas principais cidades do país), e em um plano de regulação para a cidade. Dentre os tópicos de maior discussão estavam: a demolição da Plaza de Mercado, no bairro de Santa Inés – com forte apoio da imprensa local e embasada em doutrinas urbanísticas modernas –, em função daquilo que se considerava como uma situação de deterioro físico e ambiental do local; a necessidade do aumento e da modernização da rede de transporte público, com forte pressão pela substituição do *tranvía* elétrico por ônibus a gasolina com gestão privada; e a contratação de urbanistas estrangeiros – considerados *experts* – para a feitura dos planos e ações necessárias (GNISSET, 1983).

Dentre a listagem de obras e ações previstas, uma merece destaque. Uma notícia do periódico “Semana”, citado por Gniset (1983), aborda a necessidade de limpar as ruas sob a égide de uma perspectiva social: “Também terá início, com a colaboração da polícia, uma campanha contra a mendicância e ficará a cargo das Empresas de Energia Elétrica o melhoramento da iluminação pública” (SEMANA *apud* GNISSET, 1983, p.22, tradução nossa)¹⁷⁹. Essa diretriz conduzida com vistas à Conferência guarda, na verdade, encaminhamentos que passaram a fazer parte do pensar urbano que se iniciou neste período e estendeu-se para os seguintes. É o que atesta Moreno (2003) na seguinte passagem: “Não obstante, em última instância, a prática da política Haussman-Napo III foi aplicada depois dos anos 1950, mas com uma variante: tirar as pessoas do centro da cidade e das ruas da cidade” (MORENO, 2003, tradução nossa)¹⁸⁰. Isso esteve relacionado à introdução de uma forte vertente rodoviarista não distinta de outras cidades da América Latina neste mesmo período, marcado, ainda, pela introdução do automóvel. Exemplo contundente, em Bogotá, foi a construção da Avenida das Américas que conectava o centro ao aeroporto.

Calderón (2010) se debruça sobre as mesmas questões e elucida que, em 1947, com uma visita de Le Corbusier – renomado arquiteto e urbanista suíço e ícone do funcionalismo – ao país, o urbanismo moderno não apenas foi assimilado pelas classe dirigentes como passou a nortear seus ideários de cidade. A visita, amplamente reverberada pela *Revista PROA*, serviu como apoio para apontar diretrizes de ação com base nas ideias funcionalistas do CIAM: a

y de los recintos del evento; modernizar el parque hotelero y todo que se refiere al hospedaje de los delegados, etc”.

¹⁷⁹ “También iniciará, con la colaboración de la Policía una campaña contra la mendicidad y se encargará a las Empresas de Energía Eléctrica del mejoramiento del alumbrado público.”

¹⁸⁰ “No obstante, en última instancia, la práctica de la política Haussman - Napo III si fue aplicada después de los años 50s, pero con una variante: sacar a la gente del centro de la ciudad y de las calles de la ciudad”.

demolição dos edifícios considerados insalubres, a expansão da cidade na direção norte e a demolição de parte do setor central.

Os arquitetos que faziam parte da revista já haviam apresentado, no ano anterior, um projeto, *El Plan Vial* (o Plano Viário), que propunha o recorte amplo da cidade, através de vias arteriais para o norte e para o ocidente. Um dos arquitetos, em entrevista concedida a Gniset (1983) aponta a filosofia da proposta: “Bogotá precisa de cirugía” (GNISSET, 1983, p.59, tradução nossa)¹⁸¹. A urbanização, nesse sentido, passou a significar menos uma solução para um intrincado de problemas e mais uma grande oportunidade de negócio que passou a ser chamada de valorização. A largura das ruas era o fator determinante da mais valia dos terrenos vizinhos (GNISSET, 1983).

Contudo, foram as repercussões do assassinato de Gaitán que acirraram as reconfigurações de ordem social, política e econômica e que impactaram diretamente as questões relacionadas ao espaço urbano e seu planejamento.

A análise deste episódio tem um interesse [...]. A violência gerada por seu assassinato permitiu, por um lado, dar saída à tensão social acumulada na cidade; e por outro, através da violência e em seguida da ditadura, conduzir as classes dominantes a um novo acordo político que permitiria a transformação do país e da cidade ao redor de seu projeto de industrialização e urbanização. (MONTROYA, 2012, p.202, tradução nossa)¹⁸²

O levante popular que ocorreu após o crime – o *Bogotazo* – tornou-se um marco na história e na memória dos bogotanos e foi tratado por muitos autores como um cenário de desolação que se abateu sobre a cidade. Uma série de considerações evidencia tal percepção: “durante cinco dias e cinco noites a cidade foi saqueada e semidestruída em atos de protestos coletivos” (MICHELSEN *apud* MONTROYA, 2012, p.204, tradução nossa)¹⁸³; “o desenvolvimento da cidade na segunda metade do século XX está marcado pelos acontecimentos que sucederam [...] o 9 de abril de 1948 quando a ira popular incontida converteu-se em uma máquina demolidora que caiu sobre os casarões e edifícios de Bogotá” (MEJÍA, 2007, p. 49, tradução nossa)¹⁸⁴; “com os acontecimentos que ocorreram nesta data,

¹⁸¹ “Bogotá necesita de cirugía”.

¹⁸² “El análisis de este episodio tiene un interés [...]. La violencia generada por su asesinato permitió, por un lado, dar salida a la tensión social acumulada en la ciudad; y por otro, a través de la violencia y luego la dictadura, conducir a las clases dominantes a un nuevo acuerdo político, que permitiría la transformación del país y la ciudad alrededor de su proyecto de industrialización y la urbanización.”

¹⁸³ “[...] durante cinco días y cinco noches la ciudad fue saqueada y semidestruida en un acto de protesta colectiva.”

¹⁸⁴ “El desarrollo de la ciudad en la segunda mitad del siglo XX está marcado por los acontecimientos sucedidos el [...] 9 de abril de 1948, cuando la incontenible ira popular se convirtió en una máquina demoledora que recayó sobre las casonas y los edificios de Bogotá.”

grande parte do centro da cidade foi consumido por incêndios de edifícios institucionais e privados [...]. Também foram intensos os saques a lugares comerciais” (SOLER, 2008, tradução nossa)¹⁸⁵.

Dentre as várias perspectivas e olhares sobre os acontecimentos que sucederam ao 9 de abril, destaca-se o posicionamento de Gniset (1983), fruto de amplo estudo sobre notícias jornalísticas, documentos e imagens relacionados ao acontecido. O trabalho do autor resultou no livro *El Impacto del 9 de Abril sobre el Centro de Bogotá*. Para ele, é clara a forma como as consequências do levante foram majoradas¹⁸⁶ em função de um objetivo claro, a saber, a possibilidade de colocar em prática as mudanças urbanísticas almejadas há tempos.

No que se refere à ‘reurbanização’, o resultado supera tudo o que podiam esperar os distintos apólogos do incêndio: estes urbanistas que esperavam um cataclisma libertador do solo. Em poucas horas de uma só tarde consegue-se mais que em vinte anos de leis urbanísticas e regulamentações municipais. O solo se libera de uma maneira mais radical e rápida do que com qualquer “declaración de expropiación por utilidad pública”. (GNISSET, 1983, p.32, tradução nossa)¹⁸⁷

As medidas que foram tomadas pelo governo, a partir de então, passaram a dar vazão aos interesses que vinham sendo gestados. Para a reconstrução do centro foi amplamente incentivado o investimento de multinacionais. De acordo com Calderón (2010), isso veio sob a forma de certas medidas: um plano de ampliação viária que contemplava o alargamento da Calle del Comercio (Carrera 7ª) e a abertura e prolongação das *carreras* 10ª, 13ª e 14ª; a privatização do sistema de transporte público, com a substituição dos bondes por ônibus, acompanhada da privatização desse serviço; a demolição de edificações consideradas antiquadas por parte dos arquitetos da época.

É de interesse salientar a retomada da proposta de demolição da Plaza de Mercado, alvo do Editorial do nº 59, de 1952, da *Revista PROA*. Para que pudesse ser aberta a Carrera 10ª, era necessário que o mercado fosse extirpado do tecido urbano.

¹⁸⁵ “Con los acontecimientos desatados en esa fecha gran parte del centro de la ciudad fue consumido por incendios de los edificios institucionales y privados. También fueron intensos los saqueos a locales comerciales.”

¹⁸⁶ Gniset (1983) mapeia e cartografa as edificações destruídas, assim como os bondes incendiados. Ele mostra que a imprensa repetia sucessivamente algumas imagens como se fossem lugares distintos dando a impressão de que o cenário de destruição era largamente maior que o real: “Em outras palavras se desata uma campanha de intoxicação informativa e se usa como mola o psicológico do leitor, com um duplo objetivo que tem, por sua vez, fins políticos e objetivos econômicos” (GNISSET, 1983, p. 35). “En otras palabras se desata una campaña de intoxicación informativa y se usan los resortes psicológicos del lector, en una doble empresa que tiene a la vez unos fines políticos y unos objetivos económicos”.

¹⁸⁷ “En lo que se refiere a ‘reurbanización’ el resultado supera todo lo que podían esperar los distinguidos apólogos del incêndio: estos urbanistas que esperaban un cataclismo liberador del suelo. Se logra en las pocas horas de una sola tarde, más que veinte años de leyes urbanísticas y reglamentos municipales. Se ‘libera el suelo’ de una manera más radical y rápida que con cualquier “declaración de expropiación por utilidad pública”.

Sua miserável e repugnante presença em lugar tão central é uma vergonha para Bogotá. Ali se encontravam na mais espantosa promiscuidade os núcleos mais abjetos e ruins desta cidade. Com esta demolição vão desaparecer os covis, os prostíbulos, os nauseabundos e as enfermidades. A nova via, além de cumprir com seus fins imediatos relacionados com a circulação, vai criar neste setor um novo núcleo urbano moderno, confortável, melhor habitado [...]. (Revista PROA *apud* GNISSET, 1983, p.69, tradução nossa)¹⁸⁸.

Do ponto de vista de Gniset (1983), tal postura fazia cair os argumentos funcionalistas ou higienistas em prol de uma empreitada de desocupação social e de reconquista para que se pudesse criar um local melhor habitado. Nesse sentido, embora não haja uma referência direta aos que faziam da rua seu local de vida, é possível inferir que esta população tinha ali um constante fluxo e possibilidade de desenvolvimento de suas atividades cotidianas¹⁸⁹. De qualquer maneira, em 1953 o mercado tem sua demolição finalizada (MEJÍA, 2007).

Desde a década de 1940, o mercado estimulava, no bairro de Santa Inés, o intercâmbio de usos e costumes de diferentes regiões do país em função da chegada de forasteiros e negociantes que, por sua vez, ampliavam a demanda por hotéis, novas lojas, restaurantes, cafés, lugares de diversão, prostíbulos, etc.¹⁹⁰. A instalação de um número relevante de empresas de transporte na região – entre 1950 e 1960 – produziu, ainda, uma ampla oferta de serviços de inquilinato para os recém-chegados (BOGOTÁ, 2011). Esse pode ser considerado, portanto, um período de gestação daquele que, muito em breve, seria considerado por muitos – e que será explorado mais adiante – como o maior conflito citadino e lugar de vida e multiplicação dos *habitantes de calle*: El Cartucho.

O bairro de San Victorino, vizinho a Santa Inés, também foi considerado uma das zonas mais afetadas pelo 9 de abril e isso, somado ao seu estigma de área de grande degradação urbana, tornava o bairro propício a sofrer a modernização necessária e almejada:

Dadas as más condições da zona assinalada e das edificações contíguas que não ficaram de pé, resultaria bastante econômico para o município a compra de lotes para o alargamento definitivo da praça monumental de Nariño, que servirá também para as grandes reuniões do povo, a fim de que as manifestações e motins, que em Bogotá são

¹⁸⁸ “Su miserable y repugnante presencia en lugar tan céntrico era una vergüenza para Bogotá. Allí se congregaban en la más espantosa promiscuidad los núcleos más abyectos y ruines de esta ciudad. Con esta demolición van a desaparecer las madrigueras, los prostíbulos, lo nauseabundo y las enfermedades. La nueva vía, además de cumplir con sus fines inmediatos relacionados con la circulación, va a crear en este sector un un nuevo núcleo urbano moderno, comfortable, mejor habitado [...]”.

¹⁸⁹ É o que ocorre, na atualidade, no entorno do maior centro de abastecimento da capital, o Mercado de Paloquemao na localidade de Los Mártires. Ali um número relevante de moradores de rua trabalha fazendo bicos, reciclando e buscando por restos de produtos alimentícios. Esses dados são oriundos da pesquisa de campo.

¹⁹⁰ Esse fato, inclusive, fez com que as famílias mais abastadas que ainda residiam em seus arredores, descontentes com os novos usos, passassem a procurar pelos novos bairros, localizados ao norte. Com isso, aos poucos, o bairro de Santa Inés foi se conformando como mais popular e menos oligárquico e provocando uma sucessiva desvalorização do valor da terra.

frequentes, não obstruam tão a miúdo o trânsito pelas vias arteriais e ruas centrais. (EL TIEMPO *apud* HIGUERA, p.137, tradução nossa)¹⁹¹

É a partir do centro que se iniciou um processo de transformação baseado na racionalidade imperativa do Movimento Moderno que se multiplicou até a periferia da cidade e trouxe consigo o fortalecimento das empresas negociadoras de terrenos (MEJÍA, 2007). Ao norte, estabeleceram-se de modo mais definitivo a classe alta, seus comércios, colégios e também instalações militares. O sul passou a ser visto como um lugar possível de ser valorizado para que, por meio de benefícios fiscais, os novos investidores pudessem transformar os lugares de visível decadência em conjuntos modernos (GNISSET, 1983).

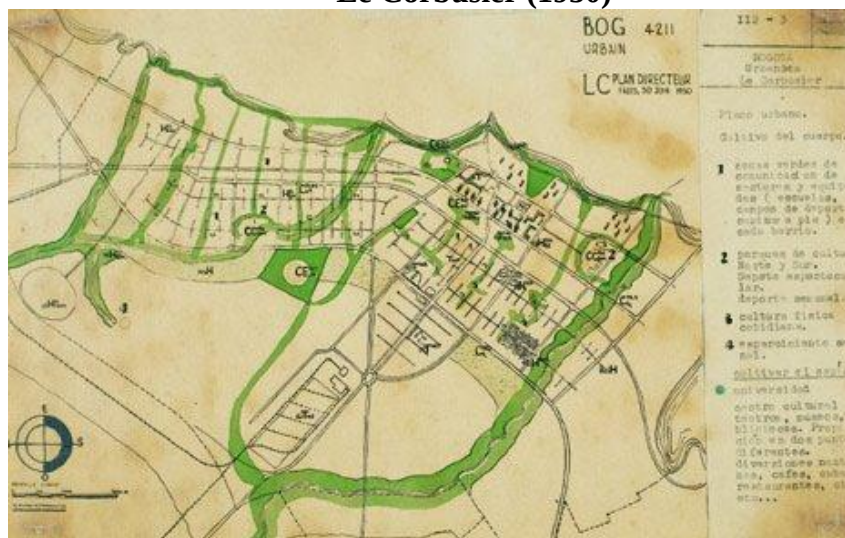
Ao citar o escritor e político Hernando Téllez, Gniset (1983) preconiza: “Bogotá está destruindo a Santa Fé” (TÉLLEZ *apud* GNISSET, 1983, p.55, tradução nossa)¹⁹². E, para conduzir o novo modelo – para a satisfação de arquitetos, banqueiros e construtores – foi contratado, em 1949, Le Corbusier (MONTROYA, 2012).

O *Plan Piloto* (Plano Piloto) de Le Corbusier – com apoio e participação de Paul Winer e Joseph Sert – foi positivamente recebido pelos colegas arquitetos bogotanos. O plano era composto de um Plano Regional, um Plano Metropolitano, um Plano Urbano (MAPA 13) e um Plano para o Centro Cívico (FIGURA 7) que trazia desenhos urbanos que reestruturavam a área central. A eles foi adicionado um documento de 46 páginas – em francês – que explicava as diretrizes metodológicas e teóricas estreitamente influenciadas pelas diretrizes do CIAM e pelas quatro funções do urbanismo moderno: habitar; trabalhar; cultivar o corpo e o espírito; circular (CALDERÓN, 2010).

¹⁹¹ “Dada la ruinoso actualidad de la zona señalada y de las edificaciones contiguas que han quedado en pie, resultaría bastante económico para el municipio la compra de lotes para el ensanche definitivo de la Plaza monumental de Nariño, que servirá también para las grandes reuniones del pueblo, a fin de que las manifestaciones y motines, que en Bogotá son frecuentes, no obstruyan tan a menudo el tránsito por las vías arteriales y calles centrales”.

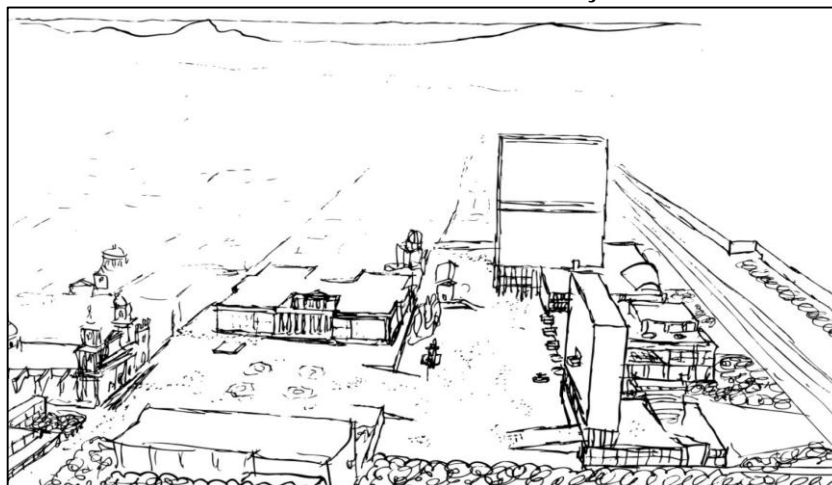
¹⁹² “Bogotá está destruyendo a Santa Fe”.

**Mapa 13 – Plano Diretor de Bogotá/Plano Urbano – Cultivo do Corpo –
Le Corbusier (1950)**



Fonte: Calderón (2010).

Figura 7 – Desenho do Centro Cívico: visada na direção sul - Le Corbusier (1949)



Legenda: à esquerda estão representadas a Plaza Bolívar, a Catedral e o Capitólio Nacional.

Fonte: Montoya (2012).

Para a confecção do plano, em uma de suas visitas a Bogotá, Le Corbusier caracterizou a desordem urbana da cidade da seguinte forma: “[...] o traçado urbanístico da Bogotá antiga é um bom traçado. A quadra espanhola, com seus ângulos retos foi uma criação formosa. A desordem de Bogotá está nos novos bairros” (LE CORBUSIER *apud* FERNANDÉZ, 2010, p.58, tradução nossa)¹⁹³. A desordem estava, na verdade, na periferização da pobreza ocasionada pela conjuntura de processos socioeconômicos vinculados à história da cidade.

A segunda etapa dos trabalhos foi marcada pelo desenvolvimento do *Plan Regulator*¹⁹⁴,

¹⁹³ “[...] el trazado urbanístico del viejo Bogotá es un buen trazado. La cuadra española con sus ángulos rectos fue una hermosa creación. El desorden de Bogotá está en los nuevos barrios”.

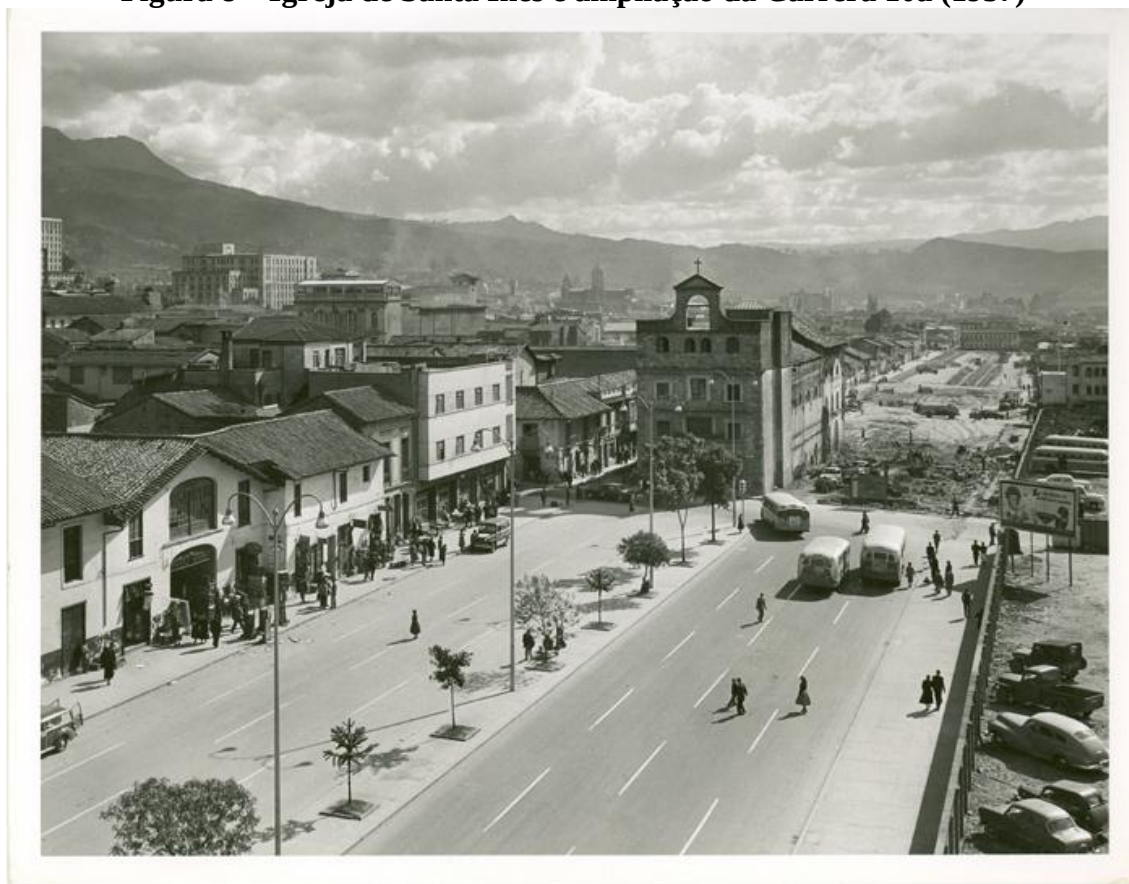
¹⁹⁴ Foram incorporados os princípios da monumentalidade (implantação monumental da sede do Governo Nacional), da densidade (demolição, por um lado, de quase a totalidade dos bairros do centro – dentro da lógica

que estabelecia as diretrizes para implementar o Plano Piloto. Sua entrega, em 1953, coincidiu com o início do período da ditadura colombiana, que se estendeu até 1957, e foi marcada por uma série de alterações da administração local que findou por não contemplá-lo. Os altos custos para a sua implementação foram também um impedimento, já que contava com demolições em massa e com projetos, como era o caso do Centro Cívico, extremamente onerosos. Assim, as realizações do *Plan Piloto* e do *Plan Regulador* foram mínimas – mas estiveram, daí em diante, presentes na tendência de um zoneamento cada vez mais funcionalista –, com poucas contribuições reais e com críticas muito contundentes tanto do ponto de vista social como do econômico e técnico. Caiu por terra, portanto, o cenário otimista daqueles que haviam dado apoio e suporte a tais planos (CALDERÓN, 2010; MONTTOYA, 2012).

A partir de então, merecem destaque certas ações. Uma delas já foi evidenciada anteriormente e diz respeito à anexação de municípios vizinhos à capital e à consequente expansão do território da cidade. A principal foi a já mencionada anexação, em 1956, dos municípios de Usme, Bosa, Engativá, Fontibón, Suba e Usaquén (DÍAZ, 2007). Esse fato exigiu um novo planejamento que resultou no *Plan Piloto Distrital* de 1957-1958, que não apenas determinou a localização das atividades comerciais e industriais no eixo oriente-ocidente e da residencial no norte-sul, como propôs a ampliação do sistema viário em face da expansão urbana que já tomava uma escala metropolitana (MAPA 14). (MONTTOYA, 2012) As grandes avenidas e as obras de engenharia acabaram por estabelecer, em função de um rodoviarismo sem precedentes, a principal simbologia da modernidade.

da tábula rasa – e do pericentro para construção de edifícios residenciais bastante densificados e, por outro, a preservação dos bairros do norte), do zoneamento funcional (áreas residenciais, comerciais, administrativas e a *cit  industrielle*) e da circulação. (MONTTOYA, 2012)

Figura 8 – Igreja de Santa Inés e ampliação da Carrera 10a (1957)



Legenda: a foto mostra a última edificação a ser demolida – Igreja de Santa Inés – para que se pudesse completar o alargamento e a ampliação da Carrera 10ª.

Fonte: Murcia; Mendoza (2010).

Consolida-se, assim, uma lógica de construção e de especulação do solo urbano de forma desigual. O centro perdia valor, apesar da proximidade com as atividades de comércio e serviço. Como resultado, parte dos edifícios coloniais e republicanos entraram em estado de deterioro. O pericentro seguiu reproduzindo a lógica do inquilinato, como foi o caso de bairros da atual localidade de Los Mártires e do bairro de Santa Inés. Já ao norte, principalmente no bairro Chapinero – que se conformava como nova centralidade comercial e de serviços – o preço do solo elevado reforçava a permanência das elites cidadinas que, em parte, já estava sendo atraída para novos bairros ainda mais ao norte, tais como Teusaquillo e Chicó. Para alinhar todo esse processo, a ampliação do sistema viário foi a marca principal. Ela trouxe consigo a fratura de alguns espaços, anteriormente articulados e integrados numa mesma lógica cotidiana urbana, promovendo regiões que, cindidas, iniciaram um processo de desenvolvimento de novas atividades, muitas vezes consideradas marginais e ilícitas pelos empreendedores urbanos. Esse foi o caso tanto do bairro de Santa Inés, conforme já indicado, como do bairro de Santa Fé, ambos vizinhos do centro histórico (MEJÍA, 2007).

Assim, o que se observou na cidade nas décadas seguintes foi a consequência das intervenções que, de qualquer modo, limitaram-se a zonas de interesse de implementação de novos centros de negócios. A condição das periferias era outra: deficiência de serviços públicos e um incremento populacional – devido à chegada dos *desplazados* da violência política ao longo de todo o território nacional, somada aos *desplazados* das próprias ações de renovação urbana da capital – que não foi acompanhado de programas de moradia¹⁹⁵ efetivos. Na verdade, sob este aspecto, verificou-se um processo de conversão da moradia em fator dinamizador da economia, com a adoção de um sistema denominado Unidad de Poder Adquisitivo Constante (UPAC). A UPAC estimulava os empréstimos e gerava compensações aos compradores. Isso era feito por meio de um crédito diferenciado de moradia em quotas inferiores aos valores dos aluguéis, já que o pagamento era garantido não apenas pelo valor do próprio imóvel mas também pela estabilidade em relação às entradas e saídas dos prestatários. A administração deste sistema era feita por instituições financeiras e pôs fim a um longo período no qual as moradias eram providas por dois mecanismos: o Estado e a autoconstrução. Em outras palavras, significou o início da liberalização do mercado imobiliário de acumulação de capital, que estendeu a cidade informal nas direções sul e sul-ocidente (MONTTOYA, 2012).

Esse momento de explosão urbana sem precedentes – em um período de ditadura que promoveu uma extensiva e impactante violência política que se estendeu da cidade ao campo – trouxe um número ainda maior de pessoas para a capital colombiana. Violência que foi responsável por um aumento do número de viúvas e órfãos que passaram a viver nas ruas, já que poucas instituições de beneficência foram criadas pelo governo, sob a escusa de falta de recursos. Todavia, em 1960, o Ministério da Justiça criou La División de Menores (Divisão de Menores) e o executivo local inaugurou o Departamento Administrativo de Protección y Asistencia Social (Departamento Administrativo de Proteção e Assistência Social) que, mais tarde, passou a se chamar Departamento Administrativo de Bienestar Social del Distrito (Departamento Administrativo de Bem Estar Social do Distrito). Em 1967, na mesma esteira, foi fundado o Instituto de Protección a la Niñez y la Juventud (IDIPRON) (Instituto de Proteção da Criança e da Juventude), com o intuito de trabalhar, especificamente, com as crianças e jovens de rua. A intenção era explorar novas metodologias e alternativas pedagógicas no

¹⁹⁵ O Instituto de Crédito Territorial (ICT) e o Banco Central Hipotecário (BCH) foram as duas agências governamentais designadas para lidar com a questão da habitação. O BCH, entretanto, voltou-se para as moradias da classe média empregada e com salários assegurados. O ICT, em função da indisponibilidade de recursos, passou a buscar terrenos mais baratos na periferia agrícola da cidade. Afora essas ações institucionalizadas, ocorreu o que ficou conhecido como urbanização pirata: o mercado ilegal de terras agrícolas por especuladores. (CALDERÓN, 2010)

trabalho com essa população (CÁMARA DO COMÉRCIO DE BOGOTÁ, 1997).

Sobre as avaliações que devem ser conduzidas com relação a esse momento, não tão extenso em termos de tempo – afinal somam-se apenas cinco décadas – se comparados aos anteriores, mas portador de uma série de rearticulações ideológicas e estruturais, Calderón (2010) faz uma análise que serve como ponto de partida para os três pontos que são de interesse para esta pesquisa. Ao avaliar os processos de urbanização, ela aponta que as tendências urbanísticas importadas – de modo similar ao que ocorreu nas esferas econômicas e sociais – não produziram o resultado esperado. Bogotá não deixou de experimentar problemas relacionados ao crescimento descontrolado, à segregação social e à congestão viária.

No que diz respeito à relação norte e sul, essa realidade não apenas manteve a tendência dos momentos anteriores, mas reforçou a correlação entre o norte rico¹⁹⁶ e o sul pobre – ambos explodidos, com um grande aumento no número de seus bairros e com características infraestruturais díspares. Também, em consonância com os outros momentos, o centro simbolizou a renovação e o esmagamento das características antigas e tradicionais. A diretriz mestra de ampliação do sistema viário, numa cidade de características lineares, forçosamente teve que promover rearticulações neste ponto nodal dos eixos de expansão. As demolições e fissuras urbanas provocadas por esse fator levaram ao deterioro físico e ambiental de algumas áreas, mas também possibilitaram a pulverização da centralidade para outros pontos próximos. Foi o que ocorreu com determinadas regiões dos bairros de Santa Inés – atual localidade de Santa Fé –, San Victorino, La Favorita e La Pepita – atual localidade de Los Mártires. Nesta última, foi construída, em 1967, a Plaza de Mercado de Paloquemao, que reforçou as atividades comerciais neste setor ocidental.

Essas três localidades mencionadas – La Candelária, Los Mártires e Santa Fé – conformam, hoje, como será visto mais adiante, as principais regiões de permanência e atividades dos *habitantes de calle* em Bogotá. Isso foi percebido durante as derivas realizadas na pesquisa de campo e confirmado nas atividades em grupo e entrevistas com os próprios moradores de rua – que quando se referem ao centro, na verdade, se referem ao conjunto das centralidades destas localidades – e também com os técnicos e funcionários da prefeitura local. Nesse sentido, o mercado, que na atualidade busca atuar sobre áreas consideradas deteoriadas e marginais – com problemas de segurança, higiene e estética – por meio da expansão de seus projetos imobiliários, foi o mesmo que criou as condições para a gestação de cada um desses

¹⁹⁶ Logo após o 9 de abril, um ditado popularizou-se entre a classe média bogotana: “vamos para o norte porque a gentinha nos alcança” (RIVERA *apud* MONTÓYA, 2012, p.286, tradução nossa). “vámonos al norte porque nos alcanza la chusma”.

problemas. O próximo momento de investigação propiciará tal aprofundamento.

4.3.1 *Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade dócil – dos vagabundos e feios*

Nesse período, o que se percebe é que a empreitada industrial e o desenvolvimentismo, fortemente arraigados num ideário de modernização e progresso – nos moldes norte-americanos – conduziram a novos mecanismos de poder/saber que incidiram sobre a cidade. Ainda, observou-se uma rápida urbanização incrementada pela chegada, em Bogotá, daqueles que, vindos do campo, tentavam novas oportunidades, tendo em vista a crise de 1929 e a violência política que se acirrou a partir, principalmente, de meados do século XX. Parte dessa população findou por fixar-se nas ruas da capital colombiana, já que o processo de industrialização não conseguiu absorver a totalidade dos que ali chegavam. Sob esse aspecto, mostrou-se que o aumento do número de *habitantes de calle* foi considerado como proporcional ao aumento do número de habitantes da própria cidade.

Conforme dito, ainda que não se utilizasse a denominação *habitantes de calle* e ainda que não tenha havido referências tão incisivas na literatura consultada sobre essa população, não há dúvidas de que pelo discurso do espaço, da paisagem e da forma urbana chegou-se a eles.

A empreitada industrial, como motor do desenvolvimento, rearticulou e restabeleceu novas coordenadas e diretrizes urbanas, novos mecanismos, táticas e estratégias de atuação sobre o espaço da cidade. Dentre elas, destacam-se: o zoneamento pelo uso do solo, a ampliação do sistema viário e a inclusão de áreas de expansão na dinâmica urbana. O próprio espaço da cidade passou a fazer parte da lógica industrial, na medida em que seus processos passaram a atravessá-lo, produzi-lo e moldá-lo. A receita para o desenvolvimento significou também a receita para o espaço de localização das empreitadas desenvolvimentistas a partir da alteração da morfologia urbana e de suas funções.

Nota-se, assim, que a forma de tratar os considerados problemas citadinos não teve mais a incisiva conotação que os atrelavam à doença e à insalubridade, muito embora escusas higienistas ainda continuassem a ser produzidas como justificativa de certas medidas drásticas vinculadas, como no período anterior, a demolições e remoções. Termos médicos ainda eram utilizados – “Bogotá precisa de cirurgia” – para indicar ações sobre o espaço urbano, porém com certo arrefecimento. Os problemas da *urbis* passaram, na verdade, a ser tratados a partir de outros aspectos. Bogotá parecia arcaica, feia, nauseabunda, antiquada, paralisada no tempo

e a passos de distância das grandes metrópoles europeias e americanas. Para transformar-se, atualizar-se, consertar-se, a cidade deveria contar com o saber técnico e científico de especialistas que poderiam modernizá-la. Mas não mais os higienistas e médicos que atuavam ao mesmo tempo sobre os corpos e sobre os espaços da cidade. Os primeiros, os corpos fora das normas, continuaram a ser um problema de saúde e de assistência social – que, conforme mostrado, não contou com grandes investimentos; já os espaços fora das normas, passaram a ser um problema de profissionais/técnicos/cientistas do espaço. Os problemas da cidade passaram a ser problemas de arquitetos e urbanistas que, se de um lado perfiguraram os agentes técnicos a cargo do estabelecimento da nova ideologia, por outro, como será mostrado, contribuíram para uma forma de crescimento da cidade sob forte viés especulativo e valorização desigual do solo urbano.

Os modelos que foram tomados como base para a transformação da capital colombiana em direção à modernidade vieram do movimento moderno e do funcionalismo. Para resolver a crise urbana da cidade moderna, as ações técnicas e racionais centraram-se numa forma de gestão do espaço atrelada ao urbanismo e à planificação urbana. Conforme ressalta Gniset (1983): “Alguns ideólogos do racionalismo urbanístico moderno, apoiando-se sobre alguns postulados da Carta de Atenas, tratam de dar legitimidade técnico-científica e humanista à remodelação central. (Baseiam-se em um manifesto além do demais muito etnocêntrico)” (GNISSET, 1983, p.210, tradução nossa)¹⁹⁷. Entretanto, cabe compreender como esse problema vai além de uma questão unicamente formal nos moldes da máxima modernista: “a forma segue a função”¹⁹⁸. Como será demonstrado, a esse dizer estiveram atrelados os interesses de grandes empresas construtoras, grupos de latifundiários e especuladores. O planejamento do espaço vinculou-se a um planejamento do espaço para o capital que conduziu a um modo de pensar a cidade com vistas ao futuro.

Em termos de ações diretas sobre a cidade, a melhoria da circulação viária assumiu um discurso hegemônico que se mesclou, por outro lado, às previsões da expansão urbana. Afinal, a cidade sob a perspectiva da indústria, deveria ter suas vias desobstruídas para a circulação da matéria-prima, dos produtos e da mão de obra. Esse modelo rodoviarista, com investimentos públicos, contava com a saída das pessoas das ruas para que o fluxo de veículos fosse desobstruído, com o intuito de expandir a produção.

¹⁹⁷ “Unos ideólogos del racionalismo urbanístico moderno, apoyándose sobre algunos postulados de la Carta de Atenas, tratan de dar una legitimación técnico-científico y humanística a la remodelación central. (Se basan en un manifesto por lo demás muy etnocéntrico).”

¹⁹⁸ A codificação que resultou neste mote é da autoria de Louis Sullivan, um arquiteto estadunidense do final do século XIX tornado lema do movimento moderno e do funcionalismo (KONDER, 2008)

Desse modo, o estabelecimento de regulações, normas e diretrizes, o (re)desenho dos espaços, a larga série de planos (viários e de desenvolvimento urbano) que incluíram o zoneamento das funções da vida urbana – habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular –, juntamente com a criação de departamentos e institutos especializados, visavam o controle e a eliminação do caos na cidade. Mas de um caos localizado. Conforme apontado por Le Corbusier, a desordem estava vinculada ao centro e aos novos bairros – os bairros pobres.

Dessa forma, as intervenções ou requalificações urbanas estiveram relacionadas aos pares remoções/demolições e abertura/alargamento de vias que ocorreram de maneira autoritária. O rodoviarismo, acompanhado da segregação socioespacial, tanto assegurou a reprodutibilidade do capital especulativo imobiliário como, nos mecanismos de sua própria lógica especulativa, incrementou o *desplazamiento* dentro do próprio cenário urbano. Os espaços públicos, largamente identificados como os espaços das vias urbanas, passaram a ter como objetivo a sadia circulação de pessoas e produtos.

Assim, mais que o anti-higiênico, o oposto ao moderno era a desordem, a irracionalidade de ocupações e desenhos espaciais que não faziam jus ao homem-máquina e à cidade-máquina com suas engrenagens e peças em perfeita sintonia para uma produtividade cada vez maior. Cidade como máquina produtiva que parecia e aparecia, para Foucault (2008a), como um exemplo de ordem disciplinar. Não apenas do corpo deveria ser extraído o máximo. A cidade deveria, ela também, docilizar-se, tornar-se útil. Mas para que? Para quem?

E esse bairro comercial – vê-se bem como o problema da circulação [...], quanto mais estabelecimentos comerciais houver, mais deve haver circulação, quanto mais estabelecimentos houver, mais deve haver superfície na rua e possibilidades de percorrer a rua, etc. [...]. Creio que, nesse esquema simples, encontramos exatamente o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, isto é, [a] constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio, assegurar a moradia, etc. [...] tratava-se em poucas palavras de “capitalizar” um território. Neste, vai se tratar de arquitetar um espaço. A disciplina é da ordem do edifício (edifício no sentido lato). (FOUCAULT, 2008a, p.22)

O que fica evidente nesta análise foucaultiana é que o interesse deixa de ser, exclusivamente, a proliferação de doenças e epidemias. O grande problema da desordem espacial vem em função de suas relações com o acúmulo do capital. E a questão vai mais além, neste momento, das facilidades das atividades produtivas, comerciais e industriais sob a batuta do Estado. A terra urbana, ela mesma, fortifica-se como elemento e objeto de acúmulo para a produção. Produção para/da própria cidade que, no presente, deve garantir sua (re)produção

futura. Garantir que, no futuro, a cidade, assegure os lucros. Planejar a cidade é também planejar os lucros nela e a partir dela. E nesse sentido, a segregação produzida no espaço foi não apenas de corpos, mas do capital, que também foi segregado em zonas de interesse para investimentos presentes e futuros. Segregações que se reforçavam uma na outra. É a tentativa de fazer a cidade dócil para o capital.

Por isso, a cidade futura é a cidade das previsões e dos espaços abertos, na qual os problemas estão vinculados à organização dos aglomerados desordenados para as novas funções econômicas e administrativas, dentro de previsões de crescimento. Desse modo, de acordo com Foucault (2008a), abrir eixos que atravessam a cidade e ruas largas o bastante visavam, além de assegurar a higiene – eliminar os bolsões doentes dos bairros apertados –, garantir o comércio em seu interior; articular essa rede de ruas com estradas externas para a circulação das mercadorias; e possibilitar a vigilância necessária pelo desenvolvimento econômico. Esse último fator passa a ser uma novidade, na medida em que se relaciona a uma nova percepção de segurança: “a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo” (FOUCAULT, 2008a, p.24).

Tratava-se, portanto, de uma segurança a planejar, embora ainda em momento inicial. Nesse sentido, as perguntas que deveriam ser respondidas, de acordo como o autor, passaram a ser: “como integrar a um projeto atual as possibilidades de desenvolvimento da cidade? [...] O que se deve fazer para enfrentar antecipadamente o que não se conhece com exatidão?” (FOUCAULT, 2008a, p.25).

Enfrentar tais questionamentos conduziu à necessidade de criar uma tecnologia política do corpo de cunho não mais apenas disciplinar – já que a disciplina trabalha num espaço vazio que vai ser construído e que visa a perfeição. Passou a ser necessária a instalação de um novo mecanismo.

Enfim, [...] vai se trabalhar com o futuro, isto é, a cidade não vai ser concebida nem planejada em função de uma percepção estática que garantiria instantaneamente a perfeição da função, mas vai se abrir para um futuro não exatamente controlado nem controlável, não exatamente medido nem mensurável, e o bom planejamento da cidade vai ser precisamente: levar em conta o que pode acontecer. Enfim, acredito que possamos falar aqui de uma técnica que se vincula essencialmente ao problema da segurança, isto é, no fundo, ao problema da série [...]. É a gestão dessas séries abertas, que por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades, é isso, a meu ver, que caracteriza essencialmente o mecanismo de segurança. (FOUCAULT, 2008a, p.26)

É a segurança, portanto, que vai se apoiar sobre informações dadas com o intuito de maximizar elementos positivos e de minimizar os negativos, sabendo que jamais serão suprimidos. Vai se trabalhar com probabilidades e polifuncionalidades. Vai se determinar aquilo que anteriormente foi mostrado como as curvas de normalidade na cidade e em seus espaços mais ou menos fragmentados. Nessa forma biopolítica do poder, passa a importar menos o número absoluto da população, das mortes, da violência, de pessoas vivendo na rua do que a compreensão de cada um desses valores em uma dimensão temporal – presente-futuro – que atesta o grau de normalidade de cada um deles. A boa rua, a rua segura torna-se, assim, a da circulação dos miasmas, a que leva mercadorias, a que posiciona lojas ao longo de sua extensão, mas também a rua onde vão circular os que estão fora das normas. Elementos positivos e negativos que passam a ser tomados em conta no planejamento.

Esse espaço próprio da segurança – que remete a uma série de acontecimentos possíveis – é que Foucault (2008a) associa ao conceito de meio. O meio é aquilo necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre o outro. No desenho do meio é que, segundo o autor, os arquitetos e urbanistas vão procurar refletir e modificar o espaço urbano. O meio é um conjunto de dados naturais e dados artificiais, aglomeração de indivíduos e aglomeração de casas. É um efeito de massa que age sobre todos que nele residem. É um “elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro” (FOUCAULT, 2008a, p.28). Por isso, torna-se um campo de intervenção que:

[...] em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania – em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008a, p.28)

O meio, neste sentido, é o próprio urbano, as questões urbanas – e não é que elas não existissem anteriormente, mas agora estão na mira, em seu conjunto, de uma nova forma de governo – que passam a ser alvo da intervenção de um biopoder que se iniciou mais sutilmente no momento anterior e que passa a agir com mais veemência sobre a população. A ação é agora intrincada entre um meio – geográfico, climático, físico, etc. – e a espécie humana. Passa a entrar em ação uma técnica política que se dirige, especificamente, ao urbano para o

planejamento de seu futuro.

Mas onde se pode chegar com essa perspectiva, tendo em vista o momento pelo qual passava a capital colombiana com seus planos, normas, zoneamentos, (re)desenhos e regulamentações?

Ora, se por um lado estes mecanismos afetaram diretamente a vida e o cotidiano dos que viviam nas ruas da cidade, por outro também ativaram certos procedimentos de acumulação relacionados aos interesses das elites. Nesse sentido, foi visto, por exemplo, que na época da *IX Conferencia Panamericana*, ações contra a mendicância ocorreram ao mesmo tempo e com o mesmo objetivo dos projetos “necessários” de remodelação da cidade que trouxeram para o jogo urbano novas empresas construtoras que encadearam uma incisiva dinâmica de especulação do solo. Não há uma cisão entre estes dois aspectos que, em certa medida, retroalimentam-se. Não há mais apenas localizações e posicionamentos (relações de vizinhança), sob o ponto de vista foucaultiano, mas o próprio meio é capitalizado através de táticas com vistas à criação de um mercado de terras a intervir e valorizar.

Assim, do ponto de vista dos moradores de rua, este momento reforça as percepções do norte como o local da riqueza; do centro como o lugar das possibilidades de desenvolvimento de múltiplas atividades cotidianas, entretanto, não apenas no núcleo coincidente com o centro histórico, mas disperso em outras centralidades próximas a ele, em função da diversificação de atividades e serviços; e das requalificações geradoras de *desplazamientos* que impactaram seus modos de vida e que exigiram relocações territoriais.

Os grandes eixos viários abertos, na maior parte das vezes, graças a uma série de demolições e remoções – a demolição da Plaza de Mercado e a ampliação da Carrera 10ª, por exemplo – justificadas pelo que se considerava mal uso, pareciam fazer crer na reabilitação da sociedade, da população, por intermédio do controle da forma e dos espaços urbanos a partir da estratégia de segregação funcionalista, baseada na ordem e na especialização espacial. Mas em grande medida, as ações sobre essas mazelas urbanas se relacionavam a ações sobre um aglomerado de corpos – uma população – em determinados locais da cidade que já haviam sido ali, anteriormente, posicionados. Assim, mais uma vez, esses mesmos corpos vão sendo reconduzidos e reposicionados para certos lugares, provocando o acirramento da percepção de sobre determinados setores – como os bairros de Santa Inés e San Victorino – como sendo de atividades informais e ilegais, e de zonas de deterioro físico e ambiental, fortemente vinculados ao cotidiano dos *habitantes de calle*. São ações biopolíticas.

Em outras palavras, os espaços que eram e foram se tornando entraves para o desenho da cidade moderna surgiram das exclusões e segregações dos momentos anteriores, assim como

dos mecanismos e das relações de poder e saber que já haviam se estabelecido. Não há neutralidade ou naturalidade nos processos. Todavia, nesta fase desenvolvimentista, eles assumiram uma expressiva conotação com vistas à expansão do fluxo de capitais. As análises de Gniset (1983) sobre as relações do *Bogotazo* com a necessidade de criar um mercado de terras – também para um mercado multinacional – deixou clara essa vertente. O lugar do desenho urbano a ser implementado era também o desenho da especulação. O fatiamento dos espaços atribuídos a certas funções localizavam a especulação futura. Ora, o que é a especulação senão um movimento presente para assegurar o lucro futuro? Nesse sentido, a forma da cidade passa a funcionar como mecanismo para alcançá-lo:

As ruas amplas são generosidade, previsão e descongestão da circulação. A rua larga é alegria e otimismo. Ademais, ampliar uma rua equivale a valorizar os terrenos adjacentes. A largura de uma via é o coeficiente pelo qual se multiplica a valorização das zonas vizinhas. (PROA *apud* GNISSET, 1983, p.58, tradução nossa)¹⁹⁹

As obras públicas e o bom governo tiveram, no que se refere ao espaço urbano, um alicerce técnico-científico representado pelos arquitetos e urbanistas. Um poder/saber legitimado que substitui o poder/saber legitimado da época anterior, mas que incide sobre os mesmos saberes locais, sujeitados e populares. Na relação entre espaço e moradores de rua, não se tratava mais apenas das preocupações disciplinares, mas também dos elementos da biopolítica, instituídos por um saber/poder para promover a segurança. A segurança que, mais que uma antítese à violência, é um interesse para atender ao mercado de terras que de forma alguma fazia da cidade um espaço de neutralidade. Ao contrário, tornava-se um espaço de localização dos investimentos – o norte rico em oposição ao sul pobre – e do capital especulativo. Ainda, a gestão do espaço passa também a implicar – nos moldes do conhecimento de que os problemas ressaltados não eram/são extirpáveis, mas controláveis – a gestão das áreas deixadas a deteriorar.

4.4 A Bogotá D.C. contemporânea: dos anos 1980 à atualidade

O último e presente momento é considerado como o da contemporaneidade. Neste período, se por um lado, a cidade aparece como alvo da recuperação da memória urbana, do resgate ambiental, da prevalência dos indivíduos nos espaços públicos com a consecutiva

¹⁹⁹ “Las calles amplias son generosidade, previsión y descongestión de la circulación. La calle ancha es alegría y optimismo. Además: ampliar una calle equivale a valorizar los terrenos adyacentes. El ancho de una vía es el coeficiente por el cual se multiplica la valorización de las zonas vecinas.”

abertura de mais espaços voltados para a apropriação, por outro, marca a gestão e a tomada da cidade fortemente vinculadas aos seus espaços centrais para a empreitada neoliberal. Por isso, para compreender os processos urbanos que ocorreram em Bogotá na contemporaneidade, é necessário uma abordagem inicial de espectro mais largo. De acordo com Montoya (2012), a partir dos anos 1970, a sociedade, de um modo geral, passou por mudanças que repercutiram nas cidades e em seus fenômenos urbanos, em função de uma reestruturação global do capitalismo. De um regime fordista, ele passou a se organizar em um regime pós-fordista sustentado ideologicamente pelo neoliberalismo.

Para David Harvey (2007), o neoliberalismo é uma teoria de práticas político-econômicas que aponta a não restrição do livre desenvolvimento das capacidades e das liberdades empresariais do indivíduo como a melhor maneira de promover o bem estar do ser humano. Esse processo, por sua vez, decorre, segundo o autor, “de um marco institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, fortes mercados livres e liberdade de comércio” (HARVEY, 2007, p.8, tradução nossa)²⁰⁰. Nesse aspecto, o papel do Estado é o da criação e preservação desse marco institucional propício ao desenvolvimento de tais práticas através, por exemplo, da garantia da qualidade e da integridade do dinheiro e das estruturas militares e de defesa – policiais e legais – com o intuito de assegurar os direitos da propriedade privada e do correto funcionamento do mercado.

Quanto a este último, o Estado torna-se responsável por criá-lo e alargá-lo, mesmo que incida sobre áreas de provisão social: “[...] naquelas áreas em que não existe mercado (como a terra, a água, a educação, a atenção sanitária, a segurança social ou a contaminação ambiental), ele deve ser criado, quando for necessário, mediante a ação estatal” (HARVEY, 2007, p.8, tradução nossa)²⁰¹.

Ao aprofundar a questão, Harvey (1989) ressalta que para atingir estruturas e desenhos de governos, o neoliberalismo produz novos modelos de administração. De um modelo gerencial, ele passa a um modelo de empreendedorismo que percola desde um nível mais amplo até o nível local. No caso do urbano, esse fato inaugura uma nova forma de gestão dos espaços conhecida como ‘empreendedorismo urbano’ que possui três características principais: parcerias público-privadas (PPPs) – nas quais o governo local busca a captação de fontes externas de fundos, investimentos e empregos; absorção dos riscos pelo setor público local e

²⁰⁰ “[...] de un marco institucional caracterizado por derechos de propiedad privada, fuertes mercados libres y libertad de comercio”.

²⁰¹ “[...]en aquellas áreas en las que no existe mercado (como la tierra, el agua, la educación, la atención sanitaria, la seguridad social o la contaminación medioambiental), éste debe ser creado, cuando sea necesario, mediante la acción estatal”.

dos benefícios pelos setores privados – embora não generalizável, é o que ocorre na maior parte dos casos; e foco na política econômica especulativa de um dado local a despeito de um pensamento mais complexo de melhoramentos sobre o território.

Em suma, o empreendedorismo urbano orienta-se para um Estado que cria os elementos necessários à promoção e ao êxito das empresas. A cidade se transforma em um agente econômico suscetível à administração do tipo empresarial – enquanto o Estado absorve formas empresariais de organização – na qual o setor privado é ator central na tomada de decisões. Desenha-se, deste modo, uma nova governamentalidade que para Montoya (2012):

[...] concentra sua ação na promoção do crescimento econômico e da competitividade territorial, frequentemente através de subsídios públicos aos consumidores ricos e ao capital; o posicionamento da cidade em escalas supranacionais de circulação de capital; a integração das cidades-regiões em escalas globais e sua reivindicação como motor da economia nacional; e finalmente, a incorporação na política urbana, de múltiplas escalas de ação estatal. (MONTAYA, 2012, p.401, tradução nossa)²⁰²

Parece não restar dúvidas de que, dentro da lógica da produção e formação de mercados para uma nova empreitada do capitalismo pós-fordista, de ideologia e práticas neoliberais, a cidade e os processos de urbanização passaram a engendrar possibilidades múltiplas para os capitais privado e especulativo gestados em épocas anteriores. É a partir deste momento que se torna possível falar de cidade e urbanismo neoliberais (HARVEY, 2007).

Neoliberalismo que vai se tornando cada vez mais presente nos discursos e modos de pensamento e aparecendo, conseqüentemente, de forma cada vez mais naturalizada e incorporada à maneira de interpretar, vivenciar e compreender o mundo (HARVEY, 2007). Por isso é que, conforme atesta Montoya (2012), ele atinge um aspecto global e de intenso intercâmbio econômico que se espraia por distintos lugares, regiões e países. Nessa perspectiva, a globalização torna-se, concomitantemente ao neoliberalismo, uma outra marca importante do período em estudo.

Neoliberalismo e globalização passaram, portanto, a pontuar as forças essenciais que vieram a modelar mudanças econômicas e, a partir delas, as estruturas urbanas das cidades. No caso da Colômbia, com a empreitada neoliberal, o país presenciou o declínio de seus indicadores industriais e, conseqüentemente, das taxas de emprego. O processo de liberalização também afetou negativamente a agricultura, embora tenha experimentado a ampliação do setor

²⁰² “[...]concentra su acción en la promoción del crecimiento económico y de la competitividad territorial, frecuentemente a través de subsidios públicos a los consumidores ricos y al capital; el posicionamiento de la ciudad en escalas supranacionales de circulación del capital; la integración de las ciudades-región en escalas globales y su reivindicación como motor de la economía nacional; y finalmente, la incorporación en la política urbana, de múltiples escalas de acción estatal”.

da mineração e dos setores terciário e das comunicações. Por outro lado, diversificou e fortaleceu as relações econômicas com outros países, principalmente os do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)²⁰³, o que provocou uma quebra na dependência quase total que, outrora, tinha com os Estados Unidos (MONTTOYA, 2012). Os reflexos dessas alterações implicaram, como será visto, planos e processos de renovação sobre o espaço urbano com vistas a acomodá-lo à nova realidade.

O marco legal deste processo no país foi a Constituição de 1991, que respondeu ao novo contexto neoliberal de governança por meio da instauração de uma nova ordem política e de uma ideia de sociedade civil marcada pelas relações público-privadas. Pela Carta Magna, o Estado posicionava-se à margem dos processos de implementação de políticas e concentrava seus esforços no financiamento de atores e instituições privadas – e também de ONGs – para a realização de programas de apoio e de promoção de serviços às populações mais necessitadas (MONTTOYA, 2012).

Bogotá, por sua vez, como outros núcleos urbanos da América Latina, experimentou, desde meados dos anos 1980, a expansão da democracia participativa e o fortalecimento da sociedade civil, que produziu reconfigurações nas relações entre as elites e os demais grupos sociais. É importante salientar que a redemocratização esteve imbricada menos em objetivos redistributivos do que na preocupação com questões de segurança e da ordem. Por isso, conforme mostra Fernández (2010), nesse momento, Bogotá foi considerada uma cidade distópica, infestada pela violência, criminalidade, inequidade social e pela destruição progressiva de seus espaços públicos. As políticas de livre comércio que foram introduzidas aproximaram a cidadania de um vínculo democrático, via mercado, acompanhadas da privatização de bens públicos, deixando de lado o caminho que passava pela redistribuição socioeconômica e espacial (MONTTOYA, 2012).

Para o conjunto da América Latina, então, o regime autoritário burocrático herdado do keynesianismo foi substituído por outro neoliberal no qual as elites mantiveram seus privilégios, colocando frequentemente a seu serviço as políticas estatais e sem receber questionamentos maiores do conjunto da sociedade. (GRUGEL *apud* MONTTOYA, 2012, p. 409, tradução nossa)²⁰⁴

²⁰³ O Mercosul é uma região de livre comércio e de política comercial comum entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. O bloco possui, ainda, cinco outros países associados – Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru – que podem participar das reuniões do grupo e assinar acordos sobre matérias comuns. (BRASIL, 2106)

²⁰⁴ “Para el conjunto de América Latina, entonces, el régimen autoritario burocrático heredado del keynesianismo fue reemplazado por otro neoliberal en el que las elites mantuvieron sus privilegios, colocando frecuentemente a su servicio las políticas estatales y sin recibir cuestionamientos mayores del conjunto de la sociedad”.

É nesse contexto que aparecem arcabouços institucionais e jurídicos atrelados às novas maneiras de produção do espaço da cidade. As mudanças tiveram início com a aprovação do *Acuerdo 7*, de 1979, que regulamentou o *Plan General de Desarrollo Integrado* (Plano Geral de Desenvolvimento Integrado) no Distrito Capital. O plano teve como principais diretrizes: a orientação do crescimento da cidade nas direções sul e ocidente; uma política de estrutura urbana fundamentada na identificação de uma área de atividade múltipla relacionada com outros centros menores – cidade policêntrica –, através de eixos lineares que delimitavam as regiões residenciais; o adensamento de áreas já desenvolvidas e a desenvolver; e uma política de usos do solo que caracterizava as distintas atividades que poderiam se desenvolver na cidade e, portanto, distinguia-se da zonificação cartografada de usos do momento anterior (CALDERÓN, 2010; MONTOYA, 2012).

Item importante do *Acuerdo 7* foi o que previu ações de renovação urbana como política pública, sob o nome de *Tratamiento de Redesarrollo* (Tratamento de Redesenvolvimento). O objetivo principal era o da transformação de áreas consideradas deterioradas. Um dos principais instrumentos daí advindos – e que possibilitou a implementação de projetos de renovação urbana e a garantia do êxito das operações – foi o da regulamentação da expropriação como mecanismo para a aquisição de edificações (CALDERÓN, 2010).

O que pareceu claro para parte dos analistas que se debruçaram sobre o plano integrado – como Montoya e Calderón – foi que menos do que regular a urbanização, o plano passou, de um lado, a formatar o arcabouço administrativo do poder público municipal e, do outro, a deixar que os processos urbanos corressem nas mãos do mercado imobiliário²⁰⁵. Com o *Acuerdo 7* ficaram estabelecidas:

[...] as normas para canalizar a ação do setor privado. A cidade deixa, então, de ser o espaço do desenvolvimento industrial, e a urbanização se reorienta para a organização do espaço urbano como suporte do intercâmbio e do consumo. A cidade, além disso, é erguida como um objeto a ser produzido pela indústria da construção e do mercado imobiliário. (MONTOYA, 2012, p.393, tradução nossa)²⁰⁶

Dez anos mais tarde, em 1989, foi estabelecida a Lei de Reforma Urbana (Lei 9), de âmbito nacional. De seu conteúdo destacam-se: a obrigatoriedade de formulação de *Planes de Desarrollo Municipales* (Planos de Desenvolvimento Municipais); o direito à cidade,

²⁰⁵ É importante lembrar que com as expansões urbanas geradas pelas UPACs, o mercado imobiliário havia se fortalecido.

²⁰⁶ “[...] las normas para canalizar la acción del sector privado. La ciudad deja, entonces, de ser el espacio para el desarrollo industrial, y la urbanización se reorienta a la organización del espacio urbano como soporte del intercambio y el consumo. La ciudad, además, se erige en sí misma como un objeto a producir a través de la industria de la construcción y del mercado inmobiliario”.

relacionado à obrigação do Estado de garantir os direitos e os serviços públicos a seus cidadãos; o combate à informalidade na urbanização; uma política orientada para extrair a mais-valia urbana advinda da valorização dos solos quando de ações estatais; a regulação da expansão urbana; o desenho de políticas de construção de habitação de interesse social a partir de mecanismos de expropriação, transferência de recursos e banco de terras (MONTTOYA, 2012; CALDERÓN, 2010).

Não é de se espantar que, em função de parte de seu conteúdo de apelo social, a Lei foi alvo de pesadas críticas por parte dos setores da construção e dos empresários vinculados à especulação. A pressão do capital acabou por conduzir à implementação de um decreto municipal, o *Acuerdo 6*, de 1990, que originou o *Estatuto para el Ordenamiento Físico del Distrito Especial de Bogotá* (Estatuto para o Ordenamento Físico do Distrito Especial de Bogotá). O Acordo tinha uma forma mais ajustada ao mercado imobiliário, por desmontar parte das regulamentações da Lei de Reforma Urbana relacionadas ao controle da liberalização do mercado. Ele também flexibilizou as normativas relacionadas à urbanização que se firmaram na década de 1990, por meio, principalmente, do estabelecimento, em nível nacional, da obrigatoriedade do *Plan de Ordenamiento Territorial* (POT) (Plano de Ordenamento Territorial) para os municípios – que foi regulamentado em Bogotá, no ano 2000, e modificado em 2003²⁰⁷. O POT é a norma que direciona e define o uso do solo, a localização das áreas protegidas e as condições para localização de moradia, atividades produtivas, culturais e recreação nos municípios (BOGOTÁ D.C., 2015d).

Contudo, antes de passar ao exame do POT de Bogotá, alguns aspectos relevantes do *Acuerdo 6* devem ser destacados: concentração em *Planos Zonales* (Planos Zonais) – contrários aos planos totalizantes do período moderno – nos quais seriam detalhadas as regulamentações da estrutura urbana; renúncia de um planejamento físico, em função de uma forma normativa de controlar a urbanização; o governo deixa de intervir diretamente na cidade e restringe sua ação ao controle de impactos ambientais, físicos e sociais ocasionados pelos setores privados; regulamentação detalhada dos espaços públicos²⁰⁸, que se tornam elementos centrais da planificação urbana, com a possibilidade de serem administrados, mantidos e aproveitados

²⁰⁷ No ano de 2013, sob a gestão do prefeito Gustavo Petro, o POT, mias uma vez, sofreu alterações com o intuito principal de adaptá-lo às alterações climáticas. Entretanto, o decreto responsável pelas modificações foi suspenso pelo Conselho do Estado no dia 27 de março de 2014 (BOGOTÁ D.C., 2015d). Até a finalização desta tese a cidade seguia, portanto, o POT anterior como principal marco regulador urbano.

²⁰⁸ Foram eliminadas as vagas de estacionamento público; houve a proposta de um amplo projeto de parques, alamedas e praças cívicas em diferentes escalas; estabeleceu-se a obrigatoriedade da cessão de 8% da área urbanizável dos projetos para espaços coletivos e proibiram-se os fechamentos – que foram revisados em 2003, ficando ainda aceitos em determinadas situações. No mesmo ano, um decreto estabeleceu o estímulo da ação privada na gestão e construção de espaços públicos.

ecologicamente pelo setor privado; organização do POT ao redor das considerações ambientais (MONTROYA, 2012).

Com relação aos planos zonais, considerados como operações estratégicas, é importante destacar que, embora tenham sido regulamentados no POT de 2000, os estudos de elaboração só se iniciaram em 2002. Tais estudos visavam o detalhamento das regulamentações da estrutura urbana, o diagnóstico de necessidades, as estratégias a serem seguidas e o programa de investimentos. O primeiro a ser regulamentado foi o de Usme, no ano de 2007 e, em seguida, o do Norte e o do Centro. Como será visto adiante, este último é de grande impacto para a presente pesquisa.

No âmbito de ações mais específicas a serem empreendidas na cidade, é de interesse destacar que o *Acuerdo 6*, em seu capítulo XIII, define uma modalidade específica de intervenção urbana, os *Planes de Renovación* (Planos de Renovação):

[...] aqueles dirigidos a introduzir modificações substanciais ao uso da terra e das construções para frear processos de deterioro físico e ambiental das áreas urbanas [...] a fim de alcançar, dentre outros objetivos, o melhoramento do nível de vida dos moradores das áreas de renovação, o aproveitamento intensivo da infraestrutura estabelecida, a habilitação dos bens históricos e culturais, a oferta de serviços, o descongestionamento do tráfego urbano ou a conveniente reutilização mais eficiente dos imóveis urbanos e com maior benefício para a comunidade. (BOGOTÁ, 1990, tradução nossa)²⁰⁹

Num breve resumo da estrutura dos componentes de gestão do solo urbano, os Planos de Renovação são elaborados a partir dos Planos Zonais²¹⁰ que, por sua vez, seguem as diretrizes e normativas de caráter mais abrangente do Plano de Ordenamento Territorial.

Dessas diretrizes e normativas estabelecidas no POT de Bogotá, o pano de fundo é a definição de um modelo regional de sustentabilidade²¹¹ consoante com as novas ideias de

²⁰⁹ “[...] aquellos dirigidos a introducir modificaciones sustanciales al uso de la tierra y de las construcciones para detener procesos de deterioro físico y ambiental de las áreas urbanas [...] a fin de lograr, entre otros objetivos, el mejoramiento del nivel de vida de los moradores de las áreas de renovación, el aprovechamiento intensivo de la infraestructura establecida, habilitación de los bienes históricos y culturales, todo con miras a una oferta de servicios, la descongestión del tráfico urbano o la conveniente reutilización más eficiente de los inmuebles urbanos y con mayor beneficio para la comunidad”.

²¹⁰ Vale lembrar que no item 2.2.1 tratou-se das UPZs – Unidades de Planejamento Zonais.

²¹¹ O conceito de sustentabilidade é atravessado por uma série de discursos de campos distintos. A partir de uma perspectiva hegemônica, ele se vincula ao conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ tal qual elaborado no Relatório Brundtland, em 1987, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Nele o desenvolvimento sustentável é o “que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”. (BRÜSEKE, 1995, p.33). A partir deste ponto, entretanto, uma série de críticas tomam corpo. Dentre elas destacam-se as de Sachs (2002) – que questiona quais seriam essas necessidades, a quem elas diriam respeito e se estariam vinculadas à natureza ou ao crescimento econômico –, e as de Carneiro (2005) que atesta: “[...] tal como tematizada pelo relatório Brundtland, a ideia de desenvolvimento sustentável considera necessário e possível compatibilizar o “desenvolvimento econômico” indefinido com a diminuição contínua das

planificação vinculadas às considerações ambientais da governança neoliberal. Esse fator se expressa em distintos pontos do plano: “[...] o projeto do Plano de Ordenamento Territorial do Distrito Capital tem como efeito consertar com as autoridades cabíveis os assuntos exclusivamente ambientais”; “[...] promover um modelo territorial sustentável e um melhor aproveitamento e manejo adequado dos recursos naturais [...]” (BOGOTÁ D.C., 2000, tradução nossa)²¹²; etc.

Na mesma vertente, distribuídos em categorias, seus objetivos conformavam diretrizes: regionais (manejo ambiental); ambientais (melhorar a qualidade ambiental da cidade, proteger os territórios vulneráveis, interiorizar os custos ambientais das atividades urbanas e prevenir os impactos ambientais); rurais (aproveitamento sustentável dos recursos naturais); econômicos (oferta estratégica de solos para localização e modernização das indústrias, melhorar as condições dos espaços públicos e ampliar a oferta turística) e físicos (novas áreas de recreação) (BOGOTÁ D.C., 2000).

Montoya alerta para o fato de que o intuito principal do plano foi o de adentrar em processos de competitividade territorial ²¹³ já que, para os investidores, o discurso da sustentabilidade passou a ter papel relevante para a tomada de decisões de investimentos e localização de seus capitais. A partir desta perspectiva, é de valia a análise empreendida por Heynen e Robbins (2005). Para os autores, medidas desse calibre estão relacionadas à mercantilização das ecologias públicas urbanas que não se limitam apenas ao esverdeamento da cidade, mas também reinstitucionalizam a exploração dos recursos naturais – água, solo e ar –, além de incluir um valor ecológico como diferencial para a valorização dos produtos imobiliários. O próprio título do arquivo já evidencia a estreita relação que a natureza passa a ter com os processo de cunho neoliberal.

Assim, para acirrar a competitividade, o POT regulamenta Programas de Renovação Urbana com o intuito de possibilitar o “aproveitamento dos vazios existentes no solo urbano para gerar habitação, infraestrutura e equipamentos que conduzam a revitalizar a cidade construída” (BOGOTÁ D. C., 2000, tradução nossa)²¹⁴. Com a utilização de investimentos

desigualdades sociais e a preservação dos “recursos” e equilíbrios naturais” (CARNEIRO, 2005, p.27). Para o autor, entretanto, este exercício de compatibilização é uma contradição estrutural inarredável.

²¹² “[...] el proyecto de Plan de Ordenamiento Territorial del Distrito Capital, a efectos de concertar con dichas autoridades los asuntos exclusivamente ambientales; [...] promover un modelo territorial sostenible y el mejor aprovechamiento y manejo adecuado de los recursos naturales [...]”

²¹³ É necessária a menção de que elementos do POT foram retirados de um projeto, que se iniciou em 1994 e foi finalizado em 1997, chamado *Plan Estratégico para Bogotá 2000*. De iniciativa da Cámara de Comercio de Bogotá, com coordenação e financiamento da ONU, era indicativo do ideário dos planos estratégicos que foram realizados na escala global com o intuito de inserir as cidades num ciclo de competitividade mundial (MONTAYA, 2012).

²¹⁴ “[...] aprovechamiento de los vacíos existentes en el suelo urbano, para generar vivienda, infraestructura y

públicos, os projetos de renovação deveriam atrair investimentos privados com vistas a consolidar o centro da cidade e as demais centralidades, através de operações com tendência a uma forma de planejamento estratégico²¹⁵ aliado a tendências internacionais, principalmente ao Modelo Barcelona²¹⁶, considerado um paradigma do urbanismo neoliberal (MONTTOYA, 2012).

Assim, o que se percebe com esses Programas de Renovação somados às demais diretrizes do POT é o desenho de iniciativas que inauguram, conforme atesta Montoya, uma “outra ‘narrativa’ urbana de grande êxito: a patrimonialização, não somente dos elementos arquitetônicos, como também do capital cultural e natural da cidade” (MONTTOYA, 2012, p.412, tradução nossa)²¹⁷. Tal feito, juntamente com as regulamentações sobre os espaços públicos, marcou a tendência de entrega de bens coletivos a agentes privados (estádios, vias, parques, reservas naturais, dentre outros) e a inserção da cidade num ciclo global de projetos vinculados ao planejamento estratégico.

Percebe-se, neste escopo, a tentativa de fazer da cidade um produto competitivo mundialmente e conectado às tendências globais do planejamento urbano. Para isso, como será visto, os principais projetos levados a cabo, nas últimas décadas do século XX e princípio do XXI, inspiraram-se numa vertente do planejamento urbano pós-moderno conhecida como *New Urbanism* – forma de planejamento que surgiu nos Estados Unidos, no final da década de 1980, como uma alternativa aos subúrbios americanos. Corrente que esteticamente filia-se ao pós-modernismo e se opõe às correntes do modernismo das décadas anteriores (SOUZA, 2006).

Nesse sentido, o que se apregoou foi uma forma de romper com a ideologia moderna baseando-se na reintegração da vida urbana – na contramão da funcionalidade especializada do circular, trabalhar, morar e recrear –, através: da configuração de bairros de usos mistos e

equipamientos conducentes a revitalizar la ciudad construida.”

²¹⁵ O Planejamento Estratégico foi um dos modelos que concorreu para ocupar a vaga deixada pelos planejamentos de cunho moderno, racionalista e tecnocrático do momento moderno. Ele foi inspirado em conceitos e técnicas que vieram a reboque do planejamento empresarial e deveria ser adotado pelas cidades, já que elas estavam submetidas às mesmas condições e desafios das empresas. Seu discurso está baseado num pensamento de cidade como mercadoria (para o capital internacional, visitantes e usuários solváveis), empresa e pátria que deve contribuir positivamente para seu posicionamento, dentro de um ambiente de concorrência com outras cidades. Ainda, as parcerias público-privadas assegurariam os interesses do mercado e sua representação nos processos de planejamento e decisão. (VAINER, 2002)

²¹⁶ O Modelo Barcelona foi exportado não apenas para a maior parte da América Latina, mas para o mundo como uma variante da cidade-empresa-cultural. Barcelona conseguiu adicionar às características do planejamento estratégico um ingrediente inovador: o marketing que vinha a reboque das Olimpíadas de 1992. Arantes (2002) resume o significado geral deste modelo: “desenvolver uma imagem forte e positiva da cidade, explorando ao máximo o seu capital simbólico, de forma a reconquistar sua inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais. (ARANTES, 2002, p.54)

²¹⁷ “[...] otra ‘narrativa’ contemporánea de gran éxito: la patrimonialización, no solo de los elementos arquitecturales, sino también del capital cultural y natural de la ciudad”.

adaptados aos pedestres por meio de cidades compactas; da defesa do espaço público; e de investimentos em projetos arquitetônicos. Entretanto, o que se colheu foi a despolitização do *New Urbanism*, acompanhada de altas densidades e da proliferação de edifícios de mais de vinte andares (MONTTOYA, 2012). Com isso, de acordo com Montoya (2012):

Seria possível presumir, então, que em grande medida a filosofia pós-moderna da cidade foi somente uma desculpa para legitimar as ações de um grupo interessado em desmontar o modelo fordista e impor um urbanismo desregulado, mantendo uma alta seletividade sobre os princípios da cidade reivindicados e descartando aqueles incompatíveis com o empreendedorismo urbano dominante. (MONTTOYA, 2012, p.433, tradução nossa)²¹⁸

Desse modo, mesmo apregoando a necessidade de trazer de volta aspectos de uma cidade mais humanizada, por meio de projetos que valorizassem a escala humana e os espaços públicos, *New Urbanism* não se afastou da tendência de compatibilização entre o lucro capitalista e a renovação da cidade. Ou como mostra Harvey (1989), tais projetos, ao assumirem o foco da atenção pública e política, desviaram as preocupações e os investimentos de problemas mais abrangentes que deveriam ter como direção o território de um modo mais abrangente.

Dos processos de renovação urbana conduzidos, as colocações de Calderón (2010) indicam que as intervenções majoritárias foram designadas sobre o centro tradicional – localidade de Los Mártires, La Candelária e Santa Fé e, parcialmente, Teusaquillo – através do *Programa de Renovación Borde Centro Tradicional* (Programa de Renovação Arredores do Centro Tradicional) que se desmembrou em cinco projetos: *Proyecto Renovación Tercer Milenio*²¹⁹ (Projeto Renovação Terceiro Milênio), *Estación de La Sabana, Las Cruces, Cementerio Central* (Cemitério Central) e *La Salud*.

O que se percebeu foi a condução e o controle desses processos pelas elites que atuaram com o intuito de obter benefícios exclusivos por meio da remoção de famílias de baixo ingresso de posições centrais da cidade (MONTTOYA, 2012). Essas, por sua vez, do aluguel no centro histórico, passaram a viver na periferia em moradias autoconstruídas geralmente em bairros ilegais ou piratas (MEJIA, 2007). Nesse sentido, nas três últimas décadas, o centro tradicional observou um crescimento populacional negativo e bastante distinto da realidade do Distrito

²¹⁸ “Podría presumirse entonces, que en gran medida la filosofía posmoderna de la ciudad solamente fue una excusa para legitimar las acciones de un grupo interesado en desmontar el modelo fordista e imponer un urbanismo desregulado, manteniendo una alta selectividad sobre los principios de la ciudad reivindicados y descartando aquéllos incompatibles con el empresarialismo urbano dominante.”

²¹⁹ Embora seu projeto tenha sido formulado antes do *Plan Centro*, ele se integrou a este último como um projeto estratégico de desenvolvimento (CALDERÓN, 2010).

Capital – no qual o número de habitantes quase triplicou no período entre 1972 (2.496.172 habitantes) e 2005 (6.840.115 habitantes) (CALDERÓN, 2010).

Foi no final da década de 1990 que as transformações urbanísticas realmente ocorreram no setor de maneira mais contundente. Dentre os administradores municipais, foi Enrique Peñalosa (1998-2001) quem atuou de modo amplo no que se referia aos projetos de renovação, com o Plano de Desenvolvimento Municipal *Por la Bogotá que Queremos* (Pela Bogotá que queremos). A estratégia principal consistia em “recuperar o espaço público onde se compartilha socialmente a cidade [...]. Trata-se de relocalizar o centro conceitual da cidade no ser humano e fundar parte das bases para recompor a vida em comum em Bogotá” (BOGOTÁ D.C., 1998, tradução nossa)²²⁰.

De acordo com Silva (2008), para o prefeito do Distrito Capital, o principal fator que gerava as atitudes de incivilidade na cidade era a má qualidade de seus espaços. Esse fato remete ao plano de desenvolvimento da prefeitura de Antanus Mockus (1995-1997), que o antecedeu. Mockus não se voltou para as questões espaciais da cidade de forma tão sistemática como Peñalosa. Suas ações visavam readequar o contexto para alterar os usos, promovendo maior respeito e cumprimento de normas. Mas como pontua Fernández (2010):

É aí onde se apresenta o risco de que a reconstrução de ‘tabus’ orientados a promover ‘civismos’ na esfera pública facilite ao mesmo tempo formas de exclusão social. O caso mais visível é o dos vendedores ambulantes, *desplazados* e indigentes, que como ‘anomalías taxonómicas’ se converteram em índices de desorden urbana”. (FERNÁNDEZ, 2010, p.68, tradução nossa)²²¹

Os enfoques de Mockus recaíram sobre posicionamentos acerca do comportamento dos cidadãos diante da cidade. Seu plano, batizado de *Cultura Ciudadana* (Cultura Cidadã), buscava a transformação dos hábitos, por meio de instrumentos governamentais que introduziriam certos padrões de comportamento coletivos. Foram utilizados dispositivos pedagógicos, intervenções espaciais, ações comunicativas, símbolos e novos arranjos institucionais. Foi também criado o *Observatorio de Cultura Urbana*. O objetivo era revelar a falta de civilidade e de confiança na cidade, para que se desenhassem as futuras intervenções. Sua administração também desenvolveu um discurso de saúde pública, através de um enfoque

²²⁰ “[...] en recuperar el espacio público en donde se comparte socialmente la ciudad [...]. Se trata de reubicar el centro conceptual de la ciudad en el ser humano y fundar parte de las bases para recomponer la vida en común en Bogotá.”

²²¹ “Y es desde acá que se presenta el riesgo de que la reconstrucción de ‘tabus’ orientados a promover ‘civismos’ en la esfera pública facilite al mismo tiempo formas de exclusión social. Lo caso más visible es el de los vendedores ambulantes desplazados y indigentes, quienes en cuánto ‘anomalías taxonómicas’ se convirtieron en índices de ‘desorden urbano’.”

epidemiológico da violência, para conter fatores de risco, tais como: violência familiar, uso extensivo de álcool e drogas, organismos policiais e judiciais ineficientes, etc. A partir de determinadas diretrizes e ações, a violência tornou-se mapeável e reconhecível. Mas a pergunta que se levantou a partir de críticas realizadas às formas de condução de sua política foi: ordem e segurança segundo quem e para quem? (FERNANDÉZ, 2010).

Embora melhorias no acesso a direitos básicos e serviços públicos, assim como avanços relativos à segurança, saúde, educação, infraestrutura e aos transportes e serviços domiciliares sejam atribuídos às administrações de Mockus-Peñalosa-Mockus²²², ambas as administrações também convergiram para valores neoliberais. Esse fato, no que concerne ao planejamento urbano, é indicativo, principalmente em Peñalosa, da consonância com a vertente do *New Urbanism*. Como mostra Souza (1996), o esforço que se observa é o da “compatibilização do desenvolvimento urbano, em seu sentido capitalista, com certos valores ‘comunitários’ e com uma certa ‘escala humana’” (SOUZA, 1996, p. 144). O enfoque recai no redesenho do espaço e do território como principal instrumento de mudanças, não apenas da cidade, mas do próprio comportamento humano. A maioria de seus esforços esteve centrada, como ressalta Fernandez (2010), na espacialização da cidade democrática.

Essa perspectiva se alastra até os *habitantes de calle* – ora chamados, no Plano de Desenvolvimento de Peñalosa, de indigentes. As referências a essa população são feitas no bojo de algumas outras consideradas vulneráveis e todas são colocados dentro de um escopo geral, sem a definição de suas especificidades ou particularidades:

O Programa busca ampliar o acesso efetivo e oportuno da população em pobreza crítica e em condições de exclusão social aos serviços de bem estar básico e a oportunidades de vinculação social, mediante ações de proteção e prevenção. Estas ações estarão dirigidas prioritariamente a crianças, idosos e moradores de rua. (BOGOTÁ D.C., 1998, p.10, tradução nossa)²²³

Na prestação de contas do prefeito, ao final da administração, ficou mais clara a estratégia do redesenho urbano, a partir dos projetos de intervenção no espaço como mecanismo principal de arrefecimento dos conflitos relacionados à vida na rua. Sobre os *adultos de calle*, os informes apontam: “Das estratégias de atenção ao alto risco e à exclusão social, há que se destacar dois programas que iniciaram ações sociais e intervenções urbanas de grande

²²² Após o fim da administração de Peñalosa, Mockus retornou como *alcalde* do Distrito Capital para mais um mandato.

²²³ “El programa busca ampliar el acceso efectivo y oportuno de la población en pobreza crítica y en condiciones de exclusión social a los servicios de bienestar básico y a oportunidades de vinculación social, mediante acciones de protección y prevención. Estas acciones estarán dirigidas prioritariamente a niños, ancianos y habitantes de calle.”

magnitude nesta prefeitura, o *Plan Centro* e o *Programa de Renovación Urbana* (BOGOTÁ, 2015f, p.26).

Das informações que seguem este excerto, uma parte está relacionada a dados quantitativos censitários sobre os moradores de rua. O restante, a maior parte, justifica a “intervenção urbana de grande magnitude” realizada no El Cartucho – a ser explorada em detalhes mais à frente – que significou o *desplazamiento* de milhares de *habitantes de calle*, sem contar os residentes e comerciantes do bairro de Santa Inés, para a criação do Parque Tercer Milenio²²⁴.

Para conduzir os trabalhos propostos foi criada, em 1999, a Empresa de Renovación Urbana (ERU) (Empresa de Renovação Urbana). O Acuerdo 33, de 1999, que cria a ERU, deixa claro tanto a estratégia de implementação de parcerias público-privadas para viabilizar as obras como desvincula a empresa da realização de projetos de urbanismo. Estes componentes da lei, por um lado, reforçam a trajetória do empreendedorismo urbano e da competitividade entre cidades e, por outro, criam um mercado para as ações no território e afastam o poder público das decisões mais próximas aos desenhos a serem implementados. A urbanização fica, portanto, a cargo do mercado imobiliário.

Cria-se, como empresa industrial e comercial do Distrito Capital, vinculada a Alcaldía Mayor de Santa Fé de Bogotá, a entidade denominada Empresa de Renovación Urbana de Bogotá D.C., dotada de representação legal jurídica, autonomia administrativa e capital independente. [...]

A Empresa de Renovación Urbana de Bogotá D.C., tem por objetivo gerir, liderar, promover e coordenar, mediante sistemas de cooperação, integração imobiliária ou reajuste de terras, a execução de atuações urbanas integrais para a recuperação e transformação de setores deteriorados do solo urbano, mediante programas de renovação e redensolvimento urbano, e para o desenvolvimento de projetos estratégicos no solo urbano e de expansão com o fim de melhorar a competitividade da cidade e a qualidade de vida de seus habitantes. [...]

Em nenhum caso a Empresa de Renovación Urbana de Bogotá D.C., poderá executar de forma direta obras de urbanismo. (BOGOTÁ D.C., 1999, tradução nossa)²²⁵

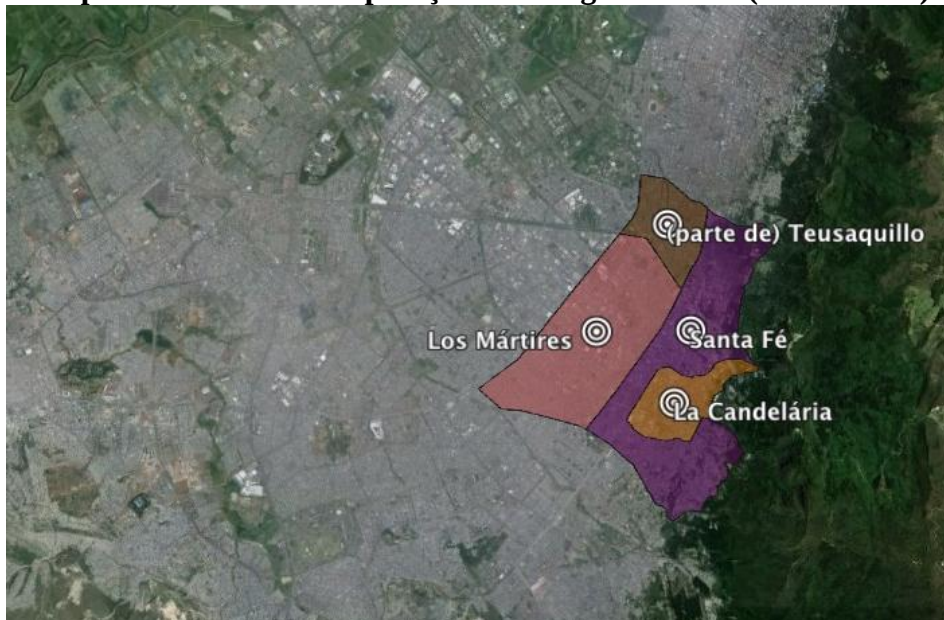
²²⁴ O nome do parque foi dado em razão do desejo de Peñalosa de transformar Bogotá na cidade referência com relação ao trato dos espaços públicos no terceiro milênio.

²²⁵ “Créase, como una empresa industrial y comercial del Distrito Capital, vinculada a la Alcaldía Mayor de Santa Fé de Bogotá, la entidad denominada Empresa de Renovación Urbana de Bogotá D.C., dotada de personería jurídica, autonomía administrativa y capital independiente. [...] La Empresa de Renovación Urbana de Bogotá, D.C., tiene por objeto, gestionar, liderar, promover y coordinar, mediante sistemas de cooperación, integración inmobiliaria o reajuste de tierras, la ejecución de actuaciones urbanas integrales para la recuperación y transformación de sectores deteriorados del suelo urbano, mediante programas de renovación y redesarrollo urbano, y para el desarrollo de proyectos estratégicos en suelo urbano y de expansión con el fin de mejorar la competitividad de la ciudad y la calidad de vida de sus habitantes. [...] En ningún caso la Empresa de Renovación Urbana de Bogotá, D.C., podrá ejecutar en forma directa obras de urbanismo.”

Dos projetos de renovação encaminhados na gestão de Peñalosa, os mais significativos foram conduzidos dentro da área central: Eje Ambiental de la Avenida Jimenez, Plaza de San Victorino e Parque Tercer Milenio. Parte dos investimentos veio da privatização parcial da Empresa de Energía de Bogotá. A principal questão que se levanta, neste aspecto é: a quem foram destinados e de que maneira ocorreram os benefícios desses processos de renovação? Avaliações e análises posteriores contribuirão para o desvelo deste questionamento.

Na atualidade, planos similares a esses encontram-se em gestação, outros já em fase de implementação. O fato é que, em sua maior parte, estão sendo desenhados com vistas à transformação da área central. Foram elaborados a partir do *Plan Zonal Centro*²²⁶ (ou *Plan Centro*), de 2007, – por sua vez, derivado da Operação Estratégica Centro, de 2004 – e têm suas alterações de prioridades ou perspectivas aliadas às mudanças da administração municipal. De qualquer modo, dentre seus principais objetivos estão: fortalecer e posicionar o centro como nó internacional, nacional e regional; proteger o patrimônio cultural; promover a renovação urbana (CALDERÓN, 2010). O Mapa 15 mostra os limites do *Plan Centro*, que englobou as localidades de Los Mártires, Santa Fé, La Candelária e uma parte de Teusaquillo.

Mapa 15 – Limites da Operação Estratégica Centro (*Plan Centro*)



Fonte: Adaptado de Google Earth.

Para Perilla (2008), esse papel que é relegado ao centro vai ao encontro das tendências de inserção da cidade em um mercado de consumo imagético e cultural, com marcante predominância de atividades relacionadas ao turismo, através da recuperação de seus centros

²²⁶ Seus limites são coincidentes com o chamado centro tradicional.

históricos carregados de heranças culturais, arquitetônicas e de memória. Isso é evidente na revisão do POT, em 2003, quando ficou estabelecido que:

Os projetos de renovação urbana, com investimentos públicos, se orientarão para trazer investimentos privados para consolidar o centro da cidade de Bogotá como centro da rede regional de cidades e para consolidar as centralidades através de operações estratégicas. No centro será promovida a localização de atividades de impacto regional tais como:

- Instalações hoteleiras e de turismo regional, nacional e internacional.
- Recuperação do centro histórico com área residencial e centro cultural de Bogotá e da região.
- Organização do terminal de carga e passageiro por linha férrea.
- Consolidação do centro hospitalar, centro universitário e moradia.
- Recuperação, adequação e manutenção do espaço público. (BOGOTÁ D.C., 2003, tradução nossa)²²⁷

Esse modelo é exemplarmente exposto em um vídeo institucional da Alcaldía de Bogotá, do ano de 2009, realizado para divulgar o *Plan Centro* para os colombianos, durante a administração de Samuel Moreno Rojas²²⁸. Além da apresentação de algumas imagens (FIG. 9) das intervenções, foram realizadas curtas entrevistas. A primeira delas, feita com um turista nova-iorquino, explicita: “Ela parece (a cidade) bastante colonial e parece ter uma boa noção dela mesma. Os edifícios são muito bonitos e as montanhas também. E as pessoas são muito, muito amigáveis” (PLAN CENTRO..., 2009, tradução nossa)²²⁹. Em seguida, é exibida a fala do proprietário de um dos cafés mais tradicionais do bairro La Candelária: “É mais positivo (o *Plan Centro*) do que negativo porque tem um valor histórico que ninguém imagina. Os turistas e até mesmo os cidadãos não sabem e não têm a ideia do quanto vale o centro” (PLAN CENTRO..., 2009, tradução nossa)²³⁰. As demais entrevistas foram feitas com um residente, um ator, um diretor de teatro, e, finalmente, com um artista/morador de La Candelária. O conteúdo não deixa dúvidas sobre a argumentação de Perilla e sobre o apelo marqueteiro do filme.

²²⁷ “Los proyectos de renovación urbana, con inversión pública, se orientarán a atraer inversión privada para consolidar el centro de la ciudad de Bogotá como centro de la red regional de ciudades y para consolidar las centralidades a través de operaciones estratégicas. En el centro se promoverá la localización de actividades con impacto regional, tales como:

- Instalaciones hoteleras y de turismo regional, nacional e internacional.
- Recuperación del centro histórico como área residencial y centro cultural de Bogotá y la región.
- Organización del terminal de carga y pasajeros por vía férrea.
- Consolidación del centro hospitalario, centro universitario y vivienda.
- Recuperación, adecuación y mantenimiento del espacio público”.

²²⁸ Rojas encontrava-se, em 2015, preso e à espera de julgamento por desvios de dinheiro público. Por esse motivo, ao final de 2011, foi afastado do cargo.

²²⁹ “It’s very colonial and it has a very good sense of itself. The buildings are really beautiful and the mountains are really like that. And the people have been really, really friendly”.

²³⁰ “Es más positivo que negativo porque tiene un valor histórico que nadie se imagina. Los turistas o los mismo ciudadanos no saben ni tienen la idea de que vale el centro”.

Figura 9 – Plan Centro, 2009



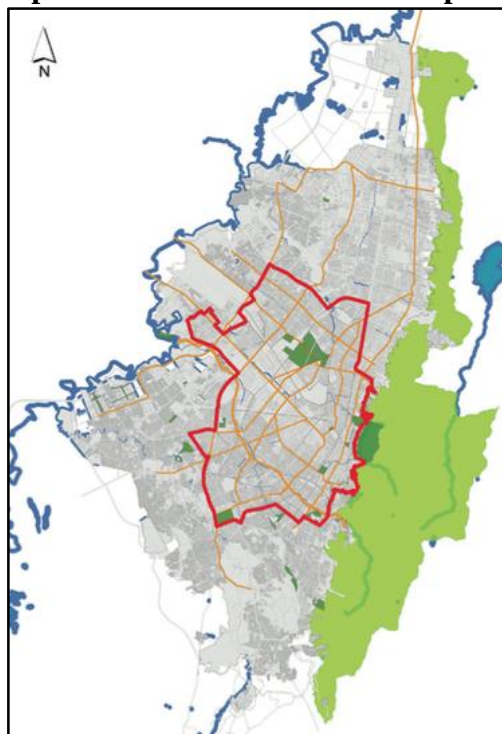
Fonte: PLAN CENTRO... (2009)

O que se percebe é que desde as novas formas de produção do espaço social iniciadas, mais fortemente, por Peñalosa, poucas alterações no trato dessas questões foram propostas ou implementadas. É apenas com o início da administração de Gustavo Petro, em 2012, que se notam mudanças de rumo relacionadas ao planejamento urbano.

Isso pode ser visto no Plano de Desenvolvimento Municipal *Bogotá Humana*²³¹, que traz uma nova proposta para a área central com o *Plan Urbano del Centro Ampliado de Bogotá* (Plano Urbano do Centro Ampliado). Embora a meta principal ainda seja a da criação de estratégias para a sua renovação por meio da defesa de projetos de “revitalização urbana”, passa a existir um modo de percebê-lo não apenas pelas dinâmicas de base econômica. A *Bogotá Humana* “[...] surge de uma abstração relacionada com como se vive a vida na cidade e não a partir das anteriores conceitualizações baseadas exclusivamente no reconhecimento das aglomerações das atividades econômicas” (BOGOTÁ D.C., 2014c, p.16, tradução nossa)²³². Desse modo, seus limites passam a englobar novas localidades (MAPA 16) e levam em consideração os seguintes elementos: condições de mobilidade, concentração de centros geradores de emprego, densidade residencial, densidade populacional e áreas com potencial para reconversão de uso.

²³¹ Os eixos norteadores da Bogotá Humana são: superar a segregação e a discriminação social; enfrentar a mudança climática; defender e fortalecer o poder público.

²³² “[...] surge de una abstracción relacionada con cómo se vive la ciudad y no a partir de las anteriores conceptualizaciones basadas exclusivamente en el reconocimiento de las aglomeraciones de actividades económicas”.

Mapa 16 – Limites do Centro Ampliado

Fonte: Bogotá D.C. (2014c)

Na justificativa do plano são criticados os modelos de planejamento modernistas que, ao estabelecer zonas específicas para o desenvolvimento das atividades, findaram por acirrar, na cidade, a segregação socioespacial. Assim, dentro do escopo da *Bogotá Humana* e no âmbito do planejamento urbano, o principal intuito foi o da diminuição da segregação e, para isso, lançou-se mão de estratégias de projetos que previam, principalmente, usos mistos e diversificação dos estratos sociais nas áreas de intervenção.

De fato, como em algumas intervenções que serão mostradas mais adiante – principalmente na Triângulo de Fenícia –, passaram a ser utilizados instrumentos que buscam alterar condições anteriores de localização de moradia e, embora a estratégia *bulldozer* – da máquina demolidora que transforma quarteirões em tábula rasa – continue, os reassentamentos são previstos para as mesmas áreas de desapropriação na proporção de 1m².

O que mais chama a atenção, porém, tendo em vista o tema desta tese, é o fato de que, diferentemente do *Plan Centro*, os *habitantes de calle* são considerados como cidadãos participantes da dinâmica cidadina e passam a ser chamados de *Ciudadanos Habitantes de Calle* (CHC). O plano não apenas absorve os dados dos censos de *habitantes de calle* realizados em 2007 e 2011, e dos *Diagnosticos Locales con Participación Social* 2009-2010 (Diagnósticos Locais com Participação Social 2009-2010) das localidades de Santa Fé, Los Mártires e La Candelária como, ao invés de considerá-los meramente como pontos localizados em um

território e formatadores de regiões de concentração, insegurança, deterioração e perigo – em momento algum é feita esta correlação –, observam como seus modos de vida “evidenciam importantes aspectos da dinâmica urbana e de como estes cidadãos ocupam o território e de como, da mesma forma que os outros atores, configuram espaços urbanos associados a múltiplas representações sociais que os outros cidadãos têm deles” (BOGOTÁ D.C., 2014c, p.62, tradução nossa)²³³.

Finalmente, e mais além das intervenções de âmbito distrital, é importante evidenciar que por Bogotá ser, além da capital do distrito de Cundinamarca, a capital do país e, portanto, um distrito capital, sobre ela incidem projetos de nível nacional. Este fato é relevante em função de um dos projetos mais polêmicos e gerador das maiores discussões e conflitos na atualidade estar localizado no centro histórico e administrativo. Trata-se do *Proyecto Ministerios* (Projeto Ministérios) – que será comentado concomitantemente com a abordagem do Parque Tercer Milenio. Ele visa, dentre outros objetivos, a ampliação dos escritórios públicos nacionais em quarteirões do centro tradicional e se baseia na desapropriação de uma ampla área ocupada, hoje, por comerciantes tradicionais do centro histórico.

Nesse sentido, o centro tradicional assume relevância, não apenas por ser o *locus* de implementação dessas renovações. Já foi mencionado que os lugares de maior concentração de *habitantes de calle* também coincidem com a área central – correspondente às localidades de Los Mártires, La Candelária e Santa Fé – o que corrobora com a necessidade de uma visão mais cuidadosa sobre o lugar, tendo em vista a especificidade desta tese. A presença desses sujeitos urbanos nestas regiões é confirmada pela literatura pertinente, por diagnósticos e relatórios dos órgãos governamentais e pela própria pesquisa de campo. Ainda, a presença e permanência dos moradores de rua nestas localidades vem fazendo com que ações e percepções sobre a questão da segurança incidam diretamente nos discursos que são produzidos sobre o tema e também com que as justificativas das necessidades da implementação dos projetos de renovação passem diretamente sobre as questões relacionadas à marginalidade, à degradação, à informalidade – principalmente do comércio – e ao uso de drogas.

Assim, para explorar as questões vinculadas aos pontos que estão sendo analisados em cada um dos momentos históricos do planejamento urbano de Bogotá – o eixo norte-sul, o centro e os projetos de renovação – será feito um exercício ampliado, já que este período de tempo relativo à contemporaneidade incorpora o da pesquisa de campo. Desse modo, às

²³³ “[...] evidencian importantes aspectos de la dinámica urbana y de cómo estos ciudadanos ocupan el territorio y de cómo, al igual que otros actores, configuran espacios urbanos asociados a múltiples representaciones sociales que otros ciudadanos tienen de ellos.”

informações advindas dos dados secundários e da literatura específica serão adicionados os dados e perspectivas relacionados às atividades de investigação no próprio campo. Será feita, então, uma divisão que abordará separadamente cada um desses pontos, sendo que os projetos de renovação urbana conduzidos no centro tradicional na gestão de Peñalosa – San Victorino, Eje Ambiental e Parque Tercer Milenio – servirão como ponto de partida²³⁴ (MAPA 17). Desse modo, ao analisá-los serão feitas conexões com seu entorno de modo a compreendê-los como regiões de abrangência *vis a vis* à temática da moradia na rua. O interessante, nesta perspectiva, é que, a partir dessas regiões, é possível cobrir todas as áreas que se delinearam como de maior concentração de moradores de rua durante a pesquisa. Finalmente, a partir dos dados advindos dessas operações será possível abarcar os discursos sobre a segurança cidadina tão amplamente utilizados como razões e justificativas desses mecanismos de intervenções urbanas, e os mecanismos e estratégias de poder/saber relacionados à vida na rua.

Mapa 17 – Localização: Plaza de San Victorino, Eje Ambiental e Parque Tercer Milenio



Legenda: em cores distintas estão marcadas as localidades de Los Mártires, Santa Fé e La Candelária.
Fonte: Adaptado de Google Earth.

4.4.1 O Eixo Norte-Sul

O eixo norte-sul, no que diz respeito à política de solos levada a cabo neste período histórico, manteve a lógica corrente de urbanização da classe média no ocidente e das classes altas no norte. Neste último, tornaram-se característicos os complexos residenciais,

²³⁴ Parte destes planos e projetos foram conhecidos durante o período de residência em Bogotá. Na estadia foi possível conhecer de perto os conflitos que tais propostas provocavam entre os diversos atores envolvidos.

frequentemente de apartamentos, caracterizados pela exclusividade vinculada à autoexclusão, redução e privatização de espaços públicos, aliada a sistemas sofisticados de segurança. Já ao sul, cada vez mais distante do centro, mantiveram-se as classes mais baixas. Concomitantemente a essa política, foi elaborado um plano viário que, de forma completamente distinta do momento estudado anteriormente, não exerceu um protagonismo na planificação. De modo amplo, buscou conectar fragmentos viários internos – o que manteve a tendência de expansão para o sul e o ocidente –, mas organizou um sistema integrado de transporte – o Transmilenio²³⁵ – com corredores preferenciais e ônibus articulados que seguiram os traçados das principais vias da cidade. Considerado como um dos maiores logros da administração de Peñalosa, junto à sua implementação foram conduzidas melhorias estruturais das vias já existentes, consoante ao lema de seu governo relacionado à melhoria dos espaços públicos. Desse modo, além da pavimentação, ocorreu a redução de estacionamentos nos passeios e faixas de rolamento – majoritariamente na área central – e a implantação de uma rede de rotas cicloviárias (MONTTOYA, 2012). Todos esses feitos visaram a favorecer e privilegiar os pedestres.

Do ponto de vista da presença de *habitantes de calle*, a pesquisa de campo possibilitou iluminar algumas dinâmicas referentes aos setores norte e sul. Durante a participação com a SDIS no *Autocuidado Móvil*²³⁶, no bairro Kennedy – localizado na porção sul-ocidental da cidade –, uma boa parte dos atendimentos direcionou-se a *habitantes de calle recicladores*, o que possibilitou confirmar uma dinâmica já mencionada em uma etapa anterior. Dali, local onde alguns *habitantes de calle* têm famílias ou moradias estabelecidas, eles partem para os percursos de reciclagem que podem levar até cinco dias caso cheguem até as localidades mais ao norte. O número de carrinhos estacionados próximo ao local onde ocorria a oferta dos serviços sociais chamava a atenção (FIG. 10). Já tendo participado desta mesma atividade na região central, em três outras oportunidades, embora também notasse a presença de recicladores, o número de carrinhos era bem reduzido²³⁷. Nesses locais, os atendimentos podiam atingir o número de 500 pessoas por dia – principalmente quando ocorriam nas imediações da Plaza de Los Mártires, em frente à *olla* do Bronx – enquanto que nas jornadas do sul os atendidos atingiam cerca de 300 a 400 pessoas.

²³⁵ Esse sistema de transporte de massa foi implementado na administração de Peñalosa, após vários debates que avaliavam a confrontação deste sistema com o metrô (SILVA, 2009).

²³⁶ A participação nesta atividade, no bairro Kennedy, em Bogotá, ocorreu no dia 23/12/2015.

²³⁷ É necessário ressaltar que não é apenas a posse ou presença de carrinhos que identifica os *habitantes de calle* que reciclam. Boa parte dos *habitantes de calle recicladores* faz várias viagens por dia carregando sacos repletos de material reciclável até os locais onde podem vendê-los. Entretanto, para que valha a pena o deslocamento até o norte, o carrinho é fundamental, pois o seu preço pode chegar a 50.000 pesos (R\$ 60,00).

Figura 10 – Autocuidado Móvil - Bairro Kennedy



Legenda: a foto mostra os carrinhos de reciclagem estacionados enquanto os moradores de rua recicladores participavam dos serviços oferecidos.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

No serviço social foi possível também conversar com uma enfermeira voluntária da comunidade Donum Christi – Servidores del Servidor Di Padre Pio, parceira da prefeitura em alguns dos atendimentos prestados aos *habitantes de calle*. Embora a sede da comunidade estivesse localizada no bairro de Santa Fé²³⁸, em Los Mártires, por morar na região, ela inaugurou um núcleo de serviços próximo de onde estávamos. Era notório o conhecimento que tinha não apenas do entorno, mas também dos que chegavam para os atendimentos, já que se cumprimentavam de forma efusiva e com intimidade. Ela contou que a poucos metros dali havia uma *olla* e, por isso, muitos dos que vagavam pelas ruas do bairro e redondezas eram consumidores de drogas. Entretanto, diferentemente do centro da cidade, o número era bem reduzido e a faixa etária era predominantemente de jovens que, pelo vício, já necessitavam de tratamento médico e odontológico com grande frequência. Enquanto conversávamos sob a sombra de uma das carretas, um homem acendia, segundo alardeava, seu primeiro *bareto* do dia.

²³⁸ É necessário evidenciar que, em Bogotá, há o bairro de Santa Fé na localidade de Los Mártires e também a localidade de Santa Fé. Ambos na região central.

Se o sul não exibia conflitos evidentes com relação à permanência e aos deslocamentos de seus *habitantes de calle*, com referência ao norte a própria configuração de seus espaços – condomínios verticais murados, centros comerciais de luxo, ruas e avenidas amplas – aliada às estratégias de vigilância privada, dificultava a permanência. Apesar da presença de moradores de rua em alguns bairros, o número era bastante reduzido. De acordo com a observação de campo, a maior parte realizava atividades relacionadas ao trabalho. Já os que conseguiam fixar-se, estavam no local há mais tempo por terem estabelecido contatos com a vizinhança. Essa era uma estratégia frequente: tornarem-se conhecidos e tecer relações de confiança com moradores e comerciantes que os auxiliavam com pequenos trabalhos e doações de alimentos e roupas.

Essa era a situação de “Morado”, que de forma intermitente já acumulava mais de 30 anos de vida na rua. Já havia participado de programas da prefeitura com vistas ao que é denominado como “processo de reinserção social”. Entretanto, como usuário de drogas, teve uma recaída e abandonou o processo. “Morado” vive às margens de um pequeno curso d’água, sob uma ponte, na porção mais ao norte da localidade de Teusaquillo. A conversa com ele ocorreu à noite, durante a participação no *contacto activo*, promovido pela SDIS²³⁹. Enquanto tomava *chamberlay*²⁴⁰, falou sobre seu cotidiano. Estava já há algum tempo por ali. Apontando para um pequeno túnel escuro conformado pelas bases que sustentavam a ponte, mostrou sua casa. Quando se afastava, o rumo era sempre as *calles* mais para o norte, pois não só conhecia todos como todos o conheciam. Aquela era a sua comunidade e esse fato era muito importante para a sua sobrevivência, principalmente no que se referia à segurança. Ao ser perguntado sobre trabalho, levantou ambas as mãos e apontou os calos nelas formados. Para comprar bebida, trabalhava nos sinais, lavando os vidros dos carros.

Nesse mesmo dia, outros três encontros possibilitaram confirmar a tendência principal do setor norte como lugar de desenvolvimento de atividades de trabalho para alguns *habitantes de calle*. O primeiro deles foi com um casal que morava há cerca de oito anos às margens do mesmo rio – em sua porção mais oriental, já no bairro de Chapinero. A mulher, muito cansada, justificou a fadiga: “Hoje fomos bem para cima, ao norte. Caminhamos até a Calle 85 buscando material” (moradora de rua, tradução nossa)²⁴¹. Depois de um tempo de conversa, me convidou a conhecer a casa dela, mas não antes de colocar para fora um dos três cachorros que considerava como parte da família e que, com frequência, dormia com ela. Os cães, além de

²³⁹ A participação nesta atividade ocorreu no dia 25/09/2014.

²⁴⁰ *Chamberlay* é uma bebida muito comum entre os que vivem na rua, feita da mistura de álcool etílico e refrigerante.

²⁴¹ “Hoy fuimos muy alto pa’l norte. Caminamos hasta la Calle 85 buscando material”.

dar segurança e afeto, eram também uma estratégia de aquecimento nas noites frias de Bogotá. O carrinho de reciclagem, utilizado durante o dia, à noite transformava-se em casa. Com muito orgulho, falou sobre as roupas de cama que estavam sempre limpas e mostrou, em um dos cantos, a pequena televisão a bateria – que deixava recarregando em um posto de gasolina próximo dali – que lhe possibilitava acompanhar as novelas, inclusive as brasileiras.

O segundo contato foi no Parque Santa Fé, em Los Mártires. O local era um ponto de encontro e socialização de moradores de rua – um *parche* – que, entre residentes do local e transeuntes, conversavam, bebiam, tocavam instrumentos improvisados, dormiam, fumavam *bareto* e se exercitavam em aparelhos de ginástica espalhados em uma parte da praça. Ali aconteceu a conversa com “Relajado”, um jovem de 23 anos, usuário de drogas, que não frequentava mais as imediações do centro histórico devido a certas confusões nas quais havia se metido. Para ele, o ambiente da Plaza España e do Bronx era muito pesado e como havia pequenas *ollas* próximo de onde estávamos, conseguia ali mesmo o *basuco* ou o *bareto*. Disse ter acabado de fumar um *bareto* e, ao ser questionado sobre como conseguia o dinheiro para comprá-lo, não tardou em responder: “Trabalhando”. No final do dia, geralmente subia para as *calles* do norte para roubar aquilo que estivesse ao alcance das mãos: carteiras, celulares, mochilas, relógios, etc.. O contato com “Relajado” também ocorreu em outro momento da pesquisa²⁴², algumas semanas mais adiante, numa jornada noturna de distribuição de alimentos com o grupo de laicos da Comunidad de las Hijas de la Caridad de San Vicente de Paúl²⁴³. Ao final da atividade, ele me disse em confiança: “Agora vou para o norte. Fazer sabe o quê? Trabalhar!” (“Relajado”, informação verbal, tradução nossa)²⁴⁴.

Também pelo trabalho, outro morador de rua, “Listo”, subia sempre para o norte onde todos já o conheciam e onde, portanto, já se sentia seguro. Ele tinha 36 anos, sendo 20 de vida na rua. A conversa²⁴⁵ ocorreu no Centro de Acogida Javier Molina. Ele trabalhava em um parque, na porção norte do Chapinero, vendendo *marijuana* para pessoas de estratos mais altos, principalmente modelos e estudantes. Como seu companheiro de trabalho havia sido preso, era necessário que se afastasse das *calles* por alguns dias e, por isso, estava no Centro.

Antes de passar adiante, é válido pontuar dois outros fatos experienciados nessa região da cidade que evidenciam o rechaço à presença de moradores de rua no setor. O primeiro deles está relacionado a uma área de uso comercial, a Zona T. Ela está situada entre as *calles* 79 e 85

²⁴² Este era um fato corriqueiro durante as atividades de campo: reencontrar *habitantes de calle* que já havia conhecido em momentos anteriores. Isso foi fundamental para perceber fluxos, trajetórias e rotinas.

²⁴³ Esta jornada noturna ocorreu no dia 21/10/2014.

²⁴⁴ “Ahora me voy pa’l norte. Hacer sabe que? Trabajar!”

²⁴⁵ A conversa ocorreu no dia 15/01/2015.

e as *carreras* 11 e 15 e aglomera lojas de grife, um setor gastronômico, amplamente visitado por turistas e residentes de estratos altos, e um famoso centro comercial, o Andino. Em frente ao estacionamento do centro comercial, onde longas filas de carros imponentes ocupados por uma ou duas pessoas aguardavam para estacionar, um *habitante de calle* tentava, sem sucesso, se aproximar dos usuários de bares e lojas. A cada tentativa, era abordado por um segurança do local que o conduzia para alguns metros mais além do estabelecimento e pedia para que se afastasse.

O segundo fato aconteceu durante o acompanhamento do *contacto activo*, no período da manhã²⁴⁶. Uma das atividades desenvolvidas pela equipe visava a atender um chamado em aberto. Uma residente havia reclamado sobre a presença de um senhor que estava morando próximo a seu edifício. Durante minha conversa com a assistente social, ela esclareceu que, pelos procedimentos, a equipe tinha um prazo para atender o chamado. Entretanto, o que podiam fazer era muito distinto do que os residentes esperavam que fosse feito. O trabalho era o de convencer o *habitante de calle* a procurar os serviços oferecidos pela SDIS em alguns de seus equipamentos. Mas a expectativa dos moradores do bairro era de que, ao chegar, a equipe retirasse compulsoriamente o *habitante de calle* daquele local.

O *Plan Urbano del Centro Ampliado de Bogotá* (BOGOTÁ D.C., 2014c) – da administração de Petro – corrobora com esses dados obtidos na pesquisa de campo e reconhece os deslocamentos entre a área central e o norte da cidade, a partir da absorção do diagnóstico de 2009-2010 – realizado na gestão anterior – sobre a localidade de Santa Fé:

Exemplo deste trânsito é a avenida Caracas, reconhecida como eixo viário importante, convertido em uma jornada costumeira entre os CHCs, tanto para aqueles que vêm do norte com material coletado como por aqueles que, por uma razão ou outra, deslocaram-se do norte. A Carrera 10 também se converteu em via de trânsito de CHC e de pessoas que se dedicam à reciclagem de material e recuperação de resíduos, e tem gerado várias solicitações de atenção da comunidade. Do mesmo modo, a Carrera 7 converteu-se em um importante eixo de mobilidade para estes cidadãos. (BOGOTÁ D.C., 2014c, p.62, tradução nossa)²⁴⁷

Mais importante do que corroborar com os dados de campo, o interessante no plano de Petro é a forma como se aproxima da temática da população de rua. Embora haja referências

²⁴⁶ Atividade que ocorreu no dia 10/09/2014.

²⁴⁷ “Ejemplo de este tránsito es la avenida Caracas, reconocida como eje vial importante, convertido en un recorrido de tránsito usual entre los CHCs, tanto por aquellos que vienen del norte de la ciudad con el material recolectado, como por aquellos que, por una u otra razón, se han desplazado al norte. La Carrera 10 se ha convertido también en vía de tránsito de CHCs y de personas que se dedican al reciclaje de material y recuperación de residuos, y han generado varias solicitudes de atención de parte de la comunidad. Así mismo, la Carrera 7 se ha convertido en un importante eje para la movilización de estos ciudadanos.”

sempre constantes aos aspectos quantitativos, há, diferentemente dos momentos anteriores, uma visão das relações dessa população com a rua em um lugar mais além dos pontos de concentração que geram regiões de deterioração física. Tudo leva a crer que, de fato, buscase entender o território urbano e seus espaços como elemento de sustentação e suporte de um modo de vida.

4.4.2 O Centro Tradicional

Antes de adentrar nos dados relacionados ao centro tradicional é necessário fazer duas observações. A primeira delas é o fato de que os *habitantes de calle* estão presentes em todas as localidades do Distrito Capital, mas é no centro onde a dinâmica é mais acentuada. A segunda, é que o centro tradicional tem seus limites coincidentes com o do *Plan Zonal Centro* e abrange as localidades de Santa Fé, La Candelária e Los Mártires – em sua totalidade – e a localidade de Teusaquillo, parcialmente. Entretanto, as análises não recairão sobre esta última. Essa restrição se deve tanto aos dados obtidos na pesquisa de campo como às fontes consultadas, que não conduziram as explorações mais específicas até Teusaquillo.

No que diz respeito às fontes afetas ao planejamento e à sociologia urbana, tanto Calderón (2010) como Higuera (2011) mostram que o centro tem registrado, historicamente, um alto índice de *habitantes de calle*. Ao comentar sobre tal fato, o último autor aponta: “as dinâmicas tenderam a concentrar os habitantes da cidade com níveis mais escassos de ingresso ou em situação de indigência entre os espaços das praças San Victorino, Los Mártires e España [...], entornos urbanos que fazem parte do atual centro da cidade” (HIGUERA, 2011, p.134, tradução nossa)²⁴⁸.

Também Mejía (2007) atesta que os processos socioespaciais que conduziram à formação das *ollas* do Bronx e Cinco Huecos – principalmente após a demolição do El Cartucho –, ambas em Los Mártires, acabaram por consolidar a fixação da maior parte dos *habitantes de calle* da cidade nesta localidade. El Bronx está localizado logo em frente da Plaza del Voto Nacional, e Cinco Huecos, por sua vez, situa-se a poucas quadras da Plaza Españã.

Esses lugares coincidem com os excertos de entrevistas com *habitantes de calle*, apresentados anteriormente, e que revelam como o centro assume um local de importância no cotidiano dos moradores de rua. Muitas vezes, em função da impossibilidade de permanecerem

²⁴⁸ “[...] las dinámicas tendieron a concentrar a los habitantes de la ciudad con más escasos niveles de ingreso o en situación de indigencia entre los espacios de las plazas de San Victorino, Los Mártires y España [...], entornos urbanos que forman parte del actual centro de ciudad.”

em outras centralidades – principalmente as localizadas mais ao norte da cidade, tal como evidenciado – é no centro que ocorrem, predominantemente, as atividades relacionadas ao trabalho, descanso, socialização, alimentação e outras mais.

Também no *Plan Urbano del Centro Ampliado de Bogotá* isto fica evidente:

A subdireção de Investigación e Información da Secretaría Distrital de Integración Social (SDIS), levantou um mapa de recorridos dos CHCs que corresponde à totalidad da cidade, onde se evidencia que a maior parte deles se desloca desde as localidades de pernoite às zonas do centro, especialmente as localidades de Los Mártires e Santa Fé. É necessário ressaltar que a localidade de Los Mártires apresenta o nível mais alto de população CHC, localizado no setor do Voto Nacional e no Bronx (BOGOTÁ D.C., 2014c, p.61, tradução nossa)²⁴⁹.

As conversas, entrevistas, reuniões e atividades desempenhadas junto aos técnicos e representantes da Alcaldía Mayor de Bogotá – principalmente no âmbito da SDIS – deixaram ainda mais marcada esta situação. Tal fato tornou-se perceptível durante a participação em uma reunião²⁵⁰ com os principais técnicos e gestores da SDIS, que tinha como objetivo discutir os lineamentos para a implementação do *Centro de Acogida Bakatá* nas proximidades da Plaza España – localizado na Carrera 15, entre as *calles* 9 e 10, em Los Mártires. A justificativa da localização daquele que seria o maior equipamento voltado para os moradores de rua da cidade não foi uma surpresa: “o fenômeno de morar na rua tem um peso maior no centro da cidade [...], o objetivo do local é transformar o fenômeno na Plaza España e também em outros pontos críticos do centro: Bronx, San Victorino e Cinco Huecos” (técnica da prefeitura, informação verbal, tradução nossa)²⁵¹.

A mesma informação foi ratificada em entrevista²⁵² realizada com uma técnica da Unidad Administrativa Especial de Servicios Públicos - UAESP (Unidade Administrativa Especial de Serviços Públicos) da prefeitura de Bogotá e uma das responsáveis pelo Centro de Peaje de Los Mártires:

[...] a população moradora de rua se concentra bastante no centro – Santa Fé, Candelária e Los Mártires – porque é um centro de negócios com toda a parte comercial, turística e histórica que possui [...]. Mártires é uma das localidades que

²⁴⁹ “La Subdirección de Investigación e Información de la Secretaría Distrital de Integración Social (SDIS), levantó un mapa de recorridos de los CHCs que corresponde a la totalidad de la ciudad, en donde se evidencia que la mayor parte de ellos se desplazan desde las localidades de pernoctación a las zonas del centro, especialmente las localidades de Los Mártires y Santafé. Es necesario recalcar que la localidad de Los Mártires presenta el nivel más alto de población CHC, ubicado en el sector del Voto Nacional y el Bronx.”

²⁵⁰ A reunião aconteceu no dia 13/11/2014, no CDPI, em Bogotá, conhecido como El Camino.

²⁵¹ “[...] el fenómeno de habitabilidad en calle es más pesado en el centro de la ciudad [...], el objetivo dese lugar es cambiar el fenómeno en la Plaza España y también en otros puntos críticos del centro: Bronx, San Victorini y Cinco Huecos.”

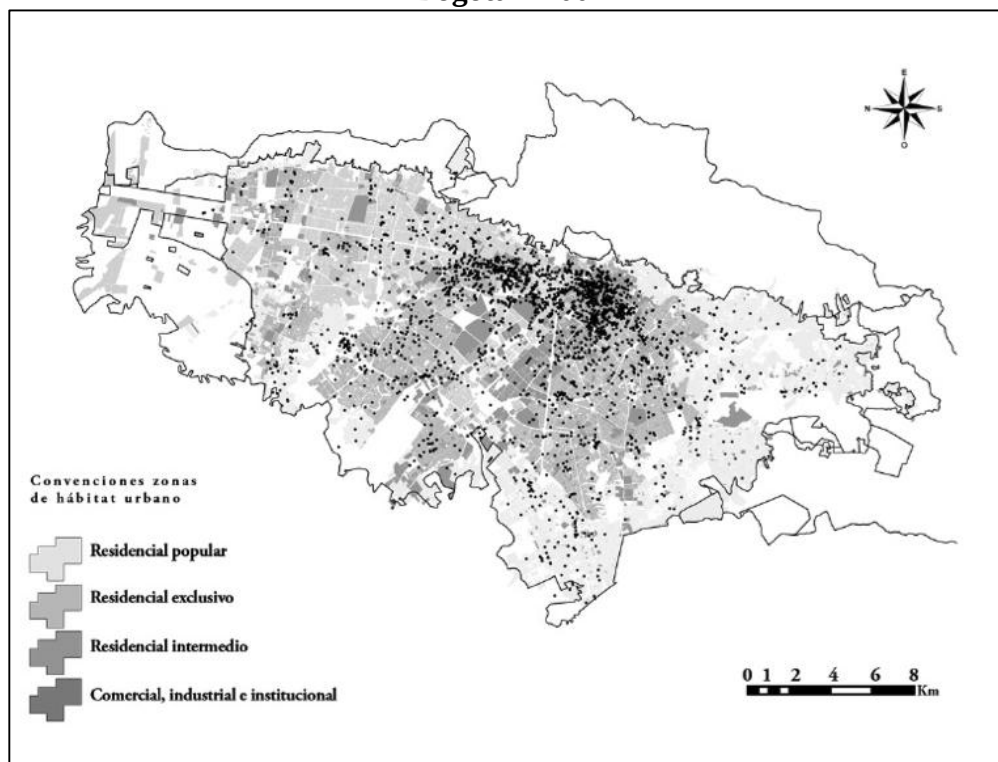
²⁵² Entrevista gravada, em Bogotá, no dia 1º de dezembro de 2014, no Centro de Peaje de Los Mártires.

mais tem monumentos históricos. Então, há muitos lugares históricos para nós que somos colombianos. Mas pouco a pouco foram se deteriorando. O governo foi descuidando desta zona que era uma das mais elegantes. As pessoas que tinham mais dinheiro viviam aqui, mas depois foram se deslocando para o norte. E é onde mais se encontram moradores de rua porque eles encontram material facilmente para comercializar, as *ollas* estão nestes setores, facilmente no comércio, as pessoas que vêm comprar aqui – porque se consegue de tudo com um bom preço – lhes dão comida, lhes dão roupa, então, eles não se preocupam com nada. Porque estas mesmas pessoas os mantêm, o comércio os mantêm, o trabalho está próximo, a diversão está muito próxima. Por isso, então, o centro é onde eles convivem. Mas não é que não haja moradores de rua em outras localidades da cidade, mas aqui é onde eles se concentram. (Representante da UAESP, informação verbal, tradução nossa)²⁵³

Na mesma direção seguem os dados divulgados por diferentes edições dos *Censos de Habitantes de Calle*. É o que se pode ver nos mapas do *V Censo de Habitantes de la Calle en Bogotá*, realizado no ano de 2007 (MAPA 18) e do *VI Censo de Habitantes de Calle en Bogotá*, realizado em 2011 (MAPA 19). No ano de 2007, do total dos 8.385 *habitantes de calle*, 2.953 estavam entre as localidades de Los Mártires, La Candelária e Santa Fé (BOGOTÁ D.C., 2009b). Já no ano de 2011, esta população atingiu um total de 9.614, com 4.382 deles habitando estas localidades (BOGOTÁ D.C., 2012a).

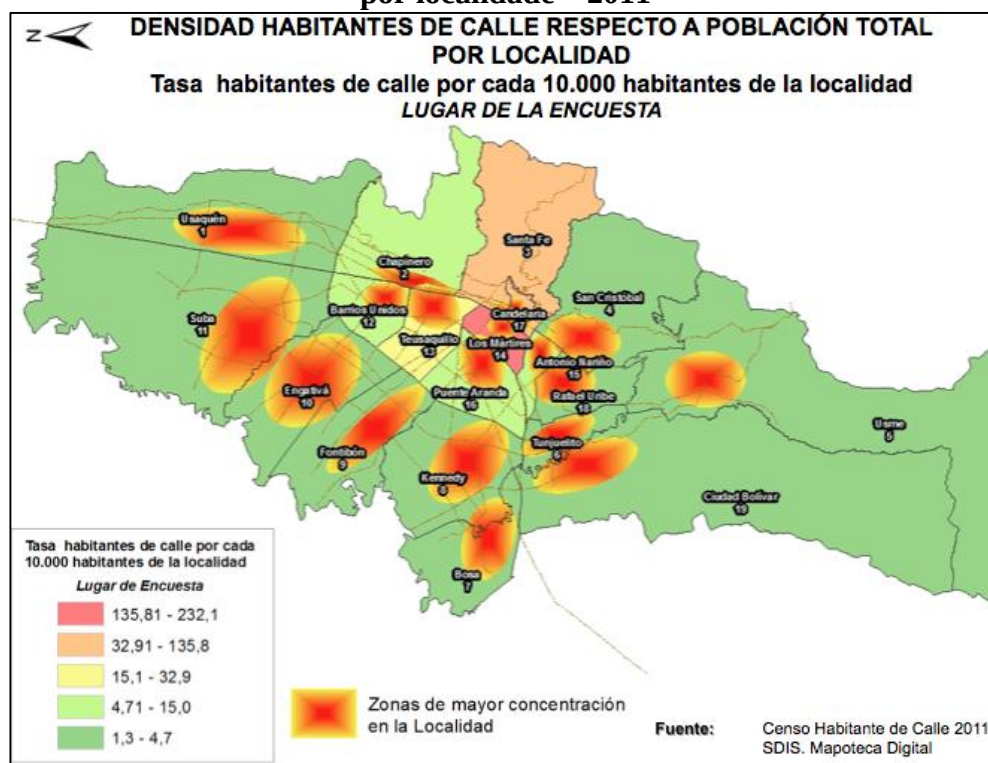
²⁵³ “[...] la población habitante de calle se concentra mucho en el local centro – Santa Fé, Candelária e Los Mártires – por lo mismo que es un centro de negocios con toda la parte comercial que hay y turística e histórica. Mártires es una de las localidades que más monumentos históricos tiene [...]. Entonces eso tiene muchos lugares históricos para nosotros colombianos. Pero poco a poco se fué deteriorando. El gobierno fue descuidando desta zona que era una de las más elegantes. Las personas que tenían más plata vivían acá pero después se desplazaron al norte. Y es donde más habitantes de calle se encuentra porque encuentran material fácilmente para poder comercializar, las *ollas* están en estos sectores, fácilmente en el comercio, la gente que viene a comprar acá – porque todo se consigue muy económico – les regala comida, les regala ropa, entonces ellos no se preocupan con nada. Porque la misma gente los mantiene, el comercio los mantiene, el trabajo está cerca, la diversión está bastante cerca. Por eso, entonces, el centro es donde ellos conviven. Pero no es que no hayan habitante de calle en otras localidades de la ciudad, pero aquí es donde ellos se concentran.”

Mapa 18 – Habitantes de Calle, segundo distribuição por zonas de habitat urbano em Bogotá – 2007



Fonte: Bogotá D.C. (2009b)

Mapa 19 – Densidade de *Habitantes de Calle* com relação à população total por localidade – 2011



Legenda: em laranja estão as localidades de Santa Fé e La Candelária. Los Mártires aparece em rosa.

Fonte: Bogotá D.C. (2012a)

Os mapas dos censos ilustraram e confirmaram a reincidência e a tendência desta característica dos anos anteriores à pesquisa. Do mesmo modo, no plano do centro ampliado proposto pela administração de Petro, as dinâmicas avaliadas apontam o centro tradicional como foco de uma série de atividades.

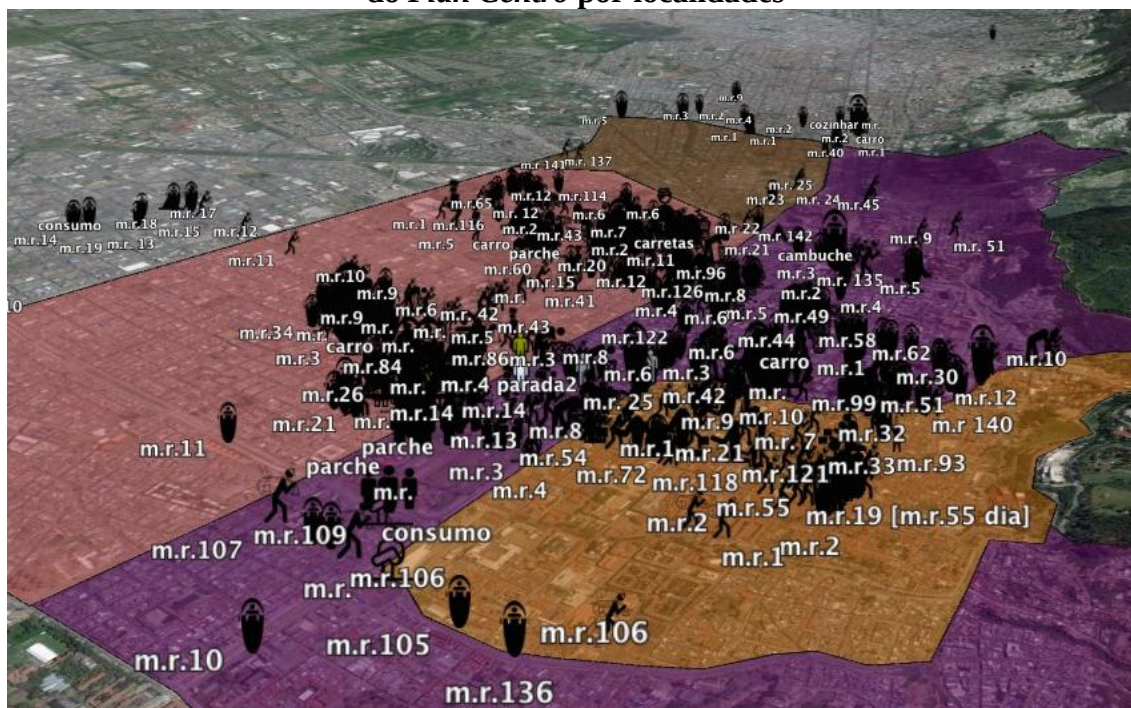
Estas zonas se caracterizan por ser comerciales e turísticas, têm alta produção de resíduos sólidos [...], lugares de consumo de substâncias psicoativas, zonas de tolerância, residências e pernoites a baixo custo. Ainda, nelas estão localizados lugares comerciais que atraem os cidadãos e, por isso, são propícios para a realização de serviços não qualificados, galpões de reciclagem que facilitam a venda de materiais reciclados [...] e lugares de venda e consumo de drogas, o que propicia ao CHC evitar longos deslocamentos para comprar as drogas com o dinheiro que conseguiu durante o dia em um tempo determinado. (BOGOTÁ D.C., 2014c, p.62, tradução nossa)²⁵⁴.

Antes de ter acesso a tais dados, a investigação de campo já havia permitido essa constatação. O que se quer ressaltar, com isso, é que foram as atividades desenvolvidas ao longo da pesquisa de campo que conduziram as investigações para as localidades de Los Mártires, Candelária e Santa Fé. Esse fato foi de suma importância pois acabou por concentrar, nesse limite, boa parte dos trabalhos de pesquisa. O que não impediu a compreensão da questão em uma dimensão urbana mais abrangente.

Parte importante das atividades de pesquisa realizadas no centro foram as incursões nos espaços urbanos – tanto no período diurno como no noturno, em dias de semana e fins de semana, ao longo dos seis meses de trabalho – que possibilitaram compreender as atividades e trajetos feitos pelos *habitantes de calle* nos espaços da cidade. A cada percurso era também possível confrontar ou confirmar as falas e depoimentos que foram fruto dos demais procedimentos de pesquisa. Os dados levantados nessa atividade foram cartografados, conforme mostra o Mapa 20.

²⁵⁴ “Estas zonas se caracterizan por ser comerciales y turísticas, tienen alta producción de residuos sólidos [...], lugares de expendio de sustancias psicoactivas, zonas de tolerancia, residencias y paga diarios a bajo costo. Además, se encuentran lugares comerciales que atraen a la ciudadanía y, por tanto, son propicios para la realización de servicios no cualificados, bodegas de reciclaje que facilitan la venta del material de reciclaje [...] y lugares de expendio y consumo de sustancias psicoactivas, lo que propicia al CHC evitar largos desplazamientos para comprar las sustancias psicoactivas con el dinero que ha generado durante el día o en un lapso de tiempo.”

Mapa 20 – Localização de *Habitantes de Calle* (levantamento de campo) e limites do Plan Centro por localidades



Fonte: Adaptado de Google Earth

O mapa espacializa os dados relativos à presença de *habitantes de calle* na região do Plan Centro e foi feito de modo a possibilitar a visualização de distintas atividades realizadas pelos moradores de rua na região. A intenção não foi a de ratificar os dados de fontes secundárias sobre concentração e localização disponíveis já apresentados. Buscou-se, na verdade, gerar um modo de entender os modos de vida, dinâmicas, percursos e atividades relacionando-os aos seus cotidianos. Uma ampliação na localidade de Los Mártires deixa ver, por exemplo, que, ali, essas pessoas trabalham, reciclam, descansam, deslocam-se, pedem esmola, etc. (MAPA 21).

Mapa 21 – Localização de *Habitantes de Calle* (levantamento de campo) e atividades desenvolvidas na Plaza España (Los Mártires)



Fonte: Adaptado de Google Earth

Parece não haver dúvida de que é exatamente esta efervescência de um modo de vida tão contrário às normas socialmente estabelecidas – com relação ao trabalho, tipo de consumo, moradia e diversão – que acabou por contribuir, conjuntamente com outros fatores, para uma série de processos de renovação urbana para a região. Por isso, eles serão, neste próximo item, apresentados.

4.4.2.1 Da Plaza de San Victorino rumo ao ocidente

Parte do contexto histórico que envolve as questões sócio-espaciais da Plaza de San Victorino – na localidade de Santa Fé – foi apresentada na medida em que os momentos de análise foram sendo explorados. A *plaza* foi a porta ocidental de entrada de viajantes e comerciantes. Entretanto, é necessário um pouco mais de informações sobre as condições que conduziram ao projeto de renovação urbana a ela relacionado.

As transformações que tomaram feito em San Victorino – e o mesmo ocorreu nas áreas do Cartucho e do Eje Ambiental – vieram, em grande medida, da dinâmica de desvalorização e degradação do solo urbano que transformou a *plaza* em uma possibilidade de localização e fixação dos migrantes e *desplazados* de distintas regiões do país. Desde o *Bogotazo*, o setor de San Victorino foi considerado como fomentador das piores formas de anomia e delinquência,

onde se refugiavam mendigos, vagabundos, *gamines*, prostitutas e “os grupos humanos da mais baixa espécie” que vendiam documentos falsos, entorpecentes e armas (HIGUERA, 2011). Na época, o lugar era tido como o centro de contaminação de toda uma região ao seu redor: “A denominada ‘zona negra’ que, anteriormente, se circunscrevia à periferia de *San Victorino*, vai aumentando de maneira incompreensível e hoje cerca todo o centro de Bogotá” (EL TIEMPO *apud* HIGUERA, 2011, p.144, tradução nossa)²⁵⁵. Desde este período, o lugar foi paulatinamente chamando a atenção das autoridades distritais, em função da desocupação das casas pelas famílias que viviam em seu entorno na época anterior ao *Bogotazo*.

O primeiro processo ali encaminhado foi o da recuperação da Plaza de San Victorino (Plazoleta Antonio Nariño) – uma área de 16.200 m² – que exigiu a remoção dos mercados semiformal e informal que estavam estabelecidos no local desde 1964. As remoções de 1.500 vendedores ambulantes foram tanto forçadas como negociadas – a principal delas foi a de seus livreiros tradicionais. A inauguração da praça aconteceu no ano de 2000 (FIG. 11) (MONTROYA, 2012). Na prestação de contas da administração de Peñalosa lê-se: “As vendas ambulantes produzem certo grau de desordem, e a ordem é um requisito para a segurança” (BOGOTÁ D.C. 2015f, p.144, tradução nossa)²⁵⁶. Por isso, a tarefa de desocupação e o desenho do espaço urbano marcaram a abertura de uma nova etapa para a vida do centro, por tentar pôr fim ao fenômeno de deterioração e da insegurança.

Em 4 de julho de 1998, antes do amanhecer, cerca de 2.000 policiais rodearam a praça para efetuar o desalojamento ordenado pela Administração Distrital em busca da recuperação do espaço público. [...] Foi a primeira vez que uma Administração Distrital perpetuou uma ação de tal natureza. (BOGOTÁ D.C. 2015f, p.144, tradução nossa)²⁵⁷.

²⁵⁵ “La denominada ‘zona negra’ que anteriormente se circunscribía a la periferia de San Victorino, se ha ido ensanchando de manera incomprensible y hoy ocupa exactamente todo el centro de Bogotá”.

²⁵⁶ “Las ventas ambulantes producen cierto grado de desorden, y el orden es un requisito para la seguridad”.

²⁵⁷ “El 4 de julio de 1998, antes del amanecer, cerca de 2.000 policías rodearon la plaza para efectuar el desalojo ordenado por la Administración Distrital en búsqueda de la recuperación del espacio público [...]. Fue la primera vez que una Administración Distrital acometía una acción de tal naturaleza”.

Figura 11 – Os três momentos da Plaza de San Victorino: 1998, em obras e em 2000.



Fonte: Bogotá D.C. (2015f)

Embora a prestação de contas ressaltasse que, poucas semanas após a conclusão das obras, já se notavam os sinais de recuperação do comércio e da vida que retornava à praça sob a forma de pombos e crianças (BOGOTÁ D.C. 2015f), a observação de campo e os discursos posteriores sobre o local revelaram outra realidade.

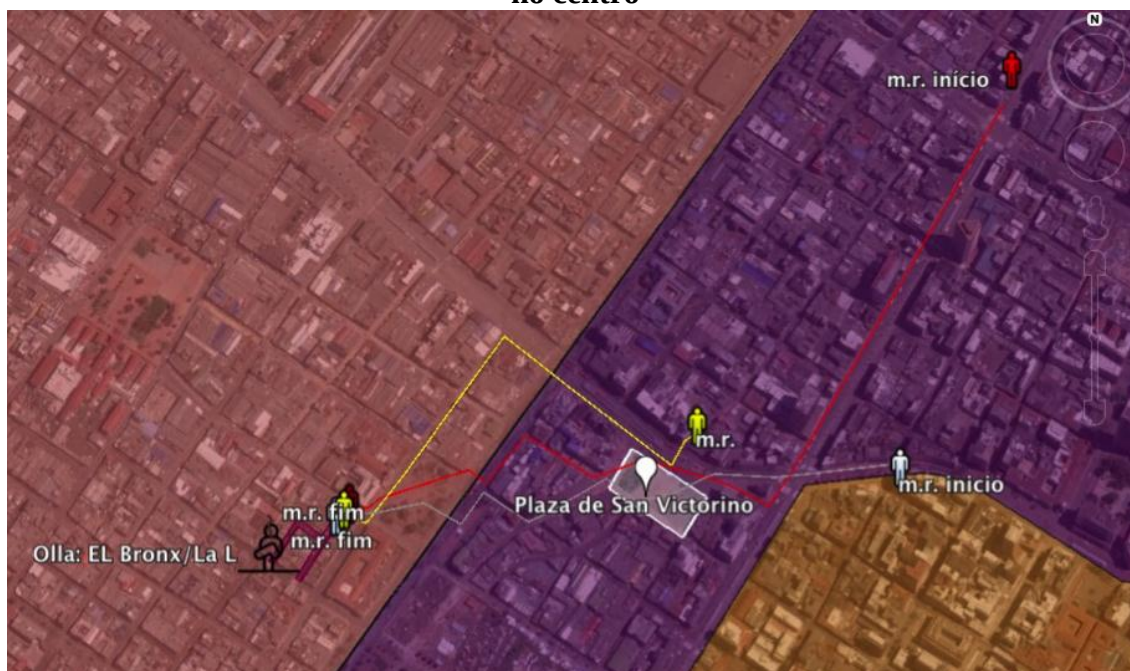
Durante o tempo de pesquisa em Bogotá, as passagens e caminhadas pela Plaza de San Victorino foram constantes, principalmente porque em uma de suas faces está localizada uma das principais estações do *Transmilenio*, a Estación Jiménez, muito utilizada, por mim, para deslocamentos de maior distância. Apesar das medidas urbanísticas tomadas ao longo dos anos para conter o comércio informal, o cotidiano de San Victorino continua atrelado ao burburinho constante das atividades de compra e venda ao redor da praça e nos passeios e largos de seu entorno. Meias, roupas íntimas, roupas em geral, calçados, produtos variados, brinquedos e diversos tipos de comida são expostos em pequenas estruturas móveis sobre rodas ou no chão, com o objetivo de propiciar um escape de forma mais eficiente caso haja ações de fiscalização. Nem de longe ela recorda o aglomerado cerrado de tendas da década de 1960, mas o fluxo

intenso de pessoas que acorrem à estação e aproveitam as ofertas se mantém com um vigor notável.

Por um lado, devido a essas características, é marcante a presença de *habitantes de calle* que, durante o dia, realizam pequenos serviços no local – chamam taxis para clientes das lojas, tomam conta de carros, fazem serviços de carga e descarga de caminhões, reciclam, pedem, buscam por comida nos sacos de lixo depositados no chão, socializam, descansam ou tentam embarcar irregularmente no *transmi*²⁵⁸, mesmo com a vigilância policial. Por outro lado, a praça tem uma localização que a conforma como ponto quase obrigatório de passagem dos que, vindos do norte ou do Eje Ambiental, buscam alcançar a *olla* El Bronx.

Isso pôde ser confirmado por uma atividade desenvolvida durante o tempo de campo e que configurou no acompanhamento²⁵⁹ de alguns trajetos dos *habitantes de calle* pelo centro da cidade. Dentre os sete percursos realizados, três passaram pela Plaza de San Victorino e tiveram como ponto final, ou de chegada, o Bronx (MAPA 22).

Mapa 22 – Trajetos realizados por *habitantes de calle* - levantamento de campo no centro



Fonte: Adaptado de Google Earth

²⁵⁸ Forma abreviada através da qual a população se refere ao Transmilenio.

²⁵⁹ Dois acompanhamentos foram realizados no dia 11 de novembro de 2014 e o outro aconteceu no dia 9 de janeiro de 2015.

Já no período noturno, o fechamento do comércio e o consequente esvaziamento das ruas e espaços públicos tornam a praça lugar de permanência para uma parcela pequena mas constante de *habitantes de calle*. Após a renovação do local, uma escultura de Edgar Negret²⁶⁰ – *La Mariposa* – foi colocada em um de seus trechos. Na atualidade, alguns *habitantes de calle* se abrigam sob ela para passar a noite. O incômodo dessa utilização do marco artístico, na praça remodelada, foi expresso em uma matéria do periódico *Semana* intitulada: “La Mariposa ya no vuela” (A Mariposa já não voa). Três anos após a reinauguração da praça por Peñalosa, a situação conflituosa já era denunciada:

La Mariposa, do mestre Edgar Negret, obra central da reestruturação da Plaza San Victorino no centro de Bogotá, tem sido vítima de deterioração [...]. Três anos depois, a Plaza San Victorino e, em especial, *La Mariposa*, converteram-se em moradia para indigentes e o espelho d’água que a rodeia em banheiro público (LA MARIPOSA..., 2003, tradução nossa)²⁶¹.

Mas os conflitos estendem-se para outros campos. A presença da informalidade numa região de forte vocação comercial desenha disputas que vão mais além daquelas que envolvem lojistas e ambulantes²⁶². O modo de vida na rua é motivo de reclamações e queixas por parte dos proprietários dos comércios. Por meio do convite para participar de uma atividade²⁶³ promovida pela SDIS com comerciantes da região central, pude observar a forma como parte deles percebe a questão. A representante dos centros comerciais de San Victorino foi taxativa ao dizer que, como pagava seus impostos em dia, não podia admitir a sujeira produzida por aqueles que reviravam os lixos em busca de comida e de materiais recicláveis. Ainda, reclamava do alto número de ambulantes nas ruas, o que impedia a entrada dos veículos dos consumidores nos estacionamentos dos centros, que iam ficando dia a dia mais ociosos.

Em um grupo focal, também realizado pela SDIS, com comerciantes e agentes públicos de outras secretarias²⁶⁴ – IDIPRON e UAESP – para coletar dados que seriam considerados

²⁶⁰ Edgar Negret Dueñas (1920-2012) foi um escultor colombiano nascido em Popayán.

²⁶¹ “La Mariposa, del maestro Edgar Negret, obra central de la reestructuración de la Plaza San Victorino en el centro de Bogotá, ha sido víctima del deterioro [...]. Tres años después, la Plaza de San Victorino y en especial *La Mariposa*, se ha convertido en habitación de indigentes, y el estanque de agua que la rodea, en baño público.”

²⁶² Alguns *habitantes de calle* trabalham também para ambulantes que têm mais de uma tenda – seja móvel ou fixa. Em uma das caminhadas com “Doctor”, encontramos no trajeto um de seus amigos. Ele reclamava sobre a baixa quantia que uma senhora lhe pagava para passar o dia com o carrinho vendendo *tinto* (café).

²⁶³ A atividade que ocorreu no dia 11 de setembro de 2014 consistiu em uma excursão que partiu da Plaza España. Em uma van reuniram-se quatro representantes de comerciantes locais e quatro representantes da *alcaldía* – dois da SIDS e outros dois da UAESP – para uma jornada que conduziu o grupo até o CDPI, o Autocuidado e o Centro de Acolhimento Javier Molina e o Centro de Peaje de Los Mártires. Em cada um dos lugares visitados eram mostrados os trabalhos desenvolvidos para os habitantes de *calle* assim como seus espaços físicos.

²⁶⁴ A atividade que teve lugar no Liceo Nacional Agostinieto Caballero, em frente à Plaza España, em Bogotá, ocorreu no dia 18 de novembro de 2014 e foi gravada. A intenção era que estivessem presentes também representantes da polícia e do Hospital de San José – grande equipamento de saúde instalado em outra face da

para a implementação do novo Centro Bakatá, um dos representantes²⁶⁵ do comércio evidenciou que uma das principais razões que os faziam buscar a saída dos moradores de rua do setor eram os pequenos furtos e assaltos com punhais. Esses atos espantavam os compradores e transformavam o local em uma região insegura e temida. Por isso, buscavam, em parceria com a polícia local, a instalação de câmeras de segurança com o intuito de frear a violência. Sua fala ressaltava que estavam dispostos a colocar dinheiro no setor, pois queriam, de qualquer modo, acabar com a presença de *habitantes de calle* no local que era uma das rotas, ao final do dia, de acesso ao Bronx.

Muito embora conflitos deste calibre tenham sido observados, por outro lado, os comerciantes também se aproveitavam e utilizavam da mão de obra extremamente barata dos moradores de rua para a contratação de pequenos serviços²⁶⁶. Todavia, esse fato não é exclusivo da região do entorno da Plaza de San Victorino, ocorrendo nas áreas comerciais centrais de um modo geral. Durante visitas ao Mercado de Paloquemao – em Los Mártires – foi possível encontrar moradores de rua – que eu havia conhecido por participarem dos atendimentos no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa – desempenhando diversas atividades: limpeza, carga e descarga, reciclagem, revenda de produtos, etc.

Percebe-se que as intervenções realizadas em San Victorino, embora objetivassem alterar os modos de vida e dinâmicas socioespaciais existentes, com o intuito de gerar espaços e atividades a serem consumidos por um grupo de estrato social mais alto, não conseguiram extirpar o que era considerado como o mau uso da praça. Higuera (2011) conduz suas análises em uma direção semelhante²⁶⁷:

mesma praça.

²⁶⁵ Ele informou ainda que os afiliados deste setor chegavam ao número de 2.800 comerciantes.

²⁶⁶ A pesquisa de campo revelou que, muitas vezes, a base de cálculo dos *habitantes de calle* para a cobrança dos serviços prestados era o preço da *bicha*. As *bichas* são os papelotes de *basuco* que, por sua vez, é uma droga inalada em cachimbos (*pipas*) ou no formato de cigarros. Seu baixo preço, se comparado à cocaína pura, serve de atrativo para o consumo.

²⁶⁷ É interessante, também, o ponto de vista de Montoya: “A praça de San Victorino está distante de ser o espaço ideal da recreação das classes médias, com a inestimável escultura de Negret, inestimável para as classes médias e altas que a incorporaram, mas que pouco significa para os usuários da praça” (MONTAYA, 2012, p.487, tradução nossa). “La plazoleta de San Victorino está lejos de ser el espacio ideal de esparcimiento de las clases medias, con la inestimable escultura de Negret, inestimable para las clases medias y altas que la incorporaron, pero poco significativas para los usuarios de la Plaza”.

[...] o ponto principal a considerar para a releitura das dinâmicas ocorridas neste setor consiste em que as intervenções urbanísticas não consideraram os processos de realocização e ressocialização dos grupos humanos ali existentes, o que fez com que as ações encaminhadas não atingissem os resultados esperados. [...] a presença de indigentes, delinquentes, viciados e demais pessoas da população marginal não desapareceram do setor, mas localizaram-se algumas quadras mais abaixo, no setor do Bronx e nas imediações da Plaza España, adquirindo a área de estudo (Plaza de San Victorino) uma presença ambulatoria de caráter cotidiano. (HIGUERA, 2011, p.157, tradução nossa)²⁶⁸

Entretanto, o autor vai mais além ao vincular a situação da indigência ou da quase indigência – desemprego, subemprego ambulante e atividades semi-estacionárias – ao fenômeno do *desplazamiento* do campo à cidade, que acaba por gerar novas demandas não absorvidas pelo sistema produtivo (HIGUERA, 2011). Nesse sentido, muito embora considerar as causas e razões da vida na rua não faça parte do escopo desta tese, o convívio com os *habitantes de calle* durante o tempo da pesquisa mostrou que parte relevante deles não era nascida em Bogotá. As cidades de Medellín, Pereira, Cúcuta e tantas outras cidades tinham sido o ponto de partida de uma trajetória que ainda seguia seu rumo nos interstícios citadinos.

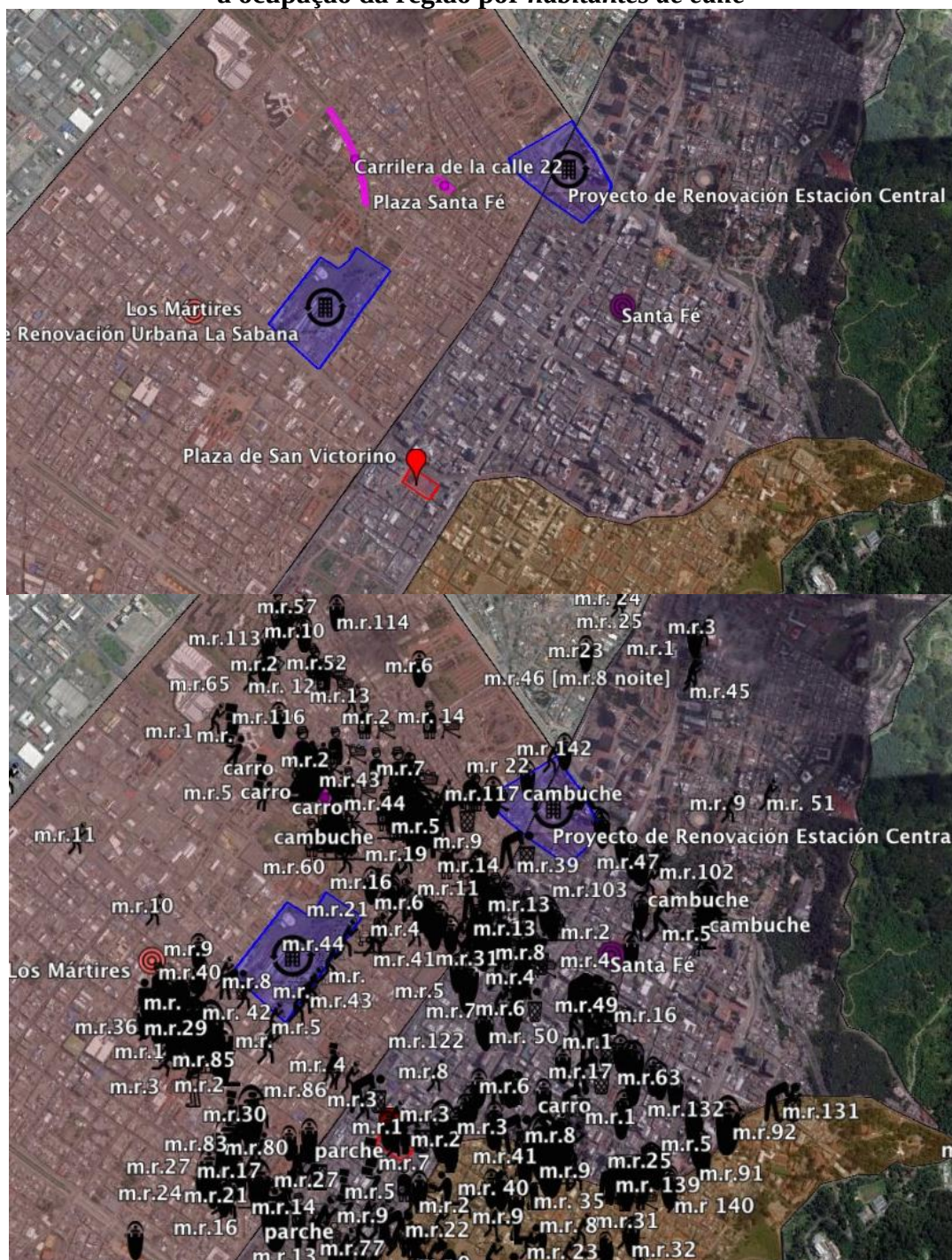
Na mesma vertente, ao apresentar o diagnóstico da localidade de Santa Fé dos anos 2009-2010, a Alcaldía Mayor de Bogotá evidenciava que, em função das características comerciais do setor, os *habitantes de calle* a ele se vinculavam pelas possibilidades de extração de recursos econômicos para seus sustentos. O lixo gerado pelo comércio também era responsável pela atração dessa população com seus animais de estimação. Vale, ainda, assinalar que a percepção de insegurança era reforçada pelo fato de que, na localidade, os *habitantes de calle* podiam gastar o que faturavam nos espaços abertos de consumo de substâncias alucinógenas. Esses fatos acirravam, segundo o documento, a sensação de risco e insegurança em residentes e transeuntes. Entretanto, estatísticas apontavam que, dos homicídios ocorridos em 2006 entre os que faziam parte da população considerada vulnerável, em 66,7% as vítimas eram *habitantes de calle* (BOGOTÁ D.C., 2015h).

Como comentado anteriormente, a partir da apresentação e análise da intervenção ocorrida em San Victorino, é possível atingir outros pontos, em seu entorno, onde processos de renovação ocorreram ou estavam na iminência de ocorrer – em intensidades diferentes. Um deles, já implementado em 2005, foi o da Plaza España, e o outro diz respeito à grande

²⁶⁸ “[...] el punto principal que tomar en cuenta para la relectura de las dinámicas ocurridas en este sector consiste en que las intervenciones urbanísticas adelantadas no consideraron procesos de reubicación y resocialización de los grupos humanos allí existentes, o que las acciones emprendidas en esta dirección no dieron los resultados esperados. [...] la presencia de indigentes, delincuentes, adictos y demás personajes de la población marginal no desaparecerían del sector, sino que se ubicarían unas cuadras más abajo, en el sector del Bronx y las inmediaciones de la Plaza España, adquiriendo en el área de estudio una presencia ambulatoria de carácter cotidiano.”

intervenção prevista na Estación de La Sabana, ambos na localidade de Los Mártires. A partir de La Sabana será também avaliado o Parque Santa Fé, a Carrilera de la calle 22 e o *Plan de Renovación Estación Central* (MAPA 23).

Mapa 23 – Localização da Plaza de San Victorino, planos de renovação no entorno; a ocupação da região por *habitantes de calle*



Fonte: Adaptado de Google Earth

A Plaza España foi criada, em 1883, nesta mesma porção ocidental do núcleo urbano histórico e também teve seus usos vinculados ao comércio – que se desenvolveu em função de sua localização como ponto de entrada de pessoas e produtos. Antes desta data, era chamada de Plaza de Maderas pelas vendas de madeira, animais, mel, carvão e ração. Nas primeiras três décadas do século XX, foram construídos em seus limites o hospital San José e o Liceo Augustín Nieto Caballero. Com a demolição da Plaza de Mercado, na década de 1950, seus usos tornaram-se mais acirrados, devido à relocação de parte dessas atividades comerciais em seu entorno, assim como à sua proximidade com a Estación de La Sabana e com os terminais de ônibus intermunicipais. A forma como seu cotidiano é descrito, nesta época, não difere muito do de outras centralidades comerciais da região: “Pode-se ver como vão assentando as bases sobre as quais várias construções e bodegas foram convertendo-se em guarita de delinquentes e vadios, o que originou um comércio de artigos roubados e drogas. Ainda assim, isso não afetou a condição de centralidade do setor” (MEJÍA 2007, p.96, tradução nossa)²⁶⁹.

Por isso, a forma de olhá-la e compreendê-la, em períodos mais recentes, não é novidade. A prestação de contas de Peñalosa serve de exemplo: “a remoção dos comerciantes de usados da Plaza España é uma condição indispensável para a recuperação da mesma” (BOGOTÁ, 2015f, p.156, tradução nossa)²⁷⁰.

É assim que, em 2005, a Plaza España não apenas é renovada como também é agraciada com o Prêmio Obras CEMEX²⁷¹. De acordo com um dos jurados: “é a demonstração clara e contundente da forma como se pode fazer renovação urbana alterando, mediante elementos simples e sem esbanjamento, a vocação de um lugar sórdido por um espaço que gere um âmbito de habitabilidade para as pessoas” (PREMIO OBRAS..., 2005, tradução nossa)²⁷² (FIG. 12 e FIG. 13).

²⁶⁹ “Puede verse cómo se van sentando las bases sobre las cuales varias construcciones y bodegas fueron convirtiéndose en guarida de delincuentes y vagos, lo que originó un comercio de artículos robados y de drogas. Aun así, esto no afectó la condición de centralidad del sector”.

²⁷⁰ “El desalojo de los ropavejeros de la Plaza España es una condición indispensable para la recuperación de la misma”.

²⁷¹ Este é um prêmio que visa fomentar, de acordo com o site da CEMEX – empresa de soluções integrais para construção – o desenvolvimento da cultura da inovação aplicada à construção (PREMIO OBRAS..., 2005).

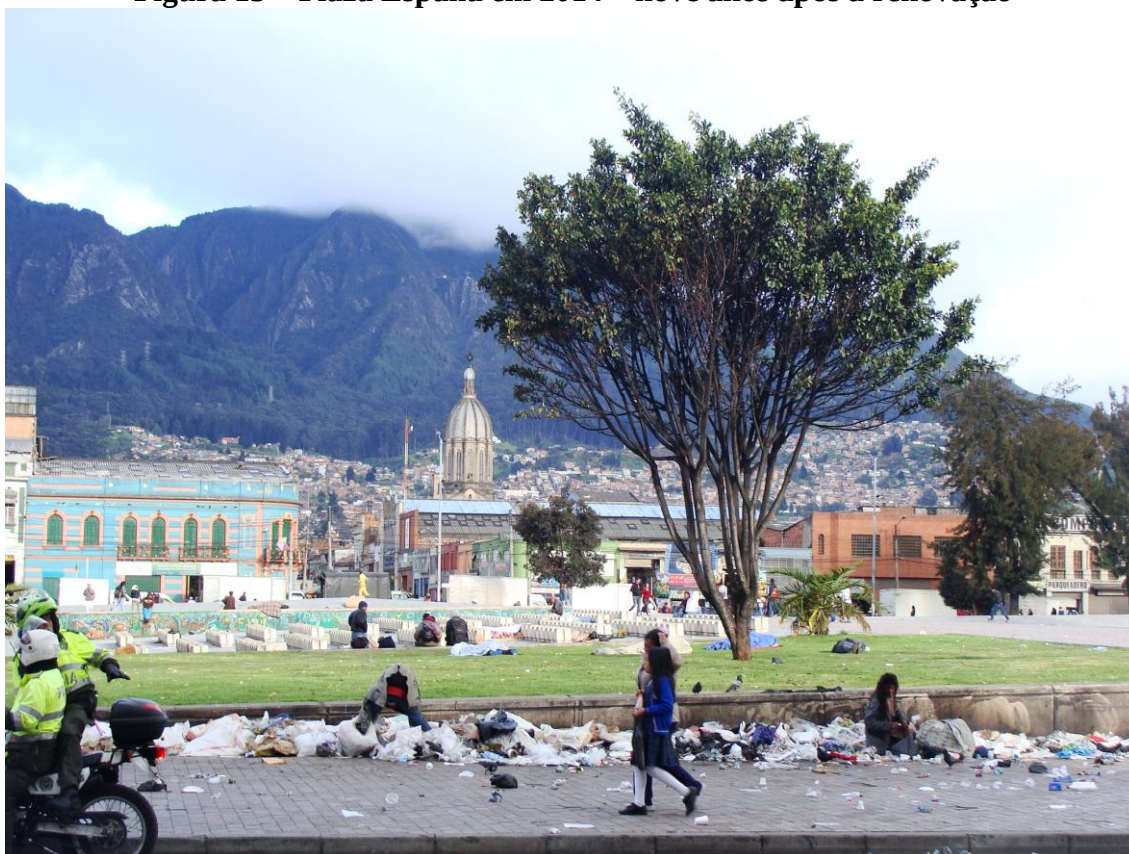
²⁷² “[...] es la demostración clara y contundente de la forma como se puede hacer renovación urbana cambiando, mediante elementos simples y sin derroche, la vocación de un sitio sórdido por un espacio que genere en ámbito de habitabilidad para la gente”.

Figura 12 – Plaza España – antes do projeto de renovação



Fonte: Bogotá D.C. (2015g).

Figura 13 – Plaza España em 2014 – nove anos após a renovação



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Já em 2014, nove anos após o prêmio, as observações de campo revelaram situações e conflitos semelhantes aos da Plaza de San Victorino, porém com maior intensidade. Enquanto San Victorino conformava-se, no momento da pesquisa, predominantemente como uma região

de passagem, na Plaza España observou-se a permanência frequente de moradores de rua durante os períodos diurno e noturno. De moradores da cidade a comerciantes e funcionários da alcaldía, a Plaza España e seus arredores apareciam como referência de um lugar onde moradores de rua dormiam, *parcheavan*, trabalhavam e também recebiam atendimentos e serviços institucionais. O contato com o local, em distintas oportunidades, permitiu tanto confirmar tais características como compreender suas dinâmicas mais proeminentes.

A primeira visita à praça ocorreu em um final de tarde²⁷³, horário que coincidia com a chegada de um número relevante de *habitantes de calle* que passariam a noite por ali. Muitos já estavam enrolados em cobertas, sobre os gramados, e outros se utilizavam dos cubos de concreto instalados no chão – após a renovação – para montar um abrigo provisório onde passariam a noite. Para alguns, as árvores serviam como uma espécie de anteparo de privacidade que os acobertava parcialmente enquanto faziam suas necessidades fisiológicas. Um grupo conversava próximo das suas carretas de reciclagem, enquanto duas mulheres coletavam, no amontoado de lixo em um dos limites da praça, materiais passíveis de venda. Em seu centro, um grupo de voluntários distribuía sanduíches para os que se aproximavam. A movimentação era acompanhada por alguns policiais em suas motocicletas.

A ação da polícia pode ser acompanhada mais de perto em outras oportunidades. Uma delas coincidiu com a jornada realizada pela alcaldía com os comerciantes do setor e já descrita anteriormente. A Plaza de España foi o ponto de partida da van que conduziu o grupo. Antes da saída, o diretor dos programas voltados para os moradores de rua fez uma fala inicial que ressaltou o modo como as equipes da SDIS abordam a população de rua, convidando-os e sensibilizando-os a participar dos programas ofertados nos equipamentos públicos especializados. Foi notória a intenção de deixar claro para os comerciantes que, de forma contrária ao que poderiam esperar, retirá-los compulsoriamente dos locais onde permaneciam seria uma atitude ilegal.

Ao sair, a van deu uma volta na praça. Os *habitantes de calle* que haviam passado a noite em seu interior iniciavam o dia com o recolhimento de seus pertences. Aqueles que insistiam numa dormida mais delongada eram acordados por alguns policiais que, em suas motocicletas, aceleravam o veículo rente a eles na intenção de acordá-los e fazê-los circular. Algumas semanas depois, de volta à praça²⁷⁴ – que era um dos principais pontos de partida das equipes do *contacto activo* – presenciei uma discussão entre um dos funcionários da alcaldía e

²⁷³ Essa primeira visita de reconhecimento aconteceu no dia 19 de agosto de 2014. Após este dia, vários foram os momentos de observação e atividades de pesquisa no local.

²⁷⁴ Essa visita ocorreu no dia 12 set. 2014.

um policial. O primeiro repudiava essa mesma ação que acontecia novamente e que parecia ser recorrente no local. Ao longo do tempo da pesquisa, foi possível verificar que conflitos entre os técnicos da SDIS e a polícia eram constantes, em função do desacordo quanto ao modo de tratar os moradores de rua.

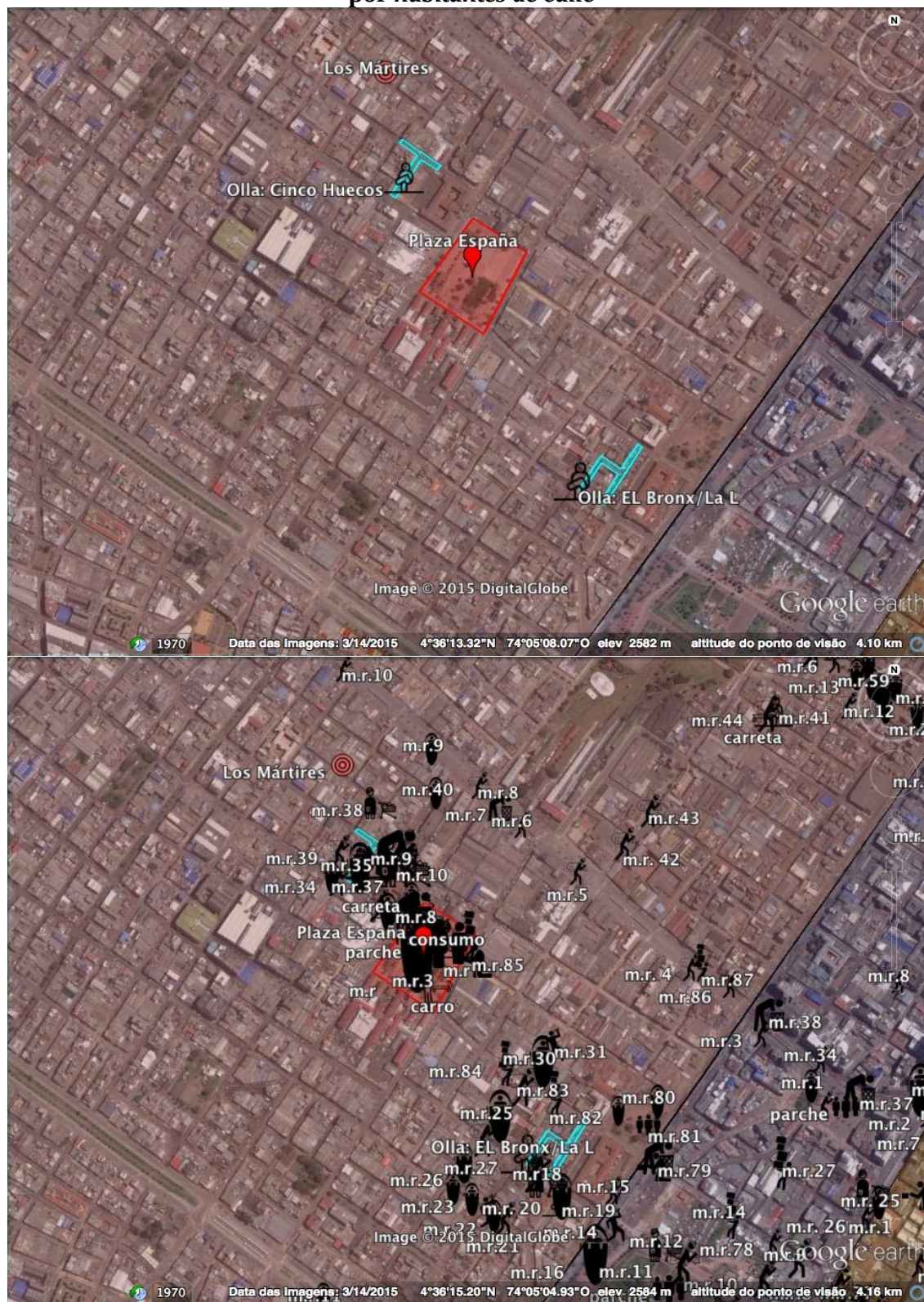
Nesse dia, havia um número grande moradores de rua na praça – cerca de 50 – e o convite ao atendimento dos serviços foi feito individualmente e nos pequenos grupos onde conversavam, fumavam um *bareto* e se preparavam para o início do dia. Outros já iniciavam pequenos trabalhos na redondeza: chamavam taxis e pediam trocados na porta das padarias e bares já abertos. Dos contatados, apenas três subiram no carro que os conduziria até o Centro de Autocuidado Javier Molina. Conforme fui informada, a razão da pouca adesão ao programa era por ser sexta-feira. A iminência do fim de semana fazia com que preferissem permanecer na rua. Na segunda-feira, entretanto, cansados, principalmente do consumo ostensivo, e precisando de alimentação e banho, a situação era outra. A aceitação dos serviços era muito mais frequente.

Merece destaque uma visita realizada à praça em companhia dos voluntários da Fundación Pocalana²⁷⁵. Este era um dos pontos de parada da atividade que ocorria nos sábados à noite. Nesta empreitada foi possível verificar que não apenas a praça, mas as quadras ao seu redor eram utilizadas para o descanso e para o consumo de álcool e drogas. Isso ocorria em função da proximidade de duas grandes *ollas*, El Bronx e Cinco Huecos (MAPA 24). Durante a atividade, um dos contatos feitos foi com “Chachi”, um morador de rua de 32 anos de idade. Enquanto comia, contou que estava de passagem, a caminho do Bronx. E que depois que havia sido acordado violentamente por um policial enquanto dormia próximo aos cubos de concreto, passou a evitar o descanso e o contato com outros usuários noturnos da região. Disse isso mostrando uma série de cicatrizes no peito, na barriga e nos braços. Na verdade, dizia não gostar de *parches*. Eles podiam gerar muitas brigas e confusões e, por isso, era um consumidor solitário. Ao final, embrulhou metade do sanduíche e se despediu: “vou levá-lo para comer mais tarde, quando chegar a fome intensa” (“Chachi”, informação verbal, tradução nossa)²⁷⁶.

²⁷⁵ No dia 06 de dezembro de 2014 acompanhei o gupo. Os pontos visitados foram: as imediações da *olla* Cinco Huecos, Plaza España, a Carrilera de la 22 e a esquina da Carrera 7ª com Jiménez. Durante a atividade, são entregues água e alimentação, seguidas de longas conversas no intuito de sensibilizar os *habitantes de calle* a buscar outra forma de vida, longe das ruas e das drogas.

²⁷⁶ “[...] voy llevarlo para comer más tarde, cuando llegar el hambre intenso.”

Mapa 24 – Localização: Plaza España, El Bronx e Cinco Huecos; e a ocupação da região por habitantes de calle



Fonte: Adaptado de Google Earth

O que se percebe, portanto, do ponto de vista das intenções de alteração das dinâmicas socioespaciais no projeto de renovação da Plaza España, é que não houve o alcance pretendido.

Finalmente, no que diz respeito ao *Plan de Renovación Urbana de La Sabana* (Plano de Renovação Urbana de La Sabana) (FIGURA 14), ele abarca, além da *Estación* – patrimônio cultural da cidade –, três quadras em seu entorno e afeta 50 imóveis que serão totalmente demolidos para a implementação do empreendimento. O potencial de construção atinge 128.718m². A intenção, de acordo com *bogotá.gov.co* – o portal oficial da cidade – é recuperar um setor considerado como de forte deterioração e abandono. Para isso, estão previstas mais de 500 unidades habitacionais de interesse prioritário, habitações de interesse social, hotéis, escritórios, espaços culturais, espaços públicos e comércio misto. De acordo com José Antonio Velandia Clavijo, diretor de Patrimonio y Renovación Urbana de la Secretaría Distrital de Planeación: “O projeto vai ser desenvolvido por iniciativa privada, a cidade não vai ter que investir recursos, pelo contrário, a cidade vai receber recursos, vão ser realizados aportes para temas patrimoniais, serão gerados 450m² para um espaço cultural que será entregue à cidade” (PLAN DE RENOVACIÓN..., 2014, tradução nossa)²⁷⁷.

Figura 14 – Simulação da renovação urbana em La Sabana



Fonte: Portal Bogotá (2014).

²⁷⁷ “El proyecto se va a desarrollar por iniciativa privada, la ciudad no va a tener que invertir recursos, por el contrario, la ciudad va a recibir recursos, se van a realizar unos aportes para temas patrimoniales, se va a generar 450 metros cuadrados para un espacio cultural, que será entregado a la ciudad”.

Não há dúvidas sobre a iniciativa de empreendedorismo urbano – nos moldes do que foi explicitado pela perspectiva de Harvey (1989) – por trás desta proposta. Além disso, chama a atenção, devido às questões dos moradores de rua, a fala do arquiteto da Dirección de Renovación Urbana de Planeación Distrital (Direção de Renovação Urbana de Planejamento Distrital):

Esta é uma zona que pouco a pouco a cidade foi perdendo, ela foi apropriada pela população de *habitantes de calle*, depois das 6 p.m.. As pessoas não circulam por temor à sua segurança. Assim que melhorar a segurança, as condições urbanas [...], a cidade recuperará um setor que está localizado estrategicamente. (PLAN DE RENOVACIÓN... 2014, tradução nossa)²⁷⁸

Adiante, será evidenciado de que forma este tipo de discurso está atrelado à condição de *habitabilidad en calle* e os processos urbanos. Por enquanto, a menção ao plano reforça a visão sobre a reestruturação socioespacial com vistas à produção de novos modos de vida que atendam a interesses que vêm se mostrando reincidentes nesse setor.

Deve-se ainda evidenciar que o desenvolvimento de um projeto desta magnitude no local extrapola uma área de influência recíproca entre a Plaza España e a de San Victorino. A poucas quadras de distância da área do plano, ao norte, há três áreas que merecem menção em função do tema em estudo. A primeira delas é o Parque Santa Fé, a segunda, um trecho de uma antiga ferrovia denominada Carrilera de la calle 22, ambas em Los Mártires. Finalmente, a terceira é a grande área separada para o desenvolvimento do *Plan de Renovación Urbana Estación Central* que, além de Los Mártires, atinge também a localidade de Santa Fé.

Esses lugares foram percorridos e visitados de maneira reincidente durante a pesquisa. O fato do Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa – onde uma parte das atividades de campo foi desenvolvida – estar próximo permitiu um contato cotidiano. As áreas onde estão situados possuem um número relevante de galpões que compram material reciclado e nas imediações há *ollas* de tamanhos menores.

A Carrilera de la calle 22 possui uma característica muito peculiar em comparação com outras áreas já abordadas. Nela estão localizados os *cambuches* (malocas), alinhados entre seus trilhos e um grande muro (FIG.15). Os *cambuches* abrigam uma ou mais pessoas e servem como uma moradia prolongada e construída com sobras de madeira, ferros, lonas e outros tipos de materiais oriundos da catação. Alguns indicavam apropriações mais antigas, devido à sobreposição de materiais e à adição de adornos e enfeites. Durante o tempo da pesquisa, não

²⁷⁸ “Esta es una zona que poco a poco se ha ido perdiendo en la ciudad, ha sido apropiada por población habitante de calle, después de la 6:00 p.m., las personas no circulan por temor a su seguridad. Así que mejorará la seguridad, las condiciones urbanas [...] la ciudad recuperará un sector que está ubicado estratégicamente”.

houve grandes alterações entre os ocupantes.

Figura 15 – Cambuches na Carrilera de la calle 22



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Tanto pela manhã como no início da noite eu os observava conversar, fumar um *bareto*, separar material reciclável, lavar rostos, mãos, cabelos e roupas com as águas guardadas em baldes e garrafas bem próximo à entrada das malocas. Em suas portas brincavam com o grande número de cães que, se não amarrados próximos a seus donos, andavam de um lado para o outro buscando restos de comida entre grandes quantidades de lixo. Os cães, como mostrado, desempenham um triplo papel no cotidiano dos *habitantes de calle* – e não apenas para os que vivem na *carrilera*: afeto, proteção e fonte de calor/aquecimento nas constantes noites frias da cidade. Por isso, boa parte dormia no interior das malocas com seus donos.

O Parque Santa Fé, por sua vez, é um lugar de *parche* menor, mas não menos famoso que o da Plaza España. Sua localização possui características peculiares, embora comparta usos e ambiências já descritos para a carrilera, situada a poucos quarteirões de distância. Por um lado, seu entorno, apesar de contar com uma estrutura comercial marcante, tem também uma dimensão mais local. Padarias, restaurantes de portes diversos, bares, pequenos armazéns e supermercados dão suporte a um uso residencial bem mais expressivo que nos demais locais analisados. Por outro lado, está a poucas quadras de distância do que ainda é considerado como uma zona de tolerância. Tais zonas foram definidas na segunda administração do então *alcalde*

Mockus com o intuito de marcar, no território da cidade, por meio do uso do solo, as atividades de prostituição e aquelas que lhe são afins – *wiskerías*, *strip-tease*, etc. Atualmente, apesar de alterações no decreto que as implementou, o entorno do parque possui uma série de estabelecimentos voltados para estes usos e as pessoas ainda se referem à região como uma zona de tolerância.

O parque, na verdade, é uma praça de tamanho intermediário com uma pequena quadra poliesportiva, *playground*, equipamentos de ginástica e um gramado. Ao seu redor, assim como no entorno mais expandido, as edificações têm uma altimetria que varia entre dois e quatro pavimentos e abrigam os usos já mencionados. Essa diversidade leva ao local uma grande variedade de usuários. Trabalhadores se utilizam da quadra no horário de almoço para uma rápida partida de futebol, enquanto *habitantes de calle* dormem nas arquibancadas que a cercam. Crianças se divertem no *playground*, jovens e adultos fazem uso da academia. De tempos em tempos, um carrinho de reciclagem estaciona sob a sombra de uma das árvores e uma conversa se inicia, muitas vezes, acompanhada de um *bareto* ou de um trago. Pessoas passam de um lado para o outro carregando compras de supermercado, estudantes se encontram, idosos socializam, fiéis entram na igreja evangélica²⁷⁹ localizada em frente à Praça. Nesse cenário, chama a atenção um edifício localizado em uma de suas esquinas.

Em uma das caminhadas com “Doctor”, ao passar pela praça, diante do prédio de quatro andares, ele contou do período de dois anos em que viveu ali (FIGURA 16). A edificação funciona como um local de descanso²⁸⁰ e consumo de drogas – não diferente de outras com esta mesma função espalhadas por Los Mártires – que ofertava “pacotes”²⁸¹ diversos, já que era possível contratar serviços sexuais. Cada andar possuía cerca de oito habitações que recebiam até quatro pessoas. Em cada andar, um banheiro coletivo foi descrito como um dos locais mais repugnantes já utilizados por ele. De algum modo, o prédio tornava mais privadas as atividades que ocorriam na praça, principalmente à noite, e que pude acompanhar com os técnicos da SDIS durante o *contacto activo noturno* – já mencionado anteriormente.

²⁷⁹ A igreja, chamada Taller del Maestro, desempenha ações voltadas para os moradores de rua. Durante a participação em uma jornada de *Autocuidado Móvil* no local, no dia 22/12/2014, tive a oportunidade de conversar com a esposa do pastor. Eles participavam da atividade e haviam montado um palco em uma das extremidades da quadra, onde acontecia um pequeno show com música gospel, em ritmo de rap, que intercalava-se com breves pregações. Segundo ela, seu marido havia sido um *habitante de calle* e, pela fé, abandonou as ruas e as drogas. Por isso, muito preocupados com a intensa dinâmica da rua na comunidade, ofereciam conforto espiritual aos que os procuravam, além de distribuir lanches e bebidas quentes ao anoitecer.

²⁸⁰ O descanso é mencionado como atividade essencial no cotidiano dos moradores de rua que são consumidores. A fadiga pelo uso das drogas por dias seguidos, principalmente o *basuco*, faz com que tenham que se recolher, seja em quartos alugados, seja nos centro de acolhida, para um ou dois dias de descanso e revigoramento.

²⁸¹ O preço que cobravam para passar a noite girava em torno de 6.000 pesos colombianos (COP) – cerca de R\$5,00.

Figura 16 – Edificação no Parque Santa Fé



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Neste dia, eram oito horas da noite e havia cerca de 30 *habitantes de calle* de diferentes idades, aparências e sobriedades no local. Cumprimentei alguns deles, pois já os conhecia de atividades do Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa, localizado não muito distante dali. Alguns dormiam sobre colchões espalhados nos gramados, outros batiam papos acalorados. Um senhor cantava e tocava um instrumento semelhante a um reco-reco. Um jovem acendia um *bareto*, enquanto mostrava aos companheiros seu novo cachorro, ainda filhote. Vários outros cães acompanhavam seus donos. Postes e árvores faziam as vezes de banheiros. Um grupo de crianças das redondezas brincava no *playground*, fato que despertava a preocupação de um dos técnicos da alcaldía. Para ele, a mistura com este ambiente era já um passo para o envolvimento com as drogas.

Durante o tempo de visitas e atividades na praça, pude também acompanhar tanto o *Autocuidado móvil*, que prestava os atendimentos já mencionados aos *habitantes de calle* do entorno²⁸², como a pequena reforma que foi conduzida em seus espaços físicos. No primeiro caso, o número de atendimentos era bem superior ao do bairro Kennedy – descrito anteriormente –, entretanto, ainda muito distante dos que ocorriam no Bronx. No segundo caso, as principais reestruturações realizadas na praça foram: o fechamento dos espaços que havia

²⁸² Isso ocorreu em 8 de outubro e 22 de dezembro de 2014.

debaixo das arquibancadas que contornavam a quadra – e que eram utilizados para a guarda de pertences dos *habitantes de calle* e como lugar de descanso; a retirada dos bancos – também utilizados para dormir e passar a noite; a redução dos espaços gramados a partir de um novo layout para os brinquedos infantis e equipamentos de ginástica. Essas ações, que configuram o design anti-mendigo, vêm se tornando cada vez mais comuns nos projetos de urbanismo e não apenas em Bogotá.

Finalmente, o *Plan de Renovación Urbana Estación Central* (FIG.17), a cargo da ERU, visa articular três vias troncais – Calle 26, Carrera 10ª e Avenida Caracas – para a promoção de um projeto urbanístico ancorado na intensa estrutura de transporte urbano existente na região. Localizado ao norte das intervenções já apresentadas, faz parte das localidades de Los Mártires e Santa Fé. A partir da intervenção em 11 quadras – 107.046 m² – seu programa abarca, além da estação central, escritórios, unidades habitacionais, comerciais institucionais e um hotel. De acordo com o jornal *El Tiempo*, este é um dos “doze projetos que mudarão a cara de Bogotá” (DOCE PROYECTOS..., 2015, tradução nossa)²⁸³, entretanto, “é o projeto mais ambicioso de renovação do centro internacional” (DOCE PROYECTOS..., 2015, tradução nossa)²⁸⁴.

Figura 17 – Simulação do *Plan de Renovación Urbana Estación Central*



Fonte: Empresa de Renovación Urbana (2015b).

Na documento de suporte do plano, desenvolvido pela *alcaldía* no ano de 2012, a área é caracterizada e os problemas sociais do setor são ressaltados. Dentre eles, destacam-se áreas

²⁸³ “Doce proyectos que le cambiarán la cara a Bogotá”. Dentre os outros projetos mencionados será ainda abordado o Triángulo de Fenicia”.

²⁸⁴ “Es el proyecto más ambicioso de renovación del centro internacional”.

de comércio sexual, de empobrecimento crescente, de absorção da população vítima de *desplazamiento*, assim como atividades de prostituição, de comércio ilegal, de uso de substâncias psicoativas e a presença de *habitantes de calle*. Diante desses fatores, é indicado um nível de insegurança bastante alto na região, o que reforçaria a necessidade de intervenções. Contudo, um diagrama anexado ao projeto mostra a localização estratégica para a intervenção e consolida os argumentos dos benefícios que serão trazidos para o local e seu entorno (FIG. 18) com a sua execução (BOGOTÁ, 2012c).

Figura 18 – Localização estratégica do Plan de Renovación Urbana Estación Central



Fonte: Bogotá D.C. (2012c).

No que concerne à dinâmica dos moradores de rua, pelo fato de uma parte relevante da área do plano estar já vazia – em função de demolições anteriores – e por largas avenidas conformarem seus limites, as apropriações de seus espaços públicos imediatos são reduzidas. Entretanto, a dinâmica do entorno já foi delineada na apresentação dos projetos anteriores, em face dos usos e atividades desenvolvidos por essa população. Ressalta-se que o contato com a área durante o tempo de pesquisa foi constante, por causa da distribuição de alimentos realizada pelas irmãs do Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa. O ponto de distribuição está localizado em uma das esquinas que faz parte da área marcada, no plano, como de demolição e a quatro quadras do Parque Santa Fé. Nesse sentido, o local já faz parte do cotidiano dos moradores de rua que se encaminham até lá para se alimentar. Muitos acabam por permanecer no local, após a distribuição, para conversar ou descansar. Vale ressaltar também que, conforme visto, a Carrera 10ª é um importante eixo de deslocamento para os moradores de rua que a utilizam cotidianamente como parte de seus trajetos entre o norte e a região central.

Ao retornar para aquilo que conduziu à aproximação do cotidiano da Carrilera de la Calle 22, do Parque Santa Fé e da área do *Plan de Renovación Estación Central* – frente aos usos relacionados ao cotidiano dos moradores de rua –, ou seja, ao retornar para o *Plan de*

Renovación Urbana de La Sabana é possível inferir que, em caso da efetivação de sua implementação, as ações de limpeza e higienização irão afetar estes entornos e redesenhar as possibilidades de deslocamento e permanência dos *habitantes de calle*.

Ainda, é possível notar que, a reboque da ação de renovação que se iniciou com a Plaza de San Victorino, ocorreram planos e projetos que buscam, por intermédio da aliança entre o capital privado e o poder público, processos de renovação com vista a alterar os espaços considerados de mau uso, de degradação, de insegurança e de forte vínculo com populações vulneráveis.

4.4.2.2 Do Eje Ambiental rumo ao norte

Outro projeto conduzido durante a administração de Peñalosa foi o do Eje Ambiental²⁸⁵ – um dos limites entre as localidades de La Candelária e Santa Fé. Rio, avenida e, finalmente, um eixo ambiental – a relevância de um detalhamento maior deste local está atrelada ao uso cotidiano que dele fazem os *habitantes de calle*. A renovação ocorreu durante os anos de 1999-2001 e implicou na recuperação do traçado original do rio San Francisco – desde as proximidades do Cerro de Monserrate até a Carrera 10ª, bastante próximo à Plaza de San Victorino – com o intuito de transformá-lo em área exclusiva para pedestres e arborizá-lo ao longo de seu canal.

Durante a Colônia e até o final do século XIX, conformava um local muito utilizado pelas lavadeiras e tantos outros sujeitos urbanos mantidos à margem do El Centro. No período de chuvas, as enchentes atingiam as casas situadas ao longo de suas margens. Em meados do século XX, foi canalizado, pavimentado e deu origem à Avenida Jiménez de Quesada que recebeu, àquela época, alguns dos principais edifícios da cidade que se queria (re)fazer moderna (EL RENACER..., 2001). Já em 1999, às vésperas do início das obras de renovação, o periódico *El Tiempo* delineia a ambiência do local:

[...] o centro é simplesmente a plataforma do caos, os roubos, o ruído, o desnudamento, algo lamentável neste setor, um imã que atrai milhares de caminhantes inesperados. E uma das ruas com mais história é a Avenida Jiménez, hoje um estranho híbrido de vendedores, postes e tráfego. Uma cara feia que não lhe cai bem. [...] Os arquitetos querem que o centro seja um espaço de encontro. É equivocado pensar que o centro é feito para os carros. Queremos que as pessoas voltem para o centro, caminhem e vivam esta parte da cidade. Estamos em um círculo vicioso, as pessoas não caminham pela insegurança, mas a delinquência aumenta na medida em que existem menos transeuntes. (RESCATANDO..., 1999, tradução nossa)²⁸⁶

²⁸⁵ O projeto ficou a cargo do mais famoso arquiteto colombiano, Rogelio Salmona, em parceria com Louis Kopec.

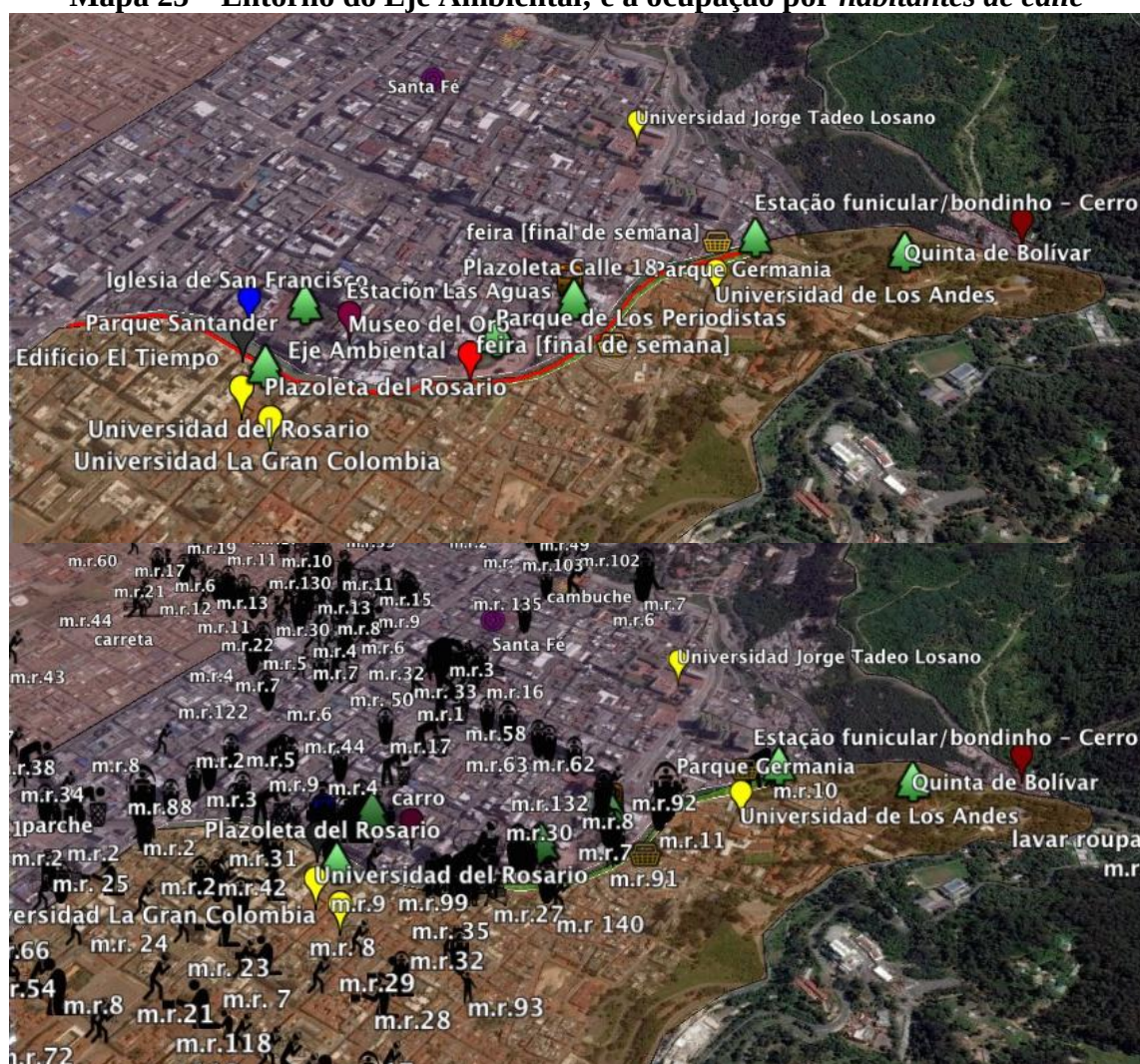
²⁸⁶ “[...] el centro es simplemente la plataforma del caos, los robos, el ruido, el despelote, algo lamentable para

A matéria jornalística também se embrenha por exemplos de centros históricos respeitáveis mundialmente – tais como Paris, Roma e Barcelona – tanto para marcar o potencial da capital colombiana diante do seu patrimônio como para ressaltar o atraso ante as possibilidades de sua exploração. Esta postura reforça não apenas a tentativa de inserção do Distrito Capital no circuito e cenário mundiais como também se encaixa no modelo do *New Urbanism*.

Durante a pesquisa de campo, por residir nas proximidades do Eje, me foi possível acompanhar de perto as dinâmicas de apropriação em toda a sua extensão. De forma cenográfica, um pequeno volume de água corre por um canal retificado entre uma vegetação racionalmente distribuída a partir de um cuidadoso projeto paisagístico. O volume maior, entretanto, corre pelo subsolo, tamponado. Ao longo de sua extensão, uma série de equipamentos educacionais, culturais e de lazer reforçam seu uso por residentes, turistas e estudantes. Estão em suas bordas o grande complexo de edifícios da Universidad de Los Andes – a maior e mais conceituada universidade privada do país –, a Universidad del Rosario e o Museo del Oro. Um comércio variado – de características mais populares às mais refinadas – e espaços de livre uso público – que servem como área de descanso e contemplação – o tornam ainda mais diverso e atrativo para o fluxo intenso de pessoas de distintos estratos sociais. Nesse caso, os Parques de los Periodistas, Santander e Germania e a Plazoleta del Rosario são exemplos marcantes. Executivos e trabalhadores transformam o horário do almoço em uma corrida por bares, restaurantes e *fast foods* dos mais variados gostos e preços. A estação Las Águas – do *transmilenio* – é o ponto de partida e chegada do funicular e do teleférico que conduzem ao mirante e à Catedral, localizados no topo do Cerro de Monserrate, e que dinamizam ainda mais o local como zona de passagem. Em boa parte de sua extensão, os pedestres dividem a via com o *transmi*, e o tráfego de veículos é interrompido. Ainda, principalmente nos finais de semana e feriados, feiras livres e vendedores ambulantes que visam a aproveitar a presença dos que caminham até o *cerro* complementam a paisagem (MAPA 25).

este sector, un imán que atrae miles de paseantes inesperados. Y una de las calles con más historia es la Avenida Jiménez, hoy un extraño híbrido de vendedores, postes y tráfico. Una cara fea que no le sienta bien [...]. Los arquitectos quieren que el centro sea un espacio de encuentro. Es una equivocación pensar que el centro está hecho para los carros. Queremos que la gente vuelva al centro, camine y viva en esa parte de la ciudad. Estamos en un círculo vicioso, las personas no caminan por la inseguridad pero la delincuencia aumenta en la medida de que haya menos transeúntes”.

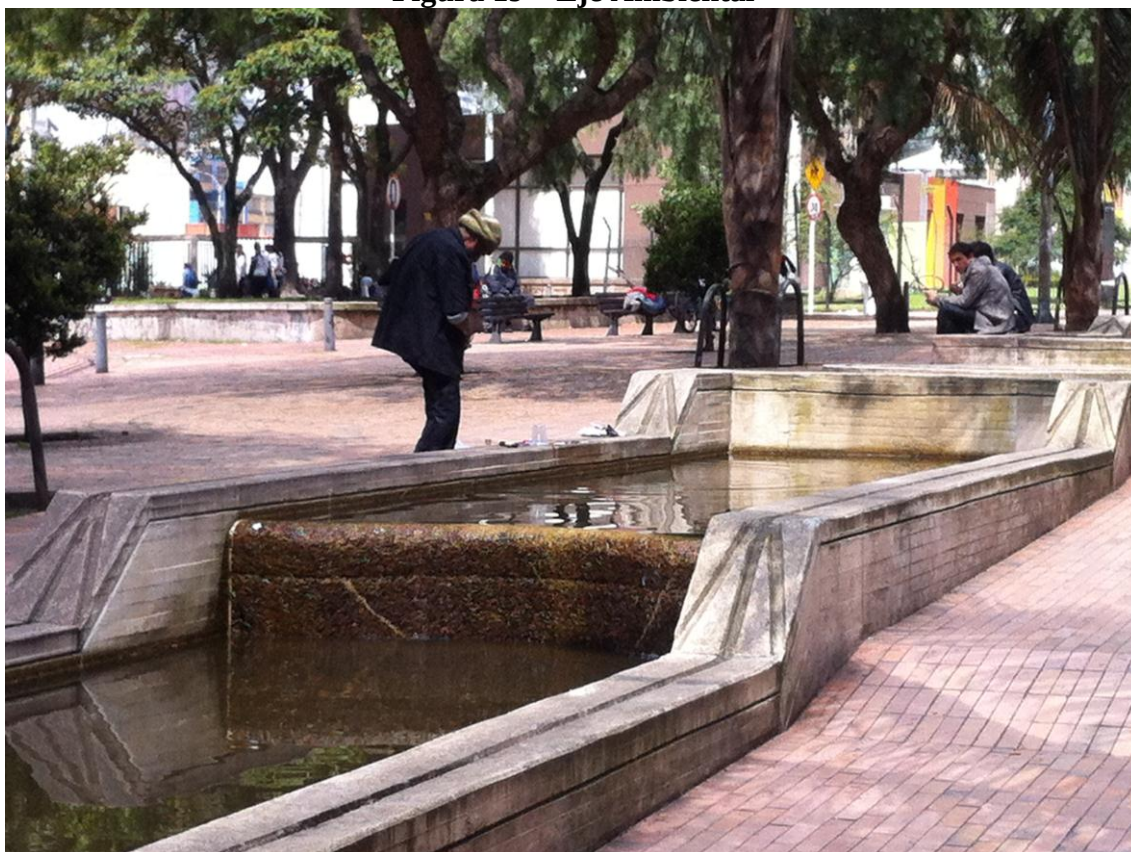
Mapa 25 – Entorno do Eje Ambiental; e a ocupação por *habitantes de calle*



Fonte: Adaptado de Google Earth.

Embora a estrutura e as características socioespaciais sejam muito distintas da *Plaza de San Victorino*, de oriente a ocidente, ao longo do Eje nota-se a presença constante de moradores de rua. Entretanto, à medida que se caminha em direção à Praça, devido a sua proximidade com o centro comercial e com os serviços mais efervescentes, a concentração se torna maior. As utilizações e atividades desenvolvidas ao longo do Eje são bastante diversas. O filete de água central, que cai de modo escalonado para vencer a topografia, é utilizado pelos *habitantes de calle* para atividades higiênicas, tais como lavar o cabelo, partes do corpo e roupas (FIG.19). Na sua porção mais próximo do Cerro de Monserrate, há um poço que é recorrentemente citado, pelos *habitantes de calle*, como local para banho e também para lavar suas roupas. Os bancos, localizados ao longo do trajeto, servem como descanso e ponto de conversa. No Parque de los Periodistas é comum, mesmo durante o dia, a presença daqueles que dormem sobre papelões ou cobertores colocados sobre o gramado.

Figura 19 – Eje Ambiental



**Legenda: o morador de rua utiliza-se da água para atividades de higiene.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.**

Ao final do dia, um número considerável recorre às lixeiras e sacos plásticos colocados sobre as calçadas, tanto em busca de comida como de material reciclável. O forte apelo turístico do entorno – muito próximo ao núcleo principal do centro histórico – faz com que o pedido por *la plata* seja constante. Já à noite, é perceptível a concentração dos que, em frente à igreja de San Francisco – na esquina com a Carrera 7ª, antiga Calle del Comercio –, buscam um espaço mais amplo para dormir e descansar. Bem próximo dali, na esquina oposta, onde se localiza o edifício do periódico *El Tiempo*, é muito comum a reunião com o intuito da conversa e da socialização. É interessante que, nesse local, a idade dos *habitantes de calle* é mais avançada. Senhoras e senhores se aproveitam das cadeiras de engraxate, que à noite estão vazias, para descansar e bater papo.

A dinâmica do Eje Ambiental com a Carrera 7ª, no período noturno, pode ser observada de forma mais próxima durante a participação em uma jornada realizada pela Fundación Pocalana. Após a visita em três outros pontos da cidade, todos eles localizados no centro tradicional, o local foi palco da última parada. No momento da chegada, um outro grupo de

voluntários, liderado por um padre, já estava na porta do *El Tiempo* distribuindo *tamales*²⁸⁷ e uma bebida quente, devido ao forte frio. Diferentemente dos *habitantes de calle* que tranquilamente dormiam na porta da igreja, ali o clima era mais agitado. Era notório o efeito do álcool e de outras drogas sobre a maior parte deles. O rapaz com o qual mantive contato mais demoradamente carregava uma pequena garrafa plástica com *pegante*²⁸⁸. De tempos em tempos, ele interrompia a conversa para colocar a boca sobre o bico do recipiente e inalar profundamente. Seu estado de confusão mental se misturava a uma atitude mais impetuosa.

Nessa mesma esquina, em outro dia, bem cedo, na partida para uma caminhada exploratória com “Doctor”²⁸⁹, foi possível acompanhar a abordagem que policiais faziam aos que dormiam em frente à igreja. A cidade acordava e era preciso desobstruir o passeio e a entrada do templo para o início das atividades litúrgicas.

Dos dados institucionais sobre o local, o diagnóstico socioespacial de La Candelária, produzido nos anos de 2009-2010, pontua de maneira específica a questão da vida na rua no entorno do Eje: “[...] os *habitantes de calle* comercializam o lixo que recuperam ou os objetos que conseguem, quase sempre de maneira ilícita, para consumir substâncias psicoativas, o que gera na população que habita e circula na localidade, uma percepção de insegurança e evitamento” (BOGOTÁ D.C. 2015e, p.116, tradução nossa)²⁹⁰.

Mas se a história mais contemporânea da Avenida Jiménez esteve atrelada, em seu início, ao *New Urbanism*, o que se observa, na atualidade, é a sua inserção paulatina na lógica do empreendedorismo urbano, com forte verticalização em busca da mais valia do solo. Dois projetos de renovação urbana, um ao lado do outro, localizados em sua extremidade oriental, estabelecem o ponto de partida deste processo. O primeiro deles engloba o *Proyecto de Renovación de la Manzana 5* (Projeto de Renovação do Quarteirão 5), muito divulgado e conhecido por abarcar a nova sede da Cinemateca Distrital²⁹¹. O segundo compreende o *Plan de Renovación Parcial Triángulo de Fenicia* (Plano de Renovação Parcial Triângulo de Fenicia). (MAPA 26)

²⁸⁷ *Tamal* é uma comida típica colombiana preparada com massa de milho envolta em folha de bananeira, para cocção, e recheada com carne e verdura. O *tamal* se assemelha à pamonha brasileira.

²⁸⁸ *Pegante* é a cola de sapateiro, utilizada, principalmente, pelos mais jovens como substância psicoativa.

²⁸⁹ A caminhada aconteceu no dia 30 de novembro de 2014 e o objetivo era visitar pontos de difícil acesso no centro, principalmente as *ollas*, em função do uso e da comercialização de drogas.

²⁹⁰ “[...] habitantes de la calle comercializan la basura que recuperan o los objetos obtenidos, casi siempre de manera ilícita, para consumir sustancias psicoactivas, lo que genera en la población que habita y confluye en la localidad, una percepción de inseguridad y rechazo hacia esta población.”

²⁹¹ O lançamento do concurso arquitetônico para o projeto da cinemateca, assim como a divulgação da equipe vencedora, ocorreu durante a estadia na cidade.

Mapa 26 – Eje Ambiental e localização dos projetos de renovação

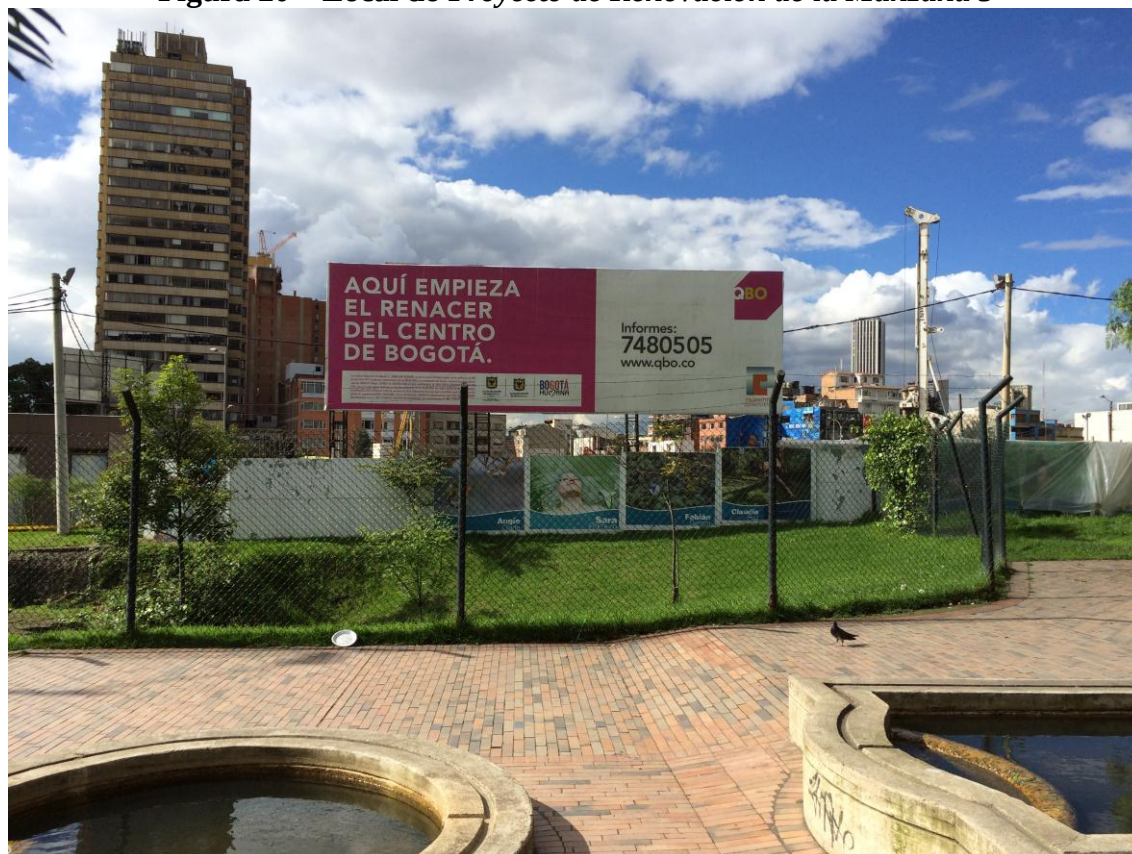


Fonte: Adaptado de Google Earth

Os trabalhos para a implementação da *Renovación Manzana 5* tiveram início em 2008 com a desapropriação de 35 imóveis. Em regime de urgência, a ação de remoção foi acompanhada pela polícia e objetivava a construção de um centro cultural e um complexo residencial (NUMA, 2012). Atualmente, sete anos depois, o quarteirão já demolido está cercado por tapumes e exibe uma placa: “Aquí começa a renacer o centro de Bogotá”²⁹² (FIG. 20).

²⁹² “Aquí empieza el renacer del centro de Bogotá”.

Figura 20 – Local do *Proyecto de Renovación de la Manzana 5*



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A estratégia de divulgação da *Renovación Manzana 5* foi a de chamar a atenção para a parcela do projeto relacionada à cinemateca²⁹³, já que se trata de um espaço artístico-cultural tradicional e muito frequentado pelos bogotanos. As torres esfumaçadas, simuladas ao fundo nas imagens do lançamento, parecem desvanecer para não assumir a cisão de uma das visadas mais imponentes dos *cerros* orientais a partir da área central – ou pelo pesar de separar, abruptamente, Monserrate e Guadalupe²⁹⁴ (FIG.21).

²⁹³ Atualmente, a cinemateca está localizada na Carrera 7ª e divide o espaço com o Teatro Municipal Jorge Eliécer Gaitán, de estilo *art déco*.

²⁹⁴ Na imagem do projeto é possível ver os dois *cerros* que marcam simbólica e historicamente o pano de fundo, ao oriente, da cidade que se ergue. No cerro de Monserrate, o da esquerda, está localizada a Catedral de mesmo nome. No outro, foi erguida a estátua da Virgem de Guadalupe que deu o nome a ele: o *cerro* de Guadalupe.

Figura 21 – Simulação do *Proyecto de Renovación de la Manzana 5*



Fonte: Empresa de Renovación Urbana (2015a).

Para as torres estão previstas moradias e espaços comerciais que, de acordo com a ERU, serão responsáveis por reativar esta parte do centro. No desenho da campanha publicitária para o lançamento do projeto, a forma de publicidade destacada e colocada em primazia em frente das demais é: “Comunicar que a ERU desenvolverá o primeiro projeto urbano integral de iniciativa privada no Eixo Ambiental da Avenida Jiménez para promover o desenvolvimento do centro da cidade como parte de um grupo de projetos integrais da cidade” (EMPRESA DE RENOVACIÓN URBANA, 2012, tradução nossa)²⁹⁵. Hierarquicamente menos importante que esse, aparece também: “Comunicar a Bogotá que o centro da cidade é para todos” (EMPRESA DE RENOVACIÓN URBANA, 2012, tradução nossa)²⁹⁶.

Já a Renovação do Triângulo de Fenícia é um projeto cuja promotora é a Universidad de Los Andes – que o denomina de *Progresía Fenicia* (Progrida Fenicia) – e que envolve uma área de 88.000 m² com 1.628 residentes e 505 imóveis que serão demolidos. Ele foi desenvolvido com base nos *Planes Parciales* previstos no POT e tem como um de seus objetivos a promoção, no centro da cidade, de um distrito universitário que visa à geração de

²⁹⁵ “Comunicar que la ERU desarrollará el primer proyecto urbano integral de iniciativa privada en el eje ambiental de la Avenida Jiménez para promover el desarrollo del centro de la ciudad como parte de un grupo de proyectos integrales de la ciudad”.

²⁹⁶ “Comunicarle a Bogotá que el centro de la ciudad es para todos”.

progresso para as comunidades que fazem parte da região. Para isso articula-se em quatro eixos: urbanístico – promover a diversidade de usos nas quadras para tornar o centro um local ativo e produzir mais espaços públicos com qualidade –; ambiental – conectar os cerros orientais por meio de um parque e utilizar técnicas de construção sustentáveis –; social – substituição metro a metro para os proprietários atingidos e equipamentos para a comunidade –; e econômico – captura do valor, pelos proprietários, por meio do sistema de substituição e manutenção da ligação entre moradia e unidade produtiva (UNIVERSIDAD DE LOS ANDES, 2015)

Embora o Triângulo de Fenicia tenha sido aprovado, em 2003, como área de renovação urbana, o *Plan Parcial* foi aprovado na atual administração do *alcalde* Gustavo Petro e prevê: 900 moradias – sendo que, dessas, 108 serão *Viviendas de Interés Prioritário – VIP*²⁹⁷ (Moradia de Interesse Prioritário) e 400 de substituição; 25 mil m² de comércio; 40 mil m² de escritórios e/ou hotéis; 25 mil m² de serviços públicos de origem pública ou privada; 3.500m² de equipamentos públicos (UNIVERSIDAD DE LOS ANDES, 2015) (FIG. 22).

Figura 22 –Eje Ambiental e *Plan Parcial* Triángulo de Fenicia – atualmente e simulação



Fonte: Bogotá D.C. (2015c).

²⁹⁷ As VIPs são voltadas para populações vulneráveis com prioridade para afrocolombianos e indígenas.

Os dois projetos – vinculados a demolições e *desplazamientos* – são uma tentativa de sanar, segundo o poder público, os problemas de uma zona da Candelária com grande incidência de moradores de rua e denominada *Vulnerable por Concentración de Problemas Sociales* (Vulnerável por Concentração de Problemas Sociais). Nela “[...] o desenvolvimento da cidade choca com um território golpeado por planos urbanísticos [...] e vem sendo receptora da problemática de *desplazamiento* e assentamento de *habitantes de calle* da antiga Calle del Cartucho” (BOGOTÁ D.C., 2015e, tradução nossa)²⁹⁸. O curioso é que a demolição do El Cartucho, sob a mesma escusa, acabou por alterar mas não eliminar o problema.

Chama a atenção, com relação a estes dois planos de renovação, o potencial que eles trazem para alterações futuras em uma extensa região ao norte do Eje Ambiental que se estende até a Calle 26. Desde este ponto de vista, destacam-se tanto projetos que já estão sendo implementados pela iniciativa privada como futuros projetos que virão a reboque do grande número de lotes – majoritariamente com uso de estacionamento – existentes em uma área tão central como antiga. Nos muros desses lotes, é comum a instalação de painéis que dão a ideia de suas pretensões, tanto em termos de projeto como em termos de cidade (FIGURA 23).

Figura 23 – Empena de um lote vago na localidade de Santa Fé



Legenda: na placa, o dizer: “seguimos acreditando na revitalização do centro”.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

²⁹⁸ “[...] el desarrollo de la ciudad choca con un territorio golpeado por los planes urbanísticos [...] y ha venido siendo receptor de la problemática de desplazamiento y asentamiento de habitantes de calle de la antigua Calle del Cartucho.”

O futuro da ocupação desses vazios urbanos possui rastros no presente e possibilita prever o redesenho que incidirá sobre El Centro. É o que o Complexo BD Bacatá (FIG. 24) permite vislumbrar. No momento da pesquisa de campo, as obras corriam a todo vapor com trechos de vias fechados em função dos impactos trazidos pela construção das duas torres que substituirão um antigo hotel, de mesmo nome, erguido durante a década de 1970. A torre mais alta – com 67 andares – será a maior do país e o conjunto edificado terá uma área total de 114.384m^2 que se divide entre residências, escritórios, hotel, centro comercial e estacionamentos – público e privado (EMPRESA DE RENOVACIÓN URBANA, 2015b). Segundo os empreendedores, através do projeto “no qual interviram reconhecidos arquitetos da Espanha e da Colômbia, a tipologia urbana, econômica e imobiliária do centro de Bogotá se verá completamente modificada na direção de uma visão mais cosmopolita, desenvolvida e competitiva” (EMPRESA DE RENOVACIÓN URBANA, 2015b, tradução nossa)²⁹⁹.

Figura 24 – Simulação do Complexo BD Bacatá



Fonte: Empresa de Renovación Urbana (2015b).

²⁹⁹ “[...] en el que han intervenido reconocidos arquitectos de España y Colombia, la tipología urbana, económica e inmobiliaria del centro de Bogotá se verá completamente modificada hacia una visión más cosmopolita, desarrollada y competitiva.”

Incluído no *Plan de Renovación del Centro*, apoiado pelas últimas administrações da cidade (MONTROYA, 2012), Bacatá BD é conceituado como um “moderno Resort urbano, pensado para viver, trabalhar, hospedar-se e desfrutar da conveniência de ter tudo em um só lugar” (EMPRESA DE RENOVACIÓN URBANA, 2015b, tradução nossa)³⁰⁰. Quando das caminhadas realizadas durante a pesquisa de campo, pude observar os *banners* que pendiam de sua estrutura, já em adiantado estágio de obras: “[...] começa a subida; vamos tocar as estrelas; começa a olhar para o alto, muito alto”³⁰¹. Tão alto que talvez se apague um tipo de ocupação muito comum no canteiro central da avenida que é seu principal acesso. Apesar do movimentado trânsito da Calle 19, da poluição sonora e atmosférica, é muito constante a presença de moradores de rua no canteiro central. Ao dormirem neste lugar, evitam o incômodo dos comerciantes que não permitem o descanso e o sono na porta das lojas. (FIG. 25).

Figura 25 – Avenida 19 com Carrera 5ª – Complexo Bacatá DC, em 2014



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

³⁰⁰ “[...] un moderno Resort urbano, pensado para vivir, trabajar, comprar, hospedarse y disfrutar de la conveniencia de tenerlo todo en un solo lugar.”

³⁰¹ “comienza el ascenso; vamos tocar las estrellas; empieza a mirar alto, muy alto.”

Estes projetos dão o tom das propostas que estão sendo conduzidas na porção mais ao norte do Eje. Entretanto, o número espantoso de lotes vagos e de estacionamentos no setor é indicativo – tendo em vista as políticas urbanas que vêm sendo encaminhadas – de um grande processo de substituição de uso e de verticalização (MAPA 27). Mais que isso, mostra como a terra transformada em elemento de especulação – em acúmulo de capital imobiliário –, em períodos anteriores, espera os modos de se refazer como mercado de práticas neoliberais, como mercado de consumo para o lazer, a cultura, a habitação, o entretenimento, etc.

Mapa 27 – Lotes vagos/estacionamentos ao norte do Eje Ambiental



Fonte: Adaptado de Google Earth

Nesse sentido, é de interesse marcar que alguns desses lotes/estacionamentos são utilizados, aos domingos, como lugar de comercialização de objetos usados – um mercado das pulgas – que conta com a presença de grande número de *habitantes de calle*, tanto para comprar produtos por preços mais acessíveis como para a venda de objetos. Conforma-se, assim, além de um lugar de trabalho, como ponto de socialização e encontros. Ao visitar os mercados das pulgas, pude encontrar muitos dos moradores de rua com os quais tinha contato durante a semana em função das atividades com a SDIS e no Centro Ambulatório.

Os planos e projetos apresentados, já realizados ou não, trazem transformações que de maneira direta ou indireta afetaram ou vão afetar a população de *habitantes de calle* – haja vista suas atividades cotidianas e a rede de relações já concretizadas socioespacialmente. Porém, nenhum deles se iguala ao impacto do Parque Tercer Milenio. Isso se deve ao fato deste último ter botado abaixo não apenas a metade de um bairro da localidade de Santa Fé, mas também toda uma estrutura de vida vinculada à *olla* El Cartucho.

4.4.2.3 Do El Cartucho ao Parque Tercer Milenio e de volta ao Centro Histórico

O projeto que originou o Parque Tercer Milenio, na localidade de Santa Fé, é o caso mais emblemático de renovação urbana em Bogotá, pela série de consequências socioespaciais – algumas delas já mencionadas – trazidas para o centro da cidade, assim como para o cotidiano

dos moradores de rua. É mister ressaltar que o Parque Tercer Milenio era parte de um plano maior que solapava todo o bairro de Santa Inés e parte de San Bernardo. Se iniciava na Plaza de San Victorino e se estendia até a Calle 1 (FIG. 26). Esta iniciativa ampliada findou por não ocorrer (BOGOTÁ, 2015g).

Figura 26 – Área total do *Plan de Renovación Urbana Tercer Milenio* e Bairro Santa Inés (antes das demolições)



Legenda: em destaque estão as áreas que foram demolidas para a construção do Parque Tercer Milenio.
Fonte: Arias (2010).

A região específica do El Cartucho passou por dinâmicas urbanas semelhantes às da Plaza de San Victorino no que diz respeito ao uso comercial, incrementadas pelo deslocamento dos antigos residentes que rumaram para o norte, devido aos acirramentos dos conflitos trazidos pela ampliação e diversificação desta atividade. Aliado a esse fator, a especulação do solo rumava para o sul de forma a fundar novos centros, em bairros mais distanciados – como Kennedy, por exemplo –, para os mais desfavorecidos. Tal feito trouxe o esvaziamento e a

subdivisão das antigas casas coloniais do local que se tornaram pequenas bodegas e cortiços que recebiam um número grande de famílias e pessoas vítimas, principalmente, do *desplazamiento* (MEJÍA, 2007).

Nas décadas 60-70, San Victorino girava em torno de uma ampla praça de víveres e grãos que se complementava com um mercado de rua, uma espécie de ‘praça de mercado’ conhecida como Santa Inés que se estendia pela Carrera 12 e até o sul e abastecia de produtos a uma ampla vizinhança, apresentando para essa época uma configuração urbana de importância. Além de abastecer de produtos, ‘El Cartucho’ e San Victorino comportavam-se como lugar de chegada, distribuição e congregação da cidade que levava a outros serviços: central de transporte, cantinas, hotéis, hospedagens, lojas de vasilhames, salas de bilhar e jogos, tendas de comestíveis, venda de combustíveis, peças velhas de automóveis, papelões, papéis e garrafas [...]. Estes fatores criaram um sistema de produção e comercialização em San Victorino, muito atrativo para os ‘recém chegados’ catadores urbanos. [A descentralização posterior da cidade] acarreta a marginalização e a clandestinidade do ‘El Cartucho’ [...]. A partir deste fenômeno, o setor paralisa seu desenvolvimento e se apropria do lugar o *lumpen* social. O Cartucho já não é de todos, não pertence à cidade, é um gueto com todas as suas características humanas. (EL ESPECTADOR apud HIGUERA, 2011, p.148, tradução nossa)³⁰²

Fato é que, até meados dos anos 1980, o local possuía outra configuração. O que antes era popular converteu-se em pobreza e sua degradação, conforme aponta o documento técnico de suporte do *Proyecto Ministerios*, foi atrelada às atividades de reciclagem, aos galpões que compravam esses materiais e à comercialização de aguardente que atraía a população de recicladores. O documento salienta, ainda, que na época do El Cartucho, as casas – em décadas anteriores ocupadas pela elite cidadina – foram sendo gradualmente convertidas em galpões, inquilinatos, espaços para armazenamento e distribuição de drogas, e foco de concentração de delinquentes (EMPRESA VIRGILIO BARCO VARGAS, 2013).

É neste período que se inicia o amontoamento nas ruas e casas (FIG. 25):

[...] quantidades enormes de pessoas ocupam as ruas, razão pela qual, tempos depois a quantidade de gente fechará as vias, vivendo, caminhando, vendendo e dormindo sobre elas, fazendo impossível a passagem de veículos. Junto aos habitantes da zona que se empilhavam nas ruas, aparecia também quem ia conseguir *basuco* confundidos

³⁰² “Para las décadas 60-70, San Victorino giraba en torno a una amplia plaza de víveres y granos que se complementaba con un mercado callejero, una especie de ‘plaza de mercado’ conocida como Santa Inés que se extendía por la Carrera 12 hacia el sur y abastecía de productos a un amplio vecindario, presentando para esa época una configuración urbana de importancia. Además de abastecer de productos, ‘El Cartucho’ y San Victorino se comportan como un sitio de llegada, distribución y congregación de la ciudad que da cabida a otros servicios: central de transportes, cantinas, hoteles, hospedajes, cacharrerías, salas de billar y juegos, tiendas de abarrotes, ventas de cocinol, repuestos viejos de autos, cartones, papeles y botellas (...). Estos factores crean un sistema de producción y mercadeo especial en San Victorino, muy atractivo para los ‘recién llegados’ rebuscadores urbanos. [La descentralización posterior de la ciudad] ocasiona el marginamiento y clandestinidad de ‘El Cartucho’ [...]. A partir de este fenómeno, el sector paraliza su desarrollo y se apropia del lugar el lumpen social. El Cartucho ya no es de todos, no pertenece a la ciudad, es un gueto con todas sus características humanas.”

com aquela multidão [...]. As antigas mansões hospedavam mais de 20 famílias. Os que ficavam de fora se protegiam embaixo dos toldos carcomidos, de cócoras, com o plástico por teto, papelão por piso e cama, muitas vezes sem nada que os cobrisse. Dormiam ao sol e sob a chuva como frangos, encolhidos em fila; muitos deles jovens, crianças, mulheres grávidas, doentes e idosos em sua condição de moradores de rua. (BOGOTÁ D.C., 2011, p.44, tradução nossa)³⁰³

Figura 27 – Madrugada no “El Cartucho”.



Fonte: Bogotá D.C. (2011).

A memória do Cartucho, até os presentes dias, é vinculada, por um lado, a focos de irradiação de violência e delinquência que afetaram os índices de criminalidade, durante as décadas de 1980 e 1990, de todo o seu entorno. Nessas décadas, o incremento do narcotráfico foi responsável pelo acirramento de conflitos em função da distribuição, consumo e venda de drogas (MEJÍA, 2007), transformando o lugar na maior *olla* da cidade e uma região, amplamente descrita como de degradação intensa. Por outro lado, El Cartucho foi o local onde tomaram corpo processos complexos, mitos e histórias.

³⁰³ “Quienes fueron protagonistas de este lugar en los ochenta, coinciden en que el hacinamiento que se vivía en las calles y en las piezas de esas antiguas casas, era inhumano. Cantidades enormes de personas ocupaban las calles, razón por la cual tiempo después la cantidad de gente taponaría las vías, viviendo, caminando, vendiendo y durmiendo sobre ellas; haciendo imposible el paso de los carros. Junto a los habitantes de la zona que se apilaban en las calles, aparecían también quienes iban a conseguir “basuco” confundidos entre aquella multitud. Quienes vivían allí, prácticamente ocupaban familia por pieza, y el índice de densidad en ese barrio era superior a otras partes de la ciudad. Las antiguas mansiones hospedaban a más de 20 familias. Los que quedaban por fuera, se guarecían bajo los aleros carcomidos, en cuclillas, con plásticos por techo, cartón por piso y cama, muchas veces sin nada que los cubriera. Dormían al sol y al agua como pollos, acurrucados en hilera; muchos de ellos jóvenes, niños, mujeres embarazadas, enfermos y ancianos en su condición de habitantes de la calle.”

O Bairro Santa Inés, hoje um buraco na memória coletiva de nossa *urbis*, é um feito social e urbano com uma longa história: é um dos bairros fundacionais de Bogotá. A brilhante arquitetura, luxuosos hotéis e inclusive a praça de mercado central, foram substituídos por lendas carregadas de droga e sangue (BOGOTÁ D.C., 2011, p.23, tradução nossa)³⁰⁴

Muitas dessas histórias foram ouvidas durante as entrevistas e conversas com *habitantes de calle*, fossem eles já de idade mais avançada fossem mais jovens. Com um misto de pavor e admiração, relatavam frias execuções, feitiçarias, estupros, negociações milionárias e o uso deliberado do *basuco*. Dentre elas, talvez a mais famosa, mas com certeza a mais reincidente, era a do feiticeiro que vivia no porão de uma das casas e desempenhava a função de produção do *basuco*, por meio da mistura da pasta base de coca com o material que a faria render. Num ritual macabro e solene, dizia-se que o pó utilizado era feito com restos de ossos humanos e ocasionava, segundo os relatos, uma adicção muito rápida e certa.

Durante uma das caminhadas com “Doctor”, fomos até o Parque Tercer Milenio para que ele pudesse falar sobre a extensa *olla* do El Cartucho. A medida que atravessávamos o extenso gramado, seu olhar se perdia entre recordações e angústias: “acá era el infierno” (tradução nossa)³⁰⁵. Com as mãos ele reconstituía a malha urbana do local e apontava as principais ruas, os lugares embarreirados que serviam de controle para quem entrava e saía, os principais lugares de *parche* privados – grandes galpões onde centenas de usuários de *basuco* pagavam para entrar e usá-lo de modo um pouco mais recluso –, a esquina na qual ficava a grande caçamba onde eram jogados os mortos após destrinchadores esquartejá-los, os hotéis, bares e prostíbulos. Falou também das mortes, da ausência de policiamento em função de um controle severo do narcotráfico, dos perigos e da estratégia que utilizou para que não acabasse como muito de seus antigos conhecidos que por lá faleceram. Embora tenha sido frequentador do El Cartucho, não consumia dentro de seus limites: “se eu consumisse ali, jamais voltaria, jamais levantaria para voltar. Por isso, eu comprava o *basuco* no Cartucho para consumir sozinho, em outro lugar” (tradução nossa)³⁰⁶.

Conforme ressalta Calderón (2020), boa parte da população de *habitantes de calle* que vivia na região central, ao final do século XX, estava localizada no El Cartucho. Um censo realizado em 1999, como parte do projeto *Tercer Milenio*, indicou uma população de 2.341 moradores de rua de perfil heterogêneo vivendo ali. Para sobreviver, coletavam e vendiam

³⁰⁴ “El Barrio Santa Inés, hoy un hueco en la memoria colectiva de nuestra *urbis*, es un hecho social y urbano con una larga historia: es uno de los barrios fundacionales de Bogotá. La brillante arquitectura, los lujosos hoteles e inclusive la plaza de mercado central, fueron reemplazados por leyendas cargadas de droga y sangre.”

³⁰⁵ “Aquí era o infierno.”

³⁰⁶ “[...] si yo consumiera allí, jamás volvería, jamás levantaría para volver. Por eso, yo compraba en El Cartucho el basuco para consumir, solo, en otro sitio.”

material reciclável, pediam esmola, acumulavam coisas e roubavam. Muitas dessas atividades giravam em torno do consumo de drogas (CALDERÓN, 2010).

No ano de 1998, um informe da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarava o Cartucho como um dos lugares mais perigosos da América Latina. Com este cenário em perspectiva foi que o prefeito Peñalosa encontrou a razão para eliminar a área do centro de Bogotá (BOGOTÁ D.C., 2011).

O parque Tercer Milenio, resposta a anos de planos urbanos que tentaram conter o processo de deteriorização social e física do lugar, foi proposto no Plano de Desenvolvimento da administração Peñalosa, gestado e construído na administração de Antanas Mockus e entregue na administração de Luis Eduardo Garzón (EMPRESA VIRGILIO BARCO VARGAS, 2013, p.55, tradução nossa)³⁰⁷

O que inaugurou o contexto dos projetos que seriam conduzidos na região, ao final dos 1990, foi a construção, em 1997, de um grande centro comercial chamado Gran San Victorino, bem próximo ao El Cartucho (MAPA 28). Desenvolvido a partir de investimentos privados – construtoras e corporações financeiras –, o centro foi responsável pela demolição de um mercado informal tradicional, localizado em parte do terreno ocupado pela nova edificação. Entretanto, as mudanças urbanísticas mais radicais ocorreram mesmo em 1998 – na administração Peñalosa – e concretizaram, no setor, a ideologia neoliberal na qual o espaço público subordinou-se ao privado.

³⁰⁷ “El parque Tercer Milenio, respuesta a años de planes urbanos que intentaron contrarrestar el proceso de deterioro social y físico del lugar, fue propuesto en el Plan de Desarrollo de la administración Peñalosa, gestionado y construido en la administración de Antanas Mockus y entregado en la administración de Luis Eduardo Garzón.”

Mapa 28 – Localização Parque Tercer Milenio e Centro Comercial Gran San Victorino



Fonte: Adaptado de Google Earth

No El Cartucho, foi a recém-criada ERU quem empreendeu as ações de demolição que deram início à implantação do projeto do Parque Tercer Milenio. De modo semelhante ao que ocorreu com os ambulantes de San Victorino, a intenção era promover uma alteração radical do ponto de vista socioespacial do setor. Isso é evidente na proposta de Peñalosa: “A demolição dos imóveis do bairro Santa Inés que conformam o parque teve uma segunda intenção além da puramente urbanística. Se tratava de levar a cabo uma urgente renovação social” (BOGOTÁ, 2015g, p.162, tradução nossa)³⁰⁸. Desse modo, a economia informal, os ambulantes e os negócios ilícitos eram as condições a serem superadas por meio do projeto.

Para o futuro e a reboque do parque, a região contaria com centros comerciais de luxo para pessoas com maior poder aquisitivo. Para isso, cerca de 750 prédios foram objeto de negociações. A diversidade de usos dos imóveis desapropriados era notória: armazéns, bodegas, vendas de usados, prostíbulos, oficinas de artes gráficas, cortiços e inquilinatos. Entretanto, o grupo social que mais chamava a atenção quando a justificativa do projeto se embrenhava por questões de segurança eram os indigentes, delinquentes, usuários de drogas – consumidores de *basuco* e *marihuana* – e os comerciantes de armas e substâncias entorpecentes (HIGUERA,

³⁰⁸ “La demolición de los inmuebles del barrio Santa Inés que conforman el parque tuvo una segunda intención además de la puramente urbanística. Se trataba de llevar a cabo una urgente renovación social.”

2011). Dessa forma, a construção do parque significou o *desplazamiento* de uma variada gama de pessoas, das considerados honestas e trabalhadoras até as mais marginalizadas. Um grande impacto foi sentido pela população de recicladores que tinha o local como única alternativa de vida. No total foram demolidos 165 mil m², atingindo 13.964 pessoas (MONTROYA, 2012; BOGOTÁ D.C., 2011).

De acordo com Arias (2010), o processo, principalmente o de demolição, foi realizado sem nenhum sentimento e ocasionou problemas de três ordens. A primeira delas foi a confrontação com uma população em situação de marginalidade extrema que não poderia ser contemplada com soluções convencionais de relocação: “ [...] dos 2.248 ‘habitantes de calle’ contabilizados no censo, apenas 900 receberam tratamento paliativo que passou por um reassentamento provisório [...] e apesar de alguns esforços para tratá-los do problema da dependência de drogas, a maior parte foi levada para albergues mantidos em segredo” (ARIAS, 2010, tradução nossa)³⁰⁹. Os poucos que ainda permaneceram foram levados para o antigo Matadero Municipal (Abatedouro Municipal). Metaforicamente, de acordo com depoimentos, ali foram tratados como animais: retiraram seus pertences, foram humilhados, sofreram violência física e psicológica, queimaram suas roupas, foram deixados descalços (BOGOTÁ D.C., 2011).

O processo foi tratado pela Secretaría Distrital De Planeación (SDP) (Secretaria de Planejamento do Distrito), já no ano de 2005, como uma tentativa de curar um câncer provocando uma metástase. Ainda, no ano da publicação de seu artigo, Arias (2010) mostra que, para além da dinâmica da moradia na rua, apenas 10% dos reassentamentos dos residentes previstos no local haviam sido efetivados.

No dia 18 de setembro de 2014 tive a oportunidade de conversar com uma pessoa contratada da SDIS que trabalha no *contacto ativo* e que havia sido moradora do Cartucho, assim como toda a sua família. Sua narrativa sobre o local se dividia entre os perigos advindos da violência ocasionada, principalmente, pela venda e consumo de drogas e o saudosismo dos tão bons vizinhos com quem afirmava ter compartilhado seu cotidiano. Além de confirmar a problemática do reassentamento, ela sofreu na pele as ações de despejo no ano de 1999. Após viver vários anos em Santa Inés, perdeu sua casa e, após muita briga, a única coisa que conseguiu foi um convite para trabalhar na *alcaldía*.

³⁰⁹ “[...] de los 2248 “habitantes de la calle” censados en 1999, solo 900 recibieron un tratamiento paliativo que pasó por una reubicación provisional [...] y a pesar de algunos esfuerzos por tratar los problemas de dependencia a las drogas, la mayor parte de ellos fueron trasladados a albergues mantenidos en secreto.”

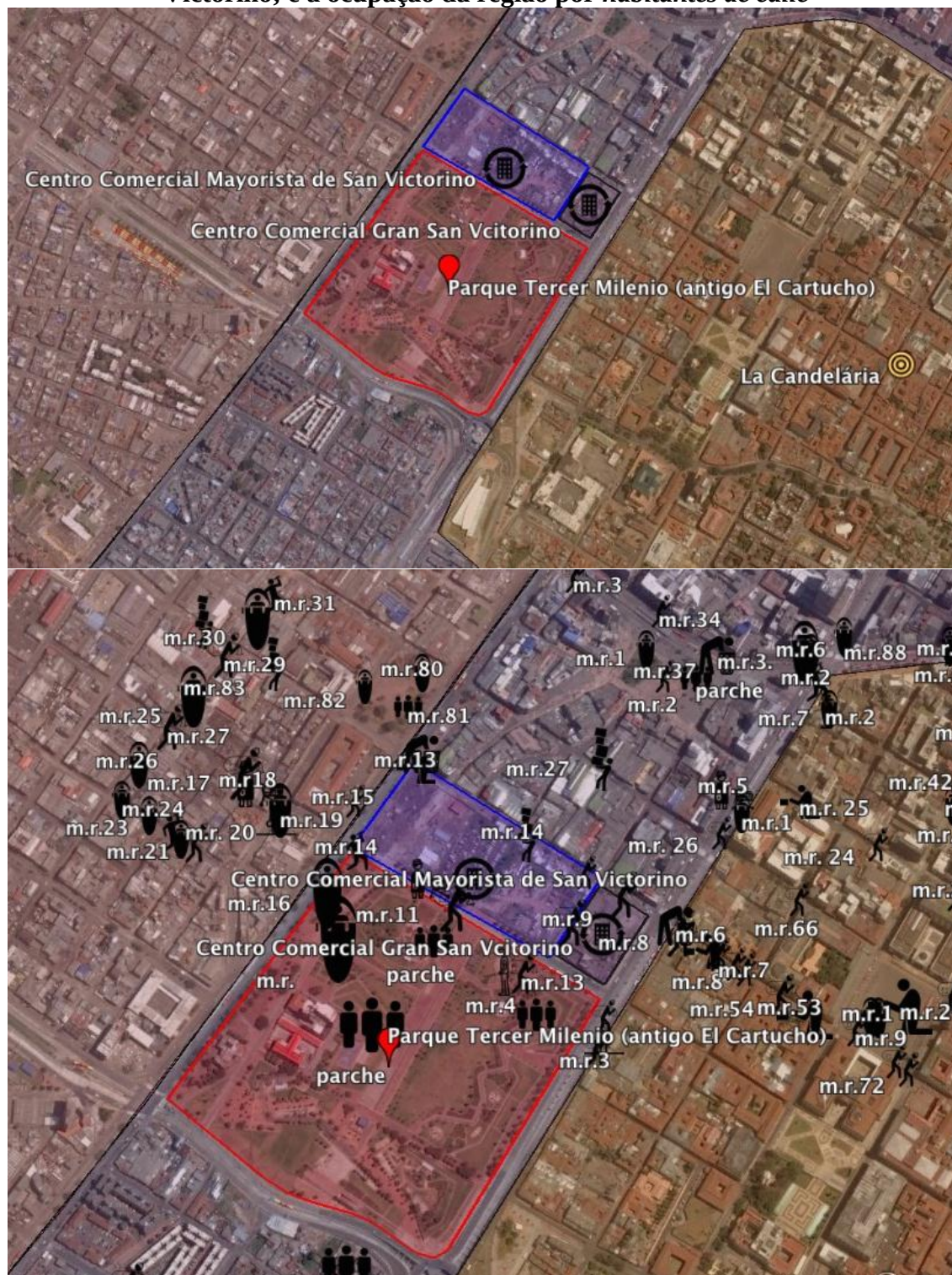
As análises de Gómez e Santana (2008) sobre o projeto demonstram um teor de crítica que será aprofundado mais adiante, mas que merece, de antemão, um destaque:

[...] o Parque Tercer Milenio. Projeto no qual o discurso e as práticas de renovação urbana revestidas com as máscaras do progresso, da inovação, da segurança, produzem a maior devastação de uma zona do centro da cidade e transformam os discursos e práticas de bem estar social e segurança em suas melhores muletas para justificá-lo frente aos habitantes do setor, do resto da cidade e em âmbito internacional (GOMÉZ; SANTANA, 2008, p.15, tradução nossa)³¹⁰.

O segundo problema relacionado ao projeto diz respeito aos prédios no entorno do parque. Desde as demolições está pendente a construção do Centro Comercial Mayorista San Victorino (Centro Comercial Atacadista San Victorino), um megaprojeto conduzido pela ERU que tem em seu programa um clube de negócios, um centro empresarial, recintos comerciais, um centro atacadista e um conjunto de apartamentos (MAPA 29) (FIG. 28). Calderón (2010) aponta que dentre os principais objetivos do empreendimento está a recuperação do grande investimento feito para a construção do parque. Para Arias (2010), o grande terreno vazio e cercado por tapumes aguarda uma dinâmica urbana mais atrativa, ou seja, ações mais interessantes para a especulação imobiliária, já que o entorno, como veremos adiante, é alvo de um outro grande projeto de renovação chamado *Ministerios*. Em 2014, quando da pesquisa de campo, a situação permanecia a mesma.

³¹⁰ “[...] el Parque Tercer Milenio. Proyecto en el cuál, el discurso y las prácticas de renovación urbana revestidas con las máscaras del progreso, de la innovación, de la seguridad, producen la mayor devastación de una zona del centro de la ciudad y transforman los discursos y prácticas de bien estar social y seguridad, en sus mejores muletas para justificarlo frente a los habitantes del sector, al resto de la ciudad y en el ámbito internacional.”

Mapa 29 – Localização do Parque Tercer Milenio e do Centro Comercial Mayorista San Victorino; e a ocupação da região por *habitantes de calle*



Fonte: Adaptado de Google Earth

Figura 28 – Simulação do projeto para o Centro Comercial Mayorista San Victorino



Fonte: Empresa de Renovación Urbana (2015c).

Em suma, *desplazamientos* e relocações, maus-tratos e expropriações tiveram como foco as pessoas pobres e os pequenos comerciantes. Por outro lado, as portas se abriram para os grandes investidores e empresários da cidade (BOGOTÁ D.C., 2011).

Finalmente, o terceiro problema relativo ao projeto traz implicações para a atual situação do parque e está relacionado com a qualidade do espaço e sua apropriação por parte dos habitantes. Para Arias (2010), o tratamento rígido e árido de suas áreas, sem arborização adequada, não configura um ambiente de qualidade. Ele revela, na verdade, a ausência de uma sensibilidade social e estética que não torna o local agradável ou convidativo para o uso. Tal sensação foi confirmada por visitas ao local. Embora fique na região central e rodeado pelo burburinho do trânsito e comércio, a impressão é a de que está completamente isolado e à parte da vida urbana.

Na mesma direção vão as análises de Higuera (2011) que salienta a subutilização extrema, há mais de oito anos, de uma área de cerca de 20 hectares. Para ele, esta disparidade está relacionada à discordância existente entre o planejamento do território e as necessidades da população do setor, o que o torna, praticamente, um terreno baldio.

Nas ocasiões em que o parque fez parte dos deslocamentos realizados durante a pesquisa de campo pude observar um grande esvaziamento de apropriações. Se o projeto contemplava equipamentos esportivos – ciclovias, pista de patinação e quadra poliesportiva – e recreativos – parque infantil, fontes e pequenas praças – (FIG. 29), o que se observou foram raros transeuntes apressados que evitavam passar próximo aos *habitantes de calle* que se

apropriavam do local. Apesar do projeto executado ter buscado o afastamento desta população, na atualidade, embora numa proporção bem reduzida – ante a realidade que experimentara o Cartucho –, apropriações por essa população ocorrem durante todo o dia e durante a noite.

Figura 29 – Parque Tercer Milenio



Fonte: Empresa de Renovación Urbana (2015c).

Ao final da tarde o número de pessoas que utilizam o parque para o descanso e/ou *parches* noturnos aumenta. Pouco a pouco, gramados, taludes e escadarias vão sendo ocupados pelos corpos envoltos por cobertores e lona³¹¹. Arbustos e bancos são utilizados como anteparos que dão mais privacidade para que possam fazer suas necessidades fisiológicas, já que os banheiros públicos do local estão fechados. Alguns conversam e fabricam seu próprio cigarro. Outros caminham ou descansam nos bancos (FIG. 30).

³¹¹ A lona é sempre priorizada devido ao clima mais úmido e à constância das chuvas.

Figura 30 – Parque Tercer Milenio



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Durante o dia, próximo ao horário do almoço, o Parque Tercer Milenio é onde se forma a fila para a distribuição de senha do almoço ofertado por um dos equipamentos públicos da região, bem próximo ao parque, o Centro de Autocuidado y Comedor Liberia (Centro de Autocuidado e Refeitório Liberia)³¹².

As observações e atividades realizadas no transcurso da pesquisa de campo mostraram que, além das questões elencados por Arias (2010), é necessário que se adicione um fato de relevante importância e que diz respeito ao espalhamento de *ollas* por diversas localidades da cidade em função da demolição do El Cartucho. Isso é de relevante importância já que,

Não falamos, então, da memória de um acontecimento, ou dos feitos de uma pessoa; senão de um lugar, um espaço físico atravessado por diferentes épocas, pessoas e dinâmicas sociais. Esse universo de novas formas de subsistência, interesses sociais particulares, novas e pequenas economias; outras formas de organizar o poder, diferentes usos da matéria, do lixo e do espaço físico, entre outros; a conformação de outro sistema de valores e o sistema de crenças, permitiram entender a vida, a morte e a subsistência desde óticas alheias à sociedade clássica e tradicional da qual cremos fazer parte a maioria de nós mesmos. (BOGOTÁ, 2011, p.43, tradução nossa)³¹³

³¹² Durante as atividades proporcionadas pela SDIS das quais participei, a previsão era a de, que com a abertura do Centro Bakatá, o Autocuidado y Comedor Liberia fosse desativado devido à proximidade entre ambos. As refeições passariam, portanto, a ocorrer no novo centro.

³¹³ “No hablamos entonces de la memoria de un acontecimiento, un hecho o una persona; sino de un lugar, un

Muitos dos autores pesquisados atestam que a ação demolidora que iniciou o processo de implementação do Parque Tercer Milenio acarretou na relocação das atividades, que antes se concentravam na área do El Cartucho, em diferentes pontos da cidade: “O Cartucho acabou? Claro que não. As *ollas* se multiplicaram nos bairros de Ciudad Bolívar, Bosa e Soacha com seus correspondentes fenômenos de domínio paramilitar e limpeza social. [...] O Parque Tercer Milenio não “pegou” ainda. El Cartucho, então, não acabou, se multiplicou.” (BOGOTÁ, 2011, p.109, tradução nossa)³¹⁴; “Hoje, as próprias autoridades da cidade consideram que a demolição do El Cartucho não resolveu o problema e, ao contrário, o dispersou pelo resto da cidade” (MONTROYA, 2012, p.474, tradução nossa)³¹⁵;

Ao final todos terminaram espalhados ao longo da urbe proliferando em toda a cidade pequenos *cartuchitos*. Algumas zonas tem se consolidado como zona de permanência para os indigentes. Cinco Huecos, El Bronx, os arredores da praça de mercado de Corabastos, o bairro 12 de Outubro e debaixo de algumas pontes veiculares específicas, como o de Fucha, converteram-se no lugar que um dia significou o chamado Cartucho (BOGOTÁ, 2011, p.109, tradução nossa)³¹⁶

Além de ser uma dinâmica vinculada a processos denominados como marginais, as *ollas* têm um papel de destaque no cotidiano dos *habitantes de calle*, como pôde ser verificado durante a pesquisa de campo. É necessário ressaltar que a relação entre elas e os *habitantes de calle* não conformaram um ponto de investigação estabelecido *a priori*, mas elaborou-se a partir do próprio trabalho de campo pautado por uma postura investigativa, conforme já mencionado, que, dentro de um quadro teórico-metodológico mais geral, buscou por aqueles saberes, conceituados por Michel Foucault (1999), como saberes sujeitados ou locais porque destituídos da operacionalização dos saberes considerados como científicos.

Percebeu-se que as *ollas* são parte de uma dinâmica socioespacial e de um cálculo cotidiano que vincula o *habitante de calle* a um sistema mais abrangente por elas estruturado.

espacio físico atravesado por diferentes épocas, personas y dinámicas sociales. Ese universo de nuevas formas de subsistencia, particulares intereses sociales, nuevas y pequeñas economías; otras formas de organizar el poder, diferentes usos de la materia, de la basura y el espacio físico, entre otros; la conformación de otro sistema de valores y el sistema de creencias, permitieron entender la vida, la muerte y la subsistencia desde ópticas ajenas a la sociedad clásica y tradicional de la cual creemos hacer parte la mayoría de nosotros”.

³¹⁴ “¿Se acabó El Cartucho? Claro que no. La *ollas* se multiplicaron entre los barrios de Ciudad Bolívar, Bosa y Soacha, con sus correspondientes fenómenos de dominio paramilitar y limpieza social. [...] El parque tercer Milenio no ha “pegado” aún. El Cartucho, entonces, no se acabó, se multiplicó”.

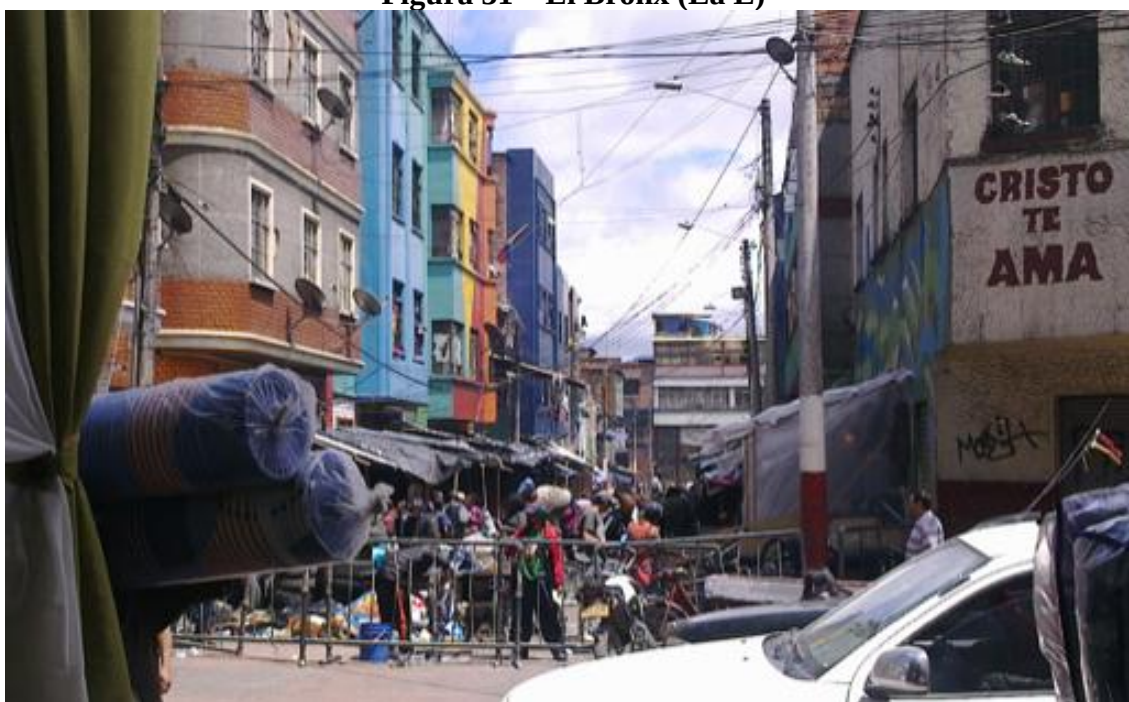
³¹⁵ “Hoy las mismas autoridades de la ciudad consideran que la demolición de El Cartucho no resolvió el problema y por el contrario lo dispersó por el resto de la ciudad”.

³¹⁶ “Al final todos terminaran esparcidos a lo largo de la urbe proliferando en toda la ciudad pequeños *cartuchitos*. Algunas zonas se han ido consolidando como lugares de aciento para los indigentes. Cinco Huecos, El Bronx, los alrededores de la plaza de mercados de Corabastos, el barrio 12 de Octubre y debajo de algunos puentes vehiculares específicos, com el de Fucha, podrían convertirse en la pasadilla que algún día significó el llamado Cartucho”.

Nesse sentido, não perfazem apenas um ponto fixo no território, mas tecem uma rede articulada de atividades muito distintas que tanto complementam como se agregam à função principal de compra e venda de substâncias psicoativas.

Durante a pesquisa, foi possível observar a movimentação no entorno de duas *ollas* distintas: o Bronx – a maior *olla* da cidade (FIG. 31) – e Cinco Huecos (FIG. 32). Formadas por uma edificação ou conjuntos de edificações e localizadas bem próximo às áreas dos três projetos de renovação que foram tomados como ponto de partida para análise, elas explodem e diversificam suas atividades para as ruas do entorno imediato (MAPA 30). Em alguns pontos, coincidentes com o núcleo central dos negócios, privatizam trechos de espaços públicos que têm, através de barreiras físicas ou imaginárias³¹⁷, suas entradas restritas a usuários e frequentadores. Em todas elas, *campaneros* estão em vigília constante e mantêm os que por ali passam em constante circulação³¹⁸. As *ollas* observadas estão espacialmente vinculadas às atividades do cotidiano citadino, já que estão localizadas nos trajetos que conformam o dia a dia de comerciantes, moradores e usuários dos locais onde se inserem.

Figura 31 – El Bronx (La L)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

³¹⁷ Na jornada noturna com o grupo de voluntarios da Pocalana, ao perguntar a um membro da equipe até onde podíamos chegar, na região de Cinco Huecos, ele apontou uma esquina e disse: “todos saben que el límite és allí!”. “Todos sabem que o limite é ali!”.

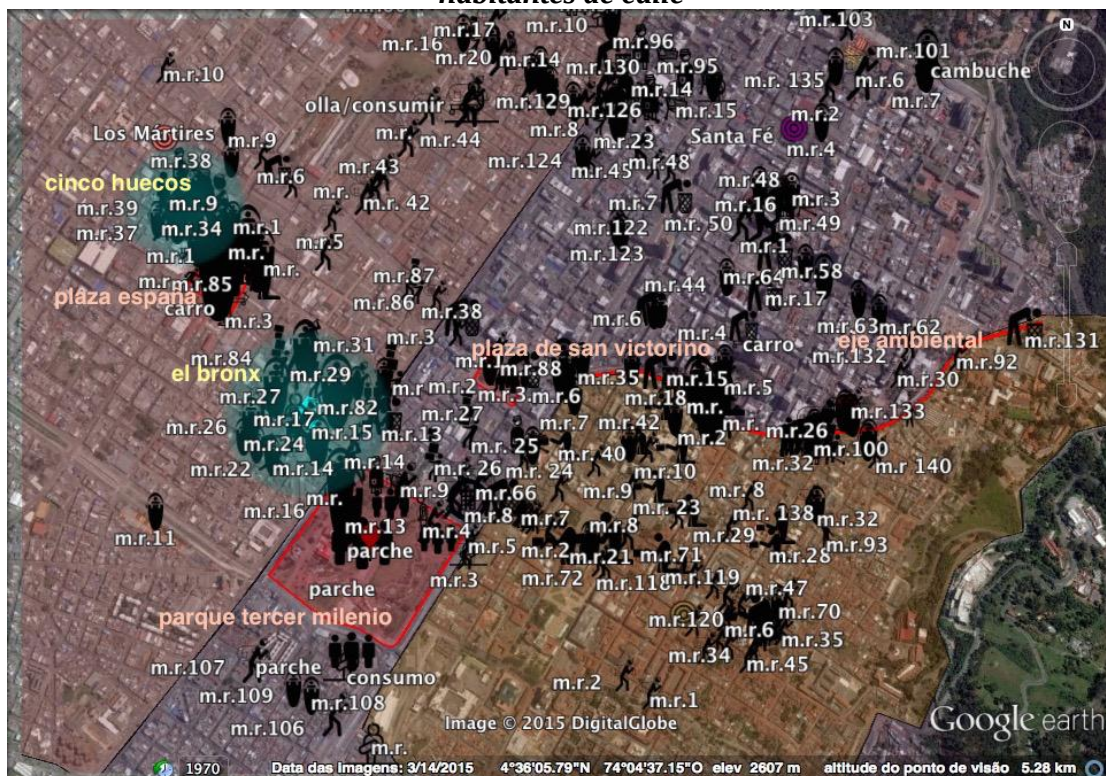
³¹⁸ No primeiro contato com a área de influência do Bronx, no dia 19/08/2014, ao parar na calçada oposta a uma das entradas da *olla*, em frente a uma loja de roupas de cama e tapetes, um *campanero* interveio rapidamente: “O que quer? Se não sabe, mova-se”. (tradução nossa) “Que quieres? Se no lo sabe, muévate.”

Figura 32 – Cinco Huecos



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Mapa 30 – Localização das *ollas* x áreas de análise; e a ocupação da região por *habitantes de calle*



Fonte: Adaptado de Google Earth

Quanto ao Bronx, algo que causa, senão espanto, uma imensa curiosidade às pessoas que passam pela região, é a sua localização: “De todas as formas é paradoxo conceber uma das supostas maiores “ollas”, mais perigosas e mais violentas do país, a poucas quadras do Palácio Presidencial, a uma quadra do Batalhão da Guarda Presidencial, de uma Escola Militar, e de uma Estação de Polícia (BOGOTÁ, 2011, p.63, tradução nossa)³¹⁹.

O que é de interesse para este trabalho, entretanto, é que esses pontos encrustados na retícula das localidades centrais da cidade e que se espalham em um sistema de serviços e comércios aparecem, de forma constante, na fala e nos trajetos dos *habitantes de calle*. Isso independe do tempo de rua, do consumo³²⁰ ou história de vida – mesmo para os poucos que não utilizam algum tipo de droga³²¹. Conforme dito, as *ollas* afetam o entorno no qual estão localizadas e conformam, ao seu redor, um sistema de comércios e serviços. Nessa lógica, os *habitantes de calle* desempenham um papel multifacetado numa relação diversa. São usuários, mas também clientes e trabalhadores.

No entorno das *ollas* há pensões e hotéis que oferecem quartos de preços variados e que podem estar também vinculados com serviços relacionados à atividade sexual. São chamados de *piezas* e em época de chuva servem de refúgio para uma noite menos úmida e fria. Os preços variam de acordo com a limpeza e os serviços adicionais. Para os mais frequentes e conhecidos, os donos destes estabelecimentos oferecem, segundo “Doctor”, empréstimos de dinheiro que sempre implicam no pagamento em dobro, no dia seguinte. Para atender a ampla gama dos transeuntes e frequentadores, vendedores ambulantes oferecem comida, roupas e variados produtos a baixo preço nas calçadas e praças ao seu redor. São ainda encontradas, nas imediações, zonas de escambo – onde se pode trocar objetos, muitos deles roubados – e *parches* privados. Como está localizada em uma região fortemente comercial, a mão de obra barata oferecida pelos *habitantes de calle* – que tem o preço das *bichas* como lógica de acordo na negociação dos preços – é utilizada para pequenos serviços cotidianos e serve de fonte de renda também para os que não são usuários de substâncias psicoativas. De algum modo, mesmo aqueles que estão em momentos de abstinência mantêm, em função de vínculos já estabelecidos e oportunidades de trabalho, proximidade com o local. Esse era o caso de “Asterix” que, durante

³¹⁹ “De todas las formas resulta paradójico concebir una de las supuestas “ollas” más grandes, riesgosas y violentas del país, a pocas cuadras del Palacio Presidencial, a una cuadra del batallón de la guardia presidencial, de una Escuela Militar, y de una Estación de Policía.”

³²⁰ Do ponto de vista estatístico, dados relacionados ao ano de 2011, apresentados por representantes da SDIS durante o *Foro Habitabilidad en Calle: dignidad humana, ciudadanía y convivencia* (realizado nos dias 18 e 19 de setembro, em Bogotá), apontam que 93,8% dos *habitantes de calle* são consumidores de algum tipo de droga e 72,9% consomem o *basuco*.

³²¹ Durante o tempo de pesquisa, foram estabelecidos contatos com um número relevante de *habitantes de calle*, em diversas situações e locais. Apenas dois deles não consumiam drogas.

uma das atividades em grupo³²², relatou estar afastado do consumo há alguns dias, mas que continuava vendendo pequenos produtos eletrônicos na Plaza de Los Mártires, em frente ao Bronx.

Em resumo, no entorno expandido das *ollas*, os *habitantes de calle* encontram, além do farto cardápio de entorpecentes, lugares para comer, dormir, socializar, divertir e trabalhar. Forma-se, assim, uma região que tem como função primária a comercialização de drogas, porém se expande e conforma-se, no espaço urbano, como um centro de serviços e negócios altamente rentável, que movimenta um grande volume de dinheiro e de corpos vinculados direta ou indiretamente ao microtráfico. Desse modo, a vinculação às *ollas* não ocorre dentro de uma lógica simples e possível de ser expressa pelos pares corpo-droga, consumo-*olla*. Uma dinâmica socioespacial e econômica efervescente, de uma forma ou de outra, faz com que quase a totalidade dos caminhos conduza até elas.

Algumas situações ilustram essa assertiva. A atividade de viajar, já mencionada anteriormente, é considerada pelos *habitantes de calle* não apenas como um deslocamento entre regiões distantes, mas também entre pontos da própria cidade. Assim, os percursos realizados podem, de acordo com “Doctor”, levar um tempo que, psicologicamente, se amplia quando se está na “fissura” por um *basuco*: “você não imagina a fissura de um viciado que conseguiu grana, mais acima na Calle 80, ao norte, mas precisa chegar até a *olla*, no centro, para comprar suas *bichas*” (tradução nossa)³²³. Não que houvesse uma ausência de *ollas* ao norte, mas, conforme mencionou, o preço nas *ollas* centrais era muito melhor. Pequenos serviços, mais ou menos temporários, são também frequentes. Dentre eles destacam-se o trabalho como *campanero*, servir de ponte entre a *olla* e consumidores mais abastados e prestação de serviços sexuais. “Wally”, por ter tido problemas na realização de um serviço no Bronx, devia uma determinada quantia de dinheiro. Para conseguir saldar a dívida, voltou a prostituir-se nas imediações de Cinco Huecos. Já “Zero”, reciclador sem muita regularidade, comentou que seu trajeto de coleta sempre variava. Quando conseguia o suficiente para o consumo do dia, o trabalho se encerrava. A direção final era o Bronx. “Mestre”, por sua vez, se considera um *expert* na arte de manipular. Muito orgulhoso contou que “subia em um transmilenio chorando e descia chorando por trinta ou quarenta mil pesos”³²⁴. Era uma quantia que dava para as *bichas*

³²² Atividade em grupo realizada em Bogotá, no dia 28 de novembro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa.

³²³ “[...] no te imaginas la fisura de un adicto que al alcanzar la plata, mas arriba en la Calle 80, al norte, para llegar hasta la olla en el centro para comprar sus bichas.”

³²⁴ “[...] subia en un transmilenio llorando y bajavame llorando por 30 o 40.000 pesos”. Esse depoimento ocorreu durante atividade em grupo realizada em Bogotá, no dia 3 de outubro de 2014, no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa.

do dia e ainda sobrava para pagar a dormida em alguma *pieza*. Um dormir que, em função do conhecimento que tinham das questões meteorológicas, podia mesmo comprometer a quantidade desejada para o consumo. “Gentil” atestava que já sabiam quando ia chover forte. Esse era, então, um dia de reduzir o consumo para que sobrasse dinheiro para pagar um quarto. Quarto que poderia ser, de acordo com “Espedita”, na própria *olla*, pois, ali, já era possível dar um *pipazo*³²⁵ e dormir. Desse modo, as *ollas* fazem parte do cotidiano dos moradores de rua por meio de um cálculo diário de suficiência de ganhos *versus* necessidade de consumo.

É em frente ao Parque Tercer Milenio – que ainda guarda as memórias do El Cartucho, e a poucas quadras do Bronx – onde novas histórias e mitos se refazem, que se pretende erguer os novos blocos e a torre do *Proyecto Ministerios* – o último plano de renovação que será apresentado neste estudo – que, mais uma vez, tem como ponto de partida a demolição de quarteirões e o desalojo de uma ampla gama de pequenos comércios tradicionais do local (MAPA 31) e que atinge, diferentemente dos demais planos mostrados, a área do Centro Histórico.

Mapa 31 – Localização da área do *Proyecto Ministerios*



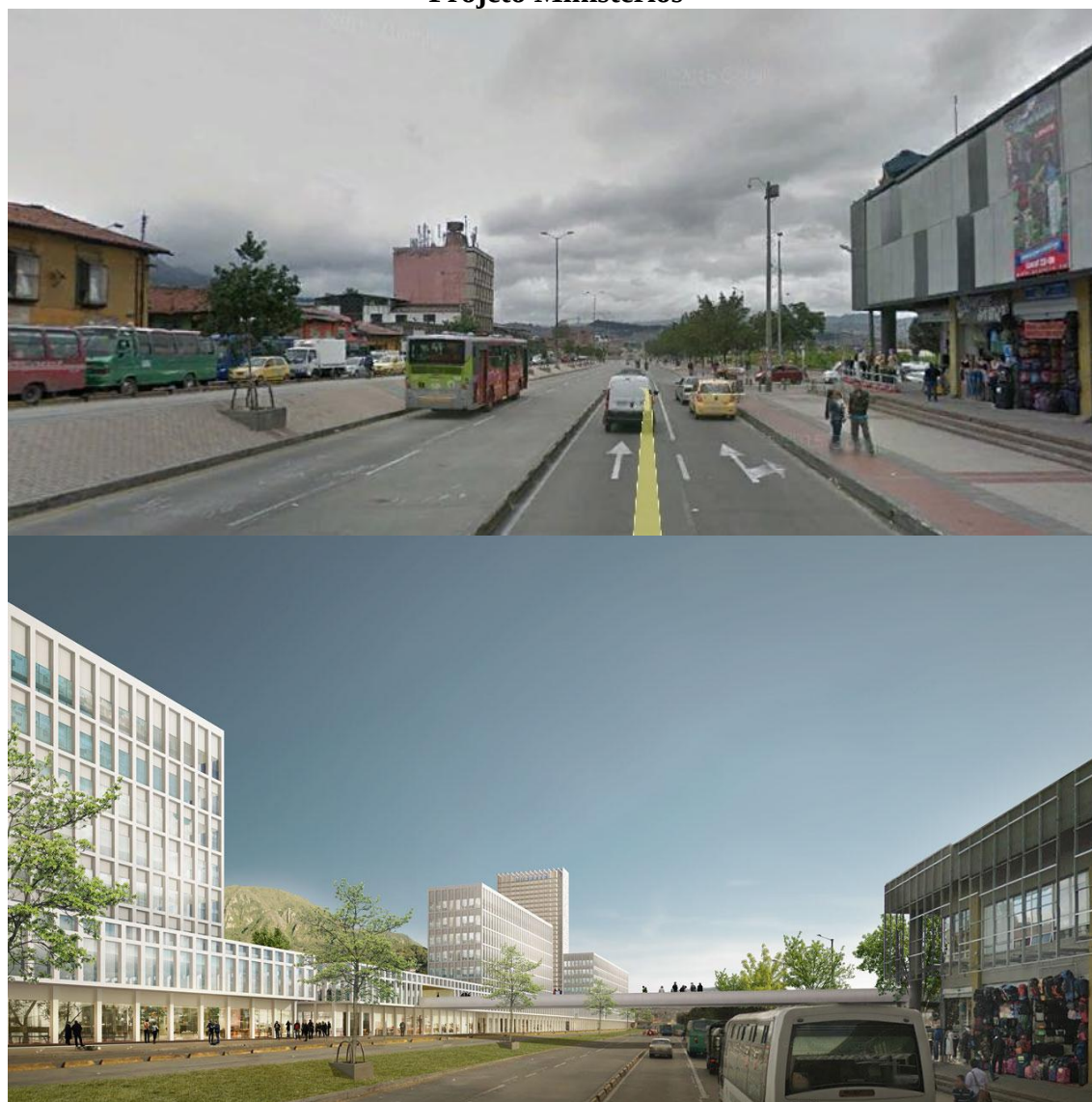
Fonte: Adaptado de Google Earth

O estudo de avaliação que compõe o documento de suporte para o projeto – a cargo da Empresa Nacional de Renovación Urbana Virgílio Barco (EVB) – evidencia seu principal

³²⁵ Inalar o basuco utilizando-se de um cachimbo.

objetivo: “[...] reestabelecer a importância e a hierarquia do Centro Histórico mediante a inserção de novos Ministérios e usos complementares nas zonas mais deterioradas do entorno do Palacio de Nariño³²⁶ [...] e outros usos apropriados para o centro da cidade” (EMPRESA VIRGILIO BARCO VARGAS, 2013, p.12, tradução nossa)³²⁷. Desse modo, mais uma vez, por meio da deslegitimação de determinados usos e da parceria com setores privados é que se busca implementar um novo centro cívico, setores comerciais, culturais e de serviços (FIG. 33).

Figura 33 – Carrera 10ª – configuração atual e simulação da implantação do Projeto Ministérios



Fonte: Google Earth (2015); MIINSTERIOS... (2015)

³²⁶ O Palacio de Nariño é a sede de governo da República da Colômbia, da presidência da República e a residência oficial do presidente.

³²⁷ “[...]de restablecer la importancia y la jerarquía del Centro Histórico, mediante la ubicación de nuevos Ministerios y usos complementarios en las zonas más deterioradas del entorno del Palacio de Nariño [...] y otros usos apropiados para el centro de la ciudad.”

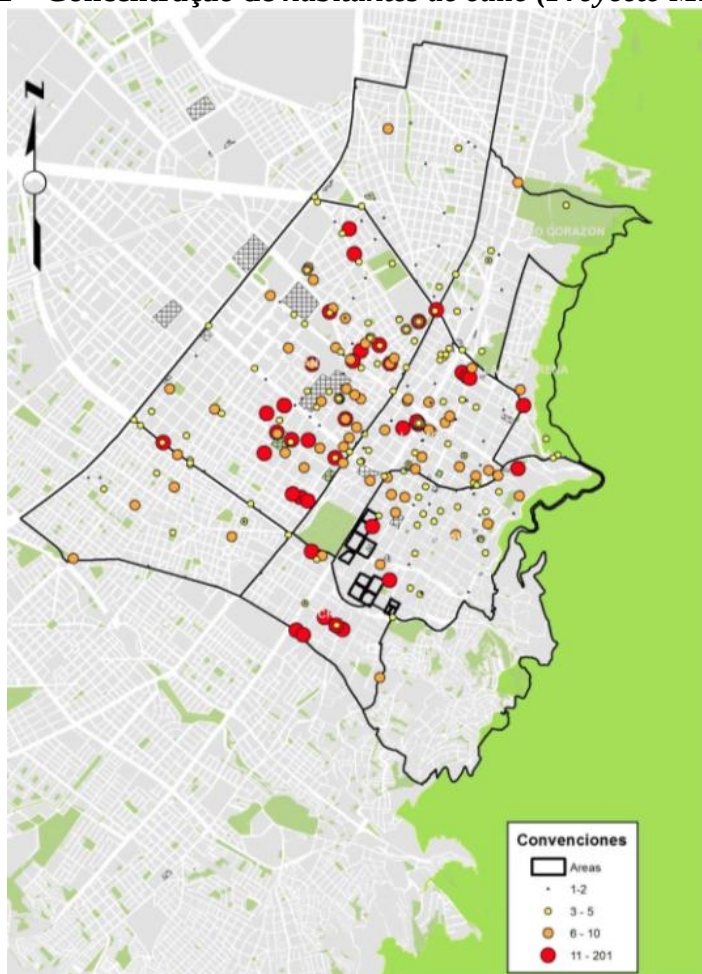
Para a implantação foram definidos três polígonos que abrangem uma área de dez quadras, sete das quais sofrerão demolição quase total. Na atualidade, o local abriga uma série de edificações comerciais, muitas delas tradicionais e vinculadas à litografia, à tipografia e aos artigos militares. Por entre suas ruas desloca-se, cotidianamente, uma população relevante de *habitantes de calle* que têm na dinâmica do local a possibilidade de desenvolvimento de parte de suas atividades diárias, tais como a prestação de pequenos serviços e a reciclagem.

O documento apresentado pela EVB reconhece tal dinâmica, mas nos mesmos moldes de projetos apresentados anteriormente: “[...] dentro dos temas identificados com relação à informalidade e à população vulnerável se identificaram os temas de invasão de espaços públicos relacionados com as vendas informais, insegurança, presença de moradores de rua e de atividades de prostituição” (EMPRESA VIRGILIO BARCO VARGAS, 2013, p.12, tradução nossa)³²⁸.

Por isso, foi produzido um mapeamento que ressalta focos de concentração de *habitantes de calle* nos limites do *Plan Centro* e, mais especificamente, nas imediações dos polígonos de intervenção do *Proyecto Ministerios* (MAPA 32).

³²⁸ “[...] dentro de los temas identificados en relación a la informalidad y a la población vulnerable se identificaron los temas de invasión de espacio público relacionado con las ventas informales, inseguridad, presencia de habitantes de la calle y de actividades de prostitución.”

Mapa 32 – Concentração de habitantes de calle (Proyecto Ministerios)



Fonte: Empresa Virgilio Barco (2013).

Uma particularidade deste plano é ter provocado o surgimento de um consistente movimento contrário às desocupações propostas formado, principalmente, por comerciantes, trabalhadores e residentes das áreas afetadas e do seu entorno. Denominado *El Centro No Se Vende* (O Centro Não Se Vende), o grupo, atuante desde 2013, tem tentado frear o processo de desapropriação e buscado meios políticos, jurídicos e legais – com o apoio de universidades – para manter seus comércios, residências e equipamentos educacionais.

Os habitantes e comerciantes do centro de Bogotá, patrimônio histórico da nação, fomos notificados pela Empresa de Renovação Urbana Virgilio Barco do plano de governo nacional de Juan Manuel Santos apoiado pelo governo distrital de expropriar nossos prédios para sua demolição; a intenção é a alteração do uso do solo para converter a área [...] em um centro de escritórios públicos e negócios financeiros; pelo preço dos imóveis e compensação por gastos nos oferecem cifras irrisórias, enquanto a empresa divulga que uma vez se finalize o projeto o valor do solo será astronômico. Desse modo, nos querem tirar o trabalho, os investimentos que fizemos durante décadas inteiras em nosso entorno, para que ao final sejamos desalojados e obrigados a começar uma nova vida e um trabalho sem garantias e sem futuro (EL CENTRO..., 2013, tradução nossa)³²⁹.

³²⁹ “Los habitantes y comerciantes del centro de Bogotá, patrimonio histórico de la nación, hemos sido notificados

Durante as atividades de pesquisa foi possível acompanhar uma das passeatas realizadas pelo movimento³³⁰ (FIG. 34). Durante o percurso – que teve início na Plaza de San Victorino e terminou em frente à sede da prefeitura municipal, na Plaza Simón Bolívar – foi possível conversar com uma das lideranças do El Centro. A insatisfação acerca dos procedimentos de expropriação somava-se a uma consciência acerca das estratégias neoliberais de privatização de espaços públicos e das parcerias público-privadas que trariam uma forte especulação do solo e a expulsão de residentes e comerciantes locais. Sobre a questão dos *habitantes de calle*, foi dito que desconheciam a existência de movimentos que os envolvessem, mas que certamente teriam seus modos de vida comprometidos devido aos novos sistemas de vigilância e segurança que seriam instalados no local.

Figura 34 – Passeata El Centro No Se Vende



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

pela Empresa de Renovación Urbana Virgilio Barco del plan de gobierno nacional de Juan Manuel Santos apoyado pelo gobierno distrital de expropiar nuestros prédios para su demolición; la intención es el cambio del uso del suelo para convertir el área [...] en un centro de oficinas publicas y de negocios financieros; por el precio de los inmuebles y compensación por gastos nos ofrecen cifras irrisorias, mientras la empresa a dado a conocer que una vez se finalice el proyecto el valor del suelo sera astronómico. De este modo, se nos quiere despojar del trabajo, la inversión que hicimos durante décadas interas en nuestro entorno, para que al final seamos desplazados y obligados a comenzar una nueva vida y un trabajo sin garantías y sin porvenir.”

³³⁰ A passeata ocorreu no dia 11/09/2014.

Diferentemente do discurso de insegurança promovido pelos empreendedores e mentores do projeto, os proprietários do comércio na área afetada ressaltam a segurança do local – um dos fatores que os fazem estar presentes na região há décadas. Em depoimento para um vídeo promovido pelo *El Centro No se Vende*, um deles ressalta: “[...] estamos em uma parte muito segura, na qual, na verdade, nunca fomos extorquidos por ninguém. [...] O que estão fazendo é um *desplazamiento* urbano” (OSCAR GAITÁN..., 2015, tradução nossa)³³¹.

Mesmo da parte do poder público local há críticas à iniciativa do projeto. A Secretária de Habitat do Distrito Capital, Maria Mercedes Maldonado, em entrevista ao periódico *El Espectador*, afirmou que “o projeto poderia desalojar seus habitantes sem uma indenização que permitisse à população original favorecer-se da valorização gerada pelo projeto” (HABITANTES DEL..., 2015, tradução nossa)³³². A fala ressalta a polêmica e os conflitos em torno do projeto e, ao mesmo tempo, revela as marcas de uma forma de planejamento urbano alicerçada nos modelos do empreendedorismo urbano.

É importante ressaltar que, além dos projetos de renovação urbana apresentados, há uma série de outros que estão sendo desenvolvidos para serem implementados em outras áreas das cidades, mas fora da área na qual a pesquisa se desenvolveu de modo mais específico. Um desses planos é o *Plan Maestro del Centro Administrativo Nacional* (CAN) do escritório OMA, do arquiteto Rem Koolhaas. O plano abarca uma área que vai desde a *carrera* 50 até a 60, entre as *calles* 26 e 40. Serão construídos 120 edifícios para 70 entidades, 11 mil moradias, escritórios e comércios. A forma de viabilidade está também atrelada às Parcerias Público-Privadas (PPPs) e visa incrementar o eixo que conecta o centro da cidade ao Aeroporto Eldorado, no ocidente (VILLAMARÍN, 2013).

Essa é uma área onde a presença de *habitantes de calle* não é expressiva e sobre esse fato “Mestre” atesta: “Aqui em Bogotá não se pode dormir como morador de rua na 26 [...]. Se você se deita ali, chamam a polícia porque é a entrada do aeroporto até a cidade” (tradução nossa)³³³.

Para finalizar, o Mapa 33 exhibe a compilação das três áreas de projetos de renovação urbana separadas para análise – Plaza de San Victorino, Eje Ambiental e Parque Tercer Milenio – através das quais foi possível atingir outros projetos em fase de estudos e/ou implementação,

³³¹ “Estamos en una parte muy segura en la cual, la verdad, nunca nos hemos visto extorcionados por nadie. [...] Lo que están haciendo es un desplazamiento urbano.”

³³² “[...] el proyecto podría desplazar a sus habitantes sin una indemnización que permita a la población originaria favorecerse de la valorización generada por el proyecto.”

³³³ “Aquí en Bogotá no se puede dormir como habitante de calle sobre la 26 [...]. Si se le acuesta allí ya se le llaman la policía pues es la entrada del aeropuerto hacia la ciudad.” Atividade de grupo gravada, em Bogotá, no dia 03 de outubro de 2014, Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa.

A partir do mapa e, tendo em vista os períodos apresentados, é possível perceber como o centro tradicional foi historicamente sendo conformado como a área majoritária de desenvolvimento das atividades cotidianas pelos moradores de rua que, nele, espacializam seus modos de vida. Pode-se ver também como esse é um local onde grande parte dos projetos e planos de renovação urbana estão sendo encaminhados e desenvolvidos. O mote de cada um deles, na atualidade, sob o modelo do empreendedorismo urbano neoliberal, está vinculado a discursos de segurança e competitividade, sob o pano de fundo de uma nova forma de gestão dos espaços da cidade e, principalmente, de seus espaços públicos. Serão evidenciados, em seguida, os mecanismos, as estratégias e as táticas oriundas das relações de poder/saber no Distrito Capital sob este aspecto.

4.4.3 Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade-mercado – dos perigosos

Num primeiro momento é importante reiterar que este período é marcado pela instituição de uma nova prática de governo, a saber, o neoliberalismo. Dentre uma das principais características dessa prática, evidencia-se uma alteração do papel do Estado na medida que o mercado se expande e isso é feito com o próprio auxílio e com a assinatura desse Estado para áreas de provisão social. O argumento que serve de justificativa para essas ações vai ao encontro da ideia de que essas áreas de provisões sociais, tais como a terra, a água, a educação, etc., se transformam em ativos empresariais, através de sucessivas privatizações que protegeriam as pessoas da superexploração por parte de alguns indivíduos. Nesse âmbito, a própria cidade se transforma em agente econômico por meio de uma nova forma de gestão de seus espaços: o empreendedorismo urbano. Desse modo, através principalmente de parcerias público-privadas, a *urbis* torna-se suscetível a uma administração do tipo empresarial na qual a competição e a concorrência são tidas como virtudes primordiais. O espaço urbano que vai se acomodando a essa nova realidade deve, portanto, entrar na dimensão da globalização (HARVEY, 1989; HARVEY, 2011).

Por outro lado, mas não de modo contrário às características apontadas acima e evidenciadas por Harvey (1998; 2011), para Foucault (2008b), o neoliberalismo está vinculado à lógica de uma nova governamentalidade, ou seja, a um novo conjunto de relações de poder e de técnicas que permitem que as relações de poder se exerçam com vistas a um objetivo: a condução da conduta dos outros. Estabelece-se, assim, uma nova arte de governar a humanidade através de uma prática política calculada e refletida, na qual a legitimidade do Estado é fundada

a partir de um espaço de liberdade dos parceiros econômicos. O mercado é aquilo que se precisa produzir no governo, pela arte de governar.

[...] para o neoliberalismo, o problema não era em absoluto saber, da mesma maneira que no liberalismo do tipo Adam Smith, no liberalismo do século XVIII, como, no interior de uma sociedade política já dada, era possível recortar, arranjar um espaço livre que seria o do mercado. O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata portanto de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado. É esse, a meu ver, o desafio. E eu havia procurado lhes mostrar que, para conseguir fazer essa operação, isto é, saber até que ponto e em que medida os princípios formais de uma economia de mercado podiam indexar uma arte geral de governar, os neoliberais haviam sido obrigados a fazer o liberalismo clássico passar por certo número de transformações. (FOUCAULT, 2008, p.181)

Em o *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), Foucault faz uma análise de como duas formas de governo centradas no neoliberalismo produziram essas transformações: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano da Escola de Chicago – com sua teoria do capital humano³³⁴. A compreensão da primeira delas – a do ordoliberalismo alemão –, assim como suas implicações, traz possibilidades de análises de relevância para o espaço urbano bogotano *vis a vis* os modos de vida dos moradores de rua na cidade. Por isso, antes de chegar às relações de poder/saber do período apresentado no item anterior, será feita uma exploração dessa forma de governo.

Foucault (2008b) vê no ordoliberalismo alemão a noção de concorrência – aquela pontuada por Harvey (2011) – não mais sob a forma natural e naturalizada do *laissez-faire*³³⁵ do liberalismo tradicional, mas sob o signo de uma vigilância e de uma intervenção permanentes que garantem sua existência. Assim, se no liberalismo importava uma liberdade de mercado proposta a partir do Estado, no neoliberalismo alemão o próprio Estado estava posicionado diante da vigilância do mercado. Ou seja: “O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 2008b, p.181).

É, pois, uma liberdade de mercado que precisa de uma política vigilante para torná-lo livre: “É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008b, p.165). Assim, as ações levadas a cabo para a consecução desse tipo de

³³⁴ Para Danner (2011): “A análise de Foucault, em relação ao neoliberalismo americano, tem como objetivo explorar as implicações governamentais e biopolíticas da tese neoliberal da expansão do programa econômico em níveis sociais que não são associados exclusivamente com a racionalidade e com os princípios econômicos.” (DANNER, 2011, p.122)

³³⁵ *Laissez-faire* está relacionado ao liberalismo econômico e ao modo como o mercado deve funcionar de modo livre e sem interferências, a não ser a da garantia da propriedade privada.

política não vão agir sobre o mercado, mas sobre coisas que não são diretamente econômicas. Mas qual seria, então, o propósito por trás dessas estratégias da arte de governar? Ela se direciona para a população, para as técnicas – tais como a aprendizagem e a educação, para o regime jurídico, para a disponibilidade de terras, para o clima (FOUCAULT, 2008b). E por que não? Para o espaço urbano e para os corpos populacionais que sobre ele se assentam.

Entra em cena, portanto, um mecanismo no qual a intervenção governamental é discreta do ponto de vista dos processos econômicos e maciça com relação ao conjunto de dados técnicos, científicos, jurídicos, demográficos, ou seja, do ponto de vista dos dados sociais. Esses serão os objetos da intervenção governamental (FOUCAULT, 2008b).

De acordo com Danner (2011), Foucault vê nos ordoliberais uma política social que se efetiva ao não prejudicar a política econômica e, nesse âmbito, não teria em sua base mecanismos compensatórios como táticas de ação. Ou seja, ela não poderia produzir uma igualização. Sobre isso, ressalta Foucault (2008b), a política social:

[...] não se obtém de modo algum por meio de fenômenos de igualização, mas por um jogo de diferenciações que é próprio de todo mecanismo de concorrência e se estabelece através das oscilações que só cumprem sua função e seus efeitos reguladores contanto que, é claro, se permitam que ajam, e ajam por meio de diferenças. Em outras palavras, é preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou que haja salários altos e salários baixos [...]. Por conseguinte, uma política social que tivesse por objeto principal a igualização, ainda que relativa, essa política social seria necessariamente antieconômica. Uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário, ela deve deixar a desigualdade agir. (FOUCAULT, 2008b, p.195)

Desse modo, no neoliberalismo alemão tais compensações colocariam em risco o próprio processo econômico ao buscar o acesso de todos aos bens de consumo. A desigualdade deveria agir dentro de um jogo econômico sem assegurar a manutenção de um poder aquisitivo. O objetivo, assim, não seria o de assegurar aos indivíduos “uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos” (FOUCAULT, 2008b, p.197). Destarte, a única política social verdadeira seria o crescimento econômico. Ele é que deveria levar os indivíduos a alcançar um nível de renda que lhes permitissem o seguro individual, o acesso à propriedade privada e a capitalização que os fariam poder absorver os riscos. (DANNER, 2011; FOUCAULT, 2008b).

Essa nova governamentalidade não é, de forma alguma, menos densa ou menos ativa do que em outros sistemas. A questão essencial é que, agora, as intervenções governamentais não se dão sobre os efeitos do mercado e nem nos efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. Não é, portanto, um governo econômico: ele intervém na própria sociedade, é um

governo da sociedade, uma política da sociedade. É, nas palavras de Foucault uma “política social privatizada” (FOUCAULT, 2008b).

Para isso, ocorre a multiplicação da forma “empresa”, não sob a forma das grandes empresas nacionais e internacionais, mas “uma trama social na qual as unidades de base teriam precisamente a forma empresa” (FOUCAULT, 2008b, p.203). Uma sociedade estabelecida não pela lógica da mercadoria, mas pela multiplicação das formas “empresa” que, no interior do corpo social, constituiriam a *Vitalpolitik*, a política da vida.

Por que essa forma de entender o neoliberalismo a partir do modelo alemão de Foucault é importante para a análise que se pretende nesta tese? Já se mostrou previamente como o conceito da biopolítica é de relevância para o entendimento dos mecanismos, estratégias e táticas no âmbito das relações de poder/saber que se voltam para o espaço urbano. Entretanto, se em *A História da Sexualidade I* e *Em Defesa da Sociedade* a biopolítica se opunha ao poder soberano de vida e morte, em *O Nascimento da Biopolítica* ela desenha um modo de mirar o neoliberalismo a partir da gestão da vida, através das intervenções de estratégias voltadas não diretamente sobre a economia, mas sobre o social. A governamentalidade neoliberal universaliza a dinâmica econômica aos setores não-econômicos (DANNER, 2011). Porém, essa dinâmica visa, agora, a forma “empresa”.

Viu-se como, através de uma série de regulamentações, numa primeira fase da contemporaneidade são aprofundados os planos de desenvolvimento; são criados planos de renovação urbana e de ordenamento territorial; são estabelecidas normas para urbanização que geram todo um arcabouço que faz com que o Estado produza um novo mercado para a atuação de empresas, principalmente empresas de renovação urbana que assumem o controle da urbanização e que passam a produzir os espaços da cidade. As parcerias público-privadas, sob esse prisma, nada mais são do que um novo mercado de/para ações no território.

Nesse sentido, Montoya (2012) argumenta que, com tais proposições, o planejamento da cidade ficou reduzido a um conjunto de procedimentos de regulação de relações entre proprietários, produtores e comerciantes do espaço urbano e o Estado. Os princípios urbanísticos, na verdade, nem estruturaram nem definiram um plano de ordenamento que orientasse o desenvolvimento urbano e a ação da administração pública. O jurídico-econômico se sobrepôs à concepção urbanística.

Se na Bogotá moderna criou-se um mercado de terras que serviram como fonte de especulação, sobre elas assentaram-se essas novas empresas – e outras mais – que passaram a capitalizar não apenas o solo urbano, mas as edificações e todos os demais recursos que transformaram a cidade num mercado ampliado. A natureza, o patrimônio histórico e a cultura

transformam-se também em alvo de redesenhos, demolições, expropriações com vistas à produção de uma cidade concorrencial e competitiva globalmente. Isso esteve embrenhado no discurso, por exemplo, do Complexo BD Bacatá.

Nesse sentido, a análise da Bogotá contemporânea deixa ver que o espaço citadino e as atividades urbanas também foram alvo desta lógica sob as dinâmicas do empreendedorismo urbano. A própria cidade tornou-se elemento competitivo e fonte de concorrência numa escala global. Compatibilizaram-se o lucro capitalista e a renovação da cidade.

É possível verificar também que todo esse processo urbano é dado a partir da produção das desigualdades como forma de acirrar a competitividade. As formas de distribuição de recursos e infraestrutura, por exemplo, não ocorrem de modo a produzir lugares, setores ou áreas igualitárias. Também o POT, a partir de suas normas e regulações, aponta as possibilidades não apenas de ‘onde’, mas também ‘do quê’ é transformado em mercadoria para o investimento por parte das empresas. Cada um desses mecanismos “deixa a desigualdade agir”. Além do meramente econômico, outras dimensões da vida e da sociedade são determinados no escopo dessa racionalidade econômica. Mas de que modo é possível passar de uma análise de estratégias econômicas no escopo mais vinculado ao espaço urbano e atingir, dentro desse mesmo espaço, a população de *habitantes de calle*?

Retorno, para isso, às justificativas dadas para a execução de grande parte dos projetos de renovação urbana apresentados. Além de ressaltar a necessidade de inserção da cidade numa competitividade global – é válido lembrar da entrevista feita com o turista americano no vídeo de divulgação do *Plan Centro* –, os espaços que sofrem/sofreram as intervenções são recorrentemente descritos como distópicos, sórdidos, violentos, com altos índices de criminalidade e portadores de espaços públicos destruídos e degradados. Nesse cenário, os *habitantes de calle* aparecem como responsáveis – juntamente com prostitutas, vendedores ambulantes, recicladores, usuários de drogas, etc³³⁶. – pelo mau uso e pelo estado de deterioro físico e ambiental. Em outras palavras, pode-se dizer que outros modos de vida são considerados como indícios de desordem urbana e, principalmente, de insegurança. Eles afastam a população de bem e os bons usos. A diferença que recai, neste momento, sobre esses corpos fora da normalidade, mas que sempre estiveram presentes desde a cidade colonial, é a do discurso que os torna não mais não europeus, não mais não letrados, não mais doentes, não mais feios e sórdidos, mas inseguros. São os corpos da insegurança e do perigo. Corpos perigosos.

³³⁶ Subjetividades que, muitas vezes, se sobrepõem.

As abordagens da cidade perpetradas na gestão Mockus – a partir de um enfoque epidemiológico da violência – e na gestão Peñalosa – que justifica suas sucessivas demolições em função da ordem e da segurança – são mostras evidentes da necessidade de implementação de projetos que aliem a mudança do desenho dos espaços urbanos às mudanças de comportamento de seus usuários. Comportamentos que deveriam seguir a ordem e a previsibilidade como requisito de promoção da segurança. Mas cabe levantar aqui um contradiscurso por parte dos comerciantes que estão na iminência da remoção em função do *Proyecto Ministerios* e para quem, conforme mostrado, a justificativa da segurança não faz sentido algum.

Essas questões são também abordadas por Montoya (2011) e interpretadas como um momento de alteração da forma de governar o urbano, ao colocar a segurança como tema central da política pública. Para o autor, os discursos a ela relacionados deixaram o âmbito do puramente policial e geraram, no começo da década de 1990, um imaginário coletivo do terror urbano – embora muito em função do narcotráfico e seus cartéis em confrontação com o governo. O urbanismo, neste momento, de acordo com o autor, fez da segurança um componente central da governamentalidade num contexto de globalização.

Assim, essas populações responsáveis pelas principais características de espaços que contribuiriam para uma cidade não competitiva deveriam ser controladas – em termos estatísticos que não estão alijados de seu posicionamento no espaço – para recuperar os investimentos que trariam de volta a ordem e a segurança necessária para o restante da população. É válido, aqui, lembrar das palavras do arquiteto da alcaldia sobre a intervenção em La Sabana: “As pessoas não circulam por temor à sua segurança. Assim que melhorar a segurança, as condições urbanas [...], a cidade recuperará um setor que está localizado estrategicamente” (PLAN DE RENOVACIÓN... 2014). A racionalidade neoliberal atua, nesse sentido, no âmbito biopolítico, ou seja, no controle das populações, na promoção de cada uma daquelas curvas ideais mencionadas e relacionadas aos fenômenos que, ao mesmo tempo que temporariamente impedem, justificam e renovam as possibilidades de investimentos.

O que se quer dizer com isso é que essas populações e, no caso desta tese, a população *de habitantes de calle*, são usadas para justificar o discurso favorável às intervenções. Como embasar os mega projetos de renovação urbana e como justificar a necessidade de “fazer renascer o centro” se essas populações não existissem? Os fenômenos de violência, insegurança e deterioro vinculados aos *habitantes de calle* – e também aos outros sujeitos já mencionados – são úteis e imprescindíveis para a ação do mercado especulativo e imobiliário no solo urbano transformado em *commodity*. De modo pragmático, isso pode ser observado na criação do

Parque Tercer Milenio, o lugar considerado mais inseguro da história de Bogotá. Acadêmicos, teóricos e administradores públicos, conforme mostrado, indicam a pulverização dos *habitantes de calle* para outros pontos da cidade após a demolição do El Cartucho. Pontos que hoje, novamente, tornam-se alvo de intervenções justificadas pela presença desses mesmos habitantes. É o capital que circula através de uma governamentalidade neoliberal, através de mecanismos, técnicas, estratégias de um biopoder, de uma biopolítica. A biopolítica é, portanto, fundamental para essa arte de governar condutas. O Estado governamentalizado tem como objeto a população e sua formação, conforme ressalta Castro (2009), “coincide com a formação da biopolítica, com a racionalização dos fenômenos próprios de viventes constituídos como população” (CASTRO, 2009, p.243)

Ora, não é a isso que Foucault (2008b) se refere quando diz:

Procurarei lhes mostrar como todos os problemas que procuro identificar atualmente, como todos esses problemas tem como núcleo central claro, esse algo que se chama população. Por conseguinte, e a partir daí que algo como a biopolítica poderá se formar. Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade – antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental –, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, (a) modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica. (FOUCAULT, 2008b, p.29)

Assim, conforme mostra Danner (2011), para Foucault a emergência da economia política implica numa alteração do exercício de governo. Das práticas relacionadas a um sujeito de direito, que era a base do poder soberano, passa-se para um exercício diante da população.

Para avançar na análise, é importante que se traga para as questões que foram até aqui problematizadas a noção de liberdade afeta ao liberalismo e ao neoliberalismo. Para isso é necessário retomar uma parte das elucubrações foucaultianas a respeito do neoliberalismo americano. Se o ordoliberalismo alemão garantiu a liberdade de mercado sem grandes distorções sociais, o neoliberalismo da Escola de Chicago³³⁷ foi responsável por compreender a racionalidade do mercado como critério para além da economia. Ela se estendeu, por exemplo, para a família, a natalidade, a delinquência e a política penal (CASTRO, 2009).

³³⁷ A análise de Foucault é baseada na contribuição dos teóricos que, a partir da década de 1950, atuavam no Departamento de Economia da Universidade de Chicago, bem como na Escola Superior de Administração e na Faculdade de Direito desta mesma Universidade. Destacam-se: Henry C. Simons, Theodore W. Schultz, Gary Becker, Milton Friedman e George Stigler. (DANNER, 2011)

Para Foucault, o neoliberalismo americano que começa a se formar desde o século XVIII, com o liberalismo, esteve, através de reivindicações de facetas essencialmente econômicas, atrelado à conquista da independência. Foi, portanto, um princípio fundador e legitimador do Estado que se transformou numa “maneira de ser e pensar. É um tipo de relação entre governante e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2008b, p.301). Adquire, assim, uma perspectiva que gira em torno das liberdades. Uma possibilidade de análise dos processos econômicos, mas também dos de cunho sociológico.

No regime neoliberal, a liberdade é fabricada a todo momento. Ele só pode se exercer em função de um certo número de liberdades (de mercado, de expressão, de compra e venda, etc.). Mas se, por um lado, produz a liberdade, por outro, vê-se obrigado a organizá-la (FOUCAULT, 2008b).

Se utilizo a palavra “liberal”, é, primeiramente, porque essa prática governamental que está se estabelecendo não se contenta em respeitar esta ou aquela liberdade, garantir esta ou aquela liberdade. Mais profundamente, ela é consumidora de liberdade. E consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar se existe efetivamente certo número de liberdades: liberdade do mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, eventualmente liberdade de expressão, etc. A nova razão governamental necessita, portanto, de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade. Consome liberdade, ou seja, é obrigada a produzi-la. E obrigada a produzi-la, é obrigada a organizá-la. A nova arte governamental vai se apresentar portanto como gestora da liberdade, não no sentido do imperativo “seja livre”, com a contradição imediata que esse imperativo pode trazer. [...] O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. [...] Com isso, [...] vocês veem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la. [...] É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc. (FOUCAULT, 2008b, p.86)

Tal forma de controle, o modo de gerir ou o princípio de cálculo do custo da fabricação dessa liberdade – e é isso que assume uma conotação de relevância para este trabalho – é a segurança. Forma de governo, nova governamentalidade que terá de determinar em que medida o interesse individual não conduzirá a um perigo para o interesse de todos. Chega-se, assim, a um problema que é de segurança, o da proteção dos interesses coletivos contra os interesses individuais. Da mesma forma será também necessário proteger os interesses individuais contra abusos vindos de interesses coletivos. Nessa perspectiva, os acidentes individuais, as coisas que podem acontecer nas singularidades das vidas – como a doença, a velhice – não podem acarretar perigos nem para os indivíduos e nem para a sociedade. Portanto, devem ser pensados e produzidos mecanismos e estratégias de segurança (FOUCAULT, 2008b).

Advém desse fator que toda uma cultura do perigo passa a ser instaurada. O incentivo ao medo do perigo, para Foucault (2008b), passa a ser, de certa maneira, o correlato psicológico e cultural interno desse modo de governo. Tensão perpétua entre produção e destruição da liberdade; tensão perpétua entre produção de liberdade e produção de perigos. Assim, como contrapeso à liberdade instalam-se mecanismos de controle e coerção que tornem possível identificar os perigos. São evidências os dados censitários, estatísticas, relatórios e diagnósticos mencionados e que serviram de base para a caracterização quantitativa e qualitativa dos *habitantes de calle* de Bogotá neste período.

Não é necessário desviar muito do que já foi escrito para perceber a forma como essa percepção da tensão entre liberdade e perigo é de forma corrente relacionada à dinâmica dos moradores de rua, quando se pensa em suas práticas nos espaços da cidade e vice-versa. Mas por que a utilização desse modos de vida que fogem às normas como uma estratégia vinculada à questão da liberdade/segurança? Ora, as necessidades de justificar a intervenção e as renovações urbanas não poderiam ser conduzidas, deliberadamente, sob o lucro e o ganho econômico. Isso seria um tanto vil sob perspectivas de cunho social, da caridade, do cuidado com o outro. O discurso do perigo que fere a liberdade do coletivo, a liberdade de ir e vir dos cidadãos que, tementes aos perigos representados pelos corpos dos moradores de rua, deixam de acessar partes da cidade, parece muito mais pertinente porque fere aquilo que é tão caro ao liberalismo, a saber, a própria liberdade. Desse modo, torna-se razão direta, discurso presente e reincidente em todos os planos de intervenção urbana analisados e que justificam a necessidade de transformação da cidade. A justificativa do perigo que ameaça a liberdade é, portanto, calculada, pois, ao ferir o âmago da sociedade contemporânea, justifica os planos e projetos sob a direção neoliberal. Se há perigo não se está livre e há que se trabalhar para isso.

Assim, fenômeno a ser controlado através de uma biopolítica que incide sobre a população; representantes da desigualdade e, por isso, incrementadores da concorrência e da privatização do risco; perigos que justificam a atuação de mecanismos de coerção e controle nos espaços urbanos, os moradores de rua, neste período analisado na capital colombiana, são peça importante para garantir a expansão do mercado no solo urbano através, principalmente, das novas combinações e alianças entre Estado e empresas – as PPPs. Eles não estão aquém ou além da arte de governo neoliberal. Eles são parte de suas estratégias. Na forma de governamentalidade neoliberal, a cidade-mercado-capital deve produzir sujeitos não-conformes, tais como os moradores de rua, para garantir sua perpetuação, para garantir, sob o aspecto da cidade, a constante renovação do espaço urbano. Mais uma vez, não há neutralidade nas formas de condução das políticas socioespaciais.

Parte II: BELO HORIZONTE

5 CIDADE DE MINAS, BELO HORIZONTE

A relação com a cidade de Belo Horizonte (BH), diferentemente de Bogotá, sempre foi a da vivência diária e cotidiana cercada de histórias, memórias e referências urbanas. A cidade natal amalgamada com a cidade da pesquisa levantou, assim, uma duplicidade inquietante dentro de uma mesma sensação, a do costume. Por um lado, significava o conforto de poder contar com o conhecimento acumulado na vivência do dia a dia e das participações em atividades tanto técnico-acadêmicas como de movimentos sociais³³⁸, que sempre tiveram as questões urbanas como razão e objeto. Por outro, podia conduzir a armadilhas formadas por um olhar já viciado ou habituado demais a essas mesmas questões.

Por isso, a imersão urbana e no urbano ocorreu de forma a trazer para as experiências acumuladas novas formas de compreender as dinâmicas que envolviam as relações entre moradores de rua e espaço urbano. Se, no caso de Bogotá, foi possível falar de vivência e sobrevivência, em Belo Horizonte a busca foi por um conhecer de novo, um (re)conhecimento. Mas, nesse sentido, a estratégia levada a cabo não foi distinta: uma nova forma de percorrer a cidade que imprimia um outro tempo de observação, de contato, de percepção. O caminhar pela cidade, o caminhar por espaços muito pouco percorridos ou mesmo nunca percorridos e o caminhar em lugares conhecidos, mas em horas nunca antes experimentadas, marcaram trilhas que, aos poucos, foram ramificando-se para e por outras atividades. A elas somaram-se o retorno a materiais já conhecidos e outros nem tanto – livros, artigos, periódicos, vídeos, etc. Essas duas fontes – as pesquisas de campo e as referências levantadas – constituíram e foram a base do que será apresentado.

Também no que concerne a Belo Horizonte, a escrita que se segue foi realizada não de forma a separar as leituras das experiências, mas de modo a proporcionar um diálogo constante entre cada uma delas. Assim, neste capítulo, mostrarei como a experiência de campo serviu como ponto de partida para o procedimento genealógico que possibilitou analisar momentos distintos da produção do espaço citadino e dos processos de sujeição atrelados à vida na rua em BH.

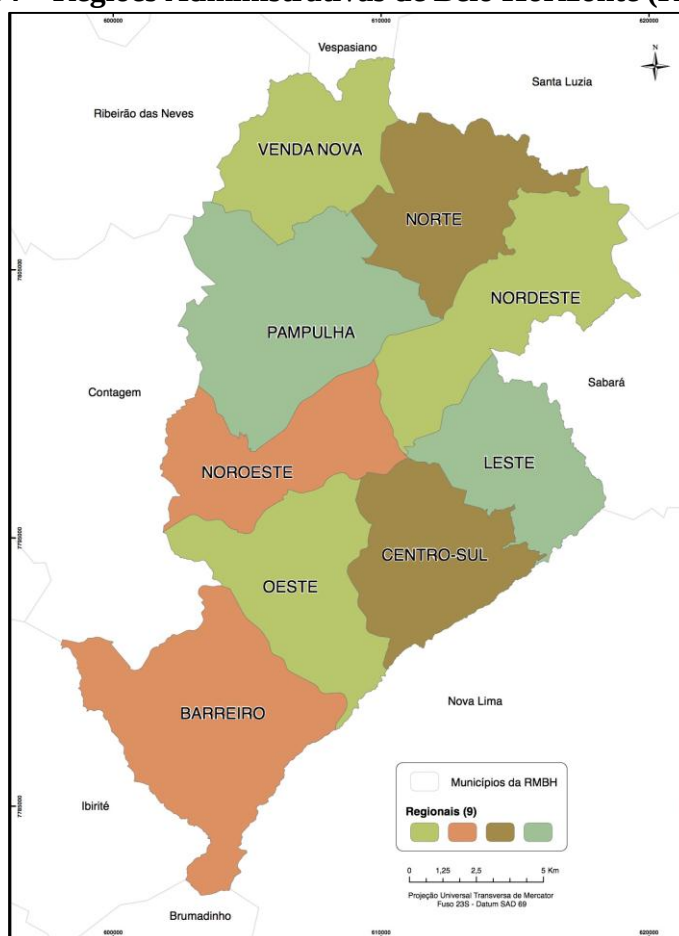
³³⁸ Essas participações estiveram relacionadas aos movimentos que surgiram na esteira das jornadas de junho de 2013, principalmente o Movimento Salve Santa Tereza. O Movimento Salve Santa Tereza tem como objetivo tratar as questões afetas a seus espaços urbanos de modo a evitar que medidas de cunho empreendedoristas e neoliberais, perpetradas pelo executivo municipal, privatizem áreas públicas e descaracterizem seu contexto histórico-cultural.

5.1 Nem dentro nem fora da Avenida do Contorno, mas no “Baixo”³³⁹

O começo das explorações em Belo Horizonte foi permeado por questões relacionadas ao ponto de partida – em termos de localização ou recorte territorial – da pesquisa de campo. Dentro da Avenida do Contorno ou fora dela? Nos limites da cidade fundada, em 1897, para ser a nova capital do Estado de Minas Gerais ou nos bairros e regiões que foram surgindo à revelia do plano originalmente traçado? Ou em cada uma dessas situações? Fato era a evidente necessidade do recorte, tendo em vista o tamanho e a complexidade de uma cidade com uma extensão territorial de 33.140ha e com uma população estimada, para 2015, de 2.502.557 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Tais dados impossibilitariam um estudo em profundidade das nove regiões administrativas³⁴⁰ – chamadas de Regionais, a saber, Venda Nova, Norte, Pampulha, Nordeste, Noroeste, Leste, Oeste, Centro-Sul e Barreiro (MAPA 34) – que compõem o município em relação ao tema da pesquisa.

³³⁹ “Baixo”: entre aspas e iniciado com letra maiúscula. Aspas que permitem conotações menos definitivas e passíveis de alterações; que deixam em suspenso um significado real ou verdadeiro do termo. Maiúsculo porque referência, endereço, lugar de pessoas e afetos.

³⁴⁰ De acordo com o poder público municipal, as Regiões Administrativas são subdivisões gerenciais do Município. Essa divisão atende à necessidade por descentralização e coordenação de programas e atividades adequados às particularidades de cada região da cidade. (BELO HORIZONTE, 2015b)

Mapa 34 – Regiões Administrativas de Belo Horizonte (Regionais)

Fonte: Belo Horizonte (2015b).

Todavia, sempre em mente esteve o fato de que, a partir de sua fundação:

Se no interior da Avenida do Contorno a cidade abria-se risonha e franca, fora da Contorno era a pobreza e a interdição de direitos sociais, o direito à cidade. Em pouco tempo essas áreas desperdadas cresceram, ultrapassaram, em muito, a cidade oficial confinada pela Avenida do Contorno. (PAULA, 2006, p.11)

Seria, então, a Contorno, uma referência inicial a ser explorada? Antes de dar prosseguimento a essa elaboração, é importante ressaltar que, de modo distinto de Bogotá, Belo Horizonte não é e nunca foi a capital de um país. Muito embora seja a capital do Estado de Minas Gerais – não teve sua existência – como cidade – atrelada à história da fundação do Brasil³⁴¹. Por outro lado, entretanto, esteve diretamente vinculada a um momento histórico de grande vulto: a constituição de um Brasil republicano e independente da metrópole portuguesa.

³⁴¹ O Brasil, de modo distinto da Colômbia, é um república federativa dividida administrativamente em 26 estados e um distrito federal.

Mas quando se traz à mente a história da capital colombiana, no que concerne a concepção de seu traçado colonial excludente, é inevitável tecer certas proximidades com a concepção da cidade que seria a capital das Minas. Aqueles povos já existentes antes da fundação da cidade, assim como em Bogotá, não pertenciam ao plano, ao projeto da nova cidade.

Francisco Martins Dias, em *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte* (1897), chama a atenção para o fato de que ouvia-se de Aarão Reis – o engenheiro responsável pela realização do plano da nova capital – que “[...] não queria nenhum dos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando” (DIAS, 1897, p.70). Esse fato implicou um número expressivo de desapropriações e de demolições no arraial que, até 1890, tinha como nome Curral d’El Rei.

O Arraial do Curral d’El Rei foi erguido em 1711. De 1890 a 1897 passou a ser chamado de Arraial de Belo Horizonte. Mas quando de sua inauguração, antes de ser Belo Horizonte, a capital mineira, de 1897 a 1901, chamou-se Cidade de Minas. Apenas em 1901 lhe foi dado o nome de Belo Horizonte (PAULA; MONTE-MÓR, 2001). Nesse sentido, a construção da nova capital – que até então tinha como sede a cidade de Ouro Preto – esteve atrelada, conforme evidencia Aguiar (2012), à destruição do arraial, à expulsão da população local e, conseqüentemente, a um projeto político de modernização excludente.

Assim, a fundação da capital mineira é também cercada de contradições. Quando a Comissão Construtora da Nova Capital é formada e seus trabalhos se iniciam, o povo que ali viveu, suas tradições, costumes e modos de vida – “Era este um povo fraco, hospitaleiro e affavel para com os seus hospedes. Julgava-se feliz, vivendo sem grandezas, mas com independencia; sem riquezas, mas com fartura [...]” (DIAS, 1897, p.28) –, passou pelo processo de desterritorialização/reterritorialização que havia marcado a população indígena bogotana três séculos atrás. O local onde se assentava a Cidade de Minas foi também tratado como tábula rasa diante da imposição de um projeto republicano de modernidade que conduziu a remoções que, como será visto, marcaram não apenas aquele momento.

Esses processos ainda permeiam, na atualidade, a trajetória e a luta de alguns que, mesmo não mais vivendo na rua e tendo conseguido suas moradias, continuam a participar dos movimentos sociais em busca de melhorias nas políticas de assistência e habitação para os “irmãos” que nela – a rua – continuam a viver. Maria, por exemplo, ex-moradora de rua e, hoje, moradora de uma cidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), ao me contar sua história, lembrou dos momentos que, devido a projetos de reestruturação viária e de limpeza urbana, teve que deixar os lugares onde morava. Primeiro, o baixio de um viaduto na

Avenida do Contorno e, em seguida a Av. Antônio Carlos. Nesta última, o motivo havia sido a construção de um viaduto que facilitaria o acesso ao Mineirão – estádio de futebol – para a Copa do Mundo da FIFA de 2014. Para ela e os demais que viviam no local, ofereceram o reassentamento em apartamentos ofertados por programas do poder público vinculados à produção de habitação de interesse social. Mas, segundo Maria, os “predinhos” não eram uma opção: “Queriam nos impor os predinhos. Mas, para mim, não seria bom porque teria que acabar com minhas criações. Para mim, não. Fui buscar continuar minha luta” (Maria, moradora de rua, 55 anos)³⁴².

De volta à questão dos lugares onde a pesquisa de campo ocorreria de modo mais objetivo, o primeiro lugar foi também uma mudança de direção. A partir de estudos prévios acerca dos principais locais de fixação dos moradores de rua nas grandes cidades brasileiras, tracei um percurso inicial que tinha como foco a região central da cidade de Belo Horizonte³⁴³ inserida dentro dos limites da Avenida do Contorno. Mais especificamente buscou-se chegar, caminhando, à Praça da Estação e seu entorno, composto pela Praça Rui Barbosa, o Ribeirão Arrudas – hoje tamponado neste trecho – e os Viadutos da Floresta e de Santa Tereza. Em função do conhecimento prévio da cidade, esses lugares emergiam como de interesse devido à presença constante de moradores de rua.

Quanto à Praça da Estação, é válido mencionar que ela sofreu uma série de projetos de intervenção e reforma ao longo de sua história – e isso será abordado ao longo da pesquisa. Na atualidade, ao seu redor, uma série de usos, em grande medida ligados a setores sociais mais populares, mas que atualmente têm contado com a afluência de usuários que buscam por eventos culturais, artísticos e de entretenimento, imprimindo uma grande vivacidade ao local. Próximo a ela são observadas atividades comerciais, residenciais, institucionais, boêmias, hoteleiras, além da presença de um número relevante de equipamentos culturais. Suas edificações e espaços públicos são palco de festas, exposições, manifestações, intervenções artísticas, feiras, etc. A intensa rede de transporte público – composta majoritariamente por ônibus, mas que também abarca a única linha de metrô da cidade – faz com que o movimento de transeuntes seja intenso e constante. Tais características trazem a possibilidade do

³⁴² Esse depoimento de Maria – ex-moradora de rua de 55 anos – ocorreu durante o IV Seminário “Acolhimento Institucional para a População em Situação de Rua: contextos, desafios e possibilidades”, que aconteceu nos dias 5 e 6 de outubro de 2015, no Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR) em Belo Horizonte.

³⁴³ A delimitação de pesquisas nas áreas centrais esteve relacionada à compreensão de que essa população fixa-se predominantemente nas áreas centrais das cidades, “onde comércio e serviços em geral se concentram, atraindo maior fluxo de pessoas, o que possibilita a obtenção de alimentos e alguns recursos financeiros, sendo que, no período noturno, esses locais ficam praticamente despovoados e se transformam em abrigos” (JUNIOR *et al* 1998, p.49).

desempenho de uma série de atividades por parte dos moradores de rua, que vão desde a socialização à possibilidade de serem contratados para pequenos trabalhos.

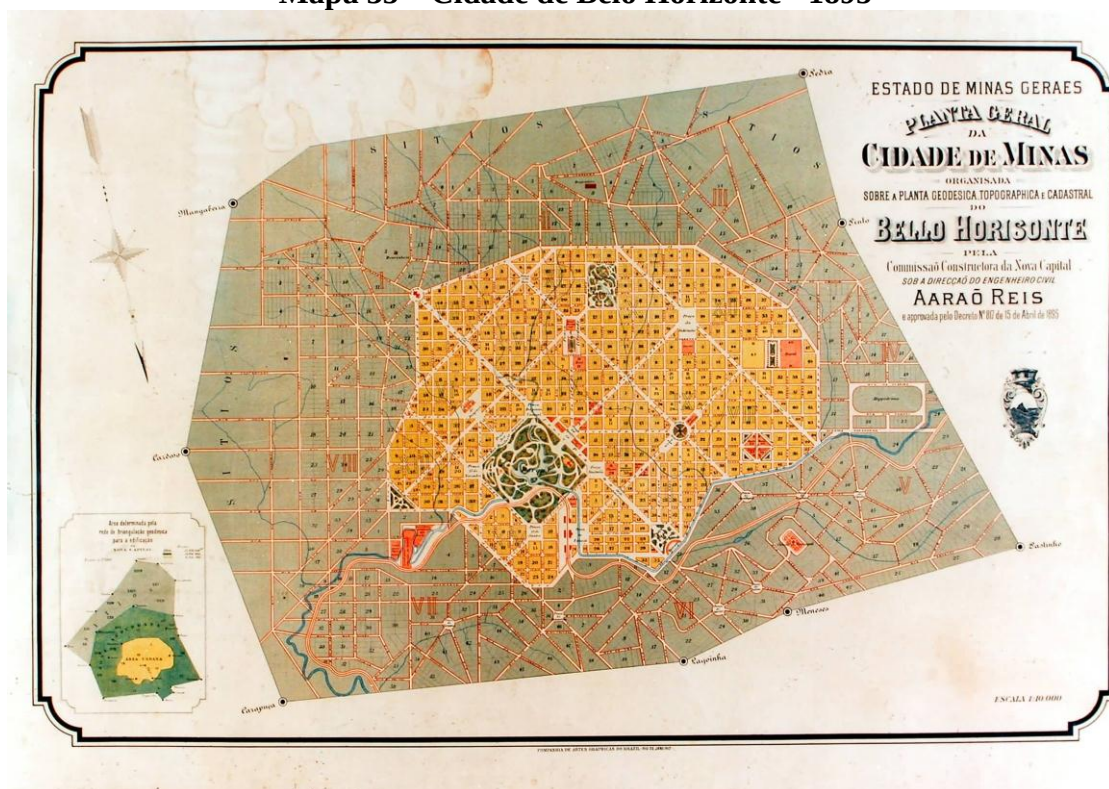
De qualquer modo, o trajeto estabelecido buscava cortar o perímetro da Avenida do Contorno, na direção Sul-Norte, com o objetivo de atingir o entorno da Praça da Estação – localizada no hipercentro³⁴⁴ do município. O caminho permitia verificar, também, uma centralidade marcante da parcela interna à própria Contorno, a saber, o bairro da Savassi³⁴⁵, uma centralidade cujo uso está vinculado a setores populacionais de melhor poder aquisitivo e que emergiu a partir dos anos 1960, mas que também tem exibido conflitos oriundos da apropriação de seus espaços por moradores de rua. Como resultado da empreitada, esperava-se observar pontos de permanência, atividades desenvolvidas pelos moradores de rua e as formas como as espacializavam, assim como possíveis conflitos advindos dessas apropriações.

Sobre o caminhar em Belo Horizonte, ele é permeado por fatores que marcam diferenças se comparadas à capital colombiana. A despeito da topografia acidentada, o plano de Aarão Reis concebeu a cidade com duas malhas que, sobrepostas, desconsideram seu relevo. No interior da Avenida do Contorno, uma malha ortogonal dividida em quarteirões de 120m X 120m conforma ruas uniformes que se cruzam em 90 graus. A ela, se acopla, em diagonal e a 45 graus, uma outra malha e que dá origem às avenidas. Essa área, no plano, conformava a zona urbana que se contrapunha à zona suburbana, exterior a seus limites (MAPA 35).

³⁴⁴ A Zona do Hipercentro (ZHIP) é uma das que fazem parte das Zonas Centrais (ZCs) de Belo Horizonte e foi definida pela Lei n. 7.166, de 27 de agosto de 1996 (BELO HORIZONTE, 1996) que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. Seus limites foram ampliados, posteriormente, com base no Plano de Reabilitação do Hipercentro (BELO HORIZONTE, 2007b).

³⁴⁵ A região da Savassi é bastante conhecida tanto pelos serviços e comércio voltados para uma classe de maior poder aquisitivo como por condomínios residenciais cada vez mais verticalizados que foram, paulatinamente, substituindo as casas, à época da inauguração da capital, construídas para os funcionários públicos.

Mapa 35 – Cidade de Belo Horizonte - 1895



Legenda: A Avenida do Contorno divide a zona urbana da zona suburbana
Fonte: Comissão Construtora de Belo Horizonte (Public Image)

A racionalidade de um plano rígido que não considerou a topografia – ou que a considerou para evidenciar elementos/marcos/lugares do poder na cidade – torna os deslocamentos a pé mais custosos, o que é, na atualidade, dificultado pela temperatura que vem se tornando cada vez mais elevada na maior parte das estações. Como pontua Carsalade (2001):

A própria topografia só é considerada quando reforça algum aspecto simbólico especial, como os topos de colina reservados aos grandes espaços do Poder: ver como exemplo a situação do Palácio da Liberdade. No mais, pouco importava se a inclinação de alguma rua fosse excessiva: a imposição do homem à natureza, através da geometria regular da malha urbana, era muito mais importante. (CARSALADE, 2001, p.54)

Ainda, embora a paisagem da capital mineira seja marcada pela Serra do Curral (FIG. 35) – que se estende de sudoeste a noroeste e, assim como os *cerros* bogotanos, é um dos limites do município –, sua mirada não auxilia efetivamente nas referências para a localização durante os deslocamentos cotidianos.

Figura 35 – Serra do Curral e o eixo da Avenida Afonso Pena



Fonte: Gonçalves; Rubião (2011).

Nesse sentido, Carsalade (2001) ressalta que a geometria espalhada nas ondulações da topografia teve seus efeitos preceptivos e perspectívos atenuados. Somado a esse fato, a verticalização das últimas décadas modificou a percepção dos eixos de visada e, com isso: “A sensação perceptiva [...] é de que os eixos apontam para focos que não se resolvem” (CARSALADE, 2001, p.60). Ainda, a forma como a cidade explodiu, fez ao plano original adicionarem-se emaranhados multidirecionais da estrutura urbano-viária. Mas não foi essa a razão do “inesperado” do trajeto que se mencionou anteriormente. Na verdade, o trajeto³⁴⁶ pensado não chegou a ser concluído (MAPA 36).

³⁴⁶ A atividade ocorreu no dia 16/3/2013

Mapa 36 – Percurso proposto x percurso realizado



Legenda: na imagem é possível visualizar, em amarelo os limites da zona urbana, do plano de Aarão Reis, estabelecidos pela Avenida do Contorno.

Fonte: Adaptado de Google Earth

A alguns quarteirões do ponto de partida, no bairro São Pedro, na zona sul da capital – fora do limite da Avenida do Contorno –, sob a árvore de uma Praça, um morador de rua descansava. Por se tratar do primeiro momento em campo e para evitar que fosse confundida com parte das equipes de abordagem da SMAAS ou com alguém com interesse em retirá-lo do local onde permanecia³⁴⁷ – já que nesse momento se iniciavam ações para coibir/inibir a presença de moradores de rua em determinados espaços em função da Copa das Confederações

³⁴⁷ Temor que revelou ter fundamento, pois ao tentar conversar com uma jovem mãe, moradora de rua, que estava com seu filho na mesma praça, horas depois, ela não apenas mostrou-se bastante desconfiada como perguntou se eu era da prefeitura.

que antecedia a Copa do Mundo da FIFA de 2014 – a busca por informações sobre os usos da praça foi feita com funcionários de um posto de gasolina localizado em frente a ela. Eles comentaram que, ao final do dia e no princípio da noite, um número considerável de moradores de rua passava pelo local. Eles aproveitavam a movimentação do posto – também loja de conveniência com expressivo movimento à noite devido à proximidade com boates do entorno – para pedir dinheiro aos clientes. Com certa frequência também pediam para utilizar os banheiros.

A fala dos frentistas chamou a atenção e despertou meu olhar para uma dinâmica local. Talvez não fosse necessário chegar até o centro da cidade para coletar informações que poderiam ser de interesse para o trabalho. Ao continuar a caminhada, a dois quarteirões dali, em uma pequena praça que marca a subida de uma passarela, a funcionária de uma lanchonete, ali localizada, lavava a calçada. Como havia resquícios de papelão e garrafas vazias no local³⁴⁸, perguntei se moradores de rua ficavam ou passavam por ali. A resposta foi afirmativa. Após o fechamento do comércio do entorno, a praça abrigava grupos de moradores de rua que a utilizavam como abrigo noturno.

Dali em diante, alguns outros locais, todos eles comerciais – uma concessionária de veículos, uma loja de roupas, a varanda de um conjunto comercial e uma empresa de intercâmbio –, apareceram como lugar de descanso noturno para moradores de rua já conhecidos na região³⁴⁹. A partir de então, houve uma alteração nos planos iniciais e priorizei uma observação mais constante dessa área que abriga um número relevante de edifícios residenciais, um comércio local variado – bares, restaurantes, sacolão, padaria, *petshops*, boutiques, salões de beleza, *shopping center*, etc. – escolas e prédios de escritórios. Todos eles, em sua maioria, voltados para um público de poder aquisitivo médio-alto e alto.

Foi possível, assim, verificar a dinâmica das apropriações nos lugares ressaltados. No início da noite, chegavam, organizavam o lugar de dormir – alguns utilizavam-se de anteparos de papelão para maior privacidade –, camuflavam cuidadosamente seus pertences, boa parte fumava um cigarro ou tomava um gole de cachaça e deitava-se sobre um papelão para a noite de sono. No dia seguinte, bem cedo, antes da movimentação da manhã se intensificar, saíam. Alguns deixavam para trás o que havia servido como cama ou anteparo e que compõem, para Magni (2006), sítios arqueológicos urbanos: “[...] aquele lixo disforme e poluidor também contém o registro arqueológico capaz de fornecer evidências importantes sobre o modo de vida

³⁴⁸ Esses são, geralmente, os materiais que ficam para trás, ao amanhecer, quando os moradores de rua iniciam suas atividades cotidianas.

³⁴⁹ Foram cinco os pontos levantados que abrigavam cerca de sete moradores de rua.

dos grupos que ali habitaram” (MAGNI, 2006, p. 64).

Conversas ³⁵⁰ realizadas com três dos moradores de rua e com os comerciantes/trabalhadores dos lugares em frente aos quais passavam a noite, mostraram que, na quase totalidade dos lugares observados³⁵¹, já havia ocorrido uma negociação. O trato era que, ao saírem pela manhã, os moradores de rua fizessem a limpeza do local para que não houvesse problemas no momento da abertura das lojas. As conversas também elucidaram parte de suas rotinas. Dois deles – Caroço, com 23 anos, e Rico, com 25 anos – trabalhavam como flanelinhas nas ruas do entorno. O terceiro não permanecia no bairro durante o dia. Ele rumava para a área central da cidade com o intuito de “buscar o que fazer”, mas sempre retornava para o mesmo endereço, já que ali era conhecido, as pessoas o respeitavam e, por isso, sentia-se seguro. Para ele, na região central as “coisas eram mais pesadas, mas se você quiser mesmo saber da vida na rua tem que descer. Aqui é outra coisa” (morador de rua, 35 anos).

Essa mesma observação foi reiterada por Caroço e Rico, que fizeram questão de frisar que eram exceções. Não gostavam de ficar se misturando com o pessoal de “baixo”. Era muita confusão, muita violência e muita gente incomodando o tempo todo. Já ali, no bairro, eles eram poucos e geralmente ninguém os molestava. Entretanto, de vez em quando, “uns playboizinhos que saem meio travados dos bares, aqui de perto, vêm querendo tirar onda, de graça” (Rico, morador de rua, 25 anos).

Cada uma dessas falas parecia conduzir ao desenho de uma nova configuração e suscitava esclarecimentos: o que era o “de baixo”? Onde estavam, exatamente, os “de baixo”? Buscar pela elucidação dessas questões provocou um retorno ao ponto de partida. O olhar voltou-se, novamente, para a região central. Nesse sentido, ao mesmo tempo que iniciei observações nas áreas que eram o objetivo do primeiro percurso pensado – o entorno da Praça da Estação – fui também buscando conhecer as instituições – tanto públicas como assistenciais – que trabalhavam com a população de rua de Belo Horizonte. Ou seja, realizei incursões tanto nos espaços públicos apropriados pela população de rua como nos espaços especializados para eles e criados com o intuito de desenvolver certas atividades e prestar determinados serviços – o que será aprofundado oportunamente. Essa aproximação fez com que o centro da cidade e algumas regiões próximas a ele fossem se configurando como parte essencial da pesquisa.

³⁵⁰ As conversas ocorreram nos dias 20/5/2013 e 7/6/2013 por intermédio de funcionários dos estabelecimentos comerciais pesquisados. O contato sem um intermediário que pudesse assegurar quem eu era e o que fazia era sempre marcado por uma desconfiança que impossibilitava uma conversa mais aprofundada.

³⁵¹ As exceções foram a lanchonete e o conjunto comercial.

As situações foram, então, somando-se e me deixando perceber onde ou o quê era compreendido como o “baixo”. Ceará (40 anos) – com quem foi possível ter contato durante o acompanhamento de jornadas da Pastoral de Rua da Toca de Assis³⁵² – passava as noites debaixo do recuo de uma edificação que se projetava sobre parte da calçada da Avenida Augusto de Lima, no bairro Barro Preto – na Regional Centro-sul, dentro dos limites da Avenida do Contorno. Dormia sempre ali porque “era tranquilo. Lá para baixo é muito confuso e cheio de brigas. O porteiro (do prédio) daqui é gente boa e não amola” (Ceará, morador de rua, 40 anos). Ao ser perguntado onde era o “baixo” apontou na direção da Avenida do Contorno e disse referir-se às áreas detrás da rodoviária, perto do Restaurante Popular, sob o viaduto. Ou seja, ao longo e às margens de um dado trecho do Ribeirão Arrudas.

Da mesma forma, quando da participação nas atividades do Centro Pop, localizado na Avenida do Contorno³⁵³, no Centro, foi possível conversar com Zé, morador de rua de 52 anos. Zé era um amante das plantas. Os vasos dispostos no galpão e que auxiliavam em sua ornamentação foram plantados por ele, que também fazia experiências de cruzamento entre as espécies plantadas. Enquanto mostrava seu trabalho, contou que, à noite, cuidava do jardim do local onde dormia: na porta de uma agência bancária, próximo à Assembleia Legislativa, no bairro Santo Agostinho. Ele não gostava de ficar mais para “baixo” porque era muito confuso, tinha muita droga e muita batida policial. Não gostava, na verdade, de andar, à noite, pela região que ia desde o Elevado Helena Greco – antigo Elevado Castelo Branco –, na Avenida do Contorno, até a Praça da Estação rente à Avenida dos Andradas que, por sua vez, conforma um eixo viário que foi ampliado, recentemente, a partir do tamponamento do Ribeirão Arrudas.

Mais uma referência à mesma Praça foi feita por Emília durante a participação em outra jornada da Toca de Assis³⁵⁴. Companheira de Sandro, comentou que evitavam sempre ficar mais para “baixo” porque “é briga que não acaba mais. Sempre sai alguém machucado e eu não gosto de envolver. Tem sempre um grupo ali na Praça da Estação. Ali onde a água cai para cima³⁵⁵” (Emília, moradora de rua, 28 anos). Por isso, apesar de estarem bem próximos da Praça, na Rua da Bahia, quase nunca cruzavam a Avenida dos Andradas.

Esses foram alguns dos momentos que auxiliaram não apenas na percepção do “baixo”, mas na definição mais precisa da área de investigação. As dinâmicas, principalmente as noturnas, em um dado segmento do Vale do Ribeirão Arrudas – um dos limites históricos da

³⁵² A atividade aconteceu no dia 25/3/2015.

³⁵³ Atividade realizada no dia 4/5/2015.

³⁵⁴ Atividade realizada no dia 29/4/2015.

³⁵⁵ Referência às fontes existentes em cada uma das extremidades da Praça da Estação.

zona urbana da cidade no plano de Aarão Reis –, para alguns, conformavam motivos que contribuíam para seu evitamento. Por outro lado, para outros, produziam lugares de intensas atividades. O trecho, portanto, abarca toda a extensão do rio tamponado entre o Parque Municipal e o baixio do atual Elevado Helena Greco.

Desse modo, cheguei à conclusão de que o principal conflito que se observava ocorria não por uma contraposição entre o dentro e fora da Avenida do Contorno ou entre o Centro e os bairros. A contraposição era entre, de um lado, o mais tranquilo, com menor confusão, com menos violência e com menos investidas policiais e, do outro, o mais confuso, com maior número de brigas e com maior probabilidade de abordagens policiais.

É necessário ressaltar, entretanto, que, durante o dia, esse mesmo lugar, devido à localização do Centro Pop e do Restaurante Popular (RP), atrai parte daqueles que à noite o evitam. Cowboy³⁵⁶, por exemplo, que durante um bom tempo dormiu na região hospitalar – dentro dos limites da Avenida do Contorno – para evitar o convívio com o consumo excessivo de drogas do “baixo”, alimenta-se diariamente no RP, no qual as refeições são gratuitas para moradores de rua.

Aliados a esses dados, que tiveram como fonte os próprios moradores de rua, outras investidas confirmaram essa cisão. Durante a participação das atividades com os voluntários da Campanha do Pãozinho, soube que, anteriormente, eram feitos atendimentos – distribuição de pão e suco ou café com leite, a depender do clima – na região próxima ao RP. Entretanto, em função de situações mais tensas relacionadas ao consumo intenso de substâncias psicoativas e constantes batidas policiais, deixaram de fazer a distribuição naquela área. Pelas mesmas razões, as jornadas da Toca de Assis também excluíram essa porção da cidade. Cada um desses grupos realizava suas atividades no entorno do “baixo”, ou seja, na região central e dentro dos limites da Avenida do Contorno.

Mas todas essas situações que me direcionaram a um aprofundamento das observações no Centro e, de modo mais específico no “baixo” e seus arredores, não me afastaram de outras partes da cidade. Mesmo em menor intensidade, foram realizadas atividades de pesquisa nas regionais Pampulha, Venda Nova e Leste. Elas revelaram condições e situações semelhantes às aquelas destacadas no bairro São Pedro, embora com características específicas de cada local. A principal dizia respeito à permanência dos moradores de rua em lugares onde já eram conhecidos. Desse modo, de acordo com eles, como a vizinhança já estava acostumada com suas presenças, os respeitava e os ajudava. O interessante foi perceber que esse conhecimento,

³⁵⁶ O contato com “Cowboy” foi estabelecido durante as atividades realizadas com a Campanha do Pãozinho.

em alguns casos, estava atrelado à própria história do morador de rua no bairro. Alguns tinham a família morando nos arredores, mas, devido ao consumo excessivo de álcool e outras drogas, preferiam ficar fora de casa, principalmente nas praças e na companhia de outras pessoas na mesma situação. Além do mais, a dificuldade do deslocamento até o Centro – principalmente a partir da Pampulha e de Venda Nova – era um problema em função do valor da passagem de ônibus. Problema acirrado pela ausência de equipamentos que ofertassem, nesses lugares, serviços essenciais, como o banho.

Nas duas primeiras regionais citadas – Pampulha e Venda Nova –, a participação ocorreu por meio de uma atividade³⁵⁷ de distribuição de lanches, que acontece aos domingos pela manhã e que conta com o trabalho de voluntários de uma paróquia da região da Pampulha. Já na Regional Leste, a aproximação veio em função de visitas realizadas no Albergue Tia Branca, no bairro Floresta, e dos acompanhamentos às equipes de abordagem dessa mesma regional no momento de suas saídas às ruas.

É importante mencionar que, durante essas investidas, embora tivesse observado a presença de moradores de rua em número mais reduzido – em comparação com as áreas centrais – isso não implicou a ausência da identificação de conflitos. Na Pampulha, por exemplo, ao deixar o primeiro ponto de distribuição/atendimento – localizado na Avenida Guarapari – foi possível ouvir a conversa de dois senhores na porta da padaria situada logo em frente a ele. Eles rechaçavam a atividade do grupo de voluntários e os culpavam por contribuir para a perpetuação da vagabundagem no local.

Nesse mesma direção, ao observar a atuação e as ações dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEPs) – associação comunitária de direito privado e desvinculada de órgãos públicos e da PMMG, mas com áreas de atuação coincidentes com as Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública (ACISP)³⁵⁸ – percebe-se a reincidência da pauta da segurança vinculada à presença de moradores de rua nos bairros:

A coordenação do Conselho Comunitário de Segurança Pública da Área de Coordenação Integrada 4 – Consep ACISP 4, tendo sido demandada pela comunidade local sobre moradores de rua e usuários de drogas que se instalaram na Rua Japurá, na esquina da Avenida Clara Nunes com Avenida Bernardo Vasconcelos, no bairro Cachoeirinha, entrou em contato com a Gerência de Políticas Sociais da Regional Nordeste de Belo Horizonte, dando início à construção de necessárias e urgentes ações integradas – poder público e comunidade – para efetiva solução do

³⁵⁷ A participação nessa atividade ocorreu no dia 29/3/2015.

³⁵⁸ O município de Belo Horizonte está dividido em seis ACISPs: Área Central (dentro da Avenida do Contorno), Barreiro, Venda Nova, Leste/Nordeste, Centro/Sul e Oeste/Noroeste. Cada uma dessas áreas está sob a responsabilidade de uma Delegacia Regional da Polícia Civil e de um Batalhão da Polícia Militar. (BOSSIO, 2015)

problema. (CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA ÁREA DE COORDENAÇÃO INTEGRADA 4, 2012)

A despeito do que se poderia compreender como soluções efetivas do problema, ocorreu uma reunião, em maio de 2015, promovida pelo CONSEP-5, na qual a a Secretaria Municipal de Políticas Sociais (SMPS) foi chamada a participar. O tema a ser tratado era “a questão da população de rua na região centro-sul da cidade”. Nessa oportunidade, por um lado, os moradores dos bairros da Regional – em grande medida: Barro Preto, Santo Agostinho, Lourdes e Hipercentro – cobraram da PBH medidas mais efetivas para resolver os conflitos. Por outro, o representante da Polícia Militar ressaltou que morar na rua não era um crime e que a PMMG tinha limitações para atuação (BELO HORIZONTE, 2015c).

Essas últimas considerações visam a deixar claro que tanto as dinâmicas como os conflitos relacionados à permanência e desenvolvimento de atividades por parte dos moradores de rua ocorrem tanto na região central, ou na região do “baixo”, como em outras localidades da cidade. Sob formas e/ou intensidades distintas elas estão distribuídas nos territórios observados da capital mineira.

Para definir a área sobre a qual a pesquisa se debruçaria para desdobrar-se, foi essencial olhar para além das questões relacionadas, unicamente, às dinâmicas mais incisivas do cotidiano dos moradores de rua em BH. E, para isso, a realização de um estudo comparado foi de grande valia. A experiência de campo e os dados coletados em Bogotá foram essenciais para a definição mais precisa do recorte da área de estudo³⁵⁹. A imersão na capital colombiana e a constatação dos processos que envolviam, de um lado, os *habitantes de calle* e, de outro, aqueles vinculados ao (re)desenho, planejamento e gestão urbanos com vistas a requalificações dos espaços nos moldes de uma planejamento urbano estratégico – e/ou de uma empreitada neoliberal –, indicaram a necessidade da avaliação de áreas que compartilhassem ambos os processos.

A partir dessa premissa, não houve dúvidas de que os trabalhos em Belo Horizonte deveriam retomar e aprofundar tais questões. Ficou evidente a necessidade da concentração dos estudos no centro da cidade – onde planos e propostas de requalificações³⁶⁰ urbanas vêm sendo

³⁵⁹ Esse foi um fator interessante no sentido de que os estudos de caso deram origem a experiências cruzadas responsáveis por revisões que permitiram estabelecer suas bases de análise – que longe de terem sido estabelecidas *a priori* foram um resultado da pesquisa de campo – e o trato de assuntos que se assentaram para além das particularidades do local, embora nelas alicerçados e delas tendo emergido.

³⁶⁰ No cenário brasileiro, são múltiplos os termos utilizados para fazer referência a processos de intervenção no espaço urbano. De acordo com Duarte (2005), destacam-se: revitalização, renovação, requalificação ou reabilitação urbana. Para o autor, o termo ‘revitalização’ levanta divergências, pois sua etimologia sugere uma visão preconceituosa por conduzir à percepção de que se parece querer dar vida a uma área que não estava morta. A renovação urbana, por sua vez, diz respeito ao processo de substituição das formas urbanas existentes e sua

largamente gestados – e especialmente no “baixo”.

Desde esse ponto de vista, o “baixo”³⁶¹, ou melhor, o “Baixo” desenha-se como de especial interesse e passa a denotar uma dupla importância. De um lado, ele teve seus limites evidenciados pelo próprio campo, ou seja, a partir dos pontos elencados pelos moradores de rua e baseados em suas referências cotidianas: o eixo do Ribeirão Arrudas que vai desde o Centro Pop até o Parque Municipal e que inclui o Restaurante Popular, a Rodoviária, as Estações de Metrô Central e da Lagoinha, o Complexo da Lagoinha, as Praças da Estação e Rui Barbosa, o viaduto Santa Tereza (MAPA 37).

Mapa 37 – O “Baixo”, suas referências e a Área Central



Fonte: Adaptado de Google Earth

Do outro lado, como será demonstrado ao longo deste capítulo, ele guarda uma relevante reserva de potencial construtivo – numa área que é farta em infraestrutura – e que, portanto,

substituição por outras modernas. Por outro lado, a requalificação urbana estaria atrelada a processos de alteração em uma área urbana para conferir-lhe nova função – podendo, ao mesmo tempo, abarcar um caráter de renovação e de requalificação. Finalmente, a reabilitação indica um processo integrado de recuperação de uma área urbana, implicando o restauro de edifícios e a revitalização do tecido econômico e social. Para esta tese, por entender que os demais termos acabam por gerar posturas depreciativas a possíveis usos já existentes nos locais sobre os quais atuam, será utilizado, de modo mais geral, o termo ‘requalificação’.

³⁶¹ De acordo com Jayme e Trevisan (2012), essa área, desde meados do século 20, começou a ter essa definição em função do processo de distinção socioespacial no interior do centro da cidade. “Assim, a área localizada mais abaixo do centro, ou seja, às margens do Ribeirão Arrudas e em contraposição à Praça da Liberdade (porção mais alta da área central), recebeu a instalação de grandes equipamentos como estação ferroviária, rodoviária, galpões, fábricas, garagens e um comércio mais popular”. (JAYME; TREVISAN, 2012, p.364)

configura-se como local estratégico e de interesse para requalificações e planos urbanísticos. Este é, por exemplo, o caso da Operação Urbana Consorciada da Avenida Antônio Carlos / Eixo Leste-Oeste (OUC-ACLO) – que será mostrada mais à frente.

Desse modo, o lugar do olhar nesta tese foi se situando nem dentro nem fora da Avenida do Contorno, mas no “Baixo”. Foi descortinando, entre o costume e o estranhamento, novas possibilidades de perceber relações, em Belo Horizonte, ainda não conhecidas ou observadas. Foi abrindo caminho para que encontros pudessem conduzir a novas potencialidades de afetos.

Assim, de acordo com a forma como esta tese for sendo desenvolvida, o “Baixo” será explorado a partir de uma perspectiva histórica, ou melhor, de uma genealogia que buscará fazer aflorar os mecanismos, táticas e estratégias de poder/saber presentes na realidade das vidas das pessoas moradoras de rua.

6 MORADORES DE RUA, PODERES/SABERES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO – UMA APROXIMAÇÃO GENEALÓGICA

Os desdobramentos da dinâmica socioespacial relacionada aos pontos que foram elencados a partir da vivência na cidade, a saber, a região central – que abarca os projetos de requalificações urbanas – e, mais especificamente, a região do “Baixo”, terão como ponto de partida e instrumento de análise as considerações de Paula e Monte-Mór (2004). Esses autores compreendem a história de Belo Horizonte a partir de três momentos característicos: de 1897 a 1950 – marcado por uma forte presença do Estado na construção da Capital, seguida de uma reestruturação que se inicia ao final dos 1940 e permanece até os 1950 –; dos anos 1950 aos 1980 – assinalado pela consolidação da cidade como polo econômico dinâmico –; e, finalmente, de 1980 à 2004 – caracterizado por um conjunto de crises que trouxe implicações para a sociedade em termos de emprego, renda, empobrecimento e precarização da infraestrutura, mas, também, do resgate e da repolitização do espaço urbano. Embora o final desse último momento não coincida com o período mais atual no qual a pesquisa ocorreu, acredita-se possível estendê-lo até os dias atuais por meio de algumas atualizações necessárias. Isso se faz necessário devido ao acirramento das investidas neoliberais nos espaços das cidades nos últimos anos, principalmente, por meio de formas oriundas do empreendedorismo urbano.

A aproximação a cada um desses momentos, assim como ocorreu com o estudo de Bogotá, será realizada de modo a permitir incursões que possibilitem atingir desdobramentos tanto teórico-conceituais, à medida que forem necessários, quanto empíricos e vinculados às observações e dados de campo. Durante esse exercício será possível observar, cuidadosamente, as formas como o cotidiano dos moradores de rua tem se estruturado, tendo em vista as redes de poderes e saberes que sobre eles incidem, mas das quais também são parte. No momento da contemporaneidade, que abrange o período da pesquisa de campo, os dados colhidos serão mais profundamente apresentados e analisados.

Ao final de cada um desses momentos, buscar-se-á identificar, desde a perspectiva foucaultiana já apresentada, os mecanismos, as táticas e estratégias de poder/saber que incidiram sobre esses corpos indóceis que povoa(ra)m a cidade. Acredita-se que, desse modo, será possível compreender a emergência desses sujeitos citadinos a partir do próprio processo de urbanização.

No contraste entre a divisão proposta por Paula e Monte-Mór (2004) e esses mecanismos, táticas e estratégias é que se formatará a genealogia que pretende explicitar os poderes/saberes vinculados ao tema deste estudo.

6.1 Belo Horizonte nos moldes da ordem e do progresso: de 1897 ao final dos anos 1940

O primeiro momento que se pretende explorar tem início com a fundação da nova capital do Estado de Minas Gerais, no ano de 1897 – a primeira cidade planejada da República. De acordo com Monte-Mór (1994), seu planejamento seguiu uma ordem positivista – do final do século XIX – esboçada nas linhas e esquinas retas adaptadas a cânones importados da Europa e que, destarte, desconhecia as especificidades da natureza e do terreno nos quais se implantava.

Nesse modelo urbanístico, racionalista na sua organização voltada para a lógica capitalista, mas de inspiração barroca em sua monumentalidade, está marcada a intenção de recriar a cidade política, produzindo espaços simbólicos expressivos, agora sob controle da burguesia: a cidade dos funcionários, a cidade do Estado burguês, a capital nacional (ou regional) do capital, modelarmente exemplificada na capital norte-americana, um século mais velha: Washington e (re)definida em sua versão modernista exemplar do século XX: Brasília. (MONTE-MÓR, 1997, p.477)

Porém, mais do que o momento de construção da capital de um Estado idealizado por um modelo positivista, o século XIX implicou para o Brasil a vivência de sua independência do domínio português, todavia, ainda mantivesse um governo imperial mediado pela própria coroa portuguesa³⁶². Na esteira desse acontecimento – que foi a independência, no ano de 1889 – é que Belo Horizonte surge como a cidade planejada para ser a capital das Minas (GROSSI, 1997): “Com a abolição da escravatura e a proclamação da República, novos construtos agenciam as necessidades. Deseja-se promover uma nova ordem: para engendrará-la e assegurá-la, são imprescindíveis as cidades” (GROSSI, 1997, p.16). Mas a isso somava-se, na visão de Mendonça, Andrade e Diniz (2015), outra necessidade, a de reerguer o Estado tendo findado o ciclo da mineração aurífera.

Desse modo, pensar ou planejar BH implicava pensamentos relacionados à formação da própria nação, assim como a definição de uma nova cidadania. Por isso, para Paula e Monte-Mór (2004), a nova capital foi, inicialmente, uma invenção política resultante da vitória de uma corrente específica. Corrente na qual encaixava-se o lema “a ordem por base, o progresso por fim” (GROSSI, 1997, p. 17), pela qual enraizou-se o conhecimento científico incorporado pelos princípios de um urbanismo reformador. De modo algum desvinculada da vigilância e do controle propiciados pelo plano reticulado, era essa a possibilidade – muito próximo do que ocorreu com a Bogotá republicana – de superar o que era considerado o atraso cultural e espacial do passado colonial, que, no modelo de cidade português, era regido por ruas tortuosas e

³⁶² Cabe, nesse sentido, a consideração de que, assim como a Colômbia, o Brasil teve sua história vinculada aos processos de colonização perpetrados por países europeus. No primeiro caso, a Espanha e, no segundo, Portugal.

estreitas. Ou como evidencia Carsalade: “A urbe objetivamente pensada contrastava com a ‘paixão’ do crescimento espontâneo característico dos assentamentos portugueses em Minas. O sentimento dominante era mesmo o da diferença e negação das formas arcaicas, simbolizadas pela “velha” capital, Ouro Preto” (CARSALADE, 2001, p. 53). Isso pode ser percebido no ofício endereçado por Aarão Reis ao Governo do Estado:

Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do actual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120m x 120m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos rectos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, [...] às avenidas fixei a largura de 35 metros [...]. Apenas a uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada á ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 m, para constituí-la em centro obrigatorio da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno [...]. A zona suburbana, de 24.930.803 m² [que circunda os bairros centrais] [...] é por sua vez envolvida por uma terceira zona de 17.474.619 m², reservada aos sítios destinados à pequena lavoura. (AARÃO REIS *apud* BARRETO, 1936, p.241)

A vocação higienista e cientificista claramente expressa no ofício – haja vista o trecho referente “à manutenção da higiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos” – marca também o contraste entre o sertão rústico, inculto e caipira – formado em função dos fluxos da rede de núcleos urbanos mineradores do século XVIII – e as conquistas da tecnologia alheias ao vernacular e à tradição. Por elas e com elas, buscava-se, conforme pontua Julião (2011), a redenção do arraial de sua ignorância e atraso. Ou seja, não se tratava apenas de uma missão urbanística, mas também civilizatória.

Foi no dia 1º de março de 1894 que se instalou a Comissão Construtora da Nova Capital³⁶³ (CCNC), pensada para abarcar uma população de 200 mil habitantes, no máximo. A seu chefe, Aarão Reis, coube a implementação das inovações urbanísticas modernas que, nos moldes da Paris Haussmanniana, implicou, para Grossi (1997), um exorcismo sanitário das classes menos favorecidas. De destaque na constituição da CCNC, é também a presença de um médico sanitaria responsável, em grande medida, pela natureza higienizadora da proposta, que seguia a mesma influência europeia de sua concepção.

Esse fato implicava que o projeto político levado a cabo pela CCNC – que conforme visto não queria o antigo povo na nova capital – ignorava um local que, em 1890, era

³⁶³A Comissão foi um órgão criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais – Decreto Estadual nº 680 de 14 de fevereiro de 1894. A ela caberia tomar todas as providências para a construção da cidade que serviria de sede para a administração do Estado (BELO HORIZONTE, 1999).

caraterizado, pelo Clube Republicano de Belo Horizonte, da seguinte maneira:

A população da freguesia é de 4.000 almas aproximadamente. Na povoação existem 2 igrejas, sendo uma a matriz de N. S. Da Boa Viagem de B. Horizonte [...]; há 8 ruas denominadas: Marechal Deodoro, Sabará, Congonhas, Capão, Sant'Anna, Rozario, Boa Vista e Comercio sem calçamentos, sem alinhamentos, com 172 casas longe uma das outras. [...] Há no povoado 16 negocios de portas abertas, havendo um comercio regular, sendo 4 fazendas secas e os mais de molhados, miudezas e gêneros do Paiz, havendo mais um animado comercio de tropas e carros que passam por aqui [...]. Há na freguesia 6 açougueiros de profissão. (CLUBE REPUBLICANO DE BELO HORIZONTE *apud* PENNA, 1997b, p.34)

Foi nesse ambiente de características rurais que os trabalhos iniciaram-se, no dia 5 do mês de março de 1894, com a cravação da estaca zero do ramal férreo às margens do Arrudas (PENNA, 1997b), ribeirão que marcou os primeiros momentos da construção de Belo Horizonte. Para dar início ao processo de construção, previu-se a desapropriação de 430 casas do arraial que, como salienta Penna (1997a), eliminava – com seu limite quase circular que contornava a área urbana, a Avenida do Contorno, antiga Avenida 17 de Dezembro – tudo aquilo considerado como tortuoso, estreito, baixo e deselegante (FIG.36).

Figura 36 – A tortuosa rua do Rosário (1894) no Curral d’el Rey



Fonte: curralderrey.com (2010a).

O fato é que nada restou do velho arraial, até a velha matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, do século XVIII, centro simbólico e da sociabilidade do velho arraial, caiu, senão no momento da construção da nova capital, algum tempo depois, 1921, para

satisfazer aos mesmos objetivos de modernização, que bloqueados num primeiro momento, acabaram por prevalecer na construção da catedral, iniciada em 1911 e inaugurada em 1922 como parte das comemorações do Centenário da Independência (PAULA; MONTE-MÓR, 2001, p.27)

Nesse mesmo sentido, Guimarães (1989) assinala que documentos dão notícias de que parte da população desalojada teve como direção a periferia da zona urbana, fator que passou a dar origem a uma cidade bem distinta da pensada e planejada. Assim, com vistas à manutenção das qualidades do plano, foram criados também regulamentos que contemplavam diretrizes que atingiam, além do espaço urbano e das construções públicas, aquelas de caráter privado. O Código de Posturas, de 1898, estipulava as formas de implantação dos edifícios nos lotes e parâmetros estéticos e de salubridade. O objetivo principal era o de garantir a higiene e a solidez das construções (BAESSO, 2006).

Foi desse modo que o plano geral da nova capital, com suas três áreas concêntricas – a zona urbana, central, a ser ocupada pelo aparato burocrático-administrativo do Estado, por funcionários públicos e por proprietários de Ouro Preto e ex-proprietários do arraial; a zona suburbana, com ruas mais estreitas e menos regulares, para quintas e casas de campo; e a zona rural, destinada a um núcleo agrícola para abastecer a cidade –, passou a receber e a absorver processos urbanos não previstos ou pensados por seus construtores (GUIMARÃES, 1989).

Mas as estratégias que buscavam evitar a ocupação de determinados espaços por essa parcela não bem quista da população passou também, e em grande medida, pela instituição de um sistema de comercialização da terra urbana muito específico e regulamentado. Não cabe, aqui, explorar em profundidade os detalhes e evoluções que conformaram tais mecanismos, mas é importante perceber, conforme ressalta Penna (1997a), que: “o pequeno proprietário, não-capitalista, no antigo Arraial seria convertido em não-proprietário na nova cidade. [...] Como na Paris de Haussmann, também aqui, nessa Belo Horizonte de Aarão Reis, o surgimento de uma nova ordem urbana mobilizaria novas práticas de propriedade” (PENNA, 1997a, p.103). De qualquer modo, o que ficava evidente era que tais medidas estabeleciam a renda como critério de acesso à terra urbana e ressaltavam que as classes de menor poder aquisitivo não tinham lugar. Ou seja, o Estado atuou de forma marcante em um processo de especulação imobiliária e levou em consideração os interesses das elites políticas e da burocracia pública (PENNA, 1997a; GUIMARÃES, 1989).

Como desdobramento das formas de negociação, os lotes na área suburbana passaram a sofrer transações com mais intensidade, em função das melhores condições de negócios e das menores exigências. Com isso, essa porção da *urbis* passou a ser a mais populosa, fazendo com

que, fora do plano, crescesse a cidade “em desalinho – tortuosa, estreita, baixa e deselegante” (PENNA, 1997a, p. 109), como resultado de uma ordem majoritariamente econômica e contrariando o plano de Aarão Reis que previa um crescimento do centro para a periferia.

É válido ressaltar que os trabalhadores responsáveis pela construção da cidade – muitos deles imigrantes italianos e, portanto, não atrelados à função pública –, não tinham, no plano da nova capital, um lugar onde pudessem instalar-se. Com isso, cafuas e barracões (FIG. 37) começaram a fazer parte da paisagem citadina e, em 1895, antes mesmo da inauguração da capital, BH possuía duas favelas – o Córrego do Leitão, no Barro Preto, e a Favella ou Alto da Estação, em Santa Tereza – na zona urbana. Desse modo, com o número de casas insuficientes para todos, a CNCC passou a ter que lidar com essa questão (GUIMARÃES, 1989).

Figura 37 – Cafua nas proximidades da Serra do Curral



Fonte: Borsagli (2010c).

A importância em ressaltar esses processos está nos arranjos que foram estabelecidos para contê-los. Em 1900, foi criada uma Seção de Higiene na Prefeitura e foi aprovado o regulamento da Polícia Sanitária da Cidade de Minas. Neste último, estabeleceu-se, por exemplo, que as habitações dos operários deveriam situar-se fora da zona urbana. Em adição, as casas construídas receberiam a visita frequente do médico da Prefeitura para garantir a

limpeza e o asseio das habitações. E ainda, apesar de protestos, iniciaram-se ações de demolição, em pontos variados da capital, das cafuas que comprometiam a imagem da cidade e que colocavam em risco o “cartão postal” tão almejado pelo plano (GUIMARÃES, 1989). É o que pontua Grossi (1997) ao evidenciar que, em 1902, o prefeito Bernardo Pinto Monteiro: “considerava ter ‘limpado’ o centro urbano quando afirmava ter removido deste centro mais de 2.000 pessoas que habitavam ‘cafuas’” (GROSSI, 1997, p.22). Ou seja, mais uma onda de demolições poucos anos após a inauguração da capital. Mais uma marca de um tipo de ação que não cessaria de ocorrer na história da cidade e que, em mais um sentido, a aproxima da capital colombiana.

Já no interior dos limites estabelecidos pelo ideário positivista, racional e científico, a cidade:

[...] era pouco mais que um acampamento, com algumas edificações de certa imponência, como o palácio e repartições, muitas casas, ruas e avenidas traçadas, lojas, templos. Era habitada por operários dedicados às construções, funcionários, engenheiros, comerciantes e também desocupados, andando em ruas empoeiradas ou enlameadas, entre andaimes e largos espaços vazios. [...] Andava-se em animais, raras bicicletas e mais raras carruagens, com tração animal. As linhas de bonde são do início do século atual: começaram a ser instaladas em 1901, inauguram-se em setembro de 1902”. (IGLESIAS, 1987, p.11)

Do ponto de vista arquitetônico, pode-se notar diferenças e semelhanças com a capital colombiana. No primeiro aspecto, diferentemente do que ocorreu em Bogotá, logo após a proclamação da república, não houve uma virada de costas para a herança arquitetônica colonial, mas seu total apagamento e destruição. Por outro lado, entretanto, conforme mostra Carsalade (2004), até os anos 1930 observou-se, na malha da cidade, os edifícios marcantes do projeto inicial com o ecletismo de inspiração neoclássica que deixava à mostra a hierarquia social. Nesse sentido, do mesmo modo que naquela outra capital, o estilo neoclássico surgiu como a possibilidade de suplantar os poderes imperiais e de conduzir ao progresso.

No interior da Avenida do Contorno, com um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar (CARSALADE, 2001), e assim também evidencia Guimarães (1989), até os anos 1920, a evolução espacial de BH caminha *pari passu* com a estrutura social. A zona urbana e o centro foram os lugares da elite, mas também de algumas cafuas e barracões. Na zona suburbana e rural instalaram-se trabalhadores. Formaram-se, desse modo, os bairros Lagoinha, Calafate e Barro Preto, caracterizados pela falta de água, de esgoto, de transporte coletivo e pavimentação das ruas, mas com outras características que os distinguiam. A Lagoinha, mais especificamente, na zona suburbana, recebeu parte dos trabalhadores que construíram Belo Horizonte. Sua

proximidade com o centro e com a linha de trem – onde pessoas que chegavam instalavam-se nas pensões ao seu redor – foi imprimindo ao bairro, por um lado, características vinculadas à boemia com bares e restaurantes de agitada vida noturna. Mas, por outro lado, conformou o portal de abastecimento da cidade por estar localizado em área contígua ao primeiro mercado municipal da cidade, na praça Rio Branco, onde hoje está localizada a Rodoviária (ARAÚJO, 1997; MACHADO; PEREIRA, 1997).

Percebe-se, assim, que a realidade urbana que tomou corpo em BH – cidade na qual a fronteira do planejado não tardou a ser transposta – fixou, na área central, a elite representante do imaginário republicano – funcionários públicos e burocratas – e, em suas bordas e para fora delas, os trabalhadores, os da vadiagem e os desordeiros. Desse modo, a exclusão e a segregação socioespacial estavam já presentes na organização de um lugar no qual a quadrícula era dos que a planejavam e, aos que a construía, restava a ocupação de alguns lugares em suas margens. A cidade do plano era a cidade legal, a cidade formal, que se contrapunha aos lugares dos que ali não podiam permanecer. Conforme evidencia Monte-Mór (1997):

O urbanismo proposto está restrito à cidadela, não incorpora o caos de uma periferia excluída que logo se estende rápida e desordenadamente. Suas preocupações estavam voltadas para criar o espaço do poder e da classe média urbana – em especial, os funcionários – que davam sentido à cidade-capital, mas pouco se detiveram na articulação da capital com sua região imediata ou com o sistema de cidades que deveria comandar. (MONTE-MÓR, 1997, p.480)

Já do ponto de vista dos sujeitos da/na cidade, a zona urbana – tão pouco apropriada – foi produzida, em termos laborais, em grande medida, por imigrantes, muitos deles italianos. Como mostra Andrade (1997), essa mão de obra era necessária, mas também suspeita pelo desconhecimento de suas raízes e, por isso, formavam um grupo rotulado como, negativamente, de aventureiros. Eles eram um contraste à lógica social do antigo arraial que, de acordo com Barreto (1936) era formada por um povo que “[...] era ordeiro e bom. Não havia mendigos³⁶⁴ nem ladrões” (BARRETO, 1936, p.243). Esse novo grupo, então, passa a ser identificado com a desordem e a turbulência (ANDRADE, 1997). Na mesma direção, Henriques (1997) reforça que migrantes e imigrantes que rumaram para a capital com o intuito do trabalho encontraram um espírito enraizado aos ideais positivistas e cristãos, marcados por um apelo moralizante. Nessa direção, moralizar tinha como sinônimo sanear, redefinir valores e modelos de comportamento.

³⁶⁴ Durante todo esse período, essa é a forma mais direta de se fazer referência aos moradores de rua: mendigos – mas encontra-se também vadio, vagabundo e indigente.

Num primeiro momento, Andrade (1997) mostra que, embora heterogêneos, os imigrantes eram vistos como uma massa única, mas, já no início do século XX, os relatórios policiais passaram a exibir uma diferenciação entre os bons e os maus. No primeiro grupo, os trabalhadores honestos que se opunham ao segundo, os vadios: “[...] nacionais e estrangeiros, morigerados, sóbrios e trabalhadores uns, aventureiros outros, avessos ao trabalho e dados à vida fácil das especulações [...]” (RELATÓRIO DO CHEFE DA POLÍCIA *apud* TEIXEIRA, 1997, p.195). É desse modo que, para contornar os problemas do ambiente conflituoso que se formava, passa a entrar em cena, de maneira mais efetiva, a figura do chefe de polícia, o Capitão Antônio Lopes de Oliveira, que havia sido nomeado em 15 de janeiro de 1895 (PENNA, 1997b), representante do poder do Estado para dar conta da ordem e sua manutenção.

Em adição, alguns anos mais tarde, em 1903, uma Lei Municipal³⁶⁵ criou a Turma de Guardas e Vigias de Belo Horizonte, acompanhada de um manual de instruções para execução dos serviços aos quais deveriam se ater. O objetivo geral que promoveu a criação da Turma estava relacionado à formatação de um espaço urbano ideal a partir de critérios de asseio, moral pública e inserção no mundo do trabalho. Deveria-se cuidar para que materiais de construção e entulhos não fossem acumulados nas vias públicas; que cães estivessem sempre acompanhados de seus donos e com coleiras – os animais deveriam ter também um registro junto à prefeitura municipal –; que cavalos, boiadas ou tropas não comprometessem a circulação e o trânsito; que os ambulantes tivessem sempre à mão suas licenças (SIMÃO, 2012).

Mas a medida que mais chama a atenção, diz respeito à observância para o cumprimento de um regulamento, aprovado em 1900, pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Benjamin Franklin Silviano Brandão: o *Regulamento dos Mendigos*. Nele constava: “nenhum indivíduo poderá pedir esmolas no distrito da cidade sem estar inscrito como mendigo no respectivo livro da prefeitura” (ANDRADE *apud* SIMÃO, 2012, p.26).

Conforme descreve Simão (2012), na capital, a mendicância podia ocorrer apenas em horários, dias e lugares específicos previstos no *Regulamento*. Era necessário também que cada um deles portasse a identificação emitida pela polícia ou guarda municipal:

[...] passavam por uma avaliação, a partir da qual se resolvia o seu destino. Se identificado como vadio era preso e processado conforme manda a lei, e passaria (ao menos em tese) a ser vigiado e coagido ao mundo do trabalho regular; se fosse constatada a sua inaptidão para o trabalho receberia, conforme regulamento municipal, a licença para exercer a mendicância. (SIMÃO, 2012, p.27)

³⁶⁵ Lei nº 12 de 1903 (BELO HORIZONTE, 1903).

Ainda, ao realizar sua inscrição na prefeitura, os mendigos recebiam uma placa com a identificação “Mendigo”. Essa placa deveria ser colocada no peito para que pudesse ser imediatamente reconhecido. Um bilhete de identidade era também obrigatório e nele constavam seus dados pessoais e o local onde poderia mendigar, entretanto, estavam proibidos de exibir chagas e deformidades (SIMÃO, 2012).

É importante mencionar, também, que, do ponto de vista da legislação, no Código Penal de 1890, a vadiagem era uma contravenção e para esses criminosos estimulava-se a criação de colônias disciplinares e correccionais. Para sua recuperação, o trabalho (SIMÃO, 2012).

Mas tais medidas higienistas, que buscavam conter a mendicância, não pareciam ser ainda suficientes para o “povo de bem” de Belo Horizonte. O jornal *Diário de Notícias*³⁶⁶ criticava, em suas páginas, a “inércia da prefeitura para *limpar a cidade* da infestação de mendigos que descaracterizavam o provincianismo e os ares de modernidade belo-horizontinos” (HENRIQUES, 1997, p.58). Como solução para a questão, indicavam a construção de abrigos para que fossem tirados das vistas dos cidadãos. Para isso, buscavam analogias com outras capitais do País:

BH não pode continuar a exibir suas pompas, ao lado da miséria. Cabe ao estado o dever de assistir aos pobres, aos desvalidos, aos velhos, aos enfermos [...]. Siga a Prefeitura, auxiliada pelo Estado e pela população, o exemplo da municipalidade de São Paulo, [...] proibindo terminantemente a mendicidade nas ruas. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS *apud* HENRIQUES, 1997, p.59)

Talvez por essa pressão dos meios de comunicação, que amplificavam as vozes dos “homens e mulheres de bem”, é que, em 1911, foi criado o Asilo Afonso Pena³⁶⁷, destinado à internação dos que viviam nas ruas. A partir dessa data, o *Regulamento dos Mendigos* caiu por terra em função da proibição da mendicância nas ruas da capital e o cumprimento da lei foi noticiado:

Em nossa edição de ontem noticiamos haver o Sr. Dr. Chefe de Polícia oficiado aos srs. delegados das circunscrições da capital, no sentido de ser cumprida (?) a lei municipal que proíbe a mendicidade nas ruas. Como era de se esperar as suas ordenações vêm sendo cumpridas com rigor. Nestes últimos dias muitos indigentes encontrados esmolando pelas ruas foram recolhidos ao Asylo. O Leonel Rodrigues, o popular Leonel, o cego, pagou ontem o seu tributo à infelicidade. Ele, que prefere esmolar o resto da vida a ficar entre quatro paredes, viu-se agarrado por um guarda civil que o levou para a Delegacia, donde foi cambiado ao Asylo. (A CAPITAL *apud* Simão 2008, p.94)

³⁶⁶ O Diário de Notícias circulou, na capital, nos anos 1907 e 1908 (HENRIQUES, 1997).

³⁶⁷ Embora criado para receber unicamente mendigos, para ele foram enviados também bêbados, epiléticos e loucos (SIMÃO, 2008).

Ora, na cidade planejada, o cenário composto pela vadiagem e a mendicância eram o avesso dos ideais positivistas de “ordem e progresso”. Dessa maneira, as regulamentações reforçam a noção da cidade bela, higiênica e racional, da cidade do trabalho. As áreas perigosas pela presença desses sujeitos deveriam ser alvo de ações contundentes. Dentre elas estavam o Barro Preto e o Calafate, onde, de acordo com relatórios de polícia de 1915, “[...] vagabundos e desordeiros se aglomeravam nas tascas e tavernas para promoverem assuada e desordem, determinei ao subdelegado desses dois distritos policiais que, em giro de inspeção, reprimisse tais abusos, prendendo os perturbadores da ordem pública” (FUNDO POLÍCIA *apud* SIMÃO, 2008, p.121). Simão (2008) pontua que tais ações condenavam, de maneira prévia, com medidas profiláticas, os bairros pobres da cidade.

Já no ano de 1925, o Decreto nº 10 do dia 24 de junho estabelecia, entre outras questões, que:

Nos jardins públicos e praças ajardinadas, a cargo da Municipalidade, ficava proibida a entrada de: a) Pessoas ébrias, alienadas, descalças, indigentes e das que não estiverem decentemente trajadas, e bem assim das que levarem consigo cães e outros animais em liberdade, e volumes excedentes de 30 centímetros de largura por 40 de comprimento; [...] c) Vendedores ambulantes, com os artigos do seu comércio. (BELO HORIZONTE *apud* DE JESUS, 2015, p.373)

O trecho destacado do decreto não deixa dúvidas de que as posturas municipais tanto visavam à organização como ao disciplinamento de determinados espaços para afastar o que se considerava não adequado ou desviante (DE JESUS, 2015).

Pode-se dizer que essa foi a ambiência geral que marcou as primeiras décadas de Belo Horizonte. Mas antes de passar para o momento seguinte, no qual, de acordo com Carsalade (PLAMBEL *apud* CARSALADE, 2001), a cidade deixa de ser caracterizada pela implementação da nova capital – com o estabelecimento do arcabouço administrativo e burocrático – e assume a função de polo econômico e social – acompanhados por um crescimento da população e de sua área urbanizada –, é importante ressaltar algumas localidades do plano da CNCC que são relevantes para esta pesquisa, já que, na atualidade, são palco de conflitos relacionados à permanência e localização de moradores de rua.

Do lado de dentro da cidade quadriculada tiveram destaque três praças: a Praça da Estação, a Praça Raul Soares e a Praça da Liberdade. A primeira delas, a Praça da Estação, foi inaugurada em 1914. Mas, antes disso, em 1895, já havia sido inaugurado o ramal férreo e, em 1897, o primeiro prédio da Estação – a construção de um novo, em estilo neoclássico, data de 1922. Essa praça foi pensada como o “portal de entrada” da cidade e também como uma centralidade, devido a seu caráter de passagem obrigatória pela localização do transporte férreo,

muito utilizado. Nos anos 1930, passou a abarcar atividades de lazer e econômicas. Essas últimas estavam atreladas à localização, em seu entorno, de duas áreas: a da Avenida do Comércio – atual Santos Dumont – e a Rua dos Caetés. Essas duas vias concentravam boa parte dos serviços e comércios da cidade (GROSSI, 1997; COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992; ARROYO, 2003).

Em adição ao espaço da Praça da Estação, a área entre o Ribeirão Arrudas e a linha férrea foi destinada a indústrias e galpões de armazenamentos. É importante identificar, ainda, que, conformando com ela um conjunto, foi inaugurada, em 1925, a Praça Rui Barbosa. Todas essas condições fizeram com que, em seu entorno, se desenvolvessem variados usos e modos de vida: trabalhadores das lojas e das construções, proprietários de estabelecimentos comerciais, vendedores ambulantes, moradores e profissionais liberais, visitantes, viajantes, prostitutas, boêmios (ARROYO, 2003; COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992; MOREIRA, 2008).

Com relação à Praça Raul Soares, sua inauguração ocorreu no ano de 1936 com o objetivo de sediar o 2º Congresso Eucarístico Nacional, mas foi a partir dos anos 1940 que teve início um processo de ocupação relevante de seu entorno, vindo, principalmente, da intenção de implantação do Conjunto Habitacional JK – projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer – em seus arredores (OLIVEIRA, 2012). Como será visto, foi no início do século XXI que essa praça passou por sua reforma mais relevante.

Finalmente, a Praça da Liberdade era considerada como o espaço de uso público mais importante da cidade. Nela, ocorreram as grandes festividades que cercaram, por exemplo, a inauguração da capital no momento em que a população atingia um número de cerca de 12 mil habitantes. Ao seu redor, o Palácio da Liberdade – projetado para ser residência do Presidente do Estado – e as Secretarias formavam um conjunto que se assentava no local mais alto da cidade e marcavam o sítio do poder (GROSSI, 1997; COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992).

Já para o lazer e descanso da população foi pensado e implementado o Parque Municipal, limitado pelas avenidas Afonso Pena, da Mantiqueira (atual Alfredo Balena), Araguaia (hoje Av. Francisco Sales) e Tocantins (atual Av. Assis Chateaubriand). O responsável pelo projeto, o arquiteto-paisagista Paul Villon, previu para sua área um cassino, um restaurante, um observatório meteorológico, uma ponte artística, alamedas, gramados, um bosque e, para marcar sua entrada, um portão majestoso. A intenção era a criação de um jardim inglês – manifestação de gosto e de estética – na cidade geométrica de Aarão Reis. O jardim reordenaria a natureza desordenada do local, composta de jabuticabeiras, coqueiros, laranjeiras

e mandiocaís. Sua inauguração ocorreu em 1897 e, das edificações pensadas pelo arquiteto-paisagista, apenas a fundação do cassino foi realizada. Nas primeiras décadas, a área do Parque era de 555.000m². Área que, ao longo do tempo foi sendo mutilada e destinada a outros fins³⁶⁸ (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992).

De qualquer modo, na cidade que nascia do Plano e onde havia poucos atrativos públicos para a vida social da “boa sociedade da época”, o Parque teve papel relevante, pois nele: “A boa sociedade da época encontrava no jardim romântico o pano de fundo perfeito para flunar despreocupadamente, exibindo seus trajes de passeio” (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p.32)³⁶⁹. Já aqueles considerados maus cidadãos – vadios e aventureiros – ocupavam os lugares “perigosos” do Barro Preto e Calafate e, por meio do controle policial, muitas vezes, eram coagidos a não adentrar na área elitizada do centro da cidade.

Na década de 1920 – com a população tendo atingido um número de 56.914 habitantes –, teve início um movimento mais ostensivo de ocupação e apropriação de determinadas áreas, inclusive da porção central. Conforme já apontado, a economia da cidade já não era mais tão fortemente vinculada às atividades político-administrativas. Desse modo, o centro passou a contar com comércios e serviços mais elitizados, compostos por livrarias, cafés, restaurantes e clubes. Centro que era das elites, mas que também recebia moradores da periferia, desde que se ativessem a um comportamento apropriado em algumas de suas porções, tais como o Parque Municipal, no ritual do *footing* e na zona boêmia (DE JESUS, 2015; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997).

Nessa mesma década também foram inauguradas algumas grandes obras. Dentre elas destacam-se o Viaduto de Santa Tereza – estratégico para ligar o centro aos bairros da Floresta e de Santa Tereza, em expansão –; a nova Matriz da Boa Viagem – que dava cabo daquela remanescente da época do Arraial –; o Mercado Municipal³⁷⁰, a Universidade de Minas Gerais, o Conservatório Mineiro de Música. E, ainda, a Praça da Liberdade foi reformulada, para receber a visita dos reis da Bélgica, e o auto-ônibus passou a complementar o serviço dos bondes. Ademais, o Ribeirão Arrudas foi canalizado entre as Ruas Tupis e Rio de Janeiro, e

³⁶⁸ Logo em 1913, a despeito da posição contrária do prefeito da cidade, o governo do Estado cedeu parte da área para a Faculdade de Medicina e para o Centro de Saúde do Estado. Aos poucos, foi se consolidando, em uma parte relevante da área inicial do Parque, uma região hospitalar (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992).

³⁶⁹ O Parque (Municipal) está também diretamente vinculado à crônica esportiva de Minas já que, em 1908, em seus limites, um grupo de 22 adolescentes interioranos, cujas idades variavam de 13 a 17 anos, fundou o Clube Atlético Mineiro. O primeiro carnaval da cidade, em 1909, também o teve como palco das festas e da folia aburguesada (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992).

³⁷⁰ O primeiro Mercado Municipal foi construído, em 1900, onde hoje localiza-se a rodoviária, próximo à linha férrea e ao Ribeirão Arrudas, região onde viviam os mais pobres. Porém, já no início do século seguinte, seu tamanho mostrou-se insuficiente e ao final da década de 1920 foi construído um novo (FREIRE, 1999).

entre a a Estação Central e a Avenida do Contorno. Melhorias tiveram lugar na Praça Rui Barbosa, para impressionar os viajantes que chegavam na Estação. Já em 1922, na comemoração da Independência do Brasil, a Praça 12 de Outubro passou a ser chamada de Praça 7 de Setembro e recebeu como presente um obelisco – o “Pirulito” (FREIRE, 2009).

Nesse momento, o contingente populacional da cidade também passou a experimentar um crescimento e, com ele, as moradias nas áreas exteriores à zona urbana. O comércio popular dos bairros suburbanos passou a avançar na direção do centro, nas proximidades do mercado velho, o que foi tornando a Avenida do Comércio mal vista e não recomendada em função de suas condições de higiene. Esse fato fez com que, a essa época, tivesse início uma polarização do centro: um centro popular – o da Estação e da Praça do Mercado – e um centro elitizado – mais ao sul e próximo às edificações burocrático-administrativas.

Começava, desse modo, a ser delineado o que na pesquisa de campo foi percebido como o “Baixo”. Na mesma direção apontam Baesso (2006) e Vilela (2006):

A Av. Afonso Pena (de 50m de largura), estabeleceria a ligação Norte/Sul da cidade e a dividiria; de um lado, em área mais baixa, próxima ao ribeirão Arrudas, os serviços comuns, estação, mercado, comércio, oficinas, matadouro; do outro lado, mais elevado e nobre, os três poderes do Estado, a Municipalidade, as residências de funcionários, o hotel, o teatro. (BAESSO, 2006, p.4)

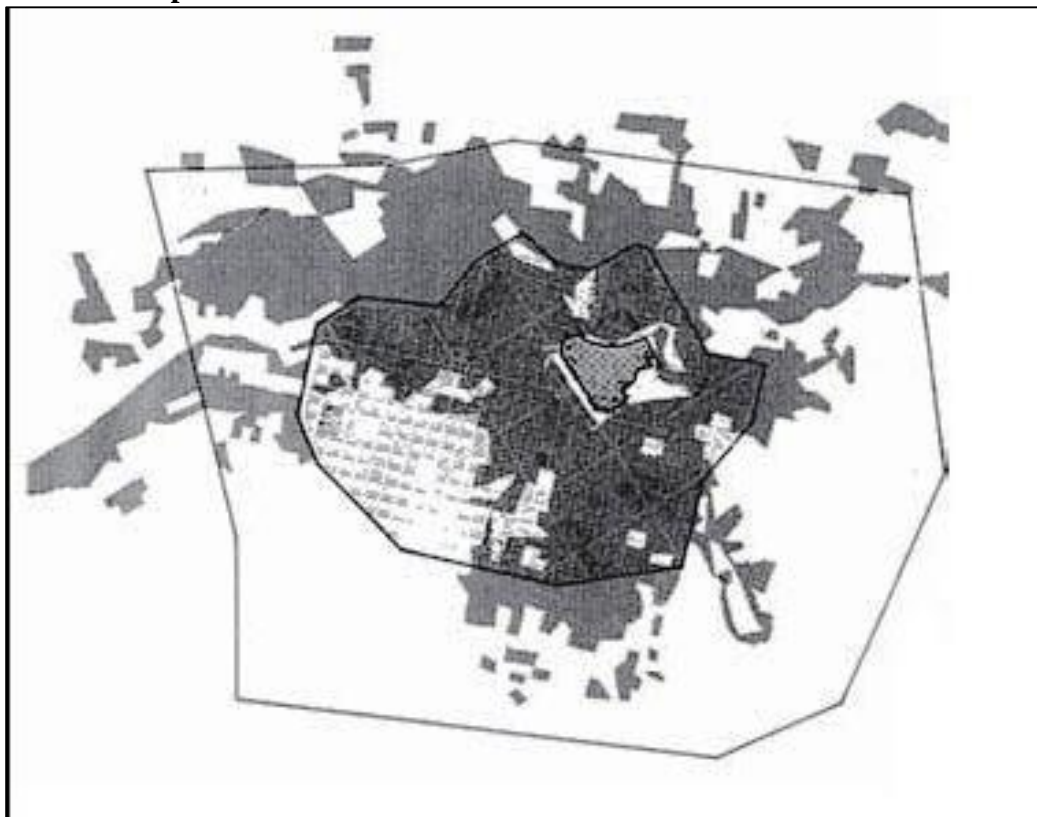
Inicialmente, a ocupação de Belo Horizonte dá preferência aos espigões em detrimento dos vales, onde estes se destinam a abrigar os grandes equipamentos, como estação ferroviária, galpões de fábricas, depósitos, etc. Isso estabelece uma divisão simbólica entre “alto” e “baixo”, que passa a predominar na estrutura espacial da área central, gerando problemas de integração entre esses espaços segundo as funções urbanas desempenhadas pela capital, dos quais, o principal é a circulação. (VILELA, 2006, p. 44)

A bem da verdade, no interior da área planejada, três centralidades destacavam-se. Uma delas, de caráter comercial, compreendia, majoritariamente, o entorno da Praça da Estação, uma parcela da Avenida Afonso Pena e a Rua do Comércio. A outra era marcada por características mais residenciais e conforma, hoje, o bairro Funcionários. A terceira, com funções político-administrativas tinha a Praça da Liberdade como centro (LEMOS, 2008).

Novos bairros também surgiram e deu-se início a formação de novas favelas. Em função disso, em 1921, a zona rural foi incorporada à zona suburbana e uma Lei Estadual – Lei nº 832 de 15 de Setembro de 1922 – buscou controlar as alterações que vinham sendo feitas no plano original por meio da aprovação de uma nova planta da cidade que contemplava as modificações realizadas no plano original. Esta mesma década experimentou a chegada de indústrias voltadas para bens de consumo e siderúrgicas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997; MINAS

industrial.

Mapa 39 – Mancha Urbana de Belo Horizonte - anos 1930



Fonte: Borsagli (2010d).

Assim, o plano que originou a capital passou a ser alvo de críticas e marcou uma alteração de atitude diante das questões do planejamento urbano. Nesse sentido, foram criadas comissões, elaborados planos e aprovados decretos³⁷¹ com o intuito majoritários de gerir e normalizar os bairros que se desenvolveram e que poderiam se desenvolver de forma descontrolada. Belo Horizonte inicia um processo de industrialização e verticalização (VILELA, 2006).

Mas esse processo não foi exclusivo da capital mineira. As cidades brasileiras, neste período, exibiram, de um lado, a preparação para uma empreitada econômica assentada sobre o viés da industrialização e, de outro, um plano político de viés ideológico centrado na modernização. Obviamente, o espaço urbano sofreu as implicações desse cenário. Nesse sentido, em 1935, Lincoln Continentino – membro da Comissão Técnica e Consultiva da

³⁷¹ Em 1933 foi elaborado um plano geral para a cidade para a verticalização e adensamento da área central. Em 1934 criou-se a Comissão Técnica Consultiva para a elaboração de um novo plano urbanístico e, em 1935, criou-se um decreto que restringia novos loteamentos. A Comissão era formada por quatro subcomissões: engenharia, arquitetura e urbanismo, higiene industrial e comércio. (VILELA, 2006; PAULA; MONTE-MÓR, 2004)

Cidade – elabora uma série de propostas. Delas, foram executadas, nos anos que se seguiram: a abertura de avenidas radiais para articular o centro com núcleos urbanos e municípios vizinhos – dentre elas as avenidas Silviano Brandão, Antônio Carlos e Pedro II que implicaram a melhora das conexões da malha urbana, mas também reforçaram a suburbanização e evidenciaram problemas relacionados à infraestrutura –; a construção de bairros para a elite, tais como Pampulha³⁷² – o novo “cartão-postal” de BH – e Cidade Jardim; a construção de conjuntos populares – como o Conjunto IAPI, que visava solucionar o problema da moradia popular –; a implantação da Cidade Industrial³⁷³, em 1941, com o intuito de complementar o projeto de modernidade mineiro e em adição aos galpões de pequeno porte que, em 1936, foram construídos ao longo da linha férrea e do vale do Arrudas; e a construção da Cidade Universitária. Iniciou-se, também, a substituição do sistema de bondes pelo de ônibus (VILELA, 2006; MONTE-MÓR, 1994; BORSAGLI, 2010).

No que concerne, de modo mais direto, à construção da Cidade Industrial, é mister apontar que sua criação – aliada à decadência do transporte férreo em função de uma política marcadamente rodoviarista – trouxe implicações para a área central, mais especificamente para o entorno da Praça da Estação, onde havia se iniciado um processo de estagnação que, somado a outros fatores que serão vistos mais adiante, provocaram o que alguns autores designam como a deterioração do Centro (ARROYO, 2004).

De qualquer modo, para alinhar os empreendimentos na cidade que crescia, essa foi uma época em que o rodoviarismo foi um dos principais eixos de estruturação da cidade administrada pelo prefeito Juscelino Kubitschek (1940-45). Para isso, foram abertos um grande número de vias e pavimentadas outras mais. Vale ressaltar que, além daquelas que faziam a conexão com as principais áreas de expansão da capital – Av. Antônio Carlos para o Norte e o prolongamento da Av. Amazonas para Oeste –, foram também implementadas vias de fundo de vale, as chamadas avenidas sanitárias (BORSAGLI, 2010). Essas obras foram responsáveis pela reestruturação de lugares já consolidados, como foi o caso do bairro Lagoinha que, a partir de então, passou a sofrer, em função dessas mesmas empreitadas, sucessivas mutilações (BELO HORIZONTE, 2011a).

³⁷² Se, nos anos 1950, Le Corbusier rumou para Bogotá no sentido de modernizá-la, nos 1940 foi o urbanista francês Donat Alfred Agache quem foi convidado, por Juscelino Kubitschek, a planejar a expansão urbana de Belo Horizonte. E a despeito da proposta do urbanista para a Pampulha – terras de cultivo para dar suporte à cidade –, JK optou por transformá-la em um ícone da arquitetura e do urbanismo modernistas. Era mais uma empreitada de produção de uma imagem da cidade que a afastasse dos tradicionalismos (BORSAGLI, 2010).

³⁷³ De acordo com Vilela (2006), a constituição da Cidade Industrial atraiu parcelamentos e assentamentos operários para a área mais próxima, influenciando de forma gradativa na organização do espaço da cidade.

Fato é que, de 1930 até o final da década de 1950, a cidade iniciou sua expansão para além dos perímetros iniciais imaginados. Por volta dos 1940, BH passou ao papel de primeira cidade de Minas Gerais (VILELA, 2006). Nessa década, seus 214.307 habitantes já haviam suplantado a população máxima prevista no plano de Aarão Reis.

Com um ritmo de crescimento que passou a ser fortemente atrelado à verticalização³⁷⁴, em 1935, foi inaugurado o primeiro “arranha-céu” de BH, o edifício Ibaté, com 10 andares. Essa era também a altimetria da Feira Permanente de Amostras, que substituiu o mercado velho. A partir de então, teve início um processo de substituição de edificações de menor altimetria por aquelas de maior porte. A verticalização passou a conduzir a um maior adensamento no Centro, muito embora boa parte dessas edificações tenham se designado a usos não residenciais. Mas foi na década de 1940 que esse processo consolidou-se. São ícones desse período os edifícios Acaiaca e Sulacap/Sulamérica (NERY, 2015; BORSAGLI, 2010).

Vilela (2006) evidencia que essas dinâmicas que foram sendo incentivadas no Centro – polo estruturador da cidade para onde convergiam as linhas de ônibus – conduziram à sua hierarquização, à supervalorização de seus lotes – ampliando o mercado imobiliário especulativo e a construção civil –, ao consequente acirramento da bipolarização centro-periférica e à segregação socioespacial. Além disso, ele foi se tornando um lugar de passagem, com apropriações de caráter mais efêmero. É também o que pontuam Paula e Monte-Mór (2001):

Em síntese pode-se dizer que a volta do planejamento, que os projetos de expansão para a região norte – complexo da Pampulha, Aeroporto, abertura das avenidas Antônio Carlos, e Pedro I – e para a região oeste – abertura da avenida Pedro II, expansão da avenida Amazonas, instalação da Cidade Industrial em Contagem, foram decisivos para a efetiva consolidação do tecido urbano da cidade. Contudo, essas intervenções não foram capazes de reverter a hipercentralização, e, sobretudo, vão beneficiar os grandes latifundiários urbanos da cidade. São estes os grandes beneficiários do processo de expansão urbana aos saltos que se deu em Belo Horizonte. Dito de outra forma e sinteticamente – o planejamento na cidade, mesmo em suas épocas de maior prestígio e atuação [...] foi, sobretudo, instrumento auxiliar dos interesses do mercado, interesses estes que jamais foram afrontados pelos planos, mesmo quando assim o exigia o interesse coletivo. (PAULA; MONTE-MÓR, 2001, p.11)

No que concerne à população de moradores de rua, muito poucas são as referências encontradas que façam dessa população parte da história da cidade a partir da década de 30. De qualquer modo, a partir da exploração da construção da Cidade Ozanam – que será evidenciada

³⁷⁴ Esse processo derivou de estímulos ao crescimento vertical aprovados na legislação, em 1933, que proibia construções com menos de três pavimentos no centro da cidade, aliados a gabaritos mais permissivos estimulados por JK, em 1940 (BORSAGLI, 2010).

logo em seguida –, foi possível identificar que as diretrizes do poder público, em relação a esse tema, seguiram a mesma tônica do início do século.

A Cidade Ozanam, localizada no atual bairro Ipiranga, foi idealizada e construída como uma cidade para pobres no ano de 1937. A iniciativa foi do poder público – a cargo do prefeito Otacílio Negrão de Lima, que doou o terreno – e da Sociedade São Vicente de Paulo. A parceria entre a prefeitura e a instituição religiosa visava a acabar com os mendigos que insistiam em perambular pela cidade, principalmente, na sua área mais central e mais popular. Desse modo, a Cidade Ozanam foi projetada para recebê-los, educá-los e ofertar-lhes moradia. A polícia foi instruída, pelo prefeito, para encaminhá-los até lá (HISTÓRIA..., 2012).

Nessa mesma época, uma resposta do Capitão Chefe de Polícia a uma solicitação do prefeito ilustra as medidas e procedimentos que seriam tomados para a repressão à mendicância:

Tenho o prazer de levar ao conhecimento de V. Excia., que, em data de 22 do corrente, expedi uma portaria organizando nesta Chefia os serviços de Assistência, Fiscalização e Repressão à Mendicância e Vadiagem e Encaminhamento de Menores Abandonados. De conformidade com a mencionada portaria, o serviço compreenderá o fichamento e identificação de indigentes, mendigos, vadios e menores abandonados. Para o serviço de fichamento de mendigo foi estabelecido a ficha sob n.1, na qual é investigada a sua vida anterior até o momento de sua reclusão. O mesmo processo é adotado em relação a menores vadios. Em relação ao indigente, será recolhido no Albergue Policial para:

a) Intervenção em hospital, caso se trate de doente;

[...]

c) Encaminhamento, por meio de fornecimento de passe, para sua residência anterior, ou para onde possuir parentes ou bens. Também neste caso estará sujeito ao fichamento e identificação para o que foi adotada a ficha n.2;

O encaminhamento aos hospitais é feito de acordo com a ficha n.3.

Com a organização a que já me referi, ficará a Polícia em condições de prestar o seu concurso eficiente à grande obra que se vai realizando na nossa capital, com o patrocínio franco e entusiástico de V. Excia. (JORNAL MINAS GERAIS *apud* HISTÓRIA..., 2012).

Dentre outras resoluções da portaria baixada pela chefia de polícia, sobre esse mesmo tema, merecem destaque: o encaminhamento dos indigentes, mendigos e menores abandonados a asilos, hospitais ou institutos de regeneração ou profissionais; a verificação de que cada caso trataria, ou não, de um falso mendigo; a guarda das fichas e demais papéis relacionados aos sujeitos dessa ação.

Outra menção relacionada aos moradores de rua foi encontrada no processo de construção do IAPI. Nesse sentido, Araújo e Castriota (2009) identificaram que o terreno da prefeitura, de aproximadamente 70.000m², sobre o qual foi executado o conjunto, abrigava cerca de 3 mil pessoas, entre imigrantes, operários e mendigos. Apesar de não apontarem o destino dessas pessoas dali removidas, a informação levantada evidencia ações de remoções

dessa população do local.

De qualquer modo, de acordo com um trabalho realizado por Zanirato (2000), com base na cidade de São Paulo:

No caso específico da pobreza desocupada, outras alternativas foram empregadas: primeiro, o reaparelhamento da polícia para controle da mendicância e da vadiagem; segundo, a definição de novas leis de repressão aos homens pobres e desocupados, amparadas nos preceitos científicos que associavam pobreza e criminalidade; e, por último, na institucionalização da assistência social. [...] As experiências adotadas em São Paulo serviram como modelo para as demais cidades do país que, na medida em que as necessidades se fizeram presentes, não vacilaram em empregar técnicas semelhantes às que São Paulo adotou. (ZANIRATO, 2000, p. 244)

E, para encerrar esse primeiro momento de apresentação da capital mineira, destaca-se uma síntese de Paula e Monte-Mór (2004):

[...] na década de 1940, com a Pampulha, com a Cidade Industrial, com a expansão dos eixos norte e oeste a cidade completará seu primeiro ciclo constitutivo: a cidade nascida da ação política, a cidade balizada pela intervenção do estado, a cidade moderna e modernista, republicana e contraditória em sua tensão entre a forma moderna de sua estrutura arquitetônica e urbanística e certo conservadorismo. [...] Esta primeira fase da história da cidade, nascida com o plano de Aarão Reis, encerrou-se com a reestruturação urbana promovida por Juscelino Kubitschek, que vai muito além da construção do conjunto da Pampulha. [...] Registre-se que no caso de Belo Horizonte a gestão JK teve, ao lado do reconhecido caráter desenvolvimentista, significativas iniciativas nos campos cultural e social. (PAULA, MONTE-MÓR, 2004, p.17)

6.1.1 Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade planejada - da (con)formação dos bons e dos maus cidadãos

Assim como realizado quando tratou-se do tema desta pesquisa em relação à realidade bogotana, do mesmo modo, em Belo Horizonte, será utilizada a analítica de poder foucaultiana no intuito de tecer a compreensão das questões espaciais num âmbito além de sua definição como um espaço meramente físico, já que atrelado a relações de poderes e saberes que dele se depreendem e sobre ele recaem, assim como sobre os corpos que nele habitam.

De início, é de relevância ressaltar que a construção da nova capital das Minas Gerais esteve cercada de um ideário que não se vinculava, exclusivamente, à modernidade. Na verdade, era também a modernidade um atributo da nova forma de um país, agora, republicano. Nesse sentido, a Belo Horizonte planejada sob a ordem positivista importada da Europa – a Belo Horizonte da “ordem por base e do progresso por fim” (GROSSI, 1997, p. 17) –, para se constituir, teve não apenas que destruir as realidades e especificidades do sítio já existente, mas

também impedir que qualquer tipo de nova desordem se (con)formasse. Ou seja, tinha, de um lado, a vigilância e o controle como aspectos primordiais – mas não exclusivos – e indicativos de um poder disciplinar como uma das formas de exercício de poderes e de criação de saberes. Por outro lado, tinha na regulamentação, nas normas e nos códigos um modo de controlar que se vinculava não mais apenas ao corpo individual, mas também ao corpo população. A nova cidade da jovem República deveria não apenas instaurar o novo, mas superar o atraso colonial que estava expresso nos gestos, tradições e costumes dos curralenses – a serem banidos da nova capital –, mas que estava também materializado em formas rudes, arcaicas, retorcidas, pouco puras e muito velhas de um local que, em sua totalidade, era sinônimo de atraso, era sinônimo de colônia e, portanto, deveria sumir do mapa. Deveria, ademais, “sustentar a imagem da cidade saudável” (JULIÃO, 2011, p.123) pela inscrição em uma nova estética de poder (JULIÃO, 2013).

Destarte, logo de início, foi o urbanismo reformador, nos moldes da Paris haussmanniana que se formatou como um *modus operandi* possível para a (re)construção da cidade política sob o controle desses novos arranjos de poder. Arranjos que, na capital das Minas, moldaram-se sob uma nova forma e sob uma nova fórmula. E, para uma nova forma-poder – o reticulado das malhas sobrepostas –, um novo saber-forma – o cientificismo higienista da Comissão Construtora. Para ambos, novas pessoas. O plano, cuidadosamente descuidado – pela desconsideração planejada das diversidades de sujeitos imbricados em qualquer realidade que se queira urbana – é, assim, sobreposto ao Curral d’el Rey, transformado em tábula rasa como marca de novas relações e posições de poderes e saberes. Ele marca o lugar das pessoas disciplinadas e sob controle – a gente ‘de bem’ – e tanto acusa como acua as indisciplinas, as resistências. “Não havia esconderijos possíveis naquele espaço franqueado à vista” (JULIÃO, 2011, p.132).

Nesse sentido, pode-se dizer que a missão urbanística moderna era também uma missão civilizatória e guardadora de uma determinada moral.

Trata-se da forma como a sociedade belo-horizontina em formação concebia um certo “mundo da ordem”, pautado no trabalho e no bom comportamento em um meio público em formação [...]. O mundo da ordem, se é que podemos assim nomear esse conjunto de crenças e valores do trabalho e do asseio moral em prol do desenvolvimento da nova cidade, é construído muitas vezes à luz do seu avesso, isto é, da desordem, e, portanto, do imoral e do não-trabalho. (SIMÃO, 2008, p.83)

É assim que a quadrícula, a forma física, não era o modelo despretensioso de uma racionalidade espacial vinculada a questões exclusivamente formais. Ela desenhava, também

em BH, a rede de olhares que promovia a vigilância e o controle, através da forma perfeita, e que caracteriza, nos moldes foucaultianos, as engrenagens de um poder disciplinar. Com o tempo, passou a representar e a conter os espaços de desigualdade e de exclusão. Espaço que surge, dessa maneira, como lugar de exercício das relações de poder já que nele, tudo é exposto e evidente (SILVEIRA, 1997).

[...] uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. As pedras podem tornar dócil e conhecível. O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento – do muro espesso, da porta sólida que impede de entrar ou de sair – começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências. (FOUCAULT, 2009, p.166)

Mas esse poder que agia sobre os corpos foi por ela – a quadrícula – e por eles – os poderes/saberes – mesmos criados: os desordeiros, os vadios, os mendigos, os indigentes, os não adequados, os desviantes, os não desejados, em suma, os maus cidadãos. Ora, não é o rastro disso que está presente nos dizeres de Barreto (1936) quando atesta que o antigo arraial “[...] era ordeiro e bom. Não havia mendigos nem ladrões” (BARRETO, 1936, p.243)? Nesse sentido, pode-se considerar que o plano de Aarão Reis era, ele mesmo, um mecanismo de subjetivação. Não exclusivo, obviamente, mas parte dos dispositivos que constituíram e, até hoje, constituem sujeitos.

Como já apontado, na visão foucaultiana, o indivíduo não é algo imanente ou fundacional, mas fruto de uma constituição perpetrada por atravessamentos das relações de poderes e saberes que originam uma cisão: o um e o outro. Processos partícipes de um regime de verdades que se estabelecem a partir de sistemas de valores, regras e proibições. Neles, o sujeito é constituído historicamente (CASTRO, 2009). E, nesse caso, a forma-poder articulada ao saber-forma prestou-se a um duplo papel: marcar o lugar das subjetividades e controlá-las. Para compreendê-los, entretanto, é necessário retornar ao que é próprio, em Foucault, das estratégias de localização e de posicionamento.

Já foi visto que, para o autor (FOUCAULT, 2009), a disciplina baseia-se numa arte das distribuições relacionadas ao cercamento, à localização, às localizações funcionais e à possibilidade de intercâmbio. E, no Plano da nascente Belo Horizonte, cercar, localizar, localizar funcionalmente e instituir posições pareceu não implicar, ao menos nas teorias e intenções de seus primeiros momentos, dualidades. O plano não marcava ou delimitava uma cisão entre o

antigo e o moderno ou entre o velho e o novo, entre o de fora e o de dentro – como ocorreu, por exemplo na Bogotá colonial –, simplesmente porque na utopia positivista de ordem e progresso da nova capital republicana não havia lugar para o primeiro termo de cada um desses opostos. O “Curral-forma” foi completamente solapado pela “forma-Contorno” e, nela, pensou-se, exclusivamente, nos “de dentro”. Desse modo, o controle que nela se exercia era, conceitualmente, um controle dos “de dentro” conduzido e justificado, eufemisticamente, pela proteção da moral contra a desordem.

No plano, o cercamento produzia aquele “local protegido da monotonia disciplinar” (FOUCAULT, 2009, p.137) que, aliado à localização e à localização funcional que tinham por base “[...] cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”³⁷⁵ (FOUCAULT, 2009, p. 138), findou por produzir aquela fotografia descolorida que Monteiro Lobato, em visita à cidade, descreveu como “Uma escassez de gente pelas ruas larguíssimas [...]. Não havia povo nas ruas. Os passantes, positivamente funcionários que subiam e desciam lentamente, a fingir de transeuntes. Daí o sono que dava aquilo” (LOBATO, 1947).

Mas da teoria à prática, da ideologia positivista à cidade que no cotidiano se formava, formatava-se aquilo que se tentou evitar: os não conformes que, não pertencentes à malha – nem funcionários públicos, nem proprietários de terras em Ouro Preto e nem ex-proprietários do Arraial (GUIMARÃES, 1989) –, embora responsáveis pela materialização de sua forma, foram fixando-se nas margens. As dualidades estabeleceram-se, desse modo, nos pares centro-periferia e ordem-desordem e, posteriormente, bons-maus cidadãos. O lugar de um e o lugar dos outros.

Ainda no século XIX, a desordem estava vinculada aos grupos daqueles aventureiros conformados por migrantes e imigrantes. Uma desordem que era moral, mas que também especializava-se sob a forma das cafuas e barracões erguidos até mesmo na planejada zona urbana. A cidade-desenho que, do saber-forma, nasceu pretensamente higienizada, ascética e sadia precisou, então, de outras formas-poder no empenho de sustentar suas intenções. À disciplina somou-se, assim, o biopoder expresso por regulamentos, códigos e normas. Ao controle e vigilância dos corpos somaram-se os mecanismos, as táticas e estratégias que desenhariam as curvas populacionais desejadas, permitidas e meticuladamente cuidadas. E, para isso, foi essencial aquilo que Foucault denomina – tanto em *Segurança, Território População* (2008a) como *Em Defesa da Sociedade* (1999) – como polícia médica.

³⁷⁵ Onde também o lugar de cada atividade era marcado, fossem as cívico-políticas, as cristãs-religiosas, as do comércio, as de lazer, a partir de uma estrutura hierárquica que determinava funções.

São esses fenômenos [...] que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. (FOUCAULT, 1999, p.291)

Não é necessário um grande esforço para correlacionar a passagem destacada acima ao próprio desenho institucional da CNCC. Justificada pelo cientificismo de um saber considerado legítimo: um médico sanitarista fazia parte dessa comissão. Medida reforçada por uma série de regulamentações que iam na mesma direção, haja vista, as determinações de higiene e solidez do Código de Posturas de 1898 que, para conter o não desejado buscou formas mais incisivas de regular a terra, além de criar a Seção de Higiene na Prefeitura – responsável pelas visitas médicas com intuito de verificar a situação das edificações e de seus usuários – e de instituir a Polícia Sanitária. Momento que culminou com a demolição das edificações consideradas não conformes, das espacialidades não representativas do moderno-republicano, como atesta Freire (2009):

Ao que tudo indica, as demolições parecem representar um meio utilizado pelas elites no poder para permanência da situação de ordenamento da área urbana. Demoliam-se tanto as moradias consideradas moralmente condenáveis quanto as insalubres, subsistindo a ideia de imoralidade e desordem. (FREIRE, 2009, p.43)

Como visto, o espaço público ideal era regido pela turma dos guardas e vigias de Belo Horizonte que empunhavam, para seu uso correto, as determinações de um manual de instruções. Nesse sentido, ao legado de um Plano de características panópticas nos moldes da máquina perfeita benthaminiana – do controle e da vigilância costurados pela visibilidade de um olho que tudo vê – que permitia o esquadrinhamento dos corpos em seus interstícios – “o dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOUCAULT, 2009, p.190) –, juntaram-se outras formas de tecitura das redes de poder. Ao modelo/forma panóptica “como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar os indivíduos. Experimentar remédios e verificar seus efeitos” (FOUCAULT, 2009, p.193), exerceram-se e exercitaram-se mecanismos outros de subjetivação.

O intuito primordial era o de conter as individualidades que, já no século XX, iniciaram por produzir novos contornos e nuances através de uma redefinição de valores centrados em tantos outros modelos de comportamento. Se, de início, o imigrante era o ser a disciplinar, o representante da desordem, seu correto adestramento poderia conduzir ao que seria considerado o bom imigrante, o bom cidadão. Caso contrário, se mantivesse sua falta de gosto e/ou apreço

pelo mundo do trabalho, seria considerado o mau imigrante, o mau cidadão. Dessa maneira, o estar dentro ou fora da quadrícula passou a ter gradações em um sistema mais ampliado. Nem tão de fora e nem sequer de dentro, esta determinação vinculou-se a novas formas de sujeição. Dito de outro modo, tratou-se, naquele momento, de posicionar, de um lado, os que se vestiam com asseio, que sabiam se portar publicamente e que, principalmente, fossem trabalhadores. Já do outro lado, no polo oposto, os que – indisciplinados, preguiçosos e não trabalhadores, pela perspectiva do que se compreendia como trabalho – conformavam o grupo dos mendigos, vadios e vagabundos. Como consequência, os primeiros passaram a ter direito de frequentar determinados lugares públicos de lazer como, por exemplo, o Parque Municipal, o *footing* e algumas praças.

O senso de ordem dos mineiros sob égide da religião – recorde-se aí o quarteto de Afonso Pena, “Deus, Pátria, Família e Liberdade” – passou pela história da cultura mineira como eixo central da ideia de uma “sociedade de bem”. Aos tempos do Capitão Lopes essas representações a propósito da ordem e da moral cidadinas concorreriam para o balizamento de uma postura discriminatória calcada em um raciocínio de negação do diferente: o homem ou a mulher de bem reúnem predicativos afins com a ordem [...]. (SIMÃO, 2008, p.59)

O que se percebe, portanto, é que à medida que a cidade cresce e que sua população se complexifica, começa a tomar forma a passagem descrita por Foucault (2010a) – e já pontuada na análise sobre Bogotá – na qual um espaço eminentemente de localização vai sofrendo atravessamentos de relações de posicionamento, mais especificamente, de um posicionamento humano: “que tipo de estocagem, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos devem ser mantidos de preferência em tal ou tal situação para chegar a tal ou tal fim” (FOUCAULT, 2006a, p.413). De um poder disciplinar desenham-se os mecanismos de um poder outro, de um biopoder.

Vislumbra-se na capital das Minas, à medida que ela vai se consolidando como tal, configurações espaciais que funcionam como limites dentro do limite. Localizações dentro da localização. E, se no início podia-se fazer referências de sujeitos localizados na quadrícula e em suas margens, ela própria passa a ter seus dentro e seus fora em termos de pertencimentos localizados, de relações construídas de vizinhança. A localização da localização que gera posicionamentos. Dessa maneira, a parcela mais ao sul do plano de Aarão Reis vai aparecendo como vetor que, paulatinamente, passa a ser aquele da burguesia que junto a ela se consolida. Por outro lado, o vale do Ribeirão Arrudas – o marco zero do processo de construção da capital – inicia um processo de configuração de uma realidade menos elitizada, “o Baixo”. Acirra-se o processo de segregação dentro da malha urbana tão meticulosamente desenhada.

Toda essa configuração, como visto, é perpassada por práticas disciplinares mas, também, por funções normativas para o controle daquele outro – do mau cidadão, não apenas migrante/imigrante, mas de toda a massa que, paulatinamente, vai sendo gestada/subjetivada na nova cidade – que, ora buscava-se banir, ora corrigir. Dentre as práticas disciplinares, já tendo sido abordado o próprio plano da CCNC, é de importância evidenciar também os lugares especializados que foram erigidos como lugares de exercício da anátomo-política do corpo e que recebiam toda a gama da população desviante. Ou seja, a cadeia, o abrigo, o asilo, o hospital e até o que se denominava como uma nova cidade, a Cidade Ozanam.

Espaços desenhados e planejados não apenas para encarcerar/recolher o contraventor³⁷⁶. Eles exerciam outra dupla função. Por um lado, ao tirar de cena os maus cidadãos, amputavam as possibilidades de espacialidades no âmbito de suas desconformidades. Faziam sumir os corpos e os espaços que por eles viriam a ser gerados. Por outro lado, eram eles também a possibilidade da meticulosa educação do corpo, da extração de toda a sua eficiência para os que, porventura, tivessem recuperação. E isso implicava o adestramento para apropriar/retirar mais e melhor, para multiplicar as forças, para qualificar os comportamentos, enfim, para transformar os indivíduos em bons cidadãos: “uma pressão constante para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam” (FOUCAULT, 2009, p.175). Em outras palavras, implicava compreender a disciplina como não apenas uma maneira de permitir o exercício de relações de poder, mas também de produção de saberes, por meio de um investimento político do/sobre o corpo – de uma tecnologia política do corpo –, responsável por produzir efeitos positivos que visavam a uma utilização econômica. Que visavam à produção de corpos dóceis (FOUCAULT, 2009). Ora, não é isso que se observa quando, conjuntamente à repressão da mendicância, estabelece-se o fichamento – para arquivamento –, a identificação e investigação da vida anterior dos não conformes à moral cidadina? Pesquisa dos/sobre os corpos que poderia prognosticar a regeneração, que poderia profissionalizar o vagabundo.

E houve também o Regulamento dos Mendigos que, além de seu forte aspecto normativo – a identificação de cada sujeito e a regulamentação de quando e onde mendigar – evidenciava a tentativa de fixá-los em determinados espaços e porções da cidade. Assim, se o espaço público não poderia ser, em sua totalidade, aquele espaço ideal nos moldes da ordem e do progresso – representados pelo asseio, moral pública e trabalho – que, ao menos, os lugares

³⁷⁶ Já que a vadiagem, de acordo com o Código Penal vigente à época, configurava um crime.

ideais fossem resguardados não apenas da presença dos não conformes, mas, também, das espacialidades que eles poderiam vir a produzir. Dito de outra forma, operou-se, nesse escopo, não apenas um controle sobre o corpo individual, mas, também, sobre um conjunto- -espaço através do controle do ‘corpo espécie’ ou do ‘corpo população’. Passou-se – ou adicionou-se – do adestramento do corpo útil, do corpo dócil, à normalização da própria conduta da espécie.

[...] regerar, manipular, incentivar e observar fenômenos como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida, etc. Assim, o que se produz por meio da atuação específica do biopoder não é mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas é a própria gestão calculada da vida do corpo social. (DUARTE, 2009, p.6)

E no que diz respeito a esse corpo espécie e, portanto, a toda uma gama de articulações biopolíticas para o controle da população – de uma população dos considerados maus cidadãos –, percebe-se a conformação de técnicas e táticas no âmbito da atuação do próprio Estado. Conforme mostra Duarte (2009), esse poder normalizador “se exercia a título de política estatal com pretensões de administrar a vida e o corpo da população” (DUARTE, 2009, p.6). Feito que pôde ser notado em Belo Horizonte, no que tange à especificidade desta tese, quando das comunicações do Capitão Chefe de Polícia sobre a “Assistência, Fiscalização e Repressão à Mendicância e Vadiagem” (JORNAL MINAS GERAIS *apud* HISTÓRIA..., 2012). É a institucionalização, dentre outros, da assistência social.

Este momento parece oportuno para trazer à tona um conceito ainda não devidamente explorado nesta pesquisa, embora já levantado anteriormente. Um conceito que vai sendo tecido à medida que Foucault traz para a discussão dos poderes e saberes, na modernidade, a figura do Estado. Nesse aspecto, Duarte (2009) chama a atenção para o fato de que, ao tratar dos micropoderes disciplinares, Foucault deixou em suspensão tanto o próprio Estado como o poder soberano. Entretanto, quando a conduta de toda uma gama de sujeitos passa a ser o foco de atenção de outro poder, do biopoder e da biopolítica, essas instâncias são retomadas já que “se tornaram então decisivas, pois passaram a constituir a instância focal de gestão das políticas públicas relativas à vida da população” (DUARTE, 2009, p.6).

Mas esse poder soberano não mais configurava aquele outrora expresso em *A História da Sexualidade I – A Vontade de Saber* (1988) que versava sobre o direito de morte e que dava ao soberano o direito de matar. Nesse novo momento, nessa dimensão soberana encapsulada pelo Estado, foi “o próprio direito de matar que se encontrava subordinado ao interesse em fazer viver mais e melhor, isto é, em estimular e controlar as condições de vida da população” (DUARTE, 2009, p.6). Entretanto, ainda de acordo com Duarte, isso não implicou um

arrefecimento da violência. Ao contrário: “Foucault compreendeu que a transformação da vida em elemento político por excelência, o qual teria de ser administrado, calculado, gerido, regrado e normalizado, trouxe consigo um aumento e uma transformação no caráter da violência estatal” (DUARTE, 2009, p.6). Para “fazer viver” extermínios e guerras tornaram-se mais sangrentas tanto dentro da própria nação como, também, em seu exterior (DUARTE, 2009).

Assim, se a questão passou a ser “fazer viver”, uma série de normas, códigos, posturas e regulamentações passaram a vigorar para proteger não mais o soberano – que dispunha do direito de morte, do “fazer morrer” –, mas a um conjunto:

[...] um poder que tem a tarefa de encarregar da vida terá necessariamente mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que manifestar em seu fausto mortífero. (FOUCAULT, 1988, p.157)

Ilustrações desse aspecto podem ser percebidos a partir de modelos de experiências paulistas, como visto no item anterior, que findaram por chegar a outras grandes cidades no início do século XX. Em São Paulo, segundo Zanirato (2000), a preocupação de controlar uma parcela da população, a saber, a pobre desocupada, desencadeou medidas que não prescindiram da violência. A mendicância era punida com a prisão pelo prazo de 1 a 3 meses. A vadiagem³⁷⁷ conduzia à prisão por um tempo entre quinze e trinta dias que, em caso de reincidência, podia atingir o período de 1 a 3 anos. Para a autora, para além da característica inerente à pobreza, o controle sobre esses corpos veio pela compreensão de que seriam perigosos. Para isso, foram aprimorados aparatos especializados na técnica repressiva.

Para tanto, a vigilância policial passou a ser exercida preferencialmente nos locais frequentados por essa população. Além de vigiar a população, fazia-se necessário impedir a sua proliferação verificando as facilidades que estavam encontrando para sobreviver e cortando-as como forma de compeli-los ao trabalho honesto e produtivo. (ZANIRATO, 2000, p.256)

Nesse mesmo sentido, De Jesus (2015) ressalta ter sido a coerção policial um eficaz meio de controle social na capital mineira. Coerção que atrelada as leis de posturas fez com que o poder público inibisse os maus comportamentos: “O espaço criado gradativamente passa a ser povoado por pessoas e por signos da modernidade, moralidade, religiosidade e mineiridade”

³⁷⁷ A vadiagem era estipulada em artigo do Código Penal de 1890 e dizia respeito ao indivíduo que deixasse de exercer profissão, ofício ou qualquer trabalho em que ganhasse a vida e/ou que não possuísse meio de subsistência nem domicílio certo e, ainda, que garantisse sua subsistência por ocupação proibida por lei (ZANIRATO, 2000).

(DE JESUS, 2015, p.373). Ou, como descreveu Simão, a ação da polícia e também dos agentes sanitários marcava o âmbito de uma atividade que se inseria “exemplarmente na constituição do espaço urbano moderno, mormente com violência e arbitrariedade, senão legitimada por um discurso conciso (médico e jurídico-policial) e sempre amparada pela lei” (SIMÃO, 2008, p.97). Desse modo, as atividades policiais e as prisões representavam a própria gestão do espaço urbano.

Vale a pena lembrar que a Polícia não se resume à instituição policial. Ela também abrange o respeito às regulamentações nas quais se incluíam as medidas de ordem, o respeito às regras de higiene e também às regulamentações econômicas que garantiam a circulação de mercadorias. Normas que marcavam, portanto, um uso primordial do espaço público, uma hierarquia para suas funções. Portanto, controle do espaço pelo controle do corpo e das populações que deveriam seguir as posturas e seus códigos para comprovar sua boa cidadania.

Percebe-se, assim, que a proteção de determinado conjunto está circunstanciada pelo domínio de valor e de utilidade. Ou, no limite, como salienta Foucault: “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 1988, p.150). É nesse contexto que toma corpo e ganha nome o conceito que, mais acima, se disse oportuno. O “fazer viver” está a atrelado a um “racismo de Estado”, biológico e centralizado: “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 1999, p.73).

É dessa forma que todo o complexo administrativo do Estado protege a ele mesmo em “nome de um patrimônio social que deve ser guardado puro” (FOUCAULT, 1999, p.98). Ele se instaura com um propósito claro e é articulado “em defesa da sociedade”. Um racismo que, de modo algum, se resume a questões de raça, “que deixa de ser mero ódio entre raças ou expressão de preconceitos religiosos, econômicos e sociais para se transformar em doutrina política estatal, em instrumento de justificação e implementação da ação mortífera dos Estados” (DUARTE, 1999, p.7). Em suma, na gestão da vida, ou na gestão de vidas, pode ser que se desenvolvam distintos modos de vivê-la. E dentre essa ampliada gama de possibilidades pode ser que alguns desses modos venham ameaçar ou comprometer o pleno desenvolvimento do todo – o que poderia implicar uma desconformidade com os ciclos necessários à economia e/ou com a incapacidade de ser geridos ou adestrados de modo que servissem a algum tipo de utilidade. Para esses, não mais o “fazer morrer ou deixar viver”, mas o “fazer viver” – alguns – e “deixar morrer” – outros.

Foucault é bastante direto ao evidenciar o vínculo existente entre esse racismo de Estado e o biopoder:

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder. (FOUCAULT, 1999, p.304)

Cesura, no caso mais específico deste momento da genealogia em BH, que se desdobra nos domínios da moral que reforça a espécie: o dos bons cidadãos e dos maus cidadãos, ou, como mostra Andrade (1997), conforma o conjunto das “pessoas e comportamentos estigmatizados e reprimidos [...], em sua maioria, pertencentes aos estratos inferiores da sociedade: vadios, prostitutas, mendigos, gatunos, pequenos jogadores e desordeiros” (ANDRADE, 1997, p.197). A esses maus, a polícia. E, por isso, a inserção da vadiagem e da mendicância como crime. E se isso ocorreu – se se considera a analítica de poder foucaultiana – foi porque a criminalidade foi pensada em termos de racismo já que era necessário produzir certo mecanismo de biopoder que desqualificasse e que pudesse levar à morte ou ao isolamento o condenado, o criminoso e, por conseguinte, o mau cidadão (FOUCAULT, 1999). O racismo é, por conseguinte, um claro mecanismo de poder/saber que atua na esfera de uma biopolítica.

Dentro desse aspecto, como mostra Julião (1992), configurava-se a luta entre dois universos culturais assim como entre duas cidades distintas. E o que se noticiava sobre essa cidade que era considerada outra, a cidade da desordem:

[...] se reduziu, praticamente, a personagem de crônica policial, de estatísticas sanitárias, de relatórios administrativos ou das colunas de reclamações da imprensa. Encenava, impreterivelmente, a história do crime, do caos e precariedade urbana. Seus atores anônimos emergiam nos documentos da época na condição de seres extraviados da cidade socialmente aceita, que vagavam nos limites imprecisos do mundo do trabalho e da contravenção. (JULIÃO, 1992 p.121)

E essa discussão traz à tona o fato de que esses mecanismos ou dispositivos engendrados no seio dessa nova forma política – biopolítica – foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo.

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser grantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas o capitalismo exigiu mais que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar [...]. O ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder [...]. (FOUCAULT, 1988, p.153)

No caso mineiro, Paola e Monte-Mór (2004) chamam a atenção para o fato de que até os anos 1930, Belo Horizonte estabelece uma clara opção liberal. Fato marcado pela privatização de parte de sua infraestrutura – energia, telecomunicações e transporte – e que abre o caminho para a longa dominação do mercado sobre a cidade. Ora, não é esse o momento em que o processo de industrialização se inicia, tendo como sinônimos o incremento da modernidade e o desenvolvimento econômico? Não é o momento inicial do rodoviarismo e da verticalização que traz com ela toda a lógica do mercado de terras? Processos atrelados e complementares.

E, para o mercado, certamente, é de suma importância a distribuição dos domínios de valor e de utilidade, em que vigilâncias infinitesimais – de disciplina e de controle – somam-se a esquemas constantes de ordenações espaciais. Observa-se, assim, a sobreposição de mecanismos, estratégias e táticas disciplinares e biopolíticas. A sobreposição do pensamento e da ação sobre o ser indivíduo, mas também sobre os seres espécies. É clara aqui é a percepção de que não há neutralidade nesse processo. Posicionamentos e localizações foram aprofundando as formas de segregação socioespacial à medida que o processo de urbanização se encaminhava, à medida que o mercado se expandia. Foram deixando morrer corpos, mas também espaços – como será visto mais adiante. Os feitores do Plano duplicaram a criação. Criou-se a cidade e com ela os maus cidadãos

6.2 A (con)formação da Metrópole: dos anos 1950 ao final do anos 1970

O período que se estende desde os anos 1950 aos 1980 é assinalado, conforme pontuam Paula e Monte-Mór (2004) pela consolidação da capital como polo econômico dinâmico e, mais especificamente, pela marca do capital de modo mais incisivo.

[...] neste período encerrou-se a etapa de implantação da cidade, aquela em que o poder público, de fato, determinou os grandes vetores do desenvolvimento da cidade: as grandes estruturas viárias, os equipamentos coletivos estruturantes, as grandes

obras de infra-estrutura etc. A partir daí será o capital que vai determinar mesmo certas ações do poder público no sentido de valorização de terrenos, de facilitação de vantagens e lucros. (PAULA; MONTE-MÓR, 2004, p.18)

A ambiência mais ampliada que o cercou, entretanto, vai ao encontro das características desenvolvimentistas vinculadas ao incremento da produção industrial do mesmo modo como ressaltado na modernidade bogotana. Desse modo, fazem-se pertinentes aqui, no âmbito dessas questões, as observações e pontuações exploradas e realizadas acerca da capital colombiana – e não distante do cenário de subdesenvolvimento do qual foi alvo a América Latina – neste mesmo período³⁷⁸. De qualquer modo, observa-se que o modelo econômico, até então reinante, deixou para trás a modernização arquitetônica da cidade – embora não a tenha abandonado totalmente – para debruçar-se sobre a industrialização com aportes de capital estrangeiro, em grande medida, norte-americano. Em outras palavras, o desenvolvimentismo do pós-guerra, liderado pelos Estados Unidos, que influenciou e direcionou políticas na América Latina, não deixou de imprimir sua marca em terras mineiras. De 1964 a 1985 – ou seja, até cinco anos para além do encerramento deste momento – o Brasil viveu uma época conturbada e de exceção devido à ditadura militar que conduziu e reforçou planejamentos tecnocráticos de viés fortemente autoritário como será mostrado mais adiante.

No princípio da década de 1950, podia-se observar a explosão urbana acompanhando o desenvolvimento industrial. Esses fatores – iniciados na década anterior – aumentaram o fluxo migratório – principalmente do interior do Estado – e a cidade atingiu o número de 352.724 habitantes. Do total, 80% habitavam a área suburbana ou rural (PAULA; MONTE-MÓR, 2004).

A expansão ocorreu de modo mais direcionado para o norte e o oeste da cidade em função da criação da Pampulha, da Cidade Industrial e dos eixos viários construídos para integrar essas duas regiões ao centro. Já a área central experimentou alterações marcantes em sua paisagem, nas formas de apropriação de seus espaços e nos hábitos citadinos. De início, ocorreu um forte adensamento caracterizado pela construção de um número relevante de edificações residenciais verticalizadas. Uma delas foi o Edifício Archangelo Malleta, na esquina da Rua da Bahia com Avenida Espírito Santo, mas destacaram-se também o Edifício Niemeyer, na Praça da Liberdade, e o início das obras do edifício JK, na Praça Raul Soares. Essa nova realidade urbana provocou uma diversificação de usos. Era a cidade que implodia (FREIRE, 2009; ANDRADE; MAGALHÃES, 1998; LEMOS, 1988).

³⁷⁸ Não caberia reproduzir aqui, novamente, o que já foi aprofundado nas primeiras páginas do item 4.3.

Entretanto, o adensamento trouxe, como consequência, o incremento da especulação imobiliária e a varredura de sua paisagem inicial em determinados pontos e regiões. O Estado deixou de ser o responsável primordial e imediato pela produção do espaço formal.

Nesse processo, o Estado, juntamente com a iniciativa privada – principalmente os empresários da construção e do setor imobiliário/financeiro – partiram para a exploração desse mercado, em benefício do setor. Este, entretanto, é assegurado, por um lado, pela intensificação da demanda por espaço urbano advinda do crescimento demográfico da cidade e, por outro, pela concentração social da renda. Dessa forma, o espaço urbano passou a ser produzido por uma sucessão de empreendimentos imobiliários privados, sendo os espaços públicos praticamente ignorados, perdendo lugar como referência central no desenho da malha urbana e diminuindo sua participação quantitativa no conjunto do espaço produzido. (VILELA, 2006, p.58)

Consolidou-se, nos mesmos moldes, uma lógica de construção e de especulação do solo urbano de forma desigual. O centro perdia valor, apesar da proximidade com as atividades de comércio e serviço. Como resultado, parte dos edifícios construídos no período anterior ou foram preservados ou entraram em estado de deterioro. Para alinhar todo esse processo, a ampliação do sistema viário foi a marca principal. Ela trouxe consigo a fratura de alguns espaços, anteriormente articulados e integrados numa mesma lógica cotidiana urbana, promovendo regiões que, cindidas, iniciaram um processo de desenvolvimento de novas atividades, muitas vezes consideradas marginais e ilícitas pelos empreendedores urbanos. Esse foi o caso da Lagoinha, vizinha da região central, que será destacado mais adiante.

Mas isso não parecia ser um problema para boa parte dos planejadores da época, que viam nas alterações a possibilidade de avançar rumo à modernidade e ao desenvolvimento em outras áreas. Ainda, apesar das expansões da malha urbana já mencionadas, o centro da cidade manteve sua capacidade de polarização, pois nele estavam estabelecimentos e edificações comerciais, equipamentos administrativos e equipamentos de ensino e lazer (NERY, 2013; VILELA, 2006).

Mas se esse movimento – baseado na heterogeneidade de relações acirradas e provocadas pela diversidade de usos – se estabelece, na atualidade, de forma quase irrefutável, como sendo uma boa prática urbanística, àquela época, feria os preceitos da setorização tão cara à arquitetura e ao urbanismo modernos. Assim, como será visto adiante, esse fato conduziu à implementação de zoneamentos rígidos e monofuncionais em toda a área urbana. De qualquer modo, é válido destacar que, embora o uso residencial tenha se tornado uma realidade no centro, as elites que ali viviam iniciaram um movimento de migração para outras partes da cidade, na eterna busca pela diferenciação e pela exclusividade. A Savassi, mais ao sul, vai se moldando,

a partir da década de 1960, como esse novo local da elite belo- -horizontina³⁷⁹ e vai formatando esse vetor – o vetor sul – como de deslocamento dessa camada da população ao longo das décadas seguintes (FREIRE, 2009; ANDRADE; MAGALHÃES, 1998; LEMOS, 1988).

Dito de outro modo, a metropolização vai sendo desenhada como realidade e o Centro, pouco a pouco, vai exibindo sinais de saturação. A diminuição do Parque Municipal e a construção/consolidação da Área Hospitalar, por exemplo, foram realidades e processos que marcaram e acentuaram os ares de uma capital metropolitana. A esses fatores somaram-se o surgimento de novos centros terciários – que foram se mostrando como alternativas ao centro tradicional – e o baixo investimento, por parte do poder público, na região central (LEMOS, 1988; LEMOS, 2015). Ou seja,

À proporção que as atividades se avolumavam no espaço verticalizado, o declínio de algumas taxas de serviços, caso do comércio varejista e atacadista, das moradias e dos serviços de saúde e mistos, indica uma tendência à descentralização, consequência, por um lado, da renovação dos espaços e atividades do lugar, reforçando a permanência de alguns serviços e, simultaneamente, expulsando outros. Com o fenômeno da metropolização, esses serviços vão se implantar nos novos núcleos urbanos formados ao longo da década. (LEMOS, 1988, p.253)

Conforme atesta De Jesus (2015), inciou-se, desse modo, um processo de segregação pelo desenvolvimento de novos centros urbanos. De um lado, o abandono do Centro tradicional pelas elites, passando a ser ocupado pelo comércio e por serviços dirigidos aos mais pobres, e, de outro, a Savassi – um centro novo – deliberadamente localizada junto à área de grande concentração das camadas de mais alta renda, com a concentração de comércio e serviços para elas orientados.

Quanto à verticalização, é importante evidenciar que, na Área Central, ela não toma corpo de modo uniforme. A fração mais ao norte – o “Baixo”, ou seja, o entorno das praças da Estação e da Rodoviária – quase não é atingido pelas alterações altimétricas na paisagem urbana. Já na medida em que se caminha para sua porção mais ao sul – rua da Bahia e bairro de Lourdes – percebem-se a verticalização e a renovação de modo acentuado. Vilela (2006) chama a atenção para o fato de que o abandono do comércio mais sofisticado do centro por parte das elites que se moviam passou a caracterizar, na parte norte, atividades de menor densidade de capital. Assim, tanto a moradia como o comércio deixaram de fazer parte, em boa parte do

³⁷⁹ A nova centralidade apropriou-se, inclusive, do marco simbólico que ocupava o centro da Praça 7. Em 1963, por decisão do prefeito Amintas de Barros, o obelisco foi transferido para a Praça Diogo de Vasconcelos, mais conhecida como Praça da Savassi. O “Pirulito” foi substituído por um “monumento quadrangular, com bustos de vários mineiros ilustres” e só retornou ao local de origem 17 anos depois, após o término das obras de modernização da Praça Sete (LEMOS, 2007; ROCHA; ABAJUD, 2013).

Centro, do cotidiano das classes mais endinheiradas. O Centro foi se “popularizando” com comércios e serviços voltados para os mais pobres.

Nesse ambiente de crescimento e explosão, os problemas já experimentados na capital mineira aprofundaram-se, já que os serviços de infraestrutura não acompanharam essa expansão. No processo de metropolização, o abastecimento de água e o transporte público tornaram-se problemas de grande vulto. Na tentativa de minimizar este último, foi criado, no ano de 1952, o sistema de trólebus – ônibus movido a eletricidade. Também nesta mesma década, o número de favelas atingiu um número alto com a localização, predominantemente, no exterior da zona urbana (BORSAGLI, 2011). Assim, do mesmo modo como ocorreu na sociedade moderna bogotana, a segregação tornou-se elemento central da sociedade belo-horizontina. Tal fato ocorria não apenas entre o centro e a periferia, entre os bairros que nasciam nas regiões mais ao sul e o restante da cidade, mas também dentro do próprio centro. O “Baixo” diferenciava-se de outras porções centrais.

Para lidar com essas situações foi que, em 1951, criou-se o primeiro Plano Diretor de Belo Horizonte, assim como o Serviço do Plano Diretor (SPD), diretamente subordinado ao prefeito, pela Lei nº 232. Dentre as incumbências do plano, observavam-se: o cadastro urbanístico; a supervisão da planta cadastral; o traçado das grandes avenidas ou artérias de tráfego, avenidas sanitárias, ruas e praças, cruzamentos, etc.; rodovias, aeroportos, estações terminais e questões ferroviárias de interesse da cidade; zoneamento das áreas residenciais, comerciais, industriais, agrícolas, universitárias e hospitalares e centros administrativos; parque, jardins, hortos, lagos, monumentos e paisagismo; construções particulares e gabaritos de prédios. Para elaborar o plano, foi constituída uma comissão composta por três membros da confiança do prefeito (BELO HORIZONTE, 1951).

Desse modo, a cidade que adentrou os anos 1970 e, em 1973, foi elevada à categoria de Região Metropolitana³⁸⁰ em função de seu crescimento populacional – ao atingir o número de 1.235.030 habitantes – iniciou uma fase marcada por obras viárias de grande porte que passaram a cindir regiões, a criar fissuras na malha urbana e também a originar espaços residuais. Um exemplo é o viaduto de transposição da Avenida do Contorno que objetivava conectar a região da Pampulha com a área central. Viaduto cujo baixo atualmente abriga um número considerável de moradores de rua envolvidos em dinâmicas cotidianas tanto diurnas como

³⁸⁰ Embora criada em 1973, a institucionalização ocorre no ano seguinte, 1974. Inicialmente, a Região Metropolitana era composta pelos municípios de Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Nas duas últimas décadas outros municípios foram agregados à RMBH, que conta, atualmente, com 34. (AZEVEDO; MARES GUIA, 2015)

noturnas, conformando um dos principais pontos de concentração desta população no “Baixo”. Também dessa época é a inauguração do túnel de acesso à Avenida Cristiano Machado – o túnel da Lagoinha –, outro ponto onde moradores de rua conseguem realizar, na atualidade, parte de suas atividades cotidianas como, por exemplo, o banho, devido à existência de uma bica em uma de suas entradas. É válido evidenciar também que o aumento da caixa viária de boa parte das vias foi realizado às custas da eliminação de árvores e canteiros centrais – haja vista o caso da Avenida Afonso Pena que teve suas árvores cortadas ainda na década de 1960 – e do tamponamento de córregos na área central (LEMOS, 2007; BORSAGLI, 2012; BELO HORIZONTE, 2015a).

Não há dúvidas, portanto, de que uma vertente fortemente rodoviarista vai sendo implementada. E mais uma prova disso foi o fato de que, em 1969, os trólebus – assim como os bondes já sucateados desde a década de 1950 – passaram a ser identificados como marcas de atraso e foram extintos. Os ônibus – de propriedade de empresas concessionárias – passaram a fazer parte da paisagem urbana de forma cada vez mais maciça. Essas medidas na infraestrutura urbana foram fruto de um aporte de dinheiro para a capital, recebido logo após a instauração do regime militar³⁸¹, em 1964, para a efetivação de um plano denominado “Nova BH 66³⁸²”. Esse plano, por sua vez, visava, sobremaneira, o asfaltamento e o alargamento de vias públicas, a continuação da canalização e o tamponamento dos córregos. (JAYME, 2015; BORSAGLI, 2012) (FIG.38).

³⁸¹ Com a instauração do regime, as políticas públicas foram deslocadas para o âmbito nacional. Nesse sentido, foram criados, em 1964, o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Em 1966, foram instituídos o SNPLI (Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado) e o FIPLAN (Fundo de Desenvolvimento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado). Esses órgãos passaram a integrar, em 1967, o Ministério do Interior (MINTER). Com isso, iniciou-se no Brasil a institucionalização do planejamento urbano, de âmbito nacional.

³⁸² Não há como não fazer referência à proposta da Nova BH – que será vista mais adiante – da administração do então prefeito Márcio Lacerda, no ano de 2013. Sob o desenho de uma Operação Urbana Consorciada (OUC), a Nova BH contemporânea – barrada pelo Ministério Público Estadual em função de uma série de irregularidades, principalmente relacionadas à participação popular – buscava tirar proveito, em termos de adensamento e verticalização, de muitos dos eixos abertos pela Nova BH 66.

Figura 38 – Expansão da Av. Raja Gabaglia: “Nova BH 66”



Fonte: Borsagli (2012).

Assim, em linhas gerais, a década de 1970 foi marcada pela difusão dos automóveis, o que comprometeu a sociabilidade marcada pelo andar a pé – já que muitas vias se transformaram em lugares de passagem –; pela verticalização e pelo abandono do centro por parte de uma parcela da população³⁸³: “O asfalto, os automóveis e os edifícios são as marcas da influência do modelo norteamericano de cidade moderna, seguida fielmente pelas administrações belorizontinas” (BORSAGLI, 2012).

Embora essas características tenham sido aprofundadas e ampliadas na década seguinte, neste momento foram responsáveis por aquilo que é majoritariamente tratado como um processo de degradação e marginalização, não apenas de determinadas partes da área central, mas também de alguns bairros ao seu redor. Um deles foi aquele caracterizado como um dos primeiros bairros da zona suburbana de Belo Horizonte, a Lagoinha, que passou a ter o estigma

³⁸³ Nesse sentido, os *shopping centers* tornaram-se substitutos das funções centrais relacionadas ao lazer, consumo e socialização. Em Belo Horizonte, mais especificamente, em 1979, inaugurou-se o BH Shopping, no extremo sul da cidade. Já mais adiante, em 1991, foram inaugurados o shopping Del Rey e o Minas Shopping. A mesma década viu surgir, ainda, na região central, o Shopping Cidade e o Diamond Mall (VILELA, 2006).

de reduto de marginais, prostitutas e viciados (VILELA, 2006; BELO HORIZONTE, 2015a). Essa visão de degradação ou de deterioração do centro, de acordo com Vilela (2006), veio a partir de sua saída do cenário como local de interesse, como já mostrado, para as camadas de renda mais alta, como *locus* de consumo e moradia: “[...] ele deixou de ser vantajoso para o investimento de capitais e os edifícios, ali localizados, tiveram o seu valor de troca reduzido em detrimento de outras regiões que passaram a ser o foco de aplicação desses capitais” (VILELA, 2006, p.69).

Mas quanto à degradação é importante observar que se trata, conforme pontua De Jesus (2015), de uma definição obscura na medida em que se atrela a determinadas características não apenas de cunho físico-espaciais – poluição sonora e visual, espaços públicos sem manutenção, edificações mal cuidadas – mas também sociais. O deterioro das áreas é descrito, neste último aspecto, em função de sua apropriação por mendigos, ambulantes, prostitutas e pedintes – pessoas que ampliaram suas atividades no centro a partir dos anos 1960. Assim, menos que lidar com a questão como consequência de atos e ações especulativas – com a permissividade e/ou parceria com o poder público – sua popularização geralmente é atribuída ao abandono das elites e à chegada de classes de menor poder aquisitivo. Neste âmbito, para o autor, começa a existir “um conjunto de códigos, práticas, redes sociais e econômicas que gradualmente passa a conviver e/ou rivalizar com as práticas dominantes” (DE JESUS, 2015, p. 378).

Mas onde estão mais especificamente estabelecidos esses conjuntos de desconformidades a partir de uma perspectiva das práticas dominantes?

Nas imediações do bairro Lagoinha, da rodoviária, até a Praça da Estação, forma-se uma identidade específica, baseada em uma negociação da ordem que tem como sujeitos prostitutas, cafetões, boêmios, dentre outros. Também nas imediações da rodoviária, porém confluindo para a av. Olegário Maciel e, posteriormente, nas ruas mais centrais, os camelôs foram pouco a pouco criando e fortalecendo suas redes. O Parque Municipal, apesar de perder parte considerável de sua área verde, torna-se um lugar frequentado por grupos diversos, com usos variados. (DE JESUS, 2015, p. 378)

Ora, é o “Baixo” que conforma, no centro popular, o espaço de contestações práticas da ordem estabelecida e que o torna passível, a partir do olhar das classes dominantes, de uma classificação à margem da moral e dos bons costumes. O “Baixo” é o coração do deterioro.

A partir desse cenário e com a ditadura militar como realidade, planejamentos, regulações e planos tecnocráticos passaram a fazer parte da lógica do pensamento sobre a cidade. O intuito era o de atrair para Belo Horizonte e sua região metropolitana projetos industriais dos setores de bens de capital e de consumo durável. Assim, em 1971, sob uma

forma de convênio celebrado entre o Estado e as prefeituras dos 14 municípios que compunham a RMBH, teve início a atuação da Superintendência de Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL), com o objetivo de elaborar estudos e políticas de planejamento. No ano de 1976 é criada a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que passou a estabelecer normas rígidas para a reprodução do espaço urbano. Um zoneamento específico para cada ponto da cidade – do mesmo modo como já havia sido delineado no Plano Diretor de 1951 – foi concebido a partir das tendências de assentamento já observadas. Foram criadas as zonas: residencial, comercial, industrial, especiais, de expansão urbana e de uso especial. Desse modo, a lei findou por consolidar processos já existentes relacionados, fortemente, a um modelo radiocêntrico: densidades crescentes no sentido centro-periféria; estabelecimento de zonas comerciais para a concentração de atividades múltiplas; diferenciação entre zonas residenciais e zonas comerciais; tratamento especial à área central, dentre outros (PAULA; MONTE-MÓR, 2001; BELO HORIZONTE, 1976; VILELA, 2006).

Assim, do ponto de vista dos planos e projetos urbanísticos, os projetos estiveram relacionados – e aqui cabe também pontuar a semelhança com a capital colombiana – a basicamente três objetivos: desenhar um plano viário de acordo com as novas necessidades do trânsito e do transporte de base rodoviarista; prever a expansão urbana – o que trouxe possibilidades de localizações distintas para diferentes classes sociais –; e modernizar a cidade. Como atestam Paula e Monte-Mór (2001):

O urbanismo e o planejamento urbano há já muito cuidavam de buscar soluções técnicas e politicamente descompromissadas para responder às novas demandas colocadas pelo intenso e extensivo processo de urbanização. Nesse sentido, os planos urbanos se centravam em grandes propostas reformistas adaptadas à lógica urbano-industrial, enquanto as leis de uso e ocupação do solo cuidavam de ordenar o espaço da cidade segundo as necessidades imobiliárias colocadas como demandas do comércio e serviços e das residências da classe média. Tratados como bens e serviços de mercado, os serviços urbanos excluía assim a maior parte da população, incapaz de pagar pelo processo de urbanização. (PAULA, MONTE-MÓR, 2011, p.14)

Um fato importante a ser destacado e que também vai na mesma direção de Bogotá é o de que, tanto na literatura pesquisada vinculada ao planejamento e à sociologia urbana quanto naquela mais voltada para as dinâmicas dos diversos sujeitos sociais relacionadas a essa fase, há um certo vazio de referências e menções aos moradores de rua.

Entretanto, a partir de um estudo sobre os catadores de materiais recicláveis, foi possível verificar parte da realidade e das dinâmicas de uma parcela daquela população – posto que essa perspectiva é parcial, já que, de acordo com o estudo, há distinções entre esses últimos e os catadores. De acordo com Dias (2002), diferentemente da população de rua que pode vir a

exercer atividades de catação, os catadores regulares têm nos recicláveis retirados do lixo a principal fonte de sobrevivência, a partir de uma rotina de trabalho bem definida e territorializada. Seus vínculos com os espaços públicos da cidade tornaram-se mais estreitos depois que, no ano de 1975, foi criado o aterro sanitário municipal. Até então – e documentos apontam para a existência desses sujeitos urbanos desde a década de 1930 – a catação ocorria diretamente nos lixões e vazadouros a céu aberto.

De qualquer modo, a despeito da forma como a diferenciação é marcada – o que não implica no desconhecimento das heterogeneidades e especificidades que cercam a população de rua – fato é que até hoje há moradores de rua que se utilizam da reciclagem para sobreviver nos espaços citadinos. Mas, ainda ao final dos anos 1970, eram perceptíveis os conflitos relacionados às suas dinâmicas. Um ofício de 1979 da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) se dirigia ao catador da seguinte forma: “[...] mendigo, via de regra que nada mais é que um preposto, explorado e desamparado, dos donos de depósito de papéis velhos, que se enriquecem à sua custa, à margem da lei [...]” (SLU *apud* DIAS, 2002, p.3).

Assim, além da pressão imposta pelo olhar do poder público, os catadores tinham seus esforços dificultados pelos fiscais da prefeitura. As chamadas “Operações Limpeza” cuidavam da retirada dos catadores, muitas vezes de forma forçada, das ruas centrais e do redirecionamento deles para bordas e regiões periféricas da cidade. Na verdade, o poder público via o catador como um marginal (DIAS, 2002). A grande questão girava em torno da recuperação da imagem do Centro, daquele centro considerado degradado.

Nesse sentido, é importante destacar a forma como De Jesus (2015) se posiciona. O autor compreende a região central não como algo que se tornou degradado, mas sim, popular. Um tanto mais distante do controle das elites, passou a personificar o perigo diante de uma ordem ou normalidade hegemônica. Assim, mesmo tendo se tornado, principalmente a partir dos anos 1970, local de passagem, foi também lugar onde emergiram outras tantas atividades econômicas, religiosas, culturais e políticas. Porém, como mostrado, essas funções traziam consigo um caráter popular: “Em diferentes locais da área central passaram a conviver, com os transeuntes, camelôs, artistas de rua, hippies, evangélicos, sindicalistas, desempregados, estudantes, dentre outros” (DE JESUS, 2015, p.370). Não há dúvida de que moradores de rua, catadores ou não, estavam nos entremeios dessa convivência.

Na verdade, eles aparecem de maneira rarefeita como responsáveis, junto com outros grupos sociais já citados, pela deterioração de certas áreas citadinas com destaque para a antiga área comercial ou, como já evidenciado, para o “Baixo”.

Sobre as avaliações que devem ser conduzidas com relação a esse momento, não tão

extenso em termos de tempo – afinal somam-se apenas três décadas – se comparado ao anterior, é possível perceber, de forma mais geral, que os processos de urbanização acirraram contrastes ao não contribuir com soluções efetivas para os problemas criados por esses mesmos processos. Que se evidenciem, portanto, os mecanismos, estratégias e táticas de poder/saber que empreenderam as conformações relacionadas a esse momento de análise *vis a vis* a vida dos que na rua estabelecem seus cotidianos.

6.2.1 Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade no gabinete - dos agentes de deterioro... ou seria... dos populares?

Nesse período de análise, o que se percebe é que Belo Horizonte consolida-se como polo econômico – com base tanto no avanço do setor industrial como na instauração da especulação da terra e dos empreendimentos imobiliários em setores mais específicos da cidade – e evidencia, assim, a entrada incisiva do capital no planejamento urbano. Fato que, desde seu início, conduziu, de um modo geral, a um arrefecimento das decisões do poder público no que dizia respeito àquilo que era afeto às terras urbanas e aos espaços públicos citadinos. É o mercado que passa, paulatinamente, a tomar as rédeas de tais decisões. Esse fato, no que concerne à cidade, significou que os investimentos nela realizados visavam a criação da infraestrutura necessária para um melhor funcionamento e desenvolvimento que, na verdade, era sinônimo de industrialização e de modernidade. Significou também investimentos e empreendimentos imobiliários a partir da exploração da terra urbana, mas ainda daquela porção considerada privada do território – fato que, como será visto, marcará uma diferença contundente no que diz respeito aos investimentos privados em áreas públicas no próximo momento de análise³⁸⁴. Com isso, os espaços públicos passaram a ser, de certo modo, ignorados, pelo menos no que dizia respeito às obras que não estivessem vinculadas à ampliação do sistema viário (viadutos, túneis e tamponamentos de rios) e, conseqüentemente, ao favorecimento do automóvel e sua indústria. Os espaços públicos, largamente identificados como os espaços das vias urbanas, passaram a coincidir com a atividade de circulação das pessoas, produtos e mercadorias. O restante foi “deixando-se morrer”.

A cidade, sob a perspectiva da indústria, deveria ter suas vias desobstruídas para a circulação da matéria-prima, dos produtos e da mão de obra. Conforme mostrado, esse modelo rodoviarista, com investimentos públicos, contava com a saída das pessoas das ruas para que o

³⁸⁴ A partir, principalmente, do final dos anos 1990, voltaram-se para o mercado da terra urbana que também incluiu as públicas. Nelas incidiram esquemas de PPPs que incluíam a própria gestão desses espaços.

fluxo de veículos fosse desobstruído com o intuito de expandir a produção. Rodoviarismo que também pode ser compreendido como uma intervenção cirúrgica que, ao buscar cuidar daquilo considerado como um problema para determinados setores específicos, corta, fissura, abre cicatrizes, dilacera, forma queloides e necrosa a malha urbana e reconforma sua estrutura socioespacial.

Mas se a construção e o crescimento da cidade passaram a ser direcionados pelo mercado imobiliário e pelo capital industrial, foram nos gabinetes públicos que planos e modelos de planejamento tecnocráticos e autoritários foram gestados. E vale lembrar, aqui, que boa parte desse período é marcado pela ditadura militar, que institucionaliza o planejamento urbano em nível nacional e o torna um mecanismo/estratégia de poderes/saberes atuante sobre as cidades e suas populações num viés, majoritariamente, técnico-científico. E para transformá-la, atualizá-la, consertá-la, a cidade deveria contar com os saberes de especialistas que poderiam modernizá-la. Mas, agora, já não eram mais os saberes de higienistas e médicos que atuavam ao mesmo tempo sobre os corpos e sobre os espaços da cidade, apesar, evidentemente, de não terem deixado de atuar de um momento para o outro, ou mesmo de terem deixado de atuar em sua totalidade – como será mostrado adiante, determinados projetos e ações seguem por conter em sua gênese tais posturas.

De qualquer modo, como veremos um pouco mais abaixo, a impressão é de que os especialistas do espaço deixaram a conformar ou poder-se-ia dizer foram “deixando morrer” – a partir da compreensão das implicações do biopoder – uma parte da região central da cidade. Essa região que recebeu a alcunha de “popular” era também aquela das subjetividades relacionadas ao desvio e à desconformidade que, de algum modo, vinculavam-na à pobreza.

Os problemas da cidade passaram a ser problemas de arquitetos e urbanistas que, em seus gabinetes, se de um lado perfiguravam os agentes técnicos a cargo do estabelecimento da nova ideologia moderna, de outro, como será mostrado, contribuíram para a (recon)formação e o crescimento da cidade de modo especulativo, com valorização desigual do solo urbano, conforme pontuado acima. As estratégias levadas a cabo não estiveram, destarte, afastadas da ideologia/doutrina modernista e de seu funcionalismo – o que conduz a um questionamento primordial: funcionalismo para quem?

É nesse sentido que Julião destaca:

O caráter totalizante desse tipo de planejamento, traçado de uma só vez, e que buscava destinar, previamente, o lugar para cada coisa ou grupo social, pretendia, de fato, congelar a capital em sua concepção de gabinete. Aprisionada aos rigores de um plano

regido pela autoridade do saber, todo e qualquer desvio dessa ordem original era identificado como caos urbano. Havia uma intencionalidade latente nesse tipo de concepção: impedir qualquer intervenção espontânea dos habitantes no espaço. As manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas pareciam suscetíveis de ser banidas do território. (JULIAO, 1996, p. 61)

Sobremaneira, foram assim que as ações técnicas e racionais centraram-se numa forma de gestão e regulamentação do espaço atreladas ao urbanismo e à planificação urbana nos moldes do Plano Diretor, na Lei de Uso e Ocupação do Solo e na Nova BH-66. Como explicitado, esse planejamento do espaço vinculou-se a um planejamento para o capital que conduziu a um modo de pensar a cidade com vistas ao futuro. Futuro que é o tempo do planejamento.

Desse modo, o estabelecimento de regulações, normas e diretrizes; o (re)desenho dos espaços; a larga série de planos (viários e de desenvolvimento urbano) – que incluíam o zoneamento das funções da vida urbana (habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular nos moldes corbusianos) e a criação de departamentos e comissões especializadas – visavam à nova forma de disciplinar a cidade – criando, inclusive, o lugar do “ilícito-popular” – e o controle de suas populações.

Assim, mais que o anti-higiênico, o oposto ao moderno era o que não fazia jus ao homem-máquina e à cidade-máquina com suas engrenagens e peças em perfeita sintonia para uma produtividade planejada. Cidade como máquina produtiva que parecia e aparecia, para Foucault (2008a), conforme já visto no trato de Bogotá, como um exemplo de ordem disciplinar. A cidade pensada no gabinete deveria, ela também, docilizar-se, tornar-se útil. Mas para quê? Para quem? Vale, uma vez mais, retornar àquela passagem do autor em *Segurança, Território, População* (2008a) na qual aponta para os problemas da circulação, dos novos estabelecimentos comerciais e dos percursos desenhados disciplinarmente com vistas à construção das “multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição” (FOUCAULT, 2008a, p. 22). E o objetivo, para ele, não era outro senão o de “capitalizar” um território, de arquitetar um espaço (FOUCAULT, 2008a).

O que fica claro é que o interesse em foco é a relação dos espaços da cidade com o acúmulo do capital e a facilitação dessas atividades produtivas, comerciais e industriais sob a batuta do Estado. A terra urbana, ela mesma, fortifica-se como elemento e objeto de acúmulo para a produção. Produção para/da própria cidade que, no presente, deveria garantir sua (re)produção futura. Garantir que, no futuro, a cidade assegurasse lucros. Planejar a cidade é também planejar os lucros nela e a partir dela. E, nesse sentido, a segregação produzida no

espaço foi não apenas de corpos mas do capital, que também foi compartimentado em zonas de interesse para investimentos presentes e futuros. Segregações que se reforçavam uma na outra. É a tentativa de fazer a cidade dócil para o capital, mesmo que implicasse espaços não tão dóceis assim para a população – um mecanismo de poder/saber que, como veremos, vai conduzindo, paulatinamente, ao dispositivo de segurança que, no momento seguinte, será o grande mecanismo para justificar ações, projetos e planos.

Outra característica relevante dessa época esteve vinculada à implosão do Centro e à explosão da cidade – marcadamente: no eixo norte, a Pampulha, e, no oeste, a Cidade Industrial. Fatores que incrementaram tanto o fluxo migratório interestadual como a fixação dessa população onde a terra era mais acessível, a saber, nos subúrbios e ao longo dos novos eixos viários criados.

Eixos viários, distritos industriais, infraestrutura e serviços de apoio à produção industrial deram a tônica do crescimento urbano. Na sua esteira, a proliferação de loteamentos periféricos, na maioria ilegais, surgiram para abrigar a imensa população migrante que se dirigiu à região urbana de Belo Horizonte. A cidade explodiu sobre sua periferia, carreada e carregada pelas demandas do processo industrial [...]. (PAOLA; MONTE-MÓR, 2001, p.14)

E nesse aspecto, se o fluxo migratório era também uma realidade – embora não uma novidade, já que os migrantes e imigrantes formaram um primeiro *locus* onde foram instalados os desvios morais e comportamentais na capital que nascia –, acabaram por dar lugar a uma nova percepção, embora nesse momento ainda embrionária, de insegurança: “a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo” (FOUCAULT, 2008a, p. 24). Assim, a segurança passa também a ser algo a planejar e novas perguntas emergem desse contexto: “como integrar a um projeto atual as possibilidades de desenvolvimento da cidade? [...] O que se deve fazer para enfrentar antecipadamente o que não se conhece com exatidão?” (FOUCAULT, 2008a, p. 25).

Tal enfrentamento gerou a formatação de uma tecnologia política do corpo de cunho não mais apenas disciplinar – já que a disciplina trabalha num espaço vazio que vai ser construído e que visa à perfeição. Como falado anteriormente, passou a ser necessária a instalação de um novo mecanismo que visava a trabalhar o futuro e a moldar o planejamento da cidade a partir da consideração do que poderia vir a acontecer. Que visava a trabalhar a gestão das séries abertas e das curvas de conformidades que deveriam ser controladas por estimativas e probabilidades para gerar a segurança. Aqui aprofunda-se uma biopolítica da população (FOUCAULT, 2008a).

As implicações desse novo formato que se delinea já foram ressaltadas. De qualquer modo, vale lembrar que passa a importar menos o número absoluto da população, das mortes, da violência, de pessoas vivendo na rua, do que a compreensão de cada um desses valores em uma dimensão temporal – presente-futuro – que atesta o grau de normalidade de cada um deles. Funções positivas e negativas que passam a fazer parte de um planejamento.

Nesse sentido, arquitetos e urbanistas, através do desenho do meio – aquilo que conforma o lugar de ação à distância de um corpo sobre o outro – vão procurar refletir e modificar o espaço urbano e, neste aspecto, não é mais o corpo individual que assume o protagonismo dessa forma outra de exercício do poder. Busca-se atingir a população:

Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008a, p. 28)

Se toda esta dinâmica de poderes e saberes conformou-se de um modo mais abrangente sobre a cidade, interessa perceber, tendo em mente o recorte desta tese, as implicações na região central. E, nela, a cidade cresceu para cima, verticalizou-se, adensou-se e diversificou seus usos. A verticalização das áreas mais ao sul do plano positivista inicial tornou-se um atrativo para as elites que buscavam reposicionar-se – ou seja, marcar posição, acertar hierarquias – diante daquilo que, gradativamente, foi se transformando no coincidente entre o que é pobre e o que é popular. Esse fato conduziu à perda do valor da terra no Centro e, mais incisivamente, no “Baixo”, já que à pobreza e à popularização foi incorporada a conotação de deterioro.

Ora, mas não foram as reestruturações racionais, funcionais, modernas, desenvolvimentistas e rodoviaristas, não foram exatamente elas – do ponto de vista da manipulação do meio – que direcionaram fraturas e desarticulações no tecido urbano provocadas pelas reestruturações, principalmente viárias? Que produziram atividades consideradas marginais e ilícitas pelos empreendedores/especuladores urbanos?

Desse modo, o que pôde ser observado como desdobramento desses mecanismos foi a polarização da zona urbana – da Área Central – e o acirramento das diferenças entre o “Baixo” e a região mais próxima da Savassi. Iniciou-se, portanto, um processo de estocagem de potencial construtivo não explorado no “Baixo” que, com a verticalização incipiente, mesmo com infraestrutura urbana satisfatória, passou a servir de reserva de mercado de terra para o futuro – como veremos mais adiante – ou seja, como planejamento. Percebe-se, assim, uma

estratégia – poderes/saberes – não apenas do mercado pela lógica da especulação mas também do poder público, através do direcionamento dos investimentos da política urbana para determinados lugares e determinados modos de vida e de paisagem na cidade. Mecanismos que se reforçaram e produziram lugares e subjetividades. O que é considerado “popular” agregou espaços e pessoas – reflexividade reconformada cotidianamente, mas não naturalmente. Processo duplo e imbricado de subjetivação ou, talvez, mecanismo de poder/saber que, pelo espaço, reforçou subjetividades. Talvez, ainda, por uma série de mecanismos sobrepostos: estratégias mercadológicas aliadas a planos tecnocráticos e autoritários que (re)conformaram espaços que, por sua vez, agregaram determinados sujeitos urbanos.

Nesse sentido, De Jesus (2015) salienta:

Daí se constrói a ideia de popularização do centro: é a partir do momento em que os populares passam não só a frequentar com intensidade a área central, mas principalmente a se apropriar do espaço com suas formas específicas de ver e lidar com a realidade vivida.

Do ponto de vista dos moradores de rua, aprofundou-se o lugar da degradação que marca os principais espaços de suas permanências. Junto a prostitutas, ambulantes, pedintes, catadores de papel, o “Baixo” é, de um lado, o lugar físico de seus posicionamentos e, de outro, o espaço da contestação das práticas não capitalizadas de uma ordem estabelecida pela disciplina e pela regulamentação. O “Baixo” é o coração do deterioro que, de tempos em tempos, tornou-se palco de medidas de fiscalização, por meio de “Operações Limpeza” que, através da retirada daqueles vistos como os que o deterioram, buscam justificar a recuperação da sua imagem.

Assim, no que diz respeito ao espaço da cidade e às ações do poder público, é notório que esse último atua no escopo da criação das condições legais, normativas e regulamentares que favorecem a reconformação e a ressignificação do urbano para a implementação das empreitadas mercadológicas e industriais. Nesse ínterim, o alicerce técnico-científico representado pelos arquitetos e urbanistas foi essencial. Um poder/saber legitimado que substitui o poder/saber legitimado da época anterior, mas que incidiu sobre os mesmos saberes locais com práticas de sujeição que os converteram em populares e degradados. Na relação espaço/moradores de rua, não existe mais apenas as preocupações disciplinares, mas também os elementos da biopolítica, instituídos por um saber/poder para promover a segurança. A segurança que, mais do que uma antítese à violência, foi um interesse para atender ao mercado de terras que de forma alguma fazia da cidade um espaço de neutralidade, mas um espaço de localização dos investimentos – o “Baixo” em oposição ao que sobe em direção à porção mais

ao Sul – e do capital especulativo. A gestão do espaço passa também a implicar – nos moldes do conhecimento de que os problemas ressaltados não eram/são extirpáveis mas controláveis – a gestão das áreas deixadas para/a deteriorar.

Finalmente, ainda sobre os corpos fora das normas, merece destaque o trabalho de Marie-Ghislaine Stoffels, *Os Mendigos na Cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*, do final dos anos 1970. Considerado um marco nos estudos e pesquisas sobre a presença de mendigos nas cidades brasileiras, nele a autora não apenas descreve a forma como essas pessoas se apropriam de determinados “pontos” do espaço urbano, mas identifica os recortes teóricos e também de subjetivação produzidos por determinados poderes legitimados sobre essa população: jurídico/perigoso-ocioso; criminológico/criminoso-preguiçoso; psiquiátrico/doente mental-louco-psicopata; psicológico/deficiente-instável-imaturo; psicobiológico/degenerado-incapaz-inútil-improdutivo (STOFFELS, 1977).

6.3 Belo Horizonte Contemporânea: dos anos 1980 à atualidade

O período que se iniciou nos anos 1980 – quando Belo Horizonte contava com uma população de 1.780.855 habitantes – foi caracterizado em seu início, a partir das visões de Paula e Monte-Mór (2004), por um conjunto de crises que trouxe implicações para a sociedade em termos de emprego, renda, empobrecimento e precarização da infraestrutura. O governo, ainda ditatorial até meados dessa década, deixou de investir nas regiões metropolitanas, o que gerou o desmantelamento dos órgãos de planejamento na mesma escala. Mas essa fase foi marcada também – principalmente em relação ao período anterior, no qual o espaço urbano como produto do capitalismo industrial criou a expectativa de uma crescente despolitização da cidade – por intensas mobilizações sociais e experiências organizativas e associativas que iam na direção dos mesmos processos experimentados na América Latina de forma mais generalizada (PAULA; MONTE-MÓR, 2004). Assim, se anteriormente:

O tecido urbano-industrial, subordinado à lógica da acumulação capitalista industrial de Estado, seria a espacialidade hegemônica virtual, despolitizada e funcionalizada segundo a ordem definida pela divisão técnica e social do trabalho, tendo como referência a busca do progresso que o desenvolvimento industrial há muito prometia. A exemplo das propostas urbanísticas pretensamente técnico-científicas do início do século, tratava-se de criar condições favoráveis para a reprodução humana nas periferias das cidades, mesmo que isso implicasse a exclusão da população trabalhadora da centralidade urbana, do locus do poder, da festa e do excedente coletivo, enfim, da cidadela. A ideologia do habitat humano pregada pelo racionalismo progressista permitia e justificava (fato recorrente no Brasil) a substituição do direito à cidade pelo direito à habitação. Assim, a despolitização da cidade se consumava e logo se estendia ao espaço urbano como um todo, este já

destituído por natureza dos atributos sócio-político-culturais da antiga cidade – os atributos da urbs, da civitas, da polis. (PAULA; MONTE-MÓR, 2001, p.14)

A partir dos anos 1980, noções de cidadania e política retornaram para o debate não apenas no Brasil – em tempos de abertura política –, mas no mundo como um todo. Por um lado, no cenário nacional, os movimentos sociais e populares pautaram o processo de redemocratização, tendo como base questões vinculadas às condições coletivas de reprodução nas áreas urbanas em função dos problemas comunitários do cotidiano, tais como habitação, pobreza, saúde, insalubridade, etc. Esse fato forçou o governo tecnocrático-militar a voltar os olhos para tais demandas, principalmente através da criação de programas sociais (PAULA; MONTE-MÓR, 2001).

No ano de 1985, num ambiente de crise econômica agravada – que colocava em xeque o ideário do “milagre econômico”³⁸⁵ – e de acirramento das reivindicações por eleições diretas para a presidência da república, os militares saíram do governo. O grande marco que seguiu o fim do regime foi a promulgação, em 1988, da Constituição Federal brasileira, indubitavelmente influenciada pelos movimentos sociais urbanos do final da década de 1970 – quando houve a extensão de múltiplos processos organizacionais da sociedade civil. A pressão advinda dessas rearticulações – principalmente do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) – produziu, na Carta Magna, a absorção das temáticas vinculadas à cidade. Desse modo, de relevante e de aspecto inédito foi a inserção, na Constituição, de um capítulo específico sobre a política urbana. Por meio dos artigos 182 e 183, buscou-se instituir instrumentos de combate à especulação da terra, de regulamentação fundiária, além da instauração da função social da propriedade³⁸⁶ (PAULA; MONTE-MÓR, 2001; ROLNIK, 2015).

Por outro lado, do ponto de vista da produção do espaço citadino, a lógica de um modelo voltado para a manutenção das condições gerais necessárias à reprodução do capital multinacional continuava a atuar. Nesse contexto, principalmente a partir dos anos 1990, é que o empreendedorismo urbano apareceu no cenário brasileiro – do mesmo modo como observado na Colômbia, a partir do estudo de Bogotá – lado a lado com arcabouços institucionais e jurídicos atrelados às novas maneiras de produção do espaço da cidade, como resposta

³⁸⁵ O considerado “milagre econômico” brasileiro, que ocorreu entre 1968 e 1973 – durante o regime militar –, foi marcado por um relevante crescimento econômico com base no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas também pelo aprofundamento da concentração de renda e da pobreza.

³⁸⁶ A noção da função social da propriedade é de suma importância no que se refere ao combate à especulação de terras em solo urbano. Ela estipula a necessidade de combater o uso nocivo ou indevido da propriedade urbana que se caracteriza por sua não utilização, não edificação ou subutilização. Estipula que a propriedade urbana deve cumprir, portanto, sua função social. (SAÚLE JÚNIOR; ROLNIK, 2001)

neoliberal à crise econômico-política do Estado provedor e à integração do país aos circuitos globalizados do capital e das finanças (PAULA; MONTE-MÓR, 2001; ROLNIK, 2015).

Perfizeram-se, portanto, nestas últimas décadas do século XX, contradições na elaboração e na prática que direcionaram os rumos da política urbana no país que, até os dias atuais, exhibe a disputa entre facetas e interesses distintos no que se refere ao empreendimento e à implementação da reforma urbana e dos instrumentos contemplados no capítulo da Constituição sobre a política urbana e, um pouco mais tarde, no Estatuto da Cidade.

Sobre as formas de configuração, direcionamento e responsabilidade pela implementação dessas políticas, um fator merece destaque, a saber, o fortalecimento dos municípios que passaram a ser reconhecidos como entes da Federação, ao lado da União, do Estado e do Distrito Federal. Foi a Constituição, através do já mencionado artigo 182, que definiu como as decisões referentes ao planejamento das cidades ficaria a cargo de cada município. Para isso, estabeleceu a obrigatoriedade de Planos Diretores Municipais para aqueles com mais de 20.000 habitantes³⁸⁷ (BRASIL, 1988). Assim, esses municípios passaram a gozar de autonomia político-administrativa e tornaram-se responsáveis pela aplicação dos instrumentos que, a partir do Estatuto da Cidade (Lei Federal de 2001), que será abordado abaixo, poderiam ser utilizados tendo em vista as realidades e especificidades de cada um. (BRASIL, 1988).

Mas Paula e Monte-Mór (2001) chamam a atenção para o fato de que, se por um lado os municípios fortaleceram-se, por outro estavam financeira e institucionalmente alijados das possibilidades objetivas de lidar com os problemas sociais e econômicos que faziam parte da realidade do país: desemprego, (des)educação, saúde, insalubridade, habitação, anomia social, violência, pobreza. Estavam, portanto, despreparados para assumir os encargos referentes ao bem estar social. Nessa situação, os autores pontuam um impasse: “O país dos pobres foi relegado ao nível local e o município, reduto final do Estado do Bem Estar, há que enfrentar os problemas societários gerados por uma economia perversa e governos comprometidos com o grande capital” (PAULA; MONTE-MÓR, 2001, p.16).

Mas, mesmo com as limitações enfrentadas no âmbito municipal, a nova geração de prefeituras democráticas, eleitas nos anos 1980, foi responsável por experimentações socio-

³⁸⁷ Obrigatoriedade que passou também a fazer parte da administração de municípios: integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; integrantes de áreas de especial interesse turístico; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental; onde o poder público tenha intenções de utilizar os instrumentos de combate à retenção especulativa tais como o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo e a desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública (BRASIL, 1988).

políticas concretas, através da busca pela implementação de espaços de participação social. Nesse sentido, cabe destacar a criação do Orçamento Participativo (OP) que supôs a descentralização administrativa e a participação das comunidades organizadas, por meio da alocação de uma parcela dos recursos para investimentos do orçamento anual municipal. Todavia, esse processo não ocorreu de modo hegemônico no país e não conseguiu romper com os processos tradicionais de tomada de decisão sobre a política urbana³⁸⁸ (PAULA; MONTE-MÓR, 2001; ROLNIK, 2015).

Nesse contexto, para regulamentar os artigos referentes à política urbana, foi aprovado o Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Essa nova lei ofereceu um conjunto de instrumentos de intervenção sobre os territórios das cidades e também novas concepções de planejamento e gestão urbana. As diretrizes do Estatuto atingiram três dimensões: novas formas de ocupação do solo – através de instrumentos de combate à retenção especulativa de terras e de instrumentos para melhorar a distribuição dos benefícios e dos ônus dos processos de urbanização³⁸⁹ –; introdução da ideia de participação direta do cidadão nos processos decisórios sobre o destino da cidade³⁹⁰; e a possibilidade de regularização das posses urbanas – principalmente através do usucapião especial de imóvel urbano³⁹¹ e do usucapião especial coletivo³⁹². A partir do Estatuto, reafirmou-se o protagonismo da escala municipal, já que, através dos Planos Diretores Municipais, cada cidade viria a estabelecer os instrumentos

³⁸⁸ Nesse sentido, no que diz respeito à população de rua, o OP resultou na aprovação/eleição de obras de relevância para o cotidiano dessa população: repúblicas e centros pop. Entretanto, mesmo com a aprovação, parte das obras não havia começado até a data de finalização desta tese. Embora tenha sido inaugurada a República Fábio Alves, em 2015, a nova sede da República Reviver e os Centros Pop Leste e Pampulha não haviam saído do papel.

³⁸⁹ Para os primeiros destacam-se os já citados na nota 59 e mais o direito de superfície – no qual o proprietário pode conceder a outra pessoa o direito de superfície de seu terreno por tempo determinado ou indeterminado mediante escritura – e o direito de preempção – que confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. Quanto aos ônus, ressaltam-se a outorga onerosa do direito de construir (solo criado) – que fixa áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário; as operações urbanas consorciadas – que são um conjunto de intervenções, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental; e a transferência do direito de construir – que autoriza o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no Plano Diretor ou em legislação urbanística (BRASIL, 2001)

³⁹⁰ Através da “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001). Como mostram Saule Junior e Rolnik (2001), com essa diretriz foi aberta a possibilidade de ir mais além das consultas populares relacionadas aos antigos planos diretores – de base tecnocrática e tecnicista –, através da possibilidade de implementação de debates/audiências públicas, plebiscitos, referendos, órgãos colegiados de política urbana, conferências e projetos de lei de iniciativa popular.

³⁹¹ Essa forma de usucapião passou a ser concedida ao cidadão, para sua moradia ou de sua família, através do título de domínio de imóvel até 250m² ocupado, sem oposição do proprietário, há mais de cinco anos, desde que não fosse possuidor de outro imóvel (BRASIL, 2001).

³⁹² Em áreas superiores a 250m², desde que não fosse possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, passou a ser possível a proposta de ação de usucapião coletiva.

do Estatuto a serem utilizados e implementados (ROLNIK, 2015).

Das análises direcionadas ao Estatuto, destacam-se as de Rolnik (2015). Para a autora, essa lei, ao priorizar o uso de recursos públicos para a promoção do desenvolvimento urbano, priorizou a confecção de grandes projetos de infraestrutura que redesenharam as redes urbanas. Porém, sem o fortalecimento de espaços de planejamento e ordenamento territoriais a partir da gestão efetiva, com participação de processos e comunidades locais, tal desenvolvimento não trouxe o arrefecimento de certos problemas tais como a segregação socioespacial. Ainda, os instrumentos nele desenhados propiciaram a exploração máxima do solo urbano diante das possibilidades de sua valorização. Não houve, assim, o enfrentamento da lógica corporativa e patrimonialista de gestão das cidades e o fortalecimento da regulamentação pública sobre os territórios. Tais observações permitem compreender as contradições entre os desenhos dos instrumentos e suas possibilidades de implementação em face das pressões de atores com perspectivas distintas da produção do espaço (ROLNIK, 2015).

[...] embora o Estatuto da Cidade tenha possibilitado um processo de judicialização para importantes frentes de resistência aos imperativos do capital sobre o solo urbano, essa salvaguarda tem servido mais para evitar, ou, bloquear violações de direitos do que para promover ações afirmativas e resolver os conflitos urbanos. (ROLNIK, 2015)

Já no ano de 2003, ainda em nível federal, é de relevância destacar – principalmente em face da importância dos centros das cidades para esta tese – o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, lançado pelo Ministério das Cidades. O objetivo do programa foi o de “promover o uso e a ocupação democrática e sustentável das áreas urbanas centrais, propiciando a permanência e a atração da população, a diversidade funcional, social e cultural, a vitalidade econômica, a qualidade ambiental e da paisagem” (BRASIL, 2005).

Dentre as diretrizes do programa merecem destaque: o estímulo e a consolidação da cultura da reabilitação urbana e edilícia; a participação da sociedade nas decisões, acompanhamento e controle dos projetos por meio da gestão democrática e compartilhada; e o estímulo à atuação integrada do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada com vistas à viabilização dos investimentos necessários (BRASIL, 2015).

Para Rolnik (2006), a reabilitação dos centros no cenário brasileiro, a partir das diretrizes dessa política, deveria trilhar, entretanto, um caminho bastante distinto de projetos que vinham sendo gestados e conduzidos nos países do norte, principalmente em áreas

portuárias³⁹³. Nelas, as experiências até então desenvolvidas, ao propor programas voltados para a implantação de projetos turísticos com o objetivo de inserir as cidades num ambiente de competitividade global – conjugando espaços culturais, entretenimento e gastronomia –, findaram por provocar o enobrecimento dessas áreas. Ou seja, a mobilização dos atributos históricos de centros antigos para a construção de uma nova imagem da cidade, que visava alavancar estratégias de marketing urbano para atrair investidores, expulsou atividades e territórios populares a partir de um cunho nitidamente higienista.

A partir desse contexto mais geral é que se volta o olhar para a realidade belorizontina. Embora, em 1985, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1976, tenha sido revista, não houve alterações que descaracterizassem o zoneamento funcionalista de seus modelos de implantação. Foi apenas em 1996 – antes mesmo da criação do Estatuto da Cidade, mas com base na Constituição de 1988 – que a capital mineira confeccionou um novo Plano Diretor, plano que foi revisado nos anos 2000 e 2010 – junto com uma nova Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS). Suas principais características foram: a separação entre uso e ocupação do solo – que conduziu a um zoneamento não mais baseado na distinção de usos para definir as possibilidades de ocupação³⁹⁴ –; um zoneamento que abarcou amplas áreas do território, instituindo, dessa forma, um macrozoneamento; a instauração de mecanismos que visavam ampliar o acesso à terra e aos recursos urbanos, ao mesmo tempo em que possibilitava negociações em relação à estrutura urbana – tais como as Operações Urbanas³⁹⁵, as Zonas de Especial de Interesse Social (ZEIS), o Convênio Urbanístico de Interesse Social³⁹⁶ e a transferência do direito de construir –; e a criação do Conselho e da Conferência Municipal de Política Urbana³⁹⁷. Parte desses instrumentos – principalmente a Operação Urbana Consorciada

³⁹³ Processos que tem como marco – amplamente reconhecido pela literatura afeta ao tema – a requalificação da região portuária de Bilbao, na Espanha, principalmente com a construção do museu Guggenheim pelo arquiteto Frank Ghery. Na América Latina, é emblemático o projeto de Puerto Madero, na Argentina. No Brasil, presencia-se a implementação do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, com outro projeto emblemático, o Museu do Amanhã, do arquiteto espanhol Santiago Calatrava. O marketing urbano e o empreendedorismo urbano atravessam diretamente essas propostas pela tentativa de tornar cada uma dessas cidades mais competitivas para investimentos e para o turismo no cenário mundial, ocasionando, muitas vezes, processos de expulsão de usuários e comunidades tradicionais e acirrando a segregação socioespacial.

³⁹⁴ Na verdade, o uso passou a ser vinculado à hierarquia viária e as atividades não-residenciais passaram a ter como medida a limitação e a mitigação de impactos sobre o uso residencial (MENDONÇA, 2006).

³⁹⁵ Na Lei 7165/96, a Operação Urbana é definida como “um conjunto integrado de intervenções, com prazo determinado, coordenadas pelo executivo, com a participação de entidades da iniciativa privada, objetivando viabilizar projetos urbanísticos especiais em áreas previamente delimitadas”. (BELO HORIZONTE, 1996)

³⁹⁶ O convênio estabelece um acordo de cooperação entre o município e a iniciativa privada para a execução de programas habitacionais de interesse social.

³⁹⁷ O Conselho Municipal de Política Urbana, em Belo Horizonte, é composto por 16 membros. Por sua composição não paritária, já abriga contradições: são 8 representantes do executivo municipal, 2 da câmara municipal, 2 do setor técnico, 2 do setor popular e 2 do setor empresarial. Tem, dentre outras, as seguintes funções: realizar a Conferência Municipal de Política Urbana, implementar e monitorar as normas e regras do Plano Diretor e da LPOUS e acompanhar as intervenções públicas na estrutura do município (o que implica a

– institucionalizou e regulamentou a entrada da iniciativa privada de modo mais sistemático na produção do espaço urbano. Institucionalizou, na verdade, a entrada do mercado, não mais apenas como agente especulativo alicerçado na mais valia do solo urbano, mas no planejamento e desenho das cidades que se tornaram, a partir desse momento, um negócio lucrativo que se amplia ainda mais fortemente através da gestão da segurança dos territórios – haja vista os mecanismos que se criam para tal fim: monitoramentos, cercamentos e equipamentos variados. Ou seja, dos lotes urbanos, o espaço da cidade como um todo, incluindo seus espaços ditos públicos, passa a ser assunto e tema de negociação entre poder público e agentes do capital, principalmente imobiliário.

Já outros instrumentos buscaram provocar a descentralização pelo estímulo ao surgimento de centros fora do perímetro da Avenida do Contorno, através da permissão e diversificação dos usos e atividades possíveis. Se por um lado essa iniciativa tinha como intenção reduzir deslocamentos e melhor distribuir os serviços, por outro propiciou a entrada do mercado imobiliário em novas regiões (MENDONÇA, 2006; BELO HORIZONTE, 1996).

O Plano Diretor de 1996 estabeleceu diretrizes específicas para a área central, delimitada pela Avenida do Contorno, e para a zona do Hipercentro³⁹⁸ criada por ele (MAPA 40), inserida na região central. Essas regiões tornaram-se, assim, locais preferenciais de investimento público, de instalação de equipamentos para serviços públicos e de realização de eventos culturais, de lazer e de turismo.

apreciação, inclusive, de Estudos de Impactos de Vizinhança (EIVs) decorrentes de obras, instalações de equipamentos de variados fins e de OUCs no município. Já a Conferência tem como principal objetivo assegurar a participação dos diversos setores e categorias sociais na revisão da legislação, de forma a conhecer e articular as diferentes visões dos atores que participam da dinâmica urbana. (BRASIL, 2001)

³⁹⁸ De acordo com a revisão do Plano Diretor ocorrida no ano de 2010, o Hipercentro é: “a área compreendida pelo perímetro iniciado na confluência das avenidas do Contorno e Bias Fortes, seguindo por esta até a Rua Rio Grande do Sul, por esta até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Bias Fortes, por esta até a Avenida Álvares Cabral, por esta até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Afonso Pena, por esta até a Rua da Bahia, por esta até a Avenida Assis Chateaubriand, por esta até a Rua Sapucaí, por esta até a Avenida do Contorno, pela qual se vira à esquerda, seguindo até o Viaduto Jornalista Oswaldo Faria, por este até a Avenida do Contorno, por esta, em sentido anti-horário, até a Avenida Bias Fortes, e por esta até o ponto de origem”. (BELO HORIZONTE, 1996)

Mapa 40 – Área Central e Hipercentro de BH

Fonte: Adaptado Google Earth

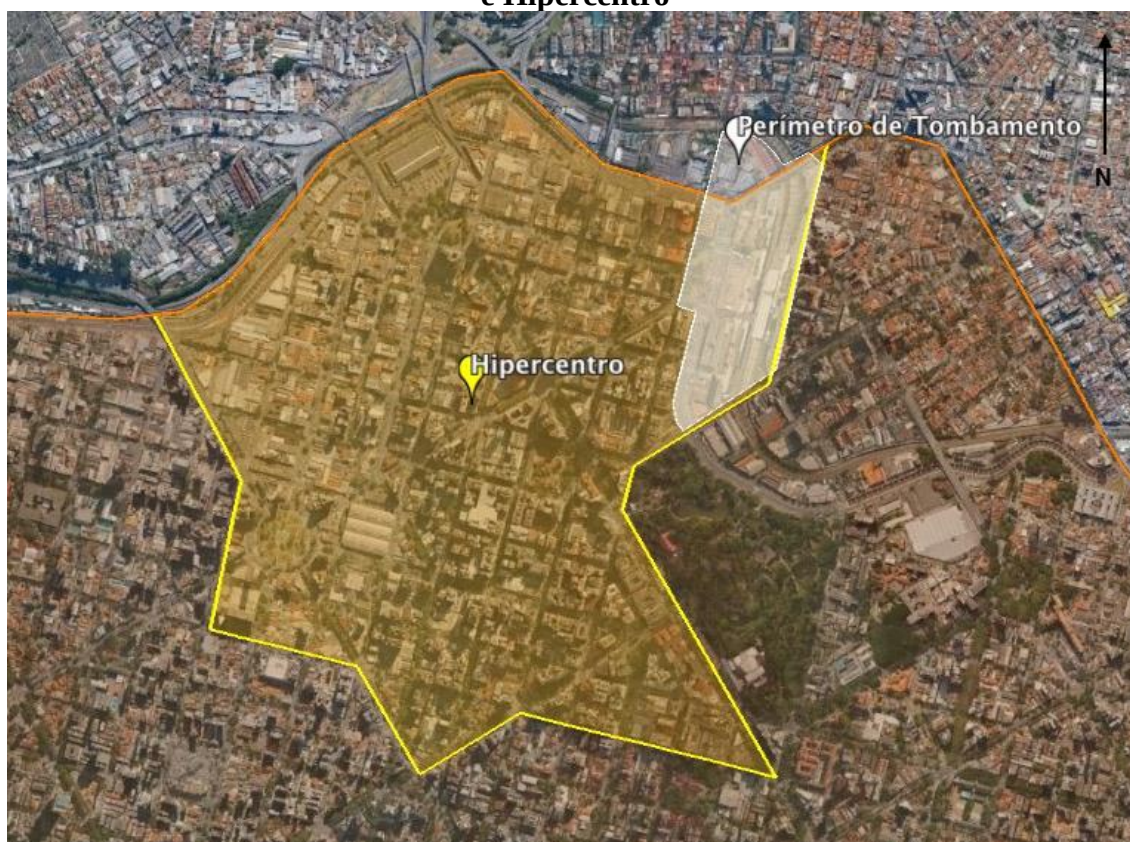
Com relação à região central, o plano ressaltou o valor cultural do centro histórico constituído pela área interna à Avenida do Contorno e destacou, como um de seus objetivos estratégicos, a criação de condições para a preservação desse seu caráter. Para isso, propôs instrumentos e incentivos urbanísticos para: preservar o traçado original do sistema viário; promover a recuperação de áreas públicas e verdes; preservar os exemplares e os conjuntos arquitetônicos de valor histórico e cultural; delimitar espaços públicos que funcionassem como polos de atividades culturais, artísticas e educacionais; estimular o aumento e a melhoria do setor hoteleiro, de entretenimento, lazer e cultura – esse item, especificamente, foi incluído na revisão do plano, no ano de 2000 –, dentre outros (BELO HORIZONTE, 1996).

Quanto à zona do Hipercentro, o objetivo principal foi o de promover sua valorização urbanística a fim de resgatar sua habitabilidade e sociabilidade. Para isso, as medidas visavam: estimular incentivos urbanísticos para a sua recuperação, restituindo-lhe a condição de moradia, lugar de permanência e ponto de encontro; revitalizar os marcos, as referências e os espaços públicos, históricos, turísticos e culturais; promover a recuperação das calçadas e implementar projetos de paisagismo; empreender ação conjunta com os órgãos de segurança pública e de

ação social para erradicar a violência e a mendicância urbana, etc. (BELO HORIZONTE, 1996).

Antes de prosseguir, é importante ressaltar que, ainda na década de 1970, o tema da preservação do patrimônio cultural inicia sua configuração e institucionalização. Moreira (2008) atesta que, em meados dessa década, uma mobilização visou a preservação de parte das árvores da Igreja São José – hoje com sua localização reduzida entre as ruas Tupis, Espírito Santo, Tamoios e Avenida Afonso Pena – que seriam cortadas para a construção de um centro comercial. Embora não tenha conseguido barrar o empreendimento, a ação logrou em iniciar o processo de tombamento do que restou da igreja, assim como de outros bens da capital. Nesse âmbito, em 1984 foi criado e, em 1986, regulamentado o CDPCM-BH que, se de início buscou o tombamento de bens isolados, a partir de 1994 absorveu a noção de conjuntos históricos em suas ações. Um marco, nesse sentido, foi o Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e adjacências de 1996³⁹⁹ (MAPA 41) (AMORIM, 2011).

Mapa 41 – Perímetro do tombamento do Conjunto Arquitetônico Praça Rui Barbosa e Hipercentro



Fonte: Adaptado Google Earth

³⁹⁹ Vale o destaque que, no ano de 1985, a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte já delimitava um perímetro de proteção desse conjunto e estipulava restrição de altimetria de novas construções em sua área. (AMORIM, 2011)

Nesse contexto, mais uma mancha – sobreposta ao Hipercentro e, consequentemente, à área central – trazia uma nova qualificação. Parcialmente coincidente com a região mais a leste da área delimitada como “Baixo”, definiu áreas que seriam de tentativas mais incisivas de exploração e implementação de planos, programas e projetos que, com base na história, cultura, patrimônio e memória, visavam requalificar áreas consideradas degradadas e perigosas.

Mas, de volta ao Plano Diretor de 1996 e suas revisões, as principais formas de articular, promover e conduzir as alterações almejadas e por ele direcionadas no centro e no Hipercentro seriam, por um lado, as Operações Urbanas e, por outro, os Programas de Revitalização Urbana. Para isso, estabeleceu-se que essas áreas poderiam ser objeto das operações, fossem elas simplificadas – sempre motivadas por interesse público e destinadas a viabilizar intervenções tais como: otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas; implantação de Programas de Habitação de Interesse Social; implantação de espaços públicos; valorização e criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico; dinamização de áreas, visando à geração de empregos –, ou consorciadas – conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Executivo Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental (BELO HORIZONTE, 1996).

Com relação às Operações Urbanas, foi a revisão do Plano Diretor, no ano de 2010, que indicou de modo específico os lugares onde ocorreriam na cidade. Na região de interesse desta pesquisa, a saber, o Hipercentro, foram estipuladas as seguintes áreas preferenciais⁴⁰⁰: Casa do Conde de Santa Marinha/Boulevard Arrudas, Guaicurus/Rodoviária e Mercados (BELO HORIZONTE, 2010). Como pode ser visto no Mapa 42, parte das duas primeiras fica na região identificada pelos moradores de rua como “Baixo”.

⁴⁰⁰ Tais áreas, pontuadas no momento da revisão do Plano Diretor, em 2010, tiveram como base o Plano de Reabilitação do Hipercentro desenvolvido em 2007.

MAPA 42 – Áreas de Operação Urbana, perímetro do tombamento do Conjunto Arquitetônico Praça Rui Barbosa, Hipercentro; e “Baixo”



Fonte: Adaptado Google Earth

É importante destacar que essas indicações de áreas para as operações urbanas vieram em função de um estudo, realizado alguns anos antes, em 2007, chamado Plano de Reabilitação

do Hipercentro. Nesse plano foram evidenciadas as características e objetivos específicos de cada uma delas. Com relação à operação Rua dos Guaicurus/Rodoviária e entorno, dentre outros objetivos, buscava-se reduzir o estigma sociocultural do local, tradicionalmente área de prostituição e de outras atividades marginais. A operação Mercados tinha como ênfase o aproveitamento turístico da região e a recuperação de seus quarteirões degradados. Finalmente, a operação Casa do Conde de Santa Marinha/Boulevard Arrudas buscava recuperar o capital cultural estratégico da região (BELO HORIZONTE, 2007b).

Os detalhes e configurações do plano serão explorados mais abaixo, mas novamente observa-se que, além do aproveitamento do capital patrimonial e cultural, com foco em usos voltados para o lazer e a cultura, as manchas das operações buscavam também, através da qualificação de áreas específicas, coibir atividades consideradas não conformes, principalmente a prostituição e a marginalidade.

Quanto aos Programas de Revitalização Urbana, também passíveis de serem desenvolvidos com recursos privados, eles foram definidos como um instrumento de planejamento urbano com vistas a conferir nova qualificação para áreas urbanas específicas e reinserção no contexto urbano. Dentre os objetivos destacam-se: realização das potencialidades de áreas centrais; valorização dos marcos históricos e simbólicos existentes, preservando o patrimônio arquitetônico e cultural; incremento das atividades de turismo, esporte e lazer (BELO HORIZONTE, 1996). Foi neste contexto que, em 2004, entrou em curso o Programa de Requalificação da Área Central de Belo Horizonte – Programa Centro Vivo. Mais adiante o programa será abordado de modo mais aprofundado.

Ainda no que diz respeito às legislações e regulações urbanísticas, é necessário que se destaque o Código de Posturas do Município – a Lei nº 8.616, de 2003, atualizada pela Lei nº 9.845, de 2010 (BELO HORIZONTE, 2010a). O artigo primeiro já deixa bastante evidente – além, é claro, da própria nomenclatura da lei – as normativas traçadas: “este Código contém as posturas destinadas a promover a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no Município de Belo Horizonte” (BELO HORIZONTE, 2003a).

Mas quais seriam os comportamentos e condutas a serem disciplinados no logradouro público? Também neste ponto, o direcionamento é bastante claro. Aqueles das apropriações permitidas – o que implica que quaisquer outros que extrapolassem os listados não poderiam ou não deveriam ocorrer. E as permissividades visavam promover a otimização de determinados segmentos: o trânsito de pedestre e de veículo; o estacionamento de veículo; a operação de carga e descarga; a passeata e a manifestação popular; a instalação de mobiliário

urbano; a execução de obra ou serviço; o exercício de atividade⁴⁰¹ e a instalação de engenho de publicidade. Pelo código, o espaço público foi consolidado – não diferentemente de momentos anteriores – como local de trânsito de pessoas, mercadorias e produtos. Ou, a partir da forma como Lefebvre (2001) aborda as cidades modernas, como mais um componente da cidade-produto e, portanto, distinta daquela cidade que, outrora, emergia como obra. Cidade-obra que contrastava com a “orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção das trocas, na direção dos *produtos*” (LEFEBVRE, 2001, p.12). Cidade-obra centrada no valor de uso e, portanto, oposta à cidade-produto marcada e enraizada na proeminência do valor de troca.

Na revisão pela qual passou o código, em 2010, outras restrições foram observadas. Dentre elas, proibiu-se o exercício de atividades por camelôs e toreros⁴⁰² o que, para Barbosa (2013), marcava a síntese do Código de Posturas: controlar, sobretudo, a informalidade no centro da cidade. Ou seja, até mesmo a troca e o comércio possíveis eram aqueles vinculados às atividades consideradas e conceituadas como formais, legais, legítimas. Caso não fossem, caso infrações fossem cometidas, as penalidades poderiam variar desde a notificação até a demolição ou apreensão de produtos.

De acordo com os apontamentos de De Jesus (2015), se, por uma perspectiva, o Código de Posturas foi importante para prover um certo ordenamento do espaço urbano belorizontino, por outra, ocorreu a partir de intensa militarização, controle e vigilância dos espaços. Ademais, nessa concepção de “posturas”, que pode ser compreendida como a privatização dos logradouros públicos para determinados usos, atividades e pessoas (os licenciados), não há dúvidas de que o morar na rua é uma conduta e um comportamento a serem combatidos. É uma espacialidade a ser evitada e restringida através de regulamentações. E, nesse sentido, duas regulamentações destacam-se.

A primeira, de 2012, é a Lei nº 10.443 que dispõe sobre a política municipal de aproveitamento das áreas sob viadutos (BELO HORIZONTE, 2012a). Aqueles mesmos viadutos criados, no momento anterior, para incrementar o processo de industrialização, através do replicável e, até hoje, amplamente implementado, rodoviarismo. Conforme ressaltava o jornal *Estado de Minas*, “[...] a lei é um desafio para a prefeitura retirar os moradores de rua

⁴⁰¹ As atividades seriam possíveis por meio de um licenciamento e estariam relacionadas exclusivamente: às que ocorrem em bancas e em veículos de tração humana e veículos automotores; às exercidas por deficientes visuais; às de engraxates; a eventos e feiras; às que ocorrem em quiosque em locais de caminhada; àquelas vinculadas à exploração de sanitário público; aos lavadores de veículo automotor; às atividades de lazer.

⁴⁰² Jayme e Neves evidenciam que, entre 2003 e 2005, de acordo com a PBH, houve a transferência de 1.772 camelôs e toreros para shoppings populares, a saber, Oiapoque, Tupinambás, Xavante Pop Shopping, Caetés, Araguari e Tocantins. Dentre eles, apenas o Tocantins é administrado pela prefeitura. Os demais são geridos pela iniciativa privada. (JAYME; NEVES, 2010)

que ocupam os viadutos” (PBH..., 2013) e, para fazê-lo, pretendia o aproveitamento dessas áreas para práticas de atividades esportivas, culturais e de lazer. O próprio documento deixava clara a sua intenção: “Fica instituída a Política Municipal de Aproveitamento das Áreas sob Viadutos, com os objetivos de promover e disciplinar a ocupação e o uso das áreas sob os viadutos municipais” (BELO HORIZONTE, 2012a). Ademais, deixava claro o que compreendia como esporte, lazer e cultura, ao elencar as atividades possíveis e permitidas: basquetebol; esquite; futebol; peteca; voleibol; ginástica; jogos de tabuleiro; atividades em brinquedos, tais como escorregador, gangorra e balanço; cursos e exposições sobre fotografia, cinema, artes visuais e arte em geral; cursos e apresentações relacionados à poesia, à música, à dança e às artes cênicas; feiras relacionadas à cultura e às artes; atividade de bar, lanchonete e similar (BELO HORIZONTE, 2012a).

A segunda regulamentação, de 2013, foi publicada no Diário Oficial do Município (DOM). Trata-se de uma instrução normativa com o objetivo de disciplinar a atuação dos agentes públicos junto à população em “situação” de rua (BELO HORIZONTE, 2013a).

Dentre as considerações que antecedem as ações a serem tomadas, é importante destacar, dentre outras, a que relaciona essa questão ao poder de polícia:

[...] o disposto no artigo 78 do Código Tributário Nacional, *in verbis*: “poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (BELO HORIZONTE, 2013a)

Assim como em momentos anteriores, o trato de um modo de vida diretamente atrelado aos espaços públicos citadinos, como é o caso do morador de rua, é instância direta de ações policiais por se contrapor a vários dos pontos explicitados na citação acima, quando se leva em consideração o olhar da ordem, da moral e da produtividade. É desse modo que se legitimam, na segunda década do século XXI, a Polícia Militar e a Guarda Municipal, junto com outras esferas do executivo municipal – a Gerência Regional de Políticas Sociais (GRPS), o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), a Gerência de Distrito Sanitário, a Gerência Regional de Fiscalização Integrada e Licenciamento e a Gerência Regional de Limpeza Urbana – como o conjunto especializado de sujeitos institucionais para tratar daquilo que é considerado, mais uma vez, como um problema. Problema que é, portanto, de segurança, de assistência, de limpeza e de fiscalização. No conjunto dos especialistas, não havia nenhum

setor ou representante das áreas afetas ao planejamento urbano.

Mas no que diz respeito à instrução normativa citada acima, por ela tais agentes públicos são instruídos a: “empregar os meios absolutamente necessários à promoção da disponibilidade e da livre fruição dos espaços públicos, observadas as competências inerentes às suas funções” (BELO HORIZONTE, 2013a). Entretanto, nesse desempenho não poderiam, em hipótese alguma, recolher “os pertences pessoais essenciais à sobrevivência da população em situação de rua” (BELO HORIZONTE, 2013a). Pertences arbitrariamente definidos na instrução normativa como:

[...] pertences pessoais essenciais à sobrevivência, os bens móveis lícitos que o cidadão em situação de rua seja capaz de portar consigo em um só deslocamento e sem auxílio de veículos transportadores, tais como peças de vestuário, alimentos, documentos pessoais, bolsas, mochilas, receituários médicos, medicamentos, cobertores, objetos de higiene pessoal, materiais essenciais ao desenvolvimento do serviço/trabalho, utensílios portáteis, dentre outros. (BELO HORIZONTE, 2013a)

Entretanto, na prática, depoimentos colhidos durante o tempo de pesquisa e consultas a relatórios do CNDDH apontam para a violação reincidente do artigo em destaque.

Durante a participação em uma atividade da Pastoral do Povo da Rua de BH⁴⁰³, o “Sr. Josué” – ex-morador de rua, com 63 anos de idade – relatou uma ação que havia testemunhado e que envolveu a expulsão e o recolhimento de pertences de moradores de rua pela PMMG e pela Guarda Municipal. O fato havia ocorrido à noite, nos limites da Avenida do Contorno, próximo ao “Baixo”. Ao tentar intervir junto aos policiais para evitar tal arbitrariedade, o celular do “Sr. Josué” foi também confiscado sob a alegação de que ele estava tirando fotografias. Sobre isso, comentou: “era um LG tão velho, mas tão velho que nem tela colorida tinha. Como é que ia tirar foto?” (“Sr. Josué”, informação verbal).

Dentro da mesma temática, um morador de rua que participava da audiência pública promovida pelo MPMG⁴⁰⁴ para discutir ações e garantias da população de rua, às vésperas da Copa do Mundo da FIFA de 2014, comentou – durante as discussões encaminhadas – que até os cigarros eram levados e/ou fumados pelos policiais durante as batidas que ocorriam, majoritariamente, durante a madrugada.

⁴⁰³ A atividade ocorreu no dia 2 de março de 2015, na sede da Pastoral de Rua e tinha como objetivo a preparação da pauta para o Fórum da População em Situação de Rua que ocorreria na semana seguinte. Estavam presentes representantes da Comunidade Amigos de Rua – espaço de mobilização e organização do Movimento da População de Rua, onde moradores e ex-moradores de rua se encontram para discutir questões do cotidiano –, do grupo de pesquisa Pólos de Cidadania (UFMG), do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), da Pastoral de Rua e do Fórum Mineiro de Direitos Humanos.

⁴⁰⁴ A audiência pública ocorreu no dia 30 de maio de 2014, na Sede da Procuradoria Geral de Justiça. Participei da atividade como ouvinte.

Também “Brilhantina”, durante a entrevista⁴⁰⁵, fez questão de ressaltar o modo violento como alguns policiais e guardas atuam. Dentre eles, mencionou o trio conhecido como os “três cavaleiros do apocalipse” – outros tantos moradores de rua também o citaram durante a investigação – formado pelos apelidados “Robocop”, “Cara de Cavalo” e “Kate Mahoney”. Ele contou que, uma vez, quando morava em uma maloca próximo à Rodoviária, quase foi alvo de violência física por parte de “Kate Mahoney”. No acontecido, a policial deu um tiro no cachorro de “Brilhantina”. O animal não resistiu e morreu diante do morador de rua.

Do mesmo modo, o relatório do CNDDH (2014) intitulado “Violações de Direito da População em Situação de Rua nos meses que antecedem a realização da Copa do Mundo” apontava:

No período de abril de 2014 até a presente data foram registradas 03 denúncias de retirada ilegal de pertences da PSR por parte de agentes da fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte, acompanhados da Polícia Militar. Nas ações foram retirados pertences como: roupas, documentos, cobertores, alimentos e instrumentos de trabalho. As ações aconteceram no Viaduto da Avenida Francisco Sales, Viaduto da Avenida Silva Lobo, importantes vias de acesso ao centro, e na Rua Alagoas, na Savassi, região central de Belo Horizonte. (CENTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2014, p.3)

Para esses desenhos de legislação de cunho político-administrativo e algumas de suas implicações trazidas até este ponto da pesquisa, cabe um olhar mais cuidadoso para avaliar as práticas que deles derivaram e ainda derivam. Mais objetivamente, cabe perceber como a implementação dos instrumentos e normativas afetaram e afetam a dinâmica da vida nas ruas em determinadas regiões da cidade.

Em Belo Horizonte, parte do arcabouço conceitual dessas implementações vinha sendo gestada desde a comemoração de seu primeiro centenário, em 1997. Buscava-se a recuperação de sua história:

Datam desta época as maiores obras de referência sobre a história de Belo Horizonte [...]. Nota-se, neste sentido, a instauração de uma necessidade de “ter passado” e de valorizá-lo, preocupação novíssima nesta experiência urbana singular, marcada pela estigmatização do “antigo”, diante de uma modernidade, sempre almejada, e que se apresentava, até então, como ruptura e projeto (de futuro). (FILGUEIRAS, 2006, p.99)

Autores pesquisados apontam que uma das intenções deste resgate foi a de iniciar um tipo de política urbana intencionalmente estratégica, da qual fazia parte a busca pela

⁴⁰⁵ Entrevista gravada no dia 12 de maio de 2015 no Centro Pop da Avenida do Contorno.

competitividade como forma de um novo modelo de gestão. Para isso, mirou-se na promoção de sua imagem com vistas a trazer investimentos e oportunidades, por meio da formação e da consolidação de Belo Horizonte como polo turístico e econômico. Desse modo, a celebração do centenário foi uma forma de promover diretrizes para a modernização do espaço urbano, através da adequação da paisagem em termos de intervenções pontuais, mas estratégicas. Nesse contexto, a cultura e a memória serviram de base para a reconstrução não só da imagem mas também do imaginário que colocava a capital como potente para geração de novas atividades e usos. As especificidades socioculturais apareceram, assim como ocorreu em tantos outros países, como grande oportunidade para agregar valores e rentabilidade aos investimentos (FILGUEIRAS, 2006).

Foi assim que, em grande medida, o centro da cidade surgiu – em função de sua carga sócio-histórica e cultural – como prenhe para acompanhar as tendências internacionais de revalorização e competitividade globais⁴⁰⁶. Assim, por e através do centro, surgiu a possibilidade da inserção da capital mineira no circuito de competitividade entre as grandes cidades brasileiras e mundiais. Como destaca Moreira (2008), foi neste momento que, além do poder público, também a mídia passou a reafirmar a necessidade de intervenções na região central e, de modo mais sistemático, no Hipercentro (BARBOSA, 2013; MOREIRA, 2008).

Mas, antes do centenário, do ponto de vista do perfil dos usuários e dos padrões de ocupação dessa área, é interessante ressaltar uma nova realidade que tomou corpo entre as décadas de 1980 e 1990. Realidade responsável pela tessitura do que foi considerado como sua própria decadência. De acordo com o Anuário Estatístico de Belo Horizonte (2003b), o Hipercentro registrou, nesse período, uma redução gradativa de sua população residente. Tal diminuição esteve relacionada, segundo a publicação, a mudanças nas características da população local representada pela participação de adultos, principalmente idosos, no conjunto dos moradores locais, em detrimento de unidades familiares mais numerosas. Esse processo ocorreu, de modo mais enfático, nos entornos da Praça da Estação – que, nessa época, durante o período diurno, tinha parte da área utilizada como estacionamento rotativo – e da Rodoviária. Entretanto, a população residente na área externa à Avenida do Contorno passou a buscar

⁴⁰⁶ Situação não distinta da regiões centrais de tantas outras cidades – Rio de Janeiro, Belém, São Paulo, etc. – que objetivava a construção de uma imagem positiva através da exploração, por parte do poder público, de seu capital simbólico com vistas a produzir cartões-postais para a atração de investimentos através de programas de requalificação, revitalização, recuperação e reabilitação. Em 1994, no Rio de Janeiro, por exemplo, foi elaborado o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ). O Plano teve uma empresa Catalã como consultora, o que remonta à proliferação do modelo Barcelona – tratado de modo mais específico no capítulo relacionado à cidade de Bogotá – para outras cidades do mundo. Modelo que buscava a construção de uma imagem de cidade voltada para a competitividade satisfazendo as exigências neoliberais. (VILELA, 2006)

pontos de trabalho, em grande parte, na Área Central. Nesse sentido, o Hipercentro manteve-se como lugar de geração de postos de trabalho vinculados, em grande medida, ao setor terciário. Como aponta o documento, ainda mais importante era que “prestando serviço ou vendendo mercadorias, o Hipercentro atende, prioritariamente, aos moradores das Periferias que, em larga medida, vêm-se “obrigados” a frequentá-lo em função do “transbordo” nos deslocamentos diários que fazem” (BELO HORIZONTE, 2003b, p.287).

O destaque necessário a ser conduzido acerca dessa questão diz respeito à própria noção de “esvaziamento” a ela vinculada. De modo geral, a literatura trata os anos 1990, no que se refere à área central de Belo Horizonte, como de um aprofundamento na saída da população de suas áreas. Todavia, o anuário (2003b) tece uma argumentação que busca mostrar que tal “esvaziamento” é uma relativização:

[...] o “esvaziamento” do Hipercentro é relativo ou, mais especificamente, seletivo. Os propósitos de depurá-lo consoante funções consideradas mais “nobres” e mais adequadas ao papel de centro metropolitano – a visão do que deve ser – não conseguem se impor de forma efetiva sobre os processos espontâneos que apontam na direção de um espaço “popular” – o que é –, cumprindo funções “afinadas”, por assim dizer, com os interesses, preferências e necessidades de uma população caracterizada por restrições de renda e, conseqüentemente, de poder aquisitivo. Sistemáticamente percebidos e tratados pelo pensamento dominante nas estruturas de planejamento da capital como “inadequados” ou mesmo “indesejáveis” ao que se quer para o Hipercentro, os moradores das Periferias insistem em comparecer. [...] Se essa interpretação estiver correta, a proposição de políticas para o Hipercentro, quaisquer que sejam, dissociadas de uma política urbana metropolitana que leve em conta as Periferias, dificilmente terão, ou poderão ter, o êxito esperado. (BELO HORIZONTE, 2003b, p.287)

Tendo como base o Censo de 2000 e a pesquisa Origem e Destino 2001/2002, Vilela (2006) reitera não apenas a manutenção dessas “perdas populacionais” como também sua concentração nas áreas mais ao norte do limite da área central, a saber: Igreja São José, Viaduto Santa Tereza, Rodoviária e Praça da Estação, ou seja, em boa parte do “Baixo”. Desde essa perspectiva, observa, com base nas fontes destacadas acima, que dos deslocamentos realizados para a região central, tendo em vista o escopo mais abrangente da RMBH, 515 mil pessoas deslocavam-se diariamente para o Hipercentro por razões variadas. Desse grupo, 38,4% vinham das áreas periféricas, o que conduzia à percepção de que: “os excluídos das pranchetas dos planejadores insistem em comparecer. O que lhes falta, encontra-se no Hipercentro: cerca de 200 mil moradores das periferias se vêm obrigados diariamente a procurar o Hipercentro para o atendimento das suas necessidades urbanas” (VILELA, 2006, p.79).

Percebe-se, assim, que o mal visto transbordo que contribuía para a deterioração do Hipercentro era realizado, majoritariamente, pelos sujeitos vindos das periferias. E que o sobe

e desce desse grupo de populares ocorria, principalmente, na Rodoviária e na Praça da Estação. Dessas considerações, depreende-se, uma vez mais, que o chamado esvaziamento em função do abandono perfazia-se não apenas de uma maneira relativa mas também seletiva. Através desse discurso, o Centro foi passando por um processo de desvalorização, ao mesmo tempo em que, para combatê-la, passaram a ser apontadas – tanto pelo poder público como pela mídia – intervenções concretas e sistêmicas sob a forma de projetos de intervenções urbanas. (VILELA, 2006; MOREIRA, 2008).

Foi assim que aquele centro que efetivamente promovia pontos de permanência e circulação de grupos diversos – transeuntes apressados e sempre de passagem, consumidores pobres, moradores de rua, prostitutas, camelôs, etc –, com grande circulação de transporte coletivo⁴⁰⁷ e usos variados – de serviço, comerciais, residenciais, institucionais –, deveria reposicionar na rede de consumo e serviços urbanos esses “outros”, já que o comércio mais sofisticado foi transferido para os *shoppings* ou para as novas centralidades e sua população – também tradicional – havia migrado. Deveria assumir, portanto, a condição de centro histórico e local de projetos de intervenção e renovação urbanas. Deveria ser recuperado. Mas a grande questão é: recuperado para quem? (JAYME, 2015; JAYME; NEVES, 2010).

Com essa possibilidade em vista é que o Plano Diretor, assim como suas revisões em 2000 e 2010, estabeleceu e enfatizou a área central, mais especificamente o Hipercentro – conforme mostrado acima – como local de grande importância para o desenvolvimento de ações urbanísticas. É válido destacar também que, no ano de 2003, como complemento, apoio e pano de fundo para tais ações foi criada a Guarda Municipal⁴⁰⁸ e, em 2004, o Programa Olho Vivo – parceria público-privada entre o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A (PRODABEL), o governo do Estado de Minas Gerais, com a participação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/ BH) –, um programa de vigilância e monitoramento.

⁴⁰⁷ Circulação tanto de linhas de ônibus como da única linha de metrô – o trem metropolitano – instalada na cidade durante os anos 1980. As intervenções que ocorreram para a sua efetivação contaram com desapropriações, canalização de córregos, abertura de vias e criação de grandes áreas remanescentes em suas adjacências. (PBH, 2011a)

⁴⁰⁸ De acordo com seu estatuto – Lei nº 9.139/07 –, ela é um “órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Prefeito de Belo Horizonte, com a finalidade de garantir segurança aos órgãos, entidades, agentes, usuários, serviços e ao patrimônio do Município de Belo Horizonte”. (BELO HORIZONTE, 2007a)

Esse Sistema de Patrulhamento Video Monitorado (SPVM) teve como justificativa para a sua implementação dar apoio às operações da PMMG na prevenção e combate à criminalidade, em grande medida, no Hipercentro de Belo Horizonte. Porém, na perspectiva de De Jesus (2015), o discurso que o justificava era “legitimado pela ideia de executar um controle ou erradicação do chamado “caos urbano”, promovendo assim um espaço instrumentalizado [...] capaz de (des)articular a própria realização da vida” (DE JESUS, 2015, p.380). Desse modo, enquanto de um lado estruturava-se a imagem de degradação e caos da área central, do outro estabeleciam-se as formas com as quais o poder público buscava ordenar o espaço.

Ordenamento implementado e que trouxe efeitos no cotidiano dos moradores de rua, ou seja, desarticulação de uma forma de vida. Foi o que evidenciou “Guga”, morador de rua, de 42 anos e há 22 anos vivendo na rua, durante uma entrevista:

[...] de 2000 para cá, parece que triplicou os moradores de rua [...] e aí começou a prefeitura reprimir o pessoal da rua. [...] aí depois de um tempo foi fundada a Guarda Municipal, aí foi que a coisa piorou mesmo porque a guarda não respeita morador de rua. Como se não bastasse a sociedade passar pela gente na rua e bagunçar com a gente, aí chegou a guarda também para ajudar a bagunçar. (“Guga”, informação verbal)⁴⁰⁹

Mas antes dessas ações, ainda nos anos 1980, a Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (METROBEL)⁴¹⁰ – empresa pública estadual criada em 1978 – instalou o Projeto da Área Central (PACE) que, de acordo com Souza e Carneiro (2015), visava intervenções para a recuperação do Hipercentro e sua adequação a uma futura estrutura “desejada”, a saber, a especialização de suas funções, e a elevação do grau de sofisticação dos serviços prestados. Em outras palavras, o PACE procurava a manutenção da proposta estipulada por Aarão Reis de combater a popularização que vinha acentuando-se desde a década de 1960 na região central, em função, principalmente, das diversas linhas de ônibus municipais e intermunicipais que para ele convergiam. Nessa perspectiva, o diagnóstico realizado pelo projeto identificava os efeitos negativos, no Hipercentro, da circulação promovida pelos usuários dos transportes públicos. A economia de transbordo foi considerada, desse modo, como prejudicial às funções nobres do Hipercentro.

⁴⁰⁹ Entrevista gravada no dia 25 de abril de 2015, na Praça Rui Barbosa.

⁴¹⁰ A partir desse momento, a prefeitura ficou responsável apenas pela manutenção e conservação das vias públicas, embora, em 1979, a PBH tenha sido autorizada a participar de sua constituição (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BH, 2015).

O reflexo negativo deste aspecto manifesta-se através da qualidade ambiental deteriorada, pela saturação dos passeios, da criminalidade juvenil, atuando ainda sobre o uso do solo com o estímulo de ocorrência de atividades de pequeno porte voltadas para o suprimento de bens de consumo imediato, próprios da estrutura do comércio de bairro. (PACE *apud* SOUZA; CARNEIRO, 2015)

Desse modo, e agindo juntamente com o Programa de Reorganização do Transporte por Ônibus (PROBUS), uma série de projetos foi encaminhada e implementada: criação de quarteirões fechados, valorização de espaços de tradição simbólica – Praça Sete de Setembro, Praça da Estação e Praça Rio Branco (Praça da Rodoviária) –, instituição de corredores de transporte e criação de linhas de ônibus sem terminais no centro – laços de transbordo – para evitar deslocamentos entre pontos de parada. Entretanto, concebidos como projetos de circulação de forma isolada, essas ações não lograram alcançar o objetivo original, qual seja, a recuperação da “qualidade” ambiental do centro (SOUZA; CARNEIRO, 2015; TONUCCI FILHO, 2015). Porém, para Vilela (2006), o PACE trouxe melhorias para alguns espaços que não se mostravam mais atrativos para a criação de estabelecimentos comerciais e residenciais, aumentando áreas de circulação de pedestres e ampliando espaços de convivência.

Mais adiante, nos anos 1990, na busca pela adesão às tendências internacionais de revalorização dos centros históricos – ressignificar para atrair novos capitais, novos habitantes e novos consumidores –, foi promovido, pela PBH, o Concurso Nacional para a Reestruturação do Centro de Belo Horizonte (BH-Centro). Os objetivos da Administração da Regional Centro Sul eram: captar soluções para a melhoria da qualidade físico-ambiental da área; dinamizar seus espaços; e melhorar as condições de transporte público e circulação de pedestres e veículos. Com a intenção de buscar soluções para as áreas onde os “problemas urbanos” eram percebidos com maior vulto, foram de início levantados quatro pontos: a Praça Rui Barbosa; o Complexo Viário da Lagoinha e o Parque Municipal, na região do “Baixo”; e a Praça Raul Soares. Todos, até hoje, lugares de apropriação e permanência por parte dos moradores de rua. Deles derivaram-se polos/áreas de intervenção que conduziram a concursos de projetos. De um modo geral, observou-se, como resultado das propostas apresentadas, a busca por um centro atrativo (NOTÍCIAS..., 2015; AMORIM, 2011, VILELA, 2006).

Um desses concursos foi o responsável pela Requalificação da Praça da Estação – tombada, em 1988, no âmbito do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação⁴¹¹. A equipe vencedora propôs a consolidação de seu espaço como de uma grande esplanada, com

⁴¹¹ “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação” compreende a Praça, Jardins e Esculturas, Estação Central, Antiga Estação Ferroviária Oeste de Minas, Casa do Conde de Santa Marinha, Edifício Chagas Dória, Serraria Souza Pinto, Escola de Engenharia da UFMG, Instituto de Eletrotécnica, Antigo Instituto de Química, Pavilhão Mário Werneck e Viaduto Santa Tereza. (Giffoni, 2012)

estacionamento subterrâneo para veículos e infraestrutura para eventos; o tamponamento de um trecho do Ribeirão Arrudas no trecho em frente à edificação da Estação; e a recuperação dos jardins e do traçado original da Praça Rui Barbosa. Por falta de recursos, a proposta foi parcialmente viabilizada, mas foi, majoritariamente, responsável pela atual configuração da Praça (GIFFONI, 2012).

Já no ano de 2000, outro concurso, o “Ruas da Cidade” – elaborado pela PBH em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/MG) – selecionou equipes para desenvolver projetos em três áreas da região central, a saber, o Hipercentro, a Savassi e a Área Hospitalar. Dentre seus objetivos estavam: o tratamento paisagístico e o novo desenho urbano no trecho entre a Estação Central e a Estação da Lagoinha; e a revitalização da Praça Sete de Setembro. Dessa feita, buscavam-se alterações no contexto central a partir de um redesenho de seus espaços, sem contar com alterações na legislação urbanística. Das justificativas para sua realização é mister ressaltar o ponto em que a apropriação dos espaços citadinos e dos mobiliários urbanos, nesses lugares, era considerada inadequada e imprópria. Nesse sentido, percebe-se que tais iniciativas vinculavam-se à correção dos usos e, portanto, a soluções espaciais com intuítos, mais uma vez, disciplinadores (JAYME; TREVISAN, 2012; VILELA, 2006, AMORIM, 2011).

No caso do Hipercentro, os desdobramentos do concurso deram origem ao Projeto Quatro Estações que, de acordo com a equipe vencedora, objetivava a promoção e a requalificação da área – mais especificamente da Praça da Estação e da Praça Sete (VILELA, 2006). Requalificação considerada como necessária devido ao:

[...] processo de deterioração que, progressivamente, provocara a sua desvalorização evidenciando problemas tais como: o esvaziamento da área como centro de negócios e moradia, problemas de circulação de veículos, comércio informal invadindo o espaço do pedestre e problemas de distribuição e acessibilidade. (VILELA, 2006, p.116)

Dentre os pontos elencados como prioritários no projeto, um deles estava relacionado aos moradores de rua. A intenção era a de incluí-los social e economicamente no contexto citadino, tendo como base os programas de integração da PBH e parcerias com ONGs tais como a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE) e a Pastoral de Rua.

Ainda como parte desse quadro, no ano de 2001 ocorreu o “Fórum Quatro Estações” que teve como um de seus resultados o desenho de uma operação urbana simplificada, que possibilitou a cessão do prédio da Estação Ferroviária, em regime de comodato, ao Instituto

Cultural Flávio Gutierrez. O objetivo foi o de implementar o Museu de Artes e Ofícios (MAO). No ano de 2005 o MAO foi inaugurado, praticamente um ano após a inauguração da Praça revitalizada, em 2004.⁴¹² (VILELA, 2006; GIFFONI, 2012).

Não obstante, naquele mesmo ano de 2004, entrou em curso o Programa de Requalificação da Área Central de Belo Horizonte, o Programa Centro Vivo. Focado na região do Hipercentro da capital, para Vilela (2006) o programa não trouxe novos discursos diante dos projetos e concursos anteriormente apresentados. É o que fica evidente na página de apresentação do programa, no site da PBH – o Centro Vivo ainda é um programa vigente da prefeitura:

[...] é um conjunto de obras e projetos sociais da Prefeitura que prevê a requalificação de espaços coletivos da área central de Belo Horizonte. A iniciativa veio para reforçar o centro como região simbólica da cidade, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-o como local de encontro de todos. As ações do Centro Vivo são desenvolvidas em quatro eixos: inclusão social, econômica e cultural; requalificação urbanística e ambiental; e segurança social. Muitas das intervenções já estão concluídas como a reforma das praças Sete, da Estação e Raul Soares e Rui Barbosa, além das requalificações das ruas Rio de Janeiro, dos Caetés, dos Carijós, trechos da avenida Amazonas e ruas do entorno do Mercado Central, além da requalificação das áreas hospitalar e da construção de Shoppings Populares. Ao todo foram investidos mais de R\$ 100 milhões. Todas as intervenções buscaram recuperar as características originais dos espaços aliando preservação, funcionalidade e segurança para todos. Para isso, além da troca do mobiliário urbano (lixeiras, gradis, e bancas), foram instalados novos sistemas de iluminação, recuperação das calçadas e jardins e alargamento das calçadas. (BELO HORIZONTE, 2015d)

Segundo Moreira (2008), embora o programa tenha sido lançado em julho do ano destacado, ações no âmbito do Centro Vivo já vinham sendo conduzidas pelo poder público desde o biênio 2002-2003. Dentre elas, a autora pontua as revitalizações da Praça Sete e da Esplanada da Praça da Estação. De acordo com a pesquisa conduzida em sua dissertação de mestrado – e ressalta-se, aqui, o pequeno volume de dados e informações disponíveis sobre cada um desses projetos e sobre o programa, mais especificamente –, Moreira (2008) evidencia que para atingir as propostas de cada um dos eixos destacados foram delineadas medidas tanto em termos políticos e econômico-sociais – alterações na legislação municipal; intervenção nos usos, visando incrementar o residencial; criação de canais de participação, tais como seminários, oficinas e fóruns⁴¹³; iniciativas para fomentar a riqueza das atividades econômicas, através da geração de emprego, trabalho e renda; diretrizes para a organização e o controle da economia informal, por meio da criação de shoppings populares; – como de execução das

⁴¹² Essas datas coincidem também com a reforma da estação do metrô localizada na plataforma central do ramal férreo.

⁴¹³ Muito embora não seja feita menção à participação de moradores de rua e prostitutas.

propostas apresentadas e projetos de requalificação dos espaços públicos.

Dentre os últimos, já foram implementados ao longo de todos esses anos e até o momento de escrita desta tese: requalificação ambiental do entorno do Mercado Central e adjacências; requalificação da Avenida Amazonas, da Praça Raul Soares, da Rua Rio de Janeiro, da Rua dos Caetés e adjacências, da Praça da Estação, da Região Hospitalar, da Rua dos Carijós e da Praça 7 de Setembro; adequação viária da rua Mato Grosso; implementação de shoppings populares⁴¹⁴; criação da estação BHBUS Central e recuperação do fundo do canal do ribeirão Arrudas (MAPA 43). As intervenções abrangem a recuperação da fachada de imóveis, obras estruturais – drenagem de vias, renovação de calçamento, alteração na estrutura viária –, transferência dos vendedores ambulantes, remoção de engenhos de publicidade das edificações, dentre outras (PBH, 2015c; MOREIRA, 2008).

Mapa 43 – Locais de intervenção do Programa Centro Vivo



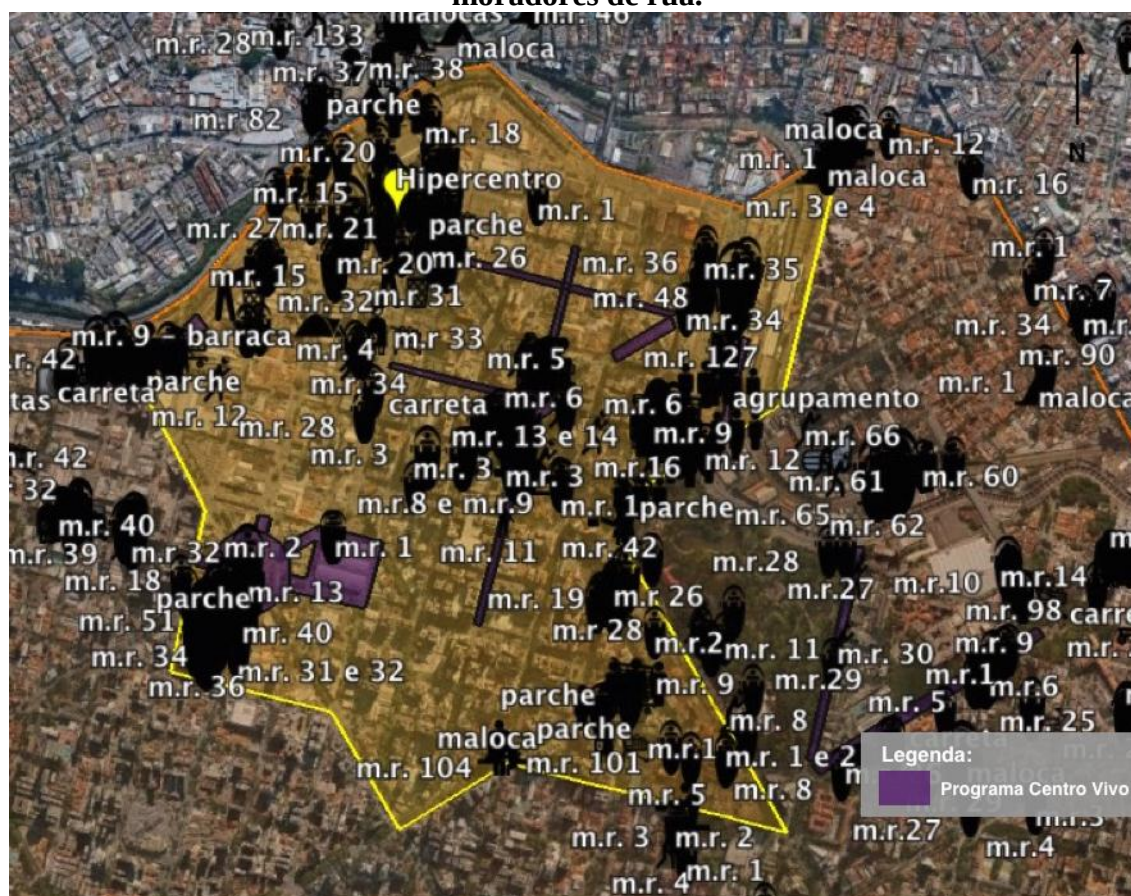
Fonte: Adaptado Google Earth

⁴¹⁴ São eles: Oiapoque, Tupinambás, Xavantes, Caetés, Tocantins e Barro Preto. Cada um dos seis shoppings é administrado pela iniciativa privada, com exceção do Caetés, administrado parcialmente pela prefeitura (PBH, 2015c).

O Mapa 43 evidencia que os lugares contemplados pelo programa localizam-se em regiões distintas do Hipercentro. Tais lugares estão, em sua maioria, fora da região do “Baixo”. Diferentemente das estratégias anteriores que, através da demarcação de perímetros – em planos, zonas e áreas específicas, a maior parte localizada no entorno do eixo do Ribeirão Arrudas e voltada para o futuro – buscavam qualificar porções territoriais para induzir alterações de paisagem e usos futuros, o Centro Vivo atuou diretamente em porções do Hipercentro, tendo o desenho urbano como um de seus mecanismos, com o intuito de promover, principalmente, a melhoria das condições de segurança locais, visando potencializar os usos naquele momento mesmo das ações.

Com relação à área de implementação dessas intervenções do Centro Vivo – mais adiante serão mostradas e analisadas algumas dessas regiões, tendo em vista novas propostas a elas direcionadas – é interessante perceber, de forma mais generalizada, como, no momento no qual foi conduzida a pesquisa de campo, observou-se a concentração de moradores de rua nos seus entornos. Nesse sentido, o Mapa 44 – resultado das incursões nesses espaços ao longo de todos os meses de trabalho, realizadas tanto no período diurno como no noturno e também em dias de semana e fins de semana – possibilita verificar, de antemão, que mesmo com o conjunto de diretrizes, programas, planos e projetos voltados para essas áreas, os moradores de rua continuam a apropriar-se de suas adjacências. Na verdade, alguns dos pontos coincidem com uma grande concentração dessa população. No interstício desses espaços, os recursos para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas – trabalhos informais, doações, localização de equipamentos públicos de assistência, localização de materiais descartados pelo comércio local e recicláveis, etc. –, além da característica ainda presente de um comércio mais popular, contribuem para o desenvolvimento de seus modos de vida.

MAPA 44 – Intervenções do Programa Centro Vivo e a ocupação da região por moradores de rua.



Fonte: Adaptado de Google Earth

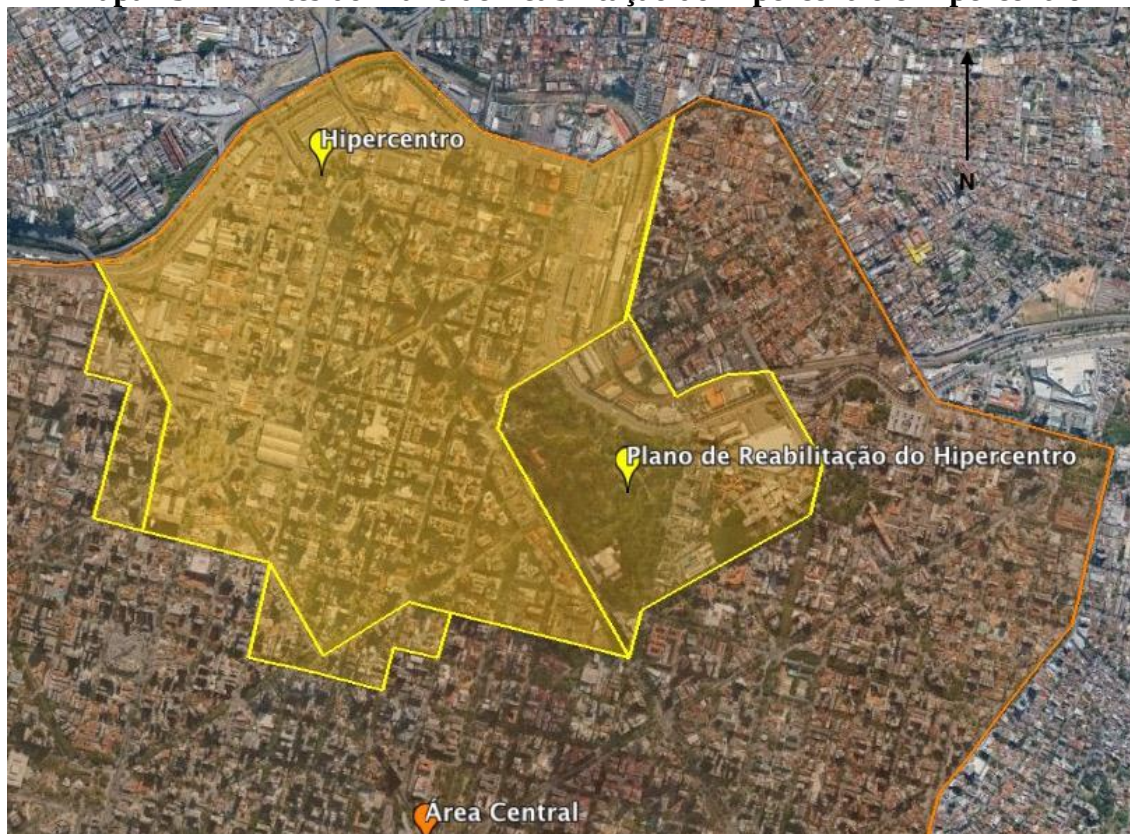
De qualquer modo, é importante salientar o posicionamento de Moreira (2008) diante dessas obras. A autora afirma que, ao buscar atuar nessas áreas, tendo como ponto-chave a valorização do patrimônio cultural de uma determinada região da cidade e de uma nova relação entre a cidade e seu patrimônio, tentou-se legitimar “um determinado arbitrário cultural, que passa a ser naturalizado como um dado inquestionável, que fala por si próprio, reafirmando: esta é a memória da cidade” (MOREIRA, 2008, p. 96). Memória, entretanto, que em seu fazer cotidiano independente das ações e medidas do poder público e que não tem aliado de suas entranhas aqueles que também a construíram, os moradores de rua.

Como dito anteriormente, no ano de 2007, como subproduto do Programa Centro Vivo, foi lançado e divulgado, pela PBH, o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte. O plano estabeleceu diretrizes de ocupação e utilização para essa região da cidade, a partir de soluções de planejamento, desenho urbano e paisagismo. Com base nos limites do Hipercentro, ele estendeu a área de análise⁴¹⁵ (MAPA 45), abrangendo também o Parque Municipal, parte dos

⁴¹⁵ Com o novo limite, por ele estendido, o Plano de Reabilitação do Hipercentro foi dividido em nove subáreas: Rodoviária e quarteirões adjacentes; Rua Guaicurus, Avenida Santos Dumont e Rua dos Caetés; avenidas

quarteirões ao longo do Ribeirão Arrudas, dois quarteirões da área hospitalar e quarteirões adjacentes à Avenida Bias Fortes (JAYME; TREVISAN, 2012; BELO HORIZONTE, 2007b).

Mapa 45 – Limites do Plano de Reabilitação do Hipercentro e Hipercentro



Fonte: Adaptado Google Earth

Para o caso mais específico desta tese, são de destaque as seguintes diretrizes gerais nele especificadas: promover a reestruturação de sua paisagem urbana, através da valorização do patrimônio cultural urbano e da requalificação dos espaços públicos, reforçando sua identidade e seu valor simbólico – mediante o tratamento paisagístico e a despoluição visual da área e a adoção de parâmetros urbanísticos espaciais que estimulem a reocupação de imóveis vazios e a renovação de áreas ambientalmente degradadas; disciplinar o uso dos logradouros públicos, reduzindo conflitos; promover formas de gestão que priorizem a construção de parcerias público-privadas, buscando a cooperação na formulação, implementação e manutenção das melhorias propostas; adequar a legislação urbanística, os procedimentos administrativos e os demais instrumentos de gestão aos objetivos estratégicos de requalificação da área, promovendo a articulação entre os agentes públicos e privados para o cumprimento das

Paraná, Olegário Maciel, Rua Rio Grande do Sul e adjacências; Praça Sete de Setembro e adjacências; Praça Rui Barbosa, Boulevard Arrudas e quarteirões adjacentes; Praça Raul Soares, Mercados e adjacências; avenidas Afonso Pena, Augusto de Lima e adjacências; Funcionários/Lourdes; Área Hospitalar.

diretrizes e implantação das propostas (BELO HORIZONTE, 2007b).

A importância destes destaques está relacionada à forma como o trato da região – como lugar de deterioro e degradação que justifica e conduz para a necessidade de medidas disciplinares e corretivas para a produção de melhorias em sua áreas – não trouxe novidades às sucessivas investidas já descritas anteriormente. Entretanto, neste momento, fica evidente o reforço dessa perspectiva, diretamente imbricada na entrada do capital privado como parceiro, não apenas para a execução dos projetos mas também para sua gestão estratégica, ou seja, empreendedorista. Ainda, conforme visto anteriormente, foi o Plano de Reabilitação que serviu de subsídio para a demarcação das áreas passíveis de operações urbanas estabelecidas na revisão do Plano Diretor de 2010. Na verdade, como pode ser observado, foi o Plano de Reabilitação que produziu os primeiros desenhos das áreas que no futuro sofreriam intervenções urbanas, através da entrada de empresas que passariam a atuar de modo direto na (re)construção dos espaços e da paisagem da cidade a partir, principalmente, da exploração de suas características simbólicas, patrimoniais e culturais transmutadas em capital.

Entre os objetivos específicos do plano é de valia ressaltar que a área do entorno dos Mercados, da Rodoviária, das regiões da Rua Guaicurus e da Avenida Olegário Maciel, e do viaduto de Santa Tereza – de concentração relevante da população de rua – foram também pontos específicos para a implantação de projetos de requalificação. Em adição, destacou-se a necessidade de garantir boas condições de segurança nos espaços públicos; de fortalecer a política de transferência dos camelôs para shoppings populares e garantir sua inserção no mercado formal; de fazer um plano de marketing para reverter a imagem negativa do centro; e de integrar os programas de assistência e inclusão social da prefeitura aos projetos de requalificação com vistas a evitar a exclusão de populações vulneráveis em face da gentrificação (BELO HORIZONTE, 2007b). Interessante notar que, com essa última medida, ao propor o remédio, o plano já apontava seus possíveis efeitos colaterais.

No que concerne diretamente à população de moradores de rua, o plano, em seus mapas-diagnóstico, evidencia os principais pontos de sua concentração para descanso – tanto no período diurno como noturno – assim como as principais áreas de circulação para os catadores de papel⁴¹⁶ (MAPAS 46 e 47).

⁴¹⁶ Destacam-se também as áreas de circulação para catadores de papel já que, conforme a pesquisa de campo, parte deles é também de moradores de rua.

Mapa 46 – Localização dos catadores de papel e da população de rua - dia



Fonte: Adaptado de Belo Horizonte (2007b).

Mapa 47 – Localização dos catadores de papel e da população de rua – noite



Fonte: Adaptado de Belo Horizonte (2007b).

O que se percebe é que as áreas de concentração, no momento do levantamento, não sofriam alterações tão relevantes ao se considerar o período diurno ou o noturno. Ainda, como será visto mais adiante, essas regiões são muito próximas daquelas também levantadas durante a pesquisa de campo.

Ao tratar de modo mais direto da questão, o plano ressalta:

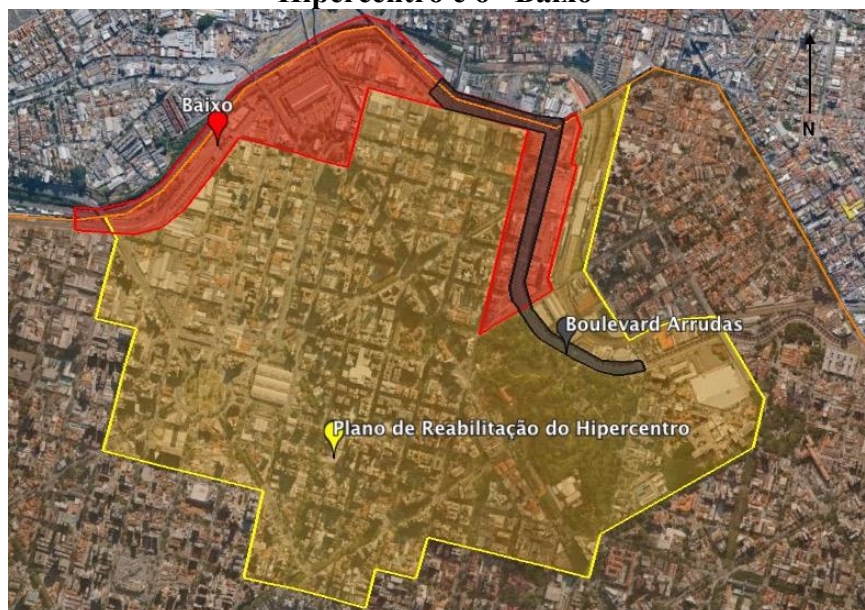
No Hipercentro de Belo Horizonte os espaços públicos são intensamente utilizados, em diferentes dias e horários, seja como local de lazer, como local de trabalho e consumo ou como local de passagem. Como local de lazer e descanso destaca-se a utilização das praças e dos quarteirões fechados por pessoas sozinhas, lendo jornais, ouvindo música, observando o movimento, ou em grupos, jogando damas/cartas, namorando ou passeando com animais de estimação; a utilização de calçadas em geral por usuários dos bares e lanchonetes, que dispõem suas mesas à frente dos estabelecimentos, por consumidores dos produtos alimentícios ofertados por veículos estacionados na via pública ou mesmo por moradores de rua. (BELO HORIZONTE, 2007b, p.9)

Nesse sentido, por um lado, insere a dinâmica da vida na rua como parte da própria utilização e vitalidade dos espaços da cidade. Por outro, ao indicar o resultado dos dados oriundos da pesquisa de percepção ambiental realizada com grupos sociais diversos, ressalta, como uma das demandas levantadas pela população consultada, “adotar solução mais adequada para o atendimento da população em situação de rua e a consequente redução do número de mendigos nas áreas públicas” (BELO HORIZONTE, 2007b, p.14).

Talvez por isso uma das propostas relacionadas à gestão dessa porção do território belorizontino – que seria feita por uma equipe gestora específica – destacava: “Promover a integração com as políticas de segurança pública, geração de emprego e renda, população de rua/migrantes e transporte coletivo” (BELO HORIZONTE, 2007b, p.19).

Mas os projetos ou planos que agiram no Hipercentro e de modo mais focado no “Baixo” não tiveram como origem somente o âmbito municipal. No ano de 2005, o Governo do Estado de Minas Gerais lançou e iniciou o projeto Linha Verde: “o maior conjunto viário de Belo Horizonte e região metropolitana nas últimas décadas” (BELO HORIZONTE, 2015e). As obras foram compostas por três conjuntos: o Boulevard Arrudas – nas avenidas dos Andradas e Contorno (MAPA 48) –, a Avenida Cristiano Machado e a MG-10 – que conecta Belo Horizonte com o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no município de Confins. O conjunto viário tinha como objetivo principal criar uma via de trânsito rápido, com 35,4 km de extensão, para ligar o centro ao aeroporto (BELO HORIZONTE, 2015e).

Mapa 48 – Linha Verde - trecho Boulevard Arrudas, limite do Plano de Reabilitação do Hipercentro e o “Baixo”



Fonte: Adaptado Google Earth

No trecho denominado como Boulevard Arrudas – que se insere parcialmente na região do “Baixo” –, a intervenção implicou na requalificação da área próxima à Rodoviária e ao Parque Municipal. Também contemplou projetos de iluminação e paisagísticos com o intuito de garantir mais segurança e conforto para a população. De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), “com 1,4 quilômetro de extensão, o boulevard recebeu quatro novas faixas para tráfego em cada sentido, sendo duas delas sobre o Ribeirão Arrudas, coberto com 600 vigas pré-moldadas e lajes de concreto” (O MAIOR CONJUNTO..., 2015)⁴¹⁷.

O que se ressalta como de interesse com relação à implementação deste trecho da Linha Verde – e cabe frisar que, na atualidade, o Boulevard Arrudas já se prolongou para além dela,

⁴¹⁷ O que se observa na atualidade, entretanto, é que “o maior conjunto viário de BH” além de não resolver problemas de congestionamento e fluxo de veículos – já que não priorizou um estudo conjunto de mobilidade que privilegiasse o deslocamento, através de melhorias e investimentos, por transporte público – tirou partido de uma solução que vai na contramão do modo como vem sendo tratadas as águas urbanas em diferentes cidades do planeta que buscam valorizar os leitos de seus rios através da criação de parques lineares e áreas de descanso e lazer para a população. Exemplos dessa postura são, dentre outros, os projetos desenvolvidos para os rios Cheonggyecheon, em Seoul (Coréia do Sul); o Cali, na cidade de mesmo nome (Colômbia); e o Mapocho, em Santiago do Chile. Nas últimas décadas esses rios sofreram intervenções que visaram a tornar suas margens apropriáveis pela população e melhorar a qualidade ambiental de áreas centrais. O sepultamento do ribeirão Arrudas, por outro lado, mostra, para Araújo e Pinheiro (2015), a dificuldade “de se conceber nossos rios urbanos como outra coisa que não apenas destino final dos esgotos e seu tamponamento como aparente solução para os graves e complexos problemas sanitários e de mobilidade das nossas cidades” (ARAÚJO; PINHEIRO, 2015). E parte desse trecho, tamponado e transformado em pista de rolamento para veículos, perpassa todo o eixo que se constitui como “Baixo” e exclui o rio da paisagem urbana.

ou seja, estendeu-se para outros segmentos, alcançando uma área bem mais ampliada –, quando se considera a dinâmica cotidiana dos moradores de rua em seu entorno, é o modo como se sobrepôs a um local que, de acordo com Mendes (2007), tinha peculiaridades em sua apropriação pela população de rua.

No centro da cidade, as vigas que ficam mais de 10 metros acima do leito do ribeirão são frequentemente atravessadas por moradores de rua para cortar caminho entre um lado e outro do Arrudas, onde estão localizados os galpões de triagem de material reciclável, algumas malocas, o Centro de Referência da População de Rua e a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável). As vigas são também utilizadas como esconderijo e o ribeirão como lixo e como local para “desova” de objetos roubados mas não desejados como documentos, bolsas, etc. (MENDES, 2007, p. 27)

Desse modo, ao subtrair da paisagem citadina o sulco de concreto disciplinador das águas de um ribeirão, o Boulevard fissurou especificidades e reconfigurou ações que ali ocorriam. O que se tamponava, assim, não era apenas a água – a cada dia sendo mais e mais transformada em esgoto – mas também formas cotidianas de lidar com certas questões, ou seja, modos de fazer – vigas-vias; vigas-esconderijos – de um dia a dia conflitante com o fluxo da mercadoria, com a velocidade dos veículos, com o tempo dessa *urbis*. Conflitante com a já mencionada lógica da troca característica da cidade-produto.

Mas, apesar da ação higienista, rodoviarista e produtivista, esse trecho, assim como seu entorno, segue sendo – como mostrado em alguns pontos já ressaltados da pesquisa de campo – lugar de passagem de moradores de rua. Se a estria-ribeirão foi artificialmente soterrada, ancoragens tornam-se ainda possíveis em função do contato que ainda existe com o cotidiano de certos pontos de seus arredores, vinculados à potência catalisadora de alguns lugares tais como o Parque Municipal, as praças da Estação e Rui Barbosa, a ASMARE, o Centro Pop, etc. Todavia, a pesquisa de campo também deixa perceber que, a despeito do Boulevard, nos trechos ainda não tamponados do extenso ribeirão que corta a cidade de leste a oeste – dos municípios de Contagem a Sabará – o rio ainda mantém, para os moradores de rua da cidade, a possibilidade de permanência em sua calha e margem.

Durante os acompanhamentos da equipe do serviço de abordagem da SMAAS da regional leste⁴¹⁸ os técnicos ressaltaram, no momento em que a Kombi que nos conduzia passava pela Avenida dos Andradas na altura do cruzamento com a Avenida do Contorno, no bairro da Floresta, que, dali em diante, até chegar em Sabará, cada manilha, cada reentrância

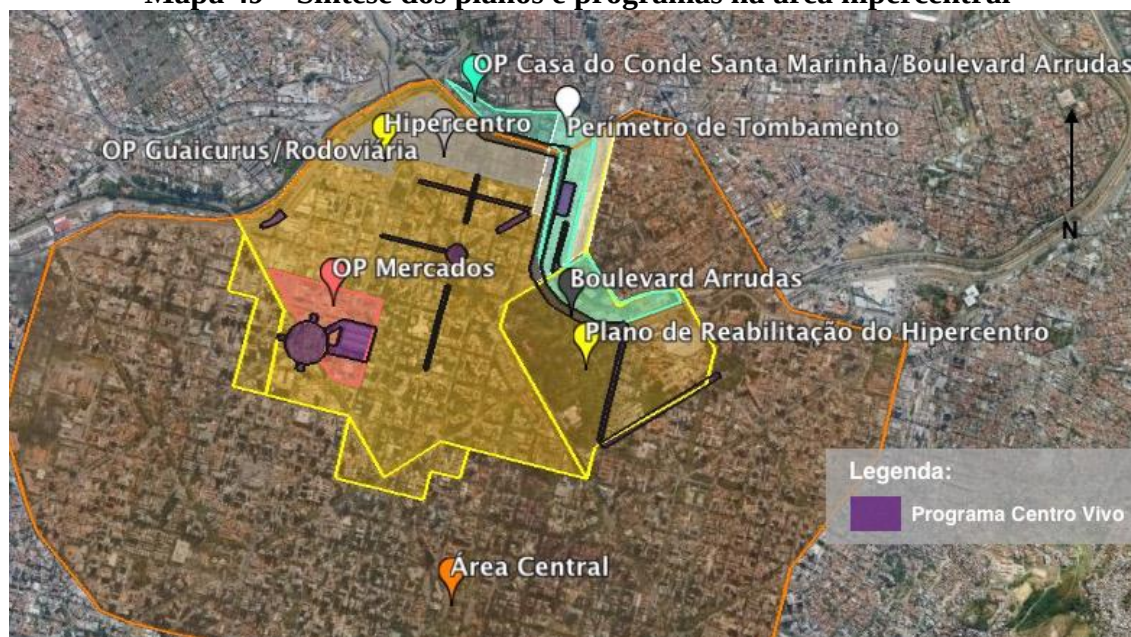
⁴¹⁸ Atividades que ocorreram no período da tarde do dia 30 de setembro de 2015 e no início da noite do dia 12 de maio de 2015.

da calha, cada área do leito do Arrudas sombreada por viadutos ou passarelas era apropriada por moradores de rua. Esse fato já havia sido notado durante as observações de campo realizadas no bairro Horto e também havia se tornado notícia, meses antes do acompanhamento da abordagem:

Um morador de rua quase foi levado pela água enquanto dormia no rio Arrudas. O Corpo de Bombeiros foi acionado para socorrer o homem em torno de 14h20 desta segunda-feira (30). As informações são do jornal *O Tempo*. O olhador de carros, de aproximadamente 50 anos, dormia no rio quando foi surpreendido. “Ele estava dormindo em um buraco dentro do rio e não percebeu a chuva. Quando o nível subiu de uma vez ele começou a ser levado, mas agarrou em um galho de árvore e começou a gritar por socorro”, contou a gerente de uma loja próxima ao jornal. Segundo ela, todos da região conhecem o homem. (GUADALUPE, 2015)

De volta ao conjunto de planos e projetos que ao longo da história belorizontina teve como objeto a região central de Belo Horizonte, é relevante mencionar que Moreira (2008) indica a necessidade de problematizar em que medida o Centro pode significar a tentativa de formatar a afirmação de um “caráter excludente que se intentou nele imprimir desde o seu planejamento inicial, e como a preocupação em transformar esse espaço em bem patrimonial pode significar, também, a não efetivação – ao menos totalmente – da exclusão socioespacial pretendida” (MOREIRA, 2008, p. 95). A autora levanta tal questionamento para lançar luz a uma relevante perspectiva sobre a região central: se houve sucessivas empreitadas para o seu (re)ordenamento é porque elas, de fato, não obtiveram o resultado almejado. Ainda, tal situação poderia levar a crer na existência de uma dinâmica conflituosa entre a cidade que se quer e aquela que verdadeiramente se concretiza. Ou, como ressalta Monte-Mór (1997), evidenciaria a necessidade de compreender a forma como o urbano belorizontino vem sendo marcado pelas reincidentes tentativas de resgate dos elementos da cidade: “monumentos, espaços públicos, conjuntos urbanos, edifícios de reconhecido valor arquitetônico, espaços naturais e mesmo práticas sociais, abordada assim a partir dos vários ‘re’: a revitalização, a revalorização, a reabilitação, reciclagem, entre outros” (MONTE-MÓR, 1997, p.482).

O Mapa 49, abaixo, representa uma síntese das ações, até aqui destacadas, que espacializam as intenções de planos e programas apresentados na região hipercentral. Ele permite destacar – e será visto que, sob esta perspectiva, a situação torna-se cada vez mais complexa – como a sobreposição dessas manchas – já evidenciadas separadamente – vem tentando especializar e qualificar áreas pelas classificações de suas características e pelas requalificações.

Mapa 49 – Síntese dos planos e programas na área hipercentral

Fonte: Adaptado Google Earth

Mas para verificar tais perspectivas, é necessário que se mire não apenas as intervenções urbanas que já foram executadas com vistas à transformação da área central, mas também as que estão por vir e que conformam a realidade e contornam os embates atuais no local. Projetos e planos que, se por um lado, iniciaram-se de modo mais incisivo a partir dos anos 2000 com o Programa Centro Vivo e foram respaldados pelo Plano de Recuperação do Hipercentro – através da tentativa da “revalorização da área, isto é, utilização dos fundos públicos para a produção de um local de sucesso para as atividades econômicas” (BARBOSA, 2013) –, por outro, vêm gerando discussões de relevância, devido não apenas à iminência da implementação de outros projetos mas também da forma como o capital privado passa a intervir nos processos de produção e gestões dos espaços públicos. Assim, para explorar as questões vinculadas aos pontos que estão sendo analisados em cada um dos momentos históricos do planejamento urbano de Belo Horizonte – a área central de modo geral e o Hipercentro e a região do “Baixo” de maneira mais específica – será feito um exercício que abarca, da mesma forma que na capital colombiana, o período de tempo que não é apenas o da contemporaneidade mas da própria pesquisa de campo. Desse modo, às informações advindas dos dados secundários e da literatura específica serão adicionados os dados e perspectivas relacionados às atividades desenvolvidas no próprio campo.

Ao fazê-lo serão tecidas as conexões entre as propostas lançadas ao espaço urbano e a temática da moradia na rua. Mas é necessário reforçar, uma vez mais, que o morar na rua não é específico e localizado apenas na área central, mas em cada uma das regionais componentes da

capital mineira. Entretanto, como já justificado em momento anterior, à medida que o trabalho foi ocorrendo, foi essa a região que se conformou como foco de estudo e análise.

Finalmente, a partir dos dados oriundos desse exercício será possível passar aos mecanismos e estratégias de poder/saber que, neste período analisado, afetam e interferem nas configurações do cotidiano daqueles que tem suas vidas na rua.

6.3.1 A Área Central

As formas de ocupação e uso que se desenvolveram na Área Central, ao longo da história de Belo Horizonte, foram destacadas nas etapas já percorridas até aqui. De um modo geral, ficou evidente que, em grande medida, suas porções mais ao norte – centro e parte do bairro Barro Preto – e mais ao sul – compreendidas pelos bairros da Savassi, Funcionários, Santo Agostinho e Lourdes – (MAPA 50) estiveram relacionadas a características distintas do ponto de vista de suas populações no que diz respeito, principalmente, ao recorte socioeconômico.

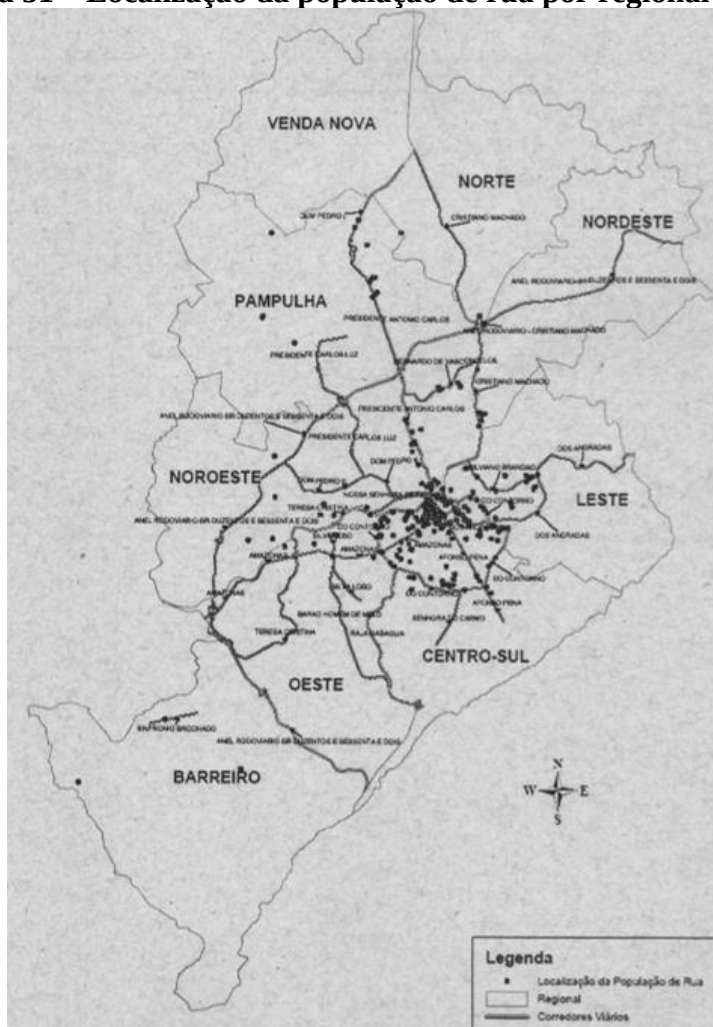
Mapa 50 – Área Central e seus bairros



Fonte: Adaptado de Google Earth

Mas também evidenciam-se, nesses mesmos lugares, incidências distintas no que diz respeito à apropriação de seus espaços públicos por moradores de rua. Não há dúvidas, a partir de uma perspectiva censitária, de que a incidência do morar na rua na Área Central é relevante. Esse fato é corroborado pelos dois últimos censos realizados nos anos de 2005 e 2013, com os relatórios publicados em 2006 e 2014⁴¹⁹. Em ambos, a Regional Centro-Sul aparece como a de maior concentração dessa população. O Mapa 51 mostra que, em 2005, a Área Central e de modo mais incisivo o Hipercentro e o “Baixo”, que faziam parte desta regional, tinham o predomínio dessa concentração. Quando se observa o perímetro da Avenida do Contorno, é notório como sua porção mais ao sul – Savassi e Lourdes – possui uma menor presença de moradores de rua do que sua porção norte.

Mapa 51 – Localização da população de rua por regional - 2006



Fonte: Brasil (2006).

⁴¹⁹ Em Belo Horizonte já foram realizados três censos. Os dois primeiros relatórios (1998 e 2006) foram denominados de “Censo da População de Rua”. O terceiro de “Censo da População em Situação de Rua”. Essa alteração da nomenclatura será analisada em outro momento.

Destarte, à maneira do que foi realizado em Bogotá, esse mapa espacializa os dados relativos à presença de moradores de rua nas regiões mais diretamente estudadas e foi produzido de modo a possibilitar a visualização de distintas atividades que são realizadas por essa população. A intenção não foi a de confirmar dados secundários de concentração e localização, mas de compreender os modos de vida, as dinâmicas, os percursos e atividades, relacionando-os aos seus cotidianos. Desse modo, foi possível notar que, durante o tempo da pesquisa, a forma de concentração da população de rua não mostrou grandes alterações ou mudanças em comparação com o mapa do censo de 2005, no que se refere à Área Central, apesar de todas as iniciativas dos planos e projetos urbanísticos. Ou seja, o norte e o sul apresentaram características distintas no que tange à maior permanência da população de rua. Através do mapa, determinados lugares/regiões destacam-se: ao sul, as Praças da Savassi e da Liberdade; a leste, uma parte da região conhecida como hospitalar, no bairro Santa Efigênia; ao norte, o Hipercentro – com ênfase na região já denominada como “Baixo” – com alguns pontos relevantes, quais sejam: as praças da Rodoviária, Sete de Setembro, Raul Soares, da Estação e Rui Barbosa; e o entorno do Parque Municipal.

Nesse sentido, as aproximações que serão realizadas mais adiante terão como foco essas áreas, embora algumas outras também sejam contempladas devido a questões que surgiram durante a pesquisa de campo e que também se atrelam às demais fontes consultadas. De qualquer modo, antes de avançar, é importante mencionar que mesmo com intensidades mais amenas se comparadas à região central, outras centralidades em Belo Horizonte produzem também a possibilidade de desenvolvimento das atividades cotidianas pelos moradores de rua. Isso ficou evidente durante as atividades de campo, quando se notou que bairros como Santa Tereza e Horto – na regional leste –, Padre Eustáquio e Bonfim – na regional noroeste –, Lagoinha – na regional nordeste –, Santa Amélia – na regional Pampulha – e Venda Nova – na regional de mesmo nome –, conformam também lugares onde se estruturam dinâmicas relacionadas a essa população. Entretanto, a depender da regional – conforme mostrado anteriormente – as reações à presença dos moradores ocorrem de modo distinto. Não há dúvida, entretanto, de que no Centro os conflitos são mais exacerbados.

Recentemente a PBH desenvolveu uma avaliação sobre a região central. Isso implicou a formulação de Planos Diretores Regionais (PDRs) entre os anos de 2011 e 2012. Os PDRs foram fruto da revisão que sofreu o Plano Diretor, em 2010. O objetivo era direcionar o desenvolvimento de cada uma das nove regionais que compõem o município através: da indicação das áreas de aplicação dos instrumentos urbanísticos propostos no Plano Diretor; da apresentação de propostas para a proteção do patrimônio cultural e ambiental; e da identificação

dos centros comerciais e centralidades, assim como de novos locais para desenvolvimento dos mesmos. Cada um desses pontos deveria ser constituído por meio da participação popular e para isso foram realizadas oficinas de discussões públicas e audiências públicas⁴²⁰ (BELO HORIZONTE, 2015f).

Do PDR da Região Centro-Sul serão destacadas as questões mais diretamente relacionadas e afetas a esta tese e inerentes, mais diretamente, à área central. A primeira delas diz respeito à indicação para a regulamentação de uma Área de Diretrizes Especiais (ADE), denominada ADE da Avenida do Contorno, que tinha como intuito contribuir para a manutenção do seu potencial patrimonial, cultural e simbólico. Ainda sobre esse assunto, como pode ser visto no Mapa 53, foi demarcada uma área ao longo de todo o eixo do Ribeirão Arrudas – do qual faz parte o “Baixo” – que seria alvo de Operações Urbanas (BELO HORIZONTE, 2015f).

Mapa 53 – Diretrizes do Plano Diretor Regional da Região Centro-Sul



Fonte: Belo Horizonte (2015f).

Nesse sentido, observa-se que, com ele, ocorreu não apenas a junção das manchas das duas operações urbanas demarcadas no Plano Diretor de 2010 – a da Guaicurus/Rodoviária e a da Casa do Conde de Santa Marinha /Boulevard Arrudas. Ela também se estendeu ao longo de todo o limite norte da Área Central encerrado pela Avenida do Contorno.

A bem da verdade, antes mesmo da elaboração dos PDRs, a revisão do Plano Diretor, em 2010, já havia demarcado, em cerca de 30% do território da cidade, as áreas de

⁴²⁰ Não cabe, aqui, descrever ou analisar os modos e formas de participação que serviram à composição dos PDRs. Entretanto, é válido mencionar que, quando de minha participação no COMPUR, foram problemas relacionados a modelos escamoteados de participação – amostragem irrisória, publicização ineficiente das atividades, escolha de lideranças que já apoiavam determinadas vertentes projetuais – que conseguiram travar a implementação de determinados instrumentos, tais como a outorga onerosa do direito de construir no ano de 2013.

implementação das OUCs cuja prioridade era o adensamento. Nesse sentido, embora o PDR estipule como uma de suas diretrizes uma área para operações urbanas, a mancha que recai sobre a área central já havia sido estabelecida a despeito da confecção desse mesmo plano, ou seja, a despeito da participação popular. Concomitantemente à elaboração dos planos diretores regionais, através do Decreto Municipal nº 14.657, de 2011, instituiu-se o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI – para a participação de interessados na estruturação de projetos de parcerias público-privadas (BELO HORIZONTE, 2011c). O decreto oficializava, assim, a entrada do capital como agente ativo na elaboração de planos e projetos para a cidade, principalmente nas OUCs. Ou seja, ampliação e articulação das áreas para OUCs e ainda esquemas institucionalizados para dar viabilidade aos interesses da iniciativa privada.

Mas um outro fato, também do ano de 2010, chama a atenção. Através da Lei nº 10.003, de 25 de novembro, foi criada a PBH Ativos S/A, uma sociedade anônima de capital fechado que tem como acionistas o Município de Belo Horizonte, a PRODABEL e a BHTRANS. A grande questão que envolve sua criação diz respeito ao fato de que, por ser uma sociedade de economia mista que opera atividades de interesse público, conforme explicitam analistas, contraditoriamente, é definida como independente do tesouro municipal e, por conseguinte, não está sujeita ao controle social (BELO HORIZONTE, 2010; OLIVEIRA, 2015).

De acordo com o exposto no texto da lei, a sociedade tem, dentre outros objetos, “auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações” (BELO HORIZONTE, 2010) e como finalidade complementar e implementar políticas públicas, dando apoio ao Município de Belo Horizonte na realização de operações financeiras estruturadas e atividades afins (BELO HORIZONTE, 2010). Nesse sentido, percebe-se que, somada ao PMI, a PBH Ativos cria estruturas que tanto facilitam como geram garantias de atuação de empresas privadas em assuntos públicos, estando a gravidade, como apontado, na falta de transparência das ações propostas e realizadas.

No que diz respeito à elaboração de projetos, o PDR previa para a região do “Baixo” e do Barro Preto, principalmente, a requalificação de espaços públicos, ruas e avenidas e a preservação do patrimônio através de medidas vinculadas ao Programa Centro Vivo. Já na Savassi, foi evidenciada a necessidade de incentivar a requalificação de sua centralidade, com vistas à definição de eixos preferenciais de pedestre, criação de áreas de lazer e implantação de equipamentos de cultura no entorno da Rua da Bahia (BELO HORIZONTE, 2015f).

Antes de avançar para as questões afetas ao Hipercentro e ao “Baixo” – que serão abordadas no momento seguinte, em função de um estudo mais aprofundado ocorrido ali – cabe, nesta oportunidade, trazer à tona, no que concerne à Área Central, aquilo que, durante o

tempo de pesquisa, foi vivenciado em alguns de seus pontos ou trechos. Como destacado anteriormente, essas regiões são a Savassi – mais diretamente as Praças da Savassi e da Liberdade – o bairro de Lourdes e parte da região hospitalar.

Com relação à Savassi, em 2011 tiveram início as obras do Centro Vivo Savassi, que previam a requalificação de sua praça com alargamento de travessias e criação de calçadas (BELO HORIZONTE, 2011b). À época, um jornal evidenciou o caráter das intervenções: região histórica e por anos esquecida pelo poder público, a intervenção deveria torná-la a “sala de visitas de Belo Horizonte” (SAVASSI..., 2011). Deveria, portanto, limpá-la e higienizá-la. Nesse sentido, o projeto proposto não apenas exibía essa faceta como também dava pistas, em suas simulações computadorizadas, sobre o perfil do público que deveria apropriar-se do local (FIG. 39).

Figura 39 – Projeto de Requalificação da Praça da Savassi



Fonte: Belo Horizonte, 2011b

Na atualidade, entretanto, com o projeto já concluído, observa-se que o desenho implementado não logrou em tirar do local a população de moradores de rua. Nesse aspecto, embora a pesquisa de campo não tenha sido focada na região, devido à sua característica de centralidade e por fazer parte do trajeto durante os deslocamentos cotidianos, foi possível acompanhar, parcialmente, parte de suas atividades. Nas imediações da praça os moradores de rua descansam, dormem, socializam, pedem dinheiro, lavam e tomam conta de carros. Atividades que se espalham pelas ruas adjacentes.

Na verdade, exatamente por ser uma centralidade, a região propicia o desenvolvimento de parte dessas atividades devido ao comércio efervescente e ao grande número de transeuntes. Em atividades com moradores de rua de outras áreas da região central, foi possível verificar que para manter o aspecto de “sala de visitas” de Belo Horizonte a Savassi sofre uma vigilância mais incisiva do poder público. Sobre essa questão, durante uma das atividades⁴²¹ com os

⁴²¹ Atividade realizada no dia 06/03/2015.

voluntários da Campanha do Pãozinho, um morador de rua, “Cowboy”, mostrava sua vontade de deixar o local no qual dormia há algum tempo – o recuo de uma edificação que se projetava sobre parte da calçada – na região hospitalar. Nessa noite, “Cowboy” estava nervoso, agitado e preocupado. Enquanto tirava parte de seus pertences de uma caixa de passagem localizada na calçada lindeira à edificação onde passava a noite, contou que estava sendo alvo de covardias por ali. Parte do material que guardava havia sido roubado e há algumas semanas havia acordado quando uma pessoa tentava tirar as coisas de sua mochila. Ao dizer que pretendia buscar algum lugar mais seguro na região da Savassi, um dos voluntários tentou dissuadi-lo da ideia. Como justificativa apontou a vigilância mais incisiva e cotidiana realizada naquela área, assim como a quase ausência de grupos que, por lá, faziam doações.

Também “Guga”, durante entrevista realizada, comentou que o grande número de câmeras de vigilância na Savassi gerava ações imediatas por parte das forças de vigilância do local:

[...] se você deitar na Savassi, em questão de meia hora chegam duas, três viaturas da polícia. E com um carro da Guarda Municipal já vai te batendo procê levantar e sair fora porque, “aqui é área nobre. Não aceitamos cachorro na nossa área”. Já aqui no centro não. Que nem aqui na Praça da Estação, tem muita câmera, mas aqui o pessoal já sabe quem são as pessoas, então, não ligam muito porque aqui não tem os barões, né? A nata da sociedade, vamos dizer assim” (“Guga”, informação verbal)

Mas não apenas dados oriundos da pesquisa de campo revelaram essa situação. Matérias de jornais também descrevem ações de fiscalização em função da constância dessa população na região da Savassi: “Uma operação de desobstrução de vias foi realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) [...] na Savassi, Região Centro-Sul de Belo Horizonte. Com isso, moradores de rua que estavam nas calçadas foram abordados e materiais considerados lixo recolhidos” (MORADORES..., 2014). A matéria não apenas reforça a percepção do voluntário da Campanha do Pãozinho como possibilita levantar perguntas acerca do arbítrio do que é considerado lixo. Lixo para quem? (FIG. 40).

Figura 40 – Moradores de Rua na Praça da Savassi



Fonte: MORADORES... (2014).

Outro ponto da Savassi que também é gerador de conflitos em função da presença constante de moradores de rua é a Praça da Liberdade. Matérias jornalísticas recentes evidenciam não apenas tais embates, mas também a ideia de risco que a presença dessa população traz para a imagem e a paisagem locais: “Moradores de rua e ambulantes tomam conta da Praça da Liberdade – Decoração de Natal no cartão-postal de BH está ofuscada pela condição do espaço. Jardins foram pisoteados e um banco foi queimado” (FERREIRA, 2014a); “Moradores de rua na Praça da Liberdade incomodam vizinhos e frequentadores” (MORADOR..., 2015); “Cresce o número de moradores de rua na Praça da Liberdade – Frequentadores reclamam de mau cheiro, bebedeira, além do uso e venda de drogas na região” (MUZZI, 2014).

A praça, que teve seu conjunto arquitetônico e paisagístico tombado no ano de 1977, sofreu sucessivas reformas. Já foi mencionada a dos anos 1920, que teve como principal intuito melhorias para receber a visita do rei da Bélgica, mas houve também intervenções nos anos de 1969 – para a reestruturação do sistema viário –, de 1980 – que, de acordo com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), provocou a descaracterização do conjunto – e de 1990 – que promoveu sua restauração (MINAS GERAIS, 2011). Em 2010, por outro lado, foi inaugurado o Circuito Cultural da Praça da Liberdade que não apenas contemplou intervenções físicas em seu entorno e nas edificações de seu conjunto tombado mas também implicou na alteração dos usos de suas edificações históricas.

Os prédios de estilo eclético, ao redor da praça, que abrigavam as secretarias de Estado, assim como outras edificações do entorno, passaram a abrigar museus, memoriais e centros

culturais⁴²². A revalorização do espaço pela cultura e pelas artes, a partir das estratégias de marketing urbano que visam inserir a cidade em um circuito de consumo cultural mundial a partir das parcerias público-privadas, é evidenciada no vídeo institucional do Circuito:

O maior conjunto integrado de cultura do Brasil está em Belo Horizonte e o seu coração é a Praça da Liberdade. Símbolo dos mais altos ideais do povo mineiro. Em parceria com organizações públicas e privadas, o Governo de Minas vem transformando prédios de sua antiga administração [...]. O Circuito Cultural Praça da Liberdade é uma iniciativa que pretende se confirmar como referência mundial em cultura e informação. (CIRCUITO CULTURAL LIBERDADE..., 2015)

Entretanto, uma vez mais, apesar das tentativas de especialização de atividades e usuários, não foi raro observar, durante a pesquisa de campo, moradores de rua que dormiam e descansavam no gramado da praça e que se concentravam, majoritariamente, em duas áreas bem próximo a ela. A primeira delas, o jardim frontal, principalmente sob a marquise da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. A outra, o vão livre do anexo da Biblioteca que fica à curta distância da primeira. Matérias jornalísticas evidenciam, em tom de denúncia, a situação:

Ao lado da Praça da Rodoviária e do entorno da Estação Lagoinha, a região da Praça da Liberdade se tornou uma das mais ocupadas por barracas e abrigos improvisados de malabaristas de rua, artesãos itinerantes, lavadores de carros e mendigos. Nos jardins da Biblioteca Pública, as acomodações foram erguidas encostando placas de papelão, portas velhas de madeira e caixas nos pilares da fachada do prédio concebida por Oscar Niemeyer. Os rodapés viraram cabides de roupas e sapateiros. Os jardins se tornaram depósito de isqueiros usados, garrafas quebradas, restos de alimento e latas enferrujadas. [...] Sob o vão do edifício anexo da biblioteca, cinco tendas de acampamento e outros quatro abrigos de papelão servem de refúgio para pessoas com trajetória de rua. (PARREIRAS, 2015)

Em cada um desses lugares, a resposta da PBH foi na direção de ações mais efetivas baseadas na já destacada Instrução Normativa nº 1, de 2013, que versa sobre a recolha de pertences considerados não essenciais à sobrevivência. O principal intuito era a desobstrução das vias e áreas de passagem. Entretanto, como resposta, na mesma reportagem, a educadora social da Pastoral de Rua, Claudenice Rodrigues Lopes, destacou: “A retirada de pertences é

⁴²² As secretarias foram transferidas para a Cidade Administrativa, ao norte de BH, inaugurada em 2010. Desse modo, a Secretaria de Estado da Educação tornou-se o Museu das Minas e do Metal; a Secretaria de Estado da Fazenda passou a abrigar o Memorial Minas Gerais Vale; a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas passou a ser o Museu do Homem Brasileiro; a Secretaria de Estado de Defesa Social tornou-se o Centro Cultural Banco do Brasil em BH; o Prédio da Reitoria da UEMG foi ocupado pelo Espaço TIM UFMG do Conhecimento; o Solar Narbona e o Palacete Dantas abrigaram o Inhotim Escola; no SERVAS criou-se o Museu Clube da Esquina; o Palácio dos Despachos deu lugar à Casa FIAT de Cultura; e a “Rainha da Sucata” sediou o Centro de Informação e Apoio Turístico. (MINAS GERAIS, 2011)

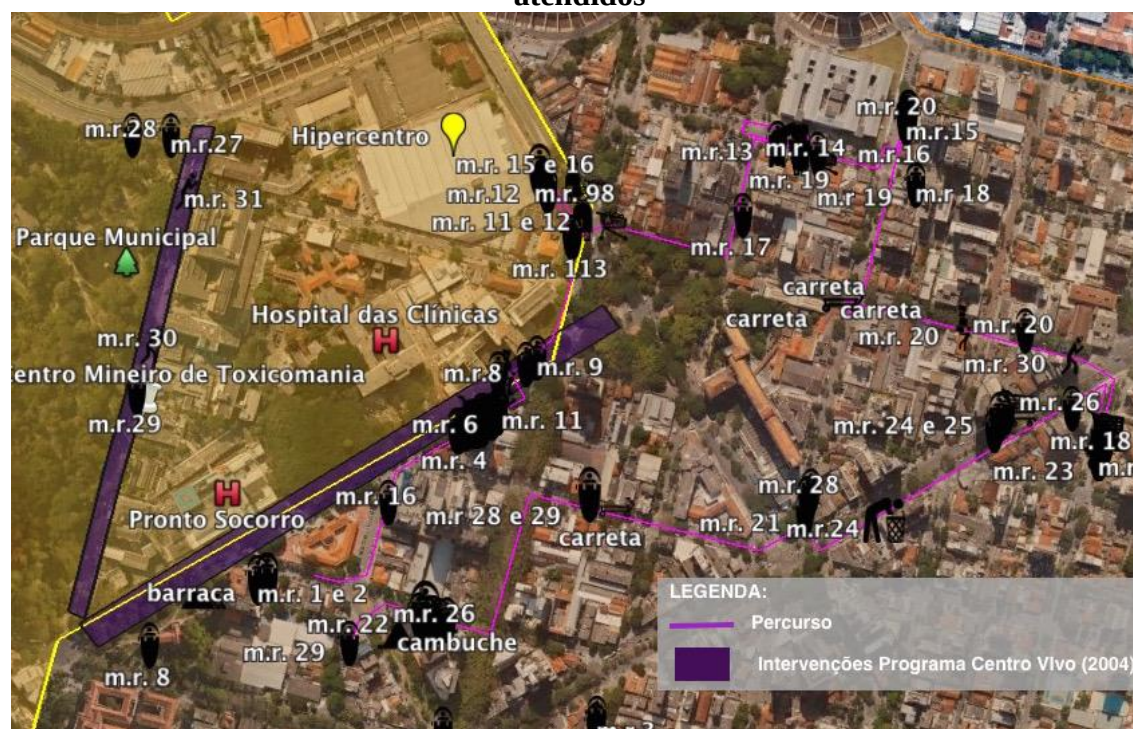
uma ação higienista e não muda nada se não for seguida de políticas de inclusão social. Não resolve nada, porque as pessoas apenas mudam de um lugar para outro. Ainda há necessidade de melhorar os programas de moradia e de trabalho” (PARREIRAS, 2015).

O próximo local a ser destacado é a parcela do bairro Santa Efigênia coincidente com a região conhecida como hospitalar e, desse modo, também coincidente com a ADE Hospitalar estipulada no Plano Diretor Municipal. É mister relembrar que essa foi uma região contemplada pelo Programa Centro Vivo, no ano de 2004, quando foi alvo de obras que buscavam trazer melhorias para o acesso de pedestres aos equipamentos de saúde assim como uma melhor integração do local ao transporte coletivo (BELO HORIZONTE, 2016a). Fez também parte das diretrizes tecidas e direcionadas pelo Plano de Reabilitação do Hipercentro. Na verdade, ao propor a ampliação do limite inicial da área hipercentral – inicialmente estipulada pelo Plano Diretor de 1996 – foi que, através desse mesmo plano, o Hipercentro passou a contemplar esse segmento do bairro Santa Efigênia. Ainda, na síntese da dinâmica urbana nele apresentada, essa área foi considerada predominantemente de comércio popular e usuários de baixa renda (BELO HORIZONTE, 2017b).

Diferentemente das duas localidades da Área Central já evidenciadas, a região hospitalar foi percorrida de forma mais metódica devido às jornadas noturnas realizadas junto com os voluntários da Campanha do Pãozinho⁴²³. Conforme pode ser observado no Mapa 54, o trajeto realizado, semanalmente, às sextas-feiras, contemplava um pequeno segmento do limite do Hipercentro, mas direcionava-se também para outras partes do bairro. Embora os percursos tenham sido realizados no período noturno, durante o dia foram também feitas incursões e observações na área.

⁴²³ O percurso com os voluntários da Campanha do Pãozinho na região hospitalar aconteceu nos dias 27/02/2015, 06/03/2015, 20/03/2015 e 10/04/2015.

Mapa 54 – Percurso da Campanha do Pãozinho na Área Hospitalar e localização dos atendidos



Fonte: Adaptado Google Earth

No que se refere mais diretamente ao percurso, ele não sofreu alterações de uma semana para a outra, fato que possibilitou tanto perceber aqueles moradores de rua que tinham o local como ponto mais fixo de pernoite – quase a totalidade – como construir uma relação de maior confiança com os que estavam sempre por ali. Ainda, os companheiros da atividade, os voluntários, há oito anos atendiam nesta área, o que permitiu explorar com mais profundidade as histórias e os conhecimentos que possuíam sobre a região. Para eles, mais que partilhar a comida, o momento trazia a oportunidade da conversa, da escuta e a tentativa de estabelecer laços para que se buscasse um modo de fazer com que aqueles que moravam na rua pudessem traçar uma trajetória de vida cada vez mais distanciada dela.

Os atendimentos dirigiram-se para pessoas de diferentes idades, sexo e sobriedade – num número que variava entre 25 e 30 pessoas a cada semana. Os que preferiam permanecer sozinhos eram minoria. Majoritariamente, buscavam a permanência em grupos por causa da segurança, embora não necessariamente se relacionassem ou mantivessem contato uns com os outros. Alguns casais também faziam do local seu ponto de pernoite. Em apenas duas oportunidades crianças também foram atendidas. Nesse sentido, uma das companheiras de jornada observou que, há alguns anos atrás, o número daqueles que eram considerados como “pivetes” era grande no local. Atualmente, embora ainda encontrasse com muitos deles, já crescidos, não mais eram vistos grupos de crianças e/ou adolescentes naquela região.

A maioria dos atendidos era de homens que diziam trabalhar durante o dia catando material reciclável, tomando conta de carros ou fazendo algum tipo de bico por ali mesmo ou em bairros vizinhos. A maior parte apresentava sinais de uso de bebidas alcoólicas ou afirmava ter consumido algum tipo de droga. As mulheres, em número bem mais reduzido, estavam sempre ou acompanhadas de um companheiro ou perto de grupos de outros moradores de rua. Evitavam ficar sozinhas como estratégia de segurança e sobrevivência.

O que se notou foi que, ao cair da noite, com a diminuição da movimentação oriunda, principalmente, da prestação de serviços na área da saúde – embora outros tipos de serviços e comércios também façam parte da dinâmica do local –, as marquises e os recuos de edificações eram bastante utilizados pelos que buscavam um local mais tranquilo para passar a noite. Quando o dia amanhecia, entretanto, apenas uma pequena parcela do grupo permanecia na região. Bem antes da abertura do comércio e dos serviços – por volta das seis horas da manhã –, a maioria se deslocava para “evitar problemas com os donos do lugar”, conforme comentou “Ciça”⁴²⁴, uma das moradoras de rua que, de acordo com os companheiros de jornada da campanha, era velha conhecida deles. Desde que começaram a fazer o trajeto da região hospitalar, “Ciça”, que aparentava ter cerca de 45 anos, permanecia no mesmo local – um recuo de edificação onde, geralmente, cerca de 10 moradores de rua também passavam a noite – e mantinha os mesmos hábitos. De pouca conversa, recebia o pão e a bebida, pedia pela oração que era distribuída e amavelmente se despedia. Em um dos dias, disse que gostava de se levantar bem cedo. Como dormia em frente a um restaurante/lanchonete, a movimentação começava logo que amanhecia. Então, ela retirava todas as caixas de papelão que utilizava como anteparo para improvisar um cômodo que a escondia/protegia dos olhares da rua e as colocava logo em frente, próximo ao meio-fio, já que algum “irmão” passaria no dia seguinte para reciclar.

O que é de interesse marcar nesta região – que é visitada com frequência por outros grupos assistenciais⁴²⁵ – alia-se ao já destacado para outras áreas. Apesar de intervenções e reestruturações urbanas – embora com alterações físicas mais reduzidas se comparada às anteriores – a região continua sendo apropriada e utilizada pelos moradores de rua. Entretanto, há um aspecto que necessita de menção. Quando se tratou da Savassi, foi utilizada a fala de “Cowboy”, morador de rua que costumava passar as noites na região hospitalar. Ele buscava

⁴²⁴ Em uma das visitas ao Centro Pop Leste, pela manhã, reencontrei “Ciça”. Era lá que ela, geralmente, passava os dias e aproveitava para fazer sua higiene pessoal.

⁴²⁵ Os voluntários da Toca de Assis, durante as atividades que desempenhei junto com eles, comentaram que há alguns anos também faziam o atendimento na região hospitalar. Entretanto, naquela época, a violência era mais forte em função do número elevado de grupos de adolescentes, geralmente drogados, no local – o que corrobora o depoimento da companheira da Campanha do Pãozinho. Durante as jornadas na área, era comum encontrar com outros grupos de voluntários também distribuindo alimentação e bebida.

outro local para dormir em função da violência que vinha sofrendo nesse entorno⁴²⁶. A mesma queixa foi ouvida por outros moradores de rua, principalmente sobre roubos que ocorriam enquanto dormiam.

Nesse sentido, o porteiro de um prédio – o mesmo prédio onde “Ciça” permanecia – contou que, alguns dias antes⁴²⁷, um morador de rua que nunca havia visto nas redondezas passou pelo local e, aproveitando-se do sono de um outro que dormia profundamente – em virtude de embriaguez – tirou sua mochila que servia como travesseiro e levou tudo que havia dentro dela. Como o morador de rua estava realmente muito alcoolizado, só percebeu o fato na manhã seguinte, o que o deixou completamente transtornado.

Essa situação pôde também ser confirmada por matérias jornalísticas que tanto apontavam para uma violência mais incisiva na região hospitalar e no centro da cidade como indicavam que a segurança promovida por equipes de vigilância privada, câmeras de monitoramento e policiamento mais ostensivo tem feito com que outros bairros da Regional Centro-Sul – como Lourdes e Savassi – venham se tornando mais atrativo para os moradores de rua que buscam um pouco mais de segurança.

O ex-pedreiro Milton Natividade, de 40 anos, passou a maioria das noites dos últimos quatro anos na Região Hospitalar de Belo Horizonte. Em uma dessas madrugadas, no início de 2013, foi acordado com um chute na costela. “Arreda para lá, coroa”, ele diz ter ouvido de um desconhecido. O morador de rua conseguiu se afastar [...]. Em seguida, afirma ter visto o homem jogar álcool no corpo do colega que dormia ao lado dele no passeio. “O cara riscou um fósforo e meu amigo virou uma chama viva. Morreu”, conta Milton, que deixou a região hospitalar depois do episódio. Desde então, passa a maior parte das noites com mais cinco sem-teto em frente a um loja na Avenida Cristóvão Colombo, na Savassi. A mudança dele não é caso isolado. [...] Parte da população de rua tem buscado regiões onde há mais movimento, vigilância particular de edifícios e passagem de viaturas para fugir de violência, inclusive de brigas entre eles. O movimento é percebido por moradores e comerciantes dessas regiões – além da Savassi, a reportagem do EM encontrou grupos no Bairro de Lourdes e na Praça da Liberdade – e torna mais evidente o crescimento da população de rua na capital. (MEDO DA..., 2013)

Essa questão traz à tona a complexidade das dinâmicas e fatores que conduzem às possibilidades de vinculação de determinados grupos e perfis de moradores de rua a certas regiões da cidade. Conforme visto, em alguns casos a Savassi, por exemplo, é colocada como

⁴²⁶ Um tempo depois, no dia 11 de abril de 2015, durante o *The Street Store BH* – uma campanha que ocorre em outras cidades do mundo e que recebe doações de roupas que são, em seguida, disponibilizadas para os moradores de rua de modo que possam escolhê-las como se estivessem em uma loja –, ao encontrar “Cowboy”, ele me contou que tinha passado a dormir próximo a um posto de gasolina no bairro Lourdes. O funcionamento da loja de conveniências do posto, que ficava aberta até mais tarde, lhe dava mais segurança para dormir e guardar seus pertences. Só não sabia dizer até quando ficaria por lá, já que os pedidos para que moradores de rua fossem retirados dos locais mais nobres da cidade eram muito frequentes.

⁴²⁷ Essa conversa ocorreu durante a Campanha, no dia 10/02/2015.

uma região a ser evitada pela vigilância e monitoramento. Para outros, entretanto, esses mesmos motivos podem servir como razão para buscar essas mesmas áreas como local de permanência. De qualquer modo, a atratividade de outras áreas da Região Centro-Sul para parte desse grupo tem trazido maiores polêmicas.

Foi o que ocorreu no ano de 2013, quando a Associação dos Moradores do Bairro de Lourdes adotou medidas para coibir a presença dessa população na região, principalmente na Praça Marília de Dirceu. Tais medidas buscavam: a “conscientização” de moradores e comerciantes da região para que não doassem agasalhos e/ou comida para os moradores de rua; a colocação do lixo na rua apenas na hora da coleta; e a instalação de esguichos na praça que seriam ligados quando houvesse mendigos (FERREIRA, 2013).

Sobre a questão, a coordenação do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua destacou que “a praça é pública e quem faz a manutenção é a prefeitura. Nós, o poder público municipal, não demos nenhuma autorização ou entendimento no sentido de instalação de esguichos” (FERREIRA, 2013). Ainda, foi reiterado que a PBH não poderia recolher moradores de rua à força e conduzi-los para abrigos, já que isso caracterizaria crime de sequestro. Destacou também a existência de equipamentos na cidade – abrigos e albergues – para dar apoio e suporte a essa população. Equipamentos que mostraram-se não apenas insuficientes em termos quantitativos como também por possuir uma estrutura que não contempla a realidade dos modos de vida daqueles que vivem nas ruas. Durante os finais de semana e feriados muitos não funcionam, como é o caso dos RPs e Centros Pop.

Ao tratar do mesmo assunto, uma outra reportagem evidenciava a frequência de solicitações à prefeitura, por parte de associações de bairros, de revitalização de praças. O pedido vinha da crença de que o uso do espaço pela vizinhança afastaria a ocupação por moradores de rua. Nesse sentido, na mesma matéria, a reação do vice-presidente do IAB-MG foi a de mostrar que revitalizações não são suficientes para o trato da questão, pois apenas transferem o problema para outros lugares (EMERICH, 2013). Tal postura, assim como outras nesse mesmo sentido já evidenciadas nesta pesquisa – tanto em outros momentos de Belo Horizonte como em Bogotá –, nada mais faz do que revelar o trato de um modo de vida como um problema e aprofundar a cisão entre formas normais e anormais de apropriação dos espaços públicos citadinos.

Assim, no que diz respeito às fontes afetas aos estudos sobre o morar/viver na rua em Belo Horizonte, com vistas às questões relativas a área central de Belo Horizonte, Freitas (2005) mostra que, em função da condição de pobreza das áreas suburbanas, o centro tem se tornado

um reflexo das divisões de classe da cidade moderno-contemporânea. Nesse sentido, alguns de seus espaços tornaram-se “estratégicos para a mendicância, o trabalho informal desqualificado e o lazer, atividades, em geral, desenvolvidas comunitariamente por pessoas que compartilhavam a mesma condição” (FREITAS, 2005, p. 67). Em sua pesquisa, a autora identifica e evidencia os conflitos que emergem no centro, ao longo de parte de sua história, e que vão ao encontro daqueles já mostrados mais acima. Com foco na atividade, principalmente, dos catadores de papéis, identifica a difícil convivência entre os “personagens de mundos tão distantes”. A Área Central, considerada como polo estruturador e símbolo da modernidade da capital, através de seus defensores tem imputado historicamente, segundo a autora, “nas desiguais e irrelevantes” intervenções coercitivas por parte dos gestores da cidade e dos mantenedores da ordem. E pode-se adicionar que isso tem sido feito de modo concatenado com um “clima de insegurança [...] amplamente divulgado e reforçado pela imprensa local, contribuindo assim, para reforçar o estigma do centro degradado e perigoso” (DE JESUS, 2015, p.382).

Também Villamarim (2009), em sua dissertação de mestrado, reforça os aspectos das dinâmicas das apropriações dos moradores de rua nos bairros da Região Centro-Sul – da qual a Área Central é parte –, marcadas pela ação coercitiva do Estado e pela tentativa de exclusão de determinados territórios:

E é nas ruas destes bairros que a população de rua se concentra, atraída pela circulação de pessoas e dinheiro, pelo movimento mais intenso de pessoas e é onde ela sofre maior ação coercitiva do Estado, que estabelece uma forma de “territórios proibidos” a essa população. Então, além do desafio da sobrevivência, do desafio de vivência singular do corpo e da moradia, há o desafio de burlar a ação do Estado. (VILLAMARIM, 2009, p. 17)

Parece não haver dúvidas de que esta efervescência de um modo de vida tão contrário a normas socialmente estabelecidas – com relação ao trabalho, tipo de consumo, moradia e diversão – acabou por conduzir a conflitos, embates e ações que buscaram minimizar a incidência dos moradores de rua na região central. Nesse sentido, a despeito dos planos e projetos de requalificação implementados, esta área, pelos motivos e razões destacados logo acima, manteve e mantém sua vitalidade em face das possibilidades de apropriação pela população de rua. Seja nos cantos da “sala de visitas” ou um tanto fora de foco no “cartão postal”, as heterotopias do corpo e do espaço resistem ao higienismo gentrificador dos mecanismos de controle e vigilância que sobre elas incidem.

Cabe verificar, no próximo momento, como tais embates ocorreram na área mais

profundamente estudada – o Hipercentro e o “Baixo” – *vis a vis* os processos e planos de renovação urbana conduzidos e a conduzir na região.

6.3.2 A área do Plano de Reabilitação do Hipercentro e o “Baixo”

Parte do contexto histórico que envolve as questões socioespaciais do Hipercentro e de uma de suas regiões, o “Baixo”, foi já apresentado na medida que os momentos de análise foram sendo explorados. Como visto, as transformações que tomaram feito nestes lugares tiveram, em grande medida, o objetivo ou a intenção de produzir mecanismos de dinamização do uso do solo – por meio, principalmente, da exploração de seu potencial histórico-cultural – para minimizar a degradação tão amplamente vinculada à presença de grupos e setores mais populares.

Na atualidade, projetos mais pontuais, assim como planos de escopo mais geral, têm novamente conduzido olhares e ações para essa região. Como pode ser notado, eles se atrelam às diretrizes e objetivos do Plano de Reabilitação do Hipercentro que serviu de base para planos e projetos confeccionados após sua conclusão. Mas o que se percebe, agora, é a predominância da região da parte do Hipercentro, em grande medida a considerada como “Baixo”, como estratégica para a implementação de novas empreitadas. E isso distingue-se do que ocorreu, em época anterior, com o Programa Centro Vivo, que marcou intervenções mais espreiadas para essa zona hipercentral como um todo. Também perceptível é a vinculação estreita de tais propostas com a tentativa de abri-las ao capital privado e privatizante, principalmente a partir das PPPs, assim como a novas formas de gestão do espaço, também a cargo da iniciativa privada. Nesse sentido é que serão destacados : o projeto do Corredor Cultural da Praça da Estação – ou Projeto Corredor Cultural Estação das Artes –; a criação da Zona Cultural Praça da Estação; o projeto do Centro Administrativo de Belo Horizonte e a Operação Urbana Consorciada (OUC-ACLO) – anteriormente denominada Nova-BH (MAPA 55).

Mapa 55 – Projetos e planos urbanísticos na Área Hipercental (2013-2106)



Fonte: Adaptado Google Earth

É necessário evidenciar que, no período de escrita desta tese, a PBH entregou à Câmara dos Vereadores o projeto de lei do novo Plano Diretor Municipal para que se iniciassem as tramitações cabíveis para sua discussão e aprovação⁴²⁸. Entretanto, dois fatores conduziram para que ele não fosse abordado diretamente neste trabalho. O primeiro, e mais importante, diz respeito à indisponibilidade de seu conteúdo de forma detalhada – o que comprometeria análises e avaliações. O segundo – tendo em vista o material de apresentação realizada por técnicos da PBH na Escola de Arquitetura da UFMG, durante evento organizado pelo grupo de pesquisa Indisciplinar⁴²⁹ – diz respeito ao fato de que, na região do Hipercentro, as principais alterações que possivelmente serão feitas virão, realmente, a reboque da OUC-ACLO (BELO HORIZONTE, 2015k).

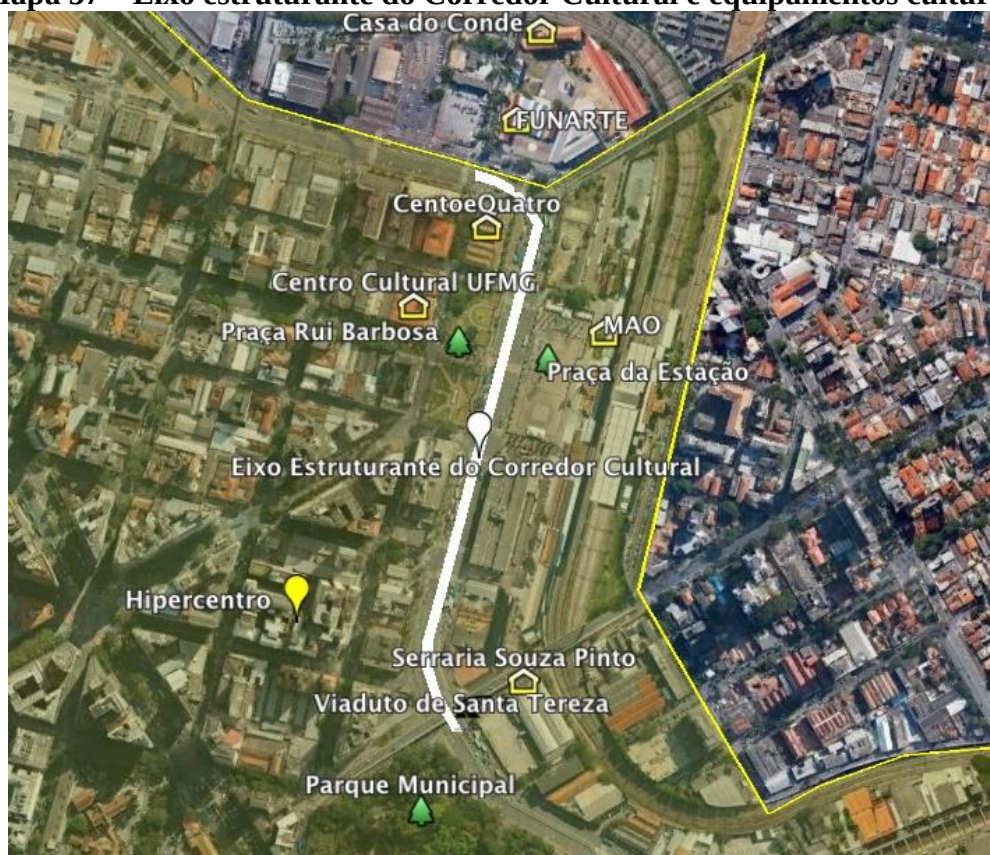
O que se espera com os destaques propostos é, ao evidenciar cada um desses projetos/planos, que conduzem a outras propostas e ampliam o escopo das possibilidades privatizantes na região, atingir – assim como ocorrido nas análises realizadas sobre Bogotá – os principais pontos observados durante a pesquisa de campo e que coincidem com os principais contextos urbanos relacionados às atividades que são desenvolvidas pelos moradores de rua em seus cotidianos na cidade de Belo Horizonte. Como pode ser observado no Mapa 56, todas essas

⁴²⁸ A entrega aconteceu no dia 23/09/2015.

⁴²⁹ A apresentação ocorreu no auditório da EA/UFMG no dia 20/11/2015.

como objetivo fortalecer a vocação artística e cultural da região na qual seria implantado (AYER, 2013). Além de destacar a viabilidade econômica da proposta vinculada ao PAC Cidades Históricas⁴³⁰, as notícias que saíram na mídia divulgavam também a área da intervenção: o trecho compreendido, ao longo do eixo do tamponado Arrudas, entre a sede da Funarte e o Parque Municipal (SIQUARA, 2013). Uma delimitação mais precisa da área de abrangência não foi encontrada, mas seus pontos de ancoragem estavam diretamente vinculados a equipamentos culturais já existentes ao longo do ribeirão. São eles, principalmente, a Casa do Conde de Santa Marinha, a Funarte, o CentroeQuatro⁴³¹, o Centro Cultural da UFMG, o MAO e a Serraria Souza Pinto. Também foram reconhecidos o baixio do Viaduto Santa Tereza e o Parque Municipal como importantes pontos relacionados a práticas intermitentes artísticas e culturais (MAPA 57).

Mapa 57 – Eixo estruturante do Corredor Cultural e equipamentos culturais



Fonte: Adaptado Google Earth

⁴³⁰ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma iniciativa do Governo Federal em ação desde 2007. Coordenada pelo Ministério do Planejamento, pretende promover obras voltadas à infraestrutura social, urbana, logística e energética no país. O PAC Cidades Históricas é uma das linhas de atuação e é destinada aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN (BRASIL, 2015).

⁴³¹ O CentroeQuatro é um centro cultural abrigado em uma das edificações tombadas do Conjunto Arquitetônico da Praça da Estação e compreende espaços de exposição, café e salas de cinema.

Na época do lançamento da proposta, entretanto, o jornal *Estado de Minas* destacava outras motivações para justificar a empreitada: “Corredor cultural para salvar a Praça da Estação: Projeto discutido há 20 anos volta a ser apontado pela Prefeitura de BH como prioritário para revitalizar Praça da Estação. Local está depredado e ocupado por moradores de rua” (LIRA, 2013). No corpo do texto, a mesma tônica destacava a necessidade de prestar socorro à área, já que:

Comerciantes reclamam que o local está tomado por moradores de rua, principalmente na Rua Aarão Reis, em frente aos pontos de ônibus. Eles relatam que mendigos ficam debaixo de marquises e em meio aos usuários do transporte coletivo para usar drogas e pedir esmolas e chegam a cometer roubos e furtos. O dono de um comércio, que pediu para não ser identificado, disse que a situação afasta os clientes. (LIRA, 2013)

Como ilustração da matéria que pedia a salvação da praça, foi colocada a foto de moradores de rua descansando em frente a parte dos prédios que compõem o conjunto da Estação Central, na Rua Aarão Reis (FIG. 41).

Figura 41 – Moradores de Rua em frente a uma das edificações dos arredores da Praça da Estação



Fonte: Lira (2013).

A essa visão de abandono, depredação e mau uso, entretanto, foi contraposta uma série de críticas referentes ao projeto e que motivou a criação de um grupo e de uma página no *Facebook*. A intenção era a de conscientizar – tanto as pessoas como o próprio poder público – sobre um caráter já existente na área, a saber, a cultura diversa, não hierárquica, não oficial ou institucionalizada e manifesta livremente através de distintas atividades culturais de

apropriação livre dos espaços públicos desse mesmo local – agora taxado de “Corredor Cultural”. Dentre os eventos mais frequentes na área destacavam-se, por exemplo, o Duelo de MCs e a Praia da Estação⁴³². Por isso, o grupo ressaltava a já existente vida cultural no local, vinculada a equipamentos artístico-culturais – públicos ou não – tais como o CentoeQuatro, o Teatro do Espanca e o Bar Nelson Bordello. Com o lema “O Corredor Cultural já existe”, uma série de ações tomou corpo e passou a permear as discussões que estavam sendo conduzidas⁴³³. Um dos principais discursos dessa vertente apontava para um cunho higienista da proposta com forte tendência a provocar um processo de gentrificação do local (ZONA CULTURAL PRAÇA ESTAÇÃO, 2015).

Como desdobramento das pressões exercidas a partir desse posicionamento crítico à empreitada requalificadora do poder público, foi criada uma comissão de acompanhamento da elaboração do projeto arquitetônico a ser desenvolvido por um escritório de arquitetura previamente contratado pela gestão municipal. Com representantes diversos da sociedade civil organizada – vinculada ao local –, dentre os quais um representante da população em situação de rua, a comissão foi instituída pela Portaria FMC nº 23, de 15 de abril de 2013 (BELO HORIZONTE, 2013b).

A necessidade da participação da população de rua na comissão foi levantada durante a primeira reunião de apresentação da proposta organizada pela FMC, na Funarte, no dia 2 de abril de 2013. Esse fato veio à tona em função da apropriação reincidente de moradores de rua da área delimitada pelo projeto do Corredor Cultural – como pôde ser visto nos momentos anteriores. Nesta oportunidade, questionou-se também o fato de já estar em andamento e tramitação na FMC, a despeito do Corredor Cultural, um projeto específico de requalificação da área sob o Viaduto de Santa Tereza. Tal projeto já havia sido apresentado ao CDPCM-BH e previa para o local a implementação de um Circuito de Esportes Radicais. Também polêmica – já que possuía um programa e uma solução técnico-espacial que não contemplava os usos e

⁴³² O Duelo de MCs – movimento de jovens ligados ao hip hop – ocorre desde o ano 2007, às sextas-feiras, sob o Viaduto Santa Tereza, apesar de algumas interrupções em função da reforma do local. Já a Praia da Estação teve início com a reação ao Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009 (BELO HORIZONTE, 2009). O decreto proibiu a realização de eventos de qualquer natureza na praça, sob a alegação de riscos de depredação do patrimônio público. Como um protesto à determinação, um grupo de pessoas passou a se reunir no local – com trajes de banho, como na praia, principalmente aos sábados, para tocar e ouvir música, praticar esportes, banhar nas fontes e confraternizar.

⁴³³ Uma delas foi “A Ocupação – O Corredor Cultural Já Existe” que, no Facebook, fazia a chamada para o evento do dia 7 de setembro de 2013: “O baixo centro de Belo Horizonte é repleto de atividades culturais há anos e nesse domingo ‘A Ocupação’ reúne no espaço uma manifestação artístico-cultural realizada pelo Comitê de Arte e Cultura de Belo Horizonte em uma tarde com mais de 100 atividades. São shows, intervenções, performances, DJs, blocos de carnaval, oficinas, e com o espaço aberto a propostas.” (ZONA CULTURAL PRAÇA ESTAÇÃO, 2015)

atividades que tomavam corpo no lugar⁴³⁴ –, a proposta sofria críticas dos movimentos sociais e artísticos que já se apropriavam do local, tais como o já citado Duelo de MCs e o coletivo Família de Rua⁴³⁵. Questionava-se, portanto, o não reconhecimento pelo poder público da sua vivacidade e multiplicidade de usos assim como a ausência de participação popular no processo de elaboração do projeto. Nesse sentido, é importante destacar que desde o Plano de Reabilitação do Hipercentro, de 2007, já se previa “a implantação de equipamentos destinados à prática de *skate*, na modalidade *street*, em via lateral embaixo do Viaduto Santa Tereza” (BELO HORIZONTE, 2007b, p.33).

Durante o período de sua tramitação, como conselheira do CDPCM-BH, pude acompanhar, com proximidade, o projeto do Circuito de Esportes Radicais. Nessa oportunidade, escrevi, em conjunto com o verador Arnaldo Godoy, o “Parecer referente ao pedido de vista do projeto de restauração do Viaduto Santa Tereza e Circuito de Esportes Radicais, pertencente ao Conjunto Urbano Bairro Floresta em sobreposição com o Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências”. O principal ponto questionado pelo parecer dizia respeito ao memorial descritivo e ao relatório técnico anexados ao processo e que ressaltavam:

O viaduto Santa Tereza encontra-se abandonado, com sujidades causadas pelo tempo e mau uso dos usuários. Atualmente, tornou-se abrigo para os moradores de rua. [...] tal projeto é de interesse da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, representando parte fundamental no processo de melhoria e revitalização dos equipamentos públicos urbanos que atualmente encontram-se degradados e não devidamente apropriados e vivenciados pela população. (BELO HORIZONTE, 2013)

Mais uma vez, esse material apresentado pela PBH, reverberava as justificativas de intervenções em áreas populares já mostradas em momentos anteriores: mau uso, presença de moradores de rua, degradação, vivência incorreta dos espaços. Mas como resposta ao relatório, o parecer enfatizava:

Ora, é perceptível que iniciativas particulares e espontâneas dão a dimensão da apropriação daquele espaço pela população e que essas práticas legítimas não devem, de modo algum, ser taxadas como não devidas e de mau uso.

Em termos sociais, nas adjacências do Viaduto Santa Tereza, tem-se verificado, nos últimos anos, uma ocupação que ocorre à noite, concentrada em locais como o Nelson Bordello, um bar/ restaurante e cabaré cultural, localizado na Rua Aarão Reis, com

⁴³⁴ O piso especificado não favorecia as práticas de skate e *parkour* frequentes no local; uma quadra de basquete sob o viaduto e, portanto, com um pé direito insuficiente para a prática, era completamente cercada por uma grade que limitaria o uso e apropriação do local; rampas adentravam pelo espaço onde ocorrem as apresentações dos MCs.

⁴³⁵ Coletivo fundado no ano de 2007 com vistas a “Preservar e difundir a cultura Hip Hop e o Skate em seus moldes originais, enquanto expressão artística e estilo de vida, gerando oportunidades e sustentabilidade por meio da profissionalização, atuação em rede e exercício da cidadania”. (FAMÍLIA DE RUA, 2015)

características de reduto boêmio, espaço que tem abrigado experimentações artísticas, gastronômicas e comportamentais. Desse modo, o local vem se transformando em um ponto de encontro de um grande número de usuários e que nos faz lembrar dos antigos redutos da boemia da capital. Ressalta-se, ainda, grupos teatrais e a própria Serraria Souza Pinto, que tornam o lugar ainda mais plural. [...].

Por isso, é extremamente importante que se compreenda a área embaixo do viaduto Santa Tereza como prenhe de vida e daquilo que é mister nas cidades: o exercício da apropriação democrática, plural e participativa. É necessário que não se pense a proposta como uma forma de revitalização já que vidas estão inseridas e ativas no contexto social, artístico e cultural do local. (BELO HORIZONTE, 2013)

Na mesma vertente, Rena, Berquó e Chagas (2014) chamam a atenção para o fato de que o baixio do Viaduto Santa Tereza é ponto relevante de articulação dos movimentos culturais belorizontinos assim como de manifestações políticas e ocupações urbanas de caráter efêmero e periódico – prova disto foi o papel que assumiu em junho de 2013, quando manifestações eclodiram em todo o país⁴³⁶. À época, sob a estrutura do viaduto, centenas de pessoas reuniram-se, em várias ocasiões, conformando a Assembleia Popular Horizontal de discussão de pautas múltiplas e plurais⁴³⁷. E nessa mesma oportunidade, muito embora as pesquisas de campo não tivessem se iniciado de forma sistemática, era possível observar que o aglomerado potente daquela multidão⁴³⁸ não se tornou motivo para o afastamento dos moradores de rua de seu cotidiano (no) local. Naquele momento, eram eles também multidão que, por vezes, inscrevia-se e falava sobre os assuntos abordados.

De qualquer modo, sobre o Circuito de Esportes Radicais, o parecer solicitou alterações na proposta apresentada pela PBH com o intuito de manter as apropriações já existentes sob o viaduto. Com todas as solicitações contempladas, o projeto foi aprovado pelo CDPCM-BH. Embora sua implementação ainda não tenha sido concluída, o trecho já finalizado – que abrange a área em frente à Serraria Souza Pinto e coincide com o local onde ocorre o Duelo de MCs assim como outras tantas apresentações artísticas – continua, no cotidiano, sendo apropriado pelos moradores de rua que ali descansam, conversam, dormem e socializam. Na verdade, toda a área já liberada das obras tem a presença constante de moradores de rua que, em momentos de festas, misturam-se aos diversos grupos que tomam conta do local. Ao participar de alguns

⁴³⁶ Às vésperas da Copa das Confederações, que antecedia a Copa do Mundo da FIFA, aquele que ficou conhecido como o “levante de junho” teve como estopim os protestos contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo encabeçados pelo Movimento Passe Livre (MPL). (COCCO, 2013)

⁴³⁷ A pluralidade pode ser vista nos distintos Grupos de Trabalhos (GTs) que se formaram a partir da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (APH-BH): Mobilidade Urbana, Reforma Urbana, Meio Ambiente, FIFA e Megaeventos, Desmilitarização e Anti-Repressão Policial, Saúde, Educação, Reforma Política, Direitos Humanos e Lutas Contra as Opressões, Democratização da Mídia, Cultura, Disseminação das Assembleias e Permacultura (ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL BELO HORIZONTE, 2015)

⁴³⁸ Utiliza-se aqui o termo multidão a partir de sua definição por Antonio Negri (2009). Para o autor, a multidão é imanência e conjunto de singularidades. É produtiva e está sempre em movimento. Portanto, é também potência. Não é unitária nem contratualista, mas multiplicidade singular e universal completo.

desses eventos, não raro, foi possível encontrar e conversar com alguns moradores de rua já conhecidos de momentos anteriores da pesquisa. Nos shows e performances, misturavam-se no batuque e na dança, embora muitos aproveitassem o momento para o trabalho de catação e venda de balas, chicletes e bugigangas.

Quanto ao Corredor Cultural, a apresentação do projeto final à sociedade ocorreu no dia 28 de abril de 2014, no CentoeQuatro. Apesar de toda a dinâmica desenvolvida, o projeto não seguiu adiante. De qualquer modo, as intervenções propostas previam reestruturações de boa parte do “Baixo” – na sua porção mais a leste – que, no seu dia a dia, é lugar de uma série de atividades desenvolvidas pelos moradores de rua.

Mas como foi visto, a área de abrangência do Corredor Cultural vai mais além do Viaduto Santa Tereza. Por isso, é necessário salientar como as apropriações de outros espaços dessa região – que durante o tempo de pesquisa em Belo Horizonte foram percorridos de modo constante – ocorrem quando se consideram as pessoas que moram na rua. Uma das conexão do viaduto com a Praça da Estação é feita pela Rua Aarão Reis que abriga a Estação BHBus Central – que fez parte, conforme mostrado, das intervenções que foram encaminhadas no âmbito do Programa Centro Vivo. Nela estão também o Teatro Espanca, o Baixo Centro Cultural – antigo Nelson Bordello – e uma série de pequenos comércios e bares que, defronte a edificações/galpões do conjunto da Estação, fazem fundo para uma extensa parada de diversas linhas de ônibus que passam pela região central assim como para uma das saídas do metrô. Esse ambiente de grande fluxo de pedestres, principalmente durante os horários de pico, propicia, para os moradores de rua, trabalho – vendem pequenos produtos; tomam conta de carros da redondeza; pedem algum trocado; descarregam caminhões e reciclam –, lazer e diversão – do lado de fora dos bares compram “barrigudinhas” e cigarros, ouvem música, conversam, contam histórias e recitam poesias.

Pelo menos, para “Lírico”, esta é a atividade mais importante e prazerosa do dia. Embora tenha mantido contato com ele durante visitas realizadas à região, foi durante um dos eventos do Festival de Arte Negra, na Praça da Estação⁴³⁹, que conversamos por mais tempo. Como de costume, ele estava nas redondezas da saída do metrô da Rua Aarão Reis. Neste dia, um pouco mais alterado pelos efeitos do álcool, demorou-se nas poesias. De olhos fechados, com uma das mãos próximas ao ouvido – como se escutasse alguém soprando-lhe as palavras – falava meio embolado sobre amor, cidade e família. De tempos em tempos se emocionava. De tempos em tempos era interrompido pelos companheiros que descansavam encostados nos vidros plotados

⁴³⁹ O festival ocorreu em dezembro de 2015.

com rostos de homens de meia idade que fechavam a entrada do metrô. Alguns também arriscavam, em tom de chacota, algumas rimas. Enquanto passava de uma poesia a outra, “Lírico” tomava um gole e se queixava da difícil vida na rua. Ao final, pediu um trocado. Muitas vezes era assim que conseguia o dinheiro para seguir adiante.

Por outro lado, quando a movimentação se torna menos intensa, o local se transforma em uma esplanada de descanso. Nesse caso, a marquise que abriga toda a extensão do ponto de ônibus serve, principalmente à noite e nos horários mais tranquilos dos fins de semana, como proteção contra as intempéries e seus bancos servem como lugar para uma pausa. Os degraus na entrada de algumas edificações também auxiliam como estratégia para vencer a umidade que, porventura, venha do passeio quando o cansaço precisa ser vencido (FIG. 42). Por isso, não apenas ao longo da Aarão Reis mas em vários outros pontos da cidade é bastante comum observar esse tipo de apropriação.

Figura 42 – Moradora de rua descansando na Rua Aarão Reis



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Já no outro extremo desta mesma rua, na Praça da Estação – como mencionado, lugar de eventos de diversas naturezas – moradores de rua, majoritariamente em grupos, descansam e socializam, durante o dia, sob a sombra das poucas árvores existentes. Movem-se junto com

a sombra por elas produzidas. Na parte da noite, intensifica-se o consumo de álcool e drogas, o que acaba por gerar as confusões já destacadas nas falas dos que evitam essa parte do “Baixo”. Uma dessas confusões foi narrada por “Bacana”, 45 anos, durante uma das atividades realizadas no Centro Pop. Nesse dia⁴⁴⁰, desculpando-se, estendeu a mão esquerda para o cumprimento. A mão direita estava machucada assim como sua perna – bastante inchada e com hematomas. “Bacana” contou que ele e mais dois companheiros haviam sido atacados por *skinheads* na Praça da Estação. Dos três, ele era o que havia apanhado menos porque num determinado momento do ataque, quando um dos agressores ia lançar em sua direção um balão que disse estar cheio de álcool, conseguiu se agarrar a um deles. Assim, se o queimassem, um dos agressores seria queimado também. Disse ainda ter estranhado essa forma de ataque, já que o mais usual era “esse pessoal vir atacar a gente com bastão de baseball” (“Bacana”, morador de rua, informação verbal). A sorte que tiveram neste dia foi a chegada da polícia.

“Bacana” repetiu essa história algumas vezes durante a manhã. E a cada vez que contava, seguia-se, por parte de outros colegas também presentes, a observação: “Também, né? Na Praça da Estação...”. E algumas outras reverberações amplificavam o assunto: “A Praça Sete e a Praça da Estação são os lugares mais violentos...”; “Principalmente no final de semana...”; “São as drogas”. Mas, por outro lado, a Praça da Estação era também local de festas, encontros e diversão. Um outro usuário do Centro Pop, “Brilhantina” – morador de rua há dois anos – durante uma entrevista⁴⁴¹ contou como havia passado o dia anterior nas imediações da praça:

Ontem por exemplo, que tava um dia fraco, a gente conseguiu em média 350 reais mangueando⁴⁴². Eram 12 pessoas. Aí, um deles disse: “Você segura o dinheiro que aí você compra a cachaça, compra o refrigerante e compra o seu cigarro”. [...] Eu não bebo cachaça pura. E eu não consigo beber sem fumar. Aí, de repente: “Me dá dez contos aí pra eu ir buscar um baseado pra nós?”. Aí nós fuma maconha o dia inteiro. Aí... “Me dá vinte conto aí que nós vai buscar duas ali ó!”. Aí nós vamos fazer um mesclado. (“Brilhantina”, informação verbal)

Um fato que merece ser evidenciado sobre a Praça da Estação está vinculado à sua utilização para algumas festas e eventos tais como a já citada Praia da Estação. Nesses dias, é possível perceber a forma como essa apropriação, apesar de ocorrer nesse lugar cotidianamente utilizado como encontro e descanso pelos moradores de rua, não é razão ou motivo para que dali se afastem. Ao contrário, durante a Praia da Estação, eles não só permanecem no entorno se divertindo – dançando, filando cigarros, tomando o resto de cerveja doado ou deixado nas

⁴⁴⁰ A atividade ocorreu no dia 27/04/2015, no Centro Pop localizado na Avenida do Contorno.

⁴⁴¹ Entrevista gravada no dia 12/05/2015 no Centro Pop da Avenida do Contorno.

⁴⁴² Manguear diz respeito à ação de conseguir dinheiro seja fazendo bicos, pedindo ou praticando furtos e roubos.

latinhas e garrafas –, mas também trabalhando ou “mangueando”. O “mangueio” ocorre de distintas formas: a busca por latinhas vazias no lixo ou no chão; a venda de chicletes, bala e chocolate; os pedidos por algum trocado ou moeda; a busca por objetos de qualquer valor caídos ou deixados no chão, bancos e barracas; a possibilidade do furto. Quanto a essa última forma, a postura corporal daqueles que passavam alertas a qualquer “mole” ou distração dos frequentadores é notória. Entretanto, nenhum tipo de ato de violência física ou agressão foi observado.

Já do outro lado da Avenida dos Andradas, na Praça Rui Barbosa, o maior sombreamento, os bancos, o gramado e as fontes propiciam um descanso mais prolongado assim como a possibilidade de lavar e secar roupas, mesmo nesses dias de festas. É nela também que, aos domingos, o grupo de voluntários da “Macarronada Solidária” faz, na alameda principal da praça, a distribuição do almoço. Na verdade, outros grupos de assistência, em dias alternados da semana, desenvolvem ali seus trabalhos.

De acordo com o já citado “Guga”, os arbustos e a vegetação da praça fazem também com que, à noite, seja possível escamotear a venda de drogas e namoros mais calorosos no local. Foi na Praça Rui Barbosa que “Guga” narrou seu cotidiano⁴⁴³. Foi interessante perceber que, ao fazê-lo, reuniu, a partir de seu dia a dia, os distintos pontos do “Baixo” que o Corredor Cultural pretendia, de outra forma, costurar:

De manhã cedo eu acordo. Tem um amigo meu que é aquele rapaz daquele caminhão amarelo ali (apontando para a Praça da Estação) que me conhece desde que cheguei aqui em Belo Horizonte. Geralmente eu acordo, fico lá com ele, aí se tem algum carreto, alguma coisa, eu faço, junto meu dinheiro, aí quando dá meio dia eu tiro e vou no popular ou senão eu vou em restaurantes baratos por aqui, almoço, volto. Quando não tem nada pra fazer eu fico no parque, deito lá no parque, tento, assim, entre aspas, arrumar uma namorada, mas tá osso, porque BH tá osso! Aí, seis horas volto lá pro popular, pego a sopa, a janta. (“Guga”, morador de rua, informação verbal)

Mas, embora durante o dia essa parte do “Baixo” seja protagonista de grande parte das ações de “Guga”, à noite ele busca outro local para dormir. Nesse sentido, apesar dos apontamentos realizados sobre a área hospitalar no que concerne ao aumento da violência contra moradores de rua, ela foi destacada por “Guga”, neste dia, como sua preferida para passar a noite. Como justificativa, ele apontou a tranquilidade e a presença de viaturas da polícia, mas viaturas com “alguns policiais que são honestos e te ajudam. São diferentes de outros que te sacaneiam”. Entretanto, algumas semanas depois, ao encontrá-lo na região hospitalar, no local

⁴⁴³ Entrevista gravada no dia 12/05/2015 no Centro Pop da Avenida do Contorno.

onde costumava armar sua barraca, contou que durante a noite haviam tentado roubar sua bicicleta⁴⁴⁴. Como a havia prendido junto à barraca, ao mexerem nela, acordou. Rapidamente, passou a mão no porrete que sempre o acompanha, mas quando saiu já não havia mais ninguém por perto.

Mas retornando ao projeto do Corredor Cultural, se ele não foi adiante, ações e intenções com foco no local, por parte da prefeitura, continuam a ocorrer. No dia 9 de junho de 2014, o decreto nº 15.587 instalou a Zona Cultural da Praça da Estação e, desta vez, os limites foram oficialmente estabelecidos. Como pode ser visto pelo Mapa 58, houve uma ampliação do primeiro eixo estruturante do Corredor Cultural, principalmente, pela inclusão do Parque Municipal. De qualquer modo, os equipamentos culturais – já citados acima – continuaram a servir de ancoragem para a Zona Cultural que, com a adição do parque, passou a abranger também o Teatro Francisco Nunes e o Palácio das Artes (MAPA 59).

Mapa 58 – Zona Cultural da Praça da Estação



Fonte: Belo Horizonte (2014).

⁴⁴⁴ Nesta época, “Guga” se preparava para mais uma de suas aventuras. Após ter conseguido a doação de uma bicicleta, ele daria início, segundo ele, a mais uma jornada de pedalada até a Venezuela. Não seria a primeira vez. Na verdade, a grande alegria e satisfação de “Guga” era mostrar as fotos que fazia durante suas viagens. Nos plásticos de uma pasta preta, sempre presente em sua mochila, uma coleção de fotos comprovava suas histórias e lembranças em lugares diversos.

Mapa 59 – Zona Cultural da Praça da Estação e principais equipamentos culturais



Fonte: Adaptado de Google Earth

Dentre os objetivos estabelecidos no decreto que instaurou a Zona Cultural, é importante que se destaquem: fomentar a diversidade; preservar e promover o conjunto arquitetônico, histórico e paisagístico; fomentar atividades culturais, artísticas, de lazer e entretenimento; integrar a comunidade local e o público visitante; fomentar o uso do espaço público mediante atividades compatíveis com os demais objetivos. Ainda, o decreto estabeleceu a criação do Conselho Consultivo da Zona Cultural da Praça da Estação (CCZCPE)⁴⁴⁵ – de composição paritária entre o poder público e a sociedade civil organizada – e o prazo de um ano para a realização de um plano diretor participativo do local (BELO HORIZONTE, 2014a).

Também cercada de polêmicas, a criação da Zona Cultural foi pauta da 26ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Cultura (COMUC), no dia 1º de julho de 2014. A ata da reunião deixa transparecer alguns pontos nesse sentido. Ela mostra que o presidente do COMUC esclareceu que o CCZCPE não teria seus trabalhos sobrepostos aos do Conselho Municipal – instância máxima da política cultural em Belo Horizonte – já que o Conselho

⁴⁴⁵ Após algumas tentativas frustradas, em função de desacordos com movimentos sociais, em uma reunião pública, no dia 28 de maio de 2015, foi feita a eleição para os representantes da sociedade civil.

Consultivo da Zona Cultural teria, primordialmente, a função de colaborar para a elaboração do plano diretor daquele espaço específico. O presidente reiterou também que a Zona Cultural foi firmada como continuidade dos processos que tiveram início com a criação do Corredor Cultural e que a alteração da nomenclatura de Corredor para Zona Cultural era um indicativo da preocupação em se afirmar e manter as diversidades e multiplicidades do local (BELO HORIZONTE, 2014b).

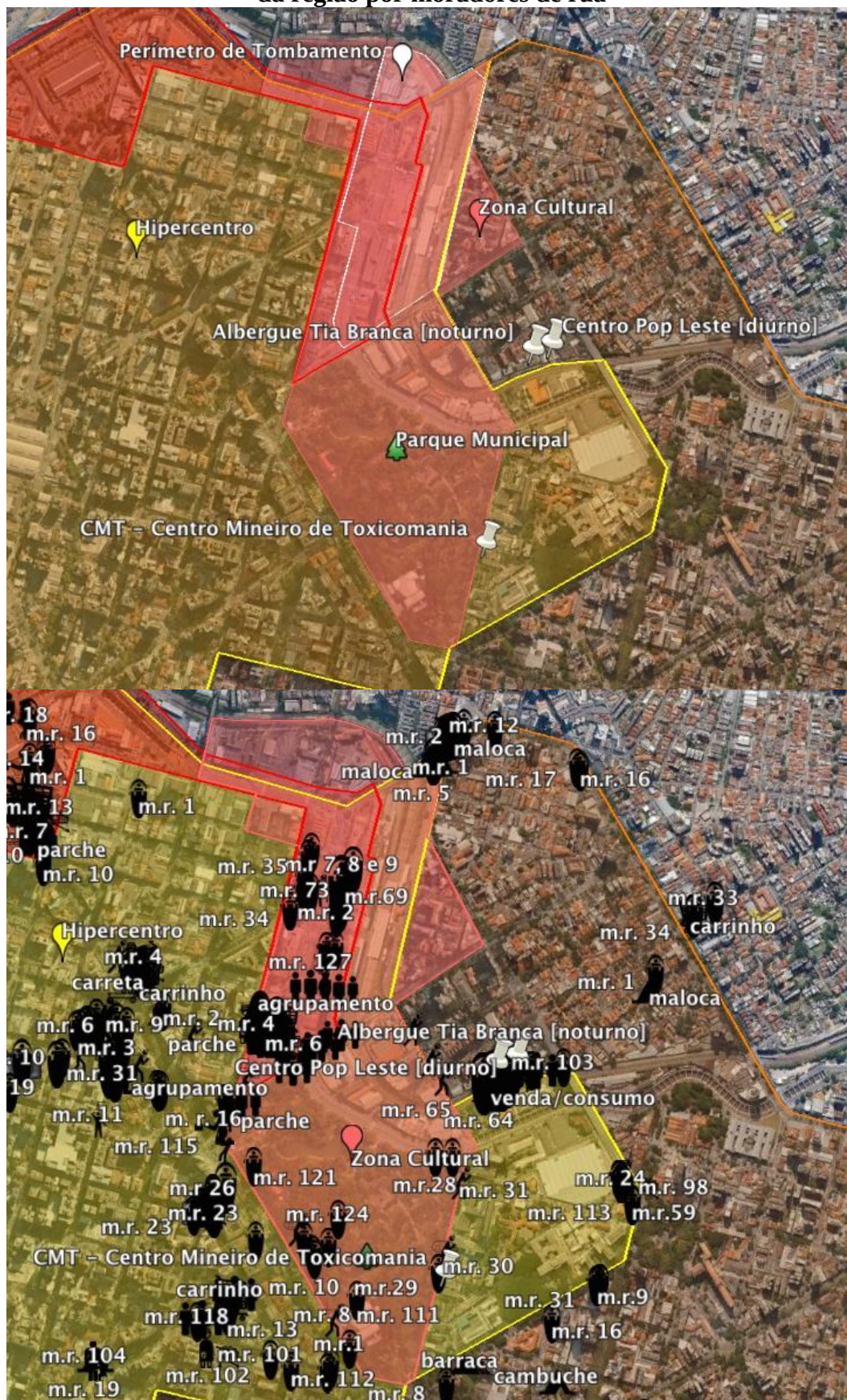
De qualquer modo, no que concerne à população de rua, não há indícios de que a sua participação ou até mesmo as questões relacionadas ao seu cotidiano tenha sido parte das variáveis e objetivos que conduziram à transformação do Corredor Cultural em Zona Cultural. Não parece, ainda, que a manutenção das diversidades incluía esta população, tendo em vista a ausência de representatividade no próprio conselho criado. Na verdade, ao retomar o parecer técnico que trazia como uma das justificativas para a intervenção no baixio do Viaduto Santa Tereza – um dos locais por excelência do Corredor e da Zona Cultural – a presença de moradores de rua, tem-se uma mostra do modo como esses sujeitos urbanos são percebidos a partir do olhar das políticas afetas às renovações e requalificações no/do local nos anos mais recentes. Mais uma vez, como visto, eles aparecem como problema e não como parte de uma estrutura cotidiana vinculada ao local.

Ainda, é importante perceber que os limites estipulados para a Zona Cultural atingem não apenas porções da região do “Baixo”. Eles extrapolam o Hipercentro, o perímetro do tombamento do Conjunto Arquitetônico Praça Rui Barbosa e incorporam outros quarteirões e edificações ao longo do eixo do Arrudas e do Bairro Floresta. Desse modo, abrangem outras áreas de grande importância para o cotidiano dos moradores de rua tais como o Parque Municipal e as cercanias de equipamentos de grande relevância para esta população, como o Centro Mineiro de Toxicomania⁴⁴⁶ (CMT) e um albergue noturno, o Albergue Tia Branca⁴⁴⁷, que acumula a função de Centro Pop no período diurno – o Centro Pop Leste (MAPA 60). Nesse sentido, o que se pode notar é a existência de uma cisão entre, de um lado, uma apropriação e uso ativo desses espaços pela população de rua no cotidiano da *urbis*, principalmente nessa região e, de outro, a incipiente presença dessa mesma população nas instâncias das políticas urbanas que decidem sobre o planejamento e a gestão desses mesmos espaços.

⁴⁴⁶ O Centro é referência na área de toxicomania e como Centro de Atenção Psicossocial-álcool/drogas – CAPS-AD – que oferece assistência ambulatorial e de permanência-dia em saúde mental para pacientes com dependência e/ou uso prejudicial de álcool e outras drogas.

⁴⁴⁷ O Albergue Tia Branca, com capacidade de atendimento para 400 pessoas, foi vítima de um incêndio no dia 1º de outubro de 2015, o que acarretou na suspensão do atendimento até o momento de escrita desta tese.

Mapa 60 – Zona Cultural da Praça da Estação, referências próximas; e a ocupação da região por moradores de rua



Fonte: Adaptado de Google Earth

Quanto ao Parque, sua menção é importante considerando-se o papel que assume no dia a dia da população de rua da área central. Durante a pesquisa de campo, essa relação pôde ser tecida através das conversas e entrevistas com moradores de rua e, também, pelas visitas realizadas ao local. Notícias em periódicos e pesquisas acadêmicas também mostram os conflitos e a dimensão de tal relação.

O Parque Municipal abre seus portões, de terça à domingo, das 6h às 18h. Durante esse período é constante observar moradores de rua que buscam comida em suas lixeiras, pedem alguns trocados para seus usuários – principalmente nos dias em que ocorrem eventos e atividades artísticas – e descansam ou dormem sobre seus bancos ou na sombra de suas árvores, nos gramados, para “fazer passar o dia”, como salientou “Cowboy”⁴⁴⁸ em uma das conversas durante a Campanha do Pãozinho, e também “Guga”, durante a entrevista na Praça Rui Barbosa. Na verdade, o lugar de descanso serve como recarga de energia para dar conta das noites raramente tranquilas e sob constante ameaça de violências institucionalizadas – recolha de pertences, retirada e expulsão de determinados pontos por agentes do poder público – ou, ainda, por furtos, brigas e agressões entre eles próprios ou por parte de transeuntes. Essa situação é também descrita nos jornais locais:

Frequentedor do Parque Municipal, Divino da Silva, de 56 anos, passa os dias com a companheira e amigos dormindo no gramado e só sai à noite, quando os portões são fechados. Ele vive nas ruas desde 2010 e conta que à noite, por medo, sempre muda de lugar. “Tenho medo de covardia. Tem gente que é agredida quando está dormindo”, disse. “Nas ruas, durmo com um olho aberto e outro fechado, sempre uma faca na mão para me defender”, completou. Claudinei Correia, de 42, também passa as tardes no parque, à exceção de segunda-feira, quando o local é fechado para manutenção. “Segunda-feira é um tédio”, descreve. Ele conta que, com o parque fechado, passa o dia na “Praça da Guerra”, como moradores de rua chamam um canteiro no final da Alameda Ezequiel Dias. (FERREIRA, 2014b)

Atualmente, o que se percebe é que alguns moradores de rua já são conhecidos de funcionários do local, principalmente dos que trabalham na limpeza dos banheiros públicos ali instalados – os únicos de uso gratuito em toda a cidade. No que concerne a essa utilização, com certa frequência, é razão de reclamações por parte dos usuários do equipamento assim como dos já citados funcionários. O odor que exalam e a utilização dos lavatórios para um banho improvisado são os motivos apontados como problemáticos por essas pessoas. O lixo deixado para trás e as depredações são também motivo de reclamações. Essas falas aparecem também em matéria jornalística cujo título é: “Falta de banheiros públicos prejudica moradores e turistas em BH” (FERREIRA, 2015). Com o objetivo de seu conteúdo explicitado na chamada, ao

⁴⁴⁸ Atividade realizada em 6/03/2015.

abordar a situação do banheiro do Parque, o jornal destaca:

[...] o maior problema é a ação de vândalos e moradores de rua. De acordo com a Fundação Municipal de Parques, eles arrancam torneiras e levam até pedaços de porta de metal para trocar por drogas. Segundo funcionários, a sujeira deixada por essas pessoas e o uso indevido das instalações também são problemas. (FERREIRA, 2015)

Mas, se de um lado, os moradores de rua – também moradores de Belo Horizonte – são tratados pelo jornal como um problema ou causadores de problemas quando o assunto é a existência de banheiros públicos na cidade, de outro, o pedido por mais equipamentos desse tipo, principalmente na região central, é uma reivindicação antiga dessa população que enfrenta humilhações e limitações constantes em seu cotidiano.

Desde a primeira experiência de participação no Fórum da População em Situação de Rua⁴⁴⁹, foi possível observar e participar da discussão relativa à necessidade de implementação de banheiros públicos na cidade e aos possíveis caminhos para viabilizá-los. Em uma das atividades, ao final de uma reunião, os presentes foram divididos em eixos que discutiriam propostas a serem encaminhadas para o Plano Plurianual de Ação Governamental Municipal (PPAG)⁴⁵⁰. Ao participar do eixo Políticas Urbanas⁴⁵¹, foi possível notar que a única proposta, nele inserida, até aquele momento, era a da “construção de sanitários e banheiros para os moradores de rua nas áreas de maior aglomeração dessa população na cidade”. Durante as discussões, comentei sobre um trabalho que estava sendo desenvolvido, sob minha orientação, um Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A proposta da aluna Luisa Cangussu Fagundes Salomão, intitulada *Viver Na Rua – arquitetura, urbanismo e vida cotidiana* (SALOMÃO, 2014) visava ao projeto de banheiros públicos modulares e flexíveis na cidade de Belo Horizonte e tinha como foco principal a população de rua.

Como consequência, a aluna foi convidada a apresentá-lo em uma das reuniões posteriores do Fórum⁴⁵². Os desdobramentos da apresentação foram interessantes por evidenciar os conflitos referentes ao tema e destacados pelos moradores de rua presentes. “Dado” (morador de rua, 45 anos), por exemplo, comentou que, geralmente, cobra-se R\$1,00

⁴⁴⁹ A primeira participação no Fórum ocorreu no dia 14 de abril de 2014. As reuniões ocorrem, salvo exceções, na sede da Pastoral de Rua no bairro Lagoinha, na primeira segunda-feira de cada mês.

⁴⁵⁰ O PPAG é “um instrumento legal normatizador do planejamento de médio prazo da esfera pública, que explica diretrizes, objetivos, programas, ações e metas a serem atingidas, definindo quantitativamente recursos necessários para sua implementação” (BELO HORIZONTE, 2015g).

⁴⁵¹ Os demais eixos eram: assistência social, direitos humanos, saúde, habitação/moradia, trabalho e renda, capacitação e mobilização.

⁴⁵² O projeto da aluna foi apresentado no dia 14 de julho de 2014.

pela utilização do sanitário em bares e restaurantes e o problema, segundo ele, “é que a gente não faz as coisas só uma vez por dia, né? E tem também que tudo depende do traje e se tamo limpo. Se não, nem querem seu dinheiro e aí é achar um canto ou fazer na roupa mesmo”. (“Dado”, informação verbal).

Sobre a mesma questão, no ano de 2015, o Fórum encaminhou uma carta ao Comitê de Acompanhamento e Assessoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua⁴⁵³ com uma série de reivindicações das quais, uma delas, contemplava a instalação de banheiros públicos com base no Estatuto do Pedestre (BELO HORIZONTE, 2012b) – que, dentre outros direitos, estipulava a necessidade de se ter acesso a banheiros públicos gratuitos na cidade. Na reunião do Fórum do dia 9 de março de 2015, foi lido o retorno dado pela PBH que apontava, unicamente, o registro da demanda. Nenhum outro retorno foi dado até o momento da escrita desta tese.

Mas era não apenas nas instâncias mais representativas ou institucionalizadas que a questão da ausência de banheiros públicos mostrava-se presente. Durante as conversas e encontros que foram resultado das atividades das pesquisa realizadas, era recorrente nas ruas o clamor por equipamentos públicos que se mantivessem abertos durante o dia e à noite, nos quais pudessem tomar um banho ou fazer suas necessidades fisiológicas.

Ainda quanto ao Parque Municipal, como ele recebe um número relevante de atividades artísticas e culturais, por algumas vezes, ao participar desses eventos, reencontrei e conversei com alguns moradores de rua que já havia conhecido durante outras atividades de pesquisa. Esse foi o caso, por exemplo, da Virada Cultural de 2015 quando, no dia 13 de setembro, após avistar “Zé” – o amante das plantas – fui interpelada por “Tico” (morador de rua, 38 anos), também conhecido de outros momentos. De início, ele não me reconheceu, mas, após falar um pouco sobre minha participação em atividades da Pastoral, lembrou-se de mim. Entristecido e cansado, falou que estava com fome e que buscava uma forma de deixar o vício, principalmente a bebida. Dividi com ele um tropeiro que havia comprado em uma das barracas montadas para o evento. Ele contou que estava sempre por ali, um lugar tranquilo onde, geralmente, não os amolavam – a não ser quando o horário do fechamento dos portões se aproximava e eles tinham que se retirar. Mas, “[...] sair para onde? No albergue, os percevejos comem a gente vivos.

⁴⁵³ O Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua foi criado através do Decreto nº 14.146 de 7 de outubro de 2010 (BELO HORIZONTE, 2010b) com o objetivo de atender leis e decretos federais que incidiam sobre as políticas para essa população. No ano de 2015, um novo decreto municipal alterou o nome do comitê que passou a se chamar Comitê de Monitoramento e Assessoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, de composição paritária entre o poder público municipal e entidades/movimentos da sociedade civil organizada (BELO HORIZONTE, 2015h)

Prefiro dormir aqui por perto mesmo. Dormir nada, passar a noite. [...] Mas aí é que tá a tentação. A gente encontra e consegue de tudo na rua” (“Tito”, informação verbal).

Também “Brilhantina” tinha suas histórias sobre o Parque Municipal. Durante sua entrevista, ao responder sobre lugares mais ou menos propícios a festas e encontros, comentou sobre os churrascos que gostava de fazer e participar e contou:

Dentro do Parque Municipal você não pode colocar fumaça, mas você rouba muito peixe lá porque os peixes de lá são bão. Mas também quando o guarda municipal pega é muita porrada. Sábado e domingo, por exemplo, a gente comeu peixe à vontade, vendeu peixe à vontade. [...] A gente usa aquele anzolzinho discretamente, entendeu? Joga a raçãozinha lá, junta aquele cardume, aí você: pum! Coloca na bolsa e tchau. Você coloca uns cinco, entendeu? [...] Domingo, a gente comeu peixe o dia inteiro, assado na brasa. (“Brilhantina”, informação verbal)

Em uma dissertação sobre o público, as apropriações e os significados do Parque Municipal, verificou-se que os embates em função da presença de moradores de rua no local são causados por reclamações por parte de seus outros frequentadores. De acordo com essa pesquisa, parte desses usuários são favoráveis à restrição da entrada da população de rua no parque em função, majoritariamente, de suas condutas – tais como bagunça e alcoolismo – que conduz à sensação de insegurança e ao medo de sofrerem algum tipo de intimidação ou violência (GÓIS, 2003).

Na continuidade das análises a serem tecidas, outro projeto a ser ressaltado é aquele que, através de um concurso nacional de arquitetura para o novo Centro Administrativo de Belo Horizonte, tem como foco uma área do “Baixo” de grande relevância para o cotidiano dos moradores de rua, a saber, a Praça Castelo Branco ou Praça da Rodoviária. Isso é marcante não apenas pelas funções que essa área proporciona ao desenvolvimento de atividades cotidianas por essa população, mas também por ser lugar de equipamentos públicos – Restaurante Popular e República Maria Maria, e uma instituição assistencial – a Pastoral de Rua – que lhes são imprescindíveis (MAPA 61).

Mapa 61 – Área de abrangência do projeto do Centro Administrativo Municipal e referências próximas



Fonte: Adaptado de Google Earth

A justificativa da PBH para o lançamento do concurso foi na direção de buscar a centralização da estrutura administrativa e cortar custos relacionados ao pagamento de aluguel das edificações que são utilizadas para abarcá-la. Quanto à viabilidade da proposta, ela está vinculada diretamente a realização de uma PPP que teria como ponto de partida a abertura de um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).

Com relação à área de implantação do projeto, sua definição não se deu sem antes passar por uma relevante polêmica. No ano de 2013, o prefeito Márcio Lacerda anunciou que a obra seria realizada no bairro da Lagoinha – bairro tradicional e parte essencial da história da cidade, conforme visto nos itens anteriores – com a desapropriação de 20 terrenos próximos às avenidas Antônio Carlos e Pedro II – região próxima à rodoviária (PRADO, 2013). Em função da resistência de lideranças comunitárias, moradores e comerciantes do local – que, além de criarem uma página no facebook denominada “Brasilinha do Lacerda”, fizeram uma série de ações e protestos que evidenciavam a falta de informações e arbitrariedade do projeto, a ausência de participação popular e a não consideração dos impactos que a obra traria para o bairro em termos de trânsito, patrimônio e qualidade de vida – a empreitada não logrou ir adiante.

Desse modo, no ano de 2014, em uma solenidade, foi lançado o Concurso Público Nacional de Projetos de Arquitetura para o Centro Administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte e divulgado o novo local proposto para sua implementação: o terreno ocupado pelo estacionamento do terminal rodoviário da capital mineira. O edital do concurso previa uma área construída de aproximadamente 10.000m² que abrangeria acessos, estacionamentos, bicicletários, áreas externas, áreas especiais (auditórios, salas de reuniões, áreas de atendimento ao público e convivência), além, obviamente, da área administrativa. A ideia era, ainda, promover a requalificação urbana das quadras adjacentes, da Praça Rio Branco – a Praça da Rodoviária – e das vias do entorno (MAPA 62). (LOUZAS, 2014)

Mapa 62 – Extensão do projeto do Centro Administrativo Municipal



Fonte: Louzas (2014)

A repercussão do concurso entre os profissionais da área evidenciou aspectos que ultrapassavam os objetivos de sua proposta. Nesse sentido, o arquiteto mineiro Bernardo Farkasvölgyi classificou-o como positivo, não apenas pela qualificação que traria para a região e seu entorno, mas também pelo fato de que “o simbolismo da proposta junto ao local adquire proporções que no futuro trarão atração de investimentos e consequente valorização da região” (NOVO CENTRO..., 2016). Tal postura evidencia aspectos já destacados e relacionados tanto com uma aproximação do significado do termo ‘requalificação’ com uma despopularização das apropriações e usos locais existentes, como com as benesses que um planejamento estratégico traz para o capital neoliberal aplicado nos espaços da cidade em termos de investimentos

futuros, ou seja, de especulação da terra e dos imóveis.

O escritório de arquitetura vencedor do concurso de projetos foi o Gustavo Penna Arquiteto & Associados. Como pode ser observado nas imagens abaixo (FIG. 43), a proposta vai ao encontro daquilo que o prefeito Márcio Lacerda ressaltou, ainda quando a Lagoinha seria o lugar do projeto: buscava-se, para BH, a construção de um novo “monumento” (PRADO, 2013). Monumento dos homens que interrompe a mirada contínua de um marco natural da paisagem da cidade, a Serra do Curral, tombada como Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mas o que mais chama a atenção nas imagens é aquilo que uma mistura de fumaça e neblina tenta borrar e disfarçar do entorno da edificação. A névoa rouba do centro sua vitalidade, diversidade, suas cores e seus usuários que reaparecem – com outro perfil, características e formas de apropriação – numa simulação de um espaço público completamente higienizado. Por que não dizer, um público também “requalificado”?

Figura 43 – Simulação do projeto vencedor do concurso do Centro Administrativo de BH



Fonte: Louzas (2014).

Isso não parece exagero quando se têm em mente o cotidiano do local. A Praça da Rodoviária e seu entorno imediato são palco de uma ampla diversidade de atividades, usos e sujeitos. Neles podem ser observados: comércio e serviços variados; trânsito intenso de carros, ônibus, motos, pedestres e carrinhos de reciclagem puxados por catadores de papel; vendedores ambulantes; artistas de rua desempenhando suas *performances*; pastores pregando a palavra de Deus; transeuntes apressados; passageiros que acabaram de chegar ou que estão prestes a partir. Ambiente propício, assim como outros já descritos, para uma série de atividades realizadas pela população de rua em seu cotidiano.

Na praça, durante o dia, moradores de rua – alguns mais solitários, outros em grupos – descansam sobre seus gramados, na sombra de suas árvores e da escultura/monumento à

liberdade localizada em seu centro; conversam; a atravessam com seus carrinhos de supermercado repletos de latinhas e pertences de uso diário; pedem um trocado. À noite, com a cidade já mais tranquila, alojam-se individualmente ou em grupos e tanto descansam como consomem maconha e *crack* – já que, durante o dia, o cigarro e a barrigudinha⁴⁵⁴ é que seguram a fissura. A distribuição de alimentos por grupos assistenciais ocorre com frequência no local e isso faz com que em alguns dias haja uma movimentação extra. Alguns vão até lá para esperar pela doação, mas depois dirigem-se para outros lugares por temer o ambiente mais pesado, como é o caso do já citado “Guga”. Em um dos dias de pesquisa na área, o encontrei sentado no muro do estacionamento da Rodoviária. Ele esperava pelos voluntários que passariam por ali logo mais.

Um desses grupos de voluntários é o da Campanha do Pãozinho. Por isso, foi possível ter mais proximidade e conversar com alguns dos que ali permaneciam, à noite, muitos deles marcados por histórias de violência e agressão. Uma dessas pessoas foi “Nega”, uma senhora que tinha grande dificuldade de locomoção devido à obesidade e que permanecia sentada ou deitada, em seu colchão, no vão da escultura da praça. Nele deixava também o seu carrinho de supermercado com seus pertences. No dia em que conversamos⁴⁵⁵, nos recebeu pedindo que pegássemos uma sandália vermelha que estava no chão há alguns metros dela. Quando o companheiro de campanha a entregou, ela arremessou a sandália para o outro lado gritando: “É pra espantar a pomba-gira!”. Logo em seguida, pediu para um dos voluntários, já dela conhecido, que abençoasse um de seus olhos. Enquanto ele o fazia, conversei com um homem de meia idade, que conversava com “Nega” quando chegamos, e que nos contou a razão do pedido da benção.

Por vingança, há algumas semanas, durante a madrugada, ali mesmo onde sempre dormia, foi atacada por um travesti que arrancou, à faca, um de seus olhos. Ela acordou atordoada com o ataque e começou a gritar desesperadamente e a se debater, o que evitou que seu outro olho fosse também arrancado. Disse, ainda, que a cicatrização estava indo bem, mas que todos estavam preocupados com a possibilidade de uma infecção. Possibilidade essa que fez com que, dias mais tarde, por intervenção da Pastoral de Rua, ela conseguisse um lugar na República Maria Maria⁴⁵⁶.

⁴⁵⁴ As barrigudinhas são as cachaças que, por estarem em uma pequena garrafa plástica arredondada, foram assim apelidadas.

⁴⁵⁵ A atividade ocorreu em 27/03/2015.

⁴⁵⁶ Uma república feminina localizada na rua Araxá, próxima à Rodoviária.

Mas afora as situações de violência, do mesmo modo como a praça, o prédio da rodoviária faz parte da rotina de alguns moradores de rua. Um dos motivos é a possibilidade de utilização de seus banheiros públicos mediante pagamento. A diferença desse para outros banheiros, também pagos, é que na rodoviária é oferecido o serviço de banho, por R\$6,00. Em momentos de aperto, esta é, todavia, uma possibilidade calculada, conforme mostrou “Alan” (morador de rua, 46 anos)⁴⁵⁷. Quando o conheci, “Alan” estava recebendo a ajuda de um dos voluntários da Campanha para tirar a carteira de identidade – que já havia sido roubada duas vezes enquanto dormia. Já de posse da certidão de nascimento, guardada com um comerciante das redondezas que sempre o ajudava, precisava, para a identidade, tirar fotos 3X4. Mas para isso, era necessário que tomasse um banho e cortasse o cabelo.

No primeiro dia que o encontramos, tinha os cabelo e a barba bastante grandes, assim como as unhas das mãos e dos pés – visíveis pelos imensos pedaços que faltavam no velho tênis que usava. Foi então que o voluntário combinou de levá-lo a um local para cortar o cabelo e fazer a barba, mas, para isso, ele teria que, primeiro, tomar um banho. Foi nesse momento que disse: “Nesse caso, posso ir na rodoviária mesmo”. Entretanto, temia ser barrado, logo na entrada, pela vigilância do local.

Nesse sentido, é interessante notar que essa mesma vigilância – assim como a presença mais efetiva de guardas municipais e policiais militares – acaba sendo o motivo pelo qual alguns moradores de rua acabam por buscar nos jardins externos do terminal e mesmo em alguns espaços interiores da edificação, um lugar para o descanso. Entretanto, isso tem que ser feito de modo mais discreto. Não podem dar “muita bandeira” de quem são e nem podem ficar por um tempo longo demais. Nesses casos, são fácil e rapidamente expulsos.

Mas a movimentação mais intensa se dá mesmo no entorno mais imediato da rodoviária em função da efervescência cotidiana já descrita e também pela existência de um equipamento que é primordial para o dia a dia da população, o Restaurante Popular⁴⁵⁸. Para fazer hora até que o RP abra, muitos ficam descansando, dormindo, socializando ou magueando pelas redondezas. No meio do dia e no final da tarde, é possível observar a longa fila para as refeições. Conforme comenta “Brilhantina”: “No Popular, a fila é quilométrica. Também... é um guichê específico só pra gente”. Por outro lado, entretanto, a espera, para alguns, vale a pena. De acordo com o “Sr. Josué”: “A comida é excelente. Na última sexta, as costelinhas estavam grandes e muito gostosas. E o bom é que o que sobra, a gente pode levar se tiver vasilha para guardar”

⁴⁵⁷ A conversa com “Alan” ocorreu no dia 4 de março, durante uma jornada noturna com os voluntários da Campanha do Pãozinho, na Av. Amazonas, bem próximo à Praça Sete.

⁴⁵⁸ Já foi dito que a alimentação para moradores de rua é gratuita no Restaurante Popular.

(ex-morador de rua, 63 anos).

Logo atrás do Restaurante Popular está localizada a Estação de Metrô da Lagoinha, que se integra, na Avenida do Contorno, com uma extensa parada de ônibus (FIG. 44). Esse local é conhecido como um ponto de grande impacto e de conflitos, principalmente, à noite, em função do consumo e venda de drogas. As batidas policiais – ou como costumam referir- -se a elas, os “baculejos” – são frequentes e muitos grupos voluntários, por essa razão, deixaram de fazer atendimentos nesse local. Numa determinada oportunidade, ao conversar com uma das profissionais da Pastoral de Rua, ela narrou que durante uma das rotineiras atividades de abordagem no local, o grupo de trabalho foi também alvo das batidas. Ressaltou ainda que, após identificarem-se, levaram um “pito” dos policiais, que não entendiam o que estavam fazendo ali.

Figura 44 – Estação Lagoinha e parada de ônibus



Fonte: Google Earth (2015).

O que se percebe é que essa região de passagem, de chegadas e de partidas, portanto, de um fluxo intenso de pessoas e mercadorias, acaba por se tornar um ambiente muito propício para uma dinâmica cotidiana intensa e complexa entre grupos distintos que não se encerram apenas entre os próprios moradores de rua. Muitas negociações ocorrem ao longo do dia: garrafas PET recicladas podem ser trocadas por barrigudinhas e cigarros; produtos que foram doados, roubados ou furtados podem ser trocados ou vendidos no lugar conhecido como o “mercado da rodoviária”; artesanias podem ser negociadas com transeuntes; o sexo em cabines

que são alugadas por preços bem baixos pode garantir a pedra que vai ser fumada quando a noite cair; agentes de segurança podem “facilitar a vida” dos que, porventura, tenham algo a oferecer e que seja de seu interesse. Toda essa agitação é responsável também por outros tipos de atividades, tais como pequenos furtos, bicos, mendicância, catação de reciclados, etc.

Alguns depoimentos e relatos sobre essas atividades ilustram e confirmam essa realidade. Um deles ocorreu durante o *The Street Store* BH⁴⁵⁹. Conforme já dito, essa ação visa a disponibilizar roupas, sapatos e acessórios que foram doados aos moradores de rua de forma que possam escolher, livremente, o que querem. Geralmente, ela ocorre na Avenida Afonso Pena, em frente ao Parque Municipal. As grades do Parque funcionam como suporte para os cabides nos quais ficam expostos os artigos doados (FIG. 45).

Figura 45 – The Street Store BH



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

⁴⁵⁹ Já ocorreram algumas edições deste evento na cidade, mas o caso relatado diz respeito ao que ocorreu no dia 11 de abril de 2014.

Em uma das edições da ação, tive a oportunidade de conversar com “Vicente”, um recém-chegado às ruas, como ele mesmo dizia. “Vicente” era do interior de São Paulo e pelo uso de drogas aliado a uma decepção amorosa estava “na pista”⁴⁶⁰ há 7 meses. Sentado em um ponto de ônibus, com uma sacola na qual tinha colocado as roupas que havia escolhido, esperava um amigo que ainda garimpava entre as doações. Em dado momento de nossa conversa, o amigo muito irrequieto se aproximou. Ele trazia um número grande de itens que havia pegado e nos mostrou desde óculos e brincos a sapatos e calções de banho. “Vicente” lhe disse que não pegaria mais nada. Ele, então, voltou para a “loja”, mas antes olhou para mim e disse: “Sou de Itabira e quero voltar para lá”. Nesse momento, tirou do bolso sua carteira de trabalho e me mostrou uma página carimbada pela Camargo Corrêa: “Sou trabalhador”. “Vicente” continuou a me contar sua história até que, alguns minutos depois, ainda mais inquieto, seu amigo retornou. Queria descer para a Rodoviária para aproveitar o movimento do almoço. Foi então que compreendi o motivo pelo qual havia se dirigido a mim, com a carteira de trabalho, como que se justificando: “Vou vender essas coisas lá no mercado da Rodoviária. Tenho que voltar para casa”. Depois de marcar um ponto de encontro com “Vicente”, ele seguiu.

Uma outra forma de ganhar dinheiro e que pode ser percebida nas imediações da Rodoviária – e também em vários outros pontos centrais – vincula-se a certas habilidades pessoais. É lá, por exemplo, que “Rodolfo” (morador de rua, 38 anos) vende as panelas de pressão em miniatura que fabrica com latinhas. Apesar de ter família, por causa da bebida, volta para a rua de tempos em tempos. Dessa vez, já fazia três meses que estava na “pista”. Eu o conheci durante a campanha da Toca de Assis, no Barro Preto. Muito orgulhoso de seu trabalho, falava sobre os negócios: “A venda das panelinhas é como qualquer comércio. Dias bons, dias ruins” (“Rodolfo”, informação verbal). Alguns dias depois, encontrei com “Rodolfo” na Avenida Olegário Maciel, próximo à Rodoviária, durante a Campanha do Pãozinho, tarde da noite. Com os olhos bem inchados e irritados, disse que não estava muito bem. Levava duas panelinhas na mão, que guardou em uma mochila para receber o pão e o suco. Ao perguntar para onde ia, me disse, sorrindo, que voltava para “casa”: “Lá mesmo onde você sempre me encontra!”.

Seria por demais exaustivo contar os tantos casos, histórias e situações descritas e experienciadas nessa região. De qualquer modo, não há dúvida de sua importância para o cotidiano das atividades desempenhadas pela população de rua em Belo Horizonte. Entretanto,

⁴⁶⁰ “Pista” é a forma como se referem à vida na rua.

é importante destacar, ainda, que nesse entorno um pouco mais expandido – do outro lado da linha férrea – e correspondente ao Complexo da Lagoinha, ou seja, ao baixio de seus viadutos, o túnel e a Praça do Peixe, existe uma série de referências e lugares onde a população de rua realiza suas atividades e as espacializam entremeio outros modos de vida e espacialidades cidadinas. Na entrada do túnel, por exemplo, logo depois de um pequeno agrupamento de malocas, uma bica é utilizada para tomar banho, lavar roupas e utensílios e como fonte de água para cozinhar.

Se, de um ponto de vista mais localizado, os planos e projetos apresentados até este momento encerram as perspectivas e diretrizes mais específicas sobre a região que vem sendo estudada, de outro, são os planos mais abrangentes que nela estão sobrepostos que se pretende observar a seguir. Trata-se de buscar compreender como a iminência da implementação da Operação Urbana Consorciada da Avenida Antônio Carlos / Eixo Leste-Oeste (OUC-ACLO) considera a área. É necessário, entretanto, deixar claro que o estudo aprofundado da proposta contemplada nesse instrumento urbanístico, ainda em fase de apresentações públicas e trâmites para aprovação, seria uma tarefa por demais extensa para esta tese. Desse modo, cabe ressaltar aquilo que se apresenta como relevante para o tema e as perspectivas sobre as quais este trabalho se atém.

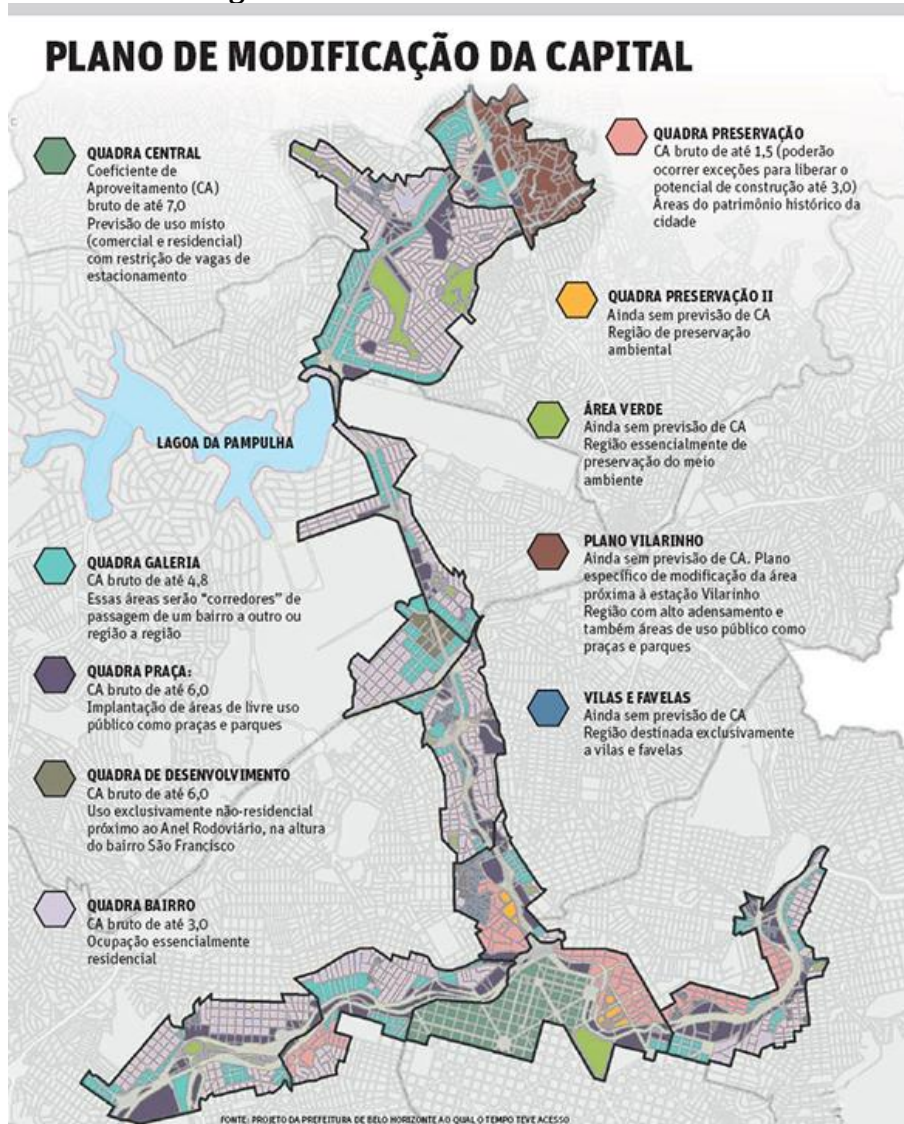
Antes de apresentá-los, entretanto, é importante esclarecer que, no âmbito das Operações Urbanas Consorciadas, entende-se, a partir das pesquisas desenvolvidas por Mariana Fix (2009), que, no caso brasileiro, elas têm provocado efeitos perversos ao contribuir – e não mitigar – para os problemas relacionados à segregação socioespacial: “As operações urbanas são instrumentos urbanísticos apresentados [...] como solução para a renovação ou modernização de trechos da cidade, por supostamente permitirem custear os investimentos com recursos arrecadados entre seus beneficiários” (FIX, 2009, p. 51). Entretanto, o que tem se mostrado de forma recorrente é que:

[...] tenham ou não sucesso financeiro, as operações são contrárias ao desenvolvimento de políticas de distribuição de renda, democratização do acesso à terra e aos fundos públicos. Ao contrário, fragmentam o fundo público e aumentam o controle privado sobre sua destinação. Além disso, seu uso tem sido sempre associado a investimentos feitos diretamente com recursos orçamentários [...] de modo a acentuar fortemente a valorização imobiliária, pressuposto básico para o funcionamento do instrumento. (FIX, 2009, p. 51)

Como poderá ser visto, no caso da OUC-ACLO, em Belo Horizonte, a situação não se conforma de outra maneira. Na verdade, a OUC-ACLO é a versão atualizada de uma proposta que foi apresentada no ano de 2013, a OUC Nova BH. A Nova BH surgiu com a pretensão de

ser a maior Operação Urbana Consorciada da história da cidade. A Figura 46 mostra a extensão do território por ela abarcado: 7% do território do município – cerca de 25 km² – que afetaria diretamente aproximadamente 170 mil moradores (OUC NOVA BH, 2016). Como pode ser visto, ela abrangeria toda a extensão do Vale do Arrudas, ou seja, toda a região do “Baixo” e seguiria as diretrizes já mencionadas e estipuladas pelo Plano Diretor de 2010 que havia demarcado 30% do território da cidade para realização de OUCs.

Figura 46 – Limites da OUC Nova BH



Fonte: OUC Nova BH (2016).

A falta da participação popular – que feria diretamente o Estatuto da Cidade – na elaboração do plano urbanístico e os atropelos provocados nos diagnósticos e estudos que foram realizados pelos Planos Diretores Regionais levaram a uma intervenção do Ministério Público Estadual no processo de tramitação da Nova BH. Mas, para mais além das questões

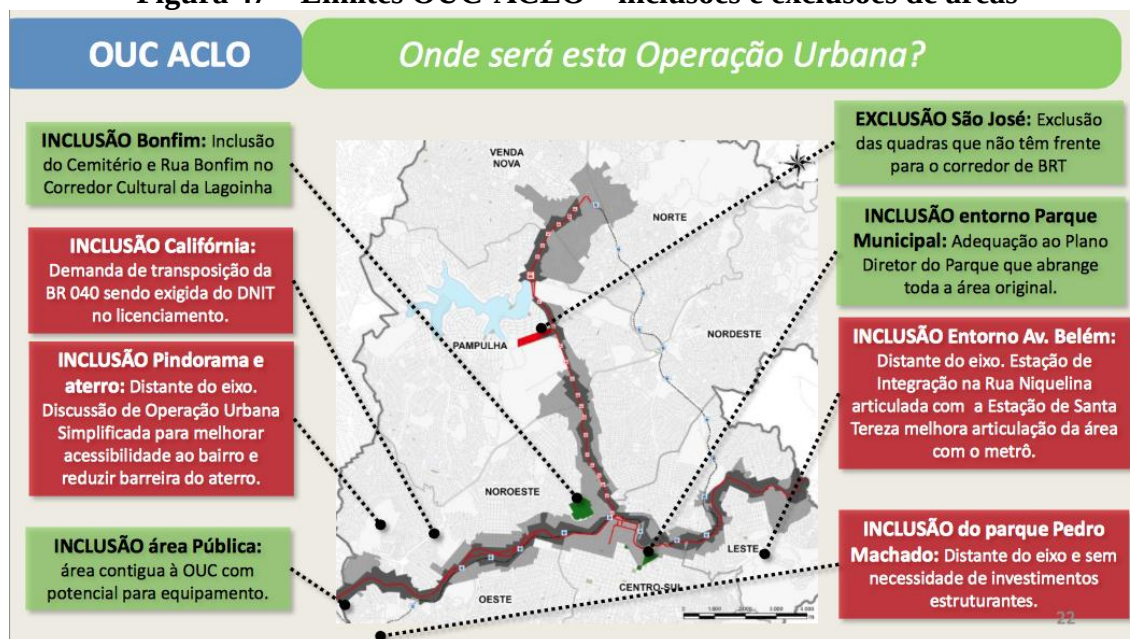
institucionais e jurídicas que envolveram a Operação, a intenção dessa iniciativa faraônica, que mexia nos principais corredores viários da cidade – o Eixo Leste-Oeste e a Avenida Antônio Carlos e Pedro I –, era esclarecida, à época, pelo Secretario Adjunto de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Marcello Faulhaber, durante o Seminário Mineiro de Direito Urbanístico, organizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Imobiliários: “Eu vim aqui para trazer uma boa notícia para o mercado imobiliário: vamos criar terrenos em Belo Horizonte” (OUC NOVA BH, 2016).

Nesse sentido, A Nova BH não era apenas um plano para o desenvolvimento da estrutura urbana da cidade, mas um grande negócio para o mercado imobiliário ou, como mostra Fix (2009), para este grupo de agentes econômicos com funções múltiplas: incorporação, desenvolvimento imobiliário, financiamento, gestão da obra, construção, consultoria, arquitetura, comercialização, marketing imobiliário, administração predial, etc.

Assim, uma hipótese para o interesse despertado pelas operações urbanas pode ser o fato de que elas reúnem, em um mesmo projeto de lei: um programa de investimentos (característico dos planos) e a definição de novas regras de uso e ocupação do solo (características do zoneamento); a legitimidade social conferida por seu suposto autofinanciamento, de modo a dispensar qualquer discussão sobre o fato de serem prioritárias ou não; e o respaldo do urbanismo dito progressista, que as identifica como um mecanismo de recuperação das chamadas “mais-valias urbanas”. Tudo isso, vale dizer, de modo muito mais restrito, dirigido e controlado no tempo e no espaço. Por isso, justamente, mais interessante para o circuito imobiliário, uma vez que a criação da “exclusividade” e da diferenciação são ingredientes básicos da apropriação da renda fundiária. E, por motivos diferentes, atraente para arquitetos e urbanistas, especialmente aqueles que têm como referência modelos europeus e norte-americanos de desenho urbano. (FIX, 2009, p.52)

Mas, como citado, após ter sido interrompida, a OUC foi retomada tempos depois, no final de 2014, com um novo nome – OUC-ACLO –, por meio de um acordo judicial firmado entre a PBH e o Ministério Público Estadual. No acordo, a PBH se dispunha a cumprir algumas obrigações, dentre as quais, promover a participação da população no processo. Quanto aos novos limites da OUC-ACLO, eles sofreram muito poucas alterações com relação à Nova BH. No que diz respeito à área de estudo mais específica desta pesquisa – o Hipercentro – houve, como pode ser visto na Figura 47, a inclusão do entorno do Parque Municipal (BELO HORIZONTE, 2015h) à área daquela OUC original.

Figura 47 – Limites OUC-ACLO – inclusões e exclusões de áreas



Fonte: Belo Horizonte (2015h).

Devido a sua extensão, a OUC-ACLO foi tanto dividida em setores para a realização dos diagnósticos como em etapas para sua implementação. A porção que se assenta em parcela da área do Hipercentro faz parte do Setor 9 ou Setor Central⁴⁶¹. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)-Volume 1, confeccionado no ano de 2013⁴⁶² – ou seja, quando o foco era a OUC Nova BH – pela prefeitura e por um consórcio de empresas com atuação no setor construtivo-imobiliário⁴⁶³, assim o caracteriza:

Abrange o principal centro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo dotada inclusive de comércios e serviços que atendem às demandas locais, regionais e até mesmo metropolitanas. Esse é ainda o setor que possui a melhor infraestrutura de todo o perímetro da OUC, sendo permeado por ampla rede de transportes e equipamentos públicos. À Avenida do Contorno e à Avenida dos Andradas, que compõem o eixo viário Leste-Oeste desta OUC, somam-se as avenidas Afonso Pena, Amazonas, Augusto de Lima, Bias Fortes, Assis Chateaubriand e Francisco Sales, como as principais vias responsáveis pela articulação do setor. Este setor apresenta os zoneamentos próprios do núcleo central da cidade, como a ZCBH e a ZHIP, ao lado dos zoneamentos ZAP e ZA, que estão presentes no Bairro Floresta. Percebe-se ainda a presença da ZPAM correspondente à área do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Nesse setor não são verificadas ZEIS. É importante observar que o Setor Central abrange ainda o perímetro da Operação Urbana das Áreas Centrais, definidas pelo Plano Diretor, a partir do Plano de Reabilitação do Hipercentro, que compreende

⁴⁶¹ Em sua totalidade, o setor 9 é composto pelos bairros Colégio Batista, Santa Efigênia, Floresta, Barro Preto, Bonfim, Centro e Lagoinha.

⁴⁶² Embora tenha sido realizado em 2013 para praticamente a mesma área de OUC, porém, com outro nome – Nova BH –, é este o EIV que continua sendo divulgado no *site* da PBH como o correspondente à OUC-ACLO. O nome aqui, entretanto, é ainda outro: “Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste/Oeste: Vale do Arrudas”.

⁴⁶³ Consórcio formado pelas empresas: Tectran; Amaral D’Ávila Engenharia de Avaliações; Tecnologia e Consultoria Brasileira TC/BR; Gustavo Penna Arquiteto e Associados.

três regiões: a Rua dos Guaicurus e Rodoviária; a Casa do Conde de Santa Marinha; e a Região dos Mercados Central e Novo. (BELO HORIZONTE *et al*, 2013, p. 37)

O Mapa 63 deixa perceber que a mancha da OUC, ao se espalhar por mais de 50% do território do Hipercentro, não apenas abarcou as áreas de todos os planos e propostas já mostrados e descritos anteriormente, como atingiu outras áreas e equipamentos que estão também localizados em áreas onde parte do cotidiano dos moradores de rua da cidade se estabelece. Dentre elas, é importante evidenciar as praças Sete e Raul Soares, o Centro Pop, a ASMARE e a República Reviver⁴⁶⁴.

Mapa 63 – Limites OUC-ACLO e demais planos e projetos no Hipercentro



Fonte: Adaptado de Google Earth

Em sua proposta, a OUC prevê distintos modelos de ocupação espalhados por toda sua área que se reflete em distintos parâmetros urbanísticos. Na porção relacionada ao Hipercentro, o modelo previsto é denominado “Quadra Central⁴⁶⁵” com o tipo de ocupação denominado

⁴⁶⁴ República masculina localizada na Rua Espírito Santo.

⁴⁶⁵ Os demais modelos são: Quadra Praça – com maior adensamento construtivo e populacional; pequenos parques urbanos nos empreendimentos (áreas de fruição pública) e afastamento frontal generoso – e Quadra Galeria – com maior adensamento construtivo e populacional, exigência de via de pedestre nos empreendimentos para atravessamento de quadra e mini parques urbanos nos empreendimentos (área de fruição pública) (BELO HORIZONTE, 2015h).

“Adensamento”⁴⁶⁶. Nesse sentido, prevê o incentivo ao uso residencial; maior adensamento construtivo e populacional – complementar ao uso comercial e de serviço existentes –; áreas de fruição públicas e atravessamento de quadras; incentivo ao uso misto com comércio no térreo e fachada ativa; empreendimentos de maior porte e abrangência (BELO HORIZONTE, 2015h, p.54).

No que se refere à implementação da OUC, a divisão em etapas delegou ao setor que abarca o Hipercentro a primeira a ser conduzida. O motivo está evidenciado no Relatório-síntese da Audiência Pública da OUC-ACLO do dia 14 de abril de 2015: “A escolha da primeira etapa nessa área é motivada pela presença da dinâmica de mercado, permitindo a redistribuição do recurso arrecadado nessas áreas para outras áreas dentro da Operação Urbana, trazendo melhorias e aquecendo os demais setores da OUC” (BELO HORIZONTE, 2015i).

Ora, instrumento de transformação estrutural do Estatuto da Cidade com vistas a aplicação da função social da propriedade, igualdade e livre concorrência, as OUCs deveriam compreender medidas coordenadas pelo município, com a participação de proprietários e moradores, com o intuito de atingir em uma área melhorias sociais, valorização ambiental e transformações urbanísticas (BRASIL, 2001). Entretanto, foi a maior probabilidade de se converter em um nicho de mercado – mostrando e evidenciando a total dependência a esta variável – que determinou os primeiros passos da OUC-ACLO.

Ainda mais contraditório foi o modo como o EIV-Volume 1 descreveu o mercado de terras relacionado a esse setor: “O setor praticamente não possui áreas vagas ou subutilizadas, além daquelas remanescentes entre os eixos viários do Complexo da Lagoinha. Nota-se também alguns lotes desocupados ou subutilizados ao longo da linha férrea” (BELO HORIZONTE *et al*, 2013, p.104). Nesse sentido, embora não tenha sido definido ou caracterizado o que os autores do relatório apontaram como lotes desocupados ou subutilizados, a realidade conforma-se de modo distinto ao levar em conta tal definição pelo Estatuto da Cidade. Uma propriedade é considerada subutilizada quando seu aproveitamento é inferior ao estipulado pelo Plano Diretor (BRASIL, 2001). De um modo geral, isso implica que seu coeficiente de aproveitamento não está atingindo o potencial construtivo possível e previsto. E o que se percebe nessa área é exatamente o oposto.

⁴⁶⁶ O outro tipo de ocupação é denominado de “Amortecimento” e visa a empreendimentos de médio porte e abrangência com adensamento populacional e construtivo moderados (BELO HORIZONTE, 2015h).

Na verdade, quando se verifica o número de lotes e/ou edificações subutilizados⁴⁶⁷ e/ou vazios na mancha da OUC que se sobrepõe ao Hipercentro – dotado de infraestrutura urbana satisfatória, conforme apontada pelo próprio EIV –, é possível inferir que esta área foi, ao longo dos anos, um alvo marcante de reserva de mercado de terras (MAPA 64). Esse mapa, feito a partir de visitas ao local e da participação em um *workshop*⁴⁶⁸ do grupo de pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG (EA UFMG), mostra como essas propriedades estão espalhadas em mais de 51% das quadras que compõem a área analisada – excetuando-se aquelas onde estão instalados grandes equipamentos públicos, praças e parque. Durante a pesquisa, foi possível verificar, em conversas com comerciantes do local, que parte relevante das propriedades estão desocupadas ou subutilizadas há anos. Comparativos de imagens do Google Earth, em intervalos de tempo superiores a nove anos, mostrando alguns desses lotes sendo utilizados como estacionamento de veículos, também permitem confirmar a situação (FIG. 48).

Mapa 64 – Limites OUC-ACLO e propriedades vazias/subutilizadas no Hipercentro



Fonte: Adaptado de Google Earth

⁴⁶⁷ No mapeamento realizado, foram considerados subutilizados os terrenos e edificações que abrigavam estacionamentos e as edificações de altimetria máxima igual a dois pavimentos, em mau estado de conservação – muitas delas fechadas. Quanto a isso é importante salientar que caso tivessem sido consideradas todas as propriedades que aproveitam insatisfatoriamente o potencial construtivo o número total seria bem maior, o que conduziria, em alguns casos, a quarteirões inteiros classificados como subutilizados.

⁴⁶⁸ O Workshop “#EmBreveAqui” foi realizado na EAUFMG, entre os dias 7 e 10 de julho de 2015. Em uma das atividades, equipes foram a campo para mapear os vazios na porção da OUC-ACLO coincidente com a Zona Cultural. O resultado pode ser visto na página: <https://embreveaqui.crowdmap.com>.

Figura 48 – Exemplos de lotes vazios/subutilizados há mais de 9 anos no Hipercentro de BH



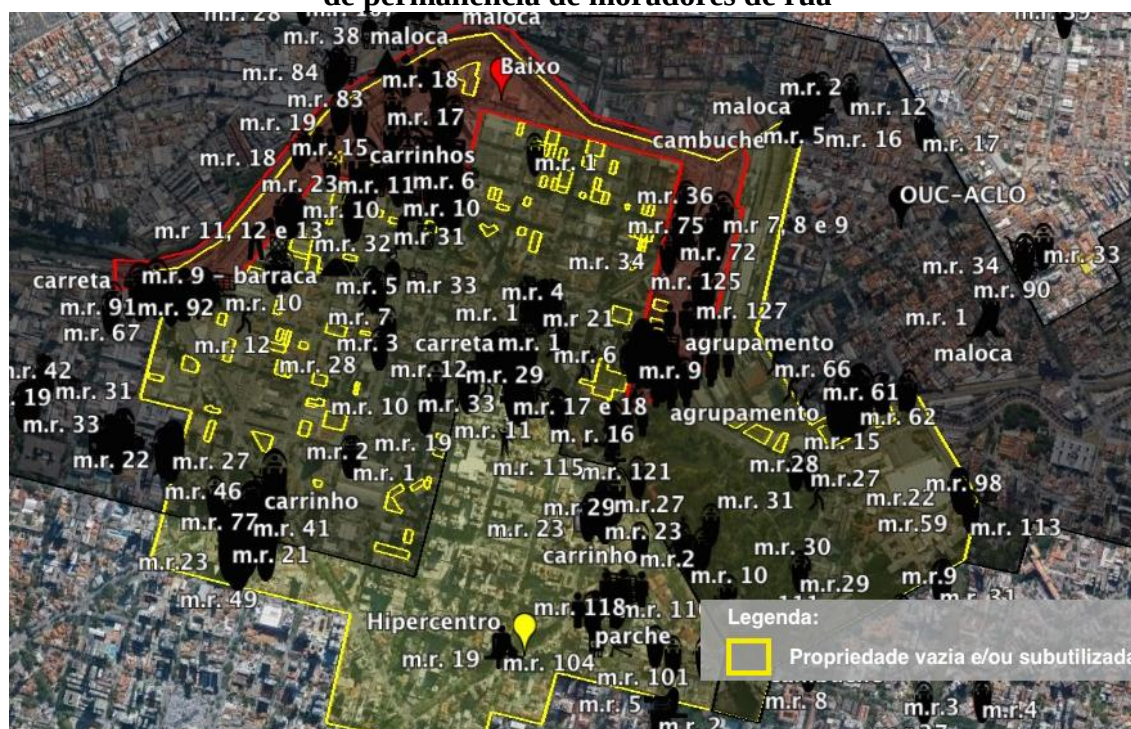
Fonte: Adaptado de Google Earth

A partir dessas evidências, o EIV – da PBH e de empreendedores urbanos – segue a direção de corroborar ou de privilegiar a existência de uma estratégia especulativa de terras ao longo dos anos e, ainda, evidencia o não cumprimento da lei expressa pelo Estatuto da Cidade e pelo Plano Diretor Municipal vigentes. Esse último traz, em seu capítulo VI, os procedimentos “Do Parcelamento, da Edificação e da utilização Compulsórios, do IPTU Progressivo no Tempo e da Desapropriação com pagamento em títulos da Dívida Pública” (BELO HORIZONTE, 2010c) como instrumentos de combate à especulação imobiliária e ao patrimonialismo. Entretanto, se assumisse uma posição contrária, findaria por também assumir a negligência do poder público diante de tais questões e, conseqüentemente, com o desrespeito à Função Social da Propriedade.

De qualquer forma, é necessário explicitar e explorar essa contradição, pois, com a OUC, aqueles que especularam e que deveriam ter sido alvo dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade de combate à retenção fundiária, serão, certamente, grandes beneficiários da Operação – tanto pelo interesse que tais imóveis passarão a ter em função dos coeficientes de aproveitamento, que incentivarão o adensamento, como pela valorização da área em função dos investimentos que nela serão feitos a reboque desse próprio adensamento. Além de ser uma região preta de infraestrutura e de potencial construtivo guardado que, realmente, atende diretamente à dinâmica do mercado. Nesse sentido, nada mais natural que esse seja seu ponto de início da implementação do instrumento.

Outra questão que o Mapa 64 permite perceber está relacionado ao modo como essas propriedades se espalham ao longo de todo o eixo do Vale do Arrudas, ou seja, ao longo da região do “Baixo”, e adentra a malha urbana em direção a seu ponto mais central. Desse modo, o Mapa 65 evidencia essa região, a do Baixo, e deixa perceber como esses espaços subutilizados se encaixam, mas não se sobrepõem às áreas de maior desenvolvimento de atividades cotidianas por parte dos moradores de rua. Em volta delas, nos espaços públicos já destacados acima – e em outros que serão destacados logo a seguir – eles tecem sua rotina e espacializam seus modos de vida. Poder-se-ia perguntar então: não seria de se esperar que essas duas áreas fossem coincidentes? Ou seja, que tais atividades fossem desenvolvidas, exatamente, onde essas propriedades se encontram? Ora, essas propriedades vazias e/ou subutilizadas, muitas vezes agrupadas ou bastante próximas umas das outras, geram áreas esvaziadas e, portanto, inseguras, principalmente à noite. Nesse sentido, já foram dados exemplos de como a violência contra moradores de rua é relevante e recorrente e o modo como eles, paulatinamente, têm tentado evitar esses lugares.

Mapa 65 – Limites OUC-ACLO, “Baixo”, propriedades vazias/subutilizadas e áreas de permanência de moradores de rua



Fonte: Adaptado de Google Earth

Caberia, portanto, uma outra pergunta: não seria exatamente o esvaziamento causado pela subutilização da propriedade e pela especulação da terra em áreas centrais dotadas de boa infraestrutura, uma das principais variáveis para a insegurança/violência urbana tão amplificadas em distintos meios? Não seria a ênfase dada à presença de moradores de rua como uma das razões dessa mesma violência um modo de escamotear o abandono de determinadas áreas deixadas a degradar – “deixar morrer” – para uma valorização futura?

De qualquer modo, o modelo de ocupação “Quadra Central” com “Adensamento”, que será promovido pela OUC-ACLO nessa região, se sobrepõe a parte da área do Hipercentro e trará novos usos, usuários e fluxos para a região, o que, com grande probabilidade, irá provocar alterações nas dinâmicas urbanas atuais. Não é possível prever o modo como a vida dos moradores de rua será afetado, mas as experiências de OUCs em outras cidades do País, tais como São Paulo, mostram que os megaprojetos – frutos, muitas vezes, das OUCs e PPPs – trazem a reboque o oposto de uma potencialização da vida urbana. Ao contrário, como mostra Fix (2009), trata-se de “gigantescas máquinas antiurbanas, que não querem fazer parte da cidade, mas se colocar como seu equivalente ou substituto – megaprojetos que integram um movimento de polarização de espaços radicalmente antagônicos nas cidades” (FIX, 2009, p.42).

E nessa cidade de vigilância privada, privatizada e privatizante, de torres de vidro, central de monitoramento, praças internas, bulevares, áreas *gourmets* e espaços *vips* – e para

isso basta olhar o programa dos lançamentos que as grandes construtoras vêm divulgando na cidade –, o que se especula é que não haverá lugar para o popular, não haverá lugar para os moradores de rua. Caso semelhante é mostrado no livro *Parceiros da Exclusão*, também de Mariana Fix (2001), que analisa os efeitos socioespaciais segregadores provocados pelas PPPs na produção de um novo eixo de negócios na capital paulista que removeu favelas para sua implementação. Nessa vertente, o próprio EIV da OUC-ACLO não deixa dúvidas quanto ao que pretende combater e extirpar na região central de Belo Horizonte:

Nesse setor encontram-se muitas áreas degradadas. Os baixios de viadutos, em geral, são áreas degradadas ou muito vulneráveis à degradação, tanto pela falta de urbanidade, quanto pela presença de população de rua em péssimas condições sociais, o que também foi identificado na área da Estação de metrô Lagoinha e na Praça do Peixe, no início da Rua Itapeperica. (BELO HORIZONTE *et al*, 2013, p. 106)

E para aproveitar a menção feita pelo EIV aos baixios de viadutos, é mister ressaltar a relevância que essas áreas, muitas vezes consideradas ociosas ou vazias, têm para os que vivem na rua. Ainda ano de 2004, um grupo de pesquisa formado pelo Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, o Rua Viva/Instituto de Mobilidade Sustentável e a ONG Associação Arquitetos sem Fronteiras (ASF-Brasil) – com o apoio do Ministério das Cidades, através do já citado Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, e da PBH –, desenvolveu o projeto “Baixio de Viadutos”, que tinha como objetivo confeccionar um plano para esses espaços, geralmente nunca vistos como locais com potencial de ocupação planejada. Ao compreenderem o viaduto como um sistema mais complexo que poderia ir além do óbvio, ou seja, além do uso de sua superfície construída como pista de rolamento para veículos, vislumbraram a possibilidade de que seus interstícios e áreas marginais pudessem produzir – ao considerar usos, majoritariamente informais, já existentes – uma reinserção e reincorporação dessas mesmas áreas no tecido urbano (AGOSTINI *et al*, 2008; AGOSTINI; CAJADO; TEIXEIRA, 2005).

Surgiram, dessa iniciativa, diagnósticos e proposições nos quais a população de rua e os catadores de materiais recicláveis assumiam protagonismo⁴⁶⁹. Dentre o material produzido, uma das propostas era a de aplicar no baixio de alguns viadutos o instrumento jurídico denominado Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia que, a grosso modo, prevê a outorga de um uso privativo de bem público ao particular. Esse direcionamento vinha ao

⁴⁶⁹ Vale, aqui, a lembrança de que, durante os acompanhamentos da equipe do serviço de abordagem da SMAAS/PBH da Regional Leste, os técnicos comentaram sobre o uso, pelos moradores de rua, de cada viaduto que cruzava a Avenida dos Andradas até que se chegasse a Sabará.

encontro das previsões do Estatuto da Cidade no que se refere à Função Social da Propriedade e à regularização fundiária. Entretanto, como mostravam no mesmo artigo, menos que perceber a potencialidade dessas áreas para uso e atividades de populações em vulnerabilidade, as legislações locais previam, apenas, a retirada daqueles que nelas se abrigavam – fosse para moradia, fosse para o trabalho (BORGES NETO; CONTI; SILVA, 2004).

Dentre tais regulamentações, cabe destacar que, no ano de 2011, o prefeito Márcio Lacerda providenciou outras estratégias para evitar a apropriação dessas mesmas áreas. Ele acompanhou, na avenida Cristiano Machado, a implantação de revestimento de pedra gnaiss abaixo de um de seus viadutos. Nessa oportunidade, o secretário regional comentou: “Realizamos esta obra com o objetivo de evitar que o espaço público seja transformado em área de ocupação irregular” (BELO HORIZONTE, 2011d). (FIG. 49)

Figura 49 – Pedras gnaiss instaladas sob viaduto em Belo Horizonte



Fonte: PEDRA... (2015)

Mais recentemente, duas iniciativas da PBH trouxeram novamente à tona discussões acerca do uso dos baixios de viaduto. Uma delas foi o lançamento de um concurso de projetos, no ano de 2013, o “Concurso Nacional de Projetos de Baixios de Viadutos” que, em seu edital, elencava suas diretrizes na direção da já citada Lei nº 10.443, de 28 de março de 2012 – que

dispõe sobre a Política Municipal de Aproveitamento das Áreas sob Viadutos. Dentre elas é válido destacar: o uso das áreas como locais para prática de atividades esportivas, culturais e de lazer ou de apoio a serviços e a programas públicos; a revitalização de áreas degradadas; a promoção do bem-estar social e da segurança pública.

Para o concurso foram indicados quatro viadutos que seriam contemplados com os projetos, um deles, no Hipercentro, o Elevado Castelo Branco – atual Elevado Helena Greco. Para esse baixio, a proposta vencedora possuía um aspecto interessante: “amparar as atividades recorrentes no local, sendo as principais delas a concentração de carroceiros, catadores e moradores de rua nas esquinas e ilhas da avenida dos Andradas e da rua Araguari, oferecendo usos que serão instalados em *containers*” (BELO HORIZONTE, 2016b). Para isso, o programa previa, além da reconfiguração de espaços de livre uso público, a instalação de banheiro público e de um albergue.

Mas, apesar de tal iniciativa, mais recentemente, no ano de 2015, foi publicado, no DOM, um Aviso de Consulta Pública nº1 com o seguinte objeto: “Consulta preliminar para conhecimento de propostas de eventuais interessados da iniciativa privada em realizar parcerias com o Município para utilização das áreas de baixios de viaduto” (BELO HORIZONTE, 2015j). De acordo com o Aviso, a utilização poderia ter fins econômicos ou não, através de atividades sociais ou comerciais. Para tal, foram disponibilizados os baixios de 55 viadutos na cidade de Belo Horizonte, dentre os quais, sete na região hipercentral, ao longo do Vale do Arrudas, e seis, mais especificamente na região do “Baixo” (MAPA 66). Seria redundante aprofundar os usos que eles têm por parte da população de rua, já que ao longo das análises e descrições aqui empreendidas já vêm sendo demonstrados. Por outro lado, é essencial pontuar a estratégia privatizante por parte da prefeitura para esses espaços já que, mais uma vez, exemplifica e ratifica a empreitada neoliberalizante daquilo que é público na cidade.

Mapa 66 – Viadutos no Hipercentro listados no Aviso de Consulta nº1/2015

Fonte: Adaptado Google Earth

Tendo explorado questões que vieram à tona com a OUC-ACLO, é importante a ela retornar para mais uma questão. Em termos propositivos, no que se refere mais diretamente à população de rua, ela estipula algumas diretrizes temáticas⁴⁷⁰ que preveem a implementação de Centros de Referência para a População em Situação de Rua no tema “equipamentos urbanos”. Ainda, e isso é importante mencionar, já que a pesquisa revelou que uma parcela da população de rua trabalha com a catação de materiais recicláveis, entre suas estratégias sociais, prevê também a “inserção dos catadores em projeto a ser desenvolvido na região do Barro Preto, incluindo estrutura física de trabalho e moradia para os catadores, bem como ações de inserção social e geração de renda” (BELO HORIZONTE, 2015h, p.136).

Finalmente, antes de avançar, é necessário que se faça menção a duas áreas que foram conservadas e vivenciadas durante a pesquisa de campo, mas ainda não salientadas de modo direto e que, sob a mancha da OUC-ACLO, são também parte do cotidiano dos moradores de rua de Belo Horizonte. São elas: a Praças Raul Soares e a Praça Sete.

Quanto à Praça Raul Soares, no ano de 2008, foi concluída sua reforma que havia sido contemplada pelo orçamento participativo de 2006. A menção mais específica a esse projeto justifica-se por duas razões. A primeira diz respeito ao fato de a obra ter tido como objetivo a resolução de determinados problemas, dos quais a presença de moradores de rua era elencada

⁴⁷⁰ São elas: habitação, habitação de interesse social, mobilidade, ambiental, patrimônio cultural e equipamentos públicos.

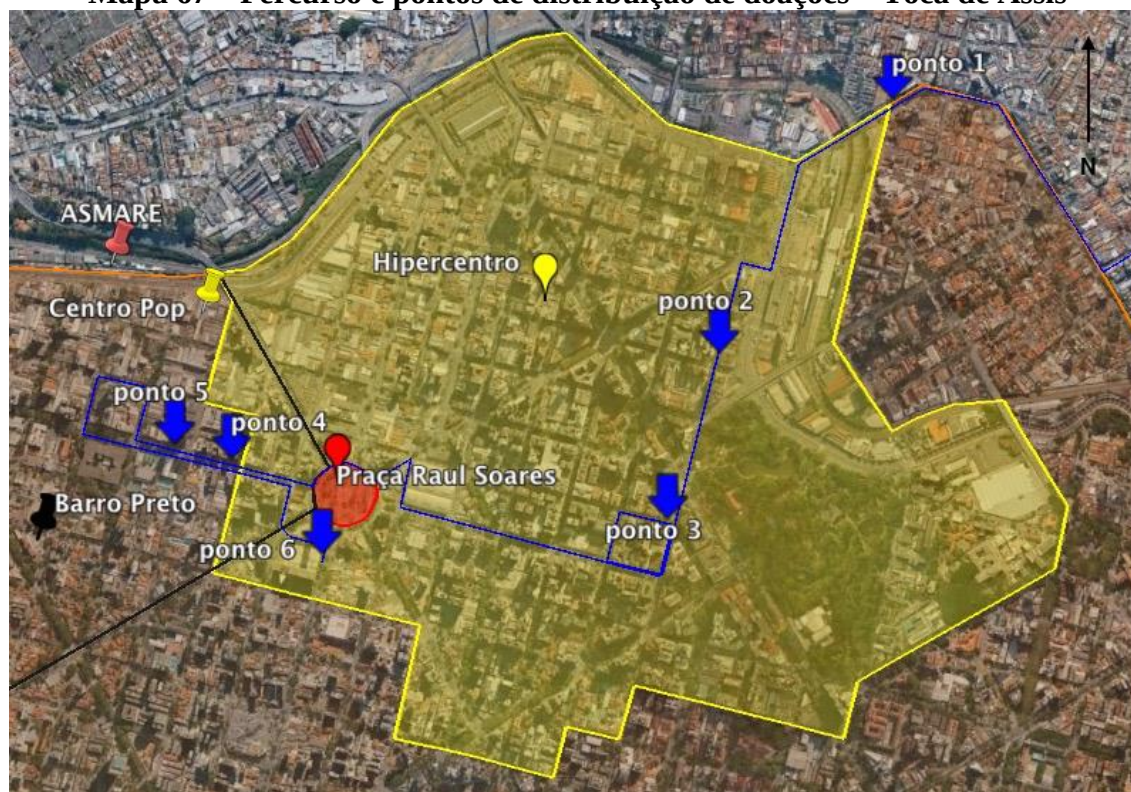
como um dos principais. O segundo está relacionado com a própria pesquisa de campo. A praça e seu entorno foram parte de percursos e atividades realizadas junto a grupos assistenciais, assim como também foi assunto de falas e conversas realizadas ao longo das investigações.

Quanto ao primeiro motivo, alguns trabalhos acadêmicos reforçam essa situação. Horta (2009) evidencia que, a partir dos anos 1980, a praça passou a ser frequentada por mendigos e bêbados, o que acarretou o afastamento dos moradores do entorno por razões relacionadas à violência. No mesmo sentido, Oliveira (2012) aponta que “simbolicamente o local carrega consigo um caráter de espaço popular e “ordinário”, por estar próximo ao Mercado Central e ser, historicamente, um local associado a grupos marginais como homossexuais e moradores de rua” (OLIVEIRA, 2012, p. 56). Além disso, um vídeo intitulado *Praça Raul Soares: Nova aparência, velhos problemas*, realizado no ano de 2012, quatro anos após a conclusão das obras da reforma, problematiza o retorno dos moradores de rua para o local: “Grama bem cuidada, fonte funcionando, segurança. Apesar da aparência, quatro anos após as obras de revitalização, a Praça Raul Soares apresenta alguns problemas. Porém, o que mais preocupa a quem passa aqui todos os dias é o retorno dos moradores de rua” (PRAÇA RAUL..., 2012). Logo na sequência, o depoimento de uma usuária da Praça mostra a insatisfação com os hábitos dos moradores de rua que pedem dinheiro, bebem e, como consequência, geram insegurança. A usuária reforça ainda, em sua fala, a chamada inicial: “Voltou a ser como era antes. Que antes era assim, depois reformou, melhorou um pouco e, agora, voltou a ser tudo do jeito que era” (PRAÇA RAUL..., 2012).

Localizada na área central, a Raul Soares – assim como seu entorno que se estende também para o bairro Barro Preto – tem uma localização estratégica se consideradas algumas atividades realizadas pelos moradores de rua em seu dia a dia. O Barro Preto é considerado “polo da moda mineira” por abrigar um número relevante de confecções e lojas que vendem tanto no atacado como no varejo. Nesse sentido, configura uma centralidade que não apenas traz, no horário comercial, um grande movimento ao local como também é geradora de uma quantidade relevante de lixo reciclável. Nesse sentido, sua proximidade com a ASMARE faz da região um circuito proveitoso para aqueles que vivem da catação de materiais recicláveis. Também bem próximo a esse circuito está o Centro Pop, que serve de apoio para higienização, descanso, socialização e assessoria psicossocial para a população de rua. Muitos moradores de rua com os quais foi possível ter contato durante atividades realizadas com o grupo de voluntários da Toca de Assis – o Barro Preto e entorno da Praça Raul Soares faziam parte das paradas no trajeto percorrido pelo grupo (MAPA 67) – eram catadores e/ou frequentavam o Centro Pop no período vespertino. A guarda de pertences – o Centro conta com o serviço de

escaninhos –, o banho e a infraestrutura para lavar roupas eram as razões pelas quais eles iam até o local.

Mapa 67 – Percurso e pontos de distribuição de doações – Toca de Assis



Fonte: Adaptado de Google Earth

No caso mais específico da Praça e de seu entorno imediato, as incursões ocorreram majoritariamente no período noturno por coincidir com a chegada mais incisiva dos moradores de rua no local. Nesse sentido, serão evidenciadas algumas situações mais específicas. Observou-se que mais do que apropriações individualizadas, grupos de moradores de rua utilizam a Praça para socializar e se divertir. Sob as árvores e sobre a grama, rodas de tamanhos variados – foram observados grupos que variavam entre 3 a 10 pessoas –, algumas mais animadas, outras mais tranquilas, conformavam os usos do local juntamente com pessoas que faziam caminhadas, casais de namorados e transeuntes. Alguns desses grupos foram observados durante atividade realizada juntamente com os voluntários da Campanha do Pãozinho. Nesse dia⁴⁷¹, alguns moradores de rua faziam um batuque em baldes e latas enquanto outros cantavam e se divertiam e bebericavam uma barrigudinha. Logo ao lado, outro morador de rua acendia um fogareiro junto a carrinhos de supermercado que carregavam material reciclado, outras tantas latas e roupas. Na outra extremidade da aglomeração, dois moradores de rua

⁴⁷¹ A atividade ocorreu em 4/3/2015.

descansavam em colchões colocados sobre o gramado e protegido por arbustos. Eram um casal. De quando em quando, a mulher se levantava e se dirigia ao restante do grupo para conversar. No canteiro oposto, um outro grupo, menor e mais tranquilo, preparava, também em um fogareiro improvisado em uma lata, um pacote de macarrão. Durante o tempo que permanecemos no local, o clima era de festa/confraternização e descanso.

Já em outras oportunidades⁴⁷², foi possível observar o fluxo que se estabelecia entre a Praça Raul Soares e as apropriações que ocorriam no recuo do bloco B do edifício JK⁴⁷³, logo em frente. Esse era um dos pontos de distribuição de marmitas, suco e água pelos voluntários da Toca de Assis. Nele, os moradores de rua permaneciam deitados em colchões colocados em fila, um ao lado do outro. Parte deles era homossexual e transexual⁴⁷⁴. De tempos em tempos, outras transexuais que ficavam na Praça, atravessavam a rua para juntarem-se ao grupo. Permaneciam por ali por alguns minutos e voltavam. Mas outras características faziam dali um ponto peculiar, se comparado aos outros que faziam parte do percurso, que gerava um contato e uma distribuição de alimentos mais rápidos.

A cada vez que deixávamos o local, os comentários que se seguiam eram unânimes. O “clima” ali era bastante pesado. Mas esse peso não vinha dos moradores de rua, que sempre recebiam muito educadamente e com grande afeto o grupo de voluntários. Alguns até mesmo pediam para o irmão responsável fazer uma oração ou benção. O fato era que aos moradores de rua misturavam-se pequenos grupos de jovens que, pela vestimenta, desconfiaça, pouca conversa e recusa em receber as doações, buscavam se diferenciar do grupo dos “atendidos”. Alguns dos colchões eram também utilizados por alguns deles, que pareciam dormir profundamente, mas sempre com um parceiro ao lado como se estivesse de vigília. Um homem parecia tomar conta do local. Em um dos dias de atendimento foi possível identificar que ele estava armado. Na verdade, esse era um ponto de vendas e consumo de drogas e já vinha se conformando como lugar de conflito entre moradores e usuários locais e a população de rua –

⁴⁷² Atividades que aconteceram nos dias 18 e 25 de março de 2015 e 29 de abril de 2015.

⁴⁷³ Durante o tempo de participação nos trabalhos da Toca de Assis, foi possível verificar que a galeria comercial localizada no pilotis do bloco A do Ed. JK, no período noturno – com o fechamento das lojas e serviços prestados –, transformava-se em um grande alojamento para o descanso dos moradores de rua. A proteção contra intempéries, a boa iluminação e a vigilância constante do local favorecia àqueles que temiam passar as noites nas regiões mais pesadas da “pista”. Entretanto, na atividade do dia 29 de abril de 2015, ao chegarmos para a distribuição da marmita, não havia sequer uma pessoa dormindo ou descansando nesse espaço. Um dos voluntários disse que havia tido notícias de que, após uma confusão que resultou em um disparo de arma de fogo, à noite, foi proibida a permanência de moradores de rua no local.

⁴⁷⁴ É válido mencionar que em uma das visitas ao Centro Pop, um dos responsáveis pela administração do local comentou que a Praça Raul Soares é um dos principais locais de atividades das moradoras de rua que são também transexuais. Pela forma não discriminatória como são tratadas no Centro Pop, o local é, para elas, uma grande referência. (Essa conversa ocorreu no dia 31 mar. 2015).

muito embora, como visto, não fosse necessariamente a população de rua a única responsável pelas atividades ali desenvolvidas.

É de interesse pontuar que, no momento da escrita desta tese, grades foram colocadas, cercando esse espaço conformado pela marquise do Edifício JK. E embora, no período noturno, os grupos de moradores de rua continuem a se apropriar da Praça, do outro lado da rua, o esquema de cercamento freiou a apropriação (FIG. 50).

Figura 50 – Grades sob a marquise do Ed. JK



Fonte: Google Earth (2016).

Esta ação do condomínio foi motivo de discordâncias com a FMC já que, como o edifício passa por um processo de tombamento, nenhuma alteração poderia ter sido realizada sem a aprovação do CDPCM-BH. Todavia, em uma matéria do jornal Estado de Minas, comerciantes e moradores justificam e defendem a iniciativa:

O objetivo da grade é a própria preservação do prédio. Antes, aqui havia vários carrinhos cheios de papelão e moradores de rua colocando fogo, provocando ameaça de incêndio. Estou aqui há oito meses e, neste período, houve vários comunicados à prefeitura, mas nada foi feito para evitar os transtornos para os moradores e para pessoas que passam pela calçada, já que o espaço virou ponto de tráfico de drogas, banheiro público e local para pessoas manterem relações sexuais.

[...]

Preferia dar a volta, pois me sentia intimidada. A grade os tirou das proximidades do prédio, mas eles foram para a praça (Raul Soares)[...].

[...]

Os moradores de rua estavam depredando o espaço e não respeitavam quem passava

pelo local. É uma pena ter que colocar a grade, mas ela trouxe segurança para quem passa pela calçada. Durante todo o dia, ficavam pelo menos 20 pessoas no local, fazendo uso de droga e até necessidades fisiológicas, em meio a um monte de sujeira. (HEMERSON, 2015)

Finalmente, sobre a Praça Raul Soares é importante destacar ainda que ela dá acesso direto, pela Avenida Bias Fortes, para o Centro Pop, a ASMARE e a região do entorno do Elevado Helena Greco. Conforme destacado anteriormente, esses são também pontos de grande relevância para o cotidiano da população de rua de Belo Horizonte. Desde a manhã até o final do dia, principalmente devido à existência de galpões de compra e armazenamento de materiais recicláveis, a movimentação é intensa nessa redondeza. Parte da calçada próxima ao Centro Pop transforma-se em um grande estacionamento de carrinhos utilizados para a catação. Mas não apenas os que trabalham na reciclagem são usuários frequentes. O próprio Centro potencializa a movimentação em função dos serviços que são ofertados. Nesse sentido, sob o viaduto e no pequeno largo a ele adjacente é bastante frequente a presença de moradores de rua. Alguns aproveitam-se do tempo do sinal para tentar vender algum produto ou pedir dinheiro; outros descansam ou dormem na sombra das árvores; há os que se utilizam da área do baixio para separar o material coletado; é também possível perceber, de tempos em tempos, a movimentação de compra e venda de drogas. Durante as visitas e participações em atividades do Centro Pop foi possível observar esse cotidiano e, não raro, reconhecer moradores de rua que havia encontrado em outros lugares e em outras circunstâncias, mas que eram frequentes por ali. Mais que um lugar de permanência, esse local servia como região de trabalho ou de passagem.

Esse era o caso, por exemplo de “Mirna”, que costuma dormir não muito longe dali. Durante as incursões com a Toca de Assis, no Barro Preto, pude conhecê-la e conversamos algumas vezes⁴⁷⁵. Sempre no mesmo local, cercada de sacos de lixo e recipientes plásticos, tinha um comportamento muito específico. “Mirna” nunca aceitava – e conforme contaram as irmãs da Toca de Assis, nunca havia aceitado – as doações. Ela não se considerava digna de uma boa comida por ser uma mendiga. Era assim que se referia a ela mesma. A sujeira do corpo, da rua, de sua vida, só lhe permitiam comer aquilo que catasse das ruas e dos lixos. Fato, que fazia com que uma das irmãs sempre, pela brincadeira, tentasse convencê-la a aceitar a oferta: “Então vou pegar a comida da marmita e jogar aqui no chão para você, “Mirna”. Aí você come?”.

⁴⁷⁵ As conversas aconteceram nas jornadas dos dias 11 e 18 de março de 2015 e 29 de abril de 2015.

Essa mesma “sujidade” também não permitia que ela estendesse a mão para o cumprimento. Fato que era ignorado: “Você não pega na minha mão, mas eu te encosto, Mirna!”. E ela respondia: “Olha, elas não tem nojo não!”. As conversas com “Mirna” eram sempre desconstruídas. Em uma oportunidade, uma das voluntárias perguntou: “Você ama Jesus?”, e ela respondeu: “Jesus eu adoro. Amar eu amo é os homem!”. E soltou uma risada que foi acompanhada por todos próximos a ela. Em outra, perguntei o que levava em todos aqueles sacos, o que ela respondeu: “minhas coisinhas”.

E foi em uma das ruas bem próximas ao Centro Pop que pude identificar que coisinhas eram essas. Com as próprias mãos, “Mirna” reunia o lixo que estava na rua, principalmente as folhas secas que caíam das árvores, e o colocava em sacos que ia acumulando ao longo do meio-fio. Enquanto fazia a limpeza, falava sozinha e esbravejava. Não me aproximei dela, naquele momento, mas durante a jornada da Toca, alguns dias depois, disse que a tinha visto. Ela perguntou: “Eu estava falando sozinha?”. Respondi afirmativamente e ela deu mais uma de suas longas risadas. Falou, então, que esse era seu trabalho, mas que sempre havia algum problema com o pessoal que ia até lá. Eles não limpavam direito – pelo que percebi, ela se referia aos garis da SLU. Na verdade, segundo ela, sempre que chegavam já estava tudo limpo.

Por fim, resta descrever a experiência de campo na Praça Sete de Setembro e o modo como se percebeu a vinculação dos moradores de rua a este lugar. Na verdade, o centro da Praça, onde se localiza o obelisco, é completamente rodeado de vias que recebem um fluxo intenso de veículos durante todo o dia. Nesse sentido, são nos quarteirões fechados das ruas Rio de Janeiro e Carijós, a ela adjacentes, que toda a movimentação, tão peculiar a esta centralidade tradicional da cidade, pode ser observada. O contexto histórico e as reformas sofridas nesses trechos já foram apontados anteriormente, principalmente no escopo do projeto “Quatro Estações”. Mas, apesar dessas requalificações, também esse local permanece no cotidiano dos que vivem na rua.

Debruçar minuciosamente sobre as várias atividades que ali ocorrem seria repetir parte das descrições já produzidas sobre as Praças da Estação, Rui Barbosa e Raul Soares, a depender de cada um dos trechos de vias fechadas para pedestre. Isso significa dizer que o descanso, o consumo, a socialização, o trabalho, dentre outras ações tomam corpo ali. Mas toma corpo também a violência, conforme pontuado pelos usuários do Centro Pop e por notícias de periódicos locais, como *O Tempo*, que noticiou, no início do ano de 2015, o assassinato de um morador de rua no local (MORADOR DE RUA..., 2015).

Os contatos mais frequentes com o local e seus usuários ocorreu através das atividades da Campanha do Pãozinho e de derivas realizadas. É válido ressaltar que, no final do dia, o

trânsito de carrinhos de catadores é algo que chama a atenção. Isso ocorre, em grande medida, porque nesse horário os lojistas acumulam no centro das ruas fechadas uma grande quantidade de material reciclável. Mas talvez o que traga a maior singularidade à Praça Sete esteja na forma como “Brilhantina” a descreve durante sua entrevista:

A Praça Sete, ela é campeã de atestado. Tem tudo que cê quiser. Se você quiser comprar um avião você vai na Praça Sete. Cê acha vendedor que te vende um avião. Cê acha tudo, tudo, tudo. Praça Sete. Você quer falar em clandestinidade: Praça Sete. Entendeu? Na Praça Sete você encontra as melhores ofertas. Entendeu? Você consegue do seu atestado de óbito até o seu lote. E se um não tem, ele sabe aonde te indicar. Mas... você tem que saber alguém ali. Entendeu? (“Brilhantina”, informação verbal)

E nesse contexto é que “Emília” (moradora de rua, 28 anos) e seu companheiro tentavam fazer algum dinheiro para que, ao invés da rua, pudessem passar a noite em um quarto de pensão. Em um dos dias de jornada da Toca⁴⁷⁶, ela estava especialmente feliz com o trabalho que haviam conseguido. Receberiam duzentos reais por semana para vender sombrinhas e passarinhos que ao serem soprados faziam bolas de sabão na esquina das Avenidas Amazonas com Afonso Pena. Tinham conseguido esse trabalho com uma senhora que tinha uma loja nas redondezas da Praça Sete. A mercadoria era toda dela, eles só tinham que vender. E o bom, segundo ela, era que: “enquanto ele sopra os passarinhos eu posso bordar e tomar conta da mochila do ‘Boy’”. “Boy” era um rapaz que, nesse dia, descansava próximo ao casal. Ele trabalhava tomando conta de motos e, por medo de ser roubado, enquanto trabalhava, deixava sua mochila com “Emília” para que ela a vigiasse. No final do dia, retribuía o favor com cinco reais. Mas, sobre o novo trabalho, Emilia continuou: “ontem, ela adiantou cem reais pra nós e olha o que eu comprei!”. Mostrou o vestido que usava e completou: “Não é porque moro na rua que tenho que andar como lixo”. Mas, infelizmente, na semana seguinte, o acordo havia sido desfeito: “Aquela mulher queria passar a perna em nós. Meu homem falou que não volta mais lá. Aquilo é lugar é de trambique”.

Com a experiência de “Emília”, encerra-se a passagem pela última área apontada como foco de pesquisa em função da importância que mantém para o cotidiano das atividades realizadas pela população de rua na cidade. Atividades que geram espacialidades, muitas vezes, desconformes com a paisagem urbana pretendida, desconforme com o que se quer ter na *urbis* do cartão postal. É necessário salientar que a investida realizada nesse item buscou compreender os planos e projetos que, na atualidade, incidem sobre a área hipercêntrica e, mais

⁴⁷⁶ Essa foi a jornada do dia 18 de março de 2015.

especificamente no “Baixo”. Ela mostra, ainda, o resultado da pesquisa de campo que possibilitou cartografar as atividades desenvolvidas pelos moradores de rua, assim como a forma pela qual o mercado de terra se formou nesse setor.

Assim, de um modo geral, foi possível perceber como o centro popular travestido de degradado foi, historicamente, sendo conformado como a área majoritária de desenvolvimento das atividades cotidianas pelos moradores de rua, ao mesmo tempo que tornou-se o local onde grande parte dos projetos e planos de renovação urbana foram sendo encaminhados. O mote de cada um deles, na atualidade, sob o modelo do empreendedorismo urbano neoliberal, está fortemente vinculado a discursos de segurança e competitividade sob o pano de fundo de uma nova forma de gestão dos espaços da cidade e, principalmente, de seus espaços públicos. Que se evidencie, em seguida, os mecanismos, estratégias e táticas oriundas das relações de poder/saber sobre esse aspecto para que esta discussão possa ser aprofundada.

6.3.3 Dos mecanismos, táticas e estratégias nas relações de poderes/saberes: cidade-mercado - dos perigosos

Este último período de análise é recheado por um número relevante de momentos e situações, tanto internas como no âmbito mais globalizado, que lhe imprimiram características responsáveis por acirrar uma distinção marcante: a entrada em jogo do empreendedorismo urbano com seu viés privatista e a reboque de um modelo neoliberal incisivo. Fato ocorrido apesar de todo o cenário de redemocratização que trouxe, durante os anos 1980, mecanismos que visaram a inserir a sociedade civil organizada em novas experiências de participação e que contribui para a feitura de marcos legais importantes no âmbito das políticas urbanas – haja vista a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade e os Planos Diretores. Mas apesar dessas novas formas e configurações não ocorreu o desmantelamento das condições gerais que propiciaram e ainda propiciam o avanço do capital multinacional sem o fortalecimento de formas de gestão mais participativos. Em outras palavras, as estruturas de poderes e saberes que, desde a fundação de Belo Horizonte, alavancaram formas de produção sem conter os processos de segregação socioespacial e da exploração máxima do uso do solo também sofreram uma reconformação e mantiveram-se atuantes.

Nesse âmbito, o que merece destaque é a alteração da forma como o poder público passa a compreender e atuar sobre os espaços da cidade, principalmente em seus espaços públicos. Modo marcado pela aproximação de uma lógica cada vez mais próxima de uma administração empresarial e que conduziu à “[...] derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-

autoritário” (VAINER, 2002, p.75) de planejamento, mostrado como uma das principais estratégias do período anterior.

Assim, Belo Horizonte, na esteira de outras cidades no Brasil e no mundo, passou a buscar formas de se ancorar em interesses exteriores e contraditórios à urbanidade nos moldes lefebvrianos (2001), ou seja, no acirramento da formação de uma cidade produto e, ademais, uma cidade produto privatizável – visando a contemplar os desejos e anseios de quem nela queria investir para extrair lucro e mais valia. Nesse sentido, duas questões mostraram-se relevantes. Primeiro, como apontado, foi relegado ao poder/saber técnico-científico não mais uma função de recomposição de estruturas que haviam tomado a direção errada – a partir da ideia da cidade capital pensada e planejada, porém, desvirtuada pela massa de desconformes – mas, sim, a de estruturação dos meios necessários para uma nova forma de planejamento e gestão urbanas vinculadas ao urbanismo empreendedor. Em segundo lugar, e como pano de fundo para a implementação de tais meios, essa nova forma de administração passou a posicionar, em grande medida, os espaços da cidade vinculados a arte, cultura, tradição e patrimônio – juntamente com o esporte⁴⁷⁷, o lazer e o entretenimento – na lógica dos ativos empresariais com vistas, principalmente, à gestão privada de seus potenciais. O intuito, como mostrado, era o de resgatar a “habitabilidade” e a “sociabilidade” pelo disciplinamento do comportamento e das condutas. Uma clara tentativa de despolarizá-los sob a escusa da violência, da informalidade e da mendicância. E nesse aspecto há que se considerar, também, estratégias de militarização, do poder de polícia, conforme visto na Normativa nº 1 de 2013. Mas por que esse pano de fundo?

Como se sabe, a (re)valorização dos centros das grandes cidades se dá devido à importância conferida ao consumo da história e, por isso, é realizada, em geral, por meio de intervenções de cunho controlador e higienista que buscam adequar as cidades às demandas econômicas internacionais, desse modo, há uma apropriação cultural das cidades (melhor, das suas imagens) com vistas a dar novos sentidos ao passado. (JAYME; TREVISAN, 2012, p.365)

E talvez, mais do que isso, como justificativa para explorar ativos outros que viriam a reboque da recuperação da cultura, memória e história de um povo. Conforme aponta Barbosa (2012), a política urbana passa a ser utilizada como ferramenta de maximização da acumulação de capital.

⁴⁷⁷ E cabe aqui ressaltar a ocorrência da Copa do Mundo da Fifa de 2014 que, conforme já mostrado, trouxe implicações diretas para o cotidiano dos moradores de rua.

Na verdade, da mesma forma como evidenciado – e já explorado em detalhes na análise da capital bogotana – observa-se, nesse momento, o estabelecimento de uma nova arte de governar, na qual a legitimidade do Estado é fundada a partir de um espaço de liberdade dos parceiros econômicos. Dito de outro modo, o mercado é aquilo que se precisa produzir no governo, pela arte de governar. Trata-se de agir sobre as coisas que não são diretamente econômicas para, através delas, ampliar mercados. Trata-se de uma liberdade de mercado que necessita de uma política vigilante para torná-lo livre. Trata-se de uma “política social privatizada” (FOUCAULT, 2008). O que, para Barbosa (2012), trata-se também de uma urbanização capitalista como campo de valorização:

No que tange às mudanças legislativas na região, o Código de Posturas do Município de 2003 (Lei nº 8.616), atualizado em 2010 (Lei nº 9.845), o Plano Diretor Municipal de 1996 (Lei nº 7.165), alterado também em 2010 (Lei nº 9.959), e o Estatuto da Cidade de 2001 (Lei Federal nº 10.257), foram os principais meios institucionais para se atingir a mobilização da propriedade, reforçando a urbanização capitalista como campo de valorização. (BARBOSA, 2012, p.6)

Os modos de colocar essa governamentalidade em prática foi perpetrada por mecanismos e estratégias de regulamentações marcadas pela realização de planos de desenvolvimento – com suas sucessivas manchas de qualificação para a requalificação dos territórios –; de programas de renovação urbana e de ordenamento territorial – as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo –; e de normas para urbanização – códigos de posturas, normativas, decretos, etc. – que se espalharam também para a gestão desses espaços urbanos criados e a criar – haja vista o edital público para a exploração privada dos baixios de viadutos⁴⁷⁸. Nesse viés, as parcerias público-privadas tornaram-se um novo mercado de/para ações no território urbano público.

O jurídico-econômico sobrepõe-se, assim, à concepção urbanística ao ponto de se criar a PBH Ativos S.A., que, dentre seus objetos, dá margens ao aporte de recursos públicos – em forma de terra urbana também pública – para viabilizar e garantir investimentos privados, agora institucionalizados, que seriam gerados no seio, principalmente, das OUCs.

Nesse contexto, a Área Central da cidade e, de modo especial, o Hipercentro, assumiu o protagonismo da incidência de grandes planos e projetos. De acordo com Barbosa (2012),

Nota-se que são vários os setores econômicos e suas entidades de classe interessados na “requalificação” da região. Em busca dos elevados níveis de capitalização que a mesma promete, esses atores unem forças ao Estado para levarem a cabo o processo

⁴⁷⁸ E quanto à multiplicação dessa forma de administrar/gerir a cidade é válido destacar que estão em processo, em Belo Horizonte, projetos que visam a privatizar a gestão de parques, cemitérios, escolas públicas, etc.

de revalorização urbana. Nessa disputa territorial pelas frentes de atuação do poder público, o Centro sai com grande vantagem alegando seu enorme abandono e praticamente impondo sua necessidade de “revitalização”. No que tange ao consenso forjado em torno da degradação da região central, nota-se que os argumentos utilizados, vinculados pela mídia em geral, ultrapassam o questionamento de espaços públicos em más condições de uso e repousam em questões ligadas a alta informalidade, à presença de atividades ilícitas, a ocorrência de furtos, entre outras, sendo essas as causadoras de um ambiente inóspito e inseguro. Desse modo, o discurso de recuperação da área transcende a escala material e assume um caráter civilizatório, reforçando a visão depreciativa de grupos indesejáveis no local, como os camelôs, prostitutas, artesãos, moradores de rua e boêmios, o que em alguns casos resulta na própria criminalização da pobreza. Convencendo a todos de que se trata de ações em nome do benefício e segurança da população, legitima-se, assim, a necessidade de limpeza urbana como uma das etapas para a “revitalização” (BARBOSA, 2012, p.8)

De modo ainda mais localizado no Centro, foi o “Baixo” quem despontou como a reserva presente para investimentos futuros do mercado de capitais imobiliários alicerçados nesse panorama que, como visto, não veio de uma casualidade. O “Baixo” – juntamente com seus desformes, desconformes, infames, desajustados, informais, anormais – foi deixado a morrer para que pela justificativa de fazer viver – de “revitalizar” – pudesse renascer. Renascer para a cidade pelo renascimento capitalizado e mercantilizado daquela reserva de história, memória e tradição. Nesse sentido, é possível perceber, na sobreposição de manchas e de diretrizes para o “Baixo”, uma operação que o diferencia do restante da região central por, principalmente, atributos de periculosidade e da presença de atividades desconformes. É possível, assim, notar, no conjunto dos levantamentos conduzidos – a partir da década de 1980 até este ponto – de que forma a vida na rua se insere naquilo que diz respeito ao planejamento urbano cidadão. Ela desenha-se como um problema a ser resolvido ou minimizado, mesmo que de modo conjunto, com demais vertentes da gestão pública municipal. E cabe, nesse sentido, uma observação que acaba por conduzir a análise para os sujeitos urbanos referentes a esta pesquisa.

Ela remete ao polêmico processo de implementação do Centro Administrativo Municipal no bairro da Lagoinha que, pela ação de moradores, usuários, comerciantes e movimentos sociais foi suspenso e redirecionado para a Praça da Rodoviária, para o “Baixo”. Mas, ora, por que não ali resultou a mesma polêmica?

Não é que não haja polêmica, na verdade, o que se percebe é que, no “Baixo”, ela se desenha de outra forma. Como mostrada na citação acima, ela vem na esteira do “consenso forjado” em torno de sua degradação: a ilicitude, a informalidade, os furtos, em suma, a insegurança. Nos moldes de uma “terra de ninguém” ou de ninguém que tivesse legitimidade para travar um embate desse calibre, essa área já estava/está para morrer. Moradores de rua,

prostitutas, vendedores ambulantes, recicladores e usuários de droga, na verdade, são os que legitimam as intervenções por personificarem a desordem urbana. São eles que afastam a população de bem e os bons usos. São os corpos da insegurança e do perigo. Corpos perigosos. A polêmica é, portanto, outra. Como não produzir ações higienistas, de limpeza urbana, se os louros virão em benefício da segurança da própria população? Como não retirá-los dali, já que se transformaram no impedimento do pleno desenvolvimento econômico-urbano da área no presente e no futuro? Não foi isso que deixou claro um dos arquitetos que se manifestou sobre o projeto?

A polêmica das baixas áreas centrais, desse modo, tem envolvido menos o direito que toda essa classe de anormais – dos fora das normas – poderia vir a ter sobre seus modos de vida e aos espaços e espacialidades necessários para mantê-los – que foi o que ocorreu na Lagoinha para impedir a implementação do projeto, mas ali são outros usuários, são pessoas da/pelas normas – do que a necessidade de buscar formas de corrigi-los e controlá-los – e realizam-se, para tal fim, censos, estudos estatísticos, relatórios e diagnósticos – pela responsabilidade que lhes é colocada diante da degradação dos espaços, da ordem e da segurança.

É nesse âmbito que, com vistas à racionalidade neoliberal, a biopolítica da população pode ser compreendida. Ela busca a promoção das curvas ideias relacionadas a cada um dos fenômenos que, ao mesmo tempo que temporariamente impedem, justificam e renovam as possibilidades de investimentos. Limiar tênue, já que não se deve matar totalmente, pois, conforme marca Foucault (2008a), o poder soberano nessa vertente contemporânea do Estado Neoliberal não mais exerce o poder de morte, mas poder de vida. E caminhar na direção contrária da vida o conduziria para a figura do tirano/ditador inescrupuloso e sem interesse imediato para o próprio mercado, que funciona através da produção da liberdade.

O que se pode vislumbrar com essas discussões vai na mesma vertente da análise sobre a Bogotá do presente. Essas populações e, no caso desta tese, a população de moradores de rua, são absorvidas nos discursos que justificam as intervenções. Como embasar os mega- projetos de renovação urbana, como justificar a necessidade de “fazer renascer o Centro” se as populações de rua não existissem? Os fenômenos de violência, insegurança e deterioro a elas vinculados são necessários e imprescindíveis para a ação do mercado especulativo e imobiliário do solo urbano transformado em *commodity*.

7 CONCLUSÃO

O exercício da abordagem genealógica que pretendeu buscar um modo de compreender as dinâmicas da produção do espaço na cidade de Bogotá e Belo Horizonte, *vis a vis* o cotidiano dos moradores de rua, possibilitou chegar às cidades do presente através dos mecanismos, estratégias e táticas oriundos das relações de poder e saber que sobre elas incidiram desde suas fundações. Nesse processo, foi a partir dos dados levantados da pesquisa de campo que se achou o caminho responsável por iluminar os contrastes, as formas, os conflitos e embates relacionados ao assunto. Para chegar à história das lutas, ou seja, aos mecanismos, estratégias e táticas imbricadas nas relações de poder e saber na produção do espaço, iniciei, tanto em Bogotá como em Belo Horizonte, com o estudo e análise da implementação dos primeiros planos criados para essas duas cidades, a análise que se estendeu até os dias atuais. Nesse âmbito, é marcante a forma como tais práticas estiveram vinculadas a processos de subjetivação e formação de sujeitos.

Em Bogotá, foi da observação das placas dos veículos, das caminhadas pela malha urbana e das atividades desenvolvidas junto e com os *habitantes de calle*, que se atingiram as questões relativas à possibilidade de desenvolvimento das atividades cotidianas experimentadas por eles – mais do que o escrutínio dessas práticas. Emergiram, destarte, fatos como a segregação socioespacial alinhada ao eixo norte-sul; a área central como o *locus* da multiplicidades de suas atividades; e os projetos de renovação urbana fortemente alicerçados no empreendedorismo urbano neoliberal como estratégia de limpeza e higienização dessas mesmas atividades. A busca pela compreensão desses fatores iniciou-se com a análise da cidade colonial e seu plano em quadrícula, que permitia marcar a localização dos europeus dentro da malha e a dos não europeus nas suas margens. No entanto, à medida que a cidade cresceu e a sociedade complexificou-se, a questão passou a ser a de posicionar os não-europeizáveis em determinados pontos do tecido urbano e o restante da população – os letrados e trabalhadores convertidos – nos espaços que, aos poucos, foram se transformando nos lugares das elites citadinas.

Com a república instaurada, os saberes técnicos e científicos se lançaram à cura de uma cidade doente em função de uma parcela de seus corpos também doentes, degenerados, incapazes. Os corpos não conformes e os espaços não conformes por ele (re)produzidos reflexivamente foram, especialmente, alvo de um poder disciplinar que teve como meta docilizá-los para curá-los, para extirpar e extinguir a insalubridade e a doença, por meio de mecanismos vinculados à higiene e à salubridade, ou seja, à saúde.

Com a empreitada desenvolvimentista visando à industrialização, observou-se a especialização dos saberes. O espaço citadino tornou-se um problema estético e ideológico a cargo de arquitetos e urbanistas. Os corpos pouco aparecem nos discursos, na verdade, aparecem de forma indireta. O alvo foi aquilo que seus modos de vida provocavam na *urbis*: a sujeira, a vagabundagem, a feiura, a má imagem para uma metrópole que se queria moderna. O objetivo dos especialistas do espaço era o alcance da máxima produtividade – assim como a de uma máquina – para que o espaço urbano fosse docilizado para a geração do capital presente e futuro. Ao poder disciplinar começou a se juntar uma nova forma de poder, um modo de governo biopolítico, ainda em seu momento inicial. A cidade foi transformada em um objeto sobre o qual se incidia com vistas à produção de lucro especulativo e imobiliário.

Finalmente, a nova arte de governar, ou seja, a governamentalidade neoliberal, aprofundou os mecanismos bipolíticos e fez da gestão da população e do urbano – do meio – coisas de mercado. O controle dos corpos perigosos, através de um discurso aliado à segurança, deveria, ao mesmo tempo, produzir e consumir liberdades. A cidade é mais um insumo do mercado que se alastra. Cidade *commodity* que, ao organizar a população, organiza a base das formas “empresa”.

Em Belo Horizonte, a cidade de estudo misturou-se à cidade da vida. Entre (re)trajetos – do Centro para fora e de volta a ele –, através das próprias pessoas que moram nas ruas, chegou-se ao “Baixo”, que é também o lugar das principais propostas de planos e projetos urbanos na atualidade dentro da mesma lógica empreendedorista observada em Bogotá. Desse modo, os percursos, ao possibilitarem adentrar no cotidiano dos moradores de rua, possibilitaram observar a forma como os processos de planejamento urbano, hoje, estão amarrados a suas existências.

Na cidade do plano do final do século XIX, o urbanismo reformador pretendeu dar conta de uma cidade de uma gente só, gente de bem que circularia por sua malha meticulosamente desenhada e enrijecida para evitar disformidades espaciais e também morais. Mas, ao enrijecer-se no positivismo com vistas ao progresso e à modernidade, foi produtora do que, ao menos conceitualmente, tentou romper quando demoliu todo o antigo arraial. Nasceram toda a sorte de vagabundos, preguiçosos, marginais e mendigos que passaram a ser alvo dos poderes disciplinares sob a batuta do panoptismo de Aarão Reis, mas também a uma série de regulamentações criadas para conter a horda dos anormais.

Quase meio século mais tarde, a chegada do progresso trouxe uma nova lógica na produção de um espaço que deveria servir de suporte para o desenvolvimento da indústria, inclusive em termos imobiliários. Para isso, os especialistas do espaço deveriam desobstruir as

artérias por onde circulava a produção do/para o capital. Para tal, planos e projetos idealizados em gabinetes buscavam a previsão da cidade futura que deveria ser objeto a docilizar para a produção de riquezas. Ao poder disciplinar somaram-se formas mais apuradas de se controlar a população; à disciplina somou-se de modo mais incisivo o biopoder com seus mecanismos biopolíticos.

Finalmente, a privatização se alastra também para os espaços públicos, mas não apenas para produzi-los. A gestão desses ambientes vira objeto da investida neoliberal, de uma nova arte de governar, da governamentalidade neoliberal que aprofunda os mecanismos biopolíticos. População e meio tornam-se coisas de um mercado que tem estratégias, regras e possibilidades específicas no que concerne a suas espacialidades. Desse modo, o que vinha sido deixado, desde o início, a morrer – e neste caso mais específico, o “Baixo” – deveria recobrar o que se espera de um ambiente de segurança para o consumo. A cidade é, também na capital mineira, a cidade *commodity* que, ao organizar a população, organiza a base das formas “empresa”.

Em síntese, tanto em Bogotá como em Belo Horizonte, a produção do espaço citadino resultou de mecanismos, estratégias e táticas de poderes/saberes que, num campo de lutas, numa batalha constante, colocaram em exercício os modos de fazer de uma tecnologia política que incide sobre os corpos, tanto o individual como o populacional. Entretanto, nessa batalha, no que tange aos moradores de rua, há que se compreender que nesse largo processo de urbanização produtor de subjetividades – produtor de vagabundos, loucos, criminosos, *gamines*, *desechables*, mendigos, doentes, *indigentes*, ladrões, moradores de rua –, produtor de *desplazamientos* e produtor de segregações, há algo de igual intensidade. Apesar dos poderes soberano, disciplinar, biopolítico – nunca exclusivos, mas sobrepostos em graus distintos em cada período – esses sujeitos continuaram a existir e resistir. Os estudos de caso mostraram que nas áreas mais diretamente separadas para pesquisa e análise, mesmo com os sucessivos planos, projetos, leis, códigos, normativas e regulamentações, essas pessoas continuaram, pelos seus modos de vida, a produzir espaços, a produzir heterotopias.

Nesse sentido, a máxima foucaultina tão reverberada nos dias atuais “que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p.105) poderia ser citada como suporte teórico do que se observou na prática. Mas isso seria muito superficial diante do modo como o autor aborda e elabora a questão já que, em sua perspectiva, as resistências são plurais – improváveis, espontâneas, planejadas, violentas, solitárias, etc. – e não, como poderia parecer, o subproduto do poder, o negativo do poder ou o seu reverso apenas. Os pontos de resistência estão espalhados, dispersos, disseminados, móveis e transitórios em toda a rede. Ela

não existe, com relação ao poder, como um lugar de recusa: “Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais” (FOUCAULT, 1988, p.107). Como, então, buscar compreender os modos pelos quais essas resistências se formam, se instituem, se desenham?

Para isso, vale voltar à questão da governamentalidade, ou seja, ao governo das condutas. Ao mesmo tempo que Foucault (2008a) mostra, em *Segurança, Território e População*, o modo como o elemento “conduta” é introduzido, através do pastorado cristão – com a conduta das almas –, na sociedade ocidental, ele também se demora sobre as recusas, revoltas e resistências que ocorreram a esse tipo de imposição. Não cabe aqui explorar o extenso estudo do autor acerca do tema, mas é importante ressaltar que, para ele, quando essa função pastoral foi retomada no exercício do governo, nos séculos XVII/XVIII, ou seja, quando o governo pôs-se a se encarregar da conduta dos homens, conflitos de conduta aparecem no lado da instituição política. A essa luta posta em prática contra os procedimentos de conduzir os outros, ele denomina de contraconduta e a localiza no campo geral das relações políticas e nas relações de poder. Para o autor: “isso permite identificar a dimensão, o componente de contraconduta, a dimensão de contraconduta que podemos encontrar perfeitamente nos delinquentes, nos loucos, nos doentes” (FOUCAULT, 2008a, p. 266). É possível dizer que permite ir ao encontro dos saberes sujeitados.

O que é de grande valia, nesse sentido, é que, conforme aponta Candiottto (2010), o outro da condução passa a ser considerado um sujeito de ações. Sujeitos que limitam os excessos dos modelos de governança em distintas ordens – doméstica, política, pedagógica, espiritual, médica, etc. – e que se impõem diante dos diferentes modos de governar.

Governar é agir sobre si mesmo, em vistas de se posicionar criticamente diante de quaisquer ações de condução. Inexistem relações de governo que não sejam aquelas exercidas sobre sujeitos livres, que dispõem de um campo plural de possibilidades e alternativas. Essas alternativas se estendem, desde a aceitação de uma determinada condução até a constituição de contracondutas ao modo como ela é exercida. As contracondutas são elevadas a novo ponto de partida, diante das diferentes relações de governo; elas designam um cuidado político de si, porque o sujeito é constituído como tal em virtude da relação política do governo de si mesmo em face do governo dos outros. (CANDIOTTO, 2010, p. 161)

Nesse sentido, os moradores de rua podem ser compreendidos a partir de uma nova perspectiva, uma forma de governo de si mesmos que gera espaços outros que não apenas aqueles vinculados à conduta estabelecida por uma determinada governamentalidade que

procura impor-se sobre eles. Essa contraconduta distancia-se dos modelos formalizados e institucionalizados de trabalho formais, das noções estabelecidas de família, das legalidades implícitas ao que é público ou privado, dos modos de lazer considerados sadios, etc. No exercício cotidiano dessas contracondutas é que essas pessoas são produtoras de espaços heterotópicos. Para ilustrar, como gostava de falar “Mestre”, em Bogotá, “trabalho é tudo aquilo que me custa fazer” (morador de rua, 55 anos, tradução nossa)⁴⁷⁹

Nesses espaços, durante a pesquisa de campo, no escopo das políticas públicas específicas à população de rua, o modo de lidar com tais contracondutas mostrou particularidades. Apesar de a Colômbia estar ainda no caminho da construção de lineamentos em nível nacional e de o Brasil já ter estabelecido esse marco há mais de uma década, quando se atinge a esfera local, Bogotá apresentou formas práticas de ação mais próximas a um reconhecimento desses modos de vida. A administração do então prefeito Gustavo Petro foi pioneira no estabelecimento de programas inovadores de serviço e atendimento a essa população tanto nos espaços públicos como na inauguração de equipamentos. No primeiro caso, através do *autocuidado móvil* rompeu a porta do atendimento em ambientes fechados e levou para as ruas serviços tais como alimentação, banho, atendimento psicossocial, vacinação, atendimento médico e odontológico, etc. No segundo, buscou formas de tornar os equipamentos menos rigorosos no que tange às normativas internas. Fato evidenciado no discurso de inauguração do Centro Bakatá: “Hoje estamos inaugurando este centro. Centro de serviços para dormir; para tomar banho; para fazer as necessidades; para encontrar um amigo, uma amiga; para pintar um quadro; para organizar para o trabalho; para fumar um baseado se quiserem” (EL CENTRO BAKATÁ..., 2015, tradução nossa)⁴⁸⁰. E ainda, ao regulamentar o termo *Ciudadanos Habitantes de Calle*, ressaltou que indiferentemente de um determinado modo de vida, as pessoas que moram nas ruas são cidadãs. Cidadania que não passa pela correção de uma conduta.

Por outro lado, em Belo Horizonte, a administração de Márcio Lacerda primou por ações violentas de recolha de pertences, revistas vexatórias, instalação de equipamentos urbanos com design anti-mendigo e um posicionamento nítido de correção das condutas não apenas dos que vivem nas ruas, mas também de quaisquer pessoas que contribuam para sua manutenção:

⁴⁷⁹ “Trabajo es todo aquello que custame hacer”.

⁴⁸⁰ “Hoy estamos inaugurando este centro. Centro de servicios para dormir; para bañarse, para hacer las necesidades; para encontrar un amigo, una amiga; para pintar un cuadro; para organizarse para el trabajo; para fumarse un bareto si se quiere”.

[...] as regionais, principalmente a centro-sul, não está agindo com a velocidade necessária para fazer esse recolhimento – (o recolhimento de pertences). [...] peço que a população bem intencionada, de bom coração não dê a eles objetos, comida, dinheiro para que eles dependam da assistência social da prefeitura e possam ser convencidos a deixar a rua. É importante que eles não sejam ajudados pela população. (ASSISTA NA..., 2015)

Entretanto, quando se atinge a política urbana, embora em Bogotá elas entrem no grupo da intersectorialidade política voltado para o tema – o que não acontece em Belo Horizonte –, na prática isso não ocorre. Ao entrevistar o subdiretor do Instituto Distrital do Patrimônio Cultural e o diretor do Patrimônio e Renovação Urbana, ambos reconheceram que, tanto na concepção como na execução dos projetos de renovação urbana, não há participação de agentes públicos vinculados à SDIS ou qualquer escala de participação que trouxesse para a discussão pessoas que moram nas ruas. Em Belo Horizonte, foi visto que pela pressão de movimentos sociais, no caso do Corredor Cultural, foi inserido um representante da população de rua na Comissão de acompanhamento do projeto. Projeto que, todavia, não teve continuidade e, ao transformar-se na Zona Cultural, não manteve essa representação no Conselho Consultivo da Zona Cultural da Praça da Estação.

Pois bem, já se mostrou como as heterotopias conformam lugares fora dos lugares de forma efetiva e localizável. Lugares que assumem formas variadas, espaços diferentes que, por estarem fora da média de eventos considerados normais ou aceitáveis, por atreverem a se posicionar na curva externa à normalização, constituem-se como o lugar dos desvios (FOUCAULT, 2006a). O que não foi mencionado é que, se por um lado as heterotopias, os lugares heterotópicos, sinalizam uma inadequação entre a forma como os imaginamos e os modos como são efetivamente (VALVERDE, 2009), por outro, há outras modalidades de espaços que assumem essas mesmas características. Porém, localizam-se num futuro que não se atinge. Esses são os espaços utópicos. São as utopias definidas, por Foucault, como as da “própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais” (FOUCAULT, 2006a, p.415).

Com isso em mente, não se poderia dizer, portanto, que os espaços, que ao longo dessa exploração foram sendo atravessados por mecanismos de poder/saber, visavam à formação de espaços utópicos, espaços de conduta perfeita que abarcariam a totalidade da população? Os planos, normas, regulamentações e desenhos de espaços evidenciados mostram que sim. Entretanto, como irreais, como não realizáveis, como utópicos, deixam de traduzir concretamente uma possibilidade de existência concreta e presente. Mais que isso, são projetos,

planos e planejamentos que jamais acontecem, pois são o futuro. Já, por outro lado, a realidade física das heterotopias parece ser a única forma de exercício real – dentro desse quadro traçado por Foucault – de formatação de outros tipos de espaços, de exploração de outras espacialidades, da experimentação de outros modos de vida alicerçados na criação factível oriunda de contracondutas. Daí sua importância para as questões que envolvem os espaços urbanos e a cidade. Um outro exercício que emerge daqueles saberes sujeitados, populares, comuns, ordinários, em suma, do saber mesmo das pessoas. Talvez um exercício mais fértil que passa, muito mais, pelo reconhecimento de outras formas e outros modos de espacialidades do que pelos planos e projetos utópicos que não apenas não os contemplam, mas tentam moldá-los para uma cidade futura.

No caso dos moradores de rua, apenas para citar algumas heterotopias num âmbito que coloca em questão as relações de público e privado – aquelas mesmas dos posicionamentos que não foram ainda dessacralizados –, é o que se percebe quando a calçada vira cama ao se colocar sobre ele um colchonete, o gramado de uma antiga linha ferroviária transforma-se em um *cambuche* pela sobreposição de distintos materiais, o *transmilênio* vira um local de trabalho e não apenas um veículo para o deslocamento em massa, o baixio do viaduto vira abrigo que protege do vento, do sol e das chuvas, as caixas de papelão tornam-se estruturas temporárias para dar abrigo ao corpo. Desse modo, se os mecanismos, estratégias e táticas de poderes/saberes legitimados almejam lugares utópicos que restringem determinados modos de vida pública, que definem estes modos de vida como problemas e fenômenos a serem controlados, eles também são responsáveis pela emergência de lugares heterotópicos. Lugares que se distanciam dos esperados pelas políticas urbanas e que geram diversidades.

A verificação dessas heterotopias – de corpos e espaços – tão presentes como constantes nas áreas analisadas trazem para a discussão um tema que, na atualidade, tem se tornado um dos fenômenos mais diretamente discutidos em relação às formas de produção do espaço sob a regência do neoliberalismo: a gentrificação. Nesse aspecto, os estudos do geógrafo escocês Neil Smith (1996) são referência relevante, já que abordam a relação entre políticas urbanas, padrões de investimentos, segregação, pobreza e a vida nas ruas, principalmente, nas de Nova Iorque. Para o autor: “Políticas públicas e o mercado privado estão conspirando contra as minorias, trabalhadores, pobres e moradores de rua como jamais visto” (SMITH, 1996, p.i, tradução nossa)⁴⁸¹. Para exemplificar, Smith (1996) resalta uma série de acontecimentos em Nova Iorque que envolveram a retirada forçada de moradores de rua de lugares públicos, tais como

⁴⁸¹ “Public policy and the private market are conspiring against minorities, working people, the poor and homeless people as never before”.

parques, praças e mercados: o fechamento e vigilância dessas áreas para que não retornassem; a implantação de mobiliários urbanos com design “anti-mendigo”; a criminalização dessas pessoas por meio de regulamentações proibitivas; a implementação de processos milionários de renovação urbana nessas áreas. Entretanto, o autor evidencia que, ao serem retirados dos espaços que foram focos dessas ações, moradores de rua fixaram-se em outras regiões, fosse nos mesmos bairros, fosse em bairros vizinhos. Ou seja, não cessaram em produzir espaços heterotópicos.

Nos estudos de caso realizados, foi visto aqui que, quando do desmonte dos espaços produzidos pelos moradores de rua – pelos mesmos meios evidenciados por Smith (1996) em Nova Iorque e em função do mesmo avanço do mercado –, a reordenação e consequente espacialização de seus cotidianos continuaram a ocorrer e, de modo recorrente, nos mesmos lugares. Às vezes com menor intensidade, mas mantiveram-se, o que sinaliza não ter se completado, nas áreas estudadas das duas cidades, processos gentrificadores no que tange à população de rua. Mas como avançar nessa questão tendo em vista o grande volume de planos e projetos marcados a ocorrer nesses dois lugares e, realmente como nunca antes visto, através de um amálgama extremamente potente entre poder público e iniciativa privada? Como pensar em formas de discutir essa questão no sentido de conduzi-la para mais além de um reconfigurar-se eterno com uma mesma situação, conforme visto nas genealogias apresentadas? Como contribuir para novas formas de pensar o planejamento urbano para que ele seja menos um mecanismo de disciplina e normalização e mais uma ferramenta para o reconhecimento de distintos modos de vida?

Talvez uma forma de aproximar dessas indagações parta do que está por trás da fala de Dikins, prefeito de Nova Iorque, em 1991, citada por Smith (1996): “Um parque é um parque. Ele não é um lugar para viver” (DIKINS apud SMITH, 1996, p.5, tradução nossa)⁴⁸². Nesse sentido, é possível compreender que, para o prefeito, o parque é um espaço público que se difere essencialmente da casa, espaço privado onde se mora. Dicotomia entre público e privado que, como visto em Foucault, comanda nossas vidas como oposições que admitimos como inteiramente dadas, como uma “secreta sacralização” (FOUCAULT, 2006a, p.413). Público e privado que regem as formas de produção da cidade tanto nas utopias vinculadas ao planejamento urbano como na lógica do capital produtor de mercadorias. Público e privado que nas heterotopias dos moradores de rua estão sobrepostos, misturados, quase indiferenciáveis, já que: “Onde eu moro? Não é na rua não, porque na rua passa carro e eu não sou bobo para morrer

⁴⁸² “The park is a park. It is not a place to live”.

atropelado. Eu moro é na calçada” (“Bacana”, morador de rua, 45 anos).

Uma possibilidade seria, portanto, iniciar uma discussão que conduza a outro modo de se pensar o espaço e que contribuiria para a desconstrução dessa oposição tão arraigada quanto necessária para as formas de produção capitalista e neoliberais. Uma forma que, de algum modo, liberte o espaço para as multiplicidades das vidas que nele se reúnem – para uma multidão – a partir de suas singularidades. Para isso, parece pertinente trazer para a discussão o filósofo italiano Antonio Negri e o filósofo americano Michael Hardt que se utilizam do termo “biopolítica”, a partir de Foucault – formulado a partir das genealogias que mostravam as emergências dos problemas da sociedade moderna no século XIX e que implicava a política que incidia sobre a população para o governo da vida –, mas não num contexto e de um modo próximo ao governo das populações.

Não cabe aqui nem é tempo de esmiuçar toda a argumentação acerca da biopolítica e a forma como os autores partem de Foucault para nela chegar ou para, a partir de Foucault, dela extrair uma nova perspectiva. O que se pretende é buscar direcionamentos iniciais para o problema acima proposto – ou poderia ser também para uma conclusão que se abre para novos começos – e que parece ir ao encontro de uma pergunta formulada pelo próprio Negri (2008): “se a metrópole é investida pela relação capitalística de valorização e de exploração, como se pode colher no seu interior o antagonismo da multidão metropolitana?” (NEGRI, 2008, p.201). E indo mais além, como transformar essa colheita em novas possibilidades de produção do espaço?

Para Negri e Hardt (2010) a resposta está, exatamente, na multidão. Multidão compreendida como o conjunto de “singularidades cooperantes que se apresentam como uma rede, uma *network*, um conjunto que define as singularidades em suas relações umas com as outras” (NEGRI, 2005). Multidão vinculada a dois conceitos essenciais para esse momento final: a biopotência e o comum.

Quanto ao primeiro conceito, ao observarem a biopolítica sob uma nova perspectiva, os autores (2010) salientam que, nesse âmbito, a resistência não está apenas no corpo do indivíduo, mas na sociedade como um todo: “a sociedade, agrupada dentro de um poder que vai até os gânglios da estrutura social e seus processos de desenvolvimento, reage como um só corpo” (HARDT, NEGRI, 2010, p.43). Desse modo, a biopolítica, em Hardt e Negri (2010), é também potência de vida e, neste sentido, opõe-se ao poder sobre a vida. É, assim, a potência da multidão em suas singularidades.

Potência de vida que implanta como eixo estrutural da multidão o conceito de comum que não é o de um organismo, mas o resultante de “uma série de atividades singulares que, de

fato, se desenvolvem a partir da consistência subjetiva dos agentes” (O COMUM..., 2014). Na relação comum-multidão não se estabelece, assim, o par poder/resistência, mas poder/potência. Potência de construção de novas formas de constituição, poder constituinte e transformador em face daquilo criticado por Foucault (2006a) no que diz respeito ao sacralizado par público/privado:

Michael Hardt e eu estamos convencidos de que o quadro específico da representação democrática, da maneira como está configurado nas constituições representativas liberal-democráticas, esteja profundamente esgotado, exausto. Por quê? Porque, poderia dizer teoricamente, as constituições burguesas liberal-democráticas não compreendem o comum. Em nenhuma constituição do pós-guerra, há o reconhecimento do direito de acesso ao comum. Existe o direito da propriedade privada, existe o direito da propriedade pública, com funções mais ou menos amplas, mas não existe o direito de acesso ao comum. Não existe. (O COMUM, 2014)

O comum aparece, desse modo, no centro de um contexto biopolítico e não é o privado ou o público; não é o individual ou o social. Isso porque, para Negri, a propriedade privada e a propriedade pública – a propriedade privada do Estado que governa condutas – confrontam-se com novas formas de “propriedade flutuante em torno da rede em nível internacional e com a capacidade que as grandes empresas têm de criar seu mercado e de intervir nessa ordem mercantil e jurídicas que elas criaram com a força e a capacidade de garantir a ordem por meio das multas, penalidades, a exclusão etc.” (NEGRI, 2005). Das formas de propriedade que, no passado, construíram a sociedade por ações, pela divisão da propriedade em várias cotas que alargaram o capital das empresas. Assim, a propriedade é um obstáculo claro aliado à propriedade pública que está sempre com o capital e que dele necessita (NEGRI, 2005). E não é exatamente isso que demonstram a PBH-Ativos S.A., em Belo Horizonte, e a ERU e a EVB, em Bogotá?

Nesse sentido, a propriedade comum aparece, no autor, como:

[...] uma propriedade pública que, em lugar de ter padrões públicos ou donos públicos, é de sujeitos ativos naquele setor ou naquela realidade, é administrada por eles. A propriedade comum é esse ato, é essa atividade através da qual os sujeitos administram ou gerem [...]. A propriedade comum não passa simplesmente pelo Estado, passa pelo exercício que as singularidades fazem desse espaço comum, pela maneira de exercer esse espaço comum. Não depende de etapas no sentido de primeiro fazemos isto e depois fazemos aquilo [...]. Portanto, para além da propriedade pública, a definição jurídica do comum é aquela que possibilita fazer atuar dentro do caráter público a construção de espaços comuns reais, que são estruturas comuns, e fazer atuar nesses espaços de vontade a decisão, o desejo e a capacidade de transformação das singularidades. (NEGRI, 2005)

O comum, portanto, é um projeto coletivo “feito de um patrimônio riquíssimo de estilos de vida, de meios coletivos de comunicação e reprodução da vida e, principalmente, do

excedente da expressão comum da vida nos espaços metropolitanos. [...] Eis a metrópole da multidão singular e coletiva. (NEGRI, 2008, p.201). Metrópole biopotente.

Desse modo, se a heterotopia é um exercício, no presente, de novas formas de produção do espaço e se o comum é um exercício contínuo da produção de heterotopias – tendo em vista um espaço outro, nem público, nem privado e marcado pela dessacralização dessa dicotomia –, não seriam, assim, os espaços erigidos pelos modos de vida na rua – dentre este patrimônio riquíssimo de estilos de vida –, essas heterotopias, uma das formas possíveis de discutir formas de produção do comum? Nesse aspecto, os corpos das pessoas moradoras de rua deixariam de ser corpos a docilizar, normalizar ou higienizar, mas corpos e pessoas que poderiam contribuir para novos modos de se pensar e fazer a metrópole e seus espaços. Assim, compreender essa dinâmica de modos de vida e produção do espaço poderia ir mais além daquilo que retém – e torna refém – a prática do urbanismo, ou seja, sua forma de agir como um mecanismo de tecnologia política dos corpos que trata os moradores de rua como um problema urbano a corrigir. Grande equívoco.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Flávio *et al.* Baixios de Viadutos. In: CAMPOS, Alexandre *et al.* *Espaços Colaterais – Collateral Spaces*. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas/ICC, 2008, p. 264-282.
- AGOSTINI, Flávio; CAJADO, Luciana; TEIXEIRA, Carlos. Projeto Baixios de Viaduto da Via Expressa Leste-Oeste. *ARQTEXTO - Revista da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n.7, p. 42-49, 2005.
- AGUIAR, Tito Flávio. Conhecer o arraial de Belo Horizonte para projetar a cidade de Minas: a Planta Topográfica e Cadastral da área destinada à Cidade de Minas e o trabalho da Comissão Construtora da Nova Capital. In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH-MG, 18, jul. 2012, Mariana. *Anais...* Disponível em: <www.encontro2012.mg.anpuh.org>. Acesso em: 30 set. 2015.
- ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS. *Desplazamiento Interno en Colombia*. Genebra, Suíça, 2009. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- AMORIM, Ivana Costa. *Gestão de Projetos em Área Urbana: a experiência de Belo Horizonte na revitalização da Praça Rui Barbosa*. 130 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Construção Civil, Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- ANDRADE, Heloisa; FIGUEIREDO, Gladston; FARIA, Carlos Aurélio. A trajetória histórica e organizativa da população em situação de risco de rua de Belo Horizonte: a construção de um movimento cidadão. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria. *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. São Paulo: Autêntica Editora, 2008.
- ANDRADE, Luciana Teixeira. Ordem Pública, Crime e Desvio em Belo Horizonte. *Rev.Varia História*. n.18. Belo Horizonte, set.1997. p.191-200.
- ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. A Formação da Cidade: In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p.37-78.
- ARANGO, Silvia. *Arquitectura de la Primera Modernidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1996.
- ARANTES, Otilia. Uma Estratégia Fatal – A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único - Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.11-74.
- ARAÚJO, Guilherme Maciel. CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Historiografia moderna e preservação: o caso do conjunto IAPI em Belo Horizonte (MG)*. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <www.docomomo.org.br/seminario>. Acesso em: 13 out. 2015.

ARAÚJO, Maria Marta Martins. A Vida nos Subúrbios: memória de uma outra Belo Horizonte. *Caderno de História*. v.2, n.3. Belo Horizonte, p.50-56, out. 1997.

ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber; PINHEIRO, Cristiane Borda. Reflexões acerca das intervenções integradas na gestão das águas Urbanas em Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR, 16., Belo Horizonte, 2015. *Anais...* Disponível em: < <http://xvienanpur.com.br/anais> >. Acesso em: 16 nov. 2015.

ARIAS, Juan Carlos Rojas. La Política de La Demolición: renovación urbana e habitat social en Francia y en Colombia. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales*. v.14, n.331. Barcelona, ago. 2010.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Fundos e Coleções*. Disponível em: <www.acervoarquivopublico.pbh.gov.br/acervo>. Acesso em: 5 nov. 2015.

ARROYO, Michele Abreu. Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, 5 set. 2003, Campinas: Unicamp, 2003.

ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL BELO HORIZONTE. *Grupos Temáticos*. Disponível em: < <http://aph-bh.wikidot.com/gts> >. Acesso em: 12 dez. 2015.

AYER, Flávia. PBH quer criar corredor cultural na Praça da Estação. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 14 mar. 2013. Disponível em: <www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/03/14/interna_gerais,356890>. Acesso em: 1º dez. 2015.

AZEVEDO, Sérgio; MARES GUIA, Virgínia Rennó. A Trajetória da gestão metropolitana de Belo Horizonte, (RMBH). In: ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes; DINIZ, Alexandre Magno Alves. *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Belo Horizonte: Editora PUC/Minas/Observatório das Metrópoles, 2015. p. 359-389.

BAESSO, Renata. A Arquitetura complementando o traçado urbano - Os primeiros anos da nova capital de Minas (1897-1930). Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 9, São Paulo, set. 2006.

BARRERO, Luis Alberto Arias. Indígenas y Afrocolombianos en Situación de Desplazamiento en Bogotá. *Trabajo Social*. Bogotá, n. 13, jan./dez. 2011, p. 61-76.

BARBOSA, Pablo Maia. Cultura global e cultura local na revalorização do centro de Belo Horizonte - possibilidades e limites da cultura frente à espetacularização da metrópole. In: SIMPÓSIO NACIONAL EM GEOGRAFIA URBANA, 8, Rio de Janeiro, 18/22 nov. 2013. Disponível em: < www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT12_1213_Pablo.pdf >. Acesso em: 29 out. 2015.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, história média: planejamento, estudo construção e inauguração da nova capital (1893-1897)*. Belo Horizonte: Rex, 1936.

BELO HORIZONTE. Prefeitura da cidade de Belo Horizonte. Instruções para execução dos serviços a cargo da turma de guardas e vigias. *Imprensa Oficial do Estado de Minas*, 1903. p. 3.

BELO HORIZONTE. Lei nº 232, de 8 setembro de 1951. Cria o serviço do Plano Diretor e dá outras providências. *Prefeitura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 8 de setembro de 1951.

BELO HORIZONTE. Lei nº 2.662, de 29 novembro de 1976. Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no Município de Belo Horizonte, e dá outras providências. *Prefeitura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 26 de novembro de 1976.

BELO HORIZONTE. Lei nº 6.165, de 27 de agosto de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. *Câmara Municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 27 de agosto de 1996.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. *1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte*. Agosto de 1998. Disponível em: <www.eltiempo.com/.kikacastro.files.wordpress.com/2014/06/1_censo_populacao_rua_bh.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2016.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. *Comissão Construtora da Nova Capital de Minas (17.02.1894 – 03.01.1898)*. Belo Horizonte, 1999. Disponível em: portalpbh.pbh.gov.br>. Acesso em: 7 out. 2015.

BELO HORIZONTE. Lei nº 8.029, de 6 de junho de 2000. Cria o Fórum População de Rua e dispõe sobre política pública para a população de rua no município. *Prefeitura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 6 de junho de 2000. Disponível em: <cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/236980/lei-8029-00>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BELO HORIZONTE. Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003. Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. *Diário Oficial do Município (DOM)*. Belo Horizonte, 15 de julho, 2003a.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Anuário Estatístico de Belo Horizonte*. v.1, Belo Horizonte, 2003b.

BELO HORIZONTE. Lei nº 9.139, de 19 de janeiro de 2007. Institui o Estatuto da Guarda Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências. *Prefeitura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2007a.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2007b.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 9. *Diário Oficial do Município (DOM)*. Belo Horizonte, 9 de abril de 2009.

BELO HORIZONTE. Lei nº 9.845, de 8 de abril de 2010. Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município (DOM)*. Belo Horizonte, 9 de abril de 2010a.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 14.146, de 7 de outubro de 2010. Institui o Comitê de Monitoramento e Acompanhamento da Política Pública Municipal para a População em Situação de Rua, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 7 de outubro de 2010b.

BELO HORIZONTE. Lei nº 9.959, de 20 de julho de 2010. Altera as leis nº 7165/96 – que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte – e nº 7166/96 – que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município –, estabelece normas e condições para urbanização e a regularização fundiária das zonas de Especial Interesse Social, dispõe sobre Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo nas áreas de Especial Interesse Social, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 20 de julho de 2010c.

BELO HORIZONTE. Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010. Autoriza a criação de sociedade sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte e estabelece outras disposições relativas à atuação da entidade. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 25 de novembro de 2010d.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Desenvolvimento. *Lagoinha em Estudo*: análise diagnóstico-propositiva do bairro Lagoinha em Belo Horizonte. 2011a. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2015.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Requalificação Urbana da Praça da Savassi*. 2011b. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=45470&pIdPlc=&app=salanoticias>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 14.657, de 21 de novembro de 2011. Institui o procedimento de manifestação de interesse – PMI para participação de interessados na estruturação de projetos de parcerias público-privadas, nas modalidades patrocinada e administrativa, e em projetos de concessão comum e de permissão, no âmbito da administração direta e indireta do poder executivo. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 21 de novembro de 2011c.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Prefeito Márcio Lacerda visita Regional Norte*. 2011d. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=43942&pIdPlc=&app=salanoticias>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

BELO HORIZONTE. Lei nº 10.443, de 28 de março de 2012a. Dispõe sobre a Política Municipal de aproveitamento de áreas sob viadutos. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 29 de março de 2012a.

BELO HORIZONTE. Lei nº 10.407, de 12 de janeiro de 2012. Institui o Estatuto do Pedestre. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2012b.

BELO HORIZONTE. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 2 de dezembro de 2013. Disciplina a atuação dos agentes públicos junto à População em Situação de Rua, no Município de Belo Horizonte. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 7 de

dezembro de 2013a.

BELO HORIZONTE. Portaria FMC nº 23, de 15 de abril de 2013. Designa os membros da comissão de acompanhamento do programa Corredor Cultural Estação das Artes. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 15 de abril de 2013b.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte *et al.* *Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV – Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste/Oeste: Vale do Arrudas – Volume 1: Síntese do Diagnóstico Urbano Ambiental*. Belo Horizonte, out. 2013. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov>>. Acesso em 13 jan. 2016.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 15.587, de 09 de junho de 2014. Institui a Zona Cultural da Praça da Estação. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 9 de junho de 2014a.

BELO HORIZONTE. Ata da 26ª Reunião Ordinária do COMUC, de 1 de julho de 2014. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 6 de setembro de 2014b.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 15.898, de 16 de março de 2015. Altera o Decreto nº 14.146/2010. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 16 de março de 2015a.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Regiões Administrativas*. Disponível em: <gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/regioes-administrativas>. Acesso em: 30 set. 2015b.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Reunião do CONSEP-5 debate sobre a questão da população em situação de rua na região centro-sul da cidade*. Belo Horizonte, 29 de maio de 2015c. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=194969&pIdPlc=&app=salanoticias>>. Acesso em: 3 out. 2015c.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Centro Vivo – Programa resgata importância da região central*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=politicassurbanas>>. Acesso em: 29 out. 2015d.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *História/Linha Verde – Linha verde promove ligação dos vetores norte e sul da cidade*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia>>. Acesso em: 16 nov. 2015e.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Planos Diretores Regionais*. Disponível em: <www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjRxb-x6KHJAhVHJZAKHb2CAAYQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fportalpbh.pbh.gov.br%2Fpbh%2Fecp%2Ffiles.do%3Fevento%3Ddownload%26urlArqPlc%3DApresentacao_Centro_Sul.pdf&usg=AFQjCNEKEMzh-m5G8akTD-3cpSIQuScCHQ&sig2=MGjx9n3nRs-JB7ilovVrkg&bvm=bv.108194040,d.Y2I>. Acesso em: 21 nov. 2015f.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Contas Públicas – PPAG 2014-2017*. Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=contaspublicas&lang=pt_BR&pg=6420&tax=36659>. Acesso em: 4 dez. 2015g.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 15.898, de 16 de março de 2015. Institui o Comitê de Monitoramento e Assessoramento da Política Pública Municipal para a População em Situação de Rua, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 16 de março de 2015h.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Operação Urbana Consorciada – Antônio Carlos/Pedro I + Leste Oeste* – Apresentação Pública da Proposta. 2015. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contenidos.do?evento=conteudo&idConteudo=176095&chPlc=176095&pIdPlc=&app=salanoticias>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Relatório-Síntese da Audiência Pública da OUC-ACLO*. Belo Horizonte, 14 de abril de 2015i. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contenidos.do?evento=conteudo&idConteudo=176091&chPlc=176091&pIdPlc=&app=salanoticias>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BELO HORIZONTE. Aviso de Consulta Pública nº 01, de 31 de agosto de 2015. Institui a consulta preliminar para conhecimento de propostas de eventuais interessados da iniciativa privada em realizar parcerias com o Município para utilização das áreas de baixios de viaduto. *Diário Oficial do Município* (DOM). Belo Horizonte, 31 de agosto de 2015j.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Novo Plano Diretor de Belo Horizonte – mudanças que BH precisa para que a cidade seja de todos e com qualidade de vida para todos*. 20 de novembro de 2015k. Disponível em: <blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2015/11/APRESENTACAO-PD-_INDISCIPLINAR.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Na região hospitalar pedestre ganha espaço*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=politicassurbanas>>. Acesso em: 9 jan. 2016a.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Concurso Público Nacional de Projetos de Baixios de Viadutos*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=planejamentourbano>>. Acesso em: 17 jan. 2016b.

BOGOTÁ. Acuerdo nº 6, de 08 de maio de 1990. Por medio del cual se adopta el Estatuto para el Ordenamiento Físico del Distrito Especial de Bogotá, y se dictan otras disposiciones. *Consejo de Bogotá*. Bogotá, 8 de maio de 1990.

BOGOTÁ D.C. Decreto nº 560, de 21 dezembro de 2015a. Por medio del cual se adopta la Política Pública Distrital para el Fenómeno de Habitabilidad en Calle y se derogan los Decretos Distritales nº 136 de 2005, y 170 de 2007. *Registro Distrital*. Bogotá, 23 de dezembro de 2015.

BOGOTÁ. Decreto 3.640, de 17 de dezembro de 1954. Por el cual se organiza el Distrito Especial de Bogotá. *Diario Oficial*, Bogotá, 21 de janeiro de 1955.

BOGOTÁ D.C. – Acuerdo nº 6, de 08 de junio de 1998. Plan de Desarrollo Económico, Social y de Obras Públicas para Santa Fé de Bogotá D.C. 1998-2001. *Alcaldía Mayor Santa Fé de Bogotá D.C.*. Bogotá, 1998.

BOGOTÁ D.C. Acuerdo nº 33, de 10 de novembro de 1999. Por el cual se crea una Empresa Industrial y Comercial del Distrito Capital - Empresa de Renovación Urbana de Bogotá, D.C. *Registro Distrital*. Bogotá, 7 de novembro de 1999.

BOGOTÁ D.C. Decreto nº 619, de 28 de julho de 2000. Por el cual se adopta el Plan de Ordenamiento Territorial para Santa Fe de Bogotá, Distrito Capital. *Alcaldía Mayor de Bogotá*. Bogotá, 28 de julho de 2000.

BOGOTÁ D.C. Decreto nº 469, de 23 de dezembro de 2003. Por el cual se revisa el Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá D.C. *Alcaldía Mayor de Bogotá*. Bogotá, 23 de dezembro de 2003.

BOGOTÁ D.C. Decreto nº 136, de 06 maio de 2005. Por el cual se formulan acciones prioritarias para brindar atención integral a la población “habitante de calle” del Distrito Capital. *Alcaldía Mayor de Bogotá*. Bogotá, 6 de maio de 2005.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá. *V Censo de Habitantes de la Calle em Bogotá, 2007 - informe de resultados*. Bogotá, 2007. Disponível em: <<http://cinjpublicaciones.blogspot.com.br/2009/12/v-censo-de-habitantes-de-la-calle-.html>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá. *Bogotá, una Memoria Viva*. Bogotá: Subdirección Imprenta Distrital – D.D.D.I, 2009a.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá. *V Censo de Habitantes de la Calle en Bogotá, 2007 – informe de resultados*. Bogotá: Panamericana Formas e Impresos S.A., 2009b.

BOGOTÁ D.C. Secretaría Distrital De Integración Social – SDIS. *VI Censo Habitantes de Calle*. Apresentação de maio de 2012a, fornecida pela SDIS em 21 de janeiro de 2015, em Bogotá.

BOGOTÁ D.C. Contraloría Bogotá. *Atención a Población en Situación de Desplazamiento en El Distrito Capital*. Bogotá, 2012b. Disponível em: <<http://www.contraloriabogota.gov.co/intranet/contenido/informes/Sectoriales/Subdireccion%20de%20evaluacion%20sectorial/Atencion%20a%20poblacion%20en%20situacion%20de%20desplazamiento.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá. *Documento Técnico de Soporte – Plan Parcial de Renovación Urbana “Estación Central”*. Bogotá, jun. 2012c. Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/portal/page/portal/PortalSDP/OrdenamientoTerritorial/ArchivoPlanesParciales/Plan%20Parcial%20Estaci%F3n%20Central/DOCUMENTO_TECNICO_SOPORTE_ESTACION_CENTRAL.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá. *En un Lugar Llamado El Cartucho [crónica]*. Bogotá: Milenio Editores, 2011.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá. *Plan Centro, Bogotá – Eru*. Bogotá: Chihuahua Producciones, 22 out. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IOH_tOa2RKo>. Acesso em: 03 ago. 2015.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá. *Plan de renovación La Sábana, futuro polo de desarrollo económico y cultural*. Bogotá: Portal Bogotá, 28 jan. 2014. Disponível em: <<http://bogota.gov.co/en/node/4890>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

BOGOTÁ D.C. Instalación primer Foro de Habitabilidad en Calle - Palabras Gustavo Petro. *Alcaldía Mayor de Bogotá*. 18 de setembro de 2014a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MzcEvHhE4a8#t=283>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

BOGOTÁ D.C. Secretaría Distrital de Planeación – SDP; Secretaría Habitat. *El Plan Urbano del Centro Ampliado de Bogotá – una estrategia para revitalización urbana*. Bogotá: Oficina de Prensa e Comunicações, 2014c.

BOGOTÁ D.C. Secretaría Distrital de Planeación – SDP. *Proyecciones de Población 2005-2015*. Disponível em: <<http://www.sdp.gov.co/PortalSDP/InformacionTomaDecisiones/Estadisticas/ProyeccionPoblacion>>. Acesso em: 2 dez. 2014b.

BOGOTÁ D. C. *Turismo de Bogotá*. Disponível em: <http://www.bogotaturismo.gov.co/sites/default/files/images/MAPA_TIRO_ESP.jpg>. Acesso em: 24 jun. 2015b.

BOGOTÁ D.C. Secretaría Distrital de Planeación – SDP. *Plan Parcial de Renovación Urbana “Triángulo de Fenicia”*. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0CDwQFjAEahUKEwj199384qPHAhVDG5AKHYtJBGM&url=http%3A%2F%2Fcideu.org%2Fclouddata%2FBogota-SubredAndina2014>>. Acesso em: 12 ago. 2015c.

BOGOTÁ D.C. Secretaría Distrital de Planeación – SDP. *POT – Que és?* Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/portal/page/portal/PortalSDP/POT_2020/Que_Es>. Acesso em: 30 jul. 2015d.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá. *Localidad Candelaria – Diagnóstico local con participación social 2009-2010*. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CBwQFjAAahUKEwjbkLyVhaTHAhVDgZAKHbhsArQ&url=http%3A%2F%2Fwww.saludcapital.gov.co%2Fsitios%2FVigilanciaSaludPublica%2FDiagnosticos%2520Locales%2F17-CANDELARIA.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015e.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá D.C.. *Bogotá Viva – la Bogotá del tercer Milenio/ historia de una revolución urbana*. Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/portal/page/portal/PortalSDP/ciudadania/PlanesDesarrollo/PorlaBogotaqueQueremos/1998_2001_PorlaBogotaqueQueremos_c_InformeFinal_e_LaBogo.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015f.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá D.C.. *Bogotá sin Fronteras – la Bogotá del tercer Milenio/ história de una revolución urbana*. Disponível em:

<http://www.sdp.gov.co/portal/page/portal/PortalSDP/ciudadania/PlanesDesarrollo/PortaBogotaqueQueremos/1998_2001_PorlaBogotaqueQueremos_c_InformeFinal_c_LaBogo.pdf>.

Acesso em: 15 ago. 2015g.

BOGOTÁ D.C. Alcaldía Mayor de Bogotá. *Localidad Santa Fé – Diagnóstico local con participación social 2009-2010*. Disponível em:

<<http://www.saludcapital.gov.co/sitios/VigilanciaSaludPublica/Diagnosticos%20Locales/03-SANTA%20FE.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015h.

BORGES NETTO, Marco Antonio Souza; CONTI, Alfio; SILVA, Margarete Maria Araújo. *Viadutos Urbanos: a que será que se destinam?* In: Conferência Latino-americana de Construção Sustentável, 1, Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 10, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://revistacrise.blogspot.com.br/2006/10/viadutos-urbanos-que-ser-que-se.html>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

BORSAGLI, Alessandro. *Rua do Rosário em 1894*. Abr., 2010a. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/04/rua-do-rosario-em-1894.html>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

BORSAGLI, Alessandro. *Mapa do Município de Belo Horizonte, 1922*. Out., 2010b. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/10/mapa-do-municipio-de-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

BORSAGLI, Alessandro. *Os anos 1920: a primeira remodelação do espaço urbano de Belo Horizonte*. Jul., 2010c. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/07/os-anos-1920-e-o-inicio-da-remodelacao.html>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

BORSAGLI, Alessandro. *Os anos 1930: a primeira crise urbana e o modernismo*. Set., 2010d. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/09/os-anos-1930-primeira-crise-urbana-e-o.html>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

BORSAGLI, Alessandro. *Os anos 1940: uma metrópole no horizonte*. Nov. 2010e. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BORSAGLI, Alessandro. *Os anos 1950: metropolização e desordem urbana*. Jul. 2011. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BORSAGLI, Alessandro. *Os anos 1960: a metrópole, o caos e as consequências*. Out. 2012. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

BOSSIO, Sandra Mara. *Área de Atuação – bairros*. Disponível em: <<http://consepacisp4.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 3 out. 2015.

BOUYER, Gilbert. O método da genealogia empregado por Foucault no estudo do poder-saber psiquiátrico. *Memorandum*. Belo Horizonte, n.16, p. 64-76, abr. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 6

out. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Câmara dos Deputados*. Brasília: Edições Câmara, 1993.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Presidência da República*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.

BRASIL. Resolução CNAS nº 145 de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. *Presidência da República*. Brasília, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/CEAS/pnas20071.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

BRASIL. Decreto nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. *Presidência da República*. Brasília, 30 dez. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. *2º Censo da População em Situação de Rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para a população de rua/ MDS*. Belo Horizonte, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Sumário executivo: Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua*. 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Presidência da República*. Brasília, 23 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 jun. 2012.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *PAC Cidades Históricas*. 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>>. Acesso em: 1º dez. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *Diretrizes comuns de atuação em face das pessoas em situação de rua durante o período de realização da Copa do Mundo FIFA de 2014*. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/diretrizes_versão_final_para_ratificação.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *Programa de*

Reabilitação de Áreas Centrais. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/cdui/milton.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

BRASIL. Mercosul. *Saiba mais sobre o MERCOSUL*. Disponível em:

<<http://www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercossul>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

BRASILINHA DO LACERDA, NÃO. *Facebook*. Disponível em:

< <https://www.facebook.com/brasilinhadolacerdaNAO/?fref=ts>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRENNER, Neil. *Teses sobre a Urbanização*. Tradução de Daphne Costa Besen. In: *e-metropolis*. n.19, ano 5. Rio de Janeiro, dez. 2014.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p.29-40.

CALDERÓN, Angela Maria Franco. *Impactos Socioespaciales de la Renovación Urbana: la operación Tercer Milenio en Bogotá*. Bogotá: Escala S.A., 2010.

CÁMARA DE COMERCIO DE BOGOTÁ. *Habitantes de la Calle: un estudio sobre la calle de El Cartucho en Santa Fe de Bogotá*. Bogotá: Departamento de Publicaciones, 1997.

CANADIAN HOMELESSNESS RESEARCH NETWORK (CHRN). *Canadian Definition of Homelessness*. 2012. Disponível em: <<http://www.homelesshub.ca/library/canadian-definition-of-homelessness-54225.aspx>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflito socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.27-47.

CARSALADE, Flávio de Lemos. *Arquitetura: Interfaces*. Belo Horizonte: AP Cultural, 2001.

CARVAJAL, Beatriz Castro. Los Inicios de la Asistencia Social en Colombia. *Revista CS*. Cali, n.1, p.157-188, 2007.

CASTELLS, Manuel. *The Informational City: Informational Technology, Economic Restructuring, and the Urban-Regional Process*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CAVA, Bruno. A copesquisa militante no autonomismo operaísta. *Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n.37-38, p.17-38, maio/dez. 2012.

CEMEX. Premio Obras. Colombia, 2005. Disponível em:

<<http://www.cemexcolombia.com/NuestraEmpresa/PremioObras2005.aspx>>. Acesso em: 15

ago. 2015.

CENTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. *Violação de Direitos da População em Situação de Rua nos meses que antecedem a realização da Copa do Mundo*. 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Violações-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. Tradução de Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CIDADE OZANAM. *História da Cidade Ozanam*. Belo Horizonte, 23, abr., 2012. Disponível em: <<https://cidadeozanam.wordpress.com/2012/04/23/historia-da-cidade-ozanam/>>. Acesso em: 13 out. 2010.

CIRCUITO CULTURAL LIBERDADE. *Vídeo institucional do Circuito Cultural Praça da Liberdade*. 2015. Disponível em: <<http://circuitoculturalliberdade.com.br/plus/modulos/multimedia/visualizar.php?cdmidia=1&layout=interatividade>>. Acesso em: 1º dez. 2015.

CODAZZI, Augustin. Geografía física y Política – Estado de Cundinamarca y Bogotá. In: PÓMEZ, Augusto. *Geografía Física y Política de la Confederación Granadina – Estado de Cundinamarca y Bogotá*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2003.

COLETIVA moradores de rua – Copa do Mundo. *TV Câmara Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 3 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fQsPO4syOI8>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

COLÔMBIA. Empresa Virgílio Barco Vargas. *Estudio de Valoración – Documento Técnico de Soporte Proyecto Ministerios*, Centro Histórico de Bogotá. Bogotá, maio de 2013. Disponível em: <<http://www.empresavirgiliobarco.gov.co/concurso/Documentos-Ministerios/Anexos%20tecnicos/ANEXO>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

COLÔMBIA. Lei nº 1.641, de 12 de julho de 2013. Por la cual se establecen los lineamientos para la formulación de la política social para habitantes de la calle y se dictan otras disposiciones. *Gobierno Nacional*. Bogotá, 12 jul. 2013. Disponível em: <<http://wsp.presidencia.gov.co/Normativa/Leyes/Documents/2013/LEY%201641%20DEL%2012%20DE%20JULIO%20DE%202013.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS. O maior conjunto de obras em Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/site/content/parcerias/projetos.asp?id=15>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Parque Municipal: crônica de um século*. Belo Horizonte: CVRD, 1992.

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA ÁREA DE COORDENAÇÃO INTEGRADA 4. *Consep ACISP 4 solicita agendamento de reunião com a Prefeitura para tratar dos moradores de rua e usuários de drogas da Rua Japurá*. Belo Horizonte, 25 jan. 2012. Disponível em: <<http://consepacisp4.blogspot.com.br/2012/01/consep-acisp-4-solicita-agendamento->

de.html>. Acesso em: 3 out. 2015.

CONSELHO CONSULTIVO DA ZONA CULTURAL PRAÇA DA ESTAÇÃO. *Facebook*. 22 set. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Conselho-Zona-Cultural-Praça-da-Estação-902330819861941/?fref=ts>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

CORREA, Marta Elena. La Otra Ciudad - Otros Sujetos: los habitantes de la calle. *Trabajo Social*. Bogotá, n.9, p.37-56, 2007.

CORTÉS, José Miguel. *Políticas do Espaço*: arquitetura, gênero e controle social. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

CURRAL DEL REY.com. *Rua do Rosário em 1894*. Abr., 2010a. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/04/rua-do-rosario-em-1894.html>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

CURRAL DEL REY.com. *Mapa do Município de Belo Horizonte, 1922*. Out., 2010b. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/10/mapa-do-municipio-de-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

DANNER, Fernando. *Biopolítica e Liberalismo*: A crítica da racionalidade política em Michel Foucault. 169 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3694>. Acesso em: 29 jul. 2015.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE JESUS, Cláudio Roberto de. A popularização do Centro. *Caderno de Geografia*. vol. 25, n. 44. Belo Horizonte, jul./dez. 2015. p. 368-385.

DEBORD, Guy. *Teoria da Deriva*. 1958. Disponível em: <<https://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/03/guy-debord-teoria-da-deriva.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

DELEUZE, Gilles. *Cours Vincennes*. 24 jan. 1978. Tradução Francisco Traverso Fuchs. Disponível em: <<http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=194&groupe=Spinoza&langue=5>> Acesso em: 10 mar. 2015.

DEPARTAMENTO DOS ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. *Relatório da ONU mostra população mundial cada vez mais urbanizada, mais de metade vive em zonas urbanizadas ao que se podem juntar 2,5 mil milhões em 2050*. Tradução de Centro Regional de Informação das Nações Unidas. Nova Iorque, 2014. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

DIAS, Francisco Martins; *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1897.

DÍAZ, Marcos Ernesto Cortés. *La Anexión de Los 6 Municipios Vecinos a Bogotá en 1954*. Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, 2006.

DOCE PROYECTOS que cambiarán la cara a Bogotá. *El Tiempo*. Bogotá, 24 mar. 2015. Disponível em: < <http://app.eltiempo.com/bogota/proyectos-urbanisticos-en-bogota/15450347>>. Acesso em: 22 set. 2015.

DUARTE, André de Macedo. *Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo*. 2009. Disponível em: < http://works.bepress.com/andre_duarte/19/>. Acesso em: 25 jan. 2016.

DUARTE, Ronaldo Goulart. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. *Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. 9, n.194 (44), ago. 2005.

EL CENTRO BAKATÁ sirve para fumarse un ‘bareto’, si quiere. *Red Más Noticias*. Bogotá, 25 de junho de 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=hxLNuxswEoc>>. Acesso em: 12 mar. 2016

EL CENTRO No Se Vende porque es patrimonio cultural nacional. *Facebook*. El Centro No Se Vende. Bogotá, 3 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/459418457470061/photos/a.485178988227341.1073741829.459418457470061/485179001560673/?type=1&theater>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

EMERICH, Danilo. Moradores de Rua dominam a paisagem de Belo Horizonte. *Hoje em Dia*. Belo Horizonte, 11 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/moradores-de-rua-dominam-a-paisagem-de-belo-horizonte-1.179798>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

EL RENACER de La Jiménez. *El Tiempo*. Bogotá, 17 febrero, 2001. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-618763>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ELDEN, Stuart. *Mapping the Present – Heidegger, Foucault, and the project of a spatial history*. London: Continuum Publishing, 2001.

EMPRESA DE RENOVACIÓN URBANA. *Manzana 5*. Bogotá, 28 de junho de 2012. Disponível em: <https://prezi.com/ay02_s6yepks/presentacion/>. Acesso em: 12 ago. 2015.

EMPRESA DE RENOVACIÓN URBANA. *Nucleo Educativo e Cultural Las Águas*. Disponível em: <<http://www.eru.gov.co/proyectos/proyecto/248-nucleo-educativo-y-cultural-las-aguas>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

EMPRESA DE RENOVACIÓN URBANA. *El Proyecto*. Disponível em: <<http://bdbacata.com/index.php/proyecto/conoce-el-proyecto/el-proyecto>>. Acesso em: 19 ago. 2015b.

EMPRESA DE RENOVACIÓN URBANA. *Nucleo Comercial San Victorino*. Disponível em: < <http://www.eru.gov.co/proyectos/proyecto/264-nucleo-comercial-san-victorino>>. Acesso em: 19 ago. 2015c.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do*

desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p.59-83.

ESTRATO 1, Estrato 6: Como los colombianos hablan de sí mismos divididos en clases sociales. *BBC - Mundo*. Bogotá, 24 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/09/140919_colombia_fooc_estratos_aw>. Acesso em: 23 jun. 2015.

EUROPEAN FEDERATION OF NATIONAL ORGANISATIONS WORKING WITH HOMELESS. *Ethos taking stock*. 2006. Disponível em: <<http://www.feantsa.org/spip.php?rubrique13&lang=en>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. In: *Psicologia em Estudo*. Maringá, v.9, n.3, 2004. p.409-419.

FAMÍLIA DE RUA. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/familiadrua/info/?tab=page_info>. Acesso em: 4 dez. 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. Tradução Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, v.13, n.13. São Paulo, 2005. p.155-161.

FERNANDÉZ, Federico Pérez. Laboratorios de Reconstrucción Urbana: hacia una antropología de la política urbana en Colombia. *Antípoda*. n.10. Bogotá, jan./jun. 2010.

FERREIRA, Pedro. Bairro de Lourdes fica dividido sobre mendigo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 3 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/03/interna_gerais,455704/bairro-de-lourdes-fica-dividido-sobre-mendigos.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2015.

FERREIRA, Pedro. Moradores de rua e ambulantes tomam conta da Praça da Liberdade. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2014a. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/12/30/interna_gerais,603478/moradores-de-rua-e-ambulantes-tomam-conta-da-praca-da-liberdade.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2015.

FERREIRA, Pedro. Violência faz moradores de rua usarem praças e parques como dormitórios de dia. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 21 de novembro de 2014b. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/21/interna_gerais,592111/violencia-faz-moradores-de-rua-usarem-pracas-e-parques-como-dormitorios-de-dia.shtml>. Acesso em: 2 dez. 2015.

FERREIRA, Pedro. Falta de banheiros públicos prejudica moradores e turistas em BH. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 30 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/30/interna_gerais,683302/falta-de-banheiros-publicos-prejudica-moradores-e-turistas-em-bh.shtml>. Acesso em: 3 dez. 2015.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte*. 172 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/BeatrizSilveiraCastroFilgueiras.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

FIX, Mariana. *Parceiros da Exclusão*: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espreiada. São Paulo: Boitempo, 2001.

FIX, Mariana. Uma Ponte para a Especulação – ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. *Caderno CRH*. Salvador, v. 22, n. 55, p. 41-64, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n55/03.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1978.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Tradução de Andréa Daheer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: curso dado no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Manoel Barros da Motta (Org.). São Paulo: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico*: curso dado no Collège de France (1973-1974). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *El Cuerpo Utópico. Heterotopias*. Tradução Víctor Goldstein. Buenos Aires: Nueva Visión, 2010a.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

p.273-295.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. *O comércio tradicional e as transformações na cidade*. Departamento de Geografia. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FREIRE, Cíntia Mirlene Pela. *Cotidiano, Memória e Identidade: o bairro Lagoinha (Belo Horizonte, MG) na voz dos seus moradores*. 167p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_FreireCM_1.pdf>. Acesso em: 6 out. 2015.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. *Entre Ruas, Lembranças e Palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

FREY, James; FONTANA, Andrea. The Group Interview in Social Research. In: *The Social Science Journal*. v. 28, n.2, p.175-187, 1991.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Belo Horizonte e o comércio: 100 anos de história*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

GARCIA, Frederico Duarte et al. *Terceiro Censo de População em Situação de Rua do Município de Belo Horizonte*. Viçosa: Suprema, 2014.

GÉRMAN, Arciniegas. Los nombres de Santafé y Bogotá : Bogotá quiere decir república. Santafe, colonia. *Revista Credencial História*. n. 26, fev. 1992.

GIFFONI, Luís. *Serra do Curral*. Coleção BH - A Cidade de Cada Um. v. 21. Belo Horizonte: Conceito, 2011.

GIROLA, Claudia. Rencontrer des personnes sans abri. Une anthropologie réflexive. *Politix*. v. 9, n.34, p. 87-98, 1996. Disponível em: <http://www.persee.fr/docAsPDF/polix_0295-2319_1996_num_9_34_1033.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.

GIROLA, Claudia. Le sans abri recherchent la reconnaissance de leur identité. Une anthropologie réflexive. *Actualités Sociales Hebdomadaires*. n. 2723, p. 46-47, 2011. Disponível em: <http://www.udv-asso.fr/iota/183/files/sansabris_identite_positive.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.

GIROLA, Claudia. Los pies de Alicia, crónica de una ciudadanía ultrajada. *Palabras al Margen*. 1 de maio de 2014. Disponível em: <<http://palabrasalmargen.com/index.php/articulos/internacional/item/los-pies-de-alicia-cronica-de-una-ciudadania-ultrajada>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

GÓIS, Aurino José. *Parque Municipal de Belo Horizonte: público, apropriações e significados*. 123p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_GoisA_1.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2016.

GOLDMAN, Márcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 149-153, 2005.

GÓMEZ, Ângela María; SANTANA, Patrícia Rodriguez. *Emergencia del Sujeto Excluido. Aproximación genealógica a la no-ciudad en Bogotá*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2008.

GÓNGORA, Andrés; SUÁREZ, Carlos José. Por una Bogotá sin Mugre: violência, vida y morte en la cloaca urbana. *Universitas Humanística*. Bogotá, n. 66, julho-dezembro, p. 107-138, 2008.

GONZÁLEZ, Amparo. El Centro Histórico de Bogotá “de puertas para adentro”: ¿el deterioro del patrimonio al servicio de la gentrificación? *Cuadernos de Vivienda y Urbanismo*. Bogotá, v. 5, n. 9, janeiro-julho, p.46-69, 2012.

GONZÁLEZ, Jorge Iván. Prólogo. In: RICO, Carlos Eduardo; CAMACHO, Denis López; AZEVEDO, Juan Miguel (Org.). *Los Límites de la Estratificación – en busca de alternativas*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosário, 2014.

GNISSET, Jacques Aprile. *El Impacto del 9 de Abril sobre el Centro de Bogotá*. Bogotá: Centro Cultural Jorge Eliécer Gaitán, 1983.

GPAS. *Procedimento para pesquisa*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <carneirokari@gmail.com> Acesso em: 27 fev. 2015a.

GPAS. *Retorno sobre a pesquisa junto a SMAAS*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <carneirokari@gmail.com>. Acesso em: 30 mar. 2015b.

GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: Qual Pólis? *Caderno de História*. Belo Horizonte, v.2, n.3, p. 12-24, out. 1997

GRUPO DE PESQUISA INDISCIPLINAR. *EmBreveAqui*. Disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/em-breve-aqui/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

GUADALUPE, Pedro. Homem dorme no rio Arrudas e quase é carregado pela água. *BHAZ*. Belo Horizonte, 30 de março de 2015. Disponível em: <<http://bhaz.com.br/2015/03/30/homem-dorme-no-rio-arrudas-e-quase-e-carregado-pela-agua/>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

GUIMARÃES, Berenice Martins. O Processo de Ocupação do Solo e a Questão da Moradia para a Classe Trabalhadora em Belo Horizonte – 1897/1920. In: XIII Encontro Anual da ANPOCS, 1989, Caxambú. *GT Estudos Urbanos*. Caxambú: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989.

HABITANTES DEL Centro se levantan contra renovación urbana de Santos. *El Espectador*. Bogotá, 31 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.elespectador.com/noticias/bogota/habitantes-del-centro-se-levantan-contrarenovacion-urb-articulo-437252>>. Acesso em: 9 set. 2015.

HALL, Peter. *Globalization and The World Cities*. In: PRE-HABITAT II CONFERENCE

ON WORLD CITIES AND THE URBAN FUTURE. Tokyo, Japan, 1995. Disponível em: <http://archive.ias.unu.edu/resource_centre/UNU-IAS%20Working%20Paper%20No.12.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2015.

HARDT, Michael.; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HARVEY, David. From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. *Geografiska Annaler*. Series B, v. 71, n. 1, p. 3-17, 1989.

HARVEY, David. Cities or Urbanization? *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*. v. 1, Iss. 1-2, 1996.

HARVEY, David. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes – Do Direito à Cidade à Revolução Urbana*. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEMERSON, Landercy. Grades no Edifício JK não são autorizadas. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 28 mai. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/28/interna_gerais,652210/grades-no-edificio-jk-nao-sao-autorizadas.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2016.

HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. A Razão Moldando o Cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – Belo Horizonte – 1907-1908. *Caderno de História*. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 57-63, out. 1997

HEYNEN, Nik; ROBBINS, Paul. The neoliberalization of nature: Governance, privatization, enclosure and valuation. *Capitalism Nature Socialism*. California, v. 16, n.1, p. 5-8, mar. 2005.

HIGUERA, Carlos Martín Carbonell. El reordenamiento del espacio urbano en el sector de San Victorino y Santa Inés (Bogotá) en relación con las dinámicas de informalidad y marginalidad (1948-2010). *Territorios*. n.24. Bogotá: 2011, p. 131-163.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista – Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HORTA, Neuma de Moura. *Curso – Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de Belo Horizonte: incentivo de implantação do “turismo de cidade”*. 144 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

IGLESIAS, Francisco. Trajetória e significado de Belo Horizonte. In: IGLESIAS, Francisco; PAULA, J.A. *Memória da Economia da Cidade de Belo Horizonte: BH 90 anos*. Belo Horizonte: BMG, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Minas Gerais, Belo Horizonte. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310620&search=||info%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 30 set. 2015.

INSTITUTO DE ESTUDIOS URBANOS. Desarrollo Urbano Bogotá. Disponível em: <http://institutodeestudiosurbanos.info/dmdocuments/cendocieu/coleccion_digital/Mapa_Historico_Bogota/>. Acesso em: 25 jun. 2015.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Notícias do IAB. Disponível em: <<http://www.iabjf.org.br/novidades.php?cont=14>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

JAYME, Juliana Gonzaga. Políticas de Requalificação e Uso dos Espaços Públicos. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA – 40 ANOS DE DEMOCRACIAS: PROGRESSO, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS, 8, 14-16 abr. 2014, Évora: Universidade de Évora, 2014. Disponível em: <http://www.aps.pt/viii-congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0775.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e Espaço Público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Caderno CRH*. Salvador, vol. 23, n. 60, p. 605-617, set./dez. 2010.

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. *Civitas*. Porto Alegre, v.12, n. 2, p. 359-377, maio/ago. 2012.

JOJOA, Juan Pablo; MARMOLEJO, Carlos. Evaluación del Impacto de la Estratificación Socioeconómica en la Formación del Valor del Suelo en Bogotá D.C.. *ACE - Architecture, City and Environment*. Califórnia, ano 8, n.23, p. 95-124, out. 2013.

JORNAL ALTEROSA 1ª EDIÇÃO. Belo Horizonte: TV Alterosa, 25 de fevereiro de 2015. Programa de TV. Disponível em: <www.alterosa.com.br/app/belo-horizonte/videos/2015/02/25>. Acesso em: 12 mar. 2016.

JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. *História*. São Paulo, v.30, n.1, p.114-147, jan./jun. 2011.

JUNIOR, Nivaldo *et al.* Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. *Saúde e Sociedade*. v.7, n.2, 1998.

KONDER, Marcos. Ecos do Urbanismo: A Guanabara e o Plano Dioxiadis. In: FREIRE, Américo. LIPPI, Lúcia (Org.). *Novas Memórias do Urbanismo Carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p.63-154.

LA MARIPOSA yá no vuela. *Semana*. Bogotá, 18 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.semana.com/on-line/articulo/la-mariposa-no-vuela/55971-3>>. Acesso em 10

ago. 2015.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Translated by Donald Nicholson-Smith. London: Blackwell Publishing, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMOS, Celina Borges. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do Centro de Belo Horizonte*. 368 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

LEMOS, Celina Borges. *A Formação da Savassi como uma Centralidade Belo-horizontina – a cultura do consumo, passagens e territorialidades*. Apresentação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12, 2007, Belém.

LEMOS, Celina Borges. Uma Centralidade Belo-horizontina. *Revista do Arquivo Público Mineiro – Dossiê*. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Uma_centralidade_belo-horizontina.PDF>. Acesso em: 2 out. 2015.

LENCIONI, Sandra. *A Formação de uma Megalópole em Curso? Rio de Janeiro e São Paulo*. Trabalho apresentado no XIII Seminário de Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII). Salvador, 2014.

LEVINSON, David. *Encyclopedia of Homelessness*. United Kingdom: Sage Publications Ltd., 2004.

LIRA, Sara. Corredor Cultural para salvar a Praça da Estação. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 11 jun. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/11/interna_gerais,402806/corredor-cultural-para-salvar-a-praca-da-estacao.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2015.

LOBATO, Monteiro. Impressões de um paulista. *Revista Social Trabalhista*. Edição comemorativa do centenário de BH. n. 59, p.220-221, 1947.

LOUZAS, Rodrigo. Lançado concurso de projetos para Centro Administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte. *Portal PINIweb*. 9 abr., 2014. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/noticias/lancado-concurso-de-projetos-para-centro-administrativo-da-prefeitura-de-310670-1.aspx>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

LULLE, Thierry; DE URBINA, Amparo. Las dinámicas socioespaciales de los centros

históricos versus las políticas públicas de conservación del patrimonio urbano – el caso de Bogotá (1994-2000). *Scripta Nova - Revista Eletronica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. 14, n. 331 (73), agosto 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-73.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MACHADO, Heloisa Guaracy; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. A Recuperação da Lagoinha dentro de uma nova concepção de Política Urbana. *Caderno de História*. Belo Horizonte, v.2, n.3, p. 36-49, out. 1997.

MAGNI, Cláudia Turra. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MEDO da violência leva a população de rua para a zona sul de BH. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 31 mar. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/03/31/interna_gerais,365395/medo-da-violencia-leva-populacao-de-rua-para-zona-sul-de-bh.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2016.

McPHAIL, Ken. *Accounting as space: accounting and the geopolitics of social space*. Glasgow: University of Glasgow, 1999.

MEJÍA, Freddy Arturo. *Historia del Desarrollo Urbano del Centro de Bogotá: localidad de Los Martires*. Bogotá: D’Vinni S.A., 2007.

MENDES, Alexandre. A copesquisa nas lutas da cidade. *Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 37-38, p.9-16, mai./dez. 2012.

MENDES, Luís. A Regeneração Urbana na Política de Cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. *Urbe- Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Curitiba, v.5, n.1, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692013000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 maio 2015.

MENDES, Mariana. *Os moradores de Rua e suas Trajetórias: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte*. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MENDONÇA, Jupira Gomes. Legislação Urbanística e Segregação Socioespacial em Belo Horizonte. In: ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (Org.). *Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 310-318.

MENDONÇA, Jupira Gomes; ANDRADE, Luciana Teixeira; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Introdução: Mudanças e permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes; DINIZ, Alexandre Magno Alves. *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015, p. 15-31.

MEXICO. Secretaria de Relaciones Exteriores. *Conferencias Internacionales Americanas: segundo suplemento, 1945-1954*. Mexico, 1956. Disponível em: <http://biblio2.colmex.mx/coinam/coinam_2_suplemento_1945_1954/base2.htm>. Acesso

em: 15 jul. 2015.

MICHEL FOUCAULT entrevistado em Lovaina, 198. *Filosofando 89*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0H2gqpJTU4E&feature=youtu.be>>. Acesso em: 15 set. 2015.

MINAS GERAIS. Lei n. 832, de 15 de Setembro de 1922. Revoga o Art. 25 da Lei 705 de 17 de Setembro de 1917. *Palácio da Presidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 15 de Setembro de 1922. Disponível em: <<http://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/239224/lei-832-22>>. Acesso em: 8 out. 2015.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. *Belo Horizonte – Praça da Liberdade*. Belo Horizonte, agosto 2011. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/component/content/article/3322-guia-dos-bens-tombados-iephamg/1331-belo-horizonte-praca-da-liberdade>>. Acesso em: 1º dez. 2015.

MINISTERIOS de Gobierno Proyecto en el Centro Histórico de Bogotá. *Revista Arquitectónica*. Bogotá, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaarquitectonica.com/ministerios-de-gobierno-proyecto-en-el-centro-historico-de-bogota/>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

MOLIEN, G. *Viaje por la Republica de Colombia en 1823*. Bogotá: Imprensa Nacional, 1944.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/RBH, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte, Capital de Minas, século XXI. *Vária História*. Belo Horizonte, n.18, p.467-486, set.1997.

MONTOYA. John Williams. *Bogotá: crecimiento urbano e cambio morofologico, 1538-2010*. 539 f. Tese (Doutorado) – Département de Géographie, Faculté de Forestierie, de Géographie et de Géomatique, Université Laval, Québec, 2012. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.theses.ulaval>>. Acesso em: 30 jun. 2015

MORADOR DE RUA é assassinado com facada no pescoço na Praça Sete. *O Tempo*. Belo Horizonte, 12 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/morador-de-rua-é-assassinado-com-facada-no-pescoço-na-praça-sete-1.972492>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MORADORES de rua são abordados e lixo recolhido na Savassi. *O Tempo*. Belo Horizonte, 11 de junho de 2014. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/moradores-de-rua-são-abordados-e-lixo-recolhido-na-savassi-1.262465>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

MORADORES de rua na Praça da Liberdade incomodam vizinhos e frequentadores. *Jornal da Alterosa*. Belo Horizonte, 20 abril de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hX-GJZamwMM>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

MOREIRA, Corina Maria Rodrigues. *Patrimônio Cultural e Revitalização Urbana – usos,*

apropriações e representações da Rua dos Caetés, Belo Horizonte. 143 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MORENO, Vladimir Melo. *La calle: espacio geografico y vivencia urbana en Santa Fe de Bogota*. Bogotá: Alcaldia Mayor de Bogota, 2003. Disponível em: <<http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/todaslasartes/artesani/calle/presen.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

MUMFORD, Eric. *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*. London: MIT Press, 2002.

MURCIA, Carlos Niño; MENDOZA, Sandra Reina. *La Carrera de la Modernidad – construcción de la carrera décima, Bogotá [1945-1960]*. Bogotá: Bancos Creativos S.A.S, 2010.

MUZZI, Luiza. Cresce o número de moradores de rua na Praça da Liberdade. *O Tempo*. Belo Horizonte, 25 set. 2014. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/cresce-o-numero-de-moradores-de-rua-na-praca-da-liberdade-1.921395>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

NASCIMENTO, Cristiano. O Edifício como Espaço Analítico. *Arquitextos: Vitruvius*. Ano 8, fev. 2008. Disponível em: <<http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/08.093/168>>. Acesso em: 08 out. 2011

NATIONAL GEOGRAPHIC. *Intelligent Travel*. Disponível em: <<http://intelligenttravel.nationalgeographic.com/2014/05/14/i-heart-my-city-erikas-bogota/>>. Acesso em: 12 maio 2015.

NEGRI, Antonio. *A Construção do Comum*. Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum. Tradução de Fabio Malini. Rio de Janeiro, 24-25 out. 2005. Disponível em: <<https://fabiomalini.wordpress.com/2007/03/25/a-constituicao-do-comum-por-antonio-negri/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

NEGRI, Antônio. Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole. *Lugar Comum*. n.25-26, p. 201-208, maio/dez. 2008.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. *Lugar Comum*. n.19-20, p. 15-26, 2009. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20definição%20ontológica%20da%20multidão%20-%20Antonio%20Negri.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NEIRA, Mauricio Archila. Intimidad y Sociabilidad en los Sectores Obreros durante la Primera Mitad del siglo XX. In: JIMÉNEZ, Pablo Rodríguez; GÓMEZ, Jaime Borja. *História de la Vida Privada en Colombia – Tomo II: Los Siglos de la Intimidad el largo siglo XX*. Bogotá: Taurus, 2011, p. 151-179.

NERY, Juliana Cardoso. *Da Cidade Eclética à Metrópole: a verticalização de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1953>>. Acesso em: 8 out. 2015.

NEVES, Delma. Dossiê - Categorizações Deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (mendigos, vagabundos, população em situação de rua). *Revista Antropolítica – Revista*

Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. n.29. Niterói, 2º sem. 2010.

NOVO Centro Administrativo para Belo Horizonte. *Jornal da Cidade*. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.jornaldacidadebh.com.br/cadernos-tematicos/novo-centro-administrativo-para-belo-horizonte>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

NUMA, Sérgio Silva. *Actualidad Extereo*: Los desplazados de La Manzana 5. 8 de março de 2012. Disponível em: <<http://extereoactualidad.blogspot.com.br/2012/03/los-desplazados-de-la-manzana-5.html>>. Acesso em: 12 ago. 2015

NÚMERO de habitantes de calle se habría incrementado en bogotá por desplazamiento forzado. *El Tiempo*. Bogotá, 3 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.pulzo.com/bogota/168181-numero-de-habitantes-de-calle-se-habria-incrementado-en-bogota-por-desplazamiento>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

OLARTE, Carolina; WALL, Illan rua. The Occupation of Public Space in Bogotá: Internal Displacement and the City. *Social & Legal Studies*. United Kingdom, vol. 21, n.3, 2012, p. 321-339.

OLIVEIRA, Natália Mara Arreguy. Espaços Livres Públicos em Belo Horizonte: um estudo das relações estabelecidas entre o uso e a forma. 253p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, Wallace. PBH Ativos S.A. opera com recursos públicos, mas sem controle social. *Brasil de Fato*. Minas Gerais, 5 out. 2015. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/33120>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

ORWELL, George. *Down and Out in Paris and London*. London: Victor Gollancz Ltd., 1933.

OUC Nova BH. *oucqh.indisciplinar*. Disponível em: <http://oucqh.indisciplinar.com/?page_id=17>. Acesso em: 13 jan. 2016.

OIDA, Smit. *Montecasino as a Panoptic Heterotopia*. 63 f. Dissertação (Mestrado) – Faculty of Arts, University of the Witwatersrand, Johannesburg, 2003. Disponível em: <<http://wiredspace.wits.ac.za/bitstream/handle/10539/16108/Smit%20Ouida.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

PACHECO, Luis Vólmar. La exclusión social de "habitantes de la calle" en Bogotá: una mirada desde la bioética. *Revista Colombiana de Bioética*. Colombia, vol. 3, n.1, p. 101-144, jan./jun. 2008.

PARREIRAS, Mateus. PBH quer agilizar retirada de pertences de moradores de rua que obstruem passagem. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 24 fev. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/02/24/interna_gerais,620938/pbh-quer-agilizar-retirada-de-pertences-de-moradores-de-rua-que-obstru.shtml>. Acesso em: 6 jan. 2016.

PAULA, José Antônio; MONTE-MÓR, Roberto Luís. As três invenções de Belo Horizonte. *Anuário Estatístico de Belo Horizonte*. Prefeitura Municipal Belo Horizonte, Belo Horizonte,

p.27-49, 2001.

PAULA, José Antônio; MONTE-MÓR, Roberto Luís. *Formação histórica: três momentos da história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. (Relatório).

PBH abre licitação para projetos de revitalização de espaços sob viadutos. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 24 out. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/24/interna_gerais,463386/pbh-abre-licitacao-para-projetos-de-revitalizacao-de-espacos-sob-viadutos.shtml>. Acesso em: 17 jan. 2016.

PEDRA anti-mendigo. *Tecnologia Persuasiva*. 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://tecnologiapersuasiva.com.br/anti-mendigo/>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

PENNA, Alícia Duarte. Belo Horizonte: um espaço infiel. *Vária História*. Belo Horizonte, n.18, p. 101-121, set.1997.

PENNA, Octavio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997b.

PERILLA, Mario Perilla. *El Habitar en La Jiménez con Séptima de Bogotá: historia, memoria, cuerpo*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

PINZÓN, Hernes Tovar. Guerras de Opinión y Represión en Colombia durante la Independencia (1810 - 1820). *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*. Bogotá, v. 40, n.1, p. 187-233, 2012.

PRAÇA RAUL Soares: Nova Aparência, velhos problemas. *MrEdwardMagalhaes*. Belo Horizonte, 21 de maio de 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PkrIZanCjbY>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

PRADO, Gustavo. Centro Administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte já tem pré-projeto. *O Tempo*. Belo Horizonte, 5 set. 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/centro-administrativo-da-prefeitura-de-belo-horizonte-j%C3%A1-tem-pr%C3%A9-projeto-1.708266>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

PRIGGE, Walter. Reading the Urban Revolution. Translated by Bandulasena Goonewardena. In: GOONEWARDENA, Kanishka *et al.* *Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York: Taylor & Francis, cap. 2, p. 46-61, 2008.

RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo. Antigos e Modernos: Cidadania e Poder Médico em questão. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo. *Subjetividades Antigas e Modernas*. São Paulo: Annablume, p.15-28, 2008.

RAPPAPORT, Joanne. Así lo parece por su aspecto: fisiognomía y construcción de la diferencia en la Bogotá colonial. *Tabula Rasa*. Bogotá, n.17, p. 13-42, jul./dez. 2012.

RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula; CHAGAS, Fernanda. Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes. *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, n. 41, p.

71-88, 2014.

RESCATANDO la Jiménez. *El Tiempo*. Bogotá, 27 de julho de 1999. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-937962>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SILVA, Érica Tavares; RODRIGUES, Juciano Martins. Metrôpoles Brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. n.120, Curitiba, jan./jun. 2011.

ROCHA, Elisa de Assis; ABAJUD, Tiago Tadeu. A Metropolização de Belo Horizonte e sua relação com as áreas verdes e o turismo: Parque das Mangabeiras x Praça 7. *Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica*. Rio de Janeiro, v.7, n.3, p. 63-85, mar. 2013,

ROLNIK, Raquel. *10 Anos de Estatuto da Cidade*: das lutas pela Reforma Urbana às cidades da Copa do Mundo. Disponível em: < <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2015.

ROLNIK, Raquel. *Por um novo lugar para os velhos centros*. 29 abr. 2006. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/centros-urbanos/>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

RUIZ, Javier Omar. Los Citadinos de la Calle, Nomadas Urbanos. *Nómadas*. Bogotá, n. 10, p. 72-177, abr. 1999

SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento*: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SALOMÃO, Luisa Cangussu. *Viver na Rua: arquitetura, urbanismo e vida cotidiana*. 2004. 118 p. Monografia (Graduação). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2014. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/LusaCangussu/tfg-viver-na-rua-arquitetura-urbanismo-e-vida-cotidiana-luisa-cangussu>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SASKEN, Sassia. The Global City: Introducing a Concept. *The Brown Journal of World Affairs*. Providence, winter-spring, v.11, ISS 2, 2005. Disponível em: <<http://www.saskiasassen.com/pdfs/publications/the-global-city-brown.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana. *Caderno Pólis 4*. São Paulo: Pólis, 2001.

SAVASSI, o salão de visitas de Belo Horizonte. *Jornal da Savassi*. Belo Horizonte, 2 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.jornaldasavassi.com.br/ver_noticia/1851-Expansao_de_obras_na_Savassi.html>. Acesso em: 29 nov. 2015.

SEM abrigos suficientes para moradores de rua, PBH recolhe pertences e nega hotel. *TV Alterosa*. Belo Horizonte, 29 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0tM90WDhUVI>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

SILVA, Jovânia; LOPES, Regina Lúcia; DINIZ, Normélia Maria. Fenomenologia. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, p.254-257, mar./abr. 2008.

SILVEIRA Anny Jacqueline Torres. Belo Horizonte: As Ruas e as Cidades. *Caderno de História*. Belo Horizonte, v.2, n.3, p. 29-35, out. 1997.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: o Padre Francisco Martins Dias e os “Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. v. 6, ano 3, n.2, dez. 2008a.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. *Os Homens da Ordem e a Ordem dos Homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte*. 137 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008b. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Fábio-Simão.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2015.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. Os Homens da Ordem e a Ordem dos Homens: vigilância, ação policial, concepções de ordem e legislação municipal em Belo Horizonte (1895-1930). *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. v. 7, n.12. Juiz de Fora, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ARTIGO-HEERA-fabio-para-pdf-revisado.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

SIQUARA, Carlos Andrei. Corredor cultural para BH. *O Tempo*. Belo Horizonte, 21 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/diversão/magazine/corredor-cultural-para-bh-1.353573>>. Acesso em: 1º dez. 2015.

SMITH, Neil. *The New Urban Frontier – gentrification and the revanchist city*. London and New York: Routledge, 1996.

SOJA, Edward. *Thirdspace: journey to Los Angeles and other real-and-imagines places*. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

SOLER, Natália Leon. Bogotá: de paso por la Capital. *Revista Credencial História*. Bogotá, ed. 224, ago. 2008. Disponível em: <<http://admin.banrepcultural.org/blaavirtual/revistas/credencial/agosto2008/bogota.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

NAVARRO, Eduvigis Solorzano; BARRIOS, Lorena Davila; MAFFEZZONI, Gloria Premoli. Estudio in vitro sobre los efectos de la cocaína sobre los tejidos duros del diente. *Revista Cubana Estomatol*, Havana, v. 45, n. 3-4, dez. 2008. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475072008000300005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. *Os Mendigos na Cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TONUCCI FILHO, João Bosco. *Planejamento Metropolitano em Belo Horizonte na Década de 1970: a experiência do PDIES-RMBH*. Disponível em:

<https://www.academia.edu/6313881/O_planejamento_metropolitano_em_Belo_Horizonte_na_década_de_1970_a_experiência_do_PDIES-RMBH>. Acesso em: 5 nov. 2015.

UNIVERSIDAD DE LOS ANDES. *Programa Progresafénicia*. Disponível em: <<http://progresafenicia.uniandes.edu.co/index.php/el-plan-parcial/proyecto-urbano>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

URIBE, Consuelo; PARDO, Camila. La Ciudad Viva: movilidad espacial e representaciones. *Universitas Humanistica*. Bogotá, n. 62, p. 169-203, jul./dez. 2006.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único – Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

VALVERDE, Rodrigo Ramos. Sobre Espaço Público e Heterotopia. *Geosul*. Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 7-26, jul./dez. 2009.

VECINOS rechazan construcción de viviendas populares en el Chicó - polémica por decisión del Distrito de hacer casas de interés prioritario en sitios de estrato 5 y 6. *El Tiempo*. Bogotá, 7 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/bogota/nosotros-vamos-a-donde-haya-buenas-viviendas/14805936>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

VIEGAS, Fernanda; CAETANO, Carolina. Morador de rua é assassinado com facada no pescoço na Praça Sete. *O Tempo*. Belo Horizonte, 12 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/morador-de-rua-é-assassinado-com-facada-no-pescoço-na-praça-sete-1.972492>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; Fabesp, 2001.

VILLAMARIM, Maria do Carmo Campos. *Política de Assistência Social e População de Rua: composição de processos de subjetivação na cidade de Belo Horizonte*. 53 F. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

VILLAMARÍN, Paola. Así será el cambio que tendrá el Centro Administrativo Nacional. *El Tiempo*. Bogotá, 24 ago. 2013. Disponível em: <www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-13011882>. Acesso em: 22 set. 2015.

VILELA, Nice Marçal. *Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações espaciais recentes*. 171 f. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

WIKIMEDIA COMMONS. *Administrative Map of Bogotá*. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Administrative_map_of_Bogotá.svg>. Acesso em: 27 jun. 2015

ZANIRATO, Silvia Helena. São Paulo 1930/1940: Novos Atores Urbanos e a Normatização Social. *História Social*, Campinas, n.7, p. 241-246, 2000.

ZONA CULTURAL PRAÇA DA ESTAÇÃO. *Facebook*. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/CorredorCulturalPracaDaEstacao>>. Acesso em: 1º dez. 2015.

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas para a atividade em grupo com os *habitantes de calle* no Centro Ambulatorio Medalla Milagrosa/Bogotá

1. Cuales son las dificultades que los *habitantes de calle* enfrentan en los centros de servicio (autocuidado, acogida, etc.) de la alcaldía?
2. Las obras que son hechas en los espacios públicos de la ciudad (reformas, construcciones de vías, recualificaciones de espacios) crían dificultades para la vida en la calle? De que manera?
3. Cuales fueran las grandes obras urbanas de la ciudad en los últimos años? Ellas cambiaran la vida en la calle? De que manera?
4. Como es la relación de los *habitantes de calle* con los comerciantes?
5. Como es la relación de los *habitantes de calle* con los residentes?
6. Como es la relación de los *habitantes de calle* con la policía?
7. Como es la relación de los *habitantes de calle* con las personas de la alcaldía?
8. Tener un código de *habitante de calle* es un problema? Que hay de positivo y negativo en eso?
9. Es más duro ser un *habitante de calle* hoy que en el pasado?
10. Creen que son creadas oportunidades para dejar la calle por parte de la alcaldía?
11. Cuales son los mayores problemas de la vida en la calle?
12. Cuales son las mejores cosas de la vida en la calle?
13. La administración de Gustavo Petro trajo cambios para los que viven en la calle?
14. Que palabras pueden ser usadas para describir un *habitante de calle*?
15. Cuales son las personas que contribuyen negativamente para la vida de los que

habitan las calles?

16. Como se escoge el lugar donde van a dormir?

17. Cuales son las violencias más frecuentes en la calle?

18. Cuándo sufren algún tipo de violencia, es posible denunciarlas? Dónde?

19. Que alterarían en las reglas de los centros de servicio de la alcaldía?

20. Como es la relación entre hombres y mujeres en la calle?

21. Cuales son las principales dificultades para las mujeres que viven en la calle?

22. Cuando hace frio o cuando llueve como hacen para dormir?

23. Quien ayuda a los *habitantes de calle*?

24. Cuales son las principales actividades de un *habitante de calle*? (día y noche)

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista individual em Bogotá e Belo Horizonte:
***habitantes de calle* e *ex-habitantes de calle* / moradores de rua e ex-moradores**
de rua

(Fazer as adaptações necessárias nas perguntas quando entrevistar um ex-morador de rua)

Nombre (Nome):

Apellido (Sobrenome):

Sobrenombre (Apelido):

Edad (Idade):

Tiempo en calle (Tempo na rua):

De dónde eres? (De onde vem?)

Consumidor? (Usuário de drogas?) / Hace cuanto tiempo? (Há quanto tempo?) / Cuales sustancias? (Quais substâncias?)

1. Como empezó su vida en la calle? (Como começou a viver na rua?)

2. Como usted describiría un *habitante de calle*? (Como descreveria um morador de rua?)

3. Explique el día a día en la calle desde la mañana hasta la noche. (Explique o dia a dia na rua desde a manhã até a noite).

4. Dónde duermes? (Onde dorme?)

. Lo hace siempre en el mismo lugar? (Dorme sempre no mesmo lugar?)

. Si duerme en la calle, como escoge el local? (Se dorme na rua, como escolhe o local?)

. De que necesitas para dormir en la calle? (Do que precisa para dormir na rua?)

. Que haces cuando llueve? (O que faz quando chove?)

. Cuanto cuesta una hospedaje? (Quanto custa um alojamento?)

5. Donde consigues las cosas que necesitas en el día a día? (Onde consegue as coisas que precisa no dia a dia?)

.comida/ropa/agua/materialde aseo/dinero/droga? .

.(comida/roupa/água/produtos de higiene pessoal/dinheiro/droga)?

. cuanto cuesta? (quanto custa?)

6. Las actividades de su día a día son hechas con frecuencia en los mismos lugares? (As atividades do dia a dia são feitas frequentemente nos mesmos lugares?)

. Prefieren estar en alguna localidad más específica? (Prefere estar em alguma área mais específica?)

7. Como hace para desarrollar as actividades que necesitan de privacidad o cierto pudor en la calle? (Como faz, na rua, para desenvolver as atividades que necessitam de privacidade ou certo pudor?)

8. Como hace para guardar sus pertenencias? (Como guarda seus pertences?)

9. Cuales son las localidades/barrios con más *habitantes de calle*? (Quais são as regiões/bairros com mais moradores de rua?)

10. Le gusta tener compañía para las actividades o prefiere vivir solo en la calle? Por que? (Gosta de ter companhia ou prefere ficar sozinho na rua? Por quê?)

11. Donde están los lugares de parche más importantes? (Onde estão os lugares de encontro mais importantes?)

12. Hay conflictos entre los *habitantes de calle* que consumen drogas y los que non la consumen? (Há conflitos entre os moradores de rua que usam drogas e os que não as consomem?)

13. Como es la relación de los *habitantes de calle* con (Como é a relação dos moradores de rua com):

. la policía (a polícia); los residentes (os moradores); los comerciantes (os comerciantes)?

14. Que ofende a un *habitante de calle*? (O que ofende um morador de rua?)

15. Hay familias que habitan en la calle? Y niños? (Há famílias vivendo nas ruas? E crianças?)

16. Tiene o ya tuvo una pareja? (Tem ou já teve um(a) parceiro(a)?)
Hay dificultades? (Há dificuldades?) Cuáles? (Quais?)

17. Hay oportunidades de trabajo para los que viven en la calle?

(Há oportunidade de trabalho para os que vivem na rua?)

18. Sufre violencia en la calle? (Sofre violência na rua?)

. Por parte de quién? (De quem?)

. De cuál tipo: física, psicológica, de los derechos? (De qual tipo: física, psicológica, de direitos)?

19. Quien puede ayudar en caso de violencia? (Quem pode ajudar em caso de violência?)

. Hay una defensoría del pueblo? (Há uma defensoria pública?)

20. Las cámaras de seguridad que están siendo instaladas últimamente cambian la rutina de los *habitantes de calle*? (As câmeras de segurança que estão sendo instaladas ultimamente alteram a rotina dos moradores de rua?)

. De que manera? (De que maneira?)

. Donde hay mas cámaras? (Onde há mais câmeras?)

21. Como esta la vida en la calle después de Gustavo Petro como alcalde?

(Como está a vida na rua depois de Márcio Lacerda como prefeito?)

22. Cual es la casa de un *habitante de calle*? (Qual é a casa de um morador de rua?)

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista individual em Bogotá e em Belo Horizonte:
técnicos/funcionários da *alcaldía*/prefeitura**

Nombre (Nome):

Apellido (Sobrenome):

Cargo (Cargo):

Tiempo de trabajo (Tempo de trabalho):

1. Como usted describiría un *habitante de calle*? (Como descreveria um morador de rua?)

2. Cuáles son las secretarías que desarrollan servicios/trabajos para los CHCs? (Quais são as secretarias que desenvolvem serviços/trabalhos para os moradores de rua?)

- La Secretaria de Planeación tiene en cuenta los CHCs cuando piensan proyectos de renovación urbana? (A Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano leva em conta os moradores de rua quando elabora projetos de requalificação urbana?)

3. Hay una filosofía o concepto general para la prestación de los servicios brindados a los CHCs? (Há uma filosofia ou conceito geral para a prestação dos serviços oferecidos aos moradores de rua?)

4. Cuando si elige un nuevo alcalde ocurren cambios en las políticas para los CHCs? (Quando se elege um novo prefeito há alterações nas políticas para os moradores de rua?)

5. Como es la relación de la alcaldía con las fundaciones que desarrollan actividades y prestan servicios a los CHCs. (Como é a relação da prefeitura com as fundações que desenvolvem atividades e oferecem serviços aos moradores de rua?)

6. En los centros de acogida/autocuidado hay sanciones para los CHCs cuándo hacen algunas cosas que no son permitidas. (Nas repúblicas, albergues e centros populares há sanções para os moradores de rua quando fazem coisas não permitidas?)

- Quien define las sanciones? (Quem define as sanções?)

- Quien juzga la situación? (Quem julga a situação?)

- Hay como que un código de sanciones relacionados a los insultos?

(Há algo como um código de sanções relacionado a insultos?)

7. En los centros hay, a veces, oficinas y talleres de formación profesional. Como son definidos los temas y profesiones? (Nos equipamentos há, às vezes, oficinas de formação profissional. Como são definidos os temas e profissões?)

8. Crees que haga algún tipo de liderazgo entre los CHCs? (Há lideranças entre os moradores de rua?)

11. Como es la movilidad de los CHCs en los territorios de la ciudad? (Como é a mobilidade dos moradores de rua nos territórios da cidade?)

12. En cuales localidades hay más CHCs? (Em quais áreas há mais moradores de rua?)

13. Donde están los lugares de parche más importantes? (Onde estão os lugares de encontro mais importantes?)

14. Hay familias que habitan en la calle? Y niños? (Há famílias vivendo nas ruas? E crianças?)

16. Como son vistas las dinámicas de las mujeres que viven en la calle? Hay trabajos/servicios específicos? (Como são vistas as dinâmicas das mulheres que vivem nas ruas? Há trabalhos/serviços específicos?)

17. Como son tratadas las cuestiones de genero? (Como são tratadas as questões de gênero?)

18. La vida en la calle es un problema? (A vida na rua é um problema?)